



SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PAUTA DA 18ª REUNIÃO - SEMIPRESENCIAL

(3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura)

**30/11/2021
TERÇA-FEIRA
às 14 horas**

Presidente: Senador Davi Alcolumbre

Vice-Presidente: Senador Antonio Anastasia



Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

**18ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA - SEMIPRESENCIAL, DA 3ª SESSÃO
LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM**

18ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA - SEMIPRESENCIAL

Terça-feira, às 14 horas

SUMÁRIO

ITEM	PROPOSIÇÃO	RELATOR (A)	PÁGINA
1	MSF 65/2021 - Não Terminativo -	SENADOR EDUARDO GOMES	12
2	OFS 14/2021 - Não Terminativo -	SENADOR ANTONIO ANASTASIA	56
3	OFS 18/2021 - Não Terminativo -	SENADOR OMAR AZIZ	125
4	OFS 19/2021 - Não Terminativo -	SENADOR GIORDANO	174
5	OFS 13/2021 - Não Terminativo -	SENADOR ANTONIO ANASTASIA	224
6	OFS 12/2021 - Não Terminativo -	SENADOR CARLOS PORTINHO	276

7	OFS 15/2021 - Não Terminativo -	SENADOR CHIQUINHO FEITOSA	287
8	OFS 16/2021 - Não Terminativo -	SENADOR JOSÉ ANÍBAL	335
9	OFS 17/2021 - Não Terminativo -	SENADORA SORAYA THRONICKE	366

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre
VICE-PRESIDENTE: Senador Antonio Anastasia
(27 titulares e 27 suplentes)

TITULARES		SUPLENTE	
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil(MDB, REPUBLICANOS, PP)			
Eduardo Braga(MDB)(8)(89)	AM 3303-6230	1 Eduardo Gomes(MDB)(8)(89)	TO 3303-6349 / 6352
Renan Calheiros(MDB)(8)(89)	AL 3303-2261	2 Veneziano Vital do Rêgo(MDB)(8)(25)(31)(89)	PB 3303-2252 / 2481
Simone Tebet(MDB)(8)(89)	MS 3303-1128	3 Marcio Bittar(PSL)(8)(89)	AC 3303-2115 / 2119 / 1652
Fernando Bezerra Coelho(MDB)(8)(20)(89)	PE 3303-2182 / 4084	4 Luiz do Carmo(MDB)(8)(47)(58)(115)(89)(116)	GO 3303-6439 / 6440 / 6445
Jader Barbalho(MDB)(8)(112)(81)(89)	PA 3303-9831 / 9827 / 9832	5 Rose de Freitas(MDB)(8)(19)(112)(89)(73)(71)	ES 3303-1156 / 1129
Mecias de Jesus(REPUBLICANOS)(4)(89)	RR 3303-5291 / 5292	6 Flávio Bolsonaro(PATRIOTA)(9)(67)(66)(80)(89)(76)	RJ 3303-1717 / 1718
Esperidião Amin(PP)(11)	SC 3303-6446 / 6447 / 6454	7 Luis Carlos Heinze(PP)(10)	RS 3303-4124 / 4127 / 4129 / 4132
Eliane Nogueira(PP)(108)(109)(94)	PI 3303-6187 / 6188 / 6192	8 Daniella Ribeiro(PP)	PB 3303-6788 / 6790
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL(PODEMOS, PSDB, PSL)			
Plínio Valério(PSDB)(6)(55)(53)(84)(87)	AM 3303-2833 / 2835 / 2837	1 Roberto Rocha(PSDB)(6)(56)(29)(84)(87)	MA 3303-1437 / 1506
Chiquinho Feitosa(DEM)(6)(84)(118)	CE 3303-4502 / 4503 / 4517 / 4573	2 José Aníbal(PSDB)(6)(39)(51)(52)(29)(35)(84)(11)	SP 3303-6651 / 6655
Jorge Kajuru(PODEMOS)(7)(28)(36)(30)(105)	GO 3303-2844 / 2031	3 Giordano(MDB)(6)(84)(101)	SP 3303-4177
Oriovisto Guimarães(PODEMOS)(7)(26)(27)(18)(74)(7)	PR 3303-1635	4 Lasier Martins(PODEMOS)(7)(90)(74)(72)(96)	RS 3303-2323 / 2329
Marcos do Val(PODEMOS)(7)(44)(60)(45)(46)(68)(90)(7)	ES 3303-6747 / 6753	5 Alvaro Dias(PODEMOS)(13)(57)(42)(59)(61)(69)(74)	PR 3303-4059 / 4060
Soraya Thronicke(PSL)(12)(42)(78)	MS 3303-1775	6 Eduardo Girão(PODEMOS)(14)(43)(102)(99)(78)(105)	CE 3303-6677 / 6678 / 6679
PSD			
Antonio Anastasia(2)(54)(83)	MG 3303-5717	1 Nelsinho Trad(2)(83)(113)	MS 3303-6767 / 6768
Lucas Barreto(2)(83)	AP 3303-4851	2 Carlos Viana(2)(63)(83)	MG 3303-3100
Omar Aziz(2)(83)(70)(75)(77)	AM 3303-6579	3 Carlos Fávaro(2)(54)(83)(97)(117)(100)(114)(77)	MT 3303-6408
Vanderlan Cardoso(97)(117)(114)	GO 3303-2092 / 2099	4 Sérgio Petecão(103)	AC 3303-4086 / 6708 / 6709
Bloco Parlamentar Vanguarda(DEM, PL, PSC)			
Davi Alcolumbre(DEM)(3)(92)(79)(82)	AP 3303-6717 / 6720 / 6722 / 6723	1 Zequinha Marinho(PSC)(3)	PA 3303-6623
Marcos Rogério(DEM)(3)	RO 3303-6148	2 Maria do Carmo Alves(DEM)(3)(37)(34)	SE 3303-1306 / 4055 / 2878
Jorginho Mello(PL)(3)	SC 3303-2200	3 Carlos Portinho(PL)(3)(93)	RJ 3303-6640 / 6613
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PT, PROS)			
Paulo Paim(PT)(5)(85)	RS 3303-5232 / 5231 / 5230	1 Fernando Collor(PRO)(15)(5)(16)(85)	AL 3303-5783 / 5787
Telmário Mota(PRO)(15)(17)(5)(32)(33)(40)(85)	RR 3303-6315	2 Humberto Costa(PT)(5)(85)	PE 3303-6285 / 6286
Rogério Carvalho(PT)(5)(85)	SE 3303-2201 / 2203	3 Jaques Wagner(PT)(5)(16)(41)(85)	BA 3303-6390 / 6391
PDT/CIDADANIA/REDE(REDE, PDT, CIDADANIA)			
Alessandro Vieira(CIDADANIA)(95)(88)(104)(119)(65)(9)	SE 3303-9011 / 9014 / 9019	1 Eliziane Gama(CIDADANIA)(95)(88)(119)(98)	MA 3303-6741 / 6703
Weverton(PDT)(62)(50)(64)(88)	MA 3303-4161 / 1655	2 Cid Gomes(PDT)(38)(88)	CE 3303-6460 / 6399
Fabiano Contarato(REDE)(48)(22)(23)(88)(49)	ES 3303-9049	3 VAGO(21)(24)(88)(104)	

- (1) Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Simone Tebet e o Senador Jorginho Mello a Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CCJ).
- (2) Em 13.02.2019, os Senadores Otto Alencar, Ângelo Coronel e Arolde de Oliveira foram designados membros titulares; e os Senadores Sérgio Petecão, Nilsinho Trad e Carlos Viana, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº5/2019-GLPSD).
- (3) Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Pacheco, Marcos Rogério e Jorginho Mello foram designados membros titulares; e os Senadores Zequinha Marinho, Maria do Carmo Alves e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- (4) Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- (5) Em 13.02.2019, os Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha e Rogério Carvalho foram designados membros titulares; e os Senadores Fernando Collor, Jaques Wagner e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 5/2019-BLPRD).
- (6) Em 13.02.2019, os Senadores Antônio Anastasia e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores José Serra, Roberto Rocha e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLPSDB).
- (7) Em 13.02.2019, os Senadores Elmano Freire, Oriovisto Guimarães e Rose de Freitas foram designados membros titulares, e o Senador Lasier Martins, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 3/2019-GABLD).
- (8) Em 13.02.2019, os Senadores Eduardo Braga, Simone Tebet, Mecias de Jesus, Jader Barbalho e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Márcio Bittar, Marcelo Castro e Dário Berger, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 04/2019-GLMDB).
- (9) Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).

- (10) Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- (11) Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- (12) Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
- (13) Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
- (14) Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL).
- (15) Em 13.02.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular; e o Senador Paulo Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-BLPRD).
- (16) Em 14.03.2019, os Senadores Telmário Mota e Paulo Rocha permutaram de vagas, passando a ocupar a 1ª e a 3ª suplência, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, respectivamente (Of. nº 25/2019-BLPRD).
- (17) Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).
- (18) Em 17.04.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Orioivisto Guimarães, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 202/2019-GSEGIRAO).
- (19) Em 24.04.2019, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente no período de 16 de abril a 15 de maio, em substituição ao Senador Dário Berger, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 147/2019-GLMDB).
- (20) Em 06.05.2019, o Senador Orioivisto Guimarães foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 217/2019-GSEGIRAO).
- (21) Em 09.05.2019, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 83/2019-GLBSI).
- (22) Em 21.05.2019, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 86/2019-GLBSI).
- (23) Em 21.05.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 88/2019-GLBSI).
- (24) Em 21.05.2019, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Flávio Arns, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 89/2019-GLBSI).
- (25) Em 22.05.2019, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente no período de 22 de maio a 20 de junho, em substituição ao Senador Fernando Bezerra Coelho, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 155/2019-GLMDB).
- (26) Em 05.06.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Orioivisto Guimarães, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 224/2019-GSEGIRAO).
- (27) Em 06.06.2019, o Senador Orioivisto Guimarães foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 225/2019-GSEGIRAO).
- (28) Em 10.06.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Elmano Férrer, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 226/2019-GSEGIRAO).
- (29) Em 12.06.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, em substituição ao Senador José Serra, que passa a integrar como segundo suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 81/2019-GLPSDB).
- (30) Em 13.06.2019, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 227/2019-GSEGIRAO).
- (31) Em 18.06.2019, o Senador Fernando Bezerra Coelho volta a ser membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Gomes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 180/2019-GLMDB).
- (32) Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 68/2019-BLPRD).
- (33) Em 13.08.2019, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 74/2019-BLPRD).
- (34) Em 14.08.2019, o Senador Siqueira Campos foi designado membro suplente em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 55/2019-BLVANG).
- (35) Em 14.08.2019, o Senador Plínio Valério foi designado membro suplente, em substituição ao Senador José Serra, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 96/2019-GLPSDB).
- (36) Em 15.08.2019, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, em substituição ao Senador Elmano Férrer, pelo PODEMOS, para compor a Comissão (Ofício nº 85/2019-GLPODE).
- (37) Em 19.08.2019, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Siqueira Campos, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 56/2019-BLVANG).
- (38) Em 20.08.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 109/2019-GLBSI).
- (39) Em 20.08.2019, o Senador José Serra foi designado membro suplente em substituição ao Senador Plínio Valério, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 97/2019-GLPSDB).
- (40) Em 11.09.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição ao Senador Paulo Paim, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 88/2019-BLPRD).
- (41) Em 11.09.2019, o Senador Paulo Paim foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Paulo Rocha, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 88/2019-BLPRD).
- (42) Em 25.09.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, em substituição à Senadora Juíza Selma, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 91/2019-GLIDPSL).
- (43) Em 20.11.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Flávio Bolsonaro, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 107/2019-GLIDPSL).
- (44) Em 19.11.2019, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Ofício nº 119/2019-GLPODEMOS).
- (45) Em 20.11.2019, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular, em substituição ao Senador Alvaro Dias, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Ofício nº sn/2019-GLPODEMOS).
- (46) Em 25.11.2019, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 129/2019-GLPODEMOS).
- (47) Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Marcelo Castro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 238/2019-GLMDB).
- (48) Em 09.12.2019, o Senador Flávio Arns foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 145/2019-GLBSI).
- (49) Em 11.12.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular, em substituição ao Senador Flávio Arns, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 147/2019-GLBSI).
- (50) Em 17.12.2019, o Senador Prisco Bezerra foi designado membro titular, em substituição ao Senador Cid Gomes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo nº 157/2019-GLBSI).
- (51) Em 05.02.2020, o Senador Plínio Valério foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em substituição ao senador José Serra (Of. nº 15/2020-GLPSDB).
- (52) Em 18.02.2020, o Senador José Serra foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em substituição ao senador Plínio Valério (Of. nº 16/2020-GLPSDB).
- (53) Em 20.02.2020, vago, em virtude da filiação do Senador Antonio Anastasia ao PSD.
- (54) Em 20.02.2020, o Senador Anastasia foi designado membro titular, em substituição ao Senador Otto Alencar, que passa a atuar como suplente, em vaga antes ocupada pelo Senador Carlos Viana, pelo PSD (Of. nº 22/2020-GLPSD).
- (55) Em 03.03.2020, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, deixando vago o cargo de suplente (Of. nº 21/2020-GLPSDB).
- (56) Em 05.03.2020, o Senador Plínio Valério foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 25/2020-GLPSDB).
- (57) Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.
- (58) Em 20.04.2020, o Senador Marcelo Castro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Luiz Pastore, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 026/2020-GLMDB).
- (59) Em 23.04.2020, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro suplente, em substituição à Senadora Juíza Selma, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 32/2020-GLPODEMOS).
- (60) Em 27.04.2020, o Senador Romário foi designado membro titular, em substituição ao Senador Álvaro Dias, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Ofício nº 033/2020-GLPODEMOS).
- (61) Em 28.04.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 34/2020-GLPODEMOS).
- (62) Em 10.04.2020, vago, em virtude do retorno do titular.
- (63) Em 07.08.2020, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Nelsinho Trad, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 61/2020-GLPSD).

- (64) Em 03.09.2020, o Senador Cid Gomes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. nº 033/2020-BLSENIND).
- (65) Em 23.09.2020, o Senador Veneziano Vital do Rêgo licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
- (66) Em 23.09.2020, a Senadora Daniella Ribeiro licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
- (67) Em 28.09.2020, o Senador Diego Tavares foi designado membro suplente em substituição à Senadora Daniella Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 42/2020-GLDPP).
- (68) Em 30.09.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular, em substituição ao Senador Romário, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 35/2020-GLPODEMOS).
- (69) Em 30.09.2020, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Alvaro Dias, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 35/2020-GLPODEMOS).
- (70) Em 07.10.2020, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro titular, em substituição ao Senador Arolde de Oliveira, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 63/2020-GLPSD).
- (71) Em 19.10.2020, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Dário Berger, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 033/2020-GLMDB).
- (72) Em 20.10.2020, os Senadores Lasier Martins, Eduardo Girão, Alvaro Dias e Orioivisto Guimarães permutaram as vagas que compunham na comissão, sendo o Senador Lasier Martins designado membro titular e o Senador Alvaro Dias suplente; o Senador Eduardo Girão designado membro titular e o Senador Orioivisto Guimarães suplente, pelo PODEMOS (Of. nº 40/2020-GLPODEMOS).
- (73) Em 22.10.2020, o Senador Dário Berger foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Gomes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 38/2020-GLMDB).
- (74) Em 05.11.2020, os Senadores Alvaro Dias, Orioivisto Guimarães, Lasier Martins e Eduardo Girão permutaram as vagas que compunham na comissão, sendo o Senador Alvaro Dias designado membro titular e o Senador Lasier Martins suplente; o Senador Orioivisto Guimarães designado membro titular e o Senador Eduardo Girão suplente, pelo PODEMOS (Of. nº 42/2020-GLPODEMOS).
- (75) Em 05.11.2020, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Nelsinho Trad, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 65/2020-GLPSD).
- (76) Em 1º.01.2021, o Senador Diego Tavares licenciou-se, nos termos do art. 39, II, do Regimento Interno do Senado Federal e do art. 56, I, da Constituição Federal. (Of. nº 01/2021-GSDTAVAR)
- (77) Em 02.02.2021, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Portinho, e o Senador Nelsinho Trad passa a atuar como suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 4/2021-GLPSD).
- (78) Em 05.02.2021, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, em substituição ao Senador Major Olimpio, que passa a ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 18/2021-GSOLIMPI).
- (79) Em 01.02.2021, O Senador Rodrigo Pacheco deixa de compor a Comissão, em virtude de ter sido eleito Presidente do Senado Federal para o Biênio 2021/2022, nos termos do art. 77, § 1, do RISF.
- (80) Em 09.02.2021, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 5/2021-GLDPP).
- (81) Em 09.02.2021, vago, em decorrência do falecimento do Senador José Maranhão, no dia 08.02.2021.
- (82) Em 10.02.2021, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 02/2021-BLVANG).
- (83) Em 11.02.2021, os Senadores Antonio Anastasia, Lucas Barreto e Omar Aziz foram designados membros titulares; e os Senadores Otto Alencar, Carlos Viana e Vanderlan Cardoso, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 15/2021-GLPSD).
- (84) Em 19.02.2021, os Senadores Roberto Rocha e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores José Serra e Plínio Valério, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2021-GLPSDB).
- (85) Em 19.02.2021, os Senadores Paulo Paim, Telmário Mota e Rogério Carvalho foram designados membros titulares; e os Senadores Fernando Collor, Humberto Costa e Jaques Wagner, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 5/2021-BLPRD).
- (86) Em 19.02.2021, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, em substituição ao Senador Alvaro Dias, que passar a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. nº 6/2021-GLPODEMOS).
- (87) Em 22.02.2021, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, em substituição ao Senador Roberto Rocha, que passa a atuar como 1º suplente; e o Senador José Serra passa então a 2º suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 21/2021-GLPSDB).
- (88) Em 23.02.2021, os Senadores Jorge Kajuru, Weverton e Fabiano Contarato foram designados membros titulares; e os Senadores Alessandro Vieira, Cid Gomes e Eliziane Gama, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 11/2021-BLSENIND).
- (89) Em 23.02.2021, os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Simone Tebet, Fernando Bezerra Coelho, Rose de Freitas e Mecias de Jesus foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Gomes, Veneziano Vital do Rêgo, Marcio Bittar, Luiz do Carmo, Jader Barbalho e Flávio Bolsonaro, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 7/2021-GLMDB).
- (90) Em 23.02.2021, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. nº 20/2021-GLPODEMOS).
- (91) Em 24.02.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre e o Senador Antonio Anastasia a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
- (92) Em 24.02.2021, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Portinho, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 13/2021-BLVANG).
- (93) Em 24.02.2021, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 14/2021-BLVANG).
- (94) Em 24.02.2021, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 16/2021-GLDPP).
- (95) Em 24.02.2021, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jorge Kajuru, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 26/2021-BLSENIND).
- (96) Em 24.02.2021, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Lasier Martins, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. nº 23/2021-GLPODEMOS).
- (97) Em 25.02.2021, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 36/2021-GLPSD).
- (98) Em 25.02.2021, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro titular, em substituição ao Senador Alessandro Vieira, que passa a ocupar vaga de membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente na comissão (Memo 28/2021-BLSENIND).
- (99) Vago em 19.03.2021, em razão do falecimento do Senador Major Olimpio.
- (100) Em 08.04.2021, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 46/2021-GLPSD).
- (101) Em 13.04.2021, o Senador Giordano foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 15/2021-BLPPP).
- (102) Em 30.04.2021, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 39/2021-GLPODEMOS).
- (103) Em 13.05.2021, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 51/2021-GLPSD).
- (104) Em 17.05.2021, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular, deixando de ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, na comissão (Of. 27/2021-GSEGAMA).
- (105) Em 05.07.2021, os Senadores Jorge Kajuru e Marcos do Val permutaram as vagas de titular e suplente, o Senador Jorge Kajuru passa a ser titular e o Senador Marcos do Val suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 43/2021-GLPODEMOS).
- (106) Em 05.07.2021, os Senadores Marcos do Val e Eduardo Girão permutaram as vagas de titular e suplente, o Senador Marcos do Val passa a ser titular e o Senador Eduardo Girão suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 44/2021-GLPODEMOS).
- (107) Em 16.07.2021, o Bloco Parlamentar Senado Independente deixou de alcançar o número mínimo necessário para a constituição de Bloco Parlamentar. Desta forma, a Liderança do referido Bloco foi extinta juntamente com o gabinete administrativo respectivo.
- (108) Em 28.07.2021, o Senador Ciro Nogueira foi nomeado Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (DOU 28/07/2021, Seção 2, p. 1).
- (109) Em 09.08.2021, a Senadora Eliane Nogueira foi designada membro titular, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 36/2021-GLDPP).
- (110) Em 10.08.2021, o Senador José Serra licenciou-se, nos termos do artigo 43, I, do RISF, até 10.12.2021.
- (111) Em 16.08.2021, o Senador José Aníbal foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, em substituição ao Senador José Serra, para compor a comissão (Of. nº 53/2021-GLPSDB).
- (112) Em 19.08.2021, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular, em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos Pelo Brasil (Of. nº 70/2021-GLMDB).
- (113) Em 24.08.2021, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro suplente, pelo PSD, em substituição ao Senador Otto Alencar, para compor a comissão (Of. nº 68/2021-GLPSD).
- (114) Em 13.09.2021, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro titular, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que passa a membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 79/2021-GLPSD).
- (115) Em 15.09.2021, o Senador Dario Berger foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Luiz do Carmo, pelo Bloco Parlamentar Unidos Pelo Brasil (Of. nº 72/2021-GLMDB).

-
- (116) Em 22.09.2021, o Senador Luiz do Carmo foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Dario Berger, pelo Bloco Parlamentar Unidos Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 74/2021-GLMDB).
- (117) Em 27.09.2021, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Fávaro, que passa a membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 87/2021-GLPSD).
- (118) Em 08.11.2021, o Senador Chiquinho Feitosa foi designado membro titular, em substituição ao Senador Tasso Jereissati, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão em vaga cedida ao DEM pelo PSDB (Of. nº 71/2021-GLPSDB e Of. nº 30/2021-GLDEM).
- (119) Em 23.11.2021, o Senador Alessandro Vieira e a Senadora Eliziane Gama permutaram as vagas de titular e suplente, o Senador Alessandro Vieira passa a ser titular e a Senadora Eliziane Gama, suplente, pelo CIDADANIA, para compor a comissão (Of. nº 10/2021-GLCID).

REUNIÕES ORDINÁRIAS: QUARTAS-FEIRAS 10:00 HORAS
SECRETÁRIO(A): EDNALDO MAGALHÃES SIQUEIRA
TELEFONE-SECRETARIA: 61 3303-3972
FAX: 3303-4315

TELEFONE - SALA DE REUNIÕES:
E-MAIL: ccj@senado.gov.br



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
56ª LEGISLATURA

Em 30 de novembro de 2021
(terça-feira)
às 14h

PAUTA

18ª Reunião, Extraordinária - Semipresencial

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

	Indicação de Autoridade
Local	Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3

Retificações:

1. Recebido o relatório do item 1. (29/11/2021 16:50)
2. Atualizada descrição da reunião como "Indicação de Autoridade". (30/11/2021 12:33)
3. Inseridos os itens relacionados à pauta da 19ª Reunião. (30/11/2021 15:14)

PAUTA

ITEM 1

MENSAGEM (SF) N° 65, DE 2021

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 111-A, inciso II, da Constituição, a indicação da Senhora MORGANA DE ALMEIDA RICHA, Juíza do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, para exercer o cargo de Ministra do Tribunal Superior do Trabalho, na vaga decorrente do falecimento do Ministro Walmir Oliveira da Costa.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Eduardo Gomes

Relatório: Pronto para deliberação.

Textos da pauta:

[Relatório Legislativo \(CCJ\)](#)
[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)

ITEM 2

OFÍCIO "S" N° 14, DE 2021

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso III, da Constituição Federal, o nome do Senhor Ministro LUIZ PHILIPPE VIEIRA DE MELLO FILHO, para compor o Conselho Nacional de Justiça – CNJ, na vaga destinada ao Tribunal Superior do Trabalho.

Autoria: Tribunal Superior do Trabalho

Relatoria: Senador Antonio Anastasia

Relatório: Pronto para deliberação.

Textos da pauta:

[Relatório Legislativo \(CCJ\)](#)
[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)

ITEM 3

OFÍCIO "S" N° 18, DE 2021

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, incisos VIII e IX, da Constituição Federal, o nome da Senhora Desembargadora Jane Granzoto Torres da Silva, para compor o Conselho Nacional de Justiça – CNJ, na vaga destinada ao Tribunal Superior do Trabalho.

Autoria: Tribunal Superior do Trabalho

Relatoria: Senador Omar Aziz

Relatório: Pronto para deliberação.

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)
[Relatório Legislativo \(CCJ\)](#)

ITEM 4

OFÍCIO "S" Nº 19, DE 2021**- Não Terminativo -**

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, incisos VIII e IX, da Constituição Federal, o nome do Senhor Juiz do Trabalho Roberto da Silva Fragale Filho, para compor o Conselho Nacional de Justiça – CNJ, na vaga destinada ao Tribunal Superior do Trabalho.

Autoria: Tribunal Superior do Trabalho

Relatoria: Senador Giordano

Relatório: A ser apresentado.

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria](#) (PLEN)

ITEM 5**OFÍCIO "S" Nº 13, DE 2021****- Não Terminativo -**

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso V, da Constituição Federal, o nome do Juiz de Direito RICHARD PAULRO PAE KIM, para compor o Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no biênio 2021/2023, em vaga destinada a Juiz estadual.

Autoria: Supremo Tribunal Federal

Relatoria: Senador Antonio Anastasia

Relatório: Pronto para deliberação.

Textos da pauta:

[Relatório Legislativo](#) (CCJ)

[Avulso inicial da matéria](#) (PLEN)

ITEM 6**OFÍCIO "S" Nº 12, DE 2021****- Não Terminativo -**

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso IV, da Constituição Federal, o nome do Desembargador MAURO PEREIRA MARTINS, para compor o Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no biênio 2021/2023, em vaga destinada a Desembargador de Tribunal de Justiça.

Autoria: Supremo Tribunal Federal

Relatoria: Senador Carlos Portinho

Relatório: Pronto para deliberação.

Textos da pauta:

[Relatório Legislativo](#) (CCJ)

[Avulso inicial da matéria](#) (PLEN)

ITEM 7**OFÍCIO "S" Nº 15, DE 2021****- Não Terminativo -**

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso IV, da Constituição Federal, a indicação do Senhor DANIEL CARNIO COSTA, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, na vaga indicada pelo Superior

Tribunal de Justiça.

Autoria: Superior Tribunal de Justiça

Relatoria: Senador Chiquinho Feitosa

Relatório: Pronto para deliberação.

Textos da pauta:

[Relatório Legislativo \(CCJ\)](#)
[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)

ITEM 8

OFÍCIO "S" Nº 16, DE 2021

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso VII, da Constituição Federal, o nome do Juiz Federal MARCIO LUIZ COELHO DE FREITAS, para compor o Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no biênio 2021/2023, na vaga indicada pelo Superior Tribunal de Justiça.

Autoria: Superior Tribunal de Justiça

Relatoria: Senador José Aníbal

Relatório: Pronto para deliberação.

Textos da pauta:

[Relatório Legislativo \(CCJ\)](#)
[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)

ITEM 9

OFÍCIO "S" Nº 17, DE 2021

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso VI, da Constituição Federal, o nome da Desembargadora Federal SALISE MONTEIRO SANCHOTENE, para compor o Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no biênio 2021/2023, na vaga indicada pelo Superior Tribunal de Justiça.

Autoria: Superior Tribunal de Justiça

Relatoria: Senadora Soraya Thronicke

Relatório: Pronto para deliberação.

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)
[Relatório Legislativo \(CCJ\)](#)

1



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Eduardo Gomes

PARECER Nº , DE 2021

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Mensagem (SF) nº 65, de 2021, da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 111-A, inciso II, da Constituição, a indicação da Doutora MORGANA DE ALMEIDA RICHA, Juíza do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, para exercer o cargo de Ministra do Tribunal Superior do Trabalho, na vaga decorrente do falecimento do Ministro Walmir Oliveira da Costa.*

Relator: Senador **EDUARDO GOMES**

Esta Comissão recebe para exame a indicação do Dra. MORGANA DE ALMEIDA RICHA, Juíza do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 9ª Região, com sede em Curitiba, Paraná, para exercer o cargo de Ministra do Tribunal Superior do Trabalho, em vaga destinada a Juiz de Tribunal Regional do Trabalho, oriundo da magistratura de carreira, decorrente do falecimento do Ministro Walmir Oliveira da Costa.

Compete a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania promover a sabatina da indicada e avaliar o cumprimento dos requisitos de qualificação necessários para o exercício do cargo, de acordo com o disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF). Uma vez encerradas essas tarefas, a indicação será encaminhada ao Plenário do Senado Federal, onde receberá a deliberação final.



Em conformidade com as disposições regimentais, nos foi enviada uma série de documentos para subsidiar a avaliação a respeito da indicação em tela. Dentre esses documentos, o *curriculum vitae* da indicada, apresentado no padrão Lattes do CNPQ, aponta que ela se tornou bacharel em Direito em 1989, pela Universidade Federal do Paraná. Em 2012, obteve o título de Mestre em Direito na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), sob a orientação do Professor Doutor André Ramos Tavares, em dissertação acerca do Conselho Nacional de Justiça como instrumento de efetividade na Constituição de 1988.

O Doutorado, também pela PUC/SP, foi obtido em 2019. A tese defendida sob o título “Políticas públicas judiciais: uma abordagem multidimensional no estudo do acesso à justiça” foi orientada pelo Professor Dr. Antônio Carlos Mendes.

Quanto à sua trajetória profissional, o currículo da indicada traz como marco o ano de 1992, quando iniciou seu vínculo como Juíza Titular da 15ª Vara do Trabalho. Em 2019, foi promovida a Desembargadora do Trabalho. Cabe destaque, contudo, ao biênio 2009-2011, quando a indicada foi conselheira do Conselho Nacional de Justiça e presidiu a Comissão de Acesso à Justiça e Cidadania.

Quanto à sua profícua produção bibliográfica, a Dra. MORGANA DE ALMEIDA RICHA apresenta diversos artigos em periódicos, capítulos em livros e publicações em anais de congressos, com notória participação como conferencista e palestrante. Ainda, organizou a obra “Conciliação e Mediação: Estruturação da Política Judiciária Nacional.” e promoveu diversos eventos, com destaque para o Fórum Internacional - Direitos Humanos e a Organização Internacional do Trabalho, ocorrido em 2014.

Com respeito às distinções honrosas, foi agraciada com a Ordem do Mérito do Judiciário no Pará, grão-mestre, Tribunal de Justiça do Estado do Pará, em 2015; com a Ordem Alencarina do Mérito Judiciário do Trabalho, grau grã-cruz, Regional do Trabalho da 9ª Região e com a Ordem do Mérito “Jus et Labor”, Tribunal Regional da 8ª Região, ambos em 2011; e com a Ordem do Mérito Judiciário Militar, condecoração de Alta Distinção, Superior Tribunal Militar, em 2010; apenas à título de exemplificação adstrita à última década.



A indicada apresentou declaração para os efeitos do art. 383, inciso I, alínea b, item 1 e § 2º do Regimento Interno do Senado Federal, com redação dada pela Resolução nº 41, de 2013, informando que não possui parentes que exercem ou exerceram atividades, públicas ou privadas, vinculados à estrutura do Poder Judiciário.

Apresentou declaração asseverando que nunca exerceu, em qualquer tempo, cargo ou atividade como sócio, proprietário ou gerente de empresas ou entidades não governamentais, em conformidade com o que demanda o art. 383, inciso I, alínea “b”, item 2, do RISF.

A indicada atendeu, também, ao item 3 dessa alínea ao apresentar declaração quanto à sua regularidade fiscal, nos âmbitos federal, estadual e municipal, devidamente acompanhada das respectivas certidões emitidas pelos órgãos competentes.

Em respeito à exigência do art. 383, inciso I, alínea b, item 5 do Regimento Interno do Senado Federal, declara que atua como Magistrado do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, há 29 (vinte e nove) anos.

À luz do art. 383, inciso I, alínea b, item 4 e § 2º do Regimento Interno do Senado Federal, informa que é autora no PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL Nº 5036456-26.2021.4.04.7000 (Processo Eletrônico - E-Proc V2 - PR), junto ao Juízo Federal da 6ª Região. Em seguida, informou a inexistência de outras demandas judiciais em que figure como parte, seja como autora ou ré, em qualquer grau de jurisdição, bem como em procedimento administrativo-disciplinar.

Já para os efeitos do art. 383, inciso I, alínea b, item 5 e § 2º do Regimento Interno do Senado Federal, bem como do art. 1º, alínea b, item 5, da Resolução nº 41, de 2013, do Senado Federal, informou que não atuou, nos últimos 5 anos, em conselhos de administração de empresas estatais ou em cargos de direção de agências reguladoras.

Registramos que em sua argumentação escrita a indicada demonstra, de forma sucinta, sua experiência profissional, formação técnica adequada e afinidade intelectual e moral para o exercício do cargo a que fora indicada.



Em vista do apresentado, julgamos que as Senhoras Senadoras e os Senhores Senadores que compõem a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania têm à sua disposição as informações necessárias para deliberar sobre a indicação da Dra. MORGANA DE ALMEIDA RICHÁ para compor o Tribunal Superior do Trabalho.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



MENSAGEM Nº 581

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 111-A, inciso II, da Constituição, submeto à consideração de Vossas Excelências o nome da Senhora MORGANA DE ALMEIDA RICHA, Juíza do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, com sede na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, para exercer o cargo de Ministra do Tribunal Superior do Trabalho, na vaga decorrente do falecimento do Ministro Walmir Oliveira da Costa.

Brasília, 8 de _____ de 2021.
novembro





SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 65, DE 2021

(n° 581/2021, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 111-A, inciso II, da Constituição, a indicação da Senhora MORGANA DE ALMEIDA RICHA, Juíza do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, para exercer o cargo de Ministra do Tribunal Superior do Trabalho, na vaga decorrente do falecimento do Ministro Walmir Oliveira da Costa.

AUTORIA: Presidência da República



[Página da matéria](#)

EM nº 00207/2021 MJSP

Brasília, 8 de Novembro de 2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto a proposta que a Presidência do Tribunal Superior do Trabalho encaminhou ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, por meio do Ofício TST.GP Nº 790, de 27 de outubro de 2021 (16256246), que objetiva prover uma vaga de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, reservada a Juiz de Tribunal Regional do Trabalho, oriundo da magistratura de carreira, em decorrência do falecimento do Ministro Walmir Oliveira da Costa.

2. Com vistas ao preenchimento da mencionada vaga, o Egrégio Tribunal Pleno daquela Corte, em sessão realizada no dia 25 de outubro de 2021, aprovou lista tríplice composta pelos seguintes indicados:

- MORGANA DE ALMEIDA RICHÁ, nascida em 24 de maio de 1967, inscrita no CPF sob o nº 603.749.269-72, Juíza do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, com sede na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, primeiro nome da lista;

- SÉRGIO PINTO MARTINS, nascido em 17 de abril de 1963, inscrito no CPF sob o nº 074.462.918-77, Juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, segundo nome da lista; e

- PAULO RÉGIS MACHADO BOTELHO, nascido em 1º de abril de 1967, inscrito no CPF sob o nº 323.038.663-91, Juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região, com sede na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, terceiro nome da lista.

3. A nomeação em comento encontra amparo no inciso XIV e caput do art. 84, e no inciso II e caput do art. 111-A, todos da Constituição da República Federativa do Brasil.

4. Pelo exposto, transmito-lhe o assunto visando à escolha do nome, dentre os candidatos antes nominados, a ser submetido à prévia aprovação do Senado Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Anderson Gustavo Torres

Mensagem nº

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 84, caput, inciso XIV, e do art. 111-A, caput, inciso II, da Constituição da República Federativa do Brasil, tenho a honra de submeter à aprovação dos Senhores o nome de MORGANA DE ALMEIDA RICHA, nascida em 24 de maio de 1967, Juíza do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, com sede na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, para exercer o cargo de Ministra do Tribunal Superior do Trabalho, na vaga reservada a Juiz de Tribunal Regional do Trabalho, oriundo da magistratura de carreira, decorrente do falecimento do Ministro Walmir Oliveira da Costa.

Brasília,

Assinado eletronicamente por:



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 910/2021/SG/PR/SG/PR

Brasília, 09 de novembro de 2021.

A Sua Excelência, o Senhor
Senador Irajá
Primeiro-Secretário
Senado Federal Bloco 2 - 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de Autoridade.

Senhor Primeiro-Secretário,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, encaminho a essa Secretaria, Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome da Senhora MORGANA DE ALMEIDA RICHA, Juíza do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, com sede na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, para exercer o cargo de Ministra do Tribunal Superior do Trabalho, na vaga destinada a Juiz de Tribunal Regional do Trabalho, oriundo da magistratura de carreira, decorrente do falecimento do Ministro Walmir Oliveira Costa.

Atenciosamente,

MARIO FERNANDES

Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República, Substituto



Documento assinado eletronicamente por **Mario Fernandes, Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República substituto**, em 09/11/2021, às 16:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **2996190** e o código CRC **F3FA9024** no site:

https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 08084.007037/2021-21

SEI nº 2996190

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 -- Telefone: (61)3411-1447

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

Morgana de Almeida Richa
Curriculum Vitae

**MORGANA
DE ALMEIDA
RICHA:1979
1**

Assinado de forma
digital por
MORGANA DE
ALMEIDA
RICHA:19791
Dados: 2021.10.25
17:55:27 -03'00'

Outubro/2021

Morgana de Almeida Richa

Curriculum Vitae

Nome civil

Nome Morgana de Almeida Richa

Dados pessoais

Nome em citações bibliográficas RICH A, M. A.

Sexo Feminino

Cor ou Raça Branca

Filiação Arante Rodrigues de Almeida e Gecilda Helena de Almeida

Nascimento 24/05/1967 - Curitiba/PR - Brasil

Carteira de Identidade 39398826 PR - PR - 15/01/1998

CPF 603.749.269-72

Endereço residencial Rua Professor Dario Garcia, 613
Vista Alegre - Curitiba
80820-410, PR - Brasil
Telefone: 41 33366136

Endereço profissional Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, 15 Vara do Trabalho
Avenida Vicente Machado, 400
Centro - Curitiba
80420-010, PR - Brasil
Telefone: 41 33107015

URL da home page: www.trt9.jus.br

Endereço eletrônico

E-mail para contato : morganaricha@trt9.jus.br

E-mail alternativo samiracamargo@trt9.jus.br

Formação acadêmica/titulação

- 2016 - 2019** Doutorado em Direito.
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, São Paulo, Brasil
Título: Políticas públicas judiciárias: uma abordagem multidimensional no estudo do acesso à justiça, Ano de obtenção: 2019
Orientador: Antônio Carlos Mendes
Palavras-chave: Acesso à justiça, Poder Judiciário
- 2012 - 2014** Mestrado em Direito.
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, São Paulo, Brasil
Título: O Conselho Nacional de Justiça como instrumento de efetividade na Constituição de 1988, Ano de obtenção: 2014
Orientador: André Ramos Tavares
Palavras-chave: CNJ, Conselho Nacional de Justiça, Poder Judiciário
- 1985 - 1989** Graduação em Direito.
Universidade Federal do Paraná, UFPR, Curitiba, Brasil

Formação complementar

2019 - 2019	Curso de curta duração em Curso de Formação de Formadores sobre Metodologias Ativas. (Carga horária: 20h). Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, EJ TRT9, Brasil
2018 - 2018	Curso de curta duração em English for Law - 6ª edição. (Carga horária: 40h). Centro Cultural Brasil - Estados Unidos de Curitiba, INTERAMERICANO, Brasil
2017 - 2017	Curso de curta duração em Execução Trabalhista - 2017. (Carga horária: 10h). Conselho Superior da Justiça do Trabalho, CSJT, Brasil
2017 - 2017	Curso de curta duração em Novo Código de Processo Civil e sua aplicação no Processo do Trabalho. (Carga horária: 30h). Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho, ENAMAT, Brasil
2016 - 2016	Curso de curta duração em Aspectos controvertidos da prova no CPC 2015 e suas repercussões. (Carga horária: 30h). Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná, EJ TRT9, Brasil
2016 - 2016	Curso de curta duração em Prova pericial em acidentes e doenças ocupacionais. (Carga horária: 30h). Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho, ENAMAT, Brasil
2016 - 2016	Curso de curta duração em Relacionamento da Justiça com a mídia. (Carga horária: 30h). Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho, ENAMAT, Brasil
2015 - 2015	Curso de curta duração em Técnica de instrução processual. (Carga horária: 40h). Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho, ENAMAT, Brasil
2015 - 2015	Curso de curta duração em Inglês jurídico. (Carga horária: 40h). Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná, EJ TRT9, Brasil
2015 - 2015	Curso de curta duração em English for law. (Carga horária: 40h). Centro Cultural Brasil - Estados Unidos de Curitiba, INTERAMERICANO, Brasil
2015 - 2015	Curso de curta duração em Hermenêutica constitucional em direitos fundamentais. (Carga horária: 35h). Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná, EJ TRT9, Brasil
2015 - 2015	Curso de curta duração em english for law II. (Carga horária: 40h). Centro Cultural Brasil - Estados Unidos de Curitiba, INTERAMERICANO, Brasil
2015 - 2015	Curso de curta duração em Estabelecimento do nexo de causalidade entre doença e trabalho. (Carga horária: 22h). Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho, ENAMAT, Brasil
2014 - 2014	Curso de curta duração em Trabalho Doméstico. (Carga horária: 25h). Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná, EJ TRT9, Brasil
2014 - 2014	Curso de curta duração em Planejamento Estratégico 2015-2020. (Carga horária: 12h). Tribunal Regional do Trabalho do Paraná, TRTPR, Brasil
2014 - 2014	Curso de curta duração em Criança e adolescente e a Justiça do Trabalho. (Carga horária: 30h). Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho,

ENAMAT, Brasil

- 2014 - 2014** Curso de curta duração em Curso de Direito Previdenciário. (Carga horária: 25h).
Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná, EJ TRT9, Brasil
- 2013 - 2013** Curso de curta duração em Curso "Aspectos Contemporâneos da Tutela Coletiva".
(Carga horária: 12h).
Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná, EJ-TRT9, Brasil
- 2013 - 2013** Curso de curta duração em Curso Direitos Fundamentais da Pessoa Humana. (Carga horária: 20h).
Escola Nacional da Magistratura, ENM, Brasil
- 2005 - 2005** Curso de curta duração em Curso Responsabilidade do Empregador por Acidente d.
(Carga horária: 7h).
Escola da Associação dos Magistrados do Trabalho da 9ª Região, EMATRA IX, Curitiba, Brasil
- 1990 - 1991** Extensão universitária em Aperfeiçoamento em Curso Preparatório à Magis.. (Carga horária: 360h).
Escola da Associação dos Magistrados do Trabalho da 9ª Região, EMATRA IX, Curitiba, Brasil
- 1985 - 1985** Curso de curta duração em I Estágio de Complementação da Assembleia Legislat.
(Carga horária: 72h).
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, ALEP, Brasil

Atuação profissional

1. Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região - TRT 9

Vínculo institucional

- 2019 - Atual** Vínculo: Membro do Poder Judiciário , Enquadramento funcional: Desembargadora do Trabalho, Regime: Dedicação exclusiva
- 2017 - 2019** Vínculo: Membro do Poder Judiciário, Enquadramento funcional: Magistrada, Regime: Dedicação exclusiva
- Outras informações: Coordenadora da Escola Judicial do TRT 9ª Região.
- 1992 - 2019** Vínculo: Membro do Poder Judiciário , Enquadramento funcional: Juiz Titular da 15ª Vara do Trabalho, Regime: Dedicação exclusiva

2. Tribunal Superior do Trabalho - TST-DF

Vínculo institucional

- 2014 - 2015** Vínculo: Membro do Poder Judiciário, Enquadramento funcional: Magistrada, Regime: Parcial
- Outras informações: Coordenadora do Comitê Gestor Nacional do Programa Trabalho Seguro.

3. Conselho Nacional de Justiça - CNJ

Vínculo institucional

2009 - 2011 Vínculo: Membro do Poder Judiciário, Enquadramento funcional: Presidente de Comissão, Regime: Parcial

Outras informações: Presidente da Comissão de Acesso à Justiça e Cidadania

2009 - 2011 Vínculo: Membro do Poder Judiciário, Enquadramento funcional: Conselheira, Regime: Dedicção exclusiva

Áreas de atuação

1. Direito

Idiomas

Inglês Compreende Bem , Fala Bem , Escreve Bem , Lê Bem

Francês Compreende Bem , Fala Bem , Escreve Bem , Lê Bem

Prêmios e títulos

2015 Ordem do Mérito do Judiciário no Pará, grão-mestre, Tribunal de Justiça do Estado do Pará

2011 Ordem Alencarina do Mérito Judiciário do Trabalho, grau grã-cruz, Regional do Trabalho da 9ª Região

2011 Ordem do Mérito "Jus et Labor", Tribunal Regional da 8ª Região

2010 Ordem do Mérito Judiciário Militar, condecoração de Alta Distinção, Superior Tribunal Militar

2008 Comenda da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho, no Grau Oficial, Tribunal Superior do Trabalho

2006 Distinção Honorífica "Jovem Empreendedor", Câmara Municipal de Curitiba, PR

2004 Membro da Academia Brasileira de Direito Constitucional, Academia Brasileira de Direito Constitucional

Produção**Produção bibliográfica****Artigos completos publicados em periódicos**

1. **RICHA, M. A.**

MORGANA
DE ALMEIDA
RICHA:19791

Assinado de forma
digital por MORGANA
DE ALMEIDA
RICHA:19791
Dados: 2021.10.26
13:46:46 -03'00'

A globalização ocidental rumo a uma ordem jurídica cosmopolita ou fragmentada?. REVISTA DE DIREITO CONSTITUCIONAL E INTERNACIONAL. , v.105, p.353 - 376, 2018.

Referências adicionais: Português. Meio de divulgação: Impresso

2. RICHA, M. A.

O desenvolvimento da terceirização e seus marcos normativos. REVISTA DE DIREITO DO TRABALHO (SÃO PAULO). , v.174, p.87 - 120, 2017.

Referências adicionais: Português. Meio de divulgação: Impresso

3. RICHA, M. A.

Dos princípios aos princípios gerais do direito: aspectos relevantes. Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 9. Região. , v.38, p.123 - 169, 2013.

Palavras-chave: Teoria Geral do Direito, Princípios gerais do direito

Referências adicionais: Português. Meio de divulgação: Impresso

4. RICHA, M. A.

O conselho nacional de justiça e a constituição da vida republicana. Revista Eletrônica - Tribunal Regional do Trabalho do Paraná. , v.3, p.80 - 101, 2013.

Palavras-chave: CNJ, Vida Republicana

Referências adicionais: Português. Meio de divulgação: Meio digital

5. RICHA, M. A.

O CNJ e a Estruturação da Política Judiciária Nacional: Solução Consensual dos Conflitos de Interesse. Revista Eletrônica - Tribunal Regional do Trabalho do Paraná. , v.1, p.31 - 43, 2012.

Palavras-chave: CNJ, Política Judiciária Nacional

Referências adicionais: Português.

6. RICHA, M. A.

Evolução da Semana Nacional de Conciliação como consolidação de um movimento nacional permanente da Justiça brasileira. Revista da Faculdade de Direito - Fundação Armando Álvares Penteado (Cessou em 2007. Cont. ISSN 2175-2230 Revista Juris da Faculdade de Direito). , v.1, p.14 - 15, 2011.

Palavras-chave: seminário conciliação

Áreas do conhecimento: Direito

Setores de atividade: Atividades profissionais, científicas e técnicas

Referências adicionais: Português. Meio de divulgação: Impresso

7. RICHA, M. A.; GOMES, Maria Tereza Uille; BALDI, L. F.

A união e a força associativa no Brasil com a criação da Jusprev. Revista da Escola Nacional de Magistratura. , v.3, p.139 - 158, 2008.

Referências adicionais: Português. Meio de divulgação: Impresso

Capítulos de livros publicados

1. RICHA, M. A.

A construção da política judiciária nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesses In: Política Judiciária Nacional de Tratamento Adequado dos Conflitos de Interesses.1ª ed.São Paulo: Instituto Paulista de Magistrados, 2020, v.1, p. 97-118.

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso, ISBN: 9786599155604

2. RICHA, M. A.

Moderno enfoque do acesso à justiça por meio do Programa Trabalho Seguro In: A teoria do diálogo das fontes no processo do trabalho.1 ed.São Paulo: LTr, 2017, v.1, p. 129-139.

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso, ISBN: 9788536194165

3. RICHA, M. A.

Amplitude do Poder Normativo do CNJ In: Conselho Nacional de Justiça: fundamentos, processo e gestão.1 ed.São Paulo: Saraiva, 2016, v.1, p. 21-437.

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso, ISBN: 9788547206413

4. RICHA, M. A.

O Conselho Nacional de Justiça e a trajetória constitucional rumo à efetividade dos direitos In: Dez anos de Reforma do Judiciário e o nascimento do Conselho Nacional de Justiça.1 ed.São Paulo: Editora dos Tribunais, 2015, v.1, p. 341-351.

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso, ISBN: 9788520360767

5. RICHA, M. A.

O CNJ E A ESTRUTURAÇÃO DA POLÍTICA JUDICIÁRIA NACIONAL: SOLUÇÃO CONSENSUAL DOS CONFLITOS DE INTERESSE In: Conciliação: um caminho para a paz social.1 ed.Curitiba: Juruá, 2013, p. 247-258.

Palavras-chave: CNJ, Conciliação, conciliação e mediação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso, ISBN: 9788536240565

6. RICHA, M. A.

Evolução da Semana Nacional de Conciliação como consolidação de um movimento nacional permanente da Justiça Brasileira In: Conciliação e mediação: estrutura da política judiciária nacional - CNJ.1 ed.Rio de Janeiro: Forense, 2011, p. 61-72.

Palavras-chave: CNJ, conciliação e mediação, Política Judiciária Nacional

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso, ISBN: 9788530936303

Livros organizados**1. RICHA, M. A.; PELUSO, Antonio Cezar**

Conciliação e Mediação: Estruturação da Política Judiciária Nacional. Rio de Janeiro: Editora Forense Ltda., 2011, v.1. p.298.

Palavras-chave: conciliação e mediação, ADR, CNJ, Conselho Nacional de Justiça

Áreas do conhecimento: Direito

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

Apresentação de trabalho e palestra**1. RICHA, M. A.**

Controle de constitucionalidade e o direito do trabalho, 2021. (Conferência ou palestra,Apresentação de Trabalho)

Referências adicionais: Brasil/Português; Local: Escola Superior do Ministério Público da União; Cidade: Brasília; Evento: Controle de constitucionalidade e(m) crise; Inst.promotora/financiadora: Escola Superior do Ministério Público da União

2. RICHA, M. A.

A Loman interpretada: os precedentes do CNJ em questões da vida privada e docência, 2019. (Outra,Apresentação de Trabalho)

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Meio digital; Local: Sede do Tribunal Superior do Trabalho; Cidade: Brasília; Evento: 25º Curso de Formação Inicial da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho; Inst.promotora/financiadora: Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho

3. RICHA, M. A.

O futuro das instituições na perspectiva das transformações do mundo do trabalho e a lei 13.467/2017, 2018. (Simpósio,Apresentação de Trabalho)

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Outro; Local: Teatro Guaíra; Cidade: Curitiba; Evento: XIII Simpósio Nacional de Direito Constitucional; Inst.promotora/financiadora: Academia Brasileira de Direito Constitucional

4. RICHA, M. A.

O redimensionamento do Poder Judiciário a partir do Conselho Nacional de Justiça, 2017. (Conferência ou palestra,Apresentação de Trabalho)

Referências adicionais: Brasil/Português; Local: Fórum Trabalhista Ruy Barbosa; Cidade: São Paulo; Evento: I Curso de Formação Inicial para Juizes do Trabalho Substitutos nomeados em conformidade à Res. Adm. 1859 do CSJT; Inst.promotora/financiadora: Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região

5. RICHA, M. A.

Terceirização em Brasil, 2016. (Conferência ou palestra,Apresentação de Trabalho)

Referências adicionais: Brasil/Português; Local: Facultad de Relaciones Laborales y Recursos Humanos; Cidade: Albacete; Evento: Jornadas hispano-brasileñas en el ámbito judicial y académico - Algunas dimensiones nacionales y supranacionales de los derechos sociales en un mundo en crisis; Inst.promotora/financiadora: Facultad de Relaciones Laborales y Recursos Humanos

6. RICHA, M. A.

Aspectos legais sobre o uso de álcool, drogas e outras substâncias psicoativas e o trabalho seguro e saudável, 2015. (Conferência ou palestra,Apresentação de Trabalho)

Referências adicionais: Brasil/Português; Local: Anam; Cidade: São Paulo; Evento: Debate nacional de álcool, drogas e outras substâncias psicoativas no ambiente de trabalho; Inst.promotora/financiadora: Associação Nacional de Medicina do Trabalho

7. RICHA, M. A.

O programa Trabalho Seguro do CSJT/TST e a parceria com a ANAMT, 2015. (Outra,Apresentação de Trabalho)

Referências adicionais: Brasil/Português; Local: Associação Médica do Paraná; Cidade: Curitiba; Evento: XIV Fórum Presença ANAMT 2015; Inst.promotora/financiadora: Associação Nacional de Medicina do Trabalho

8. RICHA, M. A.

Acesso à justiça, 2014. (Conferência ou palestra,Apresentação de Trabalho)

Palavras-chave: Acesso à justiça, Política Judiciária Nacional

Referências adicionais: Brasil/Português; Local: UFMG; Cidade: Belo Horizonte; Evento: I Seminário sobre Administração da Justiça - Programa Universitário de Apoio às Relações de Trabalho e à Administração da Justiça (PRUNART - UFMG); Inst.promotora/financiadora: UFMG

9. RICHA, M. A.

Acesso à justiça, 2014. (Conferência ou palestra,Apresentação de Trabalho)

Palavras-chave: Acesso à justiça

Referências adicionais: Brasil/Português; Cidade: Belo Horizonte; Evento: I Seminário sobre Administração da Justiça - Programa Universitário de Apoio às Relações de Trabalho e à Administração da Justiça (PRUNART - UFMG); Inst.promotora/financiadora: UFMG

10. RICHA, M. A.

Acesso à justiça, 2014. (Conferência ou palestra,Apresentação de Trabalho)

Palavras-chave: Acesso à justiça

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Outro; Cidade: Belo Horizonte; Evento: Programa Universitário de Apoio às Relações de Trabalho e à Administração da Justiça; Inst.promotora/financiadora: PRUNART-UFMG

11. RICHA, M. A.

Programa Trabalho Seguro, 2014. (Conferência ou palestra,Apresentação de Trabalho)

Referências adicionais: Brasil/Português; Local: TRT12; Cidade: Florianópolis; Evento: I Encontro dos Juízes Coordenadores do Programa Trabalho Seguro do TRT da 12ª Região; Inst.promotora/financiadora: TRT12

12. RICHA, M. A.

Programa Trabalho Seguro, 2014. (Conferência ou palestra,Apresentação de Trabalho)

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Outro; Cidade: Florianópolis; Evento: I Encontro dos Juízes Coordenadores do Programa Trabalho Seguro do TRT da 12ª Região; Inst.promotora/financiadora: TRT12

13. RICHA, M. A.

Programa Trabalho Seguro - educação para prevenção, 2014. (Seminário,Apresentação de Trabalho)

Referências adicionais: Brasil/Português; Local: Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região; Cidade: Piauí; Evento: II Seminário Piauiense do Trabalho Seguro; Inst.promotora/financiadora: Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região

14. RICHA, M. A.

Inovações Estruturantes, 2013. (Conferência ou palestra,Apresentação de Trabalho)

Palavras-chave: Magistratura

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Outro; Cidade: Brasília; Evento: Regras de concurso para magistratura; Inst.promotora/financiadora: CNJ

15. RICHA, M. A.

A Experiência da Mediação Judicial e a Resolução 125 do CNJ, 2012. (Conferência ou palestra,Apresentação de Trabalho)

Palavras-chave: Mediação, conciliação e mediação, Métodos consensuais de solução de conflitos, CNJ

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Outro; Evento: Seminário Rumos da Mediação de Conflitos no Brasil; Inst.promotora/financiadora: UNIFOR

16. RICHA, M. A.

Estruturação da Política Judiciária Nacional de Tratamento Adequado de Conflitos, 2012. (Conferência ou palestra,Apresentação de Trabalho)

Palavras-chave: Métodos consensuais de solução de conflitos, CNJ

Referências adicionais: Brasil/Português; Cidade: São Paulo; Evento: Seminário "Métodos Consensuais de Solução de Conflitos: Rumos da Resolução 125 do CNJ"; Inst.promotora/financiadora: FONE/CEBEPEJ

17. RICHA, M. A.

Estruturação da Política Judiciária Nacional de tratamento adequado de conflitos, 2012. (Conferência ou palestra,Apresentação de Trabalho)

Palavras-chave: Política Judiciária Nacional, Métodos consensuais de solução de conflitos

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Outro; Cidade: Brasília; Evento: Seminário "Métodos Consensuais de Solução de Conflitos: Rumos da Resolução 125 do CNJ; Inst.promotora/financiadora: CNJ

18. RICHA, M. A.

A atuação do CNJ e do Poder Judiciário e os efeitos na sociedade brasileira, 2011. (Conferência ou palestra,Apresentação de Trabalho)

Palavras-chave: CNJ, Magistratura

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Outro; Cidade: Curitiba; Evento: III Encontro Brasileiro de Auditoria, Avaliação e Perícia Econômico-Financeira; Inst.promotora/financiadora: Conselho Regional de Economia da 6ª Região/Paraná

19. RICHA, M. A.

A atuação do CNJ e do Poder Judiciário e os efeitos na sociedade brasileira, 2011. (Conferência ou palestra,Apresentação de Trabalho)

Palavras-chave: CNJ

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Outro; Cidade: Curitiba; Evento: III Encontro Brasileiro de Auditoria, Avaliação e Perícia Econômico-Financeira; Inst.promotora/financiadora: CORECON-PR

20. RICHA, M. A.

A atuação do Conselho Nacional de Justiça e a política nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesses no âmbito do Poder Judiciário (Resolução Administrativa n. 125/2010), 2011. (Conferência ou palestra,Apresentação de Trabalho)

Palavras-chave: CNJ

Referências adicionais: Brasil/Português; Cidade: Campo Grande; Evento: Seminário: Política Judiciária nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesse no âmbito do Poder Judiciário; Inst.promotora/financiadora: Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região - EJTRT

21. RICHA, M. A.

A constitucionalidade da Lei Maria da Penha, 2011. (Seminário,Apresentação de Trabalho)

Palavras-chave: Lei Maria da Penha

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Outro; Cidade: Brasília; Evento: Seminário Lei Maria da Penha; Inst.promotora/financiadora: Ministério da Justiça

22. RICHA, M. A.

A implantação dos Juizados especializados de Violência Doméstica e Familiar contra a mulher, 2011. (Conferência ou palestra,Apresentação de Trabalho)

Palavras-chave: Lei Maria da Penha

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Outro; Cidade: Brasília; Evento: V Jornada da Lei Maria da Penha; Inst.promotora/financiadora: CNJ

23. RICHA, M. A.

As ações do CNJ nas áreas de cidadania e direitos humanos, 2011. (Conferência ou palestra,Apresentação de Trabalho)

Palavras-chave: CNJ, Cidadania, Direitos Humanos

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Outro; Cidade: Cartagena das Índias, Colômbia; Evento: IV Congresso Ibero-Americano sobre cooperação judicial Rumo ao Espaço Judiciário Latino-Americano - "O Governo do Poder Judiciário e os Espaço Judiciais Transnacionais

24. RICHA, M. A.

Estruturação da Política Judiciária Nacional, 2011. (Conferência ou palestra,Apresentação de Trabalho)

Palavras-chave: Política Judiciária Nacional

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Outro; Cidade: São Paulo; Evento: Seminário sobre conciliação e mediação. Estruturação da Política Judiciária Nacional; Inst.promotora/financiadora: CNJ

25. RICHA, M. A.

Normativa internacional e recomendações do Conselho Nacional de Justiça sobre direitos e garantias processuais para a escuta especial de crianças e adolescentes vítimas e testemunhas de processos judiciais, 2011. (Conferência ou palestra,Apresentação de Trabalho)

Palavras-chave: CNJ

Referências adicionais: Brasil/Português; Cidade: São Paulo; Evento: Curso Escuta especial de crianças e adolescentes vítimas e testemunhas em processos judiciais e o papel da defesa técnica; Inst.promotora/financiadora: Defensoria Pública do Estado de São Paulo

26. RICHA, M. A.

Os Mutirões da Cidadania e o Processo de Implantação do Depoimento Especial no Judiciário Brasileiro, 2011. (Conferência ou palestra,Apresentação de Trabalho)

Palavras-chave: Mutirões da Cidadania, Depoimento Especial

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Outro; Cidade: Brasília; Evento: I Encontro Nacional de Experiências de Tomada de Depoimento Especial de Crianças e Adolescentes no Judiciário Brasileiro; Inst.promotora/financiadora: Childhood Brasil/CNJ

27. RICHA, M. A.

Palestra sobre a Lei Maria da Penha, 2011. (Conferência ou palestra,Apresentação de Trabalho)

Palavras-chave: Lei Maria da Penha

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Outro; Cidade: Brasília; Evento: VII Jornada da Lei Maria da Penha; Inst.promotora/financiadora: CNJ

28. **RICHA, M. A.**

Políticas Públicas de Resolução de Conflitos: O Papel do CNJ, 2011. (Conferência ou palestra, Apresentação de Trabalho)

Palavras-chave: Métodos consensuais de solução de conflitos

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Outro; Cidade: Belo Horizonte; Evento: I Seminário RECAJ-UFMG - "Novas perspectivas para a resolução de conflitos no Brasil; Inst.promotora/financiadora: RECAJ-UFMG

29. **RICHA, M. A.**

Role of Alternative Dispute Resolution: Conciliation and Mediation in Brazilian and American Law, 2011. (Conferência ou palestra, Apresentação de Trabalho)

Palavras-chave: conciliação e mediação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Outro; Cidade: Washington; Evento: US-BRAZIL JUDICIAL DIALOGUE

30. **RICHA, M. A.**

Sistemas e Técnicas a Serviço da Resolução de Litígios, 2011. (Conferência ou palestra, Apresentação de Trabalho)

Palavras-chave: Política Judiciária Nacional, conciliação e mediação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Outro; Cidade: Recife; Evento: II Encontro Nacional sobre o Judiciário e a Mediação; Inst.promotora/financiadora: ESMAPE - Escola Superior da Magistratura de Pernambuco

31. **RICHA, M. A.**

A estruturação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, 2010. (Conferência ou palestra, Apresentação de Trabalho)

Palavras-chave: Lei Maria da Penha

Referências adicionais: Brasil/Português; Local: Ajuris; Cidade: Porto Alegre; Evento: Seminário pelo fim da violência contra a mulher; Inst.promotora/financiadora: Ajuris

32. **RICHA, M. A.**

A estruturação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, 2010. (Conferência ou palestra, Apresentação de Trabalho)

Palavras-chave: Lei Maria da Penha

Referências adicionais: Brasil/Português; Cidade: Porto Alegre; Evento: Seminário pelo fim da violência contra a mulher; Inst.promotora/financiadora: Ajuris

33. **RICHA, M. A.**

Estruturação da Semana Nacional de Conciliação, 2010. (Conferência ou palestra, Apresentação de Trabalho)

Palavras-chave: Política Judiciária Nacional, Semana Nacional de Conciliação, Conciliação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Outro; Cidade: Brasília; Evento: Seminário da Semana Nacional de Conciliação do ano de 2010 com os gestores dos Tribunais; Inst.promotora/financiadora: CNJ

34. **RICHA, M. A.**

Estruturação da Semana Nacional de Conciliação, 2010. (Conferência ou palestra, Apresentação de Trabalho)

Palavras-chave: Política Judiciária Nacional, Semana Nacional de Conciliação, Conciliação, conciliação e mediação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Outro; Cidade: Brasília; Evento: Seminário da Semana Nacional de Conciliação do ano de 2010; Inst.promotora/financiadora: CNJ

35. **RICHA, M. A.**

O funcionamento dos 43 Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a mulher espalhados pelo Brasil, 2010. (Conferência ou palestra, Apresentação de Trabalho)

Palavras-chave: Lei Maria da Penha

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Outro; Cidade: Brasília; Evento: IV Jornada Lei Maria da Penha; Inst.promotora/financiadora: CNJ

36. **RICHA, M. A.**

O funcionamento dos 43 Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a mulher espalhados pelo Brasil, 2010. (Conferência ou palestra, Apresentação de Trabalho)

Palavras-chave: Lei Maria da Penha

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Outro; Local: CNJ; Cidade: Brasília; Evento: IV Jornada Lei Maria da Penha; Inst.promotora/financiadora: CNJ

37. **RICHA, M. A.**

O funcionamento dos 43 Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a mulher espalhados pelo Brasil, 2010. (Conferência ou palestra, Apresentação de Trabalho)

Palavras-chave: Lei Maria da Penha

Referências adicionais: Brasil/Português; Cidade: Brasília; Evento: IV Jornada Lei Maria da Penha; Inst.promotora/financiadora: CNJ

38. RICHA, M. A.**Palestra de abertura, 2010. (Conferência ou palestra,Apresentação de Trabalho)***Palavras-chave: Lei Maria da Penha**Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Outro; Cidade: Rio de Janeiro; Evento: O funcionamento dos 43 Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a mulher espalhados pelo Brasil; Inst.promotora/financiadora: TJRJ***39. RICHA, M. A.****Palestra de abertura, 2010. (Conferência ou palestra,Apresentação de Trabalho)***Palavras-chave: Lei Maria da Penha**Referências adicionais: Brasil/Português; Local: TJRJ; Cidade: Rio de Janeiro; Evento: I Fórum Nacional de Juízes de Violência Doméstica e familiar contra a Mulher - FONAVID; Inst.promotora/financiadora: TJRJ***40. RICHA, M. A.****Palestra de encerramento, 2010. (Conferência ou palestra,Apresentação de Trabalho)***Palavras-chave: Lei Maria da Penha**Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Outro; Cidade: Rio de Janeiro; Evento: II Fórum Nacional de Juízes de Violência Doméstica e familiar contra a Mulher - FONAVID; Inst.promotora/financiadora: TJRJ***41. RICHA, M. A.****Políticas Públicas de Resolução de Conflitos, 2010. (Conferência ou palestra,Apresentação de Trabalho)***Palavras-chave: Métodos consensuais de solução de conflitos, Política Judiciária Nacional**Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Outro; Cidade: Belo Horizonte; Evento: 1º Seminário sobre Novas Perspectivas para a resolução de conflitos no Brasil; Inst.promotora/financiadora: UFMG***42. RICHA, M. A.****Políticas Públicas de Resolução de Conflitos: O Papel do CNJ, 2010. (Conferência ou palestra,Apresentação de Trabalho)***Palavras-chave: Métodos consensuais de solução de conflitos, CNJ**Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Outro; Cidade: Belo Horizonte; Evento: 1º Seminário: Novas Perspectivas para a Resolução de Conflitos no Brasil; Inst.promotora/financiadora: RECAJ - Grupo do Estudos, pesquisa e extensão em resolução de conflitos e acesso à justiça / UFMG***43. RICHA, M. A.****Sistema de justiça Infanto-Juvenil e lançamento dos Mutirões da Cidadania, 2010. (Seminário,Apresentação de Trabalho)***Palavras-chave: Mutirões da Cidadania, Justiça infanto-juvenil**Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Outro; Cidade: Brasília; Evento: Seminário da pesquisa sobre o sistema de justiça Infanto-Juvenil e lançamento dos Mutirões da Cidadania; Inst.promotora/financiadora: CNJ e IPEA***44. RICHA, M. A.****Sistema Judiciário - O papel do CNJ e do CSJT no Poder Judiciário, 2010. (Conferência ou palestra,Apresentação de Trabalho)***Palavras-chave: CNJ**Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Outro; Cidade: Brasília; Evento: 9º Curso de Formação Inicial da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho - ENAMAT; Inst.promotora/financiadora: ENAMAT***45. RICHA, M. A.****A via conciliatória como técnica de composição de litígios e legitimação social do poder judiciário, 2009. (Conferência ou palestra,Apresentação de Trabalho)***Palavras-chave: Conciliação, Métodos consensuais de solução de conflitos**Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Outro; Cidade: Florianópolis; Evento: A via conciliatória como técnica de composição de litígios e legitimação social do poder judiciário; Inst.promotora/financiadora: TRT4***46. RICHA, M. A.****O Conselho Nacional de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, 2009. (Conferência ou palestra,Apresentação de Trabalho)***Palavras-chave: CNJ, Direitos Humanos**Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Outro; Cidade: Fortaleza; Evento: III Congresso Ibero-americano sobre Cooperação Judicial; Inst.promotora/financiadora: Escola Nacional da Magistratura / Universitat de Barcelona***47. RICHA, M. A.****O Perito Judicial Econômico-Financeiro nas Varas Trabalhistas, 2008. (Conferência ou palestra,Apresentação de Trabalho)***Palavras-chave: Justiça do Trabalho**Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Outro; Cidade: Brasília; Evento: Curso de Auditoria e Perícia Econômico-Financeira; Inst.promotora/financiadora: Conselho Regional de Economia da 6ª Região/Paraná*

48. **RICHA, M. A.**

O Perito Judicial Econômico-Financeiro nas Varas Trabalhistas, 2008. (Conferência ou palestra, Apresentação de Trabalho)

Referências adicionais: Brasil/Português; Local: Conselho Regional de Economia da 6ª Região/Paraná; Cidade: Curitiba; Evento: Curso de Auditoria e Perícia Econômico-Financeira; Inst.promotora/financiadora: Conselho Regional de Economia da 6ª Região/Paraná

49. **RICHA, M. A.**

Técnicas de Juízo Conciliatório Trabalhista, 2008. (Conferência ou palestra, Apresentação de Trabalho)

Palavras-chave: Métodos consensuais de solução de conflitos, Justiça do Trabalho

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Outro; Cidade: Curitiba; Evento: 2º Curso de Formação Inicial de Juizes do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região; Inst.promotora/financiadora: Escola de Administração Judiciária do TRT9

50. **RICHA, M. A.**

Jurisdição trabalhista após a Emenda Constitucional 45, 2007. (Conferência ou palestra, Apresentação de Trabalho)

Palavras-chave: Reforma do Judiciário, Justiça do Trabalho

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Outro; Cidade: Pato Branco, PR; Evento: VII Semana Acadêmica do Curso de Bacharelado em Direito da Faculdade Mater Dei; Inst.promotora/financiadora: Faculdade Mater Dei

51. **RICHA, M. A.**

A Nova Estrutura do Judiciário Trabalhista 'A Reforma do Judiciário e a Nova Lei de Falência: Impacto sobre o Direito do Trabalho', 2005. (Conferência ou palestra, Apresentação de Trabalho)

Palavras-chave: Reforma do Judiciário, Justiça do Trabalho, Falências

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Outro; Cidade: Curitiba; Evento: VI Ciclo de Conferências de Direito do Trabalho; Inst.promotora/financiadora: Academia Paranaense de Estudos Jurídicos

Demais produções bibliográficas

1. **RICHA, M. A.**

Agradecimento. Apresentação de livro. Rio de Janeiro:Forense, 2011. (Outra produção bibliográfica)

Palavras-chave: CNJ

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

Educação e Popularização de C&T Apresentação de trabalho e palestra

1. **RICHA, M. A.**

Controle de constitucionalidade e o direito do trabalho, 2021. (Conferência ou palestra, Apresentação de Trabalho)

Referências adicionais: Brasil/Português; Local: Escola Superior do Ministério Público da União; Cidade: Brasília; Evento: Controle de constitucionalidade e(m) crise; Inst.promotora/financiadora: Escola Superior do Ministério Público da União

Eventos

Eventos

Participação em eventos

1. **Controle de constitucionalidade e(m) crise**, 2021. (Exposição)

Controle de constitucionalidade e o direito do trabalho.

2. Avaliador no(a) **25º Curso de Formação Inicial da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho**, 2019. (Oficina)

Eticidade.

3. **61ª Assembleia Ordinária e Reunião de Trabalho do CONEMATRA**, 2019. (Encontro)

.

4. **Colégio de Presidentes e Corregedores de Tribunais Regionais do Trabalho**, 2019. (Encontro)

.

5. **Curso de Formação de Formadores sobre Metodologias Ativas para Tutores**, 2019. (Encontro)
.
6. **Encontro Internacional de Juízes de Cortes Trabalhistas**, 2019. (Encontro)
.
7. **Teoria e Prática da Docência on line**, 2019. (Outra)
.
8. **Workshop sobre Desafios da Conciliação Judicial e Extrajudicial**, 2019. (Oficina)
.
9. **Curso de Formação Continuada para Supervisores do CEJUC's**, 2018. (Exposição)
A construção da Resolução n. 125 e a inserção da Justiça do Trabalho.
10. **6ª Semana Institucional da Magistratura do TRTPR**, 2016. (Outra)
.
11. **Jornadas hispano-brasileñas en el ámbito judicial y académico - Algunas dimensiones nacionales y supranacionales de los derechos sociales en un mundo en crisis**, 2016. (Outra)
.
12. **5ª Semana Institucional da Magistratura do Trabalho do TRTPR**, 2015. (Outra)
.
13. **Colóquio Direito do Trabalho e Empresariade.**, 2015. (Outra)
.
14. **I Encontro Sul-Brasileiro do Programa Trabalho Seguro**, 2015. (Encontro)
.
15. **Seminário Internacional Trabalho Seguro**, 2015. (Seminário)
.
16. **Seminário Trabalho Seguro**, 2015. (Seminário)
.
17. **4ª Semana Institucional da Magistratura da Justiça do Trabalho do Paraná**, 2014. (Outra)
.
18. **Conferência Direito do Trabalho e Globalização**, 2014. (Outra)
.
19. **Encontro Regional de Magistrados**, 2014. (Seminário)
.
20. Conferencista no(a) **I Encontro dos Juízes Coordenadores do Programa Trabalho Seguro do TRT da 12ª Região**, 2014. (Encontro)
Programa Trabalho Seguro.
21. Conferencista no(a) **I Seminário sobre Administração da Justiça - Programa Universitário de Apoio às Relações de Trabalho e à Administração da Justiça (PRUNART - UFMG)**, 2014. (Seminário)
Acesso à justiça.
22. **II Seminário Piauiense Trabalho Seguro - Educação para Prevenção**, 2014. (Seminário)
.
23. **Trabalho Portuário e visita ao Porto de Paranaguá**, 2014. (Outra)
.

24. **XI Simpósio Nacional de Direito Constitucional**, 2014. (Simpósio)
- .
25. **II Fórum de Sustentabilidade - Cidadania e Justiça - Escola TRT9**, 2013. (Seminário)
- .
26. Conferencista no(a) **Regras de concurso para magistratura**, 2013. (Simpósio)
Inovações Estruturantes.
27. **VI Jornada da Lei Maria da Penha**, 2013. (Seminário)
- .
28. **VII Jornada da Lei Maria da Penha**, 2013. (Seminário)
- .
29. Conferencista no(a) **Seminário "Métodos Consensuais de Solução de Conflitos: Rumos da Resolução 125 do CNJ"**, 2012. (Seminário)
Estruturação da Política Judiciária Nacional de tratamento adequado de conflitos.
30. Conferencista no(a) **Seminário Rumos da Mediação de Conflitos no Brasil**, 2012. (Seminário)
A Experiência da Mediação Judicial e a Resolução 125 do CNJ.
31. **X Simpósio Nacional de Direito Constitucional**, 2012. (Simpósio)
- .
32. **100ª Conferência Internacional do Trabalho da OIT**, 2011. (Outra)
- .
33. Apresentação Oral no(a) **Diálogo Judicial Brasil-Estados Unidos 2011**, 2011. (Encontro)
Conciliação e CNJ.
34. Moderador no(a) **Encontro Nacional do Encarceramento Feminino**, 2011. (Encontro)
mesa "Mães e crianças no cárcere".
35. Conferencista no(a) **I Encontro Nacional de Experiências de Tomada de Depoimento Especial de Crianças e Adolescentes no Judiciário Brasileiro**, 2011. (Encontro)
Os Mutirões da Cidadania e o Processo de Implantação do Depoimento Especial no Judiciário Brasileiro.
36. Apresentação Oral no(a) **I Seminário do Trabalho Rural do Baixo São Francisco**, 2011. (Seminário)
A resolução 125 do CNJ na Justiça do Trabalho.
37. Conferencista no(a) **III Encontro Brasileiro de Auditoria, Avaliação e Perícia Econômico-Financeira**, 2011. (Encontro)
A atuação do CNJ e do Poder Judiciário e os efeitos na sociedade brasileira.
38. Conferencista no(a) **IV Congresso Ibero-Americano sobre cooperação judicial Rumo ao Espaço Judiciário Latino-Americano - "O Governo do Poder Judiciário e os Espaço Judiciais Transnacionais"**, 2011. (Congresso)
As ações do CNJ nas áreas de cidadania e direitos humanos.
39. Apresentação Oral no(a) **Mesa Redonda de Debate sobre a Mediação no Processo Judicial realizada pela Associação Comercial do Paraná**, 2011. (Encontro)
Resolução n. 125/CNJ.
40. Apresentação Oral no(a) **Os 100 Maiores Litigantes**, 2011. (Outra)
Concessionárias de Energia Elétrica.
41. Conferencista no(a) **Seminário Lei Maria da Penha**, 2011. (Seminário)
A constitucionalidade da Lei Maria da Penha.

42. Conferencista no(a) **Seminário sobre conciliação e mediação. Estruturação da Política Judiciária Nacional**, 2011. (Seminário)
Estruturação da Política Judiciária Nacional.
43. Conferencista no(a) **US-BRAZIL JUDICIAL DIALOGUE**, 2011. (Encontro)
Role of Alternative Dispute Resolution: Conciliation and Mediation in Brazilian and American Law.
44. Conferencista no(a) **V Jornada da Lei Maria da Penha**, 2011. (Simpósio)
A implantação dos Juizados especializados de Violência Doméstica e Familiar contra a mulher.
45. Conferencista no(a) **VII Jornada da Lei Maria da Penha**, 2011. (Simpósio)
Lei Maria da Penha.
46. Apresentação Oral no(a) **II Fórum das Mulheres Empreendedoras**, 2011. (Encontro)
A Prática da Conciliação e a Efetividade da Lei Maria da Penha.
47. Conferencista no(a) **1º Seminário: Novas Perspectivas para a Resolução de Conflitos no Brasil**, 2010. (Seminário)
Políticas Públicas de Resolução de Conflitos: O Papel do CNJ.
48. Apresentação Oral no(a) **9º Curso de Formação Inicial da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho**, 2010. (Encontro)
Sistema Judiciário – O papel do CNJ e do CSJT no Poder Judiciário.
49. Apresentação Oral no(a) **Associação dos Advogados de São Paulo**, 2010. (Outra)
Solução Extrajudicial de Controvérsias.
50. Apresentação Oral no(a) **Curso sobre Escuta Especial de Crianças e Adolescentes vítimas e testemunhas em processos judiciais e o papel da defesa técnica**, 2010. (Outra)
Normativa Internacional e Recomendações no Conselho Nacional de Justiça sobre Direitos e Garantias Processuais para a Escuta Especial de Crianças e Adolescentes Vítimas e Testemunhas de Processos Judiciais.
51. Moderador no(a) **Encontro Nacional do Judiciário sobre Precatórios**, 2010. (Encontro)
Painel "Compensação, cessão e leilão dos precatórios".
52. Apresentação Oral no(a) **I Congresso Internacional da Associação dos Magistrados Brasileiros - AMB**, 2010. (Congresso)
Conciliação e o CNJ.
53. Moderador no(a) **I Encontro do Fórum do Judiciário para a Saúde**, 2010. (Encontro)
Fórum do Judiciário para a Saúde.
54. Conferencista no(a) **II Fórum Nacional de Juizes de Violência Doméstica e familiar contra a Mulher - FONAVID**, 2010. (Simpósio)
Palestra de encerramento.
55. Apresentação Oral no(a) **IV Congresso Ibero-Americano sobre Cooperação Judicial Rumo ao Espaço Judiciário Latino-Americano**, 2010. (Congresso)
O Governo do Poder Judiciário e os Espaços Judiciais Transnacionais.
56. Apresentação Oral no(a) **IV FOJESP - Fórum de Juizados Especiais do Estado de São Paulo**, 2010. (Outra)
A conciliação e o Provimento 125, do CNJ.
57. Conferencista no(a) **IV Jornada Lei Maria da Penha**, 2010. (Simpósio)
O funcionamento dos 43 Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a mulher espalhados pelo Brasil.

58. Apresentação Oral no(a) **IV Jornada de Trabalhos sobre a Lei Maria da Penha**, 2010. (Encontro)
Abertura e Introdução.
59. Apresentação Oral no(a) **IX Simpósio Nacional de Direito Constitucional**, 2010. (Congresso)
O direito do trabalho: Grandes transformações e recentes marcos normativos.
60. Conferencista no(a) **O funcionamento dos 43 Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a mulher espalhados pelo Brasil**, 2010. (Encontro)
Palestra de Abertura.
61. Conferencista no(a) **Seminário da Semana Nacional de Conciliação do ano de 2010**, 2010. (Seminário)
Seminário da Semana Nacional de Conciliação do ano de 2010.
62. Conferencista no(a) **Seminário da Semana Nacional de Conciliação do ano de 2010 com os gestores dos Tribunais**, 2010. (Seminário)
Estruturação da Semana Nacional de Conciliação.
63. Conferencista no(a) **Seminário da pesquisa sobre o sistema de justiça Infanto-Juvenil e lançamento dos Mutirões da Cidadania**, 2010. (Seminário)
Sistema de justiça Infanto-Juvenil e lançamento dos Mutirões da Cidadania.
64. Conferencista no(a) **Seminário pelo fim da violência contra a mulher**, 2010. (Seminário)
A estruturação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.
65. Apresentação Oral no(a) **V Jornada de Trabalhos sobre a Lei Maria da Penha**, 2010. (Seminário)
Abertura e Introdução.
66. Apresentação Oral no(a) **VIII Seminário Internacional de Gestão Judicial**, 2010. (Seminário)
Apresentação e Introdução.
67. Apresentação Oral no(a) **Apresentação do Programa Integrar aos Magistrados da Bahia**, 2009. (Seminário)
Independência do Magistrado e o Processo de Modernização das Unidades Judiciárias.
68. Apresentação Oral no(a) **Encontro dos Tribunais Regionais do Trabalho do Sul**, 2009. (Congresso)
Planejamento de Programas de Conciliação/Mediação para Tribunais.
69. Apresentação Oral no(a) **I Fórum de Conciliação da Justiça Federal da 4ª Região**, 2009. (Seminário)
A via conciliatória como técnica de composição de litígios e legitimação social do poder judiciário.
70. Apresentação Oral no(a) **Justiça Eletrônica, Direitos Humanos do III Ibero-Americano sobre Cooperação Judicial – Sociedade do Conhecimento e Direitos Humanos**, 2009. (Seminário)
O Conselho Nacional de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos.
71. Apresentação Oral no(a) **XII Encontro Regional da Amatra 8ª Região**, 2009. (Congresso)
Associativismo e a Valorização da Magistratura.
72. Apresentação Oral no(a) **XX Congresso Brasileiro de Magistrados – Gestão Democrática do Poder Judiciário**, 2009. (Congresso)
Perspectivas do CNJ.
73. **Ciclo de Palestras sobre Mercado de Títulos e Valores Mobiliários e Bolsas de Valores**, 2008. (Simpósio)
.
74. Apresentação Oral no(a) **Curso de Auditoria e Perícia Econômico-Financeira**, 2008. (Encontro)
O Perito Judicial Econômico-Financeiro nas Varas Trabalhistas.

75. Apresentação Oral no(a) **Curso de Formação Inicial**, 2008. (Encontro)
Técnicas de Juízo Conciliatório Trabalhista.

76. Apresentação Oral no(a) **Técnicas Conciliatórias na Execução**, 2008. (Encontro)
Técnicas Conciliatórias na Execução.

77. Conferencista no(a) **VII Semana Acadêmica do Curso de Bacharelado em Direito da Faculdade Mater Dei**, 2007. (Seminário)
Jurisdição trabalhista após a Emenda Constitucional 45.

78. Conferencista no(a) **VI Ciclo de Conferências de Direito do Trabalho**, 2005. (Simpósio)
A Nova Estrutura do Judiciário Trabalhista "A Reforma do Judiciário e a Nova Lei de Falência: Impacto sobre o Direito do Trabalho".

79. Conferencista no(a) **Encontro Regional de Procuradores do Trabalho, Juizes do Trabalho e Auditores Fiscais do Trabalho no Paraná**, 2003. (Encontro)
Debatedora "Reforma trabalhista: propostas concretas.

Organização de evento

1. **RICHA, M. A.**

9ª Semana Institucional do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, 2019. (Outro, Organização de evento)

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Meio digital

2. **RICHA, M. A.**

Capacitação de servidores da área administrativa para atuação em unidades judiciárias, 2018. (Outro, Organização de evento)

Referências adicionais: Brasil/Português.

3. **RICHA, M. A.**

Encontro de Diretores de Secretaria de Varas do Trabalho do TRTPR, 2018. (Outro, Organização de evento)

Referências adicionais: Brasil/Português.

4. **RICHA, M. A.**

Encontro de Magistrados - Gramado, 2018. (Outro, Organização de evento)

Referências adicionais: Brasil/Português.

5. **RICHA, M. A.**

I Concurso Público Nacional Unificado para Ingresso na Carreira da Magistratura do Trabalho, 2018. (Concurso, Organização de evento)

*Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Outro
Participante da Comissão Examinadora da Prova de Sentença.*

6. **RICHA, M. A.**

Palestra Previdência complementar do regime próprio dos servidores públicos, 2018. (Outro, Organização de evento)

Referências adicionais: Brasil/Português.

7. **RICHA, M. A.**

Palestra Previdência complementar do regime próprio dos servidores públicos - Cascavel, 2018. (Outro, Organização de evento)

Referências adicionais: Brasil/Português.

8. **RICHA, M. A.**

Palestra Previdência complementar do regime próprio dos servidores públicos - Londrina, 2018. (Outro, Organização de evento)

Referências adicionais: Brasil/Português.

9. **RICHA, M. A.**

Palestra Previdência complementar do regime próprio dos servidores públicos - Maringá, 2018. (Outro, Organização de evento)

Referências adicionais: Brasil/Português.

10. RICHA, M. A.

Palestra Previdência complementar do regime próprio dos servidores públicos - Ponta Grossa, 2018. (Outro, Organização de evento)

Referências adicionais: Brasil/Português.

11. RICHA, M. A.

Palestra Reforma Trabalhista e Direito Material do Trabalho, 2018. (Outro, Organização de evento)

Referências adicionais: Brasil/Português.

12. RICHA, M. A.

Seminário, 2018. (Outro, Organização de evento)

Referências adicionais: Brasil/Português.

13. RICHA, M. A.

Seminário "Reforma Trabalhista: o dia seguinte", 2018. (Outro, Organização de evento)

Referências adicionais: Brasil/Português.

14. RICHA, M. A.

Workshop Diálogos Sociais - Caminhoneiros, 2018. (Outro, Organização de evento)

Referências adicionais: Brasil/Português.

15. RICHA, M. A.

Workshop Execução trabalhista, 2018. (Outro, Organização de evento)

Referências adicionais: Brasil/Português.

16. RICHA, M. A.

8ª Semana Institucional da Magistratura do TRTPR, 2018. (Outro, Organização de evento)

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Meio digital

17. RICHA, M. A.

Fórum Internacional - Direitos Humanos e a Organização Internacional do Trabalho, 2014. (Congresso, Organização de evento)

Palavras-chave: Direitos Humanos, Organização Internacional do Trabalho

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Outro

18. RICHA, M. A.

1ª Semana Institucional da Magistratura, 2011. (Congresso, Organização de evento)

Palavras-chave: Justiça do Trabalho

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Outro

Bancas

Bancas

Participação em banca de comissões julgadoras

Concurso público

1. I Concurso Público Nacional Unificado para Ingresso na Carreira da Magistratura do Trabalho, 2017

Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho

Referências adicionais: Brasil/Português.

Totais de produção

Produção bibliográfica

Página gerada pelo sistema Currículo Lattes em 13/10/2021 as 18:43:33

19

MORGANA
DE ALMEIDA
RICHA:19791

Assinado de forma digital por
MORGANA DE ALMEIDA RICHA:19791
Dados: 2021.10.26 13:50:01 -03'00'

Página 18 de

Artigos completos publicados em periódico.....	7
Capítulos de livros publicados.....	6
Livros organizados ou edições.....	1
Apresentações de trabalhos (Conferência ou palestra).....	45
Apresentações de trabalhos (Seminário).....	3
Apresentações de trabalhos (Simpósio).....	1
Apresentações de trabalhos (Outra).....	2
Demais produções bibliográficas.....	1

Eventos

Participações em eventos (congresso).....	7
Participações em eventos (seminário).....	24
Participações em eventos (simpósio).....	9
Participações em eventos (oficina).....	2
Participações em eventos (encontro).....	22
Participações em eventos (outra).....	13
Organização de evento (concurso).....	1
Organização de evento (congresso).....	2
Organização de evento (outro).....	15
Participação em banca de comissões julgadoras (concurso público).....	1

MORGANA
DE ALMEIDA
RICHA:1979
1

Assinado de forma
digital por MORGANA
DE ALMEIDA
RICHA:19791
Dados: 2021.10.26
13:50:17 -03'00'



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

OFÍCIO n° 19/2021

Curitiba, 26 de outubro de 2021.

A Sua Excelência o Senhor
Ministro **ANDERSON GUSTAVO TORRES**
Ministro da Justiça e Segurança Pública
Brasília - DF

Assunto: **Indicação para Ministro do TST.**

Excelentíssimo Senhor Ministro,

Tendo sido indicada para o cargo de Ministra do Tribunal Superior do Trabalho, **para os efeitos do art. 383, inciso I, alínea b, item 1 e § 2º** do Regimento Interno do Senado Federal, com redação dada pela **Resolução n° 41, de 2013**, informo a V. Exª que **não possuo parentes** que exercem ou exerceram atividades, públicas ou privadas, vinculados à estrutura do Poder Judiciário.

Respeitosamente,

MORGANA DE
ALMEIDA
RICHA:19791

Assinado de forma digital por
MORGANA DE ALMEIDA
RICHA:19791
Dados: 2021.10.26 13:27:27 -03'00'

MORGANA DE ALMEIDA RICHA
Desembargadora do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região



Alameda Dr. Carlos de Carvalho, 528, Centro
Curitiba-PR
CEP 80430-180
Tel.: (41) 3310-7000



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

OFÍCIO n° 20/2021

Curitiba, 26 de outubro de 2021.

A Sua Excelência o Senhor
Ministro **ANDERSON GUSTAVO TORRES**
Ministro da Justiça e Segurança Pública
Brasília - DF

Assunto: **Indicação para Ministro do TST.**

Excelentíssimo Senhor Ministro,

Tendo sido indicada para o cargo de Ministra do Tribunal Superior do Trabalho, **para os efeitos do art. 383, inciso I, alínea b, item 2 e § 2º** do Regimento Interno do Senado Federal, com redação dada pela **Resolução n° 41, de 2013**, informo a V. Exª que **não ocupei**, em qualquer tempo, cargo ou atividade como sócio, proprietário ou gerente de empresas ou entidades não governamentais.

Respeitosamente,

MORGANA DE
ALMEIDA
RICHA:19791

Assinado de forma digital por
MORGANA DE ALMEIDA
RICHA:19791
Dados: 2021.10.26 13:29:07 -03'00'

MORGANA DE ALMEIDA RICHA
Desembargadora do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região



Alameda Dr. Carlos de Carvalho, 528, Centro
Curitiba-PR
CEP 80430-180
Tel.: (41) 3310-7000



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

OFÍCIO n° 21/2021

Curitiba, 26 de outubro de 2021.

A Sua Excelência o Senhor
Ministro **ANDERSON GUSTAVO TORRES**
Ministro da Justiça e Segurança Pública
Brasília - DF

Assunto: **Indicação para Ministro do TST.**

Excelentíssimo Senhor Ministro,

Tendo sido indicada para o cargo de Ministra do Tribunal Superior do Trabalho, **para os efeitos do art. 383, inciso I, alínea b, item 3 e § 3º** do Regimento Interno do Senado Federal, com redação dada pela **Resolução n° 41, de 2013**, do Senado Federal, informo a V. Exª a minha **regularidade fiscal**, no âmbito federal, estadual e municipal, **conforme documentação anexa.**

Respeitosamente,

**MORGANA DE
ALMEIDA
RICHA:19791**

Assinado de forma
digital por MORGANA DE
ALMEIDA RICHA:19791
Dados: 2021.10.26
13:30:50 -03'00'

MORGANA DE ALMEIDA RICHA
Desembargadora do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região



Alameda Dr. Carlos de Carvalho, 528, Centro
Curitiba-PR
CEP 80430-180alho,
Tel.: (41) 3310-7000



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: MORGANA DE ALMEIDA RICHA
CPF: 603.749.269-72

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão se refere à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 13:37:47 do dia 26/10/2021 <hora e data de Brasília>.

Válida até 24/04/2022.

Código de controle da certidão: **F757.09CF.ABF4.E181**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 025279715-40

Certidão fornecida para o CPF/MF: **603.749.269-72**

Nome: **CPF NÃO CONSTA NO CADASTRO DE CONTRIBUINTES DO ICMS/PR**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta certidão engloba pendências do próprio CPF ou pelas quais tenha sido responsabilizado e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como, ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 23/02/2022 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br

**CERTIDÃO NEGATIVA
DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS E DÍVIDA ATIVA MUNICIPAL**

Certidão nº: 9.326.192

CPF: 603.749.269-72

Nome: MORGANA DE ALMEIDA RICHIA

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Municipal inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria Municipal de Finanças e créditos tributários e não tributários inscritos em dívida ativa junto à Procuradoria Geral do Município (PGM).

Esta certidão compreende os Tributos Mobiliários (Imposto sobre serviço - ISS), Tributos Imobiliários (Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU), Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis Intervivos- ITBI e Contribuição de Melhoria), Taxas de Serviços e pelo Poder de Polícia e outros débitos municipais inscritos em dívida ativa.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço
<https://cnd-cidadao.curitiba.pr.gov.br/Certidao/ValidarCertidao>.

Certidão emitida com base no Decreto 619/2021 de 24/03/2021.

Emitida às 13:40 do dia 26/10/2021.

Código de autenticidade da certidão: 9C76E5DC8FC8406F4A080C700AA4AA16B3

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Válida até 24/01/2022 – Fornecimento Gratuito

Você também pode validar a autenticidade
da certidão utilizando um leitor de QRCode.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

OFÍCIO nº 22/2021

Curitiba, 26 de outubro de 2021.

A Sua Excelência o Senhor
Ministro **ANDERSON GUSTAVO TORRES**
Ministro da Justiça e Segurança Pública
Brasília - DF

Assunto: **Indicação para Ministro do TST.**

Excelentíssimo Senhor Ministro,

Tendo sido indicada para o cargo de Ministra do Tribunal Superior do Trabalho, **para os efeitos do art. 383, inciso I, alínea b, item 4 e § 2º** do Regimento Interno do Senado Federal, com redação dada pela **Resolução nº 41, de 2013**, informo a V. Exª que tramita junto ao Juízo Federal da 6ª Vara Federal de Curitiba ação judicial em que figuro como parte autora (nº 5036456-26.2021.4.04.7000), **conforme documento anexo**. No mais, informo a **inexistência** de outras demandas judiciais em que figure como parte, seja como autora ou ré, em qualquer grau de jurisdição, bem como em procedimento administrativo-disciplinar.

Respeitosamente,

MORGANA DE
ALMEIDA
RICHA:19791

Assinado de forma digital por
MORGANA DE ALMEIDA
RICHA:19791
Dados: 2021.10.26 16:00:28
-03'00'

MORGANA DE ALMEIDA RICHA

Desembargadora do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região



Alameda Dr. Carlos de Carvalho, 528, Centro
Curitiba-PR
CEP 80430-180
Tel.: (41) 3310-7000

50

PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL Nº 5036456-26.2021.4.04.7000 (Processo Eletrônico - E-Proc V2 - PR)**Data de autuação:** 09/06/2021 16:48:59**Tutela:** Deferida**Juiz:** VERA LÚCIA FEIL PONCIANO**Órgão Julgador:** Juízo Federal da 6ª VF de Curitiba**Situação:** MOVIMENTO-AGUARDA SENTENÇA**Justiça gratuita:** Não requerida**Valor da causa:** 5409.80**Intervenção MP:** Não**Competência:** JEF Cível**Assuntos:**

1. Magistratura, Agentes Políticos, DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO

AUTOR: MORGANA DE ALMEIDA RICHA**RÉU: UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO**

([Clique aqui para mostrar todas as partes/advogados](#))

Nome: PAULA ANGELICA BAEK XAVIER (Advogado do AUTOR)**Nome:** PEDRO HENRIQUE XAVIER (Advogado do AUTOR)**Nome:** COORDENAÇÃO REGIONAL DE SERVIDORES ESTATUTÁRIOS (Procurador do RÉU)

[Clique aqui para ver os processos relacionados no TRF4](#)

27/09/2021 19:19 - 21. Conclusos para julgamento**12/09/2021 21:52** - 20. Juntada de Petição - Refer. ao Evento: 18 - PETIÇÃO**12/09/2021 21:52** - 19. Confirmada a intimação eletrônica - Refer. ao Evento: 18

([Próximos Eventos](#))

MORGANA
DE ALMEIDA
RICHA:1979

1

Assinado de forma
digital por
MORGANA DE
ALMEIDA
RICHA:19791
Dados: 2021.10.26
13:44:50 -03'00'



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

OFÍCIO nº 23/2021

Curitiba, 26 de outubro de 2021.

A Sua Excelência o Senhor
Ministro **ANDERSON GUSTAVO TORRES**
Ministro da Justiça e Segurança Pública
Brasília - DF

Assunto: **Indicação para Ministro do TST.**

Excelentíssimo Senhor Ministro,

Tendo sido indicada para o cargo de Ministra do Tribunal Superior do Trabalho, **para os efeitos do art. 383, inciso I, alínea b, item 5** do Regimento Interno do Senado Federal, bem como do **art. 1º, alínea b, item 5, da Resolução nº 41, de 2013**, do Senado Federal, informo a V. Exª que **atuo** como Magistrado do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, há 29 (vinte e nove) anos.

Respeitosamente,

MORGANA DE
ALMEIDA RICHA:19791

Assinado de forma digital por
MORGANA DE ALMEIDA
RICHA:19791
Dados: 2021.10.26 13:33:15 -03'00'

MORGANA DE ALMEIDA RICHA

Desembargadora do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região



Alameda Dr. Carlos de Carvalho, 528, Centro
Curitiba-PR
CEP 80430-180
Tel.: (41) 3310-7000



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

OFÍCIO nº 24/2021

Curitiba, 26 de outubro de 2021.

A Sua Excelência o Senhor
Ministro **ANDERSON GUSTAVO TORRES**
Ministro da Justiça e Segurança Pública
Brasília - DF

Assunto: **Indicação para Ministro do TST.**

Excelentíssimo Senhor Ministro,

Tendo sido indicada para o cargo de Ministra do Tribunal Superior do Trabalho, **para os efeitos do art. 383, inciso I, alínea b, item 5 e § 2º** do Regimento Interno do Senado Federal, bem como do **art. 1º, alínea b, item 5, da Resolução nº 41, de 2013**, do Senado Federal, informo a V. Exª que **não atuei**, nos últimos 5 anos, em conselhos de administração de empresas estatais ou em cargos de direção de agências reguladoras.

Respeitosamente,

MORGANA DE
ALMEIDA
RICHA:19791

Assinado de forma digital por
MORGANA DE ALMEIDA
RICHA:19791
Dados: 2021.10.26 13:34:08 -03'00'

MORGANA DE ALMEIDA RICHA

Desembargadora do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região



Alameda Dr. Carlos de Carvalho, 528, Centro
Curitiba-PR
CEP 80430-180
Tel.: (41) 3310-7000



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

OFÍCIO nº 25/2021

Curitiba, 26 de outubro de 2021.

A Sua Excelência o Senhor
Ministro **ANDERSON GUSTAVO TORRES**
Ministro da Justiça e Segurança Pública
Brasília - DF

Assunto: **Indicação para Ministro do TST.**

Excelentíssimo Senhor Ministro,

Tendo sido indicada para o cargo de Ministra do Tribunal Superior do Trabalho, **para os efeitos do art. 383, inciso I, alínea c**, do Regimento Interno do Senado Federal, com redação dada pela **Resolução nº 41, de 2013**, encaminho argumentação escrita.

Respeitosamente,

MORGANA DE
ALMEIDA RICHA:19791

Assinado de forma digital por
MORGANA DE ALMEIDA
RICHA:19791
Dados: 2021.10.26 13:35:04 -03'00'

MORGANA DE ALMEIDA RICHA
Desembargadora do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região



Alameda Dr. Carlos de Carvalho, 528, Centro
Curitiba-PR
CEP 80430-180
Tel.: (41) 3310-7000

ARGUMENTAÇÃO ESCRITA

Por meio da presente argumentação escrita, a fim de atender as exigências do art. 383, I, c, do Regimento Interno do Senado Federal, reporto-me à honrosa indicação de meu nome pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, para a função de Ministra do Tribunal Superior do Trabalho.

Nasci em Toledo, interior do Paraná, em 1967.

Graduada em Direito pela Universidade Federal do Paraná em 1990, atuei como advogada até o ingresso na carreira pública da magistratura do trabalho em 30/06/1992, mediante aprovação em concurso de provas e títulos.

Exerci a atividade judicante pelo interior do Estado, sendo que em 05/09/1994 assumi a condição de juíza titular. Transcorridos 27 anos no exercício da função no primeiro grau de jurisdição, em novembro de 2019 fui promovida por merecimento ao cargo de Desembargadora do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, função que ocupo atualmente.

Ocupei o cargo de Coordenadora da Escola Judicial do TRTPR, no biênio 2018/2019, que tem por finalidade a formação acadêmica e doutrinária dos magistrados e servidores do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná.

No biênio 2014/2015 fui Coordenadora do Comitê Gestor Nacional do Programa Trabalho Seguro, uma iniciativa do Conselho Superior da Justiça do Trabalho e do Tribunal Superior do Trabalho, em parceria com diversas instituições públicas e privadas, para formulação e execução de projetos e ações nacionais voltados à prevenção de acidentes de trabalho e ao fortalecimento da Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho.

Ocupei o cargo de Conselheira do Conselho Nacional de Justiça, no biênio 2009/2011, após indicação dos Ministros do Tribunal Superior do Trabalho e sabatina deste Senado Federal.

Como Conselheira do CNJ, presidi a Comissão de Acesso à Justiça e Cidadania, responsável, por exemplo, pela condução dos programas de conciliação e mediação nos Tribunais do país, além da coordenação das Jornadas da Lei Maria da Penha, no enfrentamento das questões envolvendo violência física e psíquica contra a mulher. Dentre os diversos eventos e palestras no período de atuação no CNJ, como convidada ou palestrante, destaco: do IV Congresso Ibero-Americano sobre Cooperação Judicial Rumo ao Espaço Judiciário Latino-Americano em Cartagena das Índias/Colômbia; do I Congresso

Internacional da Associação dos Magistrados Brasileiros, em Toronto/Canadá; da X Bienal da Associação Internacional de Juízas Mulheres, em Seul/Coreia do Sul; do Diálogo Judicial Brasil-Estados Unidos, realizado em Washington/EUA; da 100ª Conferência Internacional do Trabalho da OIT, em Genebra/Suíça; do Programa Internacional do National Center for State Courts – Métodos Alternativos para Resolução de Conflitos – Williamsburg e Washington/EUA.

No campo acadêmico, sou doutora e mestre em Direito Constitucional pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), com linha de pesquisa voltada ao acesso à justiça por meio de políticas públicas judiciárias.

Possuo diversos artigos publicados em periódicos e livros, além de ter sido corresponsável pela coordenação do livro: "Conciliação e Mediação: a estruturação da Política Judiciária Nacional".

Assim é que submeto meu nome à elevada apreciação de V. Exas., esperando merecer mais uma vez a confiança desta Casa para cumprir a missão institucional junto ao Tribunal Superior do Trabalho.

Curitiba, 26 de outubro de 2021.

MORGANA DE
ALMEIDA
RICHA:19791

Assinado de forma digital por
MORGANA DE ALMEIDA
RICHA:19791
Dados: 2021.10.26 15:54:15
-03'00'

MORGANA DE ALMEIDA RICHA

2

**PARECER Nº , DE 2021**

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Ofício “s” nº 14, de 2021 (Ofício TST.GP nº 130, de 25/08/2021, da Ministra Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, na origem) que *submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso III, da Constituição Federal, o nome do Senhor Ministro LUIZ PHILIPPE VIEIRA DE MELLO FILHO, para compor o Conselho Nacional de Justiça – CNJ, na vaga destinada ao Tribunal Superior do Trabalho.*

Relator: Senador **ANTONIO ANASTASIA**

A Excelentíssima Senhora Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Ministra Presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), submete à apreciação do Senado Federal, por meio do Ofício TST.GP nº 130, de 25 de agosto de 2021 (Ofício “S” nº 14, de 2021), o nome de Sua Excelência o Senhor LUIZ PHILIPPE VIEIRA DE MELLO FILHO, Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, para integrar o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), nos termos do inciso III do art. 103-B da Constituição Federal, inserido pela Emenda Constitucional nº 45, de 30 de dezembro de 2004, a Reforma do Judiciário, e da Resolução do Senado Federal nº 7, de 27 de abril de 2005.

Cabe a esta CCJ, de acordo com a citada Resolução, proceder à sabatina dos indicados.

Em observância ao art. 383, inciso I, alínea “a”, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), o indicado encaminhou a esta Casa seu *curriculum vitae*, a seguir brevemente relatado.

Nascido em Belo Horizonte, Minas Gerais, o indicado graduou-se em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), tendo frequentado cursos de aperfeiçoamento, especialização e atualização em diversos ramos das ciências jurídicas.





Tornou-se Ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST) há quinze anos, em fevereiro de 2006, tendo iniciado sua carreira na magistratura trabalhista em 1987, quando foi nomeado Juiz do Trabalho Substituto do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região e alçado, em 1998, a Desembargador do referido Tribunal.

Antes de integrar aquela Corte como Ministro, foi convocado, em caráter excepcional e transitório, por diversas vezes, entre 1999 e 2004, para substituir seus Ministros.

Nos anos que antecederam o seu ingresso na magistratura trabalhista, exerceu a advocacia, foi oficial de gabinete da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais e assessorou o Ministro Luiz Phillippe Vieira de Melo do TST.

Atualmente, o indicado ocupa o cargo de Vice-Presidente do TST, eleito que foi para o biênio 2020/2022.

Sua Excelência ministrou aulas e cursos em instituições de ensino jurídico voltados para a magistratura e justiça trabalhistas e participou de diversas bancas e comissões examinadoras para o ingresso na magistratura e no ministério público trabalhistas, tendo, ainda, participado de diversos eventos, congressos, seminários e proferido conferências.

Integrou diversas diretorias, conselhos de instituições e grupos de trabalho vinculados ou associados aos objetivos da justiça do trabalho.

A obra bibliográfica do autor compreende a produção e organização de livros, capítulos de livros e artigos publicados em periódicos sobre matéria jurídica, especialmente, do âmbito da Justiça do Trabalho.

Sua Excelência recebeu diversas condecorações, conforme consta do seu extenso currículo.

Conforme disposto no art. 383, I, “b”, do RISF, o indicado informou que o seu irmão, Caio Luiz de Almeida Vieira de Melo, exerceu cargos públicos vinculados a sua atividade profissional, com a discriminação dos referidos períodos.





Sua Excelência informou, ainda, que não ocupou, em qualquer tempo, cargo ou atividade como sócio, proprietário ou gerente de empresas ou entidades não governamentais.

Também não atuou, nos últimos cinco anos, em conselhos de administração de empresas estatais ou em cargos de direção de agências reguladoras.

Sua Excelência apresentou, em documentação anexa, certidões de regularidade fiscal, nos âmbitos federal, estadual, distrital e municipal, que atestam não haver qualquer pendência, informando, ademais, também inexistirem ações judiciais em que o indicado figure como parte, em qualquer grau de jurisdição.

Declara, ademais, que não é membro do Congresso Nacional, do Poder Legislativo dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, ou cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, de membro desses Poderes.

Em argumentação escrita demonstra ter experiência profissional, formação técnica adequada e afinidade intelectual e moral para o exercício da atividade de Conselheiro no Conselho Nacional de Justiça.

Diante do exposto, considerando tratar-se de deliberação por voto secreto, limitamo-nos a proferir este relatório, acreditando estarmos fornecendo às Senhoras Senadoras e aos Senhores Senadores integrantes desta Comissão os elementos suficientes para decidir sobre a indicação do Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho para o cargo de Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator





SENADO FEDERAL

OFÍCIO "S" Nº 14, DE 2021

(nº 630/2021, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso III, da Constituição Federal, o nome do Senhor Ministro LUIZ PHILIPPE VIEIRA DE MELLO FILHO, para compor o Conselho Nacional de Justiça – CNJ, na vaga destinada ao Tribunal Superior do Trabalho.

AUTORIA: Tribunal Superior do Trabalho

DOCUMENTOS:

[- Texto do ofício](#)



[Página da matéria](#)



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

OFÍCIO TST.GP Nº 630

Brasília, 25 de agosto de 2021.

A Sua Excelência o Senhor

Senador RODRIGO PACHECO

Presidente do Senado Federal

Brasília – DF

Assunto: **Indicação do Excelentíssimo Senhor Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, Vice-Presidente do Tribunal, para integrar o Conselho Nacional de Justiça.**

Senhor Presidente,

Informo a Vossa Excelência que o Pleno do Tribunal Superior do Trabalho, em sessão ordinária, indicou, por aclamação, o Excelentíssimo Senhor Ministro LUIZ PHILIPPE VIEIRA DE MELLO FILHO, Vice-Presidente do Tribunal, para integrar o Conselho Nacional de Justiça, nos termos do disposto no art. 103-B, inciso III, da Constituição Federal, consoante consta da anexa Resolução Administrativa nº 2.255, de 23 de agosto de 2021.

Submeto, assim, a indicação em referência à apreciação dessa nobre Casa Legislativa, a teor do que preceitua o art. 103-B, § 2º, do Texto Constitucional.

Registro, por fim, que a documentação exigida será encaminhada com a brevidade possível.

No ensejo, ao cumprimentar cordialmente Vossa Excelência, externo protestos da mais elevada consideração.

Atentamente,

MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI

Ministra Presidente do Tribunal Superior do Trabalho e
do Conselho Superior da Justiça do Trabalho



LUIZ PHILIPPE VIEIRA DE MELLO FILHO

CURRICULUM VITAE

Identificação

Nome: Luiz Philippe Vieira de Mello Filho
 Filiação: Luiz Philippe Vieira de Mello e Santuza de Almeida Vieira de Mello
 Nascimento: 24 de Março de 1961
 Naturalidade: Belo Horizonte/MG

Endereço profissional

TST
 SAFS – Quadra 8 – Lote 1 – Bloco B
 70070-943 Brasília/DF
 Telefone: 55 + (61) 3043-4760

Formação acadêmica

1980 -1985 Graduação em Direito
 Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG
 Belo Horizonte/MG

Curso Ginásial e Científico
 Colégio Marista Dom Silverio
 Belo Horizonte/MG

Curso primário
 Instituto Ariel
 Belo Horizonte/MG

Atuação profissional - Magistratura

2020 Eleito Vice-presidente do Tribunal Superior do Trabalho para o biênio 2020-2022.

2006 Ministro Togado do Tribunal Superior do Trabalho
 Nomeado por Ato do Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva
 15/02/2006
 Brasília/DF

Ministro do Tribunal Superior do Trabalho – TST

LUIZ PHILIPPE VIEIRA DE MELLO FILHO

Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região

- 1998 Desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região
Promovido por merecimento
Nomeado por Ato do Presidente da República Fernando Henrique Cardoso
13/08/1998
Belo Horizonte/MG
- 1987 Juiz do Trabalho Substituto do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região,
concurso e nomeado por Ato do Presidente da República José Sarney
10/07/1987
Belo Horizonte/MG

Idiomas

- 1996-1999 Língua italiana
Fundação Galileu Galilei – Fundação Torino
Níveis Básico I ao Avançado III
Belo Horizonte/MG

Prêmios e títulos

- 1987 Aprovado, em 2º lugar, no concurso público de provas e títulos para o cargo de Juiz do Trabalho Substituto Juiz do Trabalho Substituto do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região
- 1985 Aprovado, em 1º lugar, no exame de ordem
Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Minas Gerais – OAB/MG
22/03/1985

Atividade docente

Aulas e cursos ministrados

- Até 2016 Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho
ENAMAT / TST
Professor colaborador
Disciplina: Recurso nos Tribunais
Brasília/DF
- 2016 Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho
ENAMAT / TST

Curso de Formação de Servidores e Ministros: O Novo CPC na perspectiva das Instruções Normativas nºs 39 e 40/2016 do TST

Aulas ministradas com os temas: "Tutela Provisória no novo CPC" e "As Normas Fundamentais no novo CPC"

Brasília/DF

2016 Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho ENAMAT / TST

7º Curso de Formação Continuada em Administração Judiciária de Tribunais Regionais do Trabalho para Presidentes, Vice-Presidentes e Corregedores Regionais
Aula ministrada com o tema: "Gestão Judiciária – A Uniformização da Jurisprudência nos Tribunais"

Brasília/DF

2015 Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região

Aula Magna de abertura do semestre judiciário

Tema: "O Sistema Recursal Trabalhista e a Lei nº 13.015/2014"

Vitória /ES

2011 Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho - ENAMAT/TST

Curso de Formação de Formadores para Gestores de Escolas Judiciais

Aula ministrada com o tema: "O papel da Escola Judicial na Formação Profissional do Magistrado"

Brasília/DF

2011 Escola Superior do Ministério Público da União- ESMPU

Curso de Aperfeiçoamento de Procuradores do Trabalho sobre Recursos

Extraordinários / Excepcionais – Recurso de Revista

Aula ministrada com o tema "Recursos no TST - A jurisprudência consolidada como pressuposto processual"

Brasília/DF

2004 Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Assessores e Servidores do TST- CEFAST
Professor Instrutor

Brasília/DF, 25/06/2004 e outubro/2004

Bancas e comissões examinadoras

- 2018 Concurso Nacional Unificado para ingresso na carreira da Magistratura do Trabalho, promovido pelo Tribunal Superior do Trabalho.
Integrante da Comissão examinadora da banca da Prova Oral, conforme Ato Enamat N. 016/2017 e Resolução Administrativa N°2014, de 8 de agosto de 2018.
Brasília /DF
- 2014 Concurso público para o cargo de Juiz do Trabalho Substituto do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região
Presidente e examinador da banca da prova oral
Recife / PE
- 2014 Concurso público para o cargo de Juiz Substituto do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região
Presidente e examinador da banca da prova oral
Salvador / BA
- 2009 15º concurso público de provas e títulos para o cargo de Procurador do Trabalho
Membro da banca das provas oral e de títulos
Brasília / DF
- 2009 Concurso público de provas e títulos para os cargos de Juiz do Trabalho Substituto do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região
Membro da Comissão Examinadora da Prova Oral – 4ª Fase
Cuiabá / MT
- 2008 14º concurso público de provas e títulos para o cargo de Procurador do Trabalho
Membro da banca das provas oral e de títulos
Brasília / DF
- 2005 Concurso público de provas e títulos para o cargo de Juiz do Trabalho Substituto do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região
Membro da banca examinadora da prova oral
Rio de Janeiro / RJ
- 2005 Concurso público de provas e títulos para o cargo de Juiz do Trabalho Substituto do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região

Membro da comissão examinadora da prova oral – 4ª Fase
Campo Grande / MS

2005 Concurso público de provas e títulos para o cargo de Juiz do Trabalho Substituto do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região
Membro da Comissão Examinadora da Prova Oral – 4ª Fase
Cuiabá / MT

2005 Concurso público de provas e títulos para o cargo de Juiz do Trabalho Substituto do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região
Membro titular da comissão da prova oral
Belo Horizonte / MG

2004 XVI Concurso Público para o cargo de Juiz do Trabalho Substituto do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região
Membro da comissão examinadora da quarta prova
Brasília / DF

1998 Concurso público de provas e títulos para o cargo de Técnico Judiciário do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região
Membro Titular da comissão organizadora
Belo Horizonte / MG

1997 Concurso público de provas e títulos para o cargo de Juiz do Trabalho Substituto da 3ª Região
Membro Titular da banca examinadora e Presidente da Comissão da 1ª Prova de Conhecimentos Gerais
Belo Horizonte / MG

1996 Concurso público de provas e títulos para o cargo de Juiz do Trabalho Substituto do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região
Suplente na banca examinadora da prova de conhecimentos específicos- prova escrita
Resolução Administrativa nº 099/1996
Belo Horizonte / MG

1992 Concurso público de provas e títulos para o cargo de Juiz do Trabalho Substituto do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região

Suplente na banca examinadora da prova de conhecimentos específicos - prova escrita

Resolução Administrativa nº 38/1992

Belo Horizonte / MG

Atuação profissional - Detalhada

Tribunal Superior do Trabalho

- 2006 Ministro Togado do Tribunal Superior do Trabalho
Nomeado por Ato do Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva
15/02/2006
- 2004 Convocado, pelo TST, em caráter excepcional e transitório.
Resolução Administrativa nº 999/2004
02/08/2004 a 17/12/2004
- 2004 Convocado, pelo TST, em caráter excepcional e transitório
Resolução Administrativa nº 967/2003
02/02/2004 a 30/06/2004
- 2003 Convocado, pelo TST, em caráter excepcional e transitório, desconvocando-o da atuação na vaga do Ministro Wagner Pimenta
Resolução Administrativa nº 948/2003
1º/08/2003 a 19/12/2003
- 2002 Convocado, pelo TST, para funcionar na vaga aberta pela aposentadoria do Ministro Wagner Pimenta, desconvocando-o da substituição do Ministro Gelson de Azevedo
Resolução Administrativa RA nº 889/2002 e Ato SETP GP nº 383/2002)
09/10/2002
- 2002 Convocado, pelo TST, para substituir o Ministro Gelson de Azevedo
Resolução Administrativa nº 881/2002 e Resolução Administrativa nº 889/2002
06/08/2002 a 29/09/2002 e 29/09/2002 a 30/10/2002
- 2002 Convocado, pelo TST, em caráter excepcional e transitório
Resolução Administrativa nº 837/2002
04/03/2002 a 30/06/2002
- 2001 Convocado, pelo TST, em caráter excepcional e transitório

Resolução Administrativa nº 792/2001
1º/08/2001 a 19/12/2001

2001 Convocado, pelo TST, em caráter excepcional e transitório
Resolução Administrativa nº 753/2000
1º/02/2001 a 28/06/2001

2000 Convocado, pelo TST, em caráter excepcional e transitório
Resolução Administrativa nº 496/2000
14/08/2000 a 19/12/2000

2000 Convocado, pelo TST, em caráter excepcional e transitório
Resolução Administrativa nº 379/1997
1º/02/2000 a 30/06/2000

1999 Convocado, pelo TST, para substituir o Juiz Fernando Eizo Ono
Resolução Administrativa nº 379/1997
03/11/1999 a 17/11/1999

Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região

1998 Juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região
Promovido por merecimento
13/08/1998
Belo Horizonte /MG

1998 Designado para compor a 5ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região
como Juiz convocado
Resolução Administrativa nº 100/1998
13/04/1998 a 13/07/1998
Belo Horizonte / MG

1997-1998 Convocado, em substituição, para o Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região
Atuou no gabinete do Juiz Tarcísio Alberto Giboski, 5ª Turma
Belo Horizonte / MG

1992-1996 Convocado, em substituição, para o Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região
Atuou nos gabinetes dos Juízes Alice Monteiro de Barros, Tarcísio Alberto Giboski,
Carlos Alberto Reis de Paula e Márcio Túlio Viana

1990	Presidente da 3ª JCJ de Belo Horizonte 11/05/1990 Removido a pedido
1990	Presidente da JCJ de Ouro Preto Março de 1990 Removido a pedido
1989	Presidente da 2ª JCJ de Uberaba Outubro de 1989 Removido a pedido
1988	Presidente da JCJ de João Monlevade 14/10/1988 Nomeado por merecimento
1988	Juiz do Trabalho Substituto na JCJ de Poços de Caldas 12/09/1988 a 14/10/1988 Portaria SGP/347
1988	Juiz do Trabalho Substituto na 17ª JCJ de Belo Horizonte 18/07/1988 a 16/08/1988 Portaria SGP/ 293
1988	Juiz do Trabalho Substituto na 15ª JCJ de Belo Horizonte 16/06/1988 a 15/07/1988 Portaria SGP/ 232
1988	Juiz do Trabalho Substituto na JCJ de Ubá 09/05/1988 a 07/06/1988 Portaria SGP/203
1988	Juiz do Trabalho Substituto na 11ª JCJ de Belo Horizonte, 04/04/1988 a 08/05/1988 Portarias SGP/150 e 190
1988	Juiz do Trabalho Substituto na 18ª JCJ de Belo Horizonte

29/03/1988 a 03/04/1988

Portaria SGP/ 077

1988 Juiz do Trabalho Substituto na 11ª JCJ de Belo Horizonte
22/02/1988 a 22/03/1988
Portaria SGP/ 046

1988 Juiz do Trabalho Substituto na 15ª JCJ de Belo Horizonte
18/01/1988 a 16/02/1988
Portaria SGP/ 429

1987 Juiz do Trabalho Substituto na 17ª JCJ de Belo Horizonte
19/11/1987 a 18/12/1987
Portaria SGP/353

1987 Juiz do Trabalho Substituto na JCJ de Ponte Nova
13/10/1987 a 15/11/1987
Portaria SGP/311

1987 Juiz do Trabalho Substituto na 4ª JCJ de Belo Horizonte
14/09/1987 a 12/10/1987
Portarias SGP/279 e 303

1987 Juiz do Trabalho Substituto na 3ª JCJ de Belo Horizonte
10/08/1987 a 08/09/1987
Portaria SGP/238

1987 Juiz do Trabalho Substituto do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região
10/07/1987

Outras atividades

1985 Habilitação da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Minas Gerais

1985 Assessor do Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello
Tribunal Superior do Trabalho
Brasília / DF

1985 Oficial de Gabinete

Secretaria de Estado da Segurança Pública do Estado de Minas Gerais
Gestão Chrispin Jacques Bias Fortes Filho
Belo Horizonte / MG

1983 Oficial de Gabinete, símbolo PC-3
Secretaria de Estado da Segurança Pública do Estado de Minas Gerais
Gestão Carlos Fulgêncio da Cunha Peixoto
Belo Horizonte / MG

1980-1985 Trabalhou no escritório de advocacia "Prof. Osiris Rocha"

Conselhos, Comissões, Grupos de Trabalhos e afins

2018 Membro do Instituto Brasileiro de Direito Processual (IBDP) como Vice-Diretor da área de Processo do Trabalho.

2018-2020 Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho – ENAMAT / TST
Diretor eleito
Biênio 2018-2020

2018 Comissão de Ministros com a finalidade de regulamentar a aplicação da Lei nº 13.467/2017 aos contratos de trabalho vigentes e processos em curso
Tribunal Pleno do Tribunal Superior do Trabalho – Resolução Administrativa nº 1953.
Membro
Instituída em 07/02/2018,

2013-2015 Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho – ENAMAT / TST
Membro do Conselho Consultivo

2013-2015 Comissão de Documentação do Tribunal Superior do Trabalho
Presidente
Reeleito para o biênio 2013/2015

2011-2013 Comissão de Documentação do Tribunal Superior do Trabalho

Presidente eleito
Biênio 2011/2013

- 2011 Congresso Internacional de Direitos Humanos
Membro da Coordenação Científica instituída pelo Ato GP nº 294/2011
Tribunal Superior do Trabalho
- 2008 Comissão de alto nível constituída pelo Ministro de Estado da Justiça visando ao aprimoramento e modernização da legislação material e processual do trabalho
Membro indicado, na condição de jurista, pela Portaria de 09/05/2008
DOU de 12/05/2008, Seção 2, p.23
- 2008 Grupo de Trabalho constituído pelo Ministério da Justiça para elaborar proposta de projeto de lei sobre o aperfeiçoamento e modernização da legislação protetiva de direitos coletivos – Lei da Ação Civil Pública
Membro do Grupo de Trabalho, juntamente com professores e especialistas
Ofício SRJ-365, de 11/09/2008
- 2008 Comissão Especial composta por juristas, especialistas, membros da Magistratura, Ministério Público, Defensoria Pública e Advocacia com o objetivo de elaborar proposta de aprimoramento e modernização da legislação material e processual que trate de direitos coletivos, difusos e meta-individuais homogêneos para subsidiar o Ministério da Justiça e órgãos do Governo Federal, contemplando os anteprojetos do Código Brasileiro de Processo Coletivo, Código Modelo de Processos Coletivos para Iberoamérica
Portaria 2481, de 09/12/2008, do Ministro da Justiça
DOU de 10/12/2008, Seção 2, p. 16.
- 2006 Comissão Temporária destinada a elaborar a proposta de estruturação e funcionamento da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho e para reformular a disciplina e organização do concurso para ingresso na Magistratura do Trabalho
Designado pela Resolução Administrativa nº 1125/2006 do TST
- 2005 Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região
Membro do Conselho Consultivo
- 2004 Comissão organizadora do Fórum Internacional sobre Direitos Humanos e Direitos

Sociais realizado no Tribunal Superior do Trabalho
Membro

2003-2004 Grupos de trabalho de "Organização Sindical", "Negociação Coletiva", "Solução de Conflitos Coletivos" e "Tutela Coletiva das Relações de Trabalho"
Relator

2003-2004 Fórum Nacional do Trabalho
Relator da proposta de reforma sindical de responsabilidade do Ministério do Trabalho - gestão dos Ministros Jacques Wagner e Ricardo Berzoini

2003 Grupo de Diretrizes Básicas da Reforma Trabalhista instituído pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
Secretaria Especial de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República - gestão do Ministro Tarso Genro
Membro

2002 Comissão de Vitaliciamento de Juízes Substitutos do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região
Membro titular

2001-2003 Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região
Diretor eleito
Biênio 2001/2003

1997 Comissão coordenadora da Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região
Membro titular designado por ato do Pleno do TRT
Biênio de 1997/1999

1991 Conselho Fiscal e Deliberativo da AMATRA da 3ª Região
Membro eleito
Posse em 17/05/1991

Comissão de estudos para a criação e viabilização de uma central de execuções no Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região
Membro designado por ato do Presidente do TRT

Comissão Temporária de trabalho destinada à apresentação de proposta de

anteprojeto de lei relativos à alteração do Processo do Trabalho
Designado por Resolução Administrativa do TST

Produção bibliográfica

Livros publicados/organizados

MELLO FILHO, Luiz Philippe Vieira de (Org.); DUTRA, Renata Queiroz (Org.). **Recurso de Revista e Agravo de Instrumento: Teoria e Prática da Lei 13.015/2014**. São Paulo: LTr, 2017. v. 1. 255p.

MELLO FILHO, Luiz Philippe Vieira de; SARLET, Ingo Wolfgang; FRAZÃO, Ana de Oliveira (Org.). **Diálogos entre o Direito do Trabalho e o Direito Constitucional: estudos em homenagem a Rosa Maria Weber**. São Paulo: Saraiva, 2014. v. 1. 724p.

MELLO FILHO, Luiz Philippe Vieira de (Org.); FRAZÃO, Ana de Oliveira; DELGADO, Gabriela Neves; TEPEDINO, Gustavo José Mendes. **Diálogos entre o Direito do Trabalho e o Direito Civil**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013. v. 1.

MELLO FILHO, Luiz Philippe Vieira de; BELMONTE, Alexandre Agra; BASTOS, Guilherme Augusto Caputo (Org.). **Direito do Trabalho Desportivo: os aspectos jurídicos da Lei Pelé frente as alterações da Lei n. 12.395/2011**. São Paulo: LTr, 2013. v. 1. 324p.

Capítulos de livros publicados

MELLO FILHO, Luiz Philippe Vieira de; MELLO NETO, Luiz Philippe Vieira de. *A Lei 13.015/2014 e o incidente de resolução de demandas repetitivas: uma visão*. In: MELLO FILHO, Luiz Philippe Vieira de; DUTRA, Renata Queiroz (Org.). **Recurso de Revista e Agravo de Instrumento: Teoria e Prática da Lei 13.015/2014**. São Paulo: LTr, 2017. p. 173-183.

MELLO FILHO, Luiz Philippe Vieira de. *Os fundamentos da Lei 13.015/2014*. In: MELLO FILHO, Luiz Philippe Vieira de (Org.); DUTRA, Renata Queiroz (Org.). **Recurso de Revista e Agravo de Instrumento: Teoria e Prática da Lei 13.015/2014**. São Paulo: LTr, 2017. p. 9-12.

MELLO FILHO, Luiz Philippe Vieira de; MELLO NETO, Luiz Philippe Vieira de. *A Lei 13.015/2014 e o incidente de resolução de demandas repetitivas: uma visão*. In: MIESSA, Élisson (Coord.). **O novo Código de processo civil e seus reflexos no processo do trabalho**. 2.ed. São Paulo: JusPODIVM, 2016. p. 1183-1208-183.

MELLO FILHO, Luiz Philippe Vieira de; DUTRA, Renata Queiroz. *Centralidade da pessoa humana na*

Constituição versus centralidade do cidadão trabalhador: o desafio de reler o trabalho a partir da Constituição Federal de 1988. In MELLO FILHO, Luiz Philippe Vieira de; SARLET, Ingo Wolfgang; FRAZÃO, Ana de Oliveira (Org.). **Diálogos entre o Direito do Trabalho e o Direito Constitucional: estudos em homenagem a Rosa Maria Weber.** 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2014. v. 1. p. 553-588.

MELLO FILHO, Luiz Philippe Vieira de; DUTRA, Renata Queiroz. *Aspectos polêmicos do processo coletivo na esfera trabalhista.* In REIS, Daniela Muradas; MELLO, Roberta Dantas de; COURA, Solange Barbosa de Castro (Org.). **Trabalho e Justiça Social: um tributo a Mauricio Godinho Delgado.** 1ed. São Paulo: LTR, 2013, v. 1, p. 496-516.

MELLO FILHO, Luiz Philippe Vieira de; DUTRA, Renata Queiroz. *Contrato de locação de serviços, contrato de prestação de serviços e contrato de trabalho: um retorno às origens?* In FRAZÃO, Ana de Oliveira; DELGADO, Gabriela Neves; TEPEDINO, Gustavo José Mendes; MELLO FILHO, Luiz Philippe Vieira de (Org.). **Diálogos entre o Direito do Trabalho e o Direito Civil.** 1ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013. v. 1, p. 215-247.

MELLO FILHO, Luiz Philippe Vieira de. *Luiz Philippe Vieira de Mello Filho: entrevistas a Beatriz Bulla.* In BULLA, Beatriz et al. **Justiça do Trabalho: 70 Anos de Direitos.** São Paulo: Alameda, 2011. p. 149-164.

Artigos publicados em periódicos

MELLO FILHO, Luiz Philippe Vieira de. *A teoria do diálogo das fontes e o direito processual do trabalho.* **Revista Fórum Justiça do Trabalho.** Belo Horizonte, v.34, n. 406, p.11-24, out. 2017.

MELLO FILHO, Luiz Philippe Vieira de; DUTRA, Renata Queiroz. *A eficácia horizontal dos direitos fundamentais na relação de trabalho: o caso da barreira sanitária em empresas do ramo alimentício e a proteção à intimidade.* **Revista LTr.** São Paulo, v. 79, n. 8, p. 935-944, ago.2015.

MELLO FILHO, Luiz Philippe Vieira de; DUTRA, Renata Queiroz. *A terceirização de atividade-fim: caminhos e descaminhos para a cidadania no trabalho.* **Revista do Tribunal Superior do Trabalho.** São Paulo, v. 80, n. 3, p. 187-214, jul/set. 2014. Disponível em: <<http://juslaboris.tst.jus.br/handle/1939/71184>>

MELLO FILHO, Luiz Philippe Vieira de. *A proteção contra a despedida arbitrária e o princípio da dignidade do ser humano.* **Revista do Tribunal Superior do Trabalho.** Porto Alegre, v.

76, n. 4, p. 56-72, out/dez. 2010. Disponível em:
<<http://juslaboris.tst.jus.br/handle/1939/18818>>

MELLO FILHO, Luiz Philippe Vieira de. *A ação coletiva induz litispendência para a ação individual no processo do trabalho? Breves reflexões para debate.* **Revista do Tribunal Superior do Trabalho.** Porto Alegre, v. 74, n. 3, p. 35-42, jul/set. 2008. Disponível em:
<<http://juslaboris.tst.jus.br/handle/1939/5420>>

MELLO FILHO, Luiz Philippe Vieira de. *Multa do artigo 477 da CLT: prazo, aviso indenizado, inexistência deste ou dispensa do seu cumprimento. Interpretação.* **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região.** Belo Horizonte, v. 24, n. 53, p. 121-124, 1993/1994.

MELLO FILHO, Luiz Philippe Vieira de. *A Administração e o servidor público: consequências das novas diretrizes constitucionais- algumas questões.* **Revista do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.** Belo Horizonte, v. 9, n. 4, p. 189-206, out/dez. 1993.

Outras participações

BELMONTE, Alexandre de Souza Agra; DUARTE NETO, Bento Herculano; SILVA, Bruno Freire e. **O novo CPC aplicado ao processo do trabalho: parte geral, processo de conhecimento, execução, processos nos Tribunais e meios de impugnação das decisões judiciais.** Apresentação: Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho. São Paulo: LTr, 2016. p. 7.

DUTRA, Renata Queiroz. **Do outro lado da linha: poder judiciário, regulação e adoecimento dos trabalhadores de call centers.** Apresentação: Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho. 1. Ed. São Paulo: LTr, 2014. p. 4.

Condecorações

2019 Comenda da Ordem do Mérito Ministro Silvério Fernandes de Araújo Jorge, do Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região, grau Grã-Cruz.
Maceió/AL 14/11/2019

2019 Medalha de Honra ao Mérito da Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região
Manaus/AM, 14/10/2019

- 2018 Ordem Piauiense do Mérito Judiciário do Trabalho
Insígnia da Ordem no grau de **Grã-Cruz**
Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região
Teresina/PI, 05/10/2018
- 2018 Comenda Ordem Timbira do Mérito Judiciário do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região
São Luis/MA, 25/05/2018
- 2017 Comenda do Mérito Judicial da Justiça do Trabalho da 4ª Região
Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região
Porto Alegre/RS, 17/11/2017
- 2016 Medalha do Pacificador
Exército Brasileiro
Brasília/DF, 25/08/2016
- 2014 Grande Medalha da Inconfidência
Governo do Estado de Minas Gerais
Belo Horizonte/MG, 21/04/2014
- 2013 Homenageado pela Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho pela
destacada trajetória na defesa dos direitos sociais
XVI Congresso Nacional dos Procuradores do Trabalho
Brasília/DF
- 2012 Medalha da Ordem Capixaba do Mérito Judiciário do Trabalho
Grau GRÃ-CRUZ
Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região
Vitória/ES, em 08/10/2012
- 2011 Medalha da Ordem São José Operário do Mérito Judiciário do Trabalho
Grau GRANDE OFICIAL
Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região
Cuiabá/MT, 18/03/2011
- 2009 Medalha da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho Djalma Aranha Marinho
Grau GRÃ CRUZ

Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região
Natal/RN, 25/09/2009

2009 Comenda Ministro Coqueijo Costa
Grau GRANDE OFICIAL

Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região
Salvador/BA, 28/08/2009

2007 Medalha da Ordem Anhanguera do Mérito Judiciário do Trabalho
Grau GRÃ-CRUZ
Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região
Goiânia/GO, 30/11/2007

2007 Medalha da Ordem do Mérito do Trabalho Getúlio Vargas
Grau GRÃ-CRUZ
Ministério do Trabalho e Emprego
Brasília/DF, 26/11/2007

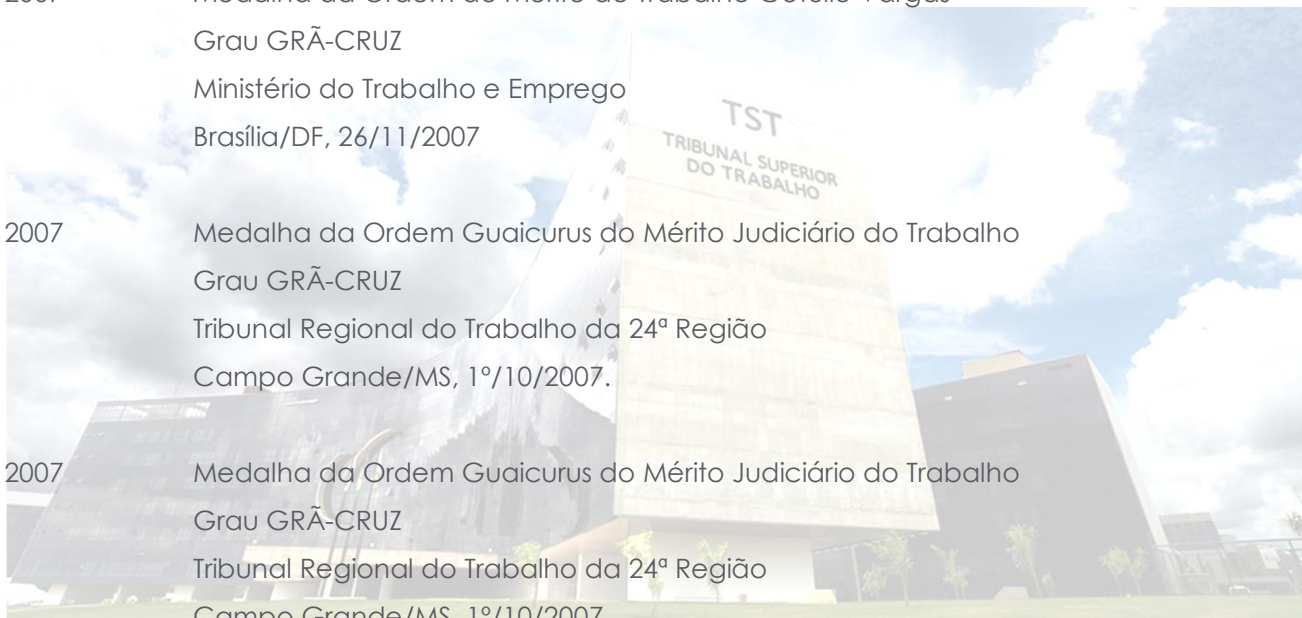
2007 Medalha da Ordem Guaicurus do Mérito Judiciário do Trabalho
Grau GRÃ-CRUZ
Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região
Campo Grande/MS, 1º/10/2007.

2007 Medalha da Ordem Guaicurus do Mérito Judiciário do Trabalho
Grau GRÃ-CRUZ
Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região
Campo Grande/MS, 1º/10/2007

2007 Medalha da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho
Grau GRÃ-CRUZ
Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região
São Paulo/SP, 21/09/2007

2007 Medalha da Ordem do Mérito de Dom Bosco
Grau GRÃ CRUZ
Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região
Brasília/DF, 31/08/2007

2006 Medalha da Ordem do Mérito JUS ET LABOR



- Grau GRÃ-CRUZ
Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região
Belém/PA, 15/09/2006
- 2006 Medalha da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho,
Grau GRÃ-CRUZ
Tribunal Superior do Trabalho - Brasília/DF, 16/03/2006
- 2005 Medalha da Ordem Anhanguera do Mérito Judiciário do Trabalho
Grau GRANDE OFICIAL
Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região
Goiânia/GO, 25/11/2005
- 2005 Medalha da Ordem Guaicurus do Mérito Judiciário do Trabalho
Grau GRANDE OFICIAL
Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região
Campo Grande/MS, 30/09/2005
- 2005 Medalha da Ordem São José Operário do Mérito Judiciário do Trabalho
Grau COMENDADOR
Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região
Cuiabá/MT, 18/03/2005
- 2004 Medalha da Ordem do Mérito Judiciário do Tribunal Regional do Trabalho da Primeira
Região
Grau GRANDE-OFICIAL
Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região
Rio de Janeiro/RJ, 03/12/2004
- 2004 Diploma como membro da Comissão Organizadora do Fórum Internacional sobre
Direitos Humanos e Direitos Sociais
Tribunal Superior do Trabalho
Brasília/DF, 1º/04/2004
- 2003 Comenda da Ordem Alencarina do Mérito Judiciário do Trabalho
Grau GRANDE OFICIAL
Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região
Fortaleza/CE, 05/12/2003

- 2003 Medalha da Ordem do Mérito de Dom Bosco
Grau GRANDE OFICIAL
Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região
Brasília/DF , 31/08/2003
- 2003 Medalha da Ordem do Mérito JUS ET LABOR
Grau COMENDADOR - Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região
Belém/PA, 28/08/2003
- 2000 Medalha da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho Juiz Ari Rocha
Grau GRÃ-CRUZ
Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região
Belo Horizonte/MG, 29/08/2000
- 2000 Medalha da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho,
Grau COMENDADOR
Tribunal Superior do Trabalho
Brasília/DF, 11/08/2000
- 1991 Medalha da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho
Grau OFICIAL
Tribunal Superior do Trabalho
Brasília/DF, 12/08/1991

Eventos

Palestras e Conferências proferidas

2021

Proferiu Conferência de Abertura: Justiça e Democracia, no 3º Módulo – Telepresencial do evento “Reconstrução. Principiologia do Direito do Trabalho e os Novos Direitos, ao Final da Pandemia Covid-19”, promovido pela Escola Judicial do TRT 12ª Região.

Florianópolis/SC 25/06/2021

2021

Atuou como conferencista de honra no I Congresso Brasileiro de Análise

Econômica do Direito na Justiça do Trabalho, atividade de formação continuada de magistrados do trabalho e de servidores, realizado em 25.06.2021, com carga horária de 2 horas de atividade telepresencial, organizado pela Escola Judicial do TRT 1ª Região.

Rio de Janeiro/RJ 25/06/2021

2021

Foi orador na Conferência de Encerramento do XX curso de pós-graduação em Direito do Trabalho, na modalidade online, subordinada ao tema "Após a pandemia, que Direito do Trabalho?", curso organizado pelo IDET- Instituto de Direito das Empresas e do Trabalho - Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. *Evento realizado por videoconferência

Portugal 22/05/2021

2021

Expositor no seminário on-line Agenda 2030 no TRT4 – **Nosso**

Compromisso com o Presente e com o Futuro, no canal do TRT4 no YouTube, com carga horária de 2,5 horas-aula..

Porto Alegre /RS 23/04/2021

2021

Instrutor no Evento de Capacitação – CURSO DE FORMAÇÃO DE FORMADORES E SUPERVISORES EM CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO (Magistrados) E FORMAÇÃO DE CONCILIADORES E MEDIADORES (Servidores), Módulo 1, promovido pela Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região – EJTRT, com carga horária de 1 hora-aula.

Campo Grande/MS 08/03/2021

2021

CNJ – Palestra no evento “II Democratizando o acesso à Justiça: Justiça Social e o Poder Judiciário no Século XXI”. Palestra telepresencial - Brasília DF

Brasília/ 22/02/2021

2020

Palestrante no painel “DIREITO DO TRABALHO”, da XVII SEMANA ACADÊMICA DE DIREITO/PASSO FUNDO, X SIMPÓSIO JURÍDICO DO CAMPUS SARANDI, XVI ENCONTRO JURÍDICO DO CAMPUS CARAZINHO, XVIII JORNADA JURÍDICA INTERNACIONAL/SOLEDADE, XVII SEMANA ACADÊMICA DA FACULDADE DE

DIREITO/CASCA, XXI SIMPÓSIO JURÍDICO E XX ENCONTRO JURÍDICO/LAGOA VERMELHA E IV MOSTRA DE TRABALHOS JURÍDICOS CIENTÍFICOS.

Passo Fundo /RS 18/11/2020

2020 Compôs a MESA DE ABERTURA do evento **CONCILIANDO COM A UNIÃO**, na modalidade telepresencial, promovido pela Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 10.ª Região, com carga horária de 1h30 .

Brasília/DF 25/09/2020

2020 Proferiu a palestra online **"O papel do Juiz do Trabalho – novas perspectivas"**, parte integrante do Encontro Anual de Magistrados Vitalícios: "A magistratura do trabalho em tempos de transformação e reconstrução social", por meio do canal do YouTube da Escola Judicial, destinado a Desembargadores e Magistrados Vitalícios do TRT15, com carga horária de 2h30 (duas horas-aula e trinta minutos).

Campinas/SP 11/09/2020

2020 Participação como Expositor do Painel **"O DIREITO DO TRABALHO E A CONCEPÇÃO AMPLIADA DE ACESSO À JUSTIÇA"**, como parte da programação do Módulo Inicial do "CURSO DE FORMAÇÃO DE SUPERVISORES E COORDENADORES DE CEJUSC", realizado pela Escola Judicial da 17ª Região, na modalidade de ensino telepresencial, por meio de transmissão on-line, em tempo real, através do MS Teams, com carga horária de 1 (uma) hora.

Vitória/ES 07/08/2020

2020 Proferiu a palestra **"O DIREITO DO TRABALHO E A CONCEPÇÃO AMPLIADA DE ACESSO À JUSTIÇA"**, transmitida ao vivo pelo Canal YouTube da Escola Judicial da 9ª Região, cumprindo carga horária de 2h.

Curitiba/PR 21/08/2020

2020 Participação como docente na Aula Magna com o tema: **JUSTIÇA DO TRABALHO E DEMOCRACIA**, na Escola Judicial da 5ª Região.

Salvador/BA 07/02/2020

- 2019 Proferiu a palestra: **JUSTIÇA DO TRABALHO E DEMOCRACIA**, na Escola Judicial da 16ª Região.
São Luís/MA 06/12/2019
- 2019 Proferiu palestra no I Congresso de Direito Sindical e do Trabalho de Olinda, promovido pela Ordem dos Advogados do Brasil, Subseção Olinda, em parceria com a Uninassau Olinda. Tema: **OS DESAFIOS DOS DIREITOS SOCIAIS NO SÉCULO XXI-2 ANOS DE REFORMA TRABALHISTA**,
São Paulo/SP 30/11/2019
- 2019 Proferiu palestra no Congresso – Direito do Trabalho e Democracia, promovido pela Ordem dos Advogados de São Paulo (OAB-SP). Tema: **JUSTIÇA DO TRABALHO E DEMOCRACIA**,
São Paulo/SP 29/11/2019
- 2019 Convidado do evento “Vivendo a Experiência de ser um Trabalhador Invisível”, promovido pela Escola Judicial da 4ª Região, participando da **'Roda de Conversas sobre alteridade e os projetos Ejud TRT1 e Ejud TRT4'**.
Porto Alegre/RS 22/11/2019
- 2019 Participante da Semana de Formação Continuada da Magistratura do Trabalho da 7ª Região, promovido pela Escola Judicial da 7ª Região, proferindo a palestra : **A Alteridade na Formação dos Magistrados**.
Fortaleza/CE 19/11/2019
- 2019 Participante do evento Jornadas Brasileiras de Direito Processual do Trabalho, promovido pela Escola Judicial do Trabalho da 2ª Região, presidindo o 1º painel: **A liquidação da Petição Inicial, Honorários Sucumbenciais e o Acesso à Justiça**; e o 5º painel : **Incidentes de Julgamentos de Demandas Repetitivas (IRDR e IRRR) suspensão, funcionamento dos processos e participação do Amicus Curiae**.
São Paulo/SP 07 e 08/11/2019
- 2019 Participante e palestrante da abertura do “**Simpósio Internacional Indígena, Negro(a), Quilombola, Religioso(a) de Matriz Africana: Preconceito, racismo e discriminação nas relações de trabalho, produção e consumo**”, promovido pelo Ministério Público do Trabalho e Escola Superior do Ministério Público da União, ocorrido na Procuradoria Geral do Trabalho.
Brasília/DF 05/11/2019

- 2019 Participante do **Congresso Internacional sobre Discriminação**, promovido pela Escola Judicial da 5ª Região, no Auditório Raul Chaves, na Faculdade de Direito da Ufba Salvador /BA 21 a 23/10/2019
- 2019 Participante e painelistas do “V Seminário Internacional do Trabalho Seguro – Violências no trabalho: enfrentamento e superação” com o tema: “ **Manifestações da Violência no Trabalho**”. Evento promovido pelo Tribunal Superior do Trabalho. Brasília /DF 17/10/2019
- 2019 Palestra realizada a convite da Comissão de Direito do Trabalho da Subseção OAB Taguatinga, com o tema: “ **Recurso de Revista e Transcendencia Pós Reforma Trabalhista**”. Taguatinga/DF 16/10/2019
- 2019 Participação como palestrante na XII Jornada Institucional dos Magistrados do Trabalho –JOMATRA, promovida pela Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, proferindo a palestra “**Desenvolvimento Sustentável em instituições inclusivas: o acesso à justiça na perspectiva do Judiciário Trabalhista**”. Manaus/AM 14/10/2019
- 2019 Participação como palestrante no VI Encontro Institucional de Magistrados do TRT da 21ª Região, que teve como tema “Magistratura e Direito do Trabalho na Perspectiva dos Direitos Humanos e do Acesso à Justiça”. Ministrou a palestra “**Desenvolvimento Sustentável em Instituições Inclusivas e Acesso à Justiça**”. Natal/RN 30/09/2019
- 2019 Participação na II Semana Jurídica de 2019: Experiências e expectativas na magistratura do trabalho - Conflito de Gerações, promovida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região. Integrante de Mesa no painel “**Conflito de Gerações**”. Cuiabá/MT 24/09/2019
- 2019 Coordenador do Painel “**A Alteridade na Formação da Cultura Brasileira**”, na 63ª Assembleia Extraordinária e Reunião de Trabalho do CONEMATRA. Teresina/PI 30/08/2019

- 2019 Docente no Simpósio “O Novo Processo do Trabalho” . Proferiu palestra com o tema: “A transcendência no sistema recursal atual: uma comparação com o sistema anterior”.
Salvador/BA 31/05/2019
- 2019 24 ª Curso Nacional de Formação Inicial da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho – ENAMAT – Presidente de Mesa, do painel **Ética Profissional Aplicada I**, com carga horária de três horas-aula.
Brasília/DF 24/05/2019
- 2019 24 ª Curso Nacional de Formação Inicial da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho – ENAMAT – Presidente de Mesa, do painel **Relacionamento Interinstitucional Nacional**, com carga horária de três horas-aula.
Brasília/DF 24/05/2019
- 2019 24 ª Curso Nacional de Formação Inicial da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho – ENAMAT – Presidente de Mesa, do painel **Normas Internacionais**, com carga horária de três horas-aula.
Brasília/DF 24/05/2019
- 2019 24 ª Curso Nacional de Formação Inicial da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho – ENAMAT – Presidente de Mesa, do painel **Tecnologia e Sustentabilidade**, com carga horária de três horas-aula.
Brasília/DF 24/05/2019
- 2019 Congresso Trabalho, Justiça e Humanidade, realizado pela Faculdade de Direito da Universidade de Brasília –UNB . Proferiu palestra intitulada: Desigualdade .
Brasília/DF 21/05/2019
- 2019 1ª Curso Nacional A Mulher Juíza: desafios na carreira e atuação pela igualdade de gênero, realizado pela Escola Nacional de Aperfeiçoamento de Magistrados Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira. Participou como componente da mesa de abertura.
Brasília/DF 15 a 17/05/2019
- 2019 9ª Congresso Brasileiro de Direito Comercial – Proferiu palestra com o tema: “As plataformas digitais e suas repercussões no Direito do Trabalho” .
São Paulo/SP 17/05/2019

- 2019 62ª Assembleia Extraordinária e Reunião de Trabalho do CONEMATRA– Proferiu palestra com o tema: “Workshop: Experiências e expectativas na magistratura do trabalho” . Duração de 2,5 hora(s)-aula .
Cuiabá/MT 26/04/2019
- 2019 8º Encontro da Magistratura Trabalhista da 5ª Região – Proferiu a palestra de encerramento: “O Futuro do Direito, da Justiça do Trabalho e o papel do Magistrado do Trabalho na contemporaneidade” .
Salvador/ Bahia 08 a 12/04/2019
- 2019 Seminário Itália e Brasil no Contexto das Reformas do Direito do Trabalho: “Analogias e Diferenças” . Coordenador de Palestras do evento. Na ocasião, assinou o Convenio entre a Università Sapienza e a Escola Nacional de Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho – ENAMAT.
Roma / Itália 15/03/2019
- 2018 I Congresso Internacional do Direito do Trabalho da 24ª Região - “As Transformações Sociais e o Direito do Trabalho”. Presidente de Mesa no Painel “As Transformações do Direito do Trabalho na América Latina e no Uruguai”.
Campo Grande/MS 30/11/2018
- 2018 Seminário Internacional Justiça do Trabalho nas Américas: Trajetórias e Perspectivas.
Rio de Janeiro/RJ 27/11/2018
- 2018 V Congresso Internacional de Teoria das Instituições - 30 Anos da Constituição Palestra proferida com o tema “ Os Desafios dos Direitos Sociais e a Reforma Trabalhista”.
Rio de Janeiro/RJ 09/11/2018
- 2018 Congresso da Escola Judicial do TRT da 6ª Região – Democracia e Justiça Social nos 30 Anos da Constituição: Avanços e Retrocessos no Mundo do Trabalho Conferência de encerramento proferida com o tema “ O Futuro do Mundo do Trabalho e da Justiça do trabalho”.
Recife/PE, 31/10/2018

- 2018 Seminário Internacional 30 anos da Constituição Cidadã e um ano de Reforma Trabalhista, promovida pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho –ENAMAT, em parceria com a ANAMATRA, SINAIT e ANPT, e com apoio do TST, CIIT, ABRAT, PGT e OIT.
Presidente da Mesa de Conferência "Dilemas da Reforma Trabalhista Brasileira em Face do Constitucionalismo Contemporâneo".
Brasília/DF, 09/10/2018
- 2018 XII Jornadas Brasileiras de Direito Processual promovida pelo Instituto Brasileiro de Direito Processual -IBDP.
Palestra proferida com o tema "Requisito da Transcendência e Recurso de Revista".
Belo Horizonte/BH, 24/08/2018
- 2018 I Encontro Regional Centro-Oeste da Advocacia Trabalhista promovido pela Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas.
Palestra proferida com o tema "As repercussões da transcendência no Processo do Trabalho e o Papel do TST".
Brasília/DF, 10/08/2018
- 2018 5º Ciclo de Formação Continuada de Magistrados do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, promovido pela Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região.
Palestra proferida com o tema "Desafios dos Direitos Sociais e a Reforma Trabalhista".
São Paulo/SP, 07/08/2018
- 2018 V Seminário de Planejamento Estratégico Sustentável do Poder Judiciário, promovido pelo Superior Tribunal de Justiça
Palestra proferida com o tema "Boas Práticas de Gestão Sustentável em Gabinetes de Magistrado e Escolas Judiciais".
Brasília/DF, 12/06/2018
- 2018 Simpósio "Reforma Trabalhista: e Agora?", promovido pela Escola Superior do Ministério Público da União
Palestra proferida com o tema "Impactos sociais da reforma trabalhista no Brasil".
Brasília/DF, 21/05/2018
- 2018 Curso de Formação Continuada – 1ª Semana Jurídica 2018
Palestra proferida com o tema "Magistratura e Sociedade"

Cuiabá-MT, 07/05/2018

2018 XIX Congresso Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – “Horizontes para a Magistratura: Justiça, Trabalho e Previdência”

Palestra proferida com o tema: “Os desafios dos Direitos Sociais e a Reforma Trabalhista”

Belo Horizonte-MG, 05/05/2018

2018 XXIII Congresso Nacional dos Procuradores do Trabalho – “O papel do **MPT** na construção jurisprudencial pós-reforma trabalhista”

Palestra proferida com o tema: “O papel dos Tribunais Superiores e as construções legais para consolidação da jurisprudência, os riscos da transcendência, a inversão da segurança jurídica e a participação do MPT nesse processo.”

São Paulo-SP, 13/04/2018

2018 XXVI Encontro Regional da AMATRA VI e I Encontro Internacional da AMATRA VI – “Os Direitos Sociais na atual conjuntura do Brasil e do Mercosul”

Conferência de encerramento proferida com o tema: “Os Direitos Sociais na atual conjuntura do Brasil e do Mercosul”

Montevideu-Uruguai, 26 a 28/03/2018

2017 XXIII Conferência Nacional da Advocacia Brasileira
Evento promovido pela OAB Nacional e Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas - ABRAT

Palestra proferida com o tema: “Os Fundamentos da Justiça do Trabalho à Luz da Constituição Federal e da Lei nº 13.467/2017”

São Paulo/SP, 27/11/2017

2017 XII Encontro Institucional da Magistratura do Trabalho do RS

Expositor do painel: *Efeitos da Reforma Trabalhista*

Porto Alegre/RS, 13 a 15/09/2017

2017 Seminário Reforma Trabalhista – Um Novo Sistema de Relações de Trabalho – Principais Alterações – Avanço ou Retrocesso?

Palestra proferida com o tema: “A Evolução do Direito e a Jurisprudência nos Tribunais”

Natal / RN, 17e 18 /08/2017

- 2017 III Fórum Nacional de Processo do Trabalho, promovido e realizado por diversas entidades jurídicas como TRT 4ª Região, Ematra IV, Seccional da OAB/RS, Associação dos advogados trabalhistas do RS e outros
Conferência proferida no com o tema *"A teoria do Diálogo das Fontes e o Direito Processual do Trabalho"*
Gramado / RS, 16 a 18/06/2017
- 2017 17º Congresso Nacional de Direito do Trabalho e Processual do Trabalho promovido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região
Conferência de abertura proferida com o tema *"A evolução do direito e a jurisprudência dos tribunais"*
Paulínea / SP, 09/06/2017
- 2017 Seminário de Direito do Trabalho e Movimento Sindical – passado, presente e futuro, no Ministério Público do Trabalho/Procuradoria Geral do Trabalho
Palestra proferida no com o tema *"Perspectivas e desafios para o movimento sindical, do MPT e da Justiça do Trabalho ante a "Reforma do Direito do Trabalho"*
Brasília, em 30/05/2017
- 2017 3ª Reunião Ordinária do Coleprecur de 2017, Colégio de Presidentes e Corregedores de Tribunais Regionais do Trabalho,
Palestra proferida com o tema *"O Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas"*
Brasília / DF, 25/05/2017
- 2017 Seminário sobre As Reformas Trabalhista e Previdenciária e o ataque à Justiça do Trabalho: Uma afronta aos Direitos Sociais
Organizada pela FACIPE, AMATRA 6, ESMATRA e APDT, com apoio institucional PPGD/UNICAMP, PPGD/UFPE/IIBDT, ALBCJ, AATPE e ALJT
Palestra proferida com o tema: *"O Impacto da Reforma Trabalhista nas Relações Individuais, Sindicais e Processuais: uma análise crítica"*
Recife / PE, 24/04/2017
- 2016 Palestra proferida na 15ª Região com o tema: *"A Evolução da Jurisprudência e a Uniformização nos Tribunais"*
Campinas / SP, 08/06/2016
- 2016 III Fórum Nacional de Processo do Trabalho

Palestra proferida com o tema: *"Teoria do Diálogo das Fontes e o Direito Processual do Trabalho"*

Gramado / RS

- 2016 Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região
Palestra proferida com o tema *"Aplicabilidade do Novo CPC na Justiça do Trabalho"*
Brasília / DF, 15/04/2016
- 2016 VIII Semana Jurídica do IESB
Palestra proferida com o tema: *"O Novo CPC e o Tribunal Superior do Trabalho"*
Brasília/ DF, 12/05/2016
- 2016 20º Curso de Formação Inicial da ENAMAT
Palestra proferida com o tema: *"Temas Contemporâneos – Tema III – Tópico II – Novo Código de Processo Civil"*
Brasília /DF, em 14/06/2016
- 2016 Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região
Palestra proferida na com o tema *"Uniformização da Jurisprudência"*
Porto Alegre / RS, 17/06/2016
- 2016 Seminário promovido pela Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região
Palestra proferida com o tema: *"Uniformização da Jurisprudência"*
Recife / PE, 09/09/2016
- 2016 Seminário Comemorativo dos 10 anos da ENAMAT
Palestra proferida com o tema: *"Um Resgate do Passado: A evolução da Formação Profissional dos Magistrados no Brasil e a EC 45/2004"*
Brasília / DF, 22/09/2016
- 2016 XXVI Congresso de Magistrados Trabalhistas da Bahia
Palestra proferida no com o tema *"Normas Fundamentais e sua aplicação no Processo do Trabalho"*
Salvador / BA, 30/09/2016;
- 2016 1º Congresso Internacional de Direito do Trabalho de Ilhéus
Palestra proferida com o tema: *"Os Desafios da Justiça Laboral em face do cenário*

Político, econômico nacional e internacional"

Ilhéus / BA, 10/10/2016

- 2016 Seminário de Formação Continuada para Magistrados do TRT da 10ª Região
Palestra proferida com o tema: *"Incidente de Uniformização de Jurisprudência na CLT e efeitos dos Julgamentos Repetitivos no STF e no TST. Reclamações dirigidas aos Tribunais"*
Brasília / DF, 19/10/2016
- 2016 Seminário promovido pela Faculdade de Direito da Universidade FUMEC
Palestra proferida com o tema: *"Desafios do Direito na Contemporaneidade"*
Belo Horizonte / MG, 10/11/2016
- 2015 5º Congresso Brasileiro de Direito Comercial
Palestra proferida no painel direito societário, com o tema: *"Aspectos processuais da desconconsideração da personalidade jurídica no processo do trabalho e o Novo Código de Processo Civil"*
São Paulo / SP, 10/04/2015
- 2015 2º Congresso Nacional de Direito do Trabalho, promovido pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUC/PR,
Palestra proferida no com o tema: *"Terceirização na Administração Pública e a Nova Jurisprudência do TST"*
Curitiba / PR, 15/05/2015
- 2015 Encontro Nacional de Direito Sindical, promovido pela ABRAT/AATP, Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas e Associação dos Advogados Trabalhistas de Pernambuco
Palestra proferida no com o tema: *"O STF e a fragmentação do Direito Social"*
Recife / PE, 05/06/2015
- 2015 15º Congresso Nacional de Direito do Trabalho e Processual do Trabalho, promovido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região
Palestra proferida com o tema: *"Nova Lei de Recursos – Lei 13.015/14"*
Paulínea / SP, 12/06/2015
- 2015 17º Congresso da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 3ª Região
Palestra proferida com o tema: *"O Papel dos Tribunais Regionais do Trabalho na*

Uniformização da Jurisprudência"

Ouro Preto / MG, 13/08/2015

- 2015 Encontro do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região para desembargadores
Palestra proferida com o tema: *"A Uniformização da Jurisprudência nos Tribunais e a Lei nº 13.015/14"*
Porto Alegre / RS, 20/08/2015
- 2015 Escola de Formação de Magistrados Trabalhistas da 7ª Região
Palestra proferida com o tema: *"A Uniformização da Jurisprudência no âmbito dos Tribunais Regionais do Trabalho"*
Fortaleza / CE, 04/09/2015
- 2015 3ª Semana Institucional do TRT da 8ª Região promovida pela Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região
Palestra proferida com o tema: *"Lei nº 13.015/14 – Um Novo Momento da Justiça do Trabalho"*
Belém / PA, em 08/10/2015
- 2015 Seminário A Nova Lei dos Recursos Trabalhistas e a Força do Precedente Frente ao Novo CPC, promovido pela Academia Brasileira de Direito do Trabalho
Palestra proferida com o tema: *"A Resolução dos conflitos entre a jurisprudência Uniformizada dos Regionais e a Jurisprudência do TST"*
Natal / RN, 06/11/2015
- 2015 Seminário da LTR sobre o Novo Processo do Trabalho no painel *"A aplicação do novo CPC no processo do trabalho"*
Palestra proferida com o tema *"Quando o novo CPC deve ser aplicado no Processo do Trabalho?"*
São Paulo / SP, em 16/11/2015
- 2014 6º Congresso Brasileiro de Sociedades de Advogados promovido pelo Sindicato das Sociedades de Advogados dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro
Palestra proferida com o tema *"Reflexos das alterações do CPC no Processo do Trabalho"*
São Paulo / SP, 14/08/2014
- 2014 Seminário *"A terceirização no Brasil: impactos, resistências e lutas"*

Palestra proferida com o tema: *"A terceirização: precarização, desafios e possibilidades de superação no mundo do trabalho contemporâneo"*

Brasília / DF, 15/08/2014

2014 XXIV Congresso de Magistrados Trabalhistas da Bahia, promovido pela AMATRA – V

Palestra proferida com o tema *"Ultratividade das Normas Coletivas"*

Salvador – BA, 05/11/2014

2014 XXXVI Congresso Nacional de Advogados, promovido pela Associação Brasileira de Advogados trabalhistas

Palestra proferida com o tema *"A Centralidade do Trabalho e o Direito do Trabalho no Estado Democrático de Direito"*

Belo Horizonte – MG, 12/09/2014

2013 19º Congresso do Instituto Goiano de Direito do Trabalho

Palestra proferida com o tema *"Dos Recursos Extraordinários Trabalhistas e a Tutela Jurisdicional dos Direitos Fundamentais"*

Goiânia / GO, 21/06/2013

2013 Seminário "Relações de Trabalho – Sindicatos – Advocacia Trabalhista – Justiça do Trabalho", promovido por LBS advogados

Palestra proferida com o tema: *"A Pauta Sindical e o Judiciário na efetividade dos direitos sociais"*

Brasília / DF, 08/11/2013

2012 Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região

Palestra proferida com o tema *"O Sistema Recursal Trabalhista e a Uniformização da Jurisprudência nos Tribunais"*

Brasília / DF, 07/03/2012

2012 XXI Encontro Regional da Amatra VI "Jurisdição Social – Proteção de Direitos Fundamentais e Novas Tendências do Processo",

Palestra proferida com o tema *"A Uniformização da Jurisprudência no TST"*

Porto de Galinhas / PE, 16/03/2012

2012 I Congresso Internacional de Direito e Processo do Trabalho realizado pela OAB/ MG e pela Escola Superior da Advocacia da OAB/MG

Palestra proferida com o tema: *"Alterações Recentes no Direito do Trabalho"*

Belo Horizonte / MG, 11/05/2012

2012 Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região
 Palestra proferida com o tema: *"Reforma do Processo Civil e o Sistema Recursal Trabalhista"*
 Porto Alegre / RS, 18/05/2012

2012 Reunião Nacional da Câmara de Coordenação e revisão do MPT das Áreas de Órgão Agente e Interveniente – CODIN/CUSTUS LEGIS no Ministério Público do Trabalho
 Palestra proferida com o tema: *"Aspectos que interessem à atuação Recursal do MPT perante o TST – Admissibilidade dos Recursos – Orientação Jurisprudencial nº 130 do TST e propostas de alteração à uniformização da jurisprudência"*
 Brasília / DF, 22/05/2012

2012 XVII Simpósio Trabalhista Caravana da ABRAT – Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas, organizada pela Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Minas Gerais e ABRAT
 Palestra proferida com o tema *"As Recentes Alterações do Direito do Trabalho"*
 Belo Horizonte / MG, 1º/06/2012

2012 Faculdades Dom Pedro II, encerramento de semestre letivo de Direito
 Palestra proferida com o tema: *"Uma visão sobre as alterações recentes na jurisprudência e no direito do Trabalho: A Perspectiva da hermenêutica no Estado Constitucional"*
 Salvador / BA, 15/06/2012

2012 XXXIV Congresso Nacional dos Advogados Trabalhistas, no Hotel Ritz Lagoa do Anta
 Palestra magna de encerramento proferida com o tema *"Tutela Jurisdicional Trabalhista e os Direitos fundamentais"*
 Maceió / AL, 06/09/2012

2012 XXII Congresso de Magistrados Trabalhistas da Bahia
 Palestra proferida com o tema *"A Terceirização na visão do TST"*
 Salvador / BA, 21/09/2012

2011 Seminário dos 70 Anos da Justiça do Trabalho na Bahia
 Palestra proferida com o tema *"O Direito do Trabalho e o Supremo Tribunal Federal"*

Salvador / BA, 13/05/2011

- 2011 Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região
Palestra proferida com o tema: *"Sistema Recursal e Uniformização de Jurisprudência nos Tribunais"*
Vitória / ES, 23/09/2011
- 2011 2º Congresso Internacional de Direito Constitucional do Trabalho, realizado pela Associação dos Magistrados Trabalhistas da 13ª Região
Palestra proferida com o tema: *"O Sistema Recursal Trabalhista e a Uniformização da Jurisprudência nos Tribunais"*
João Pessoa / PB, em 07/10/2011
- 2010 XV CONAMAT – Congresso Nacional dos Magistrados Trabalhistas
Palestra proferida juntamente com a Profa. Ada Pellegrini Grinover com o tema: *"Respostas Processuais às Demandas de Massa"*
Brasília / DF, 30/04/2010
- 2010 IV Congresso Internacional de Direito do Trabalho "A Ordem Econômica e a Crise das Relações Sociais", promovido pela AMATRA XXI
Palestra proferida com o tema: *"A terceirização na visão do tribunal Superior do Trabalho"*
Natal / RN, 28/05/2010
- 2010 X Congresso Nacional de Direito do Trabalho e Processual do Trabalho, promovido pelo TRT da 15ª Região
Palestra proferida com o tema *"O Processo como instrumento de acesso à justiça: coletivização das ações e tutelas de urgência – o anteprojeto do novo CPC"*
Paulínea / SP, 1º/07/2010
- 2010 VIII Congresso Sergipano de Direito e Processo do Trabalho, promovido pelo TRT da 20ª Região
Palestra proferida com o tema: *"Aspectos Polêmicos da Ação Civil Pública no Processo do Trabalho"*
Aracaju / SE, 06/08/2010
- 2010 Fórum Internacional sobre Direitos Sociais, promovido pelo Tribunal Superior do Trabalho

Palestra proferida com o tema "*A Proteção contra a Despedida Arbitrária e o Princípio da Dignidade do Ser Humano*"

Brasília / DF, 1º/08/2010

2010 IV Encontro de Direito do Trabalho na Área de Telecomunicações
Palestra proferida com o tema "*Aspectos Polêmicos da Ação Civil Coletiva*"
Mangaratiba / RJ, em 22/10/2010

2009 Coordenador e debatedor do painel "*A Repercussão da Crise Econômica Mundial no Contrato de Trabalho*", no qual foi palestrante o Prof. Amauri Mascaro do Nascimento
Acauã, Cabreúva / SP, 14/03/2009

2009 Coordenador e debatedor do painel "*Aspectos do Dano Moral na Justiça do Trabalho e atual Jurisprudência do C. TST*", tendo como palestrante o Prof. Pedro Paulo Teixeira Manus
Cabreúva-SP, 14/03/2009

2009 Câmara de Vereadores de Salvador em articulação com o Centro Acadêmico Edvaldo Brito da FIBE – Faculdades Integradas da Bahia
Palestra proferida com o tema "*Orlando Gomes, a questão social e o Direito do Trabalho*"
Salvador / BA, 16/05/2009

2009 Seminário Nacional "Ministério Público e o Projeto do Sistema Único das Ações Coletivas"

Palestra de encerramento proferida com o tema: "*Impacto na Área Trabalhista do Sistema Único de Ações Coletivas*"

Brasília / DF, 21/05/2009

2009 49º Congresso Brasileiro de Direito do Trabalho, promovido pela Editora LTr Palestra proferida no painel "Os direitos fundamentais do trabalhador" com o tema: "*A proibição de discriminar e sua concretização*"
Brasília / DF, em 23/06/2009

2009 9º Congresso Nacional de Direito do Trabalho e Processual do Trabalho do TRT da 15ª Região –
Palestra proferida com o tema: "*As ações coletivas e a efetividade no direito do*

trabalho"

Campinas / SP, 02/07/2009

2009 "Primeiras Jornadas Norte Fluminense de Relações de Trabalho, Cidadania e Meio Ambiente", realizada pela Prefeitura de Macaé, Secretaria do Trabalho e Renda do Estado do Rio de Janeiro e pelo Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região
Palestra proferida com o tema: *"Relações de Trabalho offshore"*,
Macaé / RJ, 18/08/2009

2009 Seminário sobre "Terceirização nas Empresas" promovido pela Associação Comercial do Rio de Janeiro
Palestra proferida com o tema: *"Projeto de Lei sobre Terceirização – Efeito da terceirização na Administração Pública – Súmula 331 do TST"*
Rio de Janeiro / RJ, 21/08/2009

2009 19º Congresso de Magistrados do Trabalho da 5ª Região
Palestra proferida com o tema: *"O Informalismo Expansivo do Processo"*
Salvador / BA, 19/09/2009

2009 XX Congresso Brasileiro de Magistrados realizado pela Associação dos Magistrados Brasileiros
Palestra proferida com o tema: *"Papel das Escolas e Formação Administrativa do Magistrado"*
São Paulo / SP, 30/10/2009

2008 Escola de Magistratura do TRT/RJ
Palestra proferida com o tema: *"Súmula Vinculante nº 4 do STF e suas repercussões na Justiça do Trabalho"*
Rio de Janeiro / RJ, 13/06/2008

2008 VII Curso de Vitaliciamento dos Procuradores do Trabalho promovido pela Escola Superior do Ministério Público da União
Palestra proferida com o tema: *"Judiciário e Ministério Público do Trabalho"*
Brasília / DF, 04/09/2008

2008 I Congresso Internacional de Direito do Trabalho – A Modernização do Direito do Trabalho para responder aos desafios do Século XXI -, realizado em,
Palestra proferida com o tema: *"A Influência do Direito Social na Evolução do Direito*

e sua Interpretação"

Rio Branco / AC, 11/09/2008

- 2008 III Encontro Institucional da Magistratura do Trabalho do Rio Grande do Sul
Palestra proferida com o tema "*O TST e a Justiça do Trabalho: Visões e Perspectivas*"
Gramado / RS, 11/10/2008
- 2008 2ª Reunião do Comitê de Planejamento Estratégico do Ministério Público do Trabalho
Palestra proferida com o tema: "*Justiça do Trabalho – Aspectos Atuais e Perspectivas*"
Brasília / DF, 28/10/2008
- 2007 VI Curso de Ingresso e Vitaliciamento dos Procuradores do Trabalho aprovados no 13º Concurso
Palestra proferida com o tema: "*Judiciário e Ministério Público do Trabalho*"
Brasília /DF, 02/07/2007
- 2007 Curso de Formação Inicial da ENAMAT
Palestra proferida com o tema: "*Técnica de Instrução de Processo do Trabalho*"
Brasília /DF, 10/09/2007 a 5/10/2007
- 2007 I Encontro de Direito do Trabalho na Área de Telecomunicações
Palestra proferida com o tema: "*A influência do Direito Social na Evolução do Direito e sua Interpretação*"
Teresópolis / RJ, 10/11/2007
- 2007 Curso de Formação Inicial da ENAMAT
Palestra proferida com o tema: "*Técnica de Instrução de Processo do Trabalho*"
Brasília /DF, 10/09/2007 a 05/10/2007
- 2007 I Encontro de Direito do Trabalho na Área de Telecomunicações
Palestra proferida com o tema: "*A influência do Direito Social na Evolução do Direito e sua Interpretação*"
Teresópolis / RJ, 10/11/2007
- 2006 Encontro de Magistrados da Justiça do Trabalho da 4ª Região
Palestra proferida no painel "*Ensino Judicial e o funcionamento das Escolas Oficiais de Magistratura*"

Canela / RS, 19 a 21/10/ 2006

- 2006 II Encontro de Juízes e Procuradores do Trabalho de Minas Gerais
Palestra proferida com o tema: *"Direitos Fundamentais Trabalhistas e a Proteção Constitucional do Trabalho: A Nova Justiça do Trabalho"*
Belo Horizonte / MG, em 02/06/2006
- 2006 Evento da Faculdade de Direito do Vale do Rio Doce em comemoração ao 38º aniversário daquela instituição de ensino
Palestra proferida com o tema: *"A Jurisdição no Estado Contemporâneo, Direitos Humanos e a Perspectiva da Justiça do Trabalho com a Emenda Constitucional nº 45/2004"*
Governador Valadares / MG, 12/05/2006
- 2005 13º Congresso Goiano de Direito do Trabalho e Processo do Trabalho
Palestra proferida sobre o tema *"Reflexões sobre o Processo de Execução Trabalhista"*
Goiânia / GO, 16/06/2005
- 2005 I Seminário "A Reforma do Poder Judiciário e a Justiça do Trabalho"
Palestra proferida no painel: *"Reforma do Poder Judiciário e a Justiça do Trabalho: Relação de Trabalho e a Nova Competência"*
Natal / RN, 20/05/2005
- 2004 Colégio de Presidentes e Corregedores (Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região)
Palestra proferida com o tema: *"Escola Judicial e a Formação do Magistrado do Século XXI"*
Rio de Janeiro / RJ, 02/12/2004
- 2004 Encontro Jurídico Comemorativo ao 18º Aniversário do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região
Palestra proferida com o tema: *"Reflexões sobre o Processo de Execução"*
Porto Velho / RO, 12/11/2004
- 2003 Centro de Extensão da Faculdade de Direito Milton Campos/MG
Palestra proferida com o tema: *"Diretrizes Básicas para a Reforma da Legislação Trabalhista – Propostas"*
Nova Lima / MG, em 29/05/2003

- 2003 Ciclo de Debates sobre Temas Atuais do Direito do Trabalho
Palestra proferida com o tema: "*Diretrizes Básicas da Reforma Trabalhista*"
Belo Horizonte / MG, 25/08/2003
- 1996 2º Seminário de Direito do Trabalho de Itaúna/MG
Palestra proferida com o tema: "*Convenção 158 da OIT - Aspectos no Direito Internacional acerca da Denúncia de Tratados Multilaterais*"
Itaúna / MG, em 05/12/1996
- 1996 Evento da Faculdade de Direito da Milton Campos / Centro de Extensão
Palestra proferida com o tema: "*A Convenção 158 da OIT*"
Nova Lima / MG, 16/10/1996
- 1996 I Encontro dos Agentes da Inspeção do Trabalho da Região Sudeste
Participante como debatedor do tema: "*Flexibilização da Legislação Trabalhista e Convenção 158*", juntamente com o Dr. Antônio Alvares da Silva e Dr. Ulisses Riedel
Associação Comercial de Minas Gerais
Belo Horizonte / MG, 23/08/1996
- 1996 1º Seminário de Direito do Trabalho promovido pela Associação dos Advogados Trabalhistas em Uberlândia
Palestra proferida com o tema: "*Convenção 158 da OIT- Garantia de emprego*"
Uberlândia / MG, 29/06/1996
2018 57ª Assembleia Ordinária e Reunião de Trabalho do Conselho Nacional das Escolas de Magistratura do Trabalho - CONEMATRA
São Paulo / SP, 1º/03/2018
- 1995 Reunião do Comitê de Legislação da Câmara Internacional de Comércio do Brasil
Palestra proferida com o tema: "*Aspectos polêmicos da Terceirização*"
Brasília / DF, abril de 1995

Participação em Congressos/Seminários/Feiras/Exposições

- 2021 Participou do III Encontro Ibero-Americano da Agenda 2030 no Poder Judiciário realizado pelo Conselho Nacional de Justiça, com carga horária de 9 horas, nos dias 1º e 02 de junho de 2021, por videoconferência.
Brasília/DF 02/06/2021
- 2018 8º Congresso Brasileiro de Direito Comercial, promovido pela Associação dos

Advogados de São Paulo (AASP)

Presidente do painel com o tema "*Repercussões no Direito Comercial da Reforma da CLT (Lei nº. 13.467/2017)*"

São Paulo / SP, 18/05/2018

2018 57ª Assembleia Ordinária e Reunião de Trabalho do Conselho Nacional das Escolas de Magistratura do Trabalho - CONEMATRA
São Paulo / SP, 1º/03/2018

2007 Seminário "Orlando Gomes e o Direito do Trabalho", realizado pelo Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região em comemoração ao centenário de nascimento do saudoso Professor Orlando Gomes
Salvador / BA, 20 e 21/09/2007

2005 2º Curso de Formação Inicial de Juízes do Trabalho Substitutos do TRT da 10ª Região promovido pela Escola Judicial
Brasília / DF, 17/02/2005 a 05/04/2005

2004 Seminário "O Perfil do Juiz Trabalhista no Século XXI" realizado pela Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região e Escola da Magistratura do Trabalho da 10ª Região
Brasília / DF, 12/03/2004

2004 Jornada de Sensibilização sobre as Normas Internacionais do Trabalho e o Sistema de Controle da OIT
Faculdade de Administração Milton Campos
Belo Horizonte / MG, de 8 a 12/09/2004

2003 Fórum Internacional sobre Flexibilização no Direito do Trabalho realizado pelo Tribunal Superior do Trabalho, Academia Nacional de Direito do Trabalho e Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho
Brasília / DF, de 7 a 9/04/2003

2003 "Seminário de Cooperativas do Trabalho", realizado pelo TST
Brasília / DF, 16/10/2003

2001 III Congresso Nacional de Direito do Trabalho e Processual do Trabalho do TRT da 15ª Região
Campinas / SP, 21 e 22/06/2001

2001 Seminário "Discriminação e Sistema Legal Brasileiro" realizado pelo TST
Brasília / DF, em 20/11/2001

1985 Ciclo de Estudos do Direito Alemão Atual, ministrado pelo prof. Dr. Dietrich Von

Stebut, da Universidade de Berlim, e promovido pelos cursos de pós-graduação da Faculdade de Direito da UFMG, com apoio da Fundação de Brasileira de Direito Econômico - Belo Horizonte / MG, 11 a 23/03/1985

Palestras – 2020/2021

Data/Horário	Palestra/Evento	Link
2020		
07/02/2020 10h às 12h	“AULA MAGNA” da Escola Judicial do TRT-5 Tema: JUSTIÇA DO TRABALHO E DEMOCRACIA	Presencial Local: Auditório do Pleno do TRT-5 Salvador – BA
07/08/2020 14h às 15h	TRT17 Abertura do Curso sobre Supervisores e Coordenadores de CEJUSC Palestra "O Direito do Trabalho e a concepção ampliada de acesso à Justiça",	Link indisponível
21/08/2020 09h às 11h	EJUD-9 Palestra: O Direito do Trabalho e a Concepção Ampliada de Acesso à Justiça	Link indisponível
21/08/2020 15h às 17h	TRT-4 Tema: Construção de precedentes nos Regionais e Tribunais Superiores	Link indisponível
02/09/2020 10h às 11h	EJUD-15 11º Curso de Formação de Mediadores Palestra: O direito do trabalho e a concepção ampliada de acesso à Justiça	meet.google.com/gat-rasu-voe
11/09/2020 16h30 às 17h45	Encontro virtual de Magistrados vitalícios do TRT15. Palestra de encerramento do Encontro: Tema “O papel do Juiz do Trabalho: Novas perspectivas”	Plataforma: Google Meet Link indisponível

24/09/2020 19h30 às 21h30	Palestra: Recurso de Revista (Antônio Humberto)	Link indisponível
25/09/2020 10h às 12h	Cooperação para Acordo com a União	Link indisponível
08/10/2020 17h às 17h40	20º Congresso – TRT/Campinas “O direito do trabalho e a concepção ampliada de acesso à Justiça	Link indisponível
19/10/2020 8h às 9h	TRT-20 XX CURSO INTENSIVO DE FORMAÇÃO CONTINUADA PARA MAGISTRADOS Tema: Ampliação do Acesso à Justiça” (Palestra de abertura)	meet.google.com/dpk-sukx-kjr
19/10/2020 19h às 20h	Semana Jurídica da Universidade de Santo Amaro – UNISA Ministro Vieira de Mello fará a Abertura da Semana Jurídica do Curso de Direito	Link indisponível
18/11/2020 19h30 às 20h30	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PASSO FUNDO Palestra: “Justiça do Trabalho e Democracia” (Convite do Prof. Ipojuca)	Link indisponível
2021		
22/02/2021 11h às 12h	CNJ – Palestra no evento “II Democratizando o acesso à Justiça: Justiça Social e o Poder Judiciário no Século XXI”	https://cnjjustbr.webex.com/cnjjustbr-pt/j.php?MTID=mb0f5faba5c89510a7649dc3501e3c3b0
25/06/2021 14h às 16h	TRT-1 I CONGRESSO BRASILEIRO DE ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO NA JUSTIÇA DO TRABALHO	Link indisponível
06/08/2021 19h30 às 22h	Palestra na Escola da Magistratura do Trabalho do Mato Grosso do Sul – EMATRA-MS	Aguardando link



CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO VICE-PRESIDÊNCIA

APRESENTAÇÃO

Ministro LUIZ PHILIPPE VIEIRA DE MELLO FILHO
(TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO)

Nascido em Belo Horizonte (MG), em 1961, sou Magistrado do Trabalho de carreira com larga experiência e atuação em todos os cargos e todas as instâncias da Justiça do Trabalho.

Ao longo de 34 anos na Magistratura do Trabalho, iniciada no Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (MG), ocupei sucessivamente os cargos de Juiz do Trabalho Substituto, Juiz do Trabalho Titular, Desembargador do Trabalho e, desde 2006, de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho.

No exercício profissional, desempenhei todas as principais atividades afeitas à Magistratura e enfrentei seus desafios cotidianos.

No **âmbito jurisdicional**, minha trajetória de mais de 3 décadas permitiu atuar em todas as três instâncias, exercendo a judicatura nas pequenas Comarcas do interior, mas também em uma Capital (Belo Horizonte), assim como no Colegiado nas Turmas e Seções do Tribunal Regional com questões de nível estadual, e, por fim, já atuei em todos os órgãos colegiados no âmbito do Tribunal Superior do Trabalho, tanto em dissídios individuais como coletivos.

Na **esfera administrativa**, e além de todas as questões cotidianas da microgestão das Varas e Gabinetes de um Tribunal, também vivenciei a macrogestão tanto do TST (na atual condição de seu Vice-Presidente), como do importantíssimo Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT). O CSJT é a instância máxima de supervisão e fiscalização orçamentária, financeira e administrativa de toda a Justiça do Trabalho. Na condição de membro nato e seu Vice-Presidente, convivo com os desafios da gestão e do alinhamento administrativo dos 24 Tribunais Regionais do



CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO VICE-PRESIDÊNCIA

Trabalho, com suas complexas e vastas atribuições, capilarizadas em mais de 1.580 Varas do Trabalho e milhares de Magistrados e Servidores, na prestação do serviço público de Justiça Social. Em especial, cabe destacar que também coordeno a Comissão Nacional de Promoção da Conciliação (CONAPROC), integrada pelos 24 Núcleos Permanentes de Conciliação dos Tribunais Regionais, e responsável pela implementação e execução da política nacional de tratamento de conflitos na Justiça do Trabalho. A relevância e o amplo espectro dessa missão na mediação e conciliação especializada dispensa maiores considerações, por envolver todos os dissídios individuais (entre trabalhadores e empregadores) e também os dissídios coletivos (entre Entidades Sindicais profissionais e econômicas e Empresas de atuação nacional), com ênfase na mediação pré-processual para reduzir a judicialização e a sobrecarga da jurisdição trabalhista.

No **âmbito formativo**, possuo intensa e densa experiência, especialmente por minha atuação como Diretor da Escola Judicial do TRT da 3ª Região (MG), de 2001 a 2003, e, recentemente, como Diretor da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT), de 2018 a 2020. As Escolas Judiciais – regional e nacional – são os centros de qualificação dos Magistrados instituídas pela Emenda Constitucional n. 45/2004 para o aprimoramento da prestação jurisdicional, e o conhecimento de suas dinâmicas constitui uma credencial muito importante para o aperfeiçoamento – como um todo – do Poder Judiciário. É no seu âmbito que os Magistrados desenvolvem as competências profissionais específicas do seu exercício: técnica de conciliação, relacionamento com a sociedade, ética profissional, e tantos outros.

É importante destacar ainda que, em paralelo à minha atuação na Magistratura, e, dentre outras atividades, fui titular de diversas comissões de concurso público para a Magistratura do Trabalho e o Ministério Público do Trabalho, e integrei grupos de trabalho para o estudo e o aperfeiçoamento do Direito e da Legislação Social. Além disso, sou membro e Vice-Coordenador Processual do Trabalho do Instituto Brasileiro de Direito Processual (IBDP). Conferencista, autor de diversos artigos e



CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO VICE-PRESIDÊNCIA

coordenador de obras jurídicas. O meu currículo institucional mais detalhado pode ser acessado aqui: <http://tst.jus.br/web/quest/ministros/>

Todas essas atividades de amplo espectro, em síntese, referenciam minha vasta experiência nos mais diversos aspectos que envolvem a atuação do Poder Judiciário, no âmbito da Justiça do Trabalho, e credenciam-me para a atuação como membro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

A criação do CNJ, pela mesma já citada Emenda Constitucional n. 45/2004, constitui não apenas um fato histórico relevante, mas um salto qualitativo para o Poder Judiciário brasileiro e, por via reflexa, para a efetivação dos direitos e garantias para todos os cidadãos.

Com o passar do tempo, e apesar das adversidades, o CNJ vem ocupando um espaço relevantíssimo na alavancagem da prestação do serviço público de Justiça. E é exatamente isto: **redefinir o Poder Judiciário como um espaço a serviço do cidadão e da cidadania**. Nessa linha, a prestação desse serviço público merece e deve ser continuamente aprimorada não apenas em termos quantitativos, mas essencialmente qualitativos.

Não por acaso, e na sua atuação recente, o Conselho Nacional de Justiça vem respondendo com muita agilidade e precisão aos enormes desafios contemporâneos, **tanto no contexto da pandemia, como para além dela**. E exemplos não faltam.

No contexto da crise sanitária, a realização de audiências telepresenciais em plataforma compartilhada pelo CNJ e o suporte para a manutenção dos serviços forenses, por exemplo, viabilizam o acesso a uma Justiça autenticamente “Multiportas”. Para além da crise, e já olhando para o horizonte, o CNJ está dando um salto para futuro com a “**Justiça 4.0**” e a “**Plataforma Digital do Poder Judiciário Brasileiro**”, que são muito mais do que inovações administrativas para aumentar a tecnologia dentro do Judiciário nacional. Elas constituem a implantação de uma **nova**



CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO VICE-PRESIDÊNCIA

perspectiva e uma **nova cultura** na forma de fazer a justiça.

Não se trata simplesmente de “mais tecnologia”, mas sim de tecnologia **a serviço do cidadão**. Não é mais o cidadão que vai ao Judiciário, deslocando-se fisicamente até os seus prédios e esperando para ser atendido, com custos de tempo e de recursos que por vezes até o impedem de efetivar seus direitos. É o Judiciário que vai até o cidadão, ou melhor: **o Judiciário estará onde quer que o cidadão esteja e precise dele. A qualquer hora, e de qualquer lugar**. A nosso sentir, podemos contribuir com essas iniciativas para romper em definitivo as barreiras da acomodação administrativa e da retórica procedimentalista, com uma **reinvenção da forma de fazer justiça**. Agora, precisamos **fazer “diferente”**, e não apenas “**mais do mesmo**”. A Justiça do Trabalho, como pioneira na implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJe) em todas as suas Varas de forma unificada há vários anos, seguramente pode contribuir.

Mas precisamos ir além, **intensificando os métodos consensuais de resolução de conflitos, e investindo institucionalmente neles**, como a **mediação e a conciliação processual e pré-processual**. Até então operadas fisicamente, elas podem agora difundir-se pelos Centros de Solução Consensual dos Conflitos de forma digital e remota nos Fóruns, chegando aos conflitos onde quer que estejam, com o uso das ferramentas de que as partes disponham. Novamente, aqui, acreditamos que a representação da Justiça do Trabalho no CNJ possa trazer um aporte de experiência, por incorporar o “DNA” da conciliação desde o seu nascedouro, e com um extenso *know-how* na implantação e na gestão desses mecanismos.

Outro ponto de central relevância é **a Agenda 2030 da ONU e os centros de inteligência do Poder Judiciário**. Mais do que apenas solucionar conflitos judicializados mais rápido, o Poder Judiciário precisa assumir um papel ativo no processo civilizatório como parceiro da sociedade civil e dos demais poderes para um diálogo profícuo na promoção do



**CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO
VICE-PRESIDÊNCIA**

desenvolvimento pluridimensional. No plano global, tanto pelos Estados como pela ONU, o desenvolvimento é tratado como um processo “integrado e indivisível” nas diversas dimensões: social, ambiental, econômica e político-institucional. E, dentre os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), vários deles integram o Poder Judiciário, o acesso à justiça e a sociedade democrática na superação dos grandes desafios humanos desta e das próximas gerações. E, por certo, esse desiderato tem **o protagonismo pioneiro do CNJ nos atuais projetos em torno da efetivação da Agenda 2030 da ONU e com a difusão de centros de inteligência**, para repensar todo o modelo da prestação do serviço de Justiça diante, por exemplo, de catástrofes naturais, ou acidentes de grandes proporções com alto impacto socioeconômico e em diversos ramos do Direito. A Justiça do Trabalho, aqui, pode seguramente contribuir com suas experiências consolidadas em temas como a efetividade da execução, a conciliação de conflitos coletivos e os laboratórios de inteligência e inovação.

Estamos, portanto, com a atuação diligente do Conselho Nacional de Justiça, diante de um futuro promissor, e para o qual esperamos poder contribuir com a experiência da Justiça do Trabalho: **para o Judiciário e para a própria cidadania.**

Por essas razões, respeitosamente, **apresento-me para o cargo de Membro do Conselho Nacional de Justiça pela indicação do Tribunal Superior do Trabalho**, nos termos do inciso III do *caput* do art. 103-B da Constituição Federal.

LUIZ PHILIPPE VIEIRA DE MELLO FILHO
MINISTRO DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

OFÍCIO TST.GVP Nº 1141/2021

Brasília, 30 de agosto de 2021.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **RODRIGO PACHECO**
Presidente do Senado Federal
SENADO FEDERAL
Brasília – DF

Assunto: **Indicação – Membro do Conselho Nacional de Justiça**

Senhor Presidente,

Tendo sido indicado pelo Tribunal Superior do Trabalho para compor o Conselho Nacional de Justiça, **previsto no art. 103-B da Constituição Federal, para os efeitos do art. 383, inciso I, alínea b, item 1 e § 2º**, do Regimento Interno do Senado Federal, bem como do **art. 5º, inciso II, da Resolução nº 7, de 2005**, do Senado Federal, informo a V. Exª que possuo **parente(s)** que exercem (ou exerceram) atividades, públicas (ou privadas), vinculados à estrutura do Poder Judiciário, conforme abaixo discriminado:

Nome: Caio Luiz de Almeida Vieira de Mello
Grau de parentesco: Irmão
Cargo: Desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (MG)
Lotação: Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (MG)
Período: 21/04/2001 a 30/03/2012
Cargo: Ministro do Trabalho
Lotação: Ministério do Trabalho
Período: 09/07/2018 a 31/12/2018
CPF: 010.294.956-53

Respeitosamente,

Luiz Philippe Vieira de Mello Filho
Ministro Vice-Presidente do Tribunal Superior do Trabalho



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

OFÍCIO TST.GVP Nº 1134/2021

Brasília, 27 de agosto de 2021.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **RODRIGO PACHECO**
Presidente do Senado Federal
SENADO FEDERAL
Brasília – DF

Assunto: **Indicação – Membro do Conselho Nacional de Justiça**

Senhor Presidente,

Tendo sido indicado pelo Tribunal Superior do Trabalho para compor o Conselho Nacional de Justiça, **previsto no art. 103-B da Constituição Federal, para os efeitos do art. 383, inciso I, alínea b, item 2 e § 2º**, do Regimento Interno do Senado Federal, informo a V. Ex^a que não ocupei, em qualquer tempo, cargo ou atividade como sócio, proprietário ou gerente de empresas ou entidades não governamentais.

Respeitosamente,

Luiz Philippe Vieira de Mello Filho
Ministro Vice-Presidente do Tribunal Superior do Trabalho



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

OFÍCIO TST.GVP Nº 1136/2021

Brasília, 27 de agosto de 2021.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **RODRIGO PACHECO**
Presidente do Senado Federal
SENADO FEDERAL
Brasília – DF

Assunto: **Indicação – Membro do Conselho Nacional de Justiça**

Senhor Presidente,

Tendo sido indicado pelo Tribunal Superior do Trabalho para compor o Conselho Nacional de Justiça, **previsto no art. 103-B da Constituição Federal, para os efeitos do art. 383, inciso I, alínea b, item 3, e § 3º, do Regimento Interno do Senado Federal**, informo a V. Ex^a a minha **regularidade fiscal**, no âmbito federal, estadual e municipal, **conforme documentação anexa**.

Respeitosamente,

Luiz Philippe Vieira de Mello Filho
Ministro Vice-Presidente do Tribunal Superior do Trabalho



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

OFÍCIO TST.GVP Nº 1135/2021

Brasília, 27 de agosto de 2021.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **RODRIGO PACHECO**
Presidente do Senado Federal
SENADO FEDERAL
Brasília – DF

Assunto: **Indicação – Membro do Conselho Nacional de Justiça**

Senhor Presidente,

Tendo sido indicado pelo Tribunal Superior do Trabalho para compor o Conselho Nacional de Justiça, **previsto no art. 103-B da Constituição Federal, para os efeitos do art. 383, inciso I, alínea b, item 4 e § 2º do Regimento Interno do Senado Federal, bem como do art. 5º, inciso III, da Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal**, informo a V. Exª a **inexistência de ações judiciais** em que figure como parte, seja como autor ou réu, em qualquer grau de jurisdição, bem como em procedimento administrativo-disciplinar.

Respeitosamente,

Luiz Philippe Vieira de Mello Filho
Ministro Vice-Presidente do Tribunal Superior do Trabalho



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

OFÍCIO TST.GVP Nº 1138/2021

Brasília, 27 de agosto de 2021.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **RODRIGO PACHECO**
Presidente do Senado Federal
SENADO FEDERAL
Brasília – DF

Assunto: **Indicação – Membro do Conselho Nacional de Justiça**

Senhor Presidente,

Tendo sido indicado pelo Tribunal Superior do Trabalho para compor o Conselho Nacional de Justiça, **previsto no art. 103-B da Constituição Federal, para os efeitos do art. 383, inciso I, alínea b, item 5**, do Regimento Interno do Senado Federal, informo a V. Ex^a que atuo como Magistrado do Tribunal Superior do Trabalho desde 15/2/2006.

Respeitosamente,

Luiz Philippe Vieira de Mello Filho
Ministro Vice-Presidente do Tribunal Superior do Trabalho



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

OFÍCIO TST.GVP Nº 1137/2021

Brasília, 27 de agosto de 2021.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **RODRIGO PACHECO**
Presidente do Senado Federal
SENADO FEDERAL
Brasília – DF

Assunto: **Indicação – Membro do Conselho Nacional de Justiça**

Senhor Presidente,

Tendo sido indicado pelo Tribunal Superior do Trabalho para compor o Conselho Nacional de Justiça, **previsto no art. 103-B da Constituição Federal, para os efeitos do art. 383, inciso I, alínea b, item 5 e § 2º**, do Regimento Interno do Senado Federal, informo a V. Ex^a que não atuei, nos últimos 5 anos, em conselhos de administração de empresas estatais ou em cargos de direção de agências reguladoras.

Respeitosamente,

Luiz Philippe Vieira de Mello Filho
Ministro Vice-Presidente do Tribunal Superior do Trabalho



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

OFÍCIO TST.GVP Nº 1139/2021

Brasília, 27 de agosto de 2021.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **RODRIGO PACHECO**
Presidente do Senado Federal
SENADO FEDERAL
Brasília – DF

Assunto: **Indicação – Membro do Conselho Nacional de Justiça**

Senhor Presidente,

Tendo sido indicado pelo Tribunal Superior do Trabalho para compor o Conselho Nacional de Justiça, **previsto no art. 103-B da Constituição Federal, para os efeitos art. 5º, inciso IV, da Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal**, informo a V. Ex^a que não sou membro do Congresso Nacional, do Poder Legislativo dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, ou cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, de membro desses Poderes.

Respeitosamente,

Luiz Philippe Vieira de Mello Filho
Ministro Vice-Presidente do Tribunal Superior do Trabalho



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

OFÍCIO TST.GVP Nº 1140/2021

Brasília, 30 de agosto de 2021.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **RODRIGO PACHECO**
Presidente do Senado Federal
SENADO FEDERAL
Brasília – DF

Assunto: **Indicação – Membro do Conselho Nacional de Justiça**

Senhor Presidente,

Tendo sido indicado pelo Tribunal Superior do Trabalho para compor o Conselho Nacional de Justiça, **previsto no art. 103-B da Constituição Federal, para os efeitos art. 383, inciso I, alínea c, do Regimento Interno do Senado Federal**, encaminho argumentação escrita.

Respeitosamente,

Luiz Philippe Vieira de Mello Filho
Ministro Vice-Presidente do Tribunal Superior do Trabalho



Prefeitura de Belo Horizonte
Secretaria Municipal de Fazenda
Subsecretaria da Receita Municipal

**DOCUMENTO AUXILIAR DA
CERTIDÃO DE QUITAÇÃO PLENA PESSOA FÍSICA**

REGISTROS DE ACESSO

Código de Controle: **GEDKEKGLJJ**

Documento/Certidão nº **16.051.416** Exercício: **2021**

Emissão em: **30/08/2021**

Requerimento em: **09:16:41**

Validade: **29/09/2021**

Nome: **LUIZ PHILIPPE VIEIRA DE MELLO FILHO**

CPF: **511.955.696.53**

Ressalvando a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte o direito de cobrar débitos posteriormente apurados, a Diretoria de Arrecadação, Cobrança e Dívida Ativa da Secretaria Municipal de Fazenda, no uso de suas atribuições legais, certifica que o Contribuinte acima encontra-se regular com a Fazenda Pública Municipal, em relação aos Tributos, Multas e Precos inscritos ou não em dívida ativa.

Nos termos do Decreto 15.927/2015 este documento auxiliar é a representação gráfica da certidão de débitos e situação fiscal, não substituindo a certidão, que será obtida no Portal da PBH, por meio da autenticação dos registros de acesso deste documento.

DOCUMENTO GRATUITO - <http://cndonline.siatu.pbh.gov.br>

DOCUMENTO GRATUITO - <http://cndonline.siatu.pbh.gov.br>



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

CERTIDÃO Nº: 270097408262021
NOME: LUIZ PHILIPPE VIEIRA DE MELLO FILHO
ENDEREÇO: SETOR SHIS QL 20 CJ 03 CS 07 LAGO SUL NRO 20 CJ 03
CIDADE: LAGO SUL
CPF: 511.955.696-53
FINALIDADE: JUNTO AO GDF

_____ CERTIFICAMOS QUE _____

Até esta data não constam débitos de tributos de competência do Distrito Federal, inclusive os relativos à Dívida Ativa, para o contribuinte acima. Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Distrito Federal cobrar, a qualquer tempo, débitos que venham a ser apurados.

Certidão expedida conforme Decreto Distrital nº 23.873 de 04/07/2003, gratuitamente.
Válida até 23 de novembro de 2021. *

* Obs: As certidões expedidas durante o período declarado de situação de emergência no âmbito da saúde pública, em razão do risco de pandemia do novo coronavírus, de que trata o Decreto nº 40.475, de 28/02/2020, terão sua validade limitada ao prazo em que perdurar tal situação.

	SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS	119
--	--	-----

CERTIDÃO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS Negativa	CERTIDÃO EMITIDA EM: 25/08/2021 CERTIDÃO VALIDA ATÉ: 23/11/2021
---	--

NOME: LUIZ PHILIPPE VIEIRA DE MELLO FILHO		
CNPJ/CPF: 511.955.696-53		
LOGRADOURO: RUA ENGENHEIRO ALBERT SCHARLE		NÚMERO: 200
COMPLEMENTO: AP 904,	BAIRRO: LUXEMBURGO	CEP: 30380370
DISTRITO/POVOADO:	MUNICÍPIO: BELO HORIZONTE	UF: MG

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. Não constam débitos relativos a tributos administrados pela Fazenda Pública Estadual e/ou Advocacia Geral do Estado;

2. No caso de utilização para lavratura de escritura pública ou registro de formal de partilha, de carta de adjudicação expedida em autos de inventário ou de arrolamento, de sentença em ação de separação judicial, divórcio, ou de partilha de bens na união estável e de escritura pública de doação de bens imóveis, esta certidão somente terá validade se acompanhada da Certidão de Pagamento / Desoneração do ITCD, prevista no artigo 39 do Decreto 43.981/2005.

Certidão válida para todos os estabelecimentos da empresa, alcançando débitos tributários do sujeito passivo em Fase Administrativa ou inscritos em Dívida Ativa.

IDENTIFICAÇÃO	NÚMERO DO PTA	DESCRIÇÃO

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada através de aplicativo disponibilizado pela Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais, na internet: <http://www.fazenda.mg.gov.br> => Empresas => Certificação da Autenticidade de Documentos.

CÓDIGO DE CONTROLE DE CERTIDÃO: 2021000487205218



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: LUIZ PHILIPPE VIEIRA DE MELLO FILHO
CPF: 511.955.696-53

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão se refere à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 14:34:49 do dia 12/03/2021 <hora e data de Brasília>.

Válida até 08/09/2021.

Código de controle da certidão: **79E4.25FC.6BA3.00DD**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA NEGATIVA

CERTIDÃO Nº: 270097408312021
NOME: LUIZ PHILIPPE VIEIRA DE MELLO FILHO
ENDEREÇO: SETOR SHIS QL 20 CJ 03 CS 07 LAGO SUL NRO 20 CJ 03
CIDADE: LAGO SUL
CPF: 511.955.696-53
FINALIDADE: JUNTO AO GDF

_____ CERTIFICAMOS QUE _____

Até esta data não constam débitos de tributos de competência do Distrito Federal para o contribuinte acima.
Esta Certidão abrange consulta aos débitos exclusivamente no âmbito da Dívida Ativa, não constituindo prova de inexistência de débitos na esfera administrativa.
Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Distrito Federal cobrar, a qualquer tempo, débitos que venham a ser apurados.

Obs: Esta certidão não tem validade para licitação, concordata, transferência de propriedade de direitos relativos a bens imóveis e móveis; e junto a órgãos e entidades da administração pública. Para estas finalidades, solicitar a certidão negativa de débitos.

Certidão expedida conforme Decreto Distrital nº 23.873 de 04/07/2003, gratuitamente.
Válida até 23 de novembro de 2021. *

* Obs: As certidões expedidas durante o período declarado de situação de emergência no âmbito da saúde pública, em razão do risco de pandemia do novo coronavírus, de que trata o Decreto nº 40.475, de 28/02/2020, terão sua validade limitada ao prazo em que perdurar tal situação.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: LUIZ PHILIPPE VIEIRA DE MELLO FILHO
CPF: 511.955.696-53

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão se refere à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 19:55:35 do dia 25/03/2021 <hora e data de Brasília>.

Válida até 21/09/2021.

Código de controle da certidão: **C65C.2059.2EB2.3038**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: LUIZ PHILIPPE VIEIRA DE MELLO FILHO
CPF: 511.955.696-53

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão se refere à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 17:07:59 do dia 04/05/2021 <hora e data de Brasília>.

Válida até 31/10/2021.

Código de controle da certidão: **B52F.FB1E.6E44.329A**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: LUIZ PHILIPPE VIEIRA DE MELLO FILHO
CPF: 511.955.696-53

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão se refere à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 19:19:29 do dia 03/07/2021 <hora e data de Brasília>.

Válida até 30/12/2021.

Código de controle da certidão: **4709.BA57.4439.0449**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

3



SENADO FEDERAL

OFÍCIO "S" Nº 18, DE 2021

(nº 782/2021, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, incisos VIII e IX, da Constituição Federal, o nome da Senhora Desembargadora Jane Granzoto Torres da Silva, para compor o Conselho Nacional de Justiça – CNJ, na vaga destinada ao Tribunal Superior do Trabalho.

AUTORIA: Tribunal Superior do Trabalho

DOCUMENTOS:

[- Texto do ofício](#)

DESPACHO: À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania



[Página da matéria](#)



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

OFÍCIO TST.GP Nº 782

Brasília, 28 de outubro de 2021.

A Sua Excelência o Senhor

Senador RODRIGO PACHECO

Presidente do Senado Federal

Brasília – DF

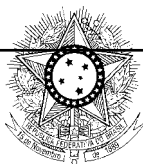
Assunto: Indicação da Excelentíssima Senhora Desembargadora Jane Granzoto Torres da Silva, do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, e do Excelentíssimo Senhor Roberto da Silva Fragale Filho, Juiz Titular da 1ª Vara do Trabalho de São João de Meriti – RJ, para integrarem o Conselho Nacional de Justiça.

Senhor Presidente,

Informo a Vossa Excelência que o Pleno do Tribunal Superior do Trabalho, em sessão ordinária, decidiu indicar o nome da Excelentíssima Senhora Desembargadora Jane Granzoto Torres da Silva, do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, e do Excelentíssimo Senhor Juiz do Trabalho Roberto da Silva Fragale Filho, Titular da 1ª Vara do Trabalho de São João de Meriti - RJ, para integrarem o Conselho Nacional de Justiça, nos termos do art. 103-B, incisos VIII e IX, da Constituição da República, respectivamente, consoante consta da anexa Resolução Administrativa nº 2.263, de 25 de outubro de 2021.

Submeto, assim, as indicações em referência à apreciação dessa Casa, a teor do que preceitua o art. 103-B, § 2º, do Texto Constitucional.

Para tanto, encaminho a Vossa Excelência a documentação anexa correlata à Desembargadora e ao Juiz do Trabalho indicados, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

No ensejo, ao cumprimentar cordialmente Vossa Excelência, externo protestos da mais elevada consideração.

Respeitosamente,

MARIA CRISTINA

IRIGOYEN

PEDUZZI:14441829

191

Assinado de forma digital por MARIA
CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI:14441829191
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Caixa
Economica Federal, ou=AC CAIXA PF 1v2,
ou=00360305134224, cn=MARIA CRISTINA
IRIGOYEN PEDUZZI:14441829191
Dados: 2021.10.28 12:12:37 -03'00'

MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI

Ministra Presidente do Tribunal Superior do Trabalho e
do Conselho Superior da Justiça do Trabalho

CURRICULUM VITAE

1. DADOS PESSOAIS

Nome: JANE GRANZOTO TORRES DA SILVA
Filiação: Ary Branco Torres da Silva e Ignez Granzoto
Data de Nascimento: 25/10/63
Naturalidade: São Paulo – SP
Nacionalidade: Brasileira
Endereço: Avenida Angélica, 890, 10º andar, São Paulo – SP
Telefones: (11) 3666 4642; (11)999869343

2. FORMAÇÃO ACADÊMICA

- 2.1. 1º Grau: Colégio Maria Ward
Período: 1970 a 1977
- 2.2. 2º Grau: Escola Estadual de 2º Grau Professor Carlos de Campos
Período: 1978 a 1980
- 2.3. Superior: Universidade Presbiteriana Mackenzie – Faculdade de Direito
Período: 1981 a 1985
- 2.4. Extensão Universitária: Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
Curso de Direito do Trabalho
Período: janeiro de 2014.
- 2.5. Especialização: Università Degli Studi Di Modena e Reggio Emilia
Curso Di Especializzazione in Diritto Del Lavoro
“**La tutela dela sicurezza nei luoghi il lavoro**”
Período: Maio de 2013.
- 2.6. Pós Graduação: Universidade de São Paulo – Faculdade de Direito. Pós-graduação *latu sensu* em Direito do Trabalho.
Período: de 1987 a 1988.
- 2.7. Mestrado: Universidade Presbiteriana Mackenzie
Mestrado em Direito Político e Econômico
Área de concentração: Direito do Trabalho
Dissertação apresentada e aprovada em 01/08/2001 com tema: **A TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL NO DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO.**

3. ATIVIDADES PROFISSIONAIS

3.1. TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

- Ingresso em 29/3/83 por meio de concurso público para o cargo de auxiliar judiciário.
- Promoção vertical em 1987, mediante concurso interno, para o cargo de oficial de justiça avaliador.
- Exercício, a partir de 1986, das funções comissionadas de secretário datilógrafo de audiência e assistente de juiz.
- Nomeação em 27/6/90 para o cargo de juiz do trabalho substituto, mediante concurso de provas e títulos.
- Promoção em 28/09/93, por merecimento, para o cargo de Juiz Presidente da 14ª Vara do Trabalho de São Paulo.
- Convocação para substituição no Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, a partir de 04/08/97, junto às 8ª e 9ª Turmas.
- Promoção em 13/04/2004, por merecimento, para o cargo de Desembargador do Trabalho, com posse em 14/04/2004, compondo a 9ª Turma.
- Composição, a partir de 01/03/2006, da Sessão Especializada em Dissídios Individuais II.
- Exercício, a partir de 15/09/2008, da Presidência da 9ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, em cumprimento ao mandato eletivo 2008/2010.
- Exercício, por indicação da Presidência do Tribunal, da função de Juíza de Cooperação de 2º Grau do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª região, em cumprimento à Recomendação 38/2011, do Conselho Nacional de Justiça.
- Exercício, a partir de 18/09/2012, da Presidência da Seção Especializada em Dissídios Individuais II, do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, em cumprimento ao mandato eletivo 2012/2014.
- Exercício, a partir de 03/10/2016, do cargo de Corregedor Regional do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, em cumprimento ao mandato eletivo 2016/2018.

- Exercício, a partir de 02/10/2018, da Presidência da 6ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, em cumprimento ao mandato eletivo 2018/2020.
- Exercício, a partir de 02/10/2020, da Presidência da Seção Especializada em Dissídios Individuais II, do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, em cumprimento ao mandato eletivo 2020/2022.
- Integrante, a partir de 02/10/2020, da Comissão de Vitaliciamento do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, em cumprimento ao mandato eletivo 2020/2022.

3.2. TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

- Convocação para atuação junto à 8ª Turma, do Tribunal Superior do Trabalho, no período de 12/5/2014 a 18/12/2015, mediante ATOS TST.GP. 194/2014, 338/2014, 669/14, 347/2015 e 679/2015.

3.3. PEAT MARWICK MITCHELL AUDITORES INDEPENDENTES

Cargo: Auditor

Período: 1982 a 1983

3.4. BANCO BRASILEIRO DE DESCONTOS S/A

Cargo: escriturário

Período: 1981 a 1982

4. ATIVIDADES ACADÊMICAS

4.1. UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE

- Professora assistente das disciplinas Direito do Trabalho I, Direito do Trabalho II, Direito Processual do Trabalho I e Direito Processual do Trabalho II, de 1993 a 2013.
- Coordenação das atividades na área de Direito do Trabalho do Núcleo de Prática Jurídica, de 1998 a 2000.
- Nomeada por ato do Magnífico Reitor da Universidade em dezembro/98, para a função de Coordenadora das Atividades Complementares, a qual exerceu até outubro/2000, em razão de desligamento a pedido.

- Professora nos cursos de graduação e pós-graduação *latu sensu* – Direito Empresarial e Especialização em Direito do Trabalho e Direito Processual do Trabalho.
- Nomeada em 19/06/2008, por ato do Diretor da Faculdade de Direito, chefe do Núcleo Temático de Direitos Humanos, Sociais e da Cidadania, pelo critério de eleição.

4.2. ESCOLA DA MAGISTRATURA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

- Palestras ministradas a servidores e Juízes Substitutos recém-empossados.
- Atuação como assistente de coordenação, mediante Portaria expedida pelo Exmo. Sr. Juiz Presidente do E. TRT da 2ª Região.
- Atuação como coordenadora, mediante Portaria GP n. 25/2001, expedida pelo Exmo. Sr. Juiz Presidente do E. TRT da 2ª Região em 29/10/2001, até 07/12/2004, em razão de desligamento a pedido.
- Eleita pelo Tribunal Pleno para o cargo de Vice-diretora, no biênio 2008/2010.
- Eleita pelo Tribunal Pleno para o cargo de conselheira, no biênio 2010/2012.

4.3. ESCOLA NACIONAL DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS DO TRABALHO

- Ministrada a disciplina “Técnica de Instrução de Processo do Trabalho”, no 2º Curso de Formação Inicial, na sede do Tribunal Superior do Trabalho, Brasília-DF.
- Ministrada a disciplina “Técnica de Instrução de Processo do Trabalho”, no 3º Curso de Formação Inicial, na sede do Tribunal Superior do Trabalho, Brasília-DF.
- Ministrada a disciplina “Técnica de Instrução de Processo do Trabalho”, no 4º Curso de Formação Inicial, na sede do Tribunal Superior do Trabalho, Brasília-DF.
- Ministradas as disciplinas “Decisões em fase de execução” e “Experiências na magistratura trabalhista”, no 26º Curso Nacional de Formação Inicial, na modalidade virtual.
- Ministradas as disciplinas “Decisões em fase de execução” e “Experiências na magistratura trabalhista”, no 27º Curso Nacional de Formação Inicial, na modalidade virtual.

5. PUBLICAÇÕES

- 5.1. Programa de Pós-Graduação em Direito Político e Econômico – Anais das *Jornadas de Direito e Processo do Trabalho em Homenagem ao PROFESSOR VALENTIN CARRION* – Universidade Presbiteriana Mackenzie – São Paulo – Maio/2000.
- 5.2. *O Direito do Trabalho na Sociedade Contemporânea* – Coordenação – Editora LTr – 2001.
- 5.3. *Constitucionalismo Social – Estudos em Homenagem ao MINISTRO MARCO AURÉLIO MENDES DE FARIAS MELLO* – Coordenação – Editora LTr – 2003.
- 5.4. *As recentes reformas do CPC e suas repercussões no processo do trabalho*, Revista Synthesis, Órgão Oficial do TRT da 2ª Região, São Paulo, volume 46/08, abril/2008.
- 5.5. *Garantia do Juízo. Meios impugnativos das decisões judiciais em execução de sentença trabalhista*, Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, São Paulo, nº 06/2010.
- 5.6. *Terceiro adquirente de boa-fé e a caracterização de fraude à execução em processo trabalhista*, obra coletiva TENDÊNCIAS JURÍDICAS CONTEMPORÂNEAS, Estudos em Homenagem a Nuncio Theophilo Neto, Editora Saraiva, São Paulo, 2011.
- 5.7. *Políticas Públicas de Inserção no Mercado de Trabalho x Vínculo de Emprego*, obra coletiva ESTADO E ECONOMIA, Estudos em Homenagem a Ademar Pereira, Editora Saraiva, 2011.

6. PALESTRAS PROFERIDAS

- 6.1. 11º CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO – Painel Eletrônico (gravação em vídeo) sobre o tema: *A PROVA NO PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO* – São Paulo/SP – 27 e 28/3/2000.
- 6.2. 13º CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO – palestrante na 2ª Comissão sobre o tema *PROBLEMAS CRUSCIAIS DA EXECUÇÃO* – São Paulo/SP – 31/7/2001 a 01/08/2001.

- 6.3 CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO – painel eletrônico sobre o tema *NUCLEOS DE CONCILIAÇÃO EM SEGUNDO GRAU* – São Paulo/SP – 30/7/2003 a 31/07/2003.
- 6.4. IV ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA e VII MOSTRA DE PÓS GRADUAÇÃO – mesa redonda sobre o tema *REFORMA TRABALHISTA: PERSPECTIVAS PARA O DIÁLOGO SOCIAL NO BRASIL* – São Paulo/SP – 27 a 30/08/2003.
- 6.5. CURSO DE FÉRIAS "DIREITO E PROCESSO DO TRABALHO", promovido pela Associação dos Advogados Trabalhistas de São Paulo, atuando como expositora no painel *TEORIA GERAL DO RECURSO, RECURSO ORDINÁRIO* - São Paulo/SP - 14/07/2004.
- 6.6. SEMANA JURÍDICA, promovida pela 117ª Subsecção da OAB em Barueri, atuando como palestrante – Barueri/SP – 10/08/2004.
- 6.7. ENCONTRO NACIONAL "O PODER JUDICIÁRIO - E AGORA?", promovido pela Associação Brasileira das Mulheres de Carreira Jurídica, atuando como debatedora do tema *VERBAS DESTINADAS AO PODER JUDICIÁRIO* - São Paulo/SP - 27/08/2004.
- 6.8. CURSO "O PODER PÚBLICO E AS RELAÇÕES DE TRABALHO DE CELETISTAS", promovido pelo Centro de Estudos da Procuradoria Geral do Estado, atuando como palestrante - São Paulo/SP - 10/09/2004.
- 6.9. SEMINÁRIO *OUTSOURCING* E LEGISLAÇÃO TRABALHISTA, promovido pela empresa Internews, atuando como palestrante, São Paulo-SP, 16/02/2006.
- 6.10. III FORUM DA CIDADE – “UMA CIDADE ÉTICA”, atuando como palestrante no painel *FUNDAMENTOS DE UMA CIDADE SAUDÁVEL*, São Paulo-SP, 06/10/2006.
- 6.11. I JORNADA ATHENA DE ATUALIZAÇÃO EM DIREITO MATERIAL E PROCESSUAL DO TRABALHO, atuando como palestrante com o tema *REPERCUSSÕES DO DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL NO DIREITO DO TRABALHO À LUZ DA EC/45 E DAS RECENTES REFORMAS DO CPC*, Santos/SP, 07/05/07.
- 6.12. CURSO DE DIREITO CONSTITUCIONAL ESTADUAL, atuando como palestrante com o tema *JUSTIÇA DO TRABALHO – ORGANIZAÇÃO E COMPETÊNCIA*, Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, São Paulo/SP, 28/11/2007.
- 6.13. 26º ENCONTRO ANUAL DOS MAGISTRADOS DA JUSTIÇA DO TRABALHO DA SEGUNDA REGIÃO, participante como debatedora no painel *A JURISPRUDÊNCIA TRABALHISTA E OS DIREITOS FUNDAMENTAIS*, Porto de Galinhas – PE, de 11 a 15/11/2010.

- 6.14. *RECURSO DE REVISTA*, Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, 01 de junho de 2011.

7. PARTICIPAÇÃO EM CONGRESSOS, ENCONTROS E SIMPÓSIOS

- 7.1. V CONAMAT – Congresso Nacional de Magistrados do Trabalho – *O PODER JUDICIÁRIO NA PERSPECTIVA DA SOCIEDADE DEMOCRÁTICA* – Porto Alegre/RS – 11 a 14/5/94.
- 7.2. ENCONTRO DE PROFESSORES DA UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE – Campinas/SP – 4 a 6/2/99.
- 7.3. XV CONGRESSO MUNDIAL SOBRE SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO – São Paulo/SP – 12 a 16/4/99.
- 7.4. 8º ENCONTRO NACIONAL DE DIREITO CONSTITUCIONAL – São Paulo/SP – 26 a 28/8/99.
- 7.5. VI CICLO DE ESTUDOS DE DIREITO DO TRABALHO – Cabo de Santo Agostinho/PE – 28/04/00 a 01/05/00.
- 7.6. I ENCONTRO NACIONAL DE ESCOLAS DA MAGISTRATURA DO TRABALHO – São Paulo/SP – 24 a 27/8/2000.
- 7.7. I SIMPÓSIO DOS TRIBUNAIS REGIONAIS DO TRABALHO DAS 2ª E 15ª REGIÕES – *CELERIDADE PROCESSUAL X SEGURANÇA JURÍDICA* – São Paulo/SP – 21 e 22 de março/2002.
- 7.8. VIII CICLO DE ESTUDOS DE DIREITO DO TRABALHO – Fortaleza – CE – 30/5/2002 a 02/06/2002.
- 7.9. CONGRESSO DA ACADEMIA INTERNACIONAL DE DIREITO E ECONOMIA – *O DIREITO BRASILEIRO E OS DESAFIOS DA ECONOMIA GLOBALIZADA* – São Paulo/SP – 24 e 25/06/2002.
- 7.10. 14ª CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO – São Paulo/SP – 01 a 02/08/2002.
- 7.11. CONGRESSO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO – *EXECUÇÃO TRABALHISTA EM DESTAQUE* – São Paulo/SP – 22 a 24/08/2002.
- 7.12. VI SIMPÓSIO TEMAS RELEVANTES NAS RELAÇÕES DE TRABALHO – Campinas/SP – 22 e 23 de novembro/2002.
- 7.13. ABERTURA DO ANO JUDICIÁRIO TRABALHISTA – Presidência de mesa com tema : *Reformas Trabalhistas* – Cabreúva/SP – 15/03/2003.

- 7.14. VIII CONGRESSO RESPONSABILIDADE CIVIL NO TRANSPORTE TERRESTRE DE PASSAGEIROS – São Roque/SP – 28, 29 e 30 de março de 2003.
- 7.15. FORUM INTERNACIONAL DE DIREITO DO TRABALHO – Brasília/DF – 07 a 09 de abril de 2003.
- 7.16. IX CICLO DE ESTUDOS DE DIREITO DO TRABALHO – Ilha de Comandatuba - BA – 01 a 04 de maio de 2003.
- 7.17. XVII CONGRESSO MUNDIAL DE DERECHO DEL TRABAJO Y DE LA SEGURIDAD SOCIAL – Montevideo/Uruguai – 02 a 05/09/2003.
- 7.18. SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE A REFORMA DA ORGANIZAÇÃO SINDICAL E LEGISLAÇÃO TRABALHISTA – São Paulo/SP, em 30/10/2003.
- 7.19. I CICLO DE ESTUDOS “*O NOVO CÓDIGO CIVIL E SEUS REFLEXOS NO DIREITO DO TRABALHO*”, atuando como coordenadora técnica-científica – Fortaleza – CE - 05/3/2004.
- 7.20. XX ENCONTRO ANUAL DOS MAGISTRADOS DA JUSTIÇA DO TRABALHO DA SEGUNDA REGIÃO – “JUSTIÇA DO TRABALHO: NOVOS DESAFIOS” – Mangaratiba/RJ – 27 a 31/10/2004.
- 7.21. CICLO DE PALESTRAS “EXPERIÊNCIA E PERPECTIVAS DAS ESCOLAS DE MAGISTRATURA”, promovido pelo Tribunal Superior do Trabalho – Brasília-DF – 25 e 26 de novembro de 2004.
- 7.22. CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITO, promovido pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, atuando como Presidente de Mesa de Debates *Circulação e Tráfico de Capitais*, São Paulo-SP, 17 a 19 de agosto de 2005.
- 7.23. ABERTURA DO ANO JUDICIÁRIO TRABALHISTA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO, atuando como coordenadora de mesa do painel A EMENDA CONSTITUCIONAL 45/2004 E OS DISSÍDIOS COLETIVOS, Cabreúva-SP, 10/03/2006.
- 7.24. CONGRESSO NACIONAL DOS MAGISTRADOS DO TRABALHO, Maceio- AL, maio/2006
- 7.25. SEMINÁRIO ESTUDO COMPARADO DA ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA NA AMÉRICA LATINA, Auditório do Supremo Tribunal Federal, Brasília, 30/08/2006.
- 7.26. ENCONTRO ANUAL DOS MAGISTRADOS DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO, Foz do Iguaçu-PR, de 01 a 04/11/2006.

- 7.27. ABERTURA DO ANO JUDICIÁRIO TRABALHISTA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO, atuando como coordenadora de mesa, Cabreúva-SP, 11/03/2007.
- 7.28. ENCONTRO ANUAL DOS MAGISTRADOS DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO, Florianópolis-SC, de 31 a 04/11/2007.
- 7.29. AULA MAGNA da Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie, proferida pelo Ministro Paulo de Tarso Vannuchi, com o tema 60 ANOS DA DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, compondo mesa na condição de Chefe do Núcleo Temático de Direitos Humanos, Sociais e da Cidadania, São Paulo/SP, 26/09/2008.
- 7.30. CONGRESSO ANUAL DE ESTUDOS CONSTITUCIONAIS CONAESCO, com o tema central VINTE ANOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988, participação da abertura na condição de representante da EMATRA 2, São Paulo/SP, 02 e 03/10/2008.
- 7.31. ABERTURA DO ANO JUDICIÁRIO TRABALHISTA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO, na condição de representante da Escola da Magistratura do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região – EMATRA 2, Cabreúva-SP, 14/03/2009.
- 7.32. SEMANA COMEMORATIVA DO 5º ANIVERSÁRIO DO FORUM RUY BARBOSA, Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, compondo a mesa na solenidade de abertura na condição de Vice-Diretora da Escola da Magistratura do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região – EMATRA 2, São Paulo-SP, de 23/03/2009 a 26/03/2009.
- 7.33. CONFERÊNCIA proferida pelo Professor. Wolfgang Daubler, da Universidade de Bremen (Alemanha), compondo a mesma na condição de Chefe do Núcleo Temático de Direitos Humanos, Sociais e da Cidadania, da Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie, 23/03/2009.
- 7.34. CICLO SERGIO VIEIRA DE MELLO, palestra proferida pelo Professor Gil Loescher, da Universidade de Oxford (Inglaterra) , com o tema : “Direitos Humanos e Refugiados: Crise Global dos Deslocamentos Prolongados”, na condição de representante da Escola da Magistratura do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região – EMATRA 2, realizado pela Escola Nacional de Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho – ENAMAT, Brasília-DF, 26/03/2009.
- 7.47. Curso de Formação de Formadores em Administração Judiciária de Vara do Trabalho – Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho – ENAMAT. Brasília – DF. Período de 27 a 30 de abril de 2009.
- 7.48. A TERCEIRIZAÇÃO NO BRASIL GLOBALIZADO E PÓS MODERNO, *Workshop* promovido por Palermo Barroso Castelo & Corrêa da Veiga Advogados, São Paulo, 10 de agosto de 2009.

- 7.49. CONGRESSO ANUAL DE ESTUDOS CONSTITUCIONAIS com o tema central SEPARAÇÃO DE PODERES, participação da abertura na condição de representante da EMATRA 2 e como coordenadora do primeiro painel com as palestras *A não superada separação de Poderes e Separação de Poderes na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal*, São Paulo/SP, 01 e 02/10/2009.
- 7.50. XX CONGRESSO BRASILEIRO DE MAGISTRADOS com tema central GESTÃO DEMOCRÁTICA DO PODER JUDICIÁRIO, São Paulo/SP, 29 a 31/10/2009.
- 7.51. CURSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA – CONTEÚDO ÉTICO DAS SENTENÇAS JUDICIAIS, ENAMAT – Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho, Brasília-DF, 13/11/2009.
- 7.52. SEMINÁRIO DE DIREITO DO TRABALHO, participante como coordenadora do painel LEI DE COTAS PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS, realizado pelo Sindicato das Empresas de Transportes de Cargas do Estado de SP – SETCESP, São Paulo – SP, 04/12/2009.
- 7.53. SEMINÁRIO INTERNACIONAL: RECONSTRUÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO – Academia Nacional de Direito do Trabalho – São Paulo – SP, 02/08/2010.
- 7.54. 2º CURSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA EM ADMINISTRAÇÃO DE TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – COMUNICAÇÃO E RELACIONAMENTO COM A MÍDIA, promovido pela ESCOLA NACIONAL DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS DO TRABALHO – ENAMAT, Brasília, em 06/12/2010.
- 7.55. 2º CURSO DE FORMAÇÃO DE FORMADORES PARA GESTORES DE ESCOLAS JUDICIAIS, promovido pela ESCOLA NACIONAL DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS DO TRABALHO – ENAMAT, Brasília, de 27 a 29/6/2011.
- 7.56. 1º ENCONTRO DE MAGISTRADOS E ADVOGADOS TRABALHISTAS, em homenagem ao Professor Amauri Mascaro Nascimento, promovido pela Associação dos Advogados de São Paulo – AASP, na condição de coordenadora, São Paulo, de 01 a 03/10/2011.
- 7.57. 2º ENCONTRO TÉCNICO DO SISTEMA INTEGRADO DE FORMAÇÃO DE MAGISTRADOS DO TRABALHO, promovido pela ESCOLA NACIONAL DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS DO TRABALHO – ENAMAT, Brasília, de 17 a 19/10/2011.
- 7.58. SEMINÁRIO DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES DO TRABALHO, promovido pelo TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, Brasília, de 20 a 21/10/2011.

7.59. I ENCONTRO JURÍDICO DO TRT 11ª REGIÃO, com tema NOVOS DESAFIOS FRENTE A REFORMA TRABALHISTA, Manaus, 18 de maio de 2018.

7.60. RELAÇÕES DE TRABALHO EM MEIO À PANDEMIA DO CORONAVIRUS, promovido pela ESCOLA NACIONAL DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS DO TRABALHO – ENAMAT, de 27 a 30/04/2020, na modalidade virtual.

7.61. SEMINÁRIO SOBRE DIREITO DIGITAL, LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL, promovido pela ESCOLA NACIONAL DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS DO TRABALHO – ENAMAT, de 11 a 13/11/2020, na modalidade virtual.

7.62. MESA REDONDA JUSTIÇA DO TRABALHO 80 ANOS – HISTÓRIA, AVANÇOS E MODERNIZAÇÃO DIGITAL, promovido pelo TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, 2/8/2021, na modalidade virtual.

8. BANCAS EXAMINADORAS

8.1. XXX CONCURSO PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA DO TRABALHO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEGUNDA REGIÃO, na condição de Presidente da Comissão da Prova de Conhecimentos Específicos.

8.2. XXXIV CONCURSO PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA DO TRABALHO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEGUNDA REGIÃO, na condição de Presidente da Comissão da Prova de Conhecimentos Específicos.

8.3 XXXV CONCURSO PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA DO TRABALHO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEGUNDA REGIÃO, na condição de Presidente da Comissão da Prova de Sentença.

8.4. XXXVI CONCURSO PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA DO TRABALHO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEGUNDA REGIÃO, na condição de Presidente da Comissão da Prova de Sentença.

9. OUTRAS ATIVIDADES

9.1. Membro da AMATRA II – ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DA JUSTIÇA DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

9.2. Membro da AMB – ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DO BRASIL

9.3. Membro da ASOCIACIÓN IBEROAMERICANA DE DERECHO DEL TRABAJO O DE LA SEGURIDAD SOCIAL, conforme diploma expedido em 25/10/2000.

9.4. Membro do INSTITUTO PAULISTA DE MAGISTRADOS.

9.5. Membro do COMITÊ GESTOR DO PROGRAMA NACIONAL DE RESGATE DA MEMÓRIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO – CGMNac-JT, conforme designado pelo ATO CONJUNTO Nº 8/TST.CSJT.GP, de 9 DE MARÇO DE 2012.

10. CONDECORAÇÕES

10.1. ORDEM DO MÉRITO JUDICIÁRIO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO, no grau Grande Oficial, em 27/6/2002.

10.2. ORDEM DO MÉRITO JUDICIÁRIO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO, no grau Grã-Cruz, em 24/5/2004.

10.3. ORDEM DO MÉRITO JUDICIÁRIO DO TRABALHO DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, no grau Oficial, em 12/08/2003.

10.4. ORDEM DO MÉRITO DE DOM BOSCO, no grau Grande Oficial, em 31/08/2007.

10.5. ORDEM DO MÉRITO JUDICIÁRIO DO TRABALHO DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, no grau Comendador, em 08/08/2012

10.6. GRANDE COLAR DO MÉRITO JUDICIÁRIO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO, em 10/03/2017

São Paulo, 26 de outubro de 2021.

JANE GRANZOTO
TORRES DA SILVA:38601

Assinado de forma digital por JANE
GRANZOTO TORRES DA
SILVA:38601
Dados: 2021.10.26 17:05:02 -03'00'

JANE GRANZOTO TORRES DA SILVA



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

OFÍCIO GAB/JGTS Nº 09_10_21

São Paulo, 26 de outubro de 2021.

A Sua Excelência o Senhor
Senador RODRIGO PACHECO
Presidente do Senado Federal
SENADO FEDERAL
Brasília - DF

Assunto: **Indicação - Membro do Conselho Nacional de Justiça.**

Senhor Presidente,

Tendo sido indicada pelo Tribunal Superior do Trabalho para compor o Conselho Nacional de Justiça, **previsto no art. 103-B da Constituição Federal, para os efeitos art. 383, inciso I, alínea c, do Regimento Interno do Senado Federal**, encaminho argumentação escrita.

Respeitosamente,

JANE GRANZOTO
TORRES DA
SILVA:38601

Assinado de forma digital
por JANE GRANZOTO
TORRES DA SILVA:38601
Dados: 2021.10.26 17:06:00
+03'00'

JANE GRANZOTO TORRES DA SILVA

Desembargadora do Trabalho
TRT da 2ª Região



Gabinete da Desembargadora Jane Granzoto Torres da Silva
Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região
Rua da Consolação, nº 1272, 11º andar
São Paulo/SP - CEP 01302-906
Telefone: (11) 3150-2256
gabjane@trtsp.jus.br



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

ARGUMENTAÇÃO ESCRITA DO CANDIDATO
(Resolução nº 41/2013 do Senado Federal)

Senhoras Senadoras,

Senhores Senadores,

Honrada que fui com a indicação de meu nome pelo C. Tribunal Superior do Trabalho, em Sessão do Tribunal Pleno, realizada em 25 de outubro de 2021, para compor o Conselho Nacional de Justiça, dirijo-me, respeitosamente, a Vossas Excelências, para apresentar a argumentação escrita de que trata o 103-B, VIII, da Constituição Federal, de modo a demonstrar experiência profissional, formação técnica adequada e afinidade intelectual e moral para o exercício do cargo.

Graduei-me pela Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie no ano de 1985.

Antes ainda, em 1983, enquanto cursava a Faculdade de Direito, ingressei, mediante aprovação em concurso público, como servidora dos quadros funcionais do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região.

Em 1990, fui aprovada em concurso público de provas e títulos e nomeada para o cargo de Juiz do Trabalho Substituto do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, tendo tomado posse e exercício em 27/6/1990.



Gabinete da Desembargadora Jane Granzoto Torres da Silva
Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região
Rua da Consolação, nº 1272, 11º andar
São Paulo/SP - CEP 01302-906
Telefone: (11) 3150-2256
gabiane@trtsp.jus.br

JANE GRANZOTO Assinado de forma digital
TORRES DA SILVA 38601
SILVA:38601
Data: 2021.10.26 17:56:27
+0100



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

Promovida por merecimento em 1993 para o cargo de Juiz Presidente da 14ª Vara do Trabalho de São Paulo, nesse órgão permaneci no exercício da jurisdição até abril 2004, quando alcei promoção por merecimento ao cargo de Desembargador do Trabalho, ressaltando que, já a partir de 1997 fui convocada para substituição no Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região.

Ocupei a Presidência de Turmas e de Seção Especializada em Dissídios Individuais, além da função de Juíza de Cooperação de 2º Grau do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, em cumprimento à Recomendação 38/2011, do Conselho Nacional de Justiça.

Atuei em Convocação junto à 8ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho, no período de 12/5/2014 a 18/12/2015.

Exerci o cargo de Corregedor Regional do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, em cumprimento ao mandato eletivo 2016/2018.

Em fiel dedicação ao Direito do Trabalho, entrelacei o exercício da Magistratura com a atuação acadêmica, como discente e como docente, sempre em constante busca de aperfeiçoamento profissional, levando esse mister para além das fronteiras do meu aprimoramento pessoal, na medida em que atuei continuamente na formação de profissionais do Direito perante a Universidade Presbiteriana Mackenzie, bem como através da atuação nas Escolas Judiciais Nacional e Regional, publicações doutrinárias e palestras proferidas.

JANE GRANZOTO
TORRES DA
SILVA38601

Assinada de forma digital
por JANE GRANZOTO
TORRES DA SILVA38601
Data: 2021.10.26
17:56:45 -03'00'



Gabinete da Desembargadora Jane Granzoto Torres da Silva
Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região
Rua da Consolação, nº 1272, 11º andar
São Paulo/SP - CEP 01302-906
Telefone: (11) 3150-2256
gabiane@trtsp.jus.br



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

Cursei Pós-graduação *latu sensu* em Direito do Trabalho na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e Mestrado em Direito Político e Econômico na Universidade Presbiteriana Mackenzie, tendo apresentado dissertação aprovada com o tema 'Transação Extrajudicial no Direito Individual do Trabalho'.

Participei, ainda, de Extensão Universitária na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa no curso de Direito do Trabalho e de especialização no *Corso Di Especializzazione in Diritto Del Lavoro “La tutela della sicurezza nei luoghi il lavoro”* pela Università Degli Studi Di Modena e Reggio Emilia.

Como membro do corpo docente da Universidade Presbiteriana Mackenzie no período de 1993 a 2013, atuei como professora na Faculdade de Direito, em graduação e pós-graduação, nas áreas de Direito do Trabalho, Direito Processual do Trabalho e Direito Empresarial, também exercendo naquela Universidade as tarefas acadêmicas de chefia do Núcleo Temático de Direitos Humanos, Sociais e da Cidadania.

Desenvolvi, ainda, trabalhos na Coordenação, na Vice-Diretoria e no Conselho da Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região.

Ministrei cursos e palestras em contribuição à Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região e à Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho, instituída pelo Tribunal Superior do Trabalho.

JANE GRANZOTO
TORRES DA
SILVA:38601

Assinado de forma digital por JANE
GRANZOTO TORRES DA SILVA:38601
Data: 2021.10.26 17:07:02 -03'00'



Gabinete da Desembargadora Jane Granzoto Torres da Silva
Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região
Rua da Consolação, nº 1272, 11º andar
São Paulo/SP - CEP 01302-906
Telefone: (11) 3150-2256
gabiane@trtsp.jus.br



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

No decurso de mais de trinta anos de carreira pública, em grande maioria dedicados ao exercício da magistratura trabalhista, sempre me pautei em servir à sociedade brasileira com intensa dedicação e presteza, entregando a prestação jurisdicional de qualidade.

Essa breve síntese da minha trajetória pelas últimas quatro décadas evidencia intensa dedicação à Justiça do Trabalho e ao Direito do Trabalho, me afastando da necessária urbanidade, respeitando e sendo respeitada pelos demais Magistrados, Membros do Ministério Público, Advogados, jurisdicionados e servidores.

Mantive, como é dever de todo Magistrado, conduta irrepreensível na vida pública e particular.

Assumi como missão o exercício da jurisdição, cumprindo e fazendo cumprir a Constituição Federal e as Leis da República, solucionando conflitos entre o capital e o trabalho, sem nunca me distanciar da necessária imparcialidade, principal atributo de um Magistrado. E é no escopo de tal o compromisso, renovado diariamente, como integrante do Poder Judiciário, que promovo a jurisdição em conformidade com os robustos valores do Estado Democrático de Direito e dos ideais republicanos.

Peço licença para acreditar que, ao longo de minha trajetória no Poder Judiciário, tenho evidenciado afinidade intelectual e moral necessária ao exercício do honroso cargo de Membro do Conselho Nacional de Justiça.

JANE
GRANZOTO
TORRES DA
SILVA 38601

Assessoria de Imprensa
Assessoria de Comunicação
Assessoria de Planejamento
Assessoria de Gestão
Assessoria de Tecnologia



Gabinete da Desembargadora Jane Granzoto Torres da Silva
Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região
Rua da Consolação, nº 1272, 11º andar
São Paulo/SP - CEP 01302-906
Telefone: (11) 3150-2256
gabiane@trtsp.jus.br



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

Na expectativa de haver atendido ao disposto na Resolução nº 41/2013, do Senado Federal, subscrevo, respeitosamente,

JANE GRANZOTO
TORRES DA
SILVA:38601

Assinado de forma digital
por JANE GRANZOTO
TORRES DA SILVA:38601
Dados: 2021.10.26 17:07:36
+03'00'

JANE GRANZOTO TORRES DA SILVA

Desembargadora do Trabalho

Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

OFÍCIO GAB/JGTS Nº 07_10_21

São Paulo, 26 de outubro de 2021.

A Sua Excelência o Senhor
Senador RODRIGO PACHECO
Presidente do Senado Federal
SENADO FEDERAL
Brasília - DF

Assunto: **Indicação - Membro do Conselho Nacional de Justiça.**

Senhor Presidente,

Tendo sido indicada pelo Tribunal Superior do Trabalho para compor o Conselho Nacional de Justiça, **previsto no art. 103-B da Constituição Federal, para os efeitos do art. 383, inciso I, alínea b, item 5 e § 2º** informo a V. Ex^a que **não atuei**, nos últimos 5 anos, em conselhos de administração de empresas estatais ou em cargos de direção de agências reguladoras.

Respeitosamente,

JANE GRANZOTO
TORRES DA
SILVA:38601

Assinado de forma digital por
JANE GRANZOTO TORRES DA
SILVA:38601
Dados: 2021.10.26 16:38:20 -03'00'

JANE GRANZOTO TORRES DA SILVA
Desembargadora do Trabalho
TRT da 2ª Região



Gabinete da Desembargadora Jane Granzoto Torres da Silva
Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região
Rua da Consolação, nº 1272, 11º andar
São Paulo/SP - CEP 01302-906
Telefone: (11) 3150-2256
gabjane@trtsp.jus.br



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

OFÍCIO GAB/JGTS Nº 04_10_21

São Paulo, 26 de outubro de 2021.

A Sua Excelência o Senhor
Senador RODRIGO PACHECO
Presidente do Senado Federal
SENADO FEDERAL
Brasília - DF

Assunto: **Indicação - Membro do Conselho Nacional de Justiça.**

Senhor Presidente,

Tendo sido indicada pelo Tribunal Superior do Trabalho para compor o Conselho Nacional de Justiça, **previsto no art. 103-B da Constituição Federal, para os efeitos do art. 383, inciso I, alínea b, item 3, e § 3º do Regimento Interno do Senado Federal**, informo a V. Exª a minha **regularidade fiscal**, no âmbito federal, estadual e municipal, **conforme documentação anexa.**

Respeitosamente,

JANE GRANZOTO
TORRES DA SILVA:38601

Assinado de forma digital por JANE
GRANZOTO TORRES DA
SILVA:38601
Dados: 2021.10.26 16:35:51 -03'00'

JANE GRANZOTO TORRES DA SILVA
Desembargadora do Trabalho
TRT da 2ª Região



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: JANE GRANZOTO TORRES DA SILVA
CPF: 044.782.718-95

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão se refere à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 18:09:14 do dia 25/10/2021 <hora e data de Brasília>.

Válida até 23/04/2022.

Código de controle da certidão: **1B3E.6C32.317A.A26A**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Assinatura de JANE
GRANZOTO
TORRES DA
SILVA 38651
11/10/2021 18:09:14



Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo

Débitos Tributários Não Inscritos na Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CPF: 044.782.718-95

Ressalvado o direito da Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo de apurar débitos de responsabilidade da pessoa física acima identificada, é certificado que **não constam débitos** declarados ou apurados pendentes de inscrição na Dívida Ativa de responsabilidade do interessado. Tratando-se de CERTIDÃO emitida para pessoa física, não é pesquisado na base de dados se existe débito para pessoa jurídica da qual o interessado é sócio.

Certidão nº 21100328397-53

Data e hora da emissão 25/10/2021 17:50:07

Validade 6 (seis) meses, contados da data de sua expedição.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio www.pfe.fazenda.sp.gov.br

JANE
GRANZOTO
TORRES DA
SILVA:38601

Assinado de forma
digital por JANE
GRANZOTO TORRES
DA SILVA:38601
Data: 2021.10.26
17:52:22 -03'00'



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
FAZENDA

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

Certidão Conjunta de Débitos de Tributos Mobiliários

Certidão Número: 1139553 - 2021

CPF/CNPJ Raiz: 044.782.718-95

Contribuinte: JANE GRANZOTO TORRES DA SILVA

Liberação: 25/10/2021

Validade: 23/04/2022

Tributos Abrangidos:

Imposto Sobre Serviços - ISS

Taxa de Fiscalização de Localização Instalação e Funcionamento

Taxa de Fiscalização de Anúncio - TFA

Taxa de Fiscalização de Estabelecimento - TFE

Taxa de Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde - TRSS (incidência a partir de Jan/2011)

Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI

Unidades Tributárias:

Ressalvado o direito de a Fazenda Municipal cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo que vierem a ser apuradas ou que se verifiquem a qualquer tempo, inclusive em relação ao período contido neste documento, relativas a tributos administrados pela Secretaria Municipal da Fazenda e a inscrições em Dívida Ativa Municipal, junto à Procuradoria Geral do Município é certificado que a Situação Fiscal do Contribuinte supra, referente aos créditos tributários inscritos e não inscritos na Dívida Ativa abrangidos por esta certidão, até a presente data é: **REGULAR.**

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/fazenda/>. Qualquer rasura invalidará este documento.

JANE
GRANZOTO
TORRES DA
SILVA-38601

Assinado em nome
digital por JANE
GRANZOTO TORRES DA
SILVA-38601
Data: 2021.10.20
17:54:23 -0300

Certidão expedida com base na Portaria Conjunta SF/PGM nº 4, de 12 de abril de 2017, Instrução Normativa SF/SUREM nº 3, de 6 de abril de 2015, Decreto 50.691, de 29 de junho de 2009, Decreto 51.714, de 13 de agosto de 2010; Portaria SF nº 268, de 11 de outubro de 2019 e Portaria SF nº 182, de 04 de agosto de 2021.

Certidão emitida às 17:54:23 horas do dia 25/10/2021 (hora e data de Brasília).

Código de Autenticidade: 99CE11F0



PREFEITURA DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal da Fazenda

Certidão Conjunta de Débitos de Tributos Imobiliários

Certidão Número: 0001139538-2021
Número do Contribuinte: 020.091.0323-8
Nome do Contribuinte: INFORMAÇÃO PROTEGIDA POR SIGILO FISCAL
Local do Imóvel: AV ANGELICA , 890 , APTO 10 E VG , SANTA CECILIA -
 CEP: 01228-000
Cep: 01228-000
Liberação: 25/10/2021
Validade: 23/04/2022

Ressalvado o direito de a Fazenda Municipal cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo que vierem a ser apuradas ou que se verifiquem a qualquer tempo, inclusive em relação ao período contido neste documento, relativas a tributos administrados pela Secretaria Municipal da Fazenda e a inscrições em Dívida Ativa Municipal, junto à Procuradoria-Geral do Município é certificado que a Situação Fiscal do Contribuinte supra, referente ao Imposto Predial e Territorial Urbano, Taxa de Limpeza Pública, Taxa de Conservação de Vias e Logradouros Públicos, Taxa de Combate e Sinistros e Contribuição de Melhoria incidentes sobre o imóvel acima identificado inscritos e não inscritos na Dívida Ativa até a presente data é: **REGULAR.**

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/fazenda/>. Qualquer rasura invalidará este documento.

JANE GRANZOTO
TORRES DA
SILVA:38601

Assinado de forma digital
por JANE GRANZOTO
TORRES DA SILVA:38601
Dados: 2021.10.26
17:15:48 -03'00'

Certidão expedida com base na Portaria Conjunta SF/PGM nº 4, de 12 de abril de 2017, Decreto 50.691, de 29 de junho de 2009, Decreto 51.714, de 13 de agosto de 2010 e Portaria SF nº 4, de 05 de janeiro de 2012; Portaria SF nº 268, de 11 de outubro de 2019 e Portaria SF nº 182, de 04 de agosto de 2021.

Certidão emitida às 17:52:01 horas do dia 25/10/2021 (hora e data de Brasília)

Código de autenticidade: 52744532

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria Municipal da Fazenda <http://www.prefeitura.sp.gov.br/sf>

**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**

Secretaria Municipal da Fazenda

Certidão Conjunta de Débitos de Tributos Imobiliários

Certidão Número: 0001139545-2021
Número do Contribuinte: 062.126.0415-0
Nome do Contribuinte: INFORMAÇÃO PROTEGIDA POR SIGILO FISCAL
Local do Imóvel: R STO ELIAS , 157 , AP 93 , TATUAPE - CEP:
03086-050
Cep: 03086-050
Liberação: 25/10/2021
Validade: 23/04/2022

Ressalvado o direito de a Fazenda Municipal cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo que vierem a ser apuradas ou que se verifiquem a qualquer tempo, inclusive em relação ao período contido neste documento, relativas a tributos administrados pela Secretaria Municipal da Fazenda e a inscrições em Dívida Ativa Municipal, junto à Procuradoria-Geral do Município é certificado que a Situação Fiscal do Contribuinte supra, referente ao Imposto Predial e Territorial Urbano, Taxa de Limpeza Pública, Taxa de Conservação de Vias e Logradouros Públicos, Taxa de Combate e Sinistros e Contribuição de Melhoria incidentes sobre o imóvel acima identificado inscritos e não inscritos na Dívida Ativa até a presente data é: **REGULAR.**

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/fazenda/>. Qualquer rasura invalidará este documento.

JANE GRANZOTO Assinatura de forma digital por
TORRES DA CPF: 046.046.000-00
SILVA:38601 Assinatura: 2021.10.26 17:53:06

Certidão expedida com base na Portaria Conjunta SF/PGM nº 4, de 12 de abril de 2017, Decreto 50.691, de 29 de junho de 2009, Decreto 51.714, de 13 de agosto de 2010 e Portaria SF nº 4, de 05 de janeiro de 2012; Portaria SF nº 268, de 11 de outubro de 2019 e Portaria SF nº 182, de 04 de agosto de 2021.

Certidão emitida às 17:53:06 horas do dia 25/10/2021 (hora e data de Brasília)

Código de autenticidade: DA8C064

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria Municipal da Fazenda <http://www.prefeitura.sp.gov.br/sf>



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

OFÍCIO GAB/JGTS Nº 02_10_21

São Paulo, 26 de outubro de 2021.

A Sua Excelência o Senhor
Senador RODRIGO PACHECO
Presidente do Senado Federal
SENADO FEDERAL
Brasília - DF

Assunto: **Indicação - Membro do Conselho Nacional de Justiça.**

Senhor Presidente,

Tendo sido indicada pelo Tribunal Superior do Trabalho para compor o Conselho Nacional de Justiça, **previsto no art. 103-B da Constituição Federal, para os efeitos do art. 383, inciso I, alínea b, item 1 e § 2º** do Regimento Interno do Senado Federal, bem como do **art. 5º, inciso II, da Resolução nº 7, de 2005**, do Senado Federal, informo a V. Exª que **posso parente(s)** que exercem (ou exerceram) atividades, públicas (ou privadas), vinculados à estrutura do Poder Judiciário, conforme abaixo discriminado:

Artur Bernardo Neto

- *Grau de parentesco*: Primo
- *Cargo*: Diretor de Relações do Trabalho e Negociações Sindicais;
- *Lotação*: General Motors do Brasil LTDA (de 13.09.95 à 04.02.21);

JANE GRANZOTO
TORRES DA
SILVA-38601
Assinado de forma digital
por JANE GRANZOTO
TORRES DA SILVA-38601
Data: 2021.10.26
17:10:04 -03'00'



Gabinete da Desembargadora Jane Granzoto Torres da Silva
Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região
Rua da Consolação, nº 1272, 11º andar
São Paulo/SP - CEP 01302-906
Telefone: (11) 3150-2256
gabjane@trtsp.jus.br

- CPF: 064.707.058-80;
- Advogado autônomo atualmente.

Respeitosamente,

JANE GRANZOTO
TORRES DA
SILVA:38601

Assinado de forma digital por
JANE GRANZOTO TORRES DA
SILVA:38601
Dados: 2021.10.26 16:34:03
+03'00'

JANE GRANZOTO TORRES DA SILVA
Desembargadora do Trabalho
TRT da 2ª Região



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

OFÍCIO GAB/JGTS Nº 03_10_21

São Paulo, 26 de outubro de 2021.

A Sua Excelência o Senhor
Senador RODRIGO PACHECO
Presidente do Senado Federal
SENADO FEDERAL
Brasília - DF

Assunto: **Indicação - Membro do Conselho Nacional de Justiça.**

Senhor Presidente,

Tendo sido indicada pelo Tribunal Superior do Trabalho para compor o Conselho Nacional de Justiça, **previsto no art. 103-B da Constituição Federal, para os efeitos do art. 383, inciso I, alínea b, item 2 e § 2º do Regimento Interno do Senado Federal**, informo a V. Ex^a que **não ocupei**, em qualquer tempo, cargo ou atividade como sócia proprietária ou gerente de empresas ou entidades não governamentais.

Respeitosamente,

JANE GRANZOTO
TORRES DA SILVA:38601

Assinado de forma digital por JANE
GRANZOTO TORRES DA
SILVA:38601
Dados: 2021.10.26 16:34:47 -03'00'

JANE GRANZOTO TORRES DA SILVA

Desembargadora do Trabalho
TRT da 2ª Região



Gabinete da Desembargadora Jane Granzoto Torres da Silva
Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região
Rua da Consolação, nº 1272, 11º andar
São Paulo/SP - CEP 01302-906
Telefone: (11) 3150-2256
gabjane@trtsp.jus.br



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

OFÍCIO GAB/JGTS Nº 05_10_21

São Paulo, 26 de outubro de 2021.

A Sua Excelência o Senhor
Senador RODRIGO PACHECO
Presidente do Senado Federal
SENADO FEDERAL
Brasília - DF

Assunto: **Indicação - Membro do Conselho Nacional de Justiça.**

Senhor Presidente,

Tendo sido indicada pelo Tribunal Superior do Trabalho para compor o Conselho Nacional de Justiça, **previsto no art. 103-B da Constituição Federal, para os efeitos do art. 383, inciso I, alínea b, item 4 e § 2º do Regimento Interno do Senado Federal**, bem como do **art. 5º, inciso III, da Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal**, informo a V. Exª a **inexistência de ações judiciais** em que figure como ré em qualquer grau de jurisdição, bem como em procedimento administrativo-disciplinar.

Informo, ainda, a existência de uma ação judicial em que figure como parte Autora e que tramita perante o Tribunal Regional Federal da 3ª Região, conforme certidão anexa.

Respeitosamente,

JANE GRANZOTO
TORRES DA
SILVA:38601

Assinado de forma digital
por JANE GRANZOTO
TORRES DA SILVA:38601
Dados: 2021.10.26 16:36:46
-03'00'

JANE GRANZOTO TORRES DA SILVA
Desembargadora do Trabalho
TRT da 2ª Região



Gabinete da Desembargadora Jane Granzoto Torres da Silva
Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região
Rua da Consolação, nº 1272, 11º andar
São Paulo/SP - CEP 01302-906
Telefone: (11) 3150-2256
gabjane@trtsp.jus.br



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO
 AÇÕES CÍVEIS, FISCAIS E CRIMINAIS
Nº 2021.0005729279

CERTIFICAMOS que, em pesquisa nos registros eletrônicos de distribuição, exclusivamente neste Tribunal Regional Federal da 3ª Região (2º Grau), com sede em São Paulo / Capital e jurisdição nos Estados de São Paulo e de Mato Grosso do Sul, **CONSTA**, até a presente data e hora, contra **JANE GRANZOTO TORRES DA SILVA**, inscrito(a) no CPF/CNPJ nº **044.782.718-95**, a distribuição do(s) seguinte(s) processo(s) e/ou procedimento(s):

1. Registro n. 0001301-64.1998.4.03.6100

Classe / Situação: APELAÇÃO/REMESSA NECESSÁRIA / DIGITALIZADO AO PJe

Órgão Julgador / Relator: DÉCIMA PRIMEIRA TURMA / JOSÉ LUNARDELLI

Tipo da Parte: APELADO(A)

Assunto: Reajuste de Remuneração, Proventos ou Pensão - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público

Data da distribuição: 02/07/2014

APELANTE: Uniao Federal

RG: NÃO CONSTA NA BASE DE DADOS

Alcunha: NÃO CONSTA NA BASE DE DADOS

Data de Nascimento: NÃO CONSTA NA BASE DE DADOS

Filiação: NÃO CONSTA NA BASE DE DADOS

Total de registro(s): 1

NADA MAIS. O referido é verdade e damos fé. Dada e passada nesta capital do Estado de São Paulo, aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de outubro de 2021, às 18:11.

Observações:

a) Certidão requerida pela Internet, expedida gratuitamente;

b) Certidões e/ou informações a respeito do(s) processo(s) constante(s) da presente certidão deverão ser solicitadas pessoalmente na respectiva Secretaria do Órgão Julgador, ou junto ao Tribunal Superior em que estiver localizado, conforme endereços disponibilizados em nosso site;

JANE GRANZOTO
TORRES DA
SILVA:38601

Assinado de forma digital
por JANE GRANZOTO
TORRES DA SILVA:38601
Data: 2021.10.26 17:11:35
+0100



- c) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada por qualquer interessado, com base no código de segurança **d8778436 994b50fd 837e9306 715472bd b412e8aa**, no endereço **<http://web.trf3.jus.br/certidao/certidaojudicial/VerificarAutenticidade>**, até 60 dias contados da data de sua expedição (prazo em que ficará disponível no sistema);
- d) Não constam do cadastro do processo quaisquer dados de identificação a que se refere o parágrafo único do art. 2º da Lei 11.971, de 6 de julho de 2009, que estejam ausentes na certidão no caso de apontamento de registro de processo (ação penal);
- e) Não estando disponíveis nos sistemas de acompanhamento processual os dados de identificação a que se refere o parágrafo único do art. 2º da Lei 11.971, de 6 de julho de 2009, no caso de apontamento de registro de processo (ação penal) na presente certidão, o interessado deverá dirigir-se ao órgão em que o processo se encontra atualmente, para a complementação daqueles dados, se necessário;
- f) O nome da pessoa pesquisada e o respectivo número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) foram inseridos na certidão pelo próprio interessado, no ato da solicitação, sendo de sua inteira responsabilidade a exatidão dos mesmos;
- g) Esta certidão somente terá validade se houver inteira correspondência entre o nome do solicitante e o respectivo número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) nela grafados e os dados (nome e número) constantes dos aludidos documentos;
- h) Para efeito da conferência da validade desta certidão, caberá ao destinatário do documento confrontar os dados constantes do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) do solicitante com aqueles impressos na certidão;
- i) Esta certidão não inclui pesquisa relativa a feitos de publicidade restrita;
- j) Não foram consultados eventuais inquéritos ou procedimentos investigatórios equiparados;
- k) A pesquisa abrange registros desde 30/03/1989 até a presente data, no Tribunal Regional Federal da 3ª Região (2º Grau), com sede em São Paulo/Capital e jurisdição nos Estados de São Paulo e de Mato Grosso do Sul;
- l) Esta certidão abrange os processos em tramitação no SIAPRO – Sistema de Acompanhamento e Informações Processuais do 2º Grau e no PJe - Sistema Processual Eletrônico.



Tribunal Regional Federal da 3ª Região / Secretaria Judiciária
seju@trf3.jus.br - Av. Paulista, n. 1842, Torre Sul, 14º andar, São Paulo/SP

JANE
GRANZOTO
TORRES DA
SILVA:38601

Assinado de forma
digital por JANE
GRANZOTO TORRES
DA SILVA:38601
Data: 2021.10.26
17:12:09 -03'00'



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

OFÍCIO GAB/JGTS Nº 08_10_21

São Paulo, 26 de outubro de 2021.

A Sua Excelência o Senhor
Senador RODRIGO PACHECO
Presidente do Senado Federal
SENADO FEDERAL
Brasília - DF

Assunto: **Indicação - Membro do Conselho Nacional de Justiça.**

Senhor Presidente,

Tendo sido indicada pelo Tribunal Superior do Trabalho para compor o Conselho Nacional de Justiça, **previsto no art. 103-B da Constituição Federal, para os efeitos art. 5º, inciso IV, da Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal**, informo a V. Exª que **não sou** membro do Congresso Nacional, do Poder Legislativo dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, ou cônjuge, companheira ou parente, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, de membro desses Poderes.

Respeitosamente,

JANE GRANZOTO
TORRES DA
SILVA:38601

Assinado de forma digital por JANE
GRANZOTO TORRES DA
SILVA:38601
Dados: 2021.10.26 16:39:13 -03'00'

JANE GRANZOTO TORRES DA SILVA

Desembargadora do Trabalho
TRT da 2ª Região



Gabinete da Desembargadora Jane Granzoto Torres da Silva
Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região
Rua da Consolação, nº 1272, 11º andar
São Paulo/SP - CEP 01302-906
Telefone: (11) 3150-2256
gabjane@trtsp.jus.br



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

OFÍCIO GAB/JGTS Nº 06_10_21

São Paulo, 26 de outubro de 2021.

A Sua Excelência o Senhor
Senador RODRIGO PACHECO
Presidente do Senado Federal
SENADO FEDERAL
Brasília - DF

Assunto: **Indicação - Membro do Conselho Nacional de Justiça.**

Senhor Presidente,

Tendo sido indicada pelo Tribunal Superior do Trabalho para compor o Conselho Nacional de Justiça, **previsto no art. 103-B da Constituição Federal, para os efeitos do art. 383, inciso I, alínea b, item 5** do Regimento Interno do Senado Federal, informo a V. Ex^a que atuo como Magistrada do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região desde 27/06/1990.

Respeitosamente,

JANE GRANZOTO
TORRES DA
SILVA:38601

Assinado de forma digital por JANE
GRANZOTO TORRES DA SILVA:38601
Dados: 2021.10.26 16:37:34 -03'00'

JANE GRANZOTO TORRES DA SILVA
Desembargadora do Trabalho
TRT da 2ª Região



Gabinete da Desembargadora Jane Granzoto Torres da Silva
Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região
Rua da Consolação, nº 1272, 11º andar
São Paulo/SP - CEP 01302-906
Telefone: (11) 3150-2256
gabjane@trtsp.jus.br



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

Secretaria do Tribunal Pleno, do Órgão Especial e da Seção Especializada em Dissídios Coletivos - SETPOESDC

ATA DA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DO PLENO DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

Aos vinte e cinco dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e um, às treze horas e trinta minutos, teve início a **sexta Sessão Ordinária do Pleno do Tribunal Superior do Trabalho**, realizada na modalidade telepresencial, nos termos do Ato Conjunto TST.GP.GVP.CGJT nº 173, de 30 de abril de 2020. A Excelentíssima Senhora Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Presidente do Tribunal, presidiu a sessão, que contou com a participação dos Excelentíssimos Senhores Ministros Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, Vice-Presidente do Tribunal, Aloysio Silva Corrêa da Veiga, Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, Ives Gandra da Silva Martins Filho, Renato de Lacerda Paiva, Emmanoel Pereira, Lelio Bentes Corrêa, Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, Dora Maria da Costa, Guilherme Augusto Caputo Bastos, Mauricio José Godinho Delgado, Kátia Magalhães Arruda, Augusto César Leite de Carvalho, José Roberto Freire Pimenta, Delaíde Alves Miranda Arantes, Hugo Carlos Scheuermann, Alexandre de Souza Agra Belmonte, Cláudio Mascarenhas Brandão, Douglas Alencar Rodrigues, Maria Helena Mallmann, Breno Medeiros, Alexandre Luiz Ramos, Luiz José Dezena da Silva, Evandro Pereira Valadão Lopes, Amaury Rodrigues Pinto Junior e Alberto Bastos Balazeiro, e do Excelentíssimo Senhor Fábio Leal Cardoso, Subprocurador-Geral do Trabalho. A Excelentíssima Senhora Ministra Presidente declarou aberta a sessão e cumprimentou os Senhores Ministros, o membro do Ministério Público do Trabalho e os servidores. Em seguida, a Excelentíssima Senhora Ministra Presidente registrou o aniversário natalício do Excelentíssimo Senhor Ministro Augusto César Leite de Carvalho, a ocorrer em vinte e seis de outubro, fazendo votos de saúde e felicidade ao Ministro e sua família. O Excelentíssimo Senhor Ministro Augusto César Leite de Carvalho agradeceu pela lembrança. Logo após, a Excelentíssima Senhora Ministra Presidente comunicou a retirada da pauta administrativa da presente sessão da proposta de alteração dos artigos 109, 140 e 297 do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho, determinando a inclusão da matéria na pauta da quarta Sessão Extraordinária do Tribunal Pleno, a realizar-se aos dez dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e um. Na sequência, a Excelentíssima Senhora Ministra Presidente do Tribunal anunciou o início do processo de escolha dos nomes para integrar a lista tríplice para provimento de um cargo de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, destinado a membros de carreira da Magistratura, em vaga decorrente do falecimento do Excelentíssimo Senhor Ministro Walmir Oliveira da Costa.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

Secretaria do Tribunal Pleno, do Órgão Especial e da Seção Especializada em Dissídios Coletivos - SETPOESDC

Integravam a lista de candidatos os Excelentíssimos Senhores Desembargadores Leonardo Dias Borges, do TRT da 1ª Região, Sérgio Pinto Martins, do TRT da 2ª Região, Rubem Dias do Nascimento Junior, do TRT da 5ª Região, Paulo Regis Machado Botelho, do TRT da 7ª Região, Francisco Sérgio Silva Rocha, do TRT da 8ª Região, Luís José de Jesus Ribeiro, do TRT da 8ª Região, Morgana de Almeida Richa, do TRT da 9ª Região, Alexandre Nery Rodrigues de Oliveira, do TRT da 10ª Região, Maria de Lourdes Leiria, do TRT da 12ª Região, Wolney de Macedo Cordeiro, do TRT da 13ª Região, Ana Paula Pellegrina Lockmann, do TRT da 15ª Região, Francisco Alberto da Motta Peixoto Giordani, do TRT da 15ª Região, Tereza Aparecida Asta Gemignani, do TRT da 15ª Região, Bento Herculano Duarte Neto, do TRT da 21ª Região, e Liana Chaib, do TRT da 22ª Região. A Excelentíssima Senhora Ministra Presidente deu início ao escrutínio destinado à escolha do primeiro nome da lista tríplice, disponibilizando aos Excelentíssimos Senhores Ministros o endereço eletrônico de acesso ao sistema de votação. Concluída a votação secreta, apurou-se que a Excelentíssima Senhora Desembargadora Morgana de Almeida Richa, do TRT da 9ª Região, obteve vinte e três votos, que a Excelentíssima Senhora Desembargadora Maria de Lourdes Leiria, do TRT da 12ª Região, alcançou um voto e que o Excelentíssimo Senhor Desembargador Francisco Alberto da Motta Peixoto Giordani, do TRT da 15ª Região, recebeu um voto, havendo, ainda, um voto em branco. Assim, a Excelentíssima Senhora Ministra Presidente proclamou que, tendo obtido votos da maioria absoluta dos integrantes do Tribunal, a Excelentíssima Senhora Desembargadora Morgana de Almeida Richa, do TRT da 9ª Região, foi escolhida para figurar como primeiro nome da lista tríplice. Na sequência, a Excelentíssima Senhora Ministra Presidente deu início ao escrutínio destinado à escolha do segundo nome da lista tríplice, disponibilizando aos Excelentíssimos Senhores Ministros o endereço eletrônico de acesso ao sistema de votação. Concluída a votação secreta, apurou-se que o Excelentíssimo Senhor Desembargador Sérgio Pinto Martins, do TRT da 2ª Região, obteve vinte e um votos e que a Excelentíssima Senhora Desembargadora Ana Paula Pellegrina Lockmann, do TRT da 15ª Região, alcançou cinco votos. Assim, a Excelentíssima Senhora Ministra Presidente proclamou que, tendo obtido votos da maioria absoluta dos integrantes do Tribunal, o Excelentíssimo Senhor Desembargador Sérgio Pinto Martins, do TRT da 2ª Região, foi escolhido para figurar como segundo nome da lista tríplice. Em seguida, a Excelentíssima Senhora Ministra Presidente deu início ao escrutínio destinado à escolha do terceiro nome da lista tríplice, disponibilizando aos Excelentíssimos Senhores Ministros o endereço eletrônico de acesso ao



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

Secretaria do Tribunal Pleno, do Órgão Especial e da Seção Especializada em Dissídios Coletivos - SETPOESDC

sistema de votação. Concluída a votação secreta, apurou-se que o Excelentíssimo Senhor Desembargador Paulo Régis Machado Botelho, do TRT da 7ª Região, obteve vinte e cinco votos e que o Excelentíssimo Senhor Desembargador Francisco Sérgio Silva Rocha, do TRT da 8ª Região, teve um voto. Assim, a Excelentíssima Senhora Ministra Presidente proclamou que, tendo obtido votos da maioria absoluta dos integrantes do Tribunal, o Excelentíssimo Senhor Desembargador Paulo Régis Machado Botelho, do TRT da 7ª Região, foi escolhido para figurar como terceiro nome da lista tríplex. Na sequência, foi aprovada, por unanimidade, a seguinte Resolução Administrativa: **“RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 2262, DE 25 DE OUTUBRO DE 2021.** Indica os integrantes da lista tríplex para provimento de uma vaga de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, decorrente do falecimento do Excelentíssimo Senhor Ministro Walmir Oliveira da Costa. **O EGRÉGIO PLENO DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO**, em Sessão Ordinária telepresencial hoje realizada, sob a Presidência da Excelentíssima Senhora Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Presidente do Tribunal, presentes os Excelentíssimos Senhores Ministros Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, Vice-Presidente do Tribunal, Aloysio Silva Corrêa da Veiga, Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, Ives Gandra da Silva Martins Filho, Renato de Lacerda Paiva, Emmanoel Pereira, Lelio Bentes Corrêa, Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, Dora Maria da Costa, Guilherme Augusto Caputo Bastos, Mauricio Godinho Delgado, Kátia Magalhães Arruda, Augusto César Leite de Carvalho, José Roberto Freire Pimenta, Delaíde Alves Miranda Arantes, Hugo Carlos Scheuermann, Alexandre de Souza Agra Belmonte, Cláudio Mascarenhas Brandão, Douglas Alencar Rodrigues, Maria Helena Mallmann, Breno Medeiros, Alexandre Luiz Ramos, Luiz José Dezena da Silva, Evandro Pereira Valadão Lopes, Amaury Rodrigues Pinto Junior e Alberto Bastos Balazeiro e o Excelentíssimo Senhor Fábio Leal Cardoso, Subprocurador-Geral do Trabalho, considerando a vaga decorrente do falecimento do Excelentíssimo Senhor Ministro Walmir Oliveira da Costa, considerando o disposto nos artigos 111-A, inciso II, da Constituição da República, e 4º do Regimento Interno desta Corte, **RESOLVE I** - indicar, para compor a lista tríplex para o provimento de uma vaga de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, destinada a Desembargador do Trabalho da carreira da Magistratura do Trabalho, os seguintes Desembargadores: – Desembargadora Morgana de Almeida Richa, do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (1º nome da lista); – Desembargador Sérgio Pinto Martins, do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (2º nome da lista); – Desembargador Paulo Régis Machado Botelho, do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região (3º nome da lista). **II** - autorizar o



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

Secretaria do Tribunal Pleno, do Órgão Especial e da Seção Especializada em Dissídios Coletivos - SETPOESDC

encaminhamento da lista tríplice ao Ministério da Justiça e Segurança Pública. Publique-se.” Concluída a escolha dos integrantes da lista tríplice para preenchimento de cargo de Ministro do TST, a Presidente do Tribunal iniciou a votação para indicar um desembargador e um juiz para compor o Conselho Nacional de Justiça. Inscreveram-se para ocupar o cargo destinado a Desembargador os Excelentíssimos Senhores Anne Helena Fischer Inojosa, do TRT da 19ª Região, Ivani Contini Bramante, do TRT da 2ª Região, Jane Granzoto Torres da Silva, do TRT da 2ª Região, José Luis Campos Xavier, do TRT da 1ª Região, Leonardo da Silveira Pacheco, do TRT da 1ª Região, Luciane Cardoso Barzotto, do TRT da 4ª Região, Paulo Sérgio Pimenta, do TRT da 18ª Região, e Tereza Aparecida Asta Gemignani, do TRT da 15ª Região. Inscritos para ocupar o cargo destinado a Juiz do Trabalho estavam os Excelentíssimos Senhores Alexandre Marques Borba, Arlindo Cavalaro Neto, Bruno Alves Rodrigues, Cassio Ariel Caponi Moro, Francisco Pedro Jucá, Márcio Toledo Gonçalves, Nedir Veleda Moraes, Régis Franco e Silva de Carvalho, Roberto da Silva Fragale Filho, Rogério Neiva Pinheiro, Sandro Nahmias Melo, Thiago Henrique Ament e Washington Timoteo Teixeira Neto. A Excelentíssima Senhora Ministra Presidente deu início ao escrutínio destinado à indicação de Desembargador do Trabalho para compor o Conselho Nacional de Justiça, disponibilizando aos Excelentíssimos Senhores Ministros o endereço eletrônico de acesso ao sistema de votação. Concluída a votação secreta, apurou-se que a Excelentíssima Senhora Desembargadora Jane Granzoto Torres da Silva, do TRT da 2ª Região, obteve vinte e dois votos e que o Excelentíssimo Senhor Desembargador Paulo Sérgio Pimenta, do TRT da 18ª Região, alcançou quatro votos. Assim, a Excelentíssima Senhora Ministra Presidente proclamou que a Excelentíssima Senhora Desembargadora Jane Granzoto Torres da Silva, do TRT da 2ª Região, foi indicada pelo Tribunal Superior do Trabalho para compor o Conselho Nacional de Justiça, em vaga destinada a Desembargador do Trabalho. Na sequência, a Excelentíssima Senhora Ministra Presidente deu início ao escrutínio destinado à indicação de Juiz do Trabalho para compor o Conselho Nacional de Justiça, disponibilizando aos Excelentíssimos Senhores Ministros o endereço eletrônico de acesso ao sistema de votação. Concluída a votação secreta, apurou-se que o Excelentíssimo Senhor Juiz Roberto da Silva Fragale Filho obteve vinte e um votos, que o Excelentíssimo Senhor Juiz Rogério Neiva Pinheiro alcançou quatro votos e que o Excelentíssimo Senhor Juiz Sandro Nahmias Melo recebeu um voto. Assim, a Excelentíssima Senhora Ministra Presidente proclamou que o Excelentíssimo Senhor Roberto da Silva Fragale Filho foi indicado para compor o Conselho Nacional de Justiça, em vaga destinada a Juiz do Trabalho. Na sequência,



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

Secretaria do Tribunal Pleno, do Órgão Especial e da Seção Especializada em Dissídios Coletivos - SETPOESDC

foi aprovada, por unanimidade, a seguinte Resolução Administrativa: **“RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 2263, DE 25 DE OUTUBRO DE 2021.** Indica a Excelentíssima Senhora Desembargadora Jane Granzoto Torres da Silva, do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, e o Excelentíssimo Senhor Juiz do Trabalho Roberto da Silva Fragale Filho, Titular da 1ª Vara do Trabalho de São João de Meriti - RJ, para compor o Conselho Nacional de Justiça. O **EGRÉGIO PLENO DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO**, em Sessão Ordinária telepresencial hoje realizada, sob a Presidência da Excelentíssima Senhora Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Presidente do Tribunal, presentes os Excelentíssimos Senhores Ministros Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, Vice-Presidente do Tribunal, Aloysio Silva Corrêa da Veiga, Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, Ives Gandra da Silva Martins Filho, Renato de Lacerda Paiva, Emmanoel Pereira, Lelio Bentes Corrêa, Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, Dora Maria da Costa, Guilherme Augusto Caputo Bastos, Mauricio Godinho Delgado, Kátia Magalhães Arruda, Augusto César Leite de Carvalho, José Roberto Freire Pimenta, Delaíde Alves Miranda Arantes, Hugo Carlos Scheuermann, Alexandre de Souza Agra Belmonte, Cláudio Mascarenhas Brandão, Douglas Alencar Rodrigues, Maria Helena Mallmann, Breno Medeiros, Alexandre Luiz Ramos, Luiz José Dezena da Silva, Evandro Pereira Valadão Lopes, Amaury Rodrigues Pinto Junior e Alberto Bastos Balazeiro e o Excelentíssimo Senhor Fábio Leal Cardoso, Subprocurador-Geral do Trabalho, considerando a proximidade do término dos mandatos da Excelentíssima Senhora Desembargadora Tânia Regina Silva Reckziegel, do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, e da Excelentíssima Senhora Juíza do Trabalho Flávia Moreira Guimarães Pessoa, Titular da 4ª Vara do Trabalho de Aracaju – SE, a ocorrer em 16 de fevereiro de 2022; considerando o disposto no art. 103-B, incisos VIII e IX, da Constituição da República e no art. 75, inciso I, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho, **RESOLVE** Indicar a Excelentíssima Senhora Desembargadora Jane Granzoto Torres da Silva, do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, e o Excelentíssimo Senhor Juiz do Trabalho Roberto da Silva Fragale Filho, Titular da 1ª Vara do Trabalho de São João de Meriti - RJ, para compor o Conselho Nacional de Justiça. Publique-se.” Logo após, a Excelentíssima Senhora Ministra Presidente determinou o pregão do processo constante da pauta judicial, tendo o Colegiado assim decidido: **Processo: AgR-Rcl - 1001130-51.2021.5.00.0000**, Relatora: Ex.^{ma} Ministra Dora Maria da Costa, RECLAMANTE: WE CAN BR - TRABALHO TEMPORARIO LTDA., Advogada: Dra. ANDRE FRAGA DELLA MEA, Advogada: Dra. FELLIPE GUEDES DA SILVEIRA, RECLAMADO: DESEMBARGADORA DANIELE



**Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho**

Secretaria do Tribunal Pleno, do Órgão Especial e da Seção Especializada em Dissídios Coletivos - SETPOESDC

CORREA SANTA CATARINA, Decisão: por unanimidade, conhecer do agravo e, no mérito, negar-lhe provimento. Nada mais havendo a tratar, a Excelentíssima Senhora Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Presidente do Tribunal, agradecendo aos Ministros, declarou encerrada a sessão. Para constar, eu, Eveline de Andrade Oliveira e Silva, Secretária-Geral Judiciária, lavrei esta Ata, que é assinada pela Excelentíssima Senhora Ministra Presidente do Tribunal Superior do Trabalho e por mim subscrita. Brasília, aos vinte e cinco dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e um.

MARIA CRISTINA
IRIGOYEN
PEDUZZI:14441829
191

Assinado de forma digital por MARIA
CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI:14441829191
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Caixa
Econômica Federal, ou=AC CAIXA PF 1v2,
ou=00360305134224, cn=MARIA CRISTINA
IRIGOYEN PEDUZZI:14441829191
Dados: 2021.10.27 22:21:57 -03'00'

MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI

Ministra Presidente do Tribunal Superior do Trabalho

EVELINE DE
ANDRADE OLIVEIRA E
SILVA:82296421504

Assinado de forma digital por EVELINE DE
ANDRADE OLIVEIRA E SILVA:82296421504
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Caixa Econômica
Federal, ou=AC CAIXA PF 1v2, cn=EVELINE DE
ANDRADE OLIVEIRA E SILVA:82296421504
Dados: 2021.10.27 19:49:46 -03'00'

EVELINE DE ANDRADE OLIVEIRA E SILVA

Secretária-Geral Judiciária



TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO
TRUBUNAL PLENO

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 2263, DE 25 DE OUTUBRO DE 2021.

Indica a Excelentíssima Senhora Desembargadora Jane Granzoto Torres da Silva, do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, e o Excelentíssimo Senhor Juiz do Trabalho Roberto da Silva Fragale Filho, Titular da 1ª Vara do Trabalho de São João de Meriti - RJ, para compor o Conselho Nacional de Justiça.

O EGRÉGIO PLENO DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, em Sessão Ordinária telepresencial hoje realizada, sob a Presidência da Excelentíssima Senhora Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Presidente do Tribunal, presentes os Excelentíssimos Senhores Ministros Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, Vice-Presidente do Tribunal, Aloysio Silva Corrêa da Veiga, Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, Ives Gandra da Silva Martins Filho, Renato de Lacerda Paiva, Emmanoel Pereira, Lelio Bentes Corrêa, Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, Dora Maria da Costa, Guilherme Augusto Caputo Bastos, Mauricio Godinho Delgado, Kátia Magalhães Arruda, Augusto César Leite de Carvalho, José Roberto Freire Pimenta, Delaíde Alves Miranda Arantes, Hugo Carlos Scheuermann, Alexandre de Souza Agra Belmonte, Cláudio Mascarenhas Brandão, Douglas Alencar Rodrigues, Maria Helena Mallmann, Breno Medeiros, Alexandre Luiz Ramos, Luiz José Dezena da Silva, Evandro Pereira Valadão Lopes, Amaury Rodrigues Pinto Junior e Alberto Bastos Balazeiro e o Excelentíssimo Senhor Fábio Leal Cardoso, Subprocurador-Geral do Trabalho,

considerando a proximidade do término dos mandatos da Excelentíssima Senhora Desembargadora Tânia Regina Silva Reckziegel, do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, e da Excelentíssima Senhora Juíza do Trabalho Flávia Moreira Guimarães Pessoa, Titular da 4ª Vara do Trabalho de Aracaju – SE, a ocorrer em 16 de fevereiro de 2022;

considerando o disposto no art. 103-B, incisos VIII e IX, da Constituição da República e no art. 75, inciso I, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho,

RESOLVE

Indicar a Excelentíssima Senhora Desembargadora Jane Granzoto Torres da Silva, do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, e o Excelentíssimo Senhor Juiz do Trabalho Roberto da Silva Fragale Filho, Titular da 1ª Vara do Trabalho de São João de Meriti - RJ, para compor o Conselho Nacional de Justiça.

Publique-se.

MARIA CRISTINA
IRIGOYEN
PEDUZZI:144418291
91

Assinado de forma digital por MARIA
CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI:14441829191
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Caixa Economica
Federal, ou=AC CAIXA PF 1v2,
ou=00360305134224, cn=MARIA CRISTINA
IRIGOYEN PEDUZZI:14441829191
Dados: 2021.10.26 17:47:01 -03'00'

MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
Ministra Presidente do Tribunal Superior do Trabalho



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador OMAR AZIZ

PARECER Nº , DE 2021

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Ofício “S” nº 18, de 2021 (nº 782/2021, na origem), que *submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso VIII, da Constituição Federal, o nome da Senhora Desembargadora JANE GRANZOTO TORRES DA SILVA, para compor o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, em vaga destinada ao Tribunal Superior do Trabalho.*

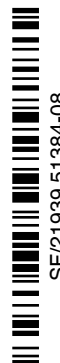
Relator: Senador **OMAR AZIZ**

Por intermédio do Ofício “S” nº 18, de 2021, é submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, VIII, da Constituição Federal, o nome da Desembargadora JANE GRANZOTO TORRES DA SILVA, para compor o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em vaga destinada ao Tribunal Superior do Trabalho (TST).

Consoante o art. 103-B, VIII, da Lei Maior, cabe ao TST indicar um juiz de Tribunal Regional do Trabalho (TRT) para compor o CNJ e, conforme o § 2º do mesmo artigo, cabe ao Senado Federal aprovar o nome do indicado, por maioria absoluta.

Por seu turno, o art. 101 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), confere a esta Comissão competência para emitir parecer sobre indicações da presente natureza, obedecido o rito prescrito no art. 383, também da carta regimental.

Em consonância com o supracitado art. 383, em seu inciso I, alínea *a*, a indicada encaminhou o seu *curriculum vitae*.



A Desembargadora JANE GRANZOTO TORRES DA SILVA é natural do Município de São Paulo. A sua **formação acadêmica** inclui o Bacharelado em Direito, pela Universidade Presbiteriana Mackenzie; Extensão Universitária com Curso de Direito do Trabalho na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa; também Curso de Especialização em Direito do Trabalho na *Università Degli Studi Di Modena e Reggio Emilia*; e Mestrado em Direito Político e Econômico, com área de concentração em Direito do Trabalho, pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, tendo a sua dissertação sido apresentada e aprovada no ano de 2001, com tema “A Transação Extrajudicial no Direito Individual do Trabalho.”

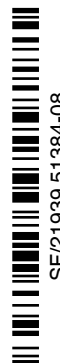
Quanto à sua **experiência profissional**, cabe destacar que a indicada ingressou na magistratura trabalhista no ano de 1990, como Juíza do Trabalho Substituta, mediante concurso de provas e títulos, tendo sido promovida em 1993, por merecimento, para o cargo de Juíza Presidente da 14ª Vara do Trabalho de São Paulo.

No ano de 2004 se tornou Desembargadora do TRT da 2ª Região (que abrange a Cidade de São Paulo e as regiões de Guarulhos, Osasco, ABC paulista e Baixada Santista), também promovida por merecimento. A partir de 2008 passou a exercer a Presidência da 9ª Turma desse Tribunal. Em 2012 assumiu a Presidência da Seção Especializada em Dissídios Individuais II, do TRT 2ª Região; em 2016 passou a exercer o cargo de Corregedora Regional do Tribunal.

Entre os anos de 2018 e 2020 exerceu a Presidência da 6ª Turma do TRT da 2ª Região e desde 2020 exerce a Presidência da Seção Especializada em Dissídios Individuais II, do referido Tribunal. Cabe ainda registrar que, atendendo a convocação, atuou junto à 8ª Turma do TST, no período de 12/5/2014 a 18/12/2015.

Cumpre, ademais, consignar que a Doutora JANE GRANZOTO TORRES DA SILVA tem exercido expressiva **atividade acadêmica**, na docência das disciplinas de Direito do Trabalho e Direito Processual do Trabalho na Universidade Presbiteriana Mackenzie, bem como a chefia do Núcleo Temático de Direitos Humanos, Sociais e da Cidadania dessa Universidade.

Ademais, tem exercido a docência: na Escola da Magistratura do TRT da 2ª Região, onde atuou também como Coordenadora, Vice-Diretora e Conselheira; e na Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho, ministrando disciplinas nos



Cursos Nacionais de Formação inicial de magistrados da Justiça do Trabalho.

De outra parte, devemos anotar que a ilustre indicada para o CNJ é autora de **estudos especializados** na sua área de atuação profissional, de que registramos os seguintes trabalhos publicados: “Programa de Pós-Graduação em Direito Político e Econômico” – Anais das Jornadas de Direito e Processo do Trabalho em Homenagem ao Professor Valentin Carrion, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2000; “O Direito do Trabalho na Sociedade Contemporânea”, Coordenação, Editora LTr, 2001; “Constitucionalismo Social – Estudos em Homenagem ao Ministro Marco Aurélio Mendes de Farias Mello, Coordenação, Editora LTr, 2003; Políticas Públicas de Inserção no Mercado de Trabalho x Vínculo de Emprego”, obra coletiva Estado e Economia, Estudos em Homenagem a Ademar Pereira, Editora Saraiva, 2011.

Cumpra também fazer referência à participação atuante da Doutora JANE GRANZOTO TORRES DA SILVA em diversos **congressos, encontros, simpósios**, de âmbito local, nacional e internacional, relacionados à sua área de atuação profissional, inclusive como palestrante.

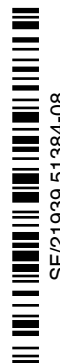
Devemos igualmente anotar a participação da magistrada indicada em bancas examinadoras de concursos para ingresso na Magistratura do Trabalho, bem como em entidades representativas da classe.

Cabe, ainda, registrar que a Doutora JANE GRANZOTO TORRES DA SILVA, ao longo de sua carreira, tem sido agraciada com **honrarias**, entre as quais destacamos a “Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho do TST, no grau Comendador; a “Ordem do Mérito de Dom Bosco” e o Grande Colar do Mérito Judiciário do TRT da 15ª Região.

Cumpra, por fim, relatar que, atendendo às determinações do art. 383 do RISF, a ilustre indicada apresentou declarações requeridas, a saber:

a) nos termos do art. 383, I, *b*, 1, do RISF, declaração de que há parente seu, conforme identificado, que exerce atividade privada vinculada à sua atividade profissional;

b) nos termos do art. 383, I, *b*, 5, e § 2º, do RISF, declaração de que não atuou, nos últimos 5 (cinco) anos, em conselhos de administração de empresas estatais ou em cargos de direção de agências reguladoras;



c) nos termos do art. 383, I, *b*, 2, e § 2º, do RISF, declaração que não participa nem participou, em qualquer tempo, como sócia, proprietária ou gerente, de empresas ou entidades não governamentais;

d) nos termos do art. 383, I, *b*, 3, e § 3º, do RISF, declaração de que se encontra em situação regular quanto aos tributos em âmbito federal, estadual e municipal, tendo anexado certidões correspondentes;

e) nos termos do art. 383, I, *b*, 4, e § 2º, do RISF, declaração de que não figura como ré em qualquer ação judicial, e de que figura como autora em ação judicial em tramitação, conforme certidão anexa;

f) nos termos do art. 383, I, *b*, 5, do RISF, declaração de que atua como magistrada do TRT da 2ª Região desde 27/06/1990;

g) nos termos do art. 383, I, *c*, do RISF, argumentação escrita com o objetivo de demonstrar sua experiência profissional, formação técnica adequada e afinidade intelectual e moral para o exercício da atividade para a qual está sendo indicada;

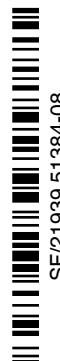
h) nos termos do art. 5º, inciso IV, da Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal, declaração de que não é membro do Congresso Nacional, do Poder Legislativo dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, ou cônjuge, companheira ou parente, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, de membro desses Poderes.

Em vista do exposto, consideramos que os integrantes desta Comissão dispõem dos elementos informativos suficientes para deliberar a respeito do nome da Desembargadora JANE GRANZOTO TORRES DA SILVA para o elevado cargo para o qual foi indicada.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



4

ROBERTO DA SILVA FRAGALE FILHO

INDICAÇÃO PARA MEMBRO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

ARGUMENTAÇÃO ESCRITA, APRESENTADA DE FORMA SUCINTA, CONTENDO A EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DO INDICADO, FORMAÇÃO TÉCNICA ADEQUADA E AFINIDADES INTELECTUAIS E MORAIS, PARA O EXERCÍCIO DA ATIVIDADE.

(artigo 383, inciso I, alínea c, do RISF)

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

MINHA EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL teve início na Companhia Força e Luz Cataguazes Leopoldina, onde estagiei de outubro de 1988 a dezembro de 1990, quando me formei em direito na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Meu primeiro ano de vida profissional após a faculdade deu-se no escritório de advocacia José Geraldo Costa Advogados Associados, onde permaneci até dezembro de 1991. Após um ano de dedicação integral ao curso de mestrado na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO), atuei como advogado contratado da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), onde fiquei até agosto de 1993. Ingressei na magistratura do trabalho no Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (TRT/RJ) em 16 de novembro de 1993 e permaneci como juiz do Trabalho substituto ao longo dos seis primeiros anos. Em 1º de julho de 1999, alcancei a titularidade da 33ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro mediante promoção pelo critério de antiguidade. Em 16 de fevereiro de 2004, obtive remoção para a 1ª Vara do Trabalho de São João de Meriti, onde atualmente sigo exercendo a magistratura.

Exerço paralelamente a docência, tendo ingressado como docente na Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense (UFF) em 1998. Desde março de 2016, sou Professor Titular de Sociologia Jurídica e integro o corpo docente do Programa de Pós-graduação em Sociologia e Direito (PPGSD) desde sua fundação em 1999. Fui Professor Visitante na University of Illinois at Urbana-Champaign (2006), na Université Paul Valéry – Montpellier III (2009 e 2010), no Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra (bolsa “Um mês no CES”, 2011), na Université de Nantes (2016) e na Université de Paris X – Nanterre (2017-2021), assim como residente do Institut d’Études Avancées de Nantes (2012-2013).

FORMAÇÃO TÉCNICA

Obtive o bacharelado em Direito na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) em dezembro de 1990 e conclui o mestrado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO) em agosto de 1993. Obtive o doutorado em Ciência Política pela Université de Montpellier I (França) em 1997, sob a orientação do Professor Michel Miaille. Realizei dois estágios pós-doutorais, sendo o primeiro no Institut d’Études Avancées de Nantes, na França (2012-2013) e o segundo na Universidad Nacional de Córdoba na Argentina (2014-2015). Fiz várias formações complementares, com destaque para a especialização em Administração Judiciária da Fundação Getúlio Vargas (FGV-RIO) entre 2005 e 2006, além de

**ROBERTO DA SILVA
FRAGALE FILHO:2690**

Assinado de forma digital por
ROBERTO DA SILVA FRAGALE
FILHO:2690
Dados: 2021.10.28 11:47:35 -03'00'

curso de curta duração sobre conciliação, mediação, processo eletrônico, gestão de escolas judiciais e ética judicial.

AFINIDADES INTELECTUAIS E MORAIS

Durante minha vida profissional e acadêmica, dediquei-me com afinco à atividade intelectual, sempre pautado pelos princípios da objetividade e da honestidade científica, nunca deixando de indicar as circunstâncias de implicação eventualmente existentes em meus estudos. Escrevi ou organizei uma dezena de livros, contribuí para diversas obras coletivas e publiquei uma grande quantidade de artigos em jornais científicos nas áreas de direito do trabalho, ensino do direito, educação superior e sociologia do direito. Nos últimos anos, dediquei à sociologia do Poder Judiciário, buscando compreender sua importância para a construção de uma cidadania ativa. Minha agenda de pesquisas voltou-se, mais recentemente, para o trabalho doméstico, sem abandonar, contudo, a reflexão sobre o judiciário. Contribuir para o aperfeiçoamento do Poder Judiciário é o grande desafio que se apresenta com a participação no Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e minhas afinidades intelectuais com a posição contribuirão, certamente, para uma adequada e robusta participação em suas atividades.

O exercício da magistratura requer afinidades morais, que julgo possuir e ter exibido ao longo de meus 28 anos de atividade profissional. Ao longo de minha carreira, fui um juiz diligente, sempre preocupado em exibir os atributos de independência, imparcialidade, integridade, idoneidade, igualdade e competência e diligência, os quais foram consagrados pelos Princípios de Bangalore, pelo Código Ibero-americano de Ética Judicial e pelo Código de Ética do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Preocupado em assegurar um efetivo acesso à Justiça, exerço a magistratura com dignidade e atenção às partes, sempre procurando contribuir para a pacificação dos conflitos sociais. Ter consciência dessa importante dimensão da magistratura é um traço moral que, certamente, contribuirá para uma atuação exemplar no Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

**ROBERTO DA SILVA
FRAGALE
FILHO:2690**

Assinado de forma digital por
ROBERTO DA SILVA FRAGALE
FILHO:2690
Dados: 2021.10.28 02:21:02
-03'00'

ROBERTO DA SILVA FRAGALE FILHO

INDICAÇÃO PARA MEMBRO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

LISTA DE PROCESSOS JUDICIAIS.

(artigo 383, inciso I, alínea b, item 4 e § 2º, do RISF, bem como artigo 5º, inciso III, da Resolução nº 7/2005 SF)

Processo: 0153506-27.2019.8.19.0001

Autor: Roberto da Silva Fragale Filho

Réus: Superintendência de Desportos do Estado do Rio de Janeiro e Procuradoria Geral do Estado

Comarca: Comarca da Capital

Vara: 3º Juizado Especial Fazendário

Assunto: Dano Material/Responsabilidade da Administração (indenização por impossibilidade de uso das cadeiras cativas no Estádio Mario Filho – Maracanã durante os eventos da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016)

Atual tramitação processual:

Em 11 de junho de 2021, foi proferido o seguinte despacho:

“Valor da Execução: R\$ 15.521,98. Certifico que, para os fins do art. 535 do CPC/2015, procedo à Intimação do executado para, querendo, apresentar impugnação no prazo de 30 (trinta) dias úteis, sob pena de ser observado os §§ 1º, 2º e 3º do aludido dispositivo legal.”

Processo: 0153508-94.2019.8.19.0001

Autor: Roberto da Silva Fragale Filho

Réus: Superintendência de Desportos do Estado do Rio de Janeiro e Procuradoria Geral do Estado

Comarca: Comarca da Capital

Vara: 3º Juizado Especial Fazendário

Assunto: Dano Material/Responsabilidade da Administração (indenização por impossibilidade de uso das cadeiras cativas no Estádio Mario Filho – Maracanã durante os eventos da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016)

Atual tramitação processual:

Em 22 de julho de 2021, foi proferido o seguinte despacho:

“Fls. 121: Expeça-se mandado de pagamento em favor da parte autora, com as cautelas de praxe. Para expedição em nome do patrono, como requerido, venha procuração com poderes especiais para recebimento de valores. Cumprido, dê-se baixa e arquivem-se. I-se.”

**ROBERTO DA SILVA
FRAGALE
FILHO:2690**

Assinado de forma digital por
ROBERTO DA SILVA FRAGALE
FILHO:2690
Dados: 2021.10.28 09:09:25
-03'00'

Processo: 0140228-85.2021.8.19.0001

Autores: Maria Anise Vieira Brasil e Roberto da Silva Fragale Filho

Réu: Claro S/A

Comarca: Comarca da Capital

Vara: 6º Juizado Especial Cível

Assunto: Dano Material/CDC (indenização por danos materiais e morais em relação de consumo)

Atual tramitação processual:

Em 18 de outubro de 2021, foi proferida a seguinte sentença:

"HOMOLOGO, por sentença, para que surta seus efeitos legais, o projeto de sentença elaborado pelo juiz leigo, na forma do artigo 40 da Lei nº 9.099/95. P.I. Em caso de depósito judicial referente à condenação, expeça-se alvará, independente de nova conclusão. Caso haja valor remanescente a ser recebido, manifeste-se o credor em 5 dias, sob pena de arquivamento dos autos. Após o trânsito em julgado, tratando-se de sentença de improcedência ou de extinção do feito sem resolução do mérito, dê-se baixa e arquivem-se imediatamente. Tratando-se de sentença de procedência, após o trânsito em julgado e o decurso do prazo de 15 dias úteis para pagamento espontâneo do valor da condenação previsto no art. 523 do NCPC c/c o entendimento consolidado no enunciado nº 13.9.1 do Aviso nº 23/2008 do TJERJ, aguarde-se por mais 7 dias a manifestação das partes e, em seguida, caso permaneçam em silêncio, proceda-se a baixa e ao arquivamento. Cumpridas as formalidades legais, dê-se baixa e arquivem-se os autos."

Processo: 0100238-07.2020.5.01.0282

Autor: Robson Alves Gomes

Réus: Nilza da Silva Pereira Nunes, Roberto da Silva Fragale Filho, Antonio Nocito Fragale Neto e Silvia Cristina Pessanha Pereira Nunes.

Órgão julgador: 2ª Vara do Trabalho de Campos dos Goytacazes

Assunto: Reclamação Trabalhista

Atual tramitação processual:

Em 24 de junho de 2021, foi realizada audiência de conciliação que resultou em acordo, cujas derradeiras parcelas estão pactuadas para 1º e 30 de novembro.

Em 30 de junho de 2021, foi proferido o seguinte despacho:

"Vistos. Aguarde-se o cumprimento do acordo celebrado."

**ROBERTO DA SILVA
FRAGALE
FILHO:2690**

Assinado de forma digital por
ROBERTO DA SILVA FRAGALE
FILHO:2690
Dados: 2021.10.28 09:09:55
-03'00'



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
INFORMAÇÕES DE APOIO PARA EMISSÃO DE CERTIDÃO

Por meio do e-CAC - CPF do certificado: 921.336.147-53

28/10/2021 09:29:34

Página: 1 / 1

CPF: 921.336.147-53 - ROBERTO DA SILVA FRAGALE FILHO

Dados Cadastrais

UA de Domicílio: DRF RIO DE JANEIRO I-RJ

Código da UA: 07.108.00

Endereço: R ABADÉ RAMOS, 85 - APTO 101

Bairro: JARDIM BOTANICO

CEP: 22461-090

Município: RIO DE JANEIRO

UF: RJ

Situação: REGULAR

Data de Nascimento: 12/04/1967

Certidão Emitida

Certidão Positiva com Efeitos de Negativa: 7236.012A.E08C.1C36

Emissão: 17/08/2021

Data de Validade: 13/02/2022

Diagnóstico Fiscal na Receita Federal

Débito com Exigibilidade Suspensa (CCPF)

Receita	PA/Exerc.	Dt. Vcto	Vl.Original	Sdo.Devedor	Situação
0211 - IRPF	2021	29/10/2021	4.646,41	4.524,03	A VENCER
0211 - IRPF	2021	30/11/2021	4.646,41	4.646,41	A VENCER
0211 - IRPF	2021	30/12/2021	4.646,41	4.646,41	A VENCER

Diagnóstico Fiscal na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

Não foram detectadas pendências/exigibilidades suspensas para esse contribuinte nos controles da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

Final do Relatório



SENADO FEDERAL

OFÍCIO "S" Nº 19, DE 2021

(nº 782/2021, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, incisos VIII e IX, da Constituição Federal, o nome do Senhor Juiz do Trabalho Roberto da Silva Fragale Filho, para compor o Conselho Nacional de Justiça – CNJ, na vaga destinada ao Tribunal Superior do Trabalho.

AUTORIA: Tribunal Superior do Trabalho

DOCUMENTOS:

[- Texto do ofício](#)



[Página da matéria](#)



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

OFÍCIO TST.GP Nº 782

Brasília, 28 de outubro de 2021.

A Sua Excelência o Senhor

Senador RODRIGO PACHECO

Presidente do Senado Federal

Brasília – DF

Assunto: Indicação da Excelentíssima Senhora Desembargadora Jane Granzoto Torres da Silva, do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, e do Excelentíssimo Senhor Roberto da Silva Fragale Filho, Juiz Titular da 1ª Vara do Trabalho de São João de Meriti – RJ, para integrarem o Conselho Nacional de Justiça.

Senhor Presidente,

Informo a Vossa Excelência que o Pleno do Tribunal Superior do Trabalho, em sessão ordinária, decidiu indicar o nome da Excelentíssima Senhora Desembargadora Jane Granzoto Torres da Silva, do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, e do Excelentíssimo Senhor Juiz do Trabalho Roberto da Silva Fragale Filho, Titular da 1ª Vara do Trabalho de São João de Meriti - RJ, para integrarem o Conselho Nacional de Justiça, nos termos do art. 103-B, incisos VIII e IX, da Constituição da República, respectivamente, consoante consta da anexa Resolução Administrativa nº 2.263, de 25 de outubro de 2021.

Submeto, assim, as indicações em referência à apreciação dessa Casa, a teor do que preceitua o art. 103-B, § 2º, do Texto Constitucional.

Para tanto, encaminho a Vossa Excelência a documentação anexa correlata à Desembargadora e ao Juiz do Trabalho indicados, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

No ensejo, ao cumprimentar cordialmente Vossa Excelência, externo protestos da mais elevada consideração.

Respeitosamente,

MARIA CRISTINA

IRIGOYEN

PEDUZZI:14441829

191

Assinado de forma digital por MARIA
CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI:14441829191
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Caixa
Economica Federal, ou=AC CAIXA PF 1v2,
ou=00360305134224, cn=MARIA CRISTINA
IRIGOYEN PEDUZZI:14441829191
Dados: 2021.10.28 12:12:37 -03'00'

MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI

Ministra Presidente do Tribunal Superior do Trabalho e
do Conselho Superior da Justiça do Trabalho

Juliana Soares Amorim

De: ASPAR - ASSESSORIA PARLAMENTAR . <aspar@tst.jus.br>
Enviado em: quinta-feira, 28 de outubro de 2021 14:15
Para: SLSF - Secretaria Legislativa do Senado Federal
Assunto: Indicação de Juiz do Trabalho para compor o CNJ
Anexos: 1. Identidade Funcional TRT1 Assinado.pdf; 3. Título de Eleitor Assinado.pdf; 2. CPF Assinado.pdf; 3.1. Certidão de Quitação Eleitoral.pdf; 7.1. Certidão - Declaração 3 (Estadual).pdf; 5. OFÍCIO 01.2021 - Declaração 1 (Inexistência de Parentes no Poder Judiciário).pdf; 6. OFÍCIO 02.2021 - Declaração 2 (Negativa de Sociedade e Gerência).pdf; 7. OFÍCIO 03.2021 - Declaração 3 (Regularidade Fiscal).pdf; 4. Currículo Assinado.pdf; 7.2. CERTIDÃO de débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União Declaração 3 (Federal).pdf; 7.2.1. Declaração 3 (Receita).pdf; 8. OFÍCIO 04.2021 - Declaração 4 (Ações Judiciais).pdf; 9. OFÍCIO 05.2021 - Declaração 5 (Tempo de atuação na Magistratura).pdf; 8.1. Lista de Processos.pdf; 10. OFÍCIO 06.2021 - Declaração 6 (Ausência de Atuação Estatais e Agências).pdf; 11. OFÍCIO 07.2021 - Declaração 7 (Poder Legislativo).pdf; 12. OFÍCIO 08.2021 - Declaração 8 (Argumentação Escrita).pdf; 12.1. Argumentação Sucinta Assinada.pdf

Ilustríssimo Senhor Secretário-Geral da Mesa, Gustavo Sabóia

De ordem da Excelentíssima Senhora Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, encaminho ofício anexo, com a respectiva documentação, referente à indicação do Senhor Roberto da Silva Fragale Filho, Juiz Titular da 1ª Vara do Trabalho de São João de Meriti – RJ, para compor o CNJ, nos termos do artigo 103-B, inciso IX, da Constituição Federal.

Informo que a certidão de regularidade fiscal (municipal) está sendo providenciada e encaminharemos com a maior brevidade possível.

Caso haja alguma outra pendência além da certidão supracitada, peço que entrem em contato que tomaremos as providências necessárias.

Att.



**Roberto da Silva Fragale Filho**Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/5181655086414402>

Última atualização do currículo em 19/06/2021

Resumo informado pelo autor

Roberto Fragale Filho é doutor em Ciência Política pela Université de Montpellier I (1997) e Professor Titular em Sociologia Jurídica da Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense (UFF), onde integra o corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito (PPGSD). É Juiz do Trabalho Titular da 1ª Vara do Trabalho de São João de Meriti (RJ). Entre março de 2015 e fevereiro de 2021, atuou como Juiz Auxiliar da Escola Judicial do TRT-RJ. Foi Professor Visitante na University of Illinois at Urbana-Champaign (2006), na Université Paul Valéry (2009 e 2010), na Université de Nantes (2016) e na Université Paris Ouest Nanterre La Défense (2016, 2017, 2018, 2019 e 2020), além de Bolsista de Investigação no Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra (Prêmio "Um mês no CES", 2011) e Fellow no Institut d'Études Avancées de Nantes, França (2012-2013).

(Texto informado pelo autor)

Nome civil**Nome** Roberto da Silva Fragale Filho**Dados pessoais****Nascimento** 12/04/1967 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil**CPF** 921.336.147-53**Formação acadêmica/titulação**

- 1993 - 1997** Doutorado em Ciência Política.
Université de Montpellier I, U.M. I, França
Título: Le Changement de la Culture Politique Française: le cas du Parti Socialiste, Ano de obtenção: 1997
Orientador: Michel Mialle
Bolsista do(a): Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- 1992 - 1993** Mestrado em Direito.
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio, Rio De Janeiro, Brasil
Título: A Aventura Política Positivista: um projeto republicano de tutela, Ano de obtenção: 1993
Orientador: José Ribas Vieira
Bolsista do(a): Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
- 2005 - 2006** Especialização em Administração Judiciária.
Fundação Getúlio Vargas, FGV, Rio De Janeiro, Brasil
Título: Da formação para à formação continuada do magistrado: reconstruindo a trajetória da Escola da Magistratura da Justiça do Trabalho no Estado do Rio de Janeiro
Orientador: Monografia realizada sem orientação
- 1985 - 1990** Graduação em Direito.
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ, Rio De Janeiro, Brasil

Pós-doutorado

- 2014 - 2015** Pós-Doutorado.
Universidad Nacional de Córdoba - Argentina, UNC, Córdoba, Argentina
- 2012 - 2013** Pós-Doutorado.
Institut d'Études Avancées de Nantes, IEA, França
Bolsista do(a): Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Formação complementar

- 2019 - 2019** Extensão universitária em Registros da Memória: Materialização da Dimensão Social de Histórias de Vid.
(Carga horária: 48h).
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio, Rio De Janeiro, Brasil
- 2019 - 2019** Curso de curta duração em Judicial Conduct and Ethics. (Carga horária: 4h).
United Nations Office on Drugs and Crime, UNODC, Estados Unidos
- 2017 - 2017** Curso de curta duração em Formando Conciliadores. (Carga horária: 30h).
Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da Primeira Região, EJ1, Brasil
- 2015 - 2015** Curso de curta duração em Formação de Formadores Gestores de Escola Judicial. (Carga horária: 21h).
Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho, ENAMAT, Brasil
- 2014 - 2014** Curso de curta duração em Mediating the Litigated Case. (Carga horária: 40h).
Pepperdine University, P.U., Malibu, Estados Unidos
- 2012 - 2012** Curso de curta duração em PJe-JT Módulo Prático - Utilização da Ferramenta. (Carga horária: 20h).
Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da Primeira Região, EJ1, Brasil
- 2012 - 2012** Curso de curta duração em Elementos do Processo Judicial em Meio Eletrônico. (Carga horária: 20h).
Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da Primeira Região, EJ1, Brasil
- 2011 - 2011** Curso de curta duração em Teoria Geral do Processo Eletrônico. (Carga horária: 12h).
Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho, ENAMAT, Brasil
- 2010 - 2010** Curso de curta duração em Técnicas de Entrevista e Interrogatório. (Carga horária: 8h).
Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da Primeira Região, EJ1, Brasil

2010 - 2010 Curso de curta duração em Conducting Empirical Legal Scholarship Workshop. (Carga horária: 20h). Northwestern University, NORTHWESTERN, Evanston, Estados Unidos

2010 - 2010 Curso de curta duração em Administração de Vara do Trabalho. (Carga horária: 40h). Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho, ENAMAT, Brasil

2006 - 2006 Curso de curta duração em Formation de Formateurs. (Carga horária: 40h). Ecole Nationale de La Magistrature, ENM, Paris, França

Atuação profissional

1. Universidade Federal Fluminense - UFF

Vínculo institucional

2016 - Atual Vínculo: Servidor público, Enquadramento funcional: Professor Titular, Carga horária: 20, Regime: Parcial

2008 - 2016 Vínculo: Servidor público, Enquadramento funcional: Professor Associado, Carga horária: 20, Regime: Parcial

1998 - 2008 Vínculo: Servidor público, Enquadramento funcional: Professor Adjunto, Carga horária: 20, Regime: Parcial

1997 - 1998 Vínculo: Professor Visitante, Enquadramento funcional: Professor Visitante, Carga horária: 20, Regime: Parcial

Atividades

08/2014 - 12/2014 Pós-graduação, Direito Constitucional

Disciplinas ministradas:
Administração de Conflitos e Poder Judiciário

03/2012 - Atual Pesquisa e Desenvolvimento, Pró Reitoria de Pós Graduação e Pesquisa, Programa de Pós Graduação de Sociologia e Direito

Linhas de pesquisa:
Acesso à Justiça, Relações de Trabalho, Direitos Sociais e Instituições

04/2005 - 03/2007 Direção e Administração, Comissão Própria de Avaliação

Cargos ocupados:
Presidente da CPA

08/2000 - Atual Pós-graduação, Sociologia e Direito

Disciplinas ministradas:
Aspectos Sócio-Jurídicos do Trabalho, Epistemologia e Pesquisa dos Fenômenos Sócio-Jurídicos I, Metodologia Científica, Poder Judiciário, Sociologia das Profissões, Tópicos Especiais em Cidadania (Estado e Educação), Tópicos Especiais em Trabalho (Domesticidade e Informalidade)

10/1999 - 12/2007 Conselhos, Comissões e Consultoria, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Biblioteca da Faculdade de Direito

Especificação:
Membro Suplente da Comissão de Biblioteca

06/1998 - 06/2002 Direção e Administração, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Plúrima Revista da Faculdade de Direito da Uff

Cargos ocupados:
Coordenador do Conselho Executivo da Revista Plúrima

11/1997 - Atual Pesquisa e Desenvolvimento, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Departamento de Direito Público

Linhas de pesquisa:
Práticas e Instituições Jurídicas

08/1997 - Atual Graduação, Direito

Disciplinas ministradas:
Direito e Cinema. Direito Eleitoral, História do Pensamento Jurídico I e II. Metodologia da Pesquisa, Introdução ao Estudo do Direito I e II, Sociologia e Direito I e II. Teoria Social e Política do Direito Brasileiro, Sociologia Jurídica. Sociologia das Instituições Políticas e Judiciárias, Tópicos Especiais de Deontologia Jurídica.

2. Institut d'Etudes Avancées de Nantes - IEA

Vínculo institucional

2012 - 2013 Vínculo: Estágio Pós-Doutoral, Enquadramento funcional: Pesquisador, Regime: Parcial
Outras informações:
Bolsista da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) no âmbito do programa Estágio Sênior.

Atividades

09/2012 - 06/2013 Pesquisa e Desenvolvimento, Résidence Temporaire

Linhas de pesquisa:
Formação de Magistrados

3. University of Illinois at Urbana-Champaign - UIUC

Vínculo institucional

2006 - 2006 Vínculo: Professor visitante, Enquadramento funcional: Professor Visitante, Regime: Parcial

Atividades

Disciplinas ministradas:
Brazilian Labor Law

4. Fundação Getúlio Vargas - FGV

Vínculo
institucional

2008 - 2012 Vínculo: Celetista formal , Enquadramento funcional: Professor Pesquisador , Carga horária: 20, Regime: Parcial

Atividades

03/2009 - 12/2010 Pós-graduação, Poder Judiciário

Disciplinas ministradas:
Gestão Judiciária , Sociologia do Poder Judiciário

5. Tribunal Regional do Trabalho da Primeira Região - TRT-RJ

Vínculo
institucional

2004 - Atual Vínculo: Servidor público , Enquadramento funcional: Juiz do Trabalho Titular (1ª VT/SJM), Regime: Parcial

1999 - 2004 Vínculo: Servidor público , Enquadramento funcional: Juiz do Trabalho Titular (33ª VT/RJ), Regime: Parcial

1993 - 1999 Vínculo: Servidor público , Enquadramento funcional: Juiz do Trabalho Substituto, Regime: Parcial

Atividades

02/2017 - Atual Conselhos, Comissões e Consultoria, Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da Primeira Região

Especificação:
Membro do Conselho Consultivo Unificado do TRT/RJ

03/2009 - 07/2012 Conselhos, Comissões e Consultoria, Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da Primeira Região

Especificação:
Membro do Conselho Cultural Pedagógico

10/1993 - Atual Serviço Técnico Especializado

Especificação:
Magistratura

6. Ministério da Educação - MEC

Vínculo
institucional

1998 - 2008 Vínculo: Colaborador , Enquadramento funcional: Sem enquadramento funcional , Carga horária: 0, Regime: Parcial

Atividades

11/2007 - 12/2008 Conselhos, Comissões e Consultoria, Secretaria de Educação Superior Sesu

Especificação:
Membro da Comissão de Homologação dos Planos apresentados pelas Universidades Federais que aderiram ao Programa de Expansão e Reestruturação das Universidades Federais (REUNI), nomeado pela Portaria nº 944, de 20.11.2007

10/2007 - 12/2008 Conselhos, Comissões e Consultoria, Secretaria de Educação Superior Sesu

Especificação:
Membro da Comissão de Especialistas designada para analisar as manifestações das instituições cujos cursos de Direito estão submetidos a procedimentos de supervisão (Portaria nº 904, de 26.10.2007)

06/2007 - 12/2008 Conselhos, Comissões e Consultoria, Secretaria de Educação Superior Sesu

Especificação:
Membro do Grupo Assessor do Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), nomeado pela Portaria MEC nº 552, de 25.06.2007

02/2007 - 12/2007 Conselhos, Comissões e Consultoria, Secretaria de Educação Superior Sesu

Especificação:
Membro da Comissão de análise dos Planos de Desenvolvimento Institucional (Portaria nº 80, de 26.01.2007)

10/2006 - 01/2007 Conselhos, Comissões e Consultoria, Secretaria de Educação Superior Sesu

Especificação:
Membro do Grupo de Trabalho instituído para subsidiar as decisões administrativas nos processos de autorização de cursos de graduação em direito

10/2004 - 04/2005 Conselhos, Comissões e Consultoria, Secretaria de Educação Superior Sesu

Especificação:
Membro e Relator do Grupo de Trabalho, de mútuo interesse do Ministério da Educação e da Ordem dos Advogados do Brasil, instituído com a finalidade de realizar estudos para consolidar os parâmetros já estabelecidos, de análise dos pedidos de autoriza

07/2002 - 12/2005 Outra atividade técnico-científica, Secretaria de Educação Superior

Especificação:
Avaliador Ad-hoc

06/2000 - 06/2002 Conselhos, Comissões e Consultoria, Secretaria de Educação Superior, Comissão de Especialistas de Ensino de Direito

06/1998 - 05/2000 Outra atividade técnico-científica, Secretaria de Educação Superior, Comissão de Especialistas de Ensino de Direito

Especificação:
Avaliador Ad-hoc

7. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP

Vínculo
institucional

2002 - 2008 Vínculo: Colaborador , Enquadramento funcional: Sem enquadramento funcional , Carga horária: 0, Regime: Parcial

Atividades

07/2006 - 12/2008 Conselhos, Comissões e Consultoria, Diretoria de Estatística e Avaliação de Educação Superior

Especificação:
Membro da Comissão Assessora de Avaliação da Formação Geral do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - ENADE

07/2004 - 01/2005 Conselhos, Comissões e Consultoria, Diretoria de Estatística e Avaliação de Educação Superior

Especificação:
Membro da Comissão Assessora de Avaliação Institucional

10/2002 - 10/2003 Conselhos, Comissões e Consultoria, Diretoria de Estatística e Avaliação de Educação Superior

Especificação:
Membro da Comissão de Avaliação Institucional

04/2002 - 12/2003 Outra atividade técnico-científica, Departamento de Estatísticas e Avaliação da Educação Superior

Especificação:
Avaliador ad hoc

8. Ordem dos Advogados do Brasil - OAB

Vínculo
institucional

1999 - 1999 Vínculo: Colaborador , Enquadramento funcional: Sem enquadramento funcional , Carga horária: 0, Regime: Parcial

Atividades

06/1999 - 12/1999 Outra atividade técnico-científica, Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Comissão de Ensino Jurídico

Especificação:
Avaliador Ad-hoc

9. Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

Vínculo
institucional

1993 - 1993 Vínculo: Outro , Enquadramento funcional: Advogado , Carga horária: 40, Regime: Integral

1989 - 1990 Vínculo: Outro , Enquadramento funcional: Monitor , Carga horária: 20, Regime: Parcial

Atividades

01/1993 - 08/1993 Outra atividade técnico-científica, Consultoria Jurídica

Especificação:
Advocacia

03/1989 - 12/1990 Outra atividade técnico-científica, Centro de Ciências Sociais, Departamento de Disciplinas Básicas

Especificação:
Monitoria

10. Université de Nantes - UNIV-NANTES

Vínculo
institucional

2016 - 2016 Vínculo: Colaborador , Enquadramento funcional: Professor Visitante , Carga horária: 10, Regime: Parcial

Atividades

03/2016 - 03/2016 Pós-graduação, Master Droit Social

Disciplinas ministradas:
Droit du Travail Brésilien

11. Université Paris-Ouest Nanterre la Défense - PARIS OUEST

Vínculo
institucional

2018 - 2019 Vínculo: Professor Visitante , Enquadramento funcional: Professor Visitante, Regime: Parcial

Atividades**12/2018 - 05/2019** Pós-graduação, Master Droit Social*Disciplinas ministradas:*
*Séminaire de Droit Social Comparé***12/2017 - 05/2018** Pós-graduação, Master Droit Social*Disciplinas ministradas:*
*Séminaire de Droit Social Comparé***12/2016 - 03/2017** Pós-graduação, Master Droit Social*Disciplinas ministradas:*
Séminaire de Droit Social Comparé

12. Université Paul Valéry Montpellier III - UM3

Vínculo institucional**2010 - 2010** Vínculo: Professor Visitante , Enquadramento funcional: Professor Visitante, Regime: Parcial**2009 - 2009** Vínculo: Professor Visitante , Enquadramento funcional: Professor Visitante, Regime: Parcial**Atividades****04/2010 - 04/2010** Pesquisa e Desenvolvimento, Acteurs, Ressources et Territoires dans le Développement (UMR CNRS 5281)*Linhas de pesquisa:*
*Direito e Redes Sociais***01/2009 - 01/2009** Pesquisa e Desenvolvimento, Acteurs, Ressources et Territoires dans le Développement (UMR CNRS 5281)*Linhas de pesquisa:*
Circulação Internacional de Ideias

13. Universidade de Coimbra - UC

Vínculo institucional**2012 - 2012** Vínculo: Bolsista , Enquadramento funcional: Bolsista, Regime: Parcial**Atividades****05/2012 - 05/2012** Pesquisa e Desenvolvimento, Centro de Estudos Sociais da UC*Linhas de pesquisa:*
Formação de Magistrados

14. Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho - ENAMAT

Vínculo institucional**2016 - Atual** Vínculo: Colaborador , Enquadramento funcional: Colaborador, Regime: Parcial**Atividades****02/2019 - 05/2019** Conselhos, Comissões e Consultoria, Direção Geral*Especificação:*
*Membro da Comissão de Juizes Tutores e de Avaliação do 24º Curso Nacional de Formação Inicial (Ato ENAMAT n. 2, de 13.02.2019)***09/2018 - 04/2020** Conselhos, Comissões e Consultoria, Direção Geral*Especificação:*
*Membro do Comité Científico de Assessoramento à Pesquisa da ENAMAT (Ato ENAMAT n. 6, de 10.09.2018, Ato ENAMAT n. 4, de 21.03.2019 e Ato ENAMAT n. 14, de 24.10.2019)***06/2018 - 02/2019** Conselhos, Comissões e Consultoria, Direção Geral*Especificação:*
*Membro Coordenador da Comissão de Atualização dos Programas Nacionais de Formação Profissional dos Magistrados do Trabalho (Ato ENAMAT n. 4, de 04.06.2018)***03/2016 - 05/2016** Conselhos, Comissões e Consultoria, Direção Geral*Especificação:*
Membro Coordenador da Comissão Transitória para Regulamentação de Pesquisas (Ato ENAMAT n. 3, de 30.03.2016)

15. Universidad Nacional de Córdoba - Argentina - UNC

Vínculo institucional**2014 - 2015** Vínculo: Estágio Pós-Doutoral , Enquadramento funcional: Pesquisador, Regime: Parcial

Linhas de pesquisa:
Memória e Poder Judiciário

Linhas de pesquisa

1. Acesso à Justiça, Relações de Trabalho, Direitos Sociais e Instituições

Objetivos: Partindo-se da premissa de que a busca de um fim justo pressupõe a construção de um meio justo, examina-se a qualidade da prestação jurisdicional brasileira sob o enfoque do modelo constitucional de processo nas esferas administrativa e judicial, privilegiando-se o debate das contradições entre direitos individuais e direitos coletivos, o conflito de poderes envolvendo a efetivação de direitos fundamentais no campo das reformas processuais civis. Paralelamente ao aperfeiçoamento das práticas processuais no âmbito das instituições públicas (Ministério Público, Defensoria Pública, Advocacia Pública etc.), propõe-se a construção de uma cidadania processual independente do Poder Público através de meios alternativos de resolução de conflitos. Somado a isto, consideram-se que as articulações entre instituições, direitos sociais e relações de trabalho estão presentes em teorizações e estratégias sociopolíticas diferenciadas que disputam construções múltiplas (políticas, jurídicas, sociais etc.) buscando uma organicidade (sentido) para essas ações (falas e atos). As configurações assumidas pelas instituições, direitos sociais e relações de trabalho bem como suas articulações são objeto de estudo da presente linha de pesquisa voltada para questões teóricas e empíricas desse universo de maneira a analisar as opções conceituais e materiais que se apresentam no mundo contemporâneo.

2. Práticas e Instituições Jurídicas

Objetivos: Deseja-se aqui entender o direito a partir das práticas sociais e de sua configuração institucional, baseado na metodologia e teoria da história e ciências sociais. Com isso, pretende-se compreender, por um lado, a relação e a importância cultural de acontecimentos singulares em suas manifestações contemporâneas e, por outro, a causa de serem historicamente dessa forma e não de outra. Como programa de estudos, tem-se como horizonte uma reconstrução emancipadora das teorias sociais, combinando pesquisa empírica e pesquisa de fontes documentais.

3. Formação de Magistrados

Objetivos: Examinar o sistema de formação inicial e continuada de magistrados, bem como suas articulações com o sistema de recrutamento e a mobilidade profissional são as preocupações centrais dessa linha de pesquisa cujo foco volta-se preferencialmente para a magistratura trabalhista. Entre os diferentes aspectos explorados encontram-se: (a) processos formativos e o desenvolvimento de competências e habilidades profissionais, (b) concurso nacional e seus impactos na profissão, e (c) processos avaliativos pedagógicos e profissionais.

4. Memória e Poder Judiciário

Objetivos: Considerando que lembramos o que nos é lembrado, retirar o Poder Judiciário da penumbra e compreender suas dinâmicas de funcionamento a partir da reconstituição memorialística do trabalho judicial é o que aqui se propõe. Não se trata necessariamente de examinar as cúpulas judiciais, mas, ao contrário, pretende-se aqui jogar luz no trabalho judicial da magistratura de primeiro grau, bem como evidenciar a heterogeneidade existente em um aparato judicial que é comumente tratado como um todo homogêneo. Nesse sentido, pretende-se aqui examinar diferentes trajetórias profissionais, articulá-las com o contexto social e preservar a memória como forma de resgatar as histórias da jurisdição.

5. Circulação Internacional de Ideias

6. Direito e Redes Sociais

7. Formação de Magistrados

Objetivos: Examinar o sistema de formação inicial e continuada de magistrados, bem como suas articulações com o sistema de recrutamento e a mobilidade profissional são as preocupações centrais dessa linha de pesquisa cujo foco volta-se preferencialmente para a magistratura trabalhista. Entre os diferentes aspectos explorados encontram-se: (a) processos formativos e o desenvolvimento de competências e habilidades profissionais, (b) concurso nacional e seus impactos na profissão, e (c) processos avaliativos pedagógicos e profissionais.

Revisor de periódico

1. Revista de Informação Legislativa

Vínculo

2016 - Atual Regime: Parcial

2. Revista de Estudos Empíricos em Direito

Vínculo

2015 - Atual Regime: Parcial

3. RBPG. REVISTA BRASILEIRA DE PÓS-GRADUAÇÃO

Vínculo

2017 - 2017 Regime: Parcial

4. Revista Brasileira de Sociologia

Vínculo

2017 - 2017 Regime: Parcial

5. Estudos Historicos (Rio de Janeiro)

Vínculo

2016 - 2016 Regime: Parcial

6. Revista de Sociologia e Política (UFPR. Impresso)

Vínculo

2015 - 2015 Regime: Parcial
Outras informações:
Parecerista ad hoc.

7. Revista Debates

Vínculo

2014 - 2014 Regime: Parcial
Outras informações:
Parecerista ad-hoc

8. Democracia Digital e Governo Eletrônico

Vínculo

2011 - 2013 Regime: Parcial
Outras informações:
Parecerista ad-hoc

9. Revista Opinião Jurídica

Vínculo

2011 - 2011 Regime: Parcial

10. Revista Videre

Vínculo

2010 - 2010 Regime: Parcial

11. Revista da ABET (Online)

Vínculo

2010 - 2010 Regime: Parcial
Outras informações:
Parecerista ad-hoc

12. Revista Direito GV

Vínculo

2009 - 2016 Regime: Parcial
Outras informações:
Parecerista ad-hoc

13. Educação Profissional: Ciência e Tecnologia

Vínculo

2008 - 2008 Regime: Parcial

14. Prisma Jurídico

Vínculo

2006 - 2012 Regime: Parcial
Outras informações:
Parecerista ad-hoc

Membro de corpo editorial

1. Revista de Direito e Liberdade

Vínculo

2015 - Atual Regime: Parcial

2. Revista Eletrônica Direito e Liberdade

Vínculo

2015 - Atual Regime: Parcial

3. Passagens: Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica

Vínculo

2009 - Atual Regime: Parcial

4. Revista Opinião Jurídica (Fortaleza)



Vínculo

2007 - Atual Regime: Parcial

5. Comparative Labor Law & Policy Journal

Vínculo

2003 - Atual Regime: Parcial

Revisor de projeto de agência de fomento

1. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES

Vínculo

2001 - Atual Regime: Parcial

Produção

Produção bibliográfica

Artigos completos publicados em periódicos

1. [doi](#) HARTMANN, IVAR A. M.; **FRAGALE FILHO, ROBERTO DA SILVA**; ABBAS DA SILVA, LORENA. Questões candentes da reforma trabalhista de 2017: percepções e realidade do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região. *Revista Direito e Desenvolvimento*. , v.11, p.199 - 211, 2020.
2. **FRAGALE FILHO, Roberto**. Regards comparés sur le droit social à l'épreuve du Covid-19. *Revue de Droit du Travail*. , v.4, p.290 - 292, 2020.
3. **FRAGALE FILHO, Roberto**. Déjudiciarisation du contentieux du travail: la perspective brésilienne. *Revue de Droit du Travail*. , v.4, p.280 - 283, 2019.
4. [doi](#) MOREIRA, RAFAELA; **FRAGALE, ROBERTO**. DISCURSOS JUDICIAIS SOBRE FAVELAS Impacto em políticas públicas e nos agentes sociais. *REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS (ONLINE)*. , v.33, p.1 - 17, 2018.
5. **FRAGALE FILHO, ROBERTO**; SIQUEIRA NETO, J. F. Reforma trabalhista: uma cartografia das discussões equivocadas, esquecidas e frustrantes. *REVISTA FEVEREIRO - POLÍTICA, TEORIA, CULTURA*. , v.10, p.48 - 62, 2018.
6. VIEIRA, José Ribas; [ALVIM, Joaquim Leonel de Rezende](#); **FRAGALE FILHO, ROBERTO**. A recepção do pensamento de André-Jean Arnaud no Brasil: um olhar do campo acadêmico brasileiro a partir da percepção de seu vínculo com o movimento crítico do direito. *DIREITOS CULTURAIS (ONLINE)*. , v.11, p.155 - 164, 2016.
7. MOREIRA, Rafaela Selem; **FRAGALE FILHO, Roberto**. Administração de conflitos e democracia: uma análise da página eletrônica do Conselho Nacional de Justiça. *Revista Debates (UFRGS)*. , v.9, p.185 - 203, 2015.
8. [doi](#) **FRAGALE FILHO, Roberto**. Audiências públicas e seu impacto no processo decisório: A ADPF 54 como estudo de caso / Public Hearings and their Impact in the Decision-Making Process: the ADPF 54 as a Case-Study. *REVISTA DIREITO E PRÁXIS*. , v.6, p.504 - 535, 2015.
9. **FRAGALE FILHO, Roberto**. Brazilian's fissured workplace: David Weil's vignettes in the new world. *Comparative Labor Law & Policy Journal*. , v.37, p.37 - 53, 2015.
10. [doi](#) SCIAMMARELLA, A. P. O.; **FRAGALE FILHO, Roberto**. (Des)constituindo o negro no poder judiciário. *EX AEQUO (OEIRAS)*. , p.45 - 60, 2015.
11. GOMES, F. R.; **FRAGALE FILHO, Roberto**. Le principe d'égalité dans le droit du travail brésilien. Brèves considérations propédeutiques sur l'article 461 de la CLT. *Revue de Droit Comparé du Travail et de la Sécurité Sociale*. , v.2015/2, p.36 - 47, 2015.
12.  [doi](#) **FRAGALE FILHO, ROBERTO**; MOREIRA, Rafaela Selem; SCIAMMARELLA, ANA PAULA DE O. Magistratura e gênero: um olhar sobre as mulheres nas cúpulas do judiciário brasileiro Courts and Gender: An Overview of the Women on the Top of Brazilian Judicial System. *e-cadernos*. , v.1, p.57 - 77, 2015.
13. **FRAGALE FILHO, Roberto**. Magistratura: uma profissão em mutação e os desafios para sua formação. *A Leitura: Caderno da Escola Superior de Magistratura do Estado do Pará*. , v.7, p.14 - 22, 2014.
14. [doi](#) VERAS, C. V.; **FRAGALE FILHO, Roberto**. A judicialização da mediação no poder judiciário brasileiro: mais do mesmo nas disputas familiares? The Judicialization of Mediation in the Brazilian Judiciary: More of the Same in Family Disputes?. *e-cadernos*. , p.162 - 184, 2013.
15.  [doi](#) **FRAGALE FILHO, ROBERTO**. Conselho Nacional de Justiça: desenho institucional, construção de agenda e processo decisório. *Dados (Rio de Janeiro. Impresso)*. [JCR](#), v.56, p.975 - 1007, 2013.
16. [doi](#) **FRAGALE FILHO, ROBERTO**. PERTO DO MUNDO, LONGE DA CAPITAL: ACESSO À JUSTIÇA E JURISDIÇÃO TRABALHISTA NO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DE MERITI. PASSAGENS: REVISTA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA POLÍTICA E CULTURA JURÍDICA. , v.5, p.262 - 285, 2013.
17. **FRAGALE FILHO, ROBERTO**. Resolving Disputes over Employment Rights in Brazil. *Comparative Labor Law & Policy Journal*. , v.34, p.929 - 948, 2013.
18. [doi](#) VERONESE, Alexandre; [FONTAINHA, Fernando de Castro](#); **FRAGALE FILHO, Roberto**. Les usages des technologies de l'information et de la communication dans l'administration judiciaire au Brésil. *Droit et Cultures*. , v.61, p.55 - 70, 2011.
19. **FRAGALE FILHO, Roberto**. Aprendendo a ser juiz. *ÉTICA E FILOSOFIA POLÍTICA*. , v.12, p.98 - 108, 2010.
20. **FRAGALE FILHO, Roberto**. Brazilian Legal Education: Curricular reform that goes further without going beyond. *German Law Journal*. , v.10, p.751 - 766, 2009.



21. FRAGALE FILHO, Roberto; [LOBAO, R. J. S.](#)
Discursos para plateias cativas no direito do trabalho brasileiro. Passagens: Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica. , v.1, p.65 - 76, 2000.
22. FRAGALE FILHO, Roberto
The use of ICT in Brazilian courts. Electronic Journal of e-Government. , v.7, p.349 - 358, 2009.
23. FRAGALE FILHO, Roberto
Aprendendo a ser juiz: a contribuição de uma escola judicial. Revista Trabalhista (Rio de Janeiro). , v.25, p.169 - 175, 2008.
24. FRAGALE FILHO, Roberto; [LOBAO, R. J. S.](#)
Captive audience speech. Comparative Labor Law & Policy Journal. , v.29, p.341 - 348, 2008.
25. FRAGALE FILHO, Roberto
Panorama atual da pesquisa em direito no Brasil. Cadernos Direito GV. , v.5, p.21 - 31, 2008.
26. FRAGALE FILHO, Roberto; LYNCH, Christian C. E.
Shylock vs. Antonio (1594): dois olhares. Escritos (Fundação Casa de Rui Barbosa). , v.2, p.45 - 55, 2008.
27.  FRAGALE FILHO, Roberto; [ALVIM, Joaquim Leonel de Rezende](#)
O movimento "Critique du Droit" e seu impacto no Brasil. Revista Direito GV. , v.03, p.139 - 163, 2007.
28. [ALVIM, Joaquim Leonel de Rezende](#); FRAGALE FILHO, Roberto
A formação da lei: do geral ao particular. Prisma Jurídico. , v.5, p.133 - 151, 2006.
29. FRAGALE FILHO, Roberto
Diretrizes curriculares: reconstruindo a história recente. Anuário ABEDI. , v.4, p.193 - 202, 2006.
30. FRAGALE FILHO, Roberto; [FONTAINHA, Fernando de Castro](#)
Informática nos tribunais e a teoria do risco global. Liinc em Revista. , v.1, p.128 - 147, 2005.
31. FRAGALE FILHO, Roberto
Os destinos dos cursos jurídicos: uma decodificação à luz da política pública educacional. Anuário ABEDI. , v.3, p.39 - 52, 2005.
32.  FRAGALE FILHO, Roberto; VERONESE, Alexandre Kehrig
A pesquisa em Direito: diagnóstico e perspectivas. RBPG. Revista Brasileira de Pós-Graduação. , v.2, p.53 - 70, 2004.
33. FRAGALE FILHO, Roberto
Diretrizes curriculares. Anuário ABEDI. , v.2, p.267 - 278, 2004.
34. FRAGALE FILHO, Roberto
Flexibilização e reforma da CLT: mais do mesmo?. Revista Trabalhista (Rio de Janeiro). , v.X, p.221 - 232, 2004.
35. FRAGALE FILHO, Roberto
Interpretação jurisprudencial e disciplina judiciária: um olhar a partir da Orientação Jurisprudencial 167. Revista da EMATRA/RJ. , v.6, p.101 - 114, 2004.
36. FRAGALE FILHO, Roberto; [ALMEIDA, Fernanda Andrade](#)
Sociologia Jurídica: uma questão de ponto de vista. Amicus Curiae (Criciúma). , v.1, p.13 - 31, 2004.
37. FRAGALE FILHO, Roberto
A desconsideração da personalidade jurídica no novo Código e sua repercussão nas relações trabalhistas. Revista LTR. , v.67, p.282 - 287, 2003.
38. FRAGALE FILHO, Roberto
Celebrating twenty-five years and speculating over the future from a Brazilian perspective. Comparative Labor Law & Policy Journal. , v.25, p.21 - 31, 2003.
39. FRAGALE FILHO, Roberto; VERONESE, Alexandre Kehrig
Comunidades virtuais: o caso da Associação Brasileira de Ensino do Direito. Cadernos ADENAUER (São Paulo). , v.IV, p.99 - 122, 2003.
40. FRAGALE FILHO, Roberto
Impacto das mudanças legislativas nos projetos pedagógicos. Anuário ABEDI. , v.1, p.91 - 103, 2003.
41. FRAGALE FILHO, Roberto
Justiça do Trabalho: fragmentos para uma história oral. Revista de Direito Mackenzie. , v.1, p.163 - 177, 2003.
42. FRAGALE FILHO, Roberto; [ALVIM, Joaquim Leonel de Rezende](#)
Novas formas de controle do trabalho via informática. Revista Trabalhista (Rio de Janeiro). , v.VIII, p.141 - 163, 2003.
43. FRAGALE FILHO, Roberto
Universidade pública: desafios e dilemas (para o ensino jurídico). Ensaio. Avaliação e Políticas Públicas em Educação. , v.11, p.425 - 452, 2003.
44. FRAGALE FILHO, Roberto
As transformações do trabalho e seu impacto no conceito de subordinação jurídica. Revista da ABET. , v.II, 2002.
45. FRAGALE FILHO, Roberto
As transformações do trabalho e seu impacto no conceito de subordinação jurídica. Revista da ABET (Impresso). , v.II, p.121 - 138, 2002.
46. FRAGALE FILHO, Roberto; JEFFERY, M.
Information Technology and Worker's Privacy: Notice and Consent. Comparative Labor Law & Policy Journal. , v.23, p.551 - 567, 2002.
47. FRAGALE FILHO, Roberto; [ALVIM, Joaquim Leonel de Rezende](#)
Information Technology and Worker's Privacy: Old and New Paradigms. Comparative Labor Law & Policy Journal. , v.23, p.569 - 575, 2002.
48. FRAGALE FILHO, Roberto; [ALVIM, Joaquim Leonel de Rezende](#)
Information Technology and Worker's Privacy: The Brazilian Law. Comparative Labor Law & Policy Journal. , v.23, p.281 - 300, 2002.
49. FRAGALE FILHO, Roberto
La justice du travail au Brésil. Bulletin de Droit Comparé du Travail et de la Sécurité Sociale. , v.2002, p.51 - 72, 2002.
50. FRAGALE FILHO, Roberto; [ALVIM, Joaquim Leonel de Rezende](#); SOARES, T. A.; OLIVEIRA, Danielle Fernandes de
O vínculo empregatício dos pastores evangélicos: notas conclusivas. Revista LTR. , v.66, p.817 - 826, 2002.
51. FRAGALE FILHO, Roberto
As transformações do trabalho: novas categorias sociológicas e jurídicas?. Direito e Cidadania. , v.12/13, p.161 - 175, 2001.
52. FRAGALE FILHO, Roberto
Employment litigation on the rise? A Brazilian perspective. Comparative Labor Law & Policy Journal. , v.22, p.281 - 296, 2001.
53. FRAGALE FILHO, Roberto; [ALVIM, Joaquim Leonel de Rezende](#); SOARES, T. A.; MIRANDA, C. E. C. R.
Perto da magia, longe do emprego: uma discussão sobre o vínculo de emprego dos pastores evangélicos. Revista LTR. , v.65, p.682 - 688, 2001.
54. FRAGALE FILHO, Roberto
A Portaria MEC nº 1.886/94 e os novos dilemas do ensino jurídico. Plúrima Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense. , p.199 - 210, 2000.
55. [ALVIM, Joaquim Leonel de Rezende](#); FRAGALE FILHO, Roberto; MONÇÃO, S. C. F.



56. **FRAGALE FILHO, Roberto**
El papel del Juez en la sociedad globalizada. Contextos Revista Crítica de Derecho Social. , p.39 - 51, 1999.
57. **ALVIM, Joaquim Leonel de Rezende; FRAGALE FILHO, Roberto**
Justiça do Trabalho: um paradigma em crise?. Trabalho & Doutrina. , p.113 - 126, 1999.
58. **FRAGALE FILHO, Roberto**
Missionários, mercadores ou empregados da fé?. Revista LTR. , v.63, p.1056 - 1060, 1999.
59. **FRAGALE FILHO, Roberto**
O papel do Juiz na sociedade globalizada. Revista Anamatra. , p.42 - 49, 1999.
60. **FRAGALE FILHO, Roberto**
Uma análise da reforma do Estado. Cidadania e Justiça. , p.100 - 112, 1999.
61. **FRAGALE FILHO, Roberto**
A Lei nº 9.601/98: o triunfo do discurso modernizante das relações de trabalho. Plural Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense. , p.73 - 78, 1998.
62. **FRAGALE FILHO, Roberto**
Shylock vs. Antonio (1594). Direito Estado e Sociedade. , p.125 - 135, 1997.
63. **FRAGALE FILHO, Roberto**
Estado, Direito & Política. Estudos Jurídicos. , v.29, p.37 - 57, 1996.
64. **FRAGALE FILHO, Roberto**
Les projets présidentiels de Lionel Jospin et du Parti Socialiste. Cahiers Du Centre D'etudes Et de Recherches Sur La Théorie de L'etat. , 1996.
65. **FRAGALE FILHO, Roberto**
Algumas notas esparsas sobre a cultura política francesa. Direito Estado e Sociedade. , p.137 - 146, 1995.
66. **FRAGALE FILHO, Roberto**
Les transformations de l'État dans le discours du Parti Socialiste à son congrès national de Liévin. Cahiers Du Centre D'etudes Et de Recherches Sur La Théorie de L'etat. , 1995.
67. **FRAGALE FILHO, Roberto**
A Incorporação do Proletariado: a ditadura republicana gaúcha e a arqueologia trabalhista. Estudos Jurídicos. , v.27, p.5 - 15, 1994.

Livros publicados

1. **FRAGALE FILHO, Roberto**
5600 caracteres com espaços. Rio de Janeiro (RJ): Caetés, 2014 p.117.
2. **FINKIN, M. W.; CUTCHER-GERSHENFELD, J.; ARAKI, T.; FISCHINGER, P.; FRAGALE FILHO, ROBERTO; STEWART, A.; WAAS, B.**
Multinational Human Resource Management and the Law: Common Workplace Problems in Different Legal Environments. Northampton (Massachusetts): Edward Elgar Publishing, Inc., 2013 p.435.
3. **FRAGALE FILHO, Roberto**
Aprendendo a ser juiz: A Escola da Magistratura da Justiça do Trabalho do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Topbooks, 2008 p.227.
4. **JEAMMAUD, A.; ALVIM, Joaquim Leonel de Rezende; FRAGALE FILHO, Roberto**
Trabalho, Cidadania & Magistratura. Rio de Janeiro: Edições Trabalhistas, 2000 p.189.
5. **FRAGALE FILHO, Roberto**
A Aventura Política Positivista: um projeto republicano de tutela. São Paulo: Editora LTr, 1998 p.143.
6. **FRAGALE FILHO, Roberto**
Le Changement de la Culture Politique Française: le cas du Parti Socialiste. Villeneuve d'Ascq: Presses Universitaires du Septentrion, 1998 p.444.

Capítulos de livros publicados

1. **FRAGALE FILHO, Roberto; SARACOGU, S.**
Le monde universitaire en temps de pandémie In: Covid-19 Tour du Monde.1ª ed.Paris: Manucius, 2021, p. 85-88.
2. **SCIAMMARELLA, A. P. O.; ROYER, N.; FRAGALE FILHO, Roberto**
Moça jovem e talentosa também pode ser juíza: Reflexões sobre gênero e magistratura no Estado do Rio de Janeiro In: Instituições da Justiça e do Trabalho, volume 2: Campos de pesquisa.1ª ed.Rio de Janeiro (RJ): Autografia, 2020, v.1, p. 135-166.
3. **FRAGALE FILHO, Roberto**
Produzindo conhecimento (aos trancos e barrancos) In: Instituições da Justiça e do Trabalho, volume 1: Diálogos sobre a constituição de um campo de pesquisa.1ª ed.Rio de Janeiro (RJ): Autografia, 2020, v.1, p. 11-26.
4. **FRAGALE FILHO, Roberto**
Artigo 7º, IV, da Constituição Federal (Salário Mínimo) In: Comentários à Constituição de 1988 em Matéria de Direitos Sociais Trabalhistas.1ª ed.São Paulo (SP): Editora LTr, 2019, p. 94-103.
5. **FRAGALE FILHO, ROBERTO**
Country Report: Brazil In: Regulating Strikes in Essential Services.1ª ed.Alphen aan den Rijn: Kluwer Law International, 2019, p. 89-106.
6. **FRAGALE FILHO, Roberto**
Educação Judicial In: Formação de Magistrados: 20 anos da Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região.1ª ed.Rio de Janeiro: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, 2019, p. 10-31.
7. **VIEIRA, José Ribas; ALVIM, Joaquim Leonel de Rezende; FRAGALE FILHO, Roberto**
La réception de la pensée d'André-Jean Arnaud au Brésil: un regard du champ académique brésilien à partir de la perception de son lien avec le mouvement critique du droit In: Repenser le droit. Hommage à André-Jean Arnaud.1ª ed.Paris (França): LGDJ, 2019, p. 93-100.
8. **FRAGALE FILHO, Roberto**
(Novas) Diretrizes Curriculares e Pesquisa em Direito: desafios humboldtianos In: Educação Jurídica no Século XXI: Novas diretrizes curriculares nacionais do curso de direito - limites e possibilidades.1ª ed.Florianópolis (SC): Habitus, 2019, p. 385-398.
9. **VERAS, C. V.; FRAGALE, ROBERTO**
Tensões e disputas na construção do ofício de mediador judicial: O exemplo do TJ-RJ In: Tópicos em Ciências Sociais - Volume 1.1ª ed.Belo Horizonte (MG): Poisson, 2019, p. 84-98.
10. **FRAGALE FILHO, ROBERTO**
Diário de Campo: Roberto da Silva Fragale Filho In: Vivendo o trabalho subalterno: as experiências de doze magistrados.1ª ed.Rio de Janeiro: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, 2018, p. 179-222.
11. **FRAGALE FILHO, ROBERTO**
O impacto na formação de magistrados In: Vivendo o trabalho subalterno: as experiências de doze magistrados.1ª ed.Rio de Janeiro: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, 2018, p. 238-251.
12. **FRAGALE FILHO, ROBERTO; SIQUEIRA NETO, J. F.**
Reforma trabalhista: uma cartografia das discussões equivocadas, esquecidas e frustrantes In: A reforma trabalhista: o impacto nas relações de trabalho.1 ed.Belo Horizonte (MG): Fórum, 2018, p. 415-428.
13. **FRAGALE FILHO, ROBERTO**

14. **FRAGALE FILHO, ROBERTO**
How Does and Should One Compare Law? In: Comparing Comparative Law. 1 ed. Genebra/Zurique: Schulthess Editions Romandes, 2017, v.82, p. 137-143.
15. **FRAGALE FILHO, Roberto**
When informal work becomes litigious in a labour courtroom In: Workers and the Global Informal Economy: Interdisciplinary perspectives. 1ª ed. Londres (Inglaterra): Routledge, 2016, v.1, p. 108-120.
16. **VERONESE, Alexandre Kehrig; FRAGALE FILHO, Roberto**
A pesquisa em direito: as duas vertentes vs. a não pesquisa In: Ensinar direito o Direito. 1ª ed. São Paulo (SP): Saraiva, 2015, p. 299-336.
17. **COONEY, S.; TOIT, D.; FRAGALE FILHO, Roberto; RONNIE, R.; SANKARAN, K.**
Building BRICS of success? In: Comparative Labor Law. 1ª ed. Northampton (MA): Edward Elgar Publishing, Inc., 2015, p. 440-473.
18. **KOERNER, A.; FRAGALE FILHO, Roberto**
Do controle externo à participação cidadã: por uma revisão do modelo do Judiciário Brasileiro In: Dez anos de Reforma do Judiciário e o nascimento do Conselho Nacional de Justiça. 1ª ed. São Paulo (SP): Revista dos Tribunais, 2015, p. 61-68.
19. **FRAGALE FILHO, Roberto**
Les nouvelles démarches de la solidarité au Brésil: le cas du programme "Bourse famille" In: La Solidarité. Enquête sur un principe juridique. 1ª ed. Paris (França): Odile Jacob, 2015, p. 261-279.
20. **FRAGALE FILHO, Roberto; ALMEIDA FILHO, J. C. A.; BARROSO, S.; GROSSI, B. M.; SOARES, M. V. B.**
Brazil (country report) In: International Handbook of Social Media Laws. 1ª ed. West Sussex: Bloomsbury, 2014, p. 243-249.
21. **FRAGALE FILHO, Roberto**
Courts on screen: e-government and the increase of judicial transparency In: E-Governance and Civic Engagement: factors and determinants of e-democracy. 1 ed. Hershey (PA), EUA: Information Science Reference, 2012, p. 112-127.
22. **FRAGALE FILHO, Roberto**
Exame Nacional de Desempenho de Estudantes: as diretrizes da prova em direito In: Ensino Jurídico: os desafios da compreensão do direito ed. Fortaleza (CE): Faculdade Christus, 2012, p. 423-440.
23. **FRAGALE FILHO, Roberto; NORONHA, Rodolfo de Liberato**
Pesquisa empírica em direito no Brasil: o estado da arte a partir da plataforma Lattes e dos encontros do Conpedi In: Justiça em foco: estudos empíricos. 1ª ed. Rio de Janeiro (RJ): Editora FGV, 2012, v.1, p. 97-144.
24. **FRAGALE FILHO, Roberto**
Ativismo judicial e sujeitos coletivos: a ação das associações de magistrados In: Constituição e ativismo judicial: limites e possibilidades da norma constitucional e da decisão judicial ed. Rio de Janeiro (RJ): Lumen Juris, 2011, p. 359-378.
25. **FRAGALE FILHO, Roberto**
Reconfigurações profissionais da magistratura: um estudo (preliminar) a partir da jurisprudência do Conselho Nacional de Justiça In: Poder Judiciário: novos olhares sobre gestão e jurisdição ed. Rio de Janeiro (RJ): FGV, 2010, p. 97-126.
26. **FRAGALE FILHO, Roberto**
Reflexiones sobre mi experiencia como bloguero amateur In: Los blogs jurídicos y la web 2.0 para la difusión y la enseñanza del derecho. 1ª ed. Bogotá: Universidad Externado de Colombia, 2010, p. 249-272.
27. **FRAGALE FILHO, Roberto**
Antônio José Avelãs Nunes: entre encontros sazonais e contribuições perenes, a vindima incompleta... In: Liber Amicorum: Homenagem ao Prof. Doutor Antônio José Avelãs Nunes ed. Coimbra (Portugal): Coimbra Editora, 2009, p. 935-954.
28. **FRAGALE FILHO, Roberto; VERONESE, Alexandre Kehrig**
Electronic Justice in Brazil In: E-Justice: Using Information Communication Technologies in the Court System ed. Hershey (PA), USA: Information Science Reference (IGI Global), 2009, p. 135-151.
29. **FRAGALE FILHO, Roberto**
A construção e consolidação do Estado Social de Direito: o papel das associações de magistrados In: Constituição e Estado Social: os obstáculos à concretização da Constituição ed. São Paulo (SP): Revista dos Tribunais, 2008, p. 317-335.
30. **FRAGALE FILHO, Roberto; ALVIM, Joaquim Leonel de Rezende**
La critique aux tropiques: la contribution de Michel Mialle In: Le droit figure du politique: études offertes au professeur Michel Mialle ed. Montpellier (France): Université de Montpellier I, 2008, v.1, p. 193-209.
31. **FRAGALE FILHO, Roberto**
Nem a lei liberta: a Constituição de 1988 e os direitos sociais vinte anos depois In: Direitos sociais na Constituição de 1988: uma análise crítica vinte anos depois ed. São Paulo (SP): LTr, 2008, p. 385-395.
32. **FRAGALE FILHO, Roberto**
Novos espaços deliberativos, ativismo judicial e reconstrução jurisprudencial: algumas possibilidades para o futuro do direito do trabalho (brasileiro) In: O Direito e o futuro - o futuro do Direito ed. Coimbra: Almedina, 2008, p. 149-168.
33. **ALVIM, Joaquim Leonel de Rezende; FRAGALE FILHO, Roberto**
Contribuição para uma reconstrução analítica do percurso da concepção liberal de formação da lei "generalista" em direção à concepção comunitária da lei "particularista" In: Sociologia e Direito: explorando interseções ed. Niterói: Programa de Pós-graduação em Sociologia e Direito, 2007, p. 105-131.
34. **FRAGALE FILHO, Roberto**
Ensinar sociologia jurídica nas faculdades de direito: possibilidades e significados In: O ensino jurídico em debate: o papel das disciplinas propedêuticas na formação jurídica. 1 ed. Campinas (SP): Millennium, 2007, v.1, p. 45-57.
35. **FRAGALE FILHO, Roberto**
Poder Judiciário: os riscos de uma agenda quantitativa In: Estudos constitucionais ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2007, p. 363-380.
36. **FRAGALE FILHO, Roberto**
Educação e Constituição In: Direito Constitucional Brasileiro: perspectivas e controvérsias contemporâneas ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006, p. 687-695.
37. **FRAGALE FILHO, Roberto**
Escravidão, identidade e acesso à cidadania: explorando a possibilidade de sucesso de uma resposta normativa In: Diálogos constitucionais: direito, neoliberalismo e desenvolvimento em países periféricos ed. Rio de Janeiro (RJ): Renovar, 2006, p. 455-476.
38. **FRAGALE FILHO, Roberto**
Trabalho (verbete) In: Dicionário de Filosofia do Direito ed. São Leopoldo e Rio de Janeiro: Editora Unisinos e Editora Renovar, 2006, p. 829-833.
39. **FRAGALE FILHO, Roberto**
As diretrizes curriculares: estudo e diagnóstico do ensino jurídico In: História do Direito Brasileiro: Leituras da ordem jurídica nacional ed. São Paulo: Atlas, 2003, p. 412-430.
40. **FRAGALE FILHO, Roberto**
Cidadania & Trabalho: fios de uma mesma fibra, constitucional? In: Constitucionalizando direitos: 15 anos da constituição brasileira de 1988 ed. Rio de Janeiro (RJ): Renovar, 2003, p. 443-475.
41. **FRAGALE FILHO, Roberto**
O contexto legislativo da educação a distância In: Educação a distância: análise dos parâmetros legais e normativos ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 13-26.
42. **FRAGALE FILHO, Roberto**



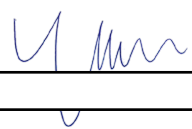

43. **FRAGALE FILHO, Roberto**
Variações sobre o mesmo tema In: Ou Isto ou Aquilo: a sociologia jurídica nas Faculdades de Direito ed.Rio de Janeiro: Instituto Direito e Sociedade - IDES e Letra Capital Editora, 2002, p. 115-133.
44. **ALVIM, Joaquim Leonel de Rezende; FRAGALE FILHO, Roberto**
O discurso dos magistrados trabalhistas sobre as transformações da categoria sóciojurídica trabalho. In: Justiça e Sociedade: temas e perspectivas ed.São Paulo: Editora LTr, 2001, p. 93-115.
45. **FRAGALE FILHO, Roberto**
OAB Recomenda: como integrar as diversas dimensões da avaliação dos cursos jurídicos In: OAB RECOMENDA: Um retrato dos cursos jurídicos ed.Brasília: Conselho Federal (OAB), 2001, p. 113-133.

Livros organizados

1. ALVES, C. F.; **ALVIM, Joaquim Leonel de Rezende**; CASTRO, C. A.; **FRAGALE FILHO, Roberto**; MIRANDA NETTO, F. G.; MELLO, M. P.; PADUA, J. P. C. V.
Instituições da Justiça e do Trabalho, volume 1: Diálogos sobre a constituição de um campo de pesquisa. Rio de Janeiro (RJ): Autografia, 2020, v.1. p.142.
2. ALVES, C. F.; **ALVIM, Joaquim Leonel de Rezende**; CASTRO, C. A.; **FRAGALE FILHO, Roberto**; MELLO, M. P.; MIRANDA NETTO, F. G.; PADUA, J. P. C. V.
Instituições da Justiça e do Trabalho, volume 2: Campos de pesquisa. Rio de Janeiro (RJ): Autografia, 2020, v.1. p.228.
3.  **COUTINHO, Jacinto Nelson de Miranda; FRAGALE FILHO, Roberto; LOBAO, R. J. S.**
Constituição e ativismo judicial: limites e possibilidades da norma constitucional e da decisão judicial. Rio de Janeiro (RJ): Lumen Juris, 2011, v.1. p.456.
4. **CERQUEIRA, Daniel Torres de; FRAGALE FILHO, Roberto**
O ensino jurídico em debate: o papel das disciplinas propedêuticas na formação jurídica. Campinas (SP): Millennium, 2007, v.1. p.292.
5. **FRAGALE FILHO, Roberto**
Educação a distância: análise dos parâmetros legais e normativos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003 p.184.
6. **PAIVA, Maria Arair Pinto; ALVIM, Joaquim Leonel de Rezende; FRAGALE FILHO, Roberto**
Trabalho e Cidadania no Debate Contemporâneo do Direito. Niterói: EDUFF - Editora da Universidade Federal Fluminense, 1998 p.147.

Trabalhos publicados em anais de eventos (completo)

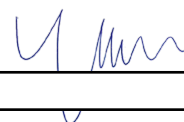
1. **SCIAMMARELLA, A. P. O.; FRAGALE FILHO, Roberto**
(Des)constituindo gênero no poder judiciário In: IX Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política, 2014, Brasília (DF).
Anais Eletrônicos do IX Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política. Belo Horizonte (MG): Associação Brasileira de Ciência Política, 2014.
2. **FRAGALE FILHO, Roberto**
Audiências públicas e seu impacto no processo decisório: a ADPF 54 como estudo de caso In: 37º Encontro Anual da ANPOCS, 2013, Águas de Lindóia (SP).
Anais do 37º Encontro Anual da ANPOCS. São Paulo: ANPOCS, 2013.
3. **FRAGALE FILHO, Roberto**
O Conselho Nacional de Justiça e seus possíveis impactos institucionais In: 35º Encontro anual da ANPOCS, 2011, Caxambu (MG).
Anais do 35º Encontro Anual da ANPOCS. São Paulo (SP): ANPOCS, 2011.
4. **FRAGALE FILHO, Roberto**
Padrões éticos e identidade profissional advocatícia: exame preliminar da atuação disciplinar da OAB In: XV Congresso Brasileiro de Sociologia, 2011, Curitiba (PR).
Anais do XV Congresso Brasileiro de Sociologia, realizado em Curitiba-PR, de 26 a 29 de julho de 2011. Sociedade Brasileira de Sociologia, 2011.
5. **FRAGALE FILHO, Roberto**
Algunos impasses del sistema brasileño de enseñanza jurídica: Examen de Orden y Maestría Profesional In: I Congreso Latinoamericano y XI Congreso Nacional de Sociología Jurídica, 2010, Buenos Aires.
Anais do I Congreso Latinoamericano y XI Congreso Nacional de Sociología Jurídica. Buenos Aires: Sociedad Argentina de Sociología Jurídica (SASJu), 2010.
6. **FRAGALE FILHO, Roberto**
Increasing judicial transparency: when Brazilian Court TV officially meets YouTube In: 10th European Conference on E-Government, 2010, Limerick, Irlanda.
Proceedings - 10th European Conference on E-Government. Londres: Academic Publishing International, 2010. p.521 - 526
7. **FRAGALE FILHO, Roberto**
Ensino jurídico: as transformações de um processo formativo capturado pela corporação advocatícia In: XIV Congresso Brasileiro de Sociologia, 2009, Rio de Janeiro.
Anais do XV Congresso Brasileiro de Sociologia, realizado em Curitiba-PR, de 26 a 29 de julho de 2011. Sociedade Brasileira de Sociologia, 2009.
8. **FRAGALE FILHO, Roberto**
The use of ICT in Brazilian courts In: 9th European Conference on e-Government, 2009, Londres.
Proceedings of the 9th European Conference on e-Government. Dublin: Trinity College, 2009. p.275 - 282
9. **FRAGALE FILHO, Roberto**
Aprendendo a ser juiz: a contribuição de uma escola judicial In: XIII Congresso Brasileiro de Sociologia, 2007, Recife (PE).
Anais do XV Congresso Brasileiro de Sociologia, realizado em Curitiba-PR, de 26 a 29 de julho de 2011. Recife (PE): Sociedade Brasileira de Sociologia, 2007.
10. **FRAGALE FILHO, Roberto; ASENSI, Felipe Dutra; RASKOVISCH, Silvia Primila Garcia**
Pensando o ensino do Direito através uma pesquisa: contribuições sob a perspectiva da sociologia jurídica In: XV Encontro Preparatório para o Congresso Nacional do CONPEDI, 2007, Campos (RJ).
Anais do XV Encontro Preparatório para o Congresso Nacional do CONPEDI. Florianópolis (SC): Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Direito, 2007. p.1674 - 1694
11. **VERONESE, Alexandre Kehrig; FONTAINHA, Fernando de Castro; FRAGALE FILHO, Roberto**
Aplicações de tecnologias da informação e comunicação (TIC) no âmbito da administração judiciária In: 1º Congresso Científico da UniverCidade, 2006, Rio de Janeiro.
1º Congresso Científico da UniverCidade. Rio de Janeiro: Centro Universitário da Cidade, 2006.
12. **FRAGALE FILHO, Roberto**
Quando a empiria é necessária? In: XIV Congresso Nacional do CONPEDI, 2005, Fortaleza.
Anais do XIV Congresso Nacional do CONPEDI. Florianópolis (SC): Fundação Boiteux, 2006. p.323 -
13. **FRAGALE FILHO, Roberto; FONTAINHA, Fernando de Castro**
Informática nos tribunais e a teoria do risco global In: XII Congresso Brasileiro de Sociologia, 2005, Belo Horizonte.
Sociologia e realidade: pesquisa social no século XXI. Belo Horizonte: Sociedade Brasileira de Sociologia, 2005.
14. **FRAGALE FILHO, Roberto**
Universidade pública: desafios e dilemas (para o ensino jurídico) In: XVIII Conferência Nacional dos Advogados, 2003, Salvador (BA).
Anais da XVIII Conferência Nacional dos Advogados: Cidadania, Ética e Estado. Brasília (DF): OAB, Conselho Federal, 2003. p.1395 - 1425
15. **FRAGALE FILHO, Roberto**
Racismo Ambiental e Conflitos Sociais In: Direito e Justiça Ambiental, 2001, Niterói (RJ).
Diálogo e Justiça Ambiental. Niterói (RJ): DPCCF, 2002. p.120 - 126



16. **ALVIM, Joaquim Leonel de Rezende; FRAGALE FILHO, Roberto**
Justiça do Trabalho: um paradigma em crise? In: II Congresso Europeu de Latinoamericanistas, 1998, Halle, Alemanha.
América Latina: cruce de culturas y sociedades - la dimensión histórica y la globalización futura. Halle, Alemanha: Consejo Europeo de Investigacion Social de America Latina (CEISAL), 1999.
17. **FRAGALE FILHO, Roberto**
Constituição e Cidadania In: Trabalho e Cidadania no Debate Contemporâneo do Direito, 1997, Niterói.
Trabalho e Cidadania no Debate Contemporâneo do Direito. Niterói: EDUFF - Editora da Universidade Federal Fluminense, 1998. p.143 - 146

Trabalhos publicados em anais de eventos (resumo)

1. **FRAGALE FILHO, Roberto**
Audiências públicas e seu impacto no processo decisório: a ADPF 54 como estudo de caso In: 37º Encontro Anual da ANPOCS, 2013, Águas de Lindóia (SP).
37º Encontro Anual da ANPOCS - Programa e Resumos. São Paulo: ANPOCS, 2013.
2. **FRAGALE FILHO, Roberto**
Quantificando a profissão: as mudanças do trabalho judicial In: XVI Congresso Brasileiro de Sociologia, 2013, Salvador (BA).
XVI Congresso Brasileiro de Sociologia (A Sociologia como artesanato intelectual). Salvador (BA): SBS, 2013. p.407 - 407
3. OLIVEIRA, P. D.; PITA, P. D. S.; **FRAGALE FILHO, Roberto**
Justiça em imagens digitais In: XXI Seminário de Iniciação Científica - Prêmio UFF Vasconcellos Torres de Ciência e Tecnologia, 2011, Niterói (RJ).
Agenda Acadêmica 2011 - Resumos. Niterói (RJ): Pró-Reitoria de Pós-graduação, Pesquisa e Inovação (PROPI), 2011.
4. **FRAGALE FILHO, Roberto**
O Conselho Nacional de Justiça e seus possíveis impactos institucionais In: 35º Encontro anual da ANPOCS, 2011, Caxambu (MG).
35º Encontro anual da ANPOCS - Programa e resumos. São Paulo (SP): ANPOCS, 2011. p.291 -
5. OLIVEIRA, P. D.; PITA, P. D. S.; **FRAGALE FILHO, Roberto**
Justiça em imagens digitais: transparência ou espetacularização das cortes? In: XX Seminário de Iniciação Científica - Prêmio UFF Vasconcellos Torres de Ciência e Tecnologia, 2010, Niterói (RJ).
Agenda Acadêmica 2010 - Resumos. Niterói (RJ): Pró-Reitoria de Pós-graduação, Pesquisa e Inovação (PROPI), 2010.
6. **FRAGALE FILHO, Roberto; BARCANTE, L. F. S.**
Perto do mundo, longe da capital: acesso à Justiça e jurisdição trabalhista no Município de São João de Meriti In: XIX Seminário de Iniciação Científica e Prêmio UFF Vasconcellos Torres de Ciência e Tecnologia, 2009, Niterói (RJ).
Agenda Acadêmica 2009 - Resumos. Niterói (RJ): Universidade Federal Fluminense, 2009.
7. **FRAGALE FILHO, Roberto; BARCANTE, L. F. S.**
Perto do mundo, longe da capital: acesso à Justiça e jurisdição trabalhista no Município de São João de Meriti In: XVIII Seminário de Iniciação Científica e Prêmio UFF Vasconcellos Torres de Ciência e Tecnologia, 2008, Niterói (RJ).
Agenda Acadêmica 2008 - Resumos. Niterói (RJ): Universidade Federal Fluminense (UFF), 2008.
8. **FRAGALE FILHO, Roberto; SANTOS, Ana Oliveira dos; SOUTO, Fernanda Rocha**
Acesso à Justiça: Mapeando as Práticas dos Núcleos de Prática Jurídica dos Cursos de Direito da Região Metropolitana do Rio de Janeiro In: 17º Seminário de iniciação científica - Prêmio Vasconcellos Torres de ciência e tecnologia, 2007, Niterói.
17º Seminário de iniciação científica - Prêmio Vasconcellos Torres de ciência e tecnologia. Niterói (RJ): Pró-Reitoria de Pós-graduação e Pesquisa (PROPP), 2007.
9. **FRAGALE FILHO, Roberto**
Aprendendo a ser juiz: a contribuição de uma escola judicial In: XIII Congresso Brasileiro de Sociologia, 2007, Recife (PE).
Anais do XV Congresso Brasileiro de Sociologia, realizado em Curitiba-PR, de 26 a 29 de julho de 2011. Recife (PE): Sociedade Brasileira de Sociologia, 2007. v.1. p.346 -
10. **FRAGALE FILHO, Roberto; SILVA, Anna Carolina Pinheiro da Costa**
Um viés da discussão sobre o acesso à justiça: mapeando as práticas dos Núcleos de Prática Jurídica dos cursos de Direito da Região Metropolitana do Rio de Janeiro a partir da visão dos Coordenadores dos Núcleos In: 16º Seminário de iniciação científica - Prêmio Vasconcellos Torres de ciência e tecnologia, 2006, Niterói.
16º Seminário de iniciação científica - Prêmio Vasconcellos Torres de ciência e tecnologia. Niterói (RJ): Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa (PROPP), 2006.
11. **FRAGALE FILHO, Roberto; FONTAINHA, Fernando de Castro**
Informática nos tribunais e a teoria do risco global In: XII Congresso Brasileiro de Sociologia, 2005, Belo Horizonte.
Sociologia e realidade: pesquisa social no século XXI. Belo Horizonte: Sociedade Brasileira de Sociologia, 2005. p.152 -
12. HALIS, D. C.; **FRAGALE FILHO, Roberto**
O desafio à ortodoxia jurídica norte-americana: Oliver Wendell Holmes Jr. In: IV Mostra de Pós-graduação, 2003, Taubaté (SP).
VIII Encontro de Iniciação Científica e IV Mostra de Pós-graduação: programa e resumos.. Taubaté (SP): Universidade de Taubaté/PRPPG, 2003. p.215 -
13. **ALVIM, Joaquim Leonel de Rezende; FRAGALE FILHO, Roberto; OLIVEIRA, Danielle Fernandes de; PAIXÃO, Daniel Pugliese**
O ensino jurídico nas faculdades de direito do Município de Niterói In: 13º Seminário de Iniciação Científica e Prêmio UFF Vasconcellos Torres de Ciência e Tecnologia, 2003, Niterói.
13º Seminário de Iniciação Científica e Prêmio UFF Vasconcellos Torres de Ciência e Tecnologia. Niterói (RJ): Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, 2003.
14. HALIS, D. C.; **FRAGALE FILHO, Roberto**
Manuais que informam ou manuais que desinformam? O caso da Jurisprudência Sociológica e do Realismo Jurídico norte-americano nos livros de Direito no Brasil In: III Mostra de Pós-graduação, 2002, Taubaté (SP).
VII Encontro de Iniciação Científica e III Mostra de Pós-graduação: programa e resumos. Taubaté (SP): Universidade de Taubaté/PRPPG, 2002. p.216 -
15. **ALVIM, Joaquim Leonel de Rezende; FRAGALE FILHO, Roberto; SOARES, T. A.; OLIVEIRA, Danielle Fernandes de**
Missionários, mercadores ou empregados da fé? Uma discussão sobre o vínculo empregatício dos pastores evangélicos In: 12º Seminário de Iniciação Científica e Prêmio UFF Vasconcellos Torres de Ciência e Tecnologia, 2002, Niterói, RJ.
12º Seminário de Iniciação Científica e Prêmio UFF Vasconcellos Torres de Ciência e Tecnologia. Niterói, RJ: Universidade Federal Fluminense, 2002. p.271 -
16. **ALVIM, Joaquim Leonel de Rezende; FRAGALE FILHO, Roberto; MIRANDA, C. E. C. R.; SOARES, T. A.**
Missionários, mercadores ou empregados da fé: uma discussão sobre o vínculo empregatício dos pastores evangélicos In: 11º Seminário de Iniciação Científica e Prêmio UFF Vasconcellos Torres de Ciência e Tecnologia, 2001, Niterói, RJ.
11º Seminário de Iniciação Científica e Prêmio UFF Vasconcellos Torres de Ciência e Tecnologia. Niterói, RJ: Universidade Federal Fluminense, 2001. p.282 -
17. **ALVIM, Joaquim Leonel de Rezende; FRAGALE FILHO, Roberto; MONÇÃO, S. C. F.; MIRANDA, C. E. C. R.**
As transformações da categoria sócio-jurídica trabalho vistas por meio do discurso dos magistrados do trabalho In: 10º Seminário de Iniciação Científica e Prêmio UFF Vasconcellos Torres de Ciência e Tecnologia, 2000, Niterói, RJ.
10º Seminário de Iniciação Científica e Prêmio UFF Vasconcellos Torres de Ciência e Tecnologia. Niterói, RJ: Universidade Federal Fluminense, 2000. p.271 -
18. **ALVIM, Joaquim Leonel de Rezende; FRAGALE FILHO, Roberto; MONÇÃO, S. C. F.**
As transformações da categoria sócio-jurídica trabalho vistas através do discurso dos magistrados do trabalho In: 9º Seminário de Iniciação Científica e Prêmio UFF Vasconcellos Torres de Ciência e



Trabalhos publicados em anais de eventos (resumo expandido)

1. MOREIRA, Rafaela Selem; **FRAGALE FILHO, Roberto**
 Reconhecimento de direitos e acesso ao judiciário: uma revisão bibliográfica para estudo sobre variáveis determinantes em favelas cariocas In: II CONINTER. Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades. Globalização e Interdisciplinaridade.. 2013, Belo Horizonte (MG).
 II CONINTER. Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades. Globalização e Interdisciplinaridade.., 2013.

Artigos em jornal de notícias

1. **FRAGALE FILHO, Roberto**
 Afogando em petições online. Jota. <https://jota.info/>, 2017.
2. **FRAGALE FILHO, ROBERTO**
 Juizes e lixeiros. Jota. <https://jota.info/>, 2017.
3. **FRAGALE FILHO, Roberto**
 O boom dos projetos de história oral. Jota. <http://jota.info/>, 2016.
4. **FRAGALE FILHO, Roberto**; SCIAMMARELLA, A. P. O.
 Os difíceis caminhos da participação popular no sistema de justiça. Jota. <http://jota.info/>, 2016.
5. **FRAGALE FILHO, Roberto**
 Vida de juiz. Jota. <http://jota.info/>, 2016.
6. **FRAGALE FILHO, Roberto**
 Do abraço à ocupação. Jota. <http://jota.info/>, 2015.
7. **FRAGALE FILHO, Roberto**
 Em busca da memória judicial perdida. Jota. <http://jota.info/>, 2015.
8. VERONESE, Alexandre Kehrig; KOERNER, A.; ENGELMANN, Fabiano; **FONTAINHA, Fernando de Castro**; **FRAGALE FILHO, Roberto**
 Judiciário e Sociedade. Jota. <http://jota.info/>, 2015.
9. **FRAGALE FILHO, Roberto**
 Quando a sociedade vira insumo judicial. Jota. <http://jota.info/>, 2015.
10. KOERNER, A.; **FRAGALE FILHO, Roberto**
 Do controle externo à participação cidadã: 10 anos de CNJ. Jota. <http://jota.info/>, 2014.
11. **FRAGALE FILHO, Roberto**
 Diretrizes curriculares para o ensino jurídico: uma novela sem fim?. CM News. Marília, SP, 2003.

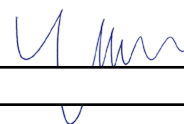
Artigos em revistas (Magazine)

1. **FRAGALE FILHO, Roberto**
 Escolhas pós-pandemia. Jota. <https://jota.info/>, 2020.
2. **FRAGALE FILHO, Roberto**
 Viagens ao redor de minhas telas. Jota. <https://jota.info/>, 2020.
3. **FRAGALE FILHO, Roberto**
 Concurso para juiz: algumas possibilidades de mudança. Jota. <https://jota.info/>, 2019.
4. **FRAGALE FILHO, ROBERTO**
 Desafios para recrutamento e formação de juizes. Jota. <https://www.jota.info/>, 2019.
5. **FRAGALE FILHO, ROBERTO**
 Um olhar estrangeiro: Perry Anderson e o Brasil pós-Plano Real. Jota. <https://jota.info/>, 2019.
6. **FRAGALE FILHO, Roberto**
 O que aconteceu com a literatura jurídica?. Jota. <https://jota.info/>, 2018.
7. **FRAGALE FILHO, Roberto**
 Do abraço à ocupação: breve esforço de compreensão. No Mérito. Rio de Janeiro (RJ), p.12 - 13, 2015.
8. **FRAGALE FILHO, Roberto**
 Representando a magistratura: o caso da França. No Mérito. Rio de Janeiro (RJ), p.14 - 15, 2013.
9. **FRAGALE FILHO, Roberto**
 Direitos sobre a Internet. Revista i-coletiva. Rio de Janeiro, RJ, v.5, 2003.
10. **FRAGALE FILHO, Roberto**
 MEC torna público relatório sobre proposta de alteração das normas que regulamentam oferta de EAD no nível Superior. Revista i-coletiva. Rio de Janeiro, RJ, v.5, 2003.

Demais produções bibliográficas

1. **FRAGALE FILHO, Roberto**
 O cidadão virtual. Rio de Janeiro (RJ):Fundação Konrad Adenauer, 2003. (Artigo, Tradução)
2. **FRAGALE FILHO, Roberto**; **ALVIM, Joaquim Leonel de Rezende**
 A questão do futuro do Direito do Trabalho: Visão da Europa. Rio de Janeiro:Edições Trabalhistas, 2000. (Artigo, Tradução)
3. **FRAGALE FILHO, Roberto**
 Cidadania e Imigração. Porto Alegre:Síntese, 1999. (Artigo, Tradução)
4. **FRAGALE FILHO, ROBERTO**
 Para que serve o Direito?.. 2017. (Outro, Tradução)
5. **FRAGALE FILHO, ROBERTO**
 Prefácio. Rio de Janeiro:Autografia, 2018. (Prefácio, Prefácio Posfácio)
6. **FRAGALE FILHO, Roberto**
 Prefácio. Lisboa (Portugal):Juruá, 2016. (Prefácio, Prefácio Posfácio)
7. **FRAGALE FILHO, Roberto**
 Prefácio. Curitiba (PR):Juruá, 2015. (Prefácio, Prefácio Posfácio)
8. **FRAGALE FILHO, Roberto**
 Apresentação. Belo Horizonte (MG):Editora Fórum, 2011. (Apresentação, Prefácio Posfácio)
9. **FRAGALE FILHO, Roberto**
 Os desafios da formação de magistrados trabalhistas no Brasil. Working paper. Coimbra:Centro de Estudos Sociais (CES), 2012. (Outra produção bibliográfica)
10. **FRAGALE FILHO, Roberto**
 Execução contra a Fazenda Pública. Resenha. Porto Alegre:Síntese, 2000. (Outra produção bibliográfica)

1. FRAGALE FILHO, Roberto
Parecer de avaliação de artigo para a Revista Direito e Liberdade, 2021
2. FRAGALE FILHO, Roberto
Parecer de avaliação de artigo para a Revista Direito e Liberdade, 2020
3. FRAGALE FILHO, Roberto
Parecer de avaliação de artigo para Revista Chilena de Derecho del Trabajo y de la Seguridad Social, 2020
4. FRAGALE FILHO, Roberto
Digital Governance in Municipalities Worldwide: A longitudinal assessment of municipal websites throughout the world, 2018
5. FRAGALE FILHO, Roberto
Parecer de avaliação (AEX - Edital nº 15/2018 - Seleção 2018/2019), 2018
6. FRAGALE FILHO, Roberto
Parecer de avaliação de artigo para Revista de Estudos Empíricos em Direito, 2018
7. FRAGALE FILHO, Roberto
Parecer de avaliação de artigo para Revista de Informação Legislativa, 2018
8. FRAGALE FILHO, Roberto
Parecer de avaliação de artigo para Revista Brasileira de Sociologia, 2017
9. FRAGALE FILHO, Roberto
Parecer de avaliação de dois artigos para Revista Brasileira de Pós-Graduação (RBPg), 2017
10. FRAGALE FILHO, Roberto
Parecer de avaliação de artigo para Revista de Estudos Empíricos em Direito, 2016
11. FRAGALE FILHO, Roberto
Parecer de avaliação de artigo para Revista de Informação Legislativa, 2016
12. FRAGALE FILHO, Roberto
Parecer de avaliação de artigo para Revista Direito GV, 2016
13. FRAGALE FILHO, Roberto
Parecer de avaliação de artigo para revista Estudos Históricos, 2016
14. FRAGALE FILHO, Roberto
Parecer de avaliação (Doutorado Pleno no Exterior 2016), 2016
15. FRAGALE FILHO, Roberto
Parecer de avaliação de artigo para Revista de Estudos Empíricos em Direito, 2015
16. FRAGALE FILHO, ROBERTO
Parecer de avaliação de artigo para Revista de Sociologia e Política, 2015
17. FRAGALE FILHO, Roberto
Parecer de avaliação de artigo para Revista Debates, 2014
18. FRAGALE FILHO, Roberto
Parecer de avaliação de dois artigos para Revista Direito GV, 2012
19. FRAGALE FILHO, Roberto
Parecer de avaliação do Prêmio Economia Criativa - Edital de apoio à pesquisa em Economia Criativa, 2012
20. FRAGALE FILHO, Roberto
Parecerista da avaliação de cursos superiores do Guia do Estudante da Editora Abril, 2012
21. FRAGALE FILHO, Roberto
Avaliador do Edital Jovens Pesquisadores, 2011
22. FRAGALE FILHO, Roberto
Parecer de avaliação de artigo para Revista Opinião Jurídica, 2011
23. FRAGALE FILHO, Roberto
Parecer de avaliação de sete artigos para XX Congresso Nacional do CONPEDI, 2011
24. FRAGALE FILHO, Roberto
Parecerista da avaliação de cursos superiores do Guia do Estudante da Editora Abril, 2011
25. FRAGALE FILHO, Roberto
Parecer de avaliação de artigo para Revista Videre, 2010
26. FRAGALE FILHO, Roberto
Parecerista da avaliação de cursos superiores do Guia do Estudante da Editora Abril, 2010
27. FRAGALE FILHO, Roberto
Nota técnica sobre a proposta de regulamentação sobre concursos públicos para ingresso na magistratura elaborada pelo Conselho Nacional de Justiça em março de 2009, 2009
28. FRAGALE FILHO, Roberto
Parecerista da avaliação de cursos superiores do Guia do Estudante da Editora Abril, 2009
29. FRAGALE FILHO, Roberto
Parecer de avaliação de artigo para Educação Profissional: Ciência e Tecnologia, 2008
30. FRAGALE FILHO, Roberto
Parecerista da avaliação de cursos superiores do Guia do Estudante da Editora Abril, 2008
31. FRAGALE FILHO, Roberto
Parecerista do Comitê avaliador no processo seletivo do Programa de Incentivo à Produção Científica, Técnica e Artística - Prociência, 2008
32. FRAGALE FILHO, Roberto
Parecer da Comissão de Priorização das candidaturas do Doutorado Pleno no Exterior - Demais Países, 2007
33. FRAGALE FILHO, Roberto
Parecerista ad hoc do Conselho Editorial da Universidade Vale do Itajaí, 2007
34. FRAGALE FILHO, Roberto
Parecerista da avaliação de cursos superiores do Guia do Estudante da Editora Abril, 2007
35. FRAGALE FILHO, Roberto
Formation de Formateurs (Relatório de participação em curso promovido pela École Nationale de la Magistrature - França), 2006
36. FRAGALE FILHO, Roberto
Parecerista da avaliação de cursos superiores do Guia do Estudante da Editora Abril, 2006
37. FRAGALE FILHO, Roberto; [ALVIM, Joaquim Leonel de Rezende](#)
Avaliação das Condições Iniciais de Oferta para Autorização do Curso de Direito no Campus de Sobradinho da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), 2005
38. FRAGALE FILHO, Roberto
Entrevistas para Doutorado Pleno no Exterior, 2005
39. PEDERNEIRAS, Mário Portugal; FRAGALE FILHO, Roberto; SANT'ANNA, Alayde Avelar Freire; SOUSA JUNIOR, José Geraldo de; MEDINA, Paulo Roberto de Góuêa; ARAGÃO, Raimundo César Brito;



40. COSTA, Celso José da; **FRAGALE FILHO, Roberto**
Avaliação das condições para credenciamento do Centro Universitário Campos de Andrade para oferta de curso de Especialização a distância e autorização de oferta do curso de Especialização de Formação de Profissionais para Educação a Distância, 2004
41. MAIA, Carmem; **FRAGALE FILHO, Roberto**; SOUZA, José Vieira de; SOUSA, Carmélia Anna Amaral
Avaliação das condições para credenciamento do Centro Universitário Newton Lins para oferta de cursos de graduação a distância e autorização de oferta dos cursos de graduação em Direito, Economia, Ciências Contábeis, Administração de Empresas, Turismo, Jornalismo, Publicidade e Propaganda, Relações Públicas e Pedagogia., 2004
42. **FRAGALE FILHO, Roberto**; FREITAS, Roberto Fernando de Souza; ANDRADE, Maria Lúcia Rehder de
Avaliação Institucional das Faculdades Integradas de Amparo (FIA) para fins de transformação em Centro Universitário, 2004
43. **FRAGALE FILHO, Roberto**
Entrevistas para Doutorado Pleno no Exterior, 2004
44. **FRAGALE FILHO, Roberto**; KOZICKI, K.
Avaliação das Condições Iniciais para Autorização do Curso de Direito da União das Faculdades Alfredo Nasser (UNIFAN), 2003
45. **FRAGALE FILHO, Roberto**; MAIA, Carmem
Avaliação das Condições para Credenciamento da Universidade Tiradentes para Oferta de Programa de Pós-graduação Lato Sensu a Distância, 2003
46. **FRAGALE FILHO, Roberto**; AMORIM, T. N. G. F.
Avaliação do Pedido de Aumento de Vagas com Implantação de Turno Matutino para os Cursos de Administração e Direito, 2003
47. **FRAGALE FILHO, Roberto**; TESSLER, L. R.; COELHO, M. J.
Avaliação Institucional da Faculdade Integrada da Bahia (FIB) para fins de transformação em Centro Universitário, 2003
48. **FRAGALE FILHO, Roberto**
Entrevistas para Doutorado Pleno no Exterior, 2003
49. **FRAGALE FILHO, Roberto**; SOARES, F. M.
Relatório de Avaliação Externa - Programa de Avaliação Institucional da Fundação Educacional Serra dos Órgãos, 2003
50. **FRAGALE FILHO, Roberto**; CORRÊA, J. M.
Avaliação das Condições de Ensino do Curso de Direito do Centro de Ensino Superior Unificado de Brasília (CESUBRA), 2002
51. COSTAS, J. M. M.; **FRAGALE FILHO, Roberto**; FIGUEIREDO, L. M.
Avaliação das Condições para Credenciamento da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais para Oferta de Programa de Pós-graduação Lato Sensu a Distância, 2002
52. **FRAGALE FILHO, Roberto**
Entrevistas para Doutorado Pleno no Exterior, 2002
53. **FRAGALE FILHO, Roberto**; KEGEL, P. L.
Avaliação das Condições de Oferta do Curso de Direito da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (Poços de Caldas), 2001
54. **FRAGALE FILHO, Roberto**; OLIVEIRA, O. M. B. A.
Avaliação das Condições de Oferta do Curso de Direito da Universidade São Marcos, 2001
55. SCAFF, F. F.; **FRAGALE FILHO, Roberto**
Avaliação das Condições Iniciais de Oferta do Curso de Direito das Faculdades de Campinas, 2001
56. **FRAGALE FILHO, Roberto**; GOMES, L. V. B.; ROVER, A. J.
Avaliação do Pedido de Credenciamento da Universidade Braz Cubas com vistas à Autorização para Oferta na Modalidade a Distância de Disciplinas nos Cursos de Graduação, 2001
57. **FRAGALE FILHO, Roberto**; NUNES, D. J.; LOULA, R. C.
Avaliação do Projeto de Implantação de Turno Matutino dos Cursos de Administração, Direito e Sistemas de Informação da Faculdade EuroAmericana, 2001
58. FREITAS, Roberto Fernando de Souza; **FRAGALE FILHO, Roberto**; SCHONS, C. R.; NUNES, D. J.; VIEIRA, E. T.; MORAIS, M. C. B.
Avaliação do Projeto de Instalação de Novo Campus pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná na Cidade de Londrina, 2001
59. **FRAGALE FILHO, Roberto**; SUÑÉ, L. S. V. S.
Avaliação do Projeto de Transformação da Faculdade Alvorada de Informática e Processamento de Dados e da Faculdade Alvorada de Educação Física e de Desportos em Centro Universitário Alvorada, 2001
60. ZUCCO, C.; **FRAGALE FILHO, Roberto**
Avaliação do Projeto de Transformação das Faculdades Metodistas Integradas Izabela Hendrix em Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix, 2001
61. FREITAS, Roberto Fernando de Souza; **FRAGALE FILHO, Roberto**
Avaliação do Projeto de Transformação do Centro de Ensino Superior do Pará em Centro Universitário do Pará, 2001
62. **FRAGALE FILHO, Roberto**
Avaliação das Condições de Oferta do Curso de Direito do Centro Universitário do Espírito Santo, 2000
63. **FRAGALE FILHO, Roberto**; VENDRAMINI, S. M. M.
Avaliação das Condições de Oferta do Curso de Direito do Centro Universitário do Norte Paulista, 2000
64. **FRAGALE FILHO, Roberto**; LOIS, C. C.
Avaliação das Condições Iniciais de Oferta do Curso de Direito do Centro Universitário Nossa Senhora do Patrocínio, 2000
65. BOUCAULT, C. E. A.; **FRAGALE FILHO, Roberto**
Avaliação das Condições Iniciais de Oferta do Curso de Direito do Instituto de Ensino Superior de Fortaleza, 2000
66. **FRAGALE FILHO, Roberto**; ARAÚJO, S. L. S.
Avaliação das Condições de Oferta do Curso de Direito da Universidade de Sorocaba, 1999
67. **ALVIM, Joaquim Leonel de Rezende**; **FRAGALE FILHO, Roberto**
Avaliação das Condições de Oferta do Curso de Direito da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul, 1999
68. **FRAGALE FILHO, Roberto**; MANIGLIA, E.
Avaliação das Condições de Oferta do Curso de Direito da Universidade Federal de Sergipe, 1999
69. **FRAGALE FILHO, Roberto**; COSTA, P. S. W.
Avaliação das Condições de Oferta do Curso de Direito da Universidade Federal do Acre, 1999
70. **FRAGALE FILHO, Roberto**; MARTINS, R. D.
Avaliação das Condições de Oferta do Curso de Direito da Universidade Federal do de Mato Grosso, 1999
71. **ALVIM, Joaquim Leonel de Rezende**; **FRAGALE FILHO, Roberto**
Avaliação das Condições de Oferta do Curso de Direito da Universidade da Cidade de São Paulo, 1998



1. FRAGALE FILHO, ROBERTO
Alteridade: aula e oficinas, 2019. (Outro, Curso de curta duração ministrado)
2. FRAGALE FILHO, Roberto; RICHA, M.; TRINDADE, R.
Tutoria em Eticidade (24º CFI), 2019. (Outro, Curso de curta duração ministrado)
3. FRAGALE FILHO, ROBERTO; RICHA, M.; TRINDADE, R.
Tutoria em Eticidade (25º CFI), 2019. (Outro, Curso de curta duração ministrado)
4. FRAGALE FILHO, Roberto
CJ 829: Trends and Court Planning, 2018. (Outro, Curso de curta duração ministrado)
5. FRAGALE FILHO, Roberto; LOPES, Lila Carolina
Laboratório Judicial - Oficina de Instrução Processual (22º CFI), 2017. (Outro, Curso de curta duração ministrado)
6. FRAGALE FILHO, ROBERTO; LOPES, Lila Carolina
Laboratório Judicial - Oficina de Instrução Processual (23º CFI), 2017. (Outro, Curso de curta duração ministrado)
7. FRAGALE FILHO, Roberto; RAMOS, Alexandre Luiz
Laboratório Judicial - Oficina de Decisão Judicial (21º CFI), 2016. (Outro, Curso de curta duração ministrado)
8. FRAGALE FILHO, Roberto; PESSOA, F.
Laboratório Judicial - Oficina de Decisão Processual (20º CFI), 2015. (Outro, Curso de curta duração ministrado)
9. FRAGALE FILHO, Roberto
Magistratura: uma profissão em mutação, 2014. (Outro, Curso de curta duração ministrado)
10. FRAGALE FILHO, ROBERTO
O papel das escolas de magistratura na formação dos magistrados, 2014. (Outro, Curso de curta duração ministrado)
11. FRAGALE FILHO, Roberto
O sistema de formação profissional no judiciário trabalhista, 2013. (Outro, Curso de curta duração ministrado)
12. FRAGALE FILHO, Roberto; FRIEDMAN, Joel
A comparative examination of selected labor and employment law issues, 2012. (Outro, Curso de curta duração ministrado)
13. FRAGALE FILHO, Roberto
Formação de tutores para formação inicial, 2012. (Outro, Curso de curta duração ministrado)
14. FRAGALE FILHO, Roberto; FRIEDMAN, Joel
A comparative examination of selected labor and employment law issues, 2011. (Outro, Curso de curta duração ministrado)
15. FRAGALE FILHO, Roberto
Ensino do Direito e estratégias pedagógicas, 2011. (Outro, Curso de curta duração ministrado)
16. FRAGALE FILHO, Roberto
Direito do Trabalho: reinventando a regulação da subordinação, 2009. (Especialização, Curso de curta duração ministrado)
17. FRAGALE FILHO, Roberto
Perto do mundo, longe da Capital: acesso à Justiça e jurisdição trabalhista no Município de São João de Meriti, 2009. (Relatório de pesquisa)
18. FRAGALE FILHO, Roberto
As diretrizes curriculares e seu impacto na organização didático-pedagógica dos cursos jurídicos, 2006. (Outro, Curso de curta duração ministrado)
19. FRAGALE FILHO, Roberto
Brazilian Labor Law, 2006. (Outro, Curso de curta duração ministrado)
20. FRAGALE FILHO, Roberto
Universalidade dos direitos sociais em um mundo globalizado, 2006. (Especialização, Curso de curta duração ministrado)

Produção artística/cultural

Artes Visuais

1. FRAGALE FILHO, Roberto
Evento: Délio Barreto de Albuquerque Maranhão: um juiz de verdade, 2015. Local Evento: Centro Cultural do Tribunal Regional do Trabalho da Primeira Região. Cidade do evento: Rio de Janeiro (RJ). País: Brasil. Instituição promotora: Tribunal Regional do Trabalho da Primeira Região. Tipo de evento: Apresentação.

Atividade dos autores: Roteirista. Temporada: 14/05/2015 a 10/7/2015.

Orientações e Supervisões

Orientações e supervisões

Orientações e supervisões concluídas

Dissertações de mestrado: orientador principal

1.  Fabiano Fernandes Luzes. **Do Populismo ao Neopopulismo no Brasil: Uma inflexão na sistematização da tutela de direitos trabalhistas e um caminhar para sua desregulamentação.** 2021. Dissertação (Sociologia e Direito) - Universidade Federal Fluminense
2.  Nathalya Royer. **A vida não é justa? A trajetória de Andréa Pachá, uma juíza que esteve no Conselho Nacional de Justiça.** 2019. Dissertação (Sociologia e Direito) - Universidade Federal Fluminense
3.  Ana Letícia Domingues Jacinto. **Condições de Trabalho dos Rodoviários do Rio de Janeiro: Apropriações sociojurídicas de uma categoria em movimento.** 2019. Dissertação (Sociologia e Direito) - Universidade Federal Fluminense
4. 



-  Adriana Avelar Alves. **Onde estão os(as) juizes(as) negros(as) no Brasil? Recorte na magistratura brasileira: perspectivas sociais e políticas.** 2010. Dissertação (Sociologia e Direito) - Universidade Federal Fluminense
Inst. financiadora: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
5.  Thais Lemos dos Santos. **Cartografia de uma disciplina (ou de uma matéria ou, ainda, de um conteúdo): a Sociologia Jurídica no mundo acadêmico do direito.** 2018. Dissertação (Sociologia e Direito) - Universidade Federal Fluminense
6.  Tayssa Botelho dos Santos. **Esse é tempo de trabalhos partidos: vestígios da fissuração no local de trabalho brasileiro.** 2016. Dissertação (Direito Constitucional) - Universidade Federal Fluminense
Inst. financiadora: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
7.  Ana Paula de Oliveira Sciammarella. **Quando gênero se dilui em competência (judiciária).** 2014. Dissertação (Sociologia e Direito) - Universidade Federal Fluminense
Inst. financiadora: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
8. Flávio Henrique de Melo. **A gestão em vara judicial sob a visão do juiz pró-ativo.** 2012. Dissertação (Poder Judiciário) - Fundação Getúlio Vargas
9. Fernando Jorge Cassar. **As comissões de conciliação prévia na Justiça do Trabalho: uma abordagem sobre sua importância e o esvaziamento ao longo da última década de sua vigência.** 2012. Dissertação (Poder Judiciário) - Fundação Getúlio Vargas
10. Izabel Saenger Nuñez. **Dogmas e doutrinas: verdades consagradas e interpretações sobre o Tribunal do Júri.** 2012. Dissertação (Ciências Jurídicas e Sociais) - Universidade Federal Fluminense
11. Rodolfo José Guimarães Cavalcanti. **A TV digital brasileira a serviço do processo judicial eletrônico: o ambiente de interatividade da TV digital brasileira como proposta para um modelo na gravação de audiência das varas federais criminais.** 2011. Dissertação (Poder Judiciário) - Fundação Getúlio Vargas
12. Mag Carvalho Paletta. **Audiência de conciliação nos Juizados Especiais Cíveis cariocas: obstáculo ou solução?** 2011. Dissertação (Poder Judiciário) - Fundação Getúlio Vargas
13. Adel Américo Dias de Oliveira. **Alguns fatores limitadores da celeridade da prestação jurisdicional no âmbito dos Juizados Especiais Federais da 4ª Região.** 2010. Dissertação (Poder Judiciário) - Fundação Getúlio Vargas
14. Rosângela do Carmo Olivieri. **Autos eletrônicos na Justiça Federal da 2ª Região: a contribuição do processo eletrônico na redução do tempo de tramitação dos processos.** 2010. Dissertação (Poder Judiciário) - Fundação Getúlio Vargas
15. Monique Geller Moszkowicz. **O papel das Escolas de Magistratura na seleção e formação do magistrado contemporâneo.** 2010. Dissertação (Poder Judiciário) - Fundação Getúlio Vargas
16. Ricardo Fioreze. **Gestão processual em Varas do Trabalho: instrumento de concretização dos direitos fundamentais à efetividade da atividade jurisdicional e à razoável duração do processo.** 2009. Dissertação (Poder Judiciário) - Fundação Getúlio Vargas
17. Neusa Libera Lodi. **Liquidação da sentença exclusivamente pela secretaria da Vara: um avanço na celeridade da execução trabalhista.** 2009. Dissertação (Poder Judiciário) - Fundação Getúlio Vargas
18.  Francisco Ubiratan Conde Barreto Junior. **Mudanças institucionais no Poder Judiciário: um estudo de caso sobre a implantação da qualidade nos tribunais.** 2009. Dissertação (Ciências Jurídicas e Sociais) - Universidade Federal Fluminense
19.  Rodolfo Liberato de Noronha. **Nos corredores dos tribunais: um estudo sobre novas arquiteturas judiciais.** 2009. Dissertação (Ciências Jurídicas e Sociais) - Universidade Federal Fluminense
Inst. financiadora: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
20.  Fernanda Andrade Almeida. **De liberal a social: os debates acerca do direito de resistência na Assembleia Nacional Constituinte de 1987/1988.** 2008. Dissertação (Ciências Jurídicas e Sociais) - Universidade Federal Fluminense
Inst. financiadora: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
21. Lina Lúcia Queiroz Ponce. **Espelho, espelho meu, que professor - de sociologia jurídica - sou eu? Análise da identidade docente e sua reflexividade.** 2006. Dissertação (Ciências Jurídicas e Sociais) - Universidade Federal Fluminense
22.  Fernando de Castro Fontainha. **O empreendedor como novo tipo de juiz: um diagnóstico a partir da informatização dos tribunais brasileiros.** 2006. Dissertação (Ciências Jurídicas e Sociais) - Universidade Federal Fluminense
Inst. financiadora: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
23.  Pedro Heitor Barros Geraldo. **O Senador e o Bispo: encontros e desencontros na ante-sala da política.** 2006. Dissertação (Ciências Jurídicas e Sociais) - Universidade Federal Fluminense
Inst. financiadora: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
24. Rita de Cássia Paula Pereira. **Descobrimo Santo Ivo: a construção das identidades dos defensores públicos do Estado do Rio de Janeiro.** 2005. Dissertação (Ciências Jurídicas e Sociais) - Universidade Federal Fluminense
Inst. financiadora: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
25.  Ellen Simas Gonçalves Coutinho. **Relativizando a noção de direito adquirido: um olhar exemplificativo a partir da reforma da Previdência Social.** 2005. Dissertação (Ciências Jurídicas e Sociais) - Universidade Federal Fluminense
Inst. financiadora: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
26.  Magnae Latitia Brito dos Reis de Oliveira. **O e-mail e o ambiente de trabalho: poder empregatício e direito à privacidade.** 2004. Dissertação (Ciências Jurídicas e Sociais) - Universidade Federal Fluminense
Inst. financiadora: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
27.  Lidia Caldeira Lustosa Cabral. **O princípio constitucional da gestão democrática do ensino público: um olhar sobre o ensino fundamental da Cidade do Rio de Janeiro.** 2004. Dissertação (Ciências Jurídicas e Sociais) - Universidade Federal Fluminense
28.  Fernanda Maria da Costa Vieira. **Presos em nome da lei? Estado penal e criminalização do MST.** 2004. Dissertação (Ciências Jurídicas e Sociais) - Universidade Federal Fluminense
Inst. financiadora: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
29. Cíntia Muniz de Souza. **Balcão de Direitos: uma experiência de acesso à justiça para comunidades de baixa renda.** 2003. Dissertação (Ciências Jurídicas e Sociais) - Universidade Federal Fluminense
Inst. financiadora: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
30.  Alexandre Albernaz Bibiani. **Inspecção do Trabalho e sua trajetória no Brasil: articulações possíveis entre cidadania e trabalho.** 2003. Dissertação (Ciências Jurídicas e Sociais) - Universidade Federal Fluminense



31.  Denis de Castro Halis. **Oliver Wendell Holmes Jr.: o grande dissidente molda a América**. 2003. Dissertação (Ciências Jurídicas e Sociais) - Universidade Federal Fluminense
Inst. financiadora: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
32. Felipe de Santa Cruz Oliveira. **Tempo de trabalho & trabalho bancário: os impasses de uma relação outrora sincrônica**. 2003. Dissertação (Ciências Jurídicas e Sociais) - Universidade Federal Fluminense
Inst. financiadora: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
33.  Teresa Cristina D'Almeida Basteiro. **Os novos usos da greve**. 2002. Dissertação (Ciências Jurídicas e Sociais) - Universidade Federal Fluminense

Teses de doutorado: orientador principal

1.  Amanda Alves de Souza. **Prática, Extensão ou Clínica no Direito: Limites e possibilidades de (re)invenção do campo do ensino jurídico**. 2020. Tese (Sociologia e Direito) - Universidade Federal Fluminense
2.  Ana Paula de Oliveira Sciammarella. **Magistratura das Magistradas: Uma análise da condição profissional feminina no judiciário fluminense**. 2019. Tese (Sociologia e Direito) - Universidade Federal Fluminense
Inst. financiadora: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
3.  Carolina Pereira Lins Mesquita. **O espiritismo terapêutico e sua judicialização: estudo de caso dos trabalhos espirituais de João de Deus, na casa de Dom Inácio de Loyola, em Abadiânia, Goiás**. 2018. Tese (Sociologia e Direito) - Universidade Federal Fluminense
4.  Rafaela Selem Moreira. **Do acesso à justiça para a cidadania à construção da cidadania para a justiça: decodificando o potencial da justiça itinerante**. 2017. Tese (Sociologia e Direito) - Universidade Federal Fluminense
Inst. financiadora: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
5.  Juliana Livia Antunes da Rocha. **Audiências públicas no Supremo Tribunal Federal: da tecnicidade à democracia?**. 2016. Tese (Ciências Jurídicas e Sociais) - Universidade Federal Fluminense
6.  Amanda Alves de Souza. **Ensino jurídico e perfis docentes: uma análise das disputas no campo do ensino jurídico e da relação entre teoria e prática**. 2016. Tese (Sociologia e Direito) - Universidade Federal Fluminense
7.  Cristiana Vianna Veras. **Um estranho na orquestra, um ruído na música: a apropriação da mediação pelo poder judiciário a partir de uma experiência no Cejusc do TJRJ**. 2015. Tese (Sociologia e Direito) - Universidade Federal Fluminense
8.  Rodolfo de Liberato Noronha. **Dentro do tribunal, fora do processo: análise empírica do Prêmio Inovare**. 2014. Tese (Sociologia e Direito) - Universidade Federal Fluminense
9.  Fernanda Andrade Almeida. **O juiz "bicho-papão" e a "lei em movimento": um caso de judicialização à brasileira**. 2013. Tese (Sociologia e Direito) - Universidade Federal Fluminense
Inst. financiadora: Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do RJ

Monografias de conclusão de curso de aperfeiçoamento/especialização

1. Guilherme Eugênio de Vasconcellos. **A autonomia e o controle externo da ANATEL**. 2005. Monografia (Direito das Telecomunicações) - Centro Universitário da Cidade

Trabalhos de conclusão de curso de graduação

1. Lucas Vieira de Abreu Almeida. **O morro do Palácio e a meta 6.B do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável n. 6 para a Agenda 2030 da ONU**. 2021. Curso (Direito) - Universidade Federal Fluminense
2. Nathália Sanglard de Almeida Nogueira. **A travessia jagunça sob a perspectiva da sociologia jurídica: uma análise a partir do Grande Sertão: Veredas**. 2010. Curso (Direito) - Universidade Federal Fluminense
3. Laís Moura Simões. **O papel da prática jurídica no curso de direito**. 2010. Curso (Direito) - Universidade Federal Fluminense
4. Rita de Cássia Paula Pereira. **Por uma política pública de acesso à justiça: breves considerações acerca da construção das defensorias públicas no Brasil**. 2010. Curso (Direito) - Universidade Federal Fluminense
5. Luiza Félix de Souza Barçante. **Acesso à Justiça e o princípio do jus postulandi na Justiça do Trabalho**. 2009. Curso (Direito) - Universidade Federal Fluminense
6. Mariana Oliveira Neves. **O acesso à Justiça e as Comissões de Conciliação Prévia**. 2009. Curso (Direito) - Universidade Federal Fluminense
7. Felipe Dutra Asensi. **Entre o formalismo e a realidade social: pensando o Ministério Público na efetivação do direito à saúde**. 2007. Curso (Direito) - Universidade Federal Fluminense
8. Paula Lima Barcelos de Souza. **A escravidão contemporânea por dívida, no Brasil: soluções possíveis**. 2006. Curso (Direito) - Universidade Federal Fluminense
9. Viviane Silva da Costa. **A problemática do acesso à justiça: garantia de acesso ao sistema judiciário ou efetividade na construção de resultados justos**. 2006. Curso (Direito) - Universidade Federal Fluminense
10. Juliana Ferraz de Oliveira Carreira. **Atividade insalubre: contradição entre as normas de Direito do Trabalho e Direito Previdenciário**. 2006. Curso (Direito) - Universidade Federal Fluminense
11. Cleber de Oliveira Tavares Neto. **A desterritorialização do capital e a política tributária do Estado nacional em uma perspectiva baumaniana**. 2006. Curso (Direito) - Universidade Federal Fluminense
12. Clarissa Souza Muniz de Abreu. **Privacidade, controle e o impacto da tecnologia no ambiente de trabalho**. 2006. Curso (Direito) - Universidade Federal Fluminense
13. André Casotti Louzada. **Ensino jurídico no Brasil: evolução das diretrizes curriculares e novas perspectivas**. 2005. Curso (Direito) - Universidade Federal Fluminense
14. Letícia Gonçalves Dutra. **Teoria do Medalhão e uma especulação sobre o bom jurista aos olhos de Machado**. 2005. Curso (Direito) - Universidade Federal Fluminense
15. Priscilla Gershon. **Cooperativismo e direito do trabalho: os (des)caminhos de uma reconfiguração jurídica**. 2004. Curso (Direito) - Universidade Federal Fluminense



17. Ellen Simas Gonçalves Coutinho. **Acesso à Justiça: novas perspectivas e experiências**. 2003. Curso (Direito) - Universidade Federal Fluminense

Iniciação científica

1. Paula Durão de Oliveira. **Justiça em imagens digitais: transparência ou espetacularização das cortes?**. 2011. Iniciação científica (Direito) - Universidade Federal Fluminense
Inst. financiadora: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
2. Patrícia Daniele dos Santos Pita. **Justiça em imagens digitais: transparência ou espetacularização das cortes?**. 2011. Iniciação científica (Direito) - Universidade Federal Fluminense
Inst. financiadora: Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do RJ
3. Rogério Sganzerla. **Regulação profissional da magistratura: o novo Estatuto da Magistratura e a construção de uma identidade profissional**. 2010. Iniciação científica (Direito) - Fundação Getúlio Vargas
4. Maria Luiza Atem. **Regulação profissional da magistratura: o novo Estatuto da Magistratura e a construção de uma identidade profissional**. 2010. Iniciação científica (Direito) - Fundação Getúlio Vargas
Inst. financiadora: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
5. Mariana Oliveira Neves. **Perto do mundo, longe da Capital: acesso à Justiça e jurisdição trabalhista no Município de São João de Meriti**. 2009. Iniciação científica (Direito) - Universidade Federal Fluminense
6. Luiza Félix de Souza Barçante. **Perto do mundo, longe da Capital: acesso à Justiça e jurisdição trabalhista no Município de São João de Meriti**. 2009. Iniciação científica (Direito) - Universidade Federal Fluminense
Inst. financiadora: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
7. Laís Moura Simões. **Perto do mundo, longe da Capital: acesso à Justiça e jurisdição trabalhista no Município de São João de Meriti**. 2009. Iniciação científica (Direito) - Universidade Federal Fluminense
Inst. financiadora: Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do RJ
8. Ana Letícia Oliveira dos Santos. **Acesso à Justiça: Mapeando as Práticas dos Núcleos de Prática Jurídica dos Cursos de Direito da Região Metropolitana do Rio de Janeiro**. 2007. Iniciação científica (Direito) - Universidade Federal Fluminense
Inst. financiadora: Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do RJ
9. Ana Letícia Oliveira dos Santos. **Acesso à Justiça: mapeando as práticas dos Núcleos de Prática Jurídica dos cursos de direito da Região Metropolitana do Rio de Janeiro**. 2006. Iniciação científica (Direito) - Universidade Federal Fluminense
Inst. financiadora: Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do RJ
10. Fernanda Rocha Souto. **Acesso à Justiça: mapeando as práticas dos Núcleos de Prática Jurídica dos cursos de direito da região metropolitana do Rio de Janeiro**. 2006. Iniciação científica (Direito) - Universidade Federal Fluminense
Inst. financiadora: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
11. Anna Carolina Pinheiro da Costa Silva. **Acesso à Justiça: mapeando as práticas dos Núcleos de Prática Jurídica dos cursos de direito da Região Metropolitana do Rio de Janeiro**. 2005. Iniciação científica (Direito) - Universidade Federal Fluminense
Inst. financiadora: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
12. Daniel Pugliese Paixão. **O ensino jurídico nas Faculdades de Direito do Município de Niterói**. 2003. Iniciação científica (Direito) - Universidade Federal Fluminense
Inst. financiadora: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
13. Danielle Fernandes de Oliveira. **O ensino jurídico nas Faculdades de Direito do Município de Niterói**. 2003. Iniciação científica (Direito) - Universidade Federal Fluminense
Inst. financiadora: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
14. Danielle Fernandes de Oliveira. **Missionários, mercadores ou empregados da fé? Um estudo sobre o vínculo de emprego dos pastores evangélicos**. 2002. Iniciação científica (Direito) - Universidade Federal Fluminense
Inst. financiadora: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
15. Tatiana Alves Soares. **Missionários, mercadores ou empregados da fé? Um estudo sobre o vínculo de emprego dos pastores evangélicos**. 2002. Iniciação científica (Direito) - Universidade Federal Fluminense
Inst. financiadora: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
16. Carlos Eduardo Campos Ribeiro Miranda. **Missionários, mercadores ou empregados da fé? Um estudo sobre o vínculo de emprego dos pastores evangélicos**. 2001. Iniciação científica (Direito) - Universidade Federal Fluminense
Inst. financiadora: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
17. Carlos Eduardo Campos Ribeiro Miranda. **As transformações da categoria sócio-jurídica trabalho vistas por meio do discurso dos magistrados do trabalho**. 2000. Iniciação científica (Direito) - Universidade Federal Fluminense
Inst. financiadora: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
18. Sarah Cristian Faria Monção. **As transformações da categoria sócio-jurídica trabalho vistas por meio do discurso dos magistrados do trabalho**. 2000. Iniciação científica (Direito) - Universidade Federal Fluminense
Inst. financiadora: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
19. Sarah Cristian Faria Monção. **As transformações da categoria sócio-jurídica trabalho vistas através do discurso dos magistrados do trabalho**. 1999. Iniciação científica (Direito) - Universidade Federal Fluminense
Inst. financiadora: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Supervisão de pós-doutorado

1. Dayse de Paula Marques da Silva. 2019. Supervisão de pós-doutorado - Universidade Federal Fluminense

Orientação de outra natureza

1.  Pedro José Nasser Saliba. **Explicando o pluralismo jurídico**. 2012. Orientação de outra natureza (Direito) - Universidade Federal Fluminense
2.  Isabella Vieira do Nascimento. **Explicando o pluralismo jurídico**. 2011. Orientação de outra natureza (Direito) - Universidade Federal Fluminense
3. Nathália Sanglard de Almeida Nogueira. **Direito e Cinema: a construção de uma disciplina**. 2010. Orientação de outra natureza (Direito) - Universidade Federal Fluminense
4. Nathália Sanglard de Almeida Nogueira. **Fotogramas jurídicos: direito e cinema sob a perspectiva da Sociologia Jurídica (O mundo do trabalho)**. 2009. Orientação de outra natureza (Direito) - Universidade Federal Fluminense
5. Nathália Sanglard de Almeida Nogueira. **Fotogramas jurídicos: direito e cinema sob a perspectiva da Sociologia Jurídica (A estética da violência)**. 2008. Orientação de outra natureza (Direito) - Universidade Federal Fluminense
6. Fabrício de Barros Seraphim Dias. **Fotogramas jurídicos: direito e cinema sob a perspectiva da**


U

7. Felipe Dutra Asensi. **O campo de Direito e a inovação na metodologia de ensino**. 2007. Orientação de outra natureza (Direito) - Universidade Federal Fluminense
8. Laís Moura Simões. **O uso didático do weblog em sociologia jurídica**. 2007. Orientação de outra natureza (Direito) - Universidade Federal Fluminense
9. Ana Carolina Brandão Moura. **Uma nova construção do conhecimento: o espaço virtual como instrumento do ensino em Direito**. 2007. Orientação de outra natureza (Direito) - Universidade Federal Fluminense
10. Leilane Kasali Pereira. **Weblog: inovações e limites no ensino do Direito**. 2007. Orientação de outra natureza (Direito) - Universidade Federal Fluminense
11. Felipe Dutra Asensi. **Direito e ensino: contribuições sob a perspectiva da Sociologia Jurídica**. 2006. Orientação de outra natureza (Direito) - Universidade Federal Fluminense
12. Taiguara de Souza. **Monitoria de Sociologia Jurídica**. 2004. Orientação de outra natureza (Direito) - Universidade Federal Fluminense
13. Débora Zanon. **Caracterizando os Piratas da Perna de Pau como Punidos e Mal Pagos: novas formas de aprendizagem do conhecimento de técnicas de pesquisa empírica na sociologia jurídica**. 2005. Orientação de outra natureza - Universidade Federal Fluminense
Inst. financiadora: Universidade Federal Fluminense
14. Fernanda Andrade Almeida. **O direito ao Estado dentro do Estado de Direito**. 2003. Orientação de outra natureza - Universidade Federal Fluminense
Inst. financiadora: Universidade Federal Fluminense
15. Fernanda Andrade Almeida. **Uma análise das práticas pedagógicas em Sociologia Jurídica**. 2002. Orientação de outra natureza - Universidade Federal Fluminense
Inst. financiadora: Universidade Federal Fluminense
16. Mani Pereira Mello. **Monitoria da disciplina Sociologia Jurídica**. 2001. Orientação de outra natureza - Universidade Federal Fluminense
Inst. financiadora: Universidade Federal Fluminense
17. Tatiana Alves Soares. **Monitoria da disciplina Sociologia Jurídica**. 2000. Orientação de outra natureza - Universidade Federal Fluminense
Inst. financiadora: Universidade Federal Fluminense

Orientações e supervisões em andamento

Dissertações de mestrado: orientador principal

1.  Rute Brasil Costa. **Trabalho doméstico e sindicalismo: o caso do Sindicato dos Trabalhadores Domésticos do Município do Rio de Janeiro**. 2019. Dissertação (Sociologia e Direito) - Universidade Federal Fluminense
Inst. financiadora: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Teses de doutorado: orientador principal

1.  Nathalya Royer. **Magistratura e Gênero: análise do teto de vidro no Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (TRT/RJ)**. 2019. Tese (Sociologia e Direito) - Universidade Federal Fluminense
Inst. financiadora: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
2.  Eduardo Victor Viga Beniacar. **Da Estabilidade ao Fundo: A reforma trabalhista no alvorecer da ditadura**. 2018. Tese (Sociologia e Direito) - Universidade Federal Fluminense
Inst. financiadora: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Página gerada pelo sistema Currículo Lattes em 28/10/2021 às 09:18:19.

ROBERTO DA SILVA
FRAGALE
FILHO:2690

Assinado de forma digital por
ROBERTO DA SILVA FRAGALE
FILHO:2690
Dados: 2021.10.28 09:26:50
-03'00'



OFÍCIO n° 08/2021

São João de Meriti, 27 de outubro de 2021.

**A Sua Excelência o Senhor
Senador RODRIGO PACHECO
Presidente do Senado Federal
SENADO FEDERAL
Brasília - DF**

Assunto: Indicação - Membro do Conselho Nacional de Justiça

Senhor Presidente,

Tendo sido indicado pelo Tribunal Superior do Trabalho para compor o Conselho Nacional de Justiça, previsto no art. 103-B da Constituição Federal, para os efeitos art. 383, inciso I, alínea c, do Regimento Interno do Senado Federal, encaminho argumentação escrita.

Respeitosamente,

**ROBERTO DA SILVA
FRAGALE FILHO:2690**

Assinado de forma digital por
ROBERTO DA SILVA FRAGALE
FILHO:2690
Dados: 2021.10.28 00:39:05 -03'00'

ROBERTO DA SILVA FRAGALE FILHO

Juiz Titular da 1ª Vara do Trabalho de São João de Meriti



OFÍCIO nº 06/2021

São João de Meriti, 27 de outubro de 2021.

**A Sua Excelência o Senhor
Senador RODRIGO PACHECO
Presidente do Senado Federal
SENADO FEDERAL
Brasília - DF**

Assunto: Indicação - Membro do Conselho Nacional de Justiça

Senhor Presidente,

Tendo sido indicado pelo Tribunal Superior do Trabalho para compor o Conselho Nacional de Justiça, previsto no art. 103-B da Constituição Federal, para os efeitos do art. 383, inciso I, alínea b, item 5 e § 2º informo a V. Exª que não atuei, nos últimos 5 anos, em conselhos de administração de empresas estatais ou em cargos de direção de agências reguladoras.

Respeitosamente,

**ROBERTO DA SILVA
FRAGALE FILHO:2690**

Assinado de forma digital por
ROBERTO DA SILVA FRAGALE
FILHO:2690
Dados: 2021.10.28 00:31:34 -03'00'

ROBERTO DA SILVA FRAGALE FILHO

Juiz Titular da 1ª Vara do Trabalho de São João de Meriti



OFÍCIO nº 03/2021

São João de Meriti, 27 de outubro de 2021.

**A Sua Excelência o Senhor
Senador RODRIGO PACHECO
Presidente do Senado Federal
SENADO FEDERAL
Brasília - DF**

Assunto: Indicação - Membro do Conselho Nacional de Justiça

Senhor Presidente,

Tendo sido indicado pelo Tribunal Superior do Trabalho para compor o Conselho Nacional de Justiça, **previsto no art. 103-B da Constituição Federal, para os efeitos do art. 383, inciso I, alínea b, item 3, e § 3º do Regimento Interno do Senado Federal**, informo a V. Exª a minha **regularidade fiscal**, no âmbito federal, estadual e municipal, **conforme documentação anexa**.

Respeitosamente,

**ROBERTO DA SILVA
FRAGALE FILHO:2690**

Assinado de forma digital por
ROBERTO DA SILVA FRAGALE
FILHO:2690
Dados: 2021.10.27 23:59:19 -03'00'

ROBERTO DA SILVA FRAGALE FILHO

Juiz Titular da 1ª Vara do Trabalho de São João de Meriti



OFÍCIO n° 01/2021

São João de Meriti, 27 de outubro de 2021.

**A Sua Excelência o Senhor
Senador RODRIGO PACHECO
Presidente do Senado Federal
SENADO FEDERAL
Brasília - DF**

Assunto: Indicação - Membro do Conselho Nacional de Justiça

Senhor Presidente,

Tendo sido indicado pelo Tribunal Superior do Trabalho para compor o Conselho Nacional de Justiça, **previsto no art. 103-B da Constituição Federal, para os efeitos do art. 383, inciso I, alínea b, item 1 e § 2º** do Regimento Interno do Senado Federal, bem como do **art. 5º, inciso II, da Resolução nº 7, de 2005**, do Senado Federal, informo a V. Ex^a que **não possuo parentes** que exercem ou exerceram atividades, públicas ou privadas, vinculados à estrutura do Poder Judiciário.

Respeitosamente,

ROBERTO DA SILVA
FRAGALE FILHO:2690

Assinado de forma digital por ROBERTO
DA SILVA FRAGALE FILHO:2690
Dados: 2021.10.27 21:20:41 -03'00'

ROBERTO DA SILVA FRAGALE FILHO

Juiz Titular da 1ª Vara do Trabalho de São João de Meriti



OFÍCIO n° 04/2021

São João de Meriti, 27 de outubro de 2021.

**A Sua Excelência o Senhor
Senador RODRIGO PACHECO
Presidente do Senado Federal
SENADO FEDERAL
Brasília - DF**

Assunto: Indicação - Membro do Conselho Nacional de Justiça

Senhor Presidente,

Tendo sido indicado pelo Tribunal Superior do Trabalho para compor o Conselho Nacional de Justiça, **previsto no art. 103-B da Constituição Federal, para os efeitos do art. 383, inciso I, alínea b, item 4 e § 2º** do Regimento Interno do Senado Federal, bem como do **art. 5º, inciso III, da Resolução nº 7, de 2005**, do Senado Federal, informo a V. Ex^a a **inexistência** de procedimento administrativo-disciplinar em face do signatário, assim como a **existência de ações judiciais** em que figuro como parte, seja como autor ou réu, consoante a listagem anexa.

Respeitosamente,

**ROBERTO DA SILVA
FRAGALE
FILHO:2690**

Assinado de forma digital por
ROBERTO DA SILVA FRAGALE
FILHO:2690
Dados: 2021.10.28 00:50:50 -03'00'

ROBERTO DA SILVA FRAGALE FILHO

Juiz Titular da 1ª Vara do Trabalho de São João de Meriti



OFÍCIO nº 07/2021

São João de Meriti, 27 de outubro de 2021.

**A Sua Excelência o Senhor
Senador RODRIGO PACHECO
Presidente do Senado Federal
SENADO FEDERAL
Brasília - DF**

Assunto: Indicação - Membro do Conselho Nacional de Justiça

Senhor Presidente,

Tendo sido indicado pelo Tribunal Superior do Trabalho para compor o Conselho Nacional de Justiça, **previsto no art. 103-B da Constituição Federal, para os efeitos art. 5º, inciso IV, da Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal**, informo a V. Exª que não sou membro do Congresso Nacional, do Poder Legislativo dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, ou cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, de membro desses Poderes.

Respeitosamente,

**ROBERTO DA SILVA
FRAGALE FILHO:2690**

Assinado de forma digital por
ROBERTO DA SILVA FRAGALE
FILHO:2690
Dados: 2021.10.28 00:34:55 -03'00'

ROBERTO DA SILVA FRAGALE FILHO

Juiz Titular da 1ª Vara do Trabalho de São João de Meriti



OFÍCIO nº 02/2021

São João de Meriti, 27 de outubro de 2021.

**A Sua Excelência o Senhor
Senador RODRIGO PACHECO
Presidente do Senado Federal
SENADO FEDERAL
Brasília - DF**

Assunto: Indicação - Membro do Conselho Nacional de Justiça

Senhor Presidente,

Tendo sido indicado pelo Tribunal Superior do Trabalho para compor o Conselho Nacional de Justiça, **previsto no art. 103-B da Constituição Federal, para os efeitos do art. 383, inciso I, alínea b, item 2 e § 2º** do Regimento Interno do Senado Federal, informo a V. Exª que não ocupei, em qualquer tempo, cargo ou atividade como sócio, proprietário ou gerente de empresas ou entidades não governamentais.

Respeitosamente,

**ROBERTO DA SILVA
FRAGALE
FILHO:2690**

Assinado de forma digital por
ROBERTO DA SILVA FRAGALE
FILHO:2690
Dados: 2021.10.27 23:52:54 -03'00'

ROBERTO DA SILVA FRAGALE FILHO

Juiz Titular da 1ª Vara do Trabalho de São João de Meriti



OFÍCIO nº 05/2021

São João de Meriti, 27 de outubro de 2021.

**A Sua Excelência o Senhor
Senador RODRIGO PACHECO
Presidente do Senado Federal
SENADO FEDERAL
Brasília - DF**

Assunto: Indicação - Membro do Conselho Nacional de Justiça

Senhor Presidente,

Tendo sido indicado pelo Tribunal Superior do Trabalho para compor o Conselho Nacional de Justiça, **previsto no art. 103-B da Constituição Federal, para os efeitos do art. 383, inciso I, alínea b, item 5** do Regimento Interno do Senado Federal, informo a V. Ex^a que atuo como Magistrado da 1ª Vara do Trabalho de São João de Meriti desde 16 de fevereiro de 2004.

Respeitosamente,

**ROBERTO DA SILVA
FRAGALE FILHO:2690**

Assinado de forma digital por
ROBERTO DA SILVA FRAGALE
FILHO:2690
Dados: 2021.10.28 00:27:35 -03'00'

ROBERTO DA SILVA FRAGALE FILHO

Juiz Titular da 1ª Vara do Trabalho de São João de Meriti



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: ROBERTO DA SILVA FRAGALE FILHO
CPF: 921.336.147-53

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão se refere à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 16:01:13 do dia 17/08/2021 <hora e data de Brasília>.

Válida até 13/02/2022.

Código de controle da certidão: **7236.012A.E08C.1C36**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DO RIO DE JANEIRO

CERTIDÃO DE REGULARIDADE FISCAL N° 2021.1.2028397-6
CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS - CND

IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE	
CPF / CNPJ : 921.336.147-53	CAD-ICMS : Não inscrito
NOME / RAZÃO SOCIAL : *****	
CERTIFICA-SE para fins de direito e de acordo com as informações registradas nos Sistemas Corporativos da Secretaria de Estado de Fazenda que, até a presente data, NÃO CONSTAM DÉBITOS perante a Fazenda Estadual para o requerente acima identificado, ressalvado o direito de a Receita Estadual cobrar e inscrever as dívidas de sua responsabilidade, que vierem a ser apuradas. EMITIDA EM: 28/10/2021 00:06 VÁLIDA ATÉ : 26/01/2022 Certidão emitida com base na Resolução SEFAZ n° 109 de 04/08/2017	
OBSERVAÇÕES	
1. Esta certidão deve estar acompanhada da Certidão da Dívida Ativa, emitida pelo órgão próprio da Procuradoria Geral do Estado, nos termos da Resolução Conjunta SEFAZ/PGE n° 33/2004. 2. A aceitação desta certidão está condicionada a verificação de sua autenticidade na internet, no endereço: www.fazenda.rj.gov.br. 3. Esta certidão não se destina a atestar débitos do imposto sobre transmissão "causa mortis" e doação, de quaisquer bens ou direitos (ITD). 4. Qualquer rasura ou emenda invalida este documento.	



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
CERTIDÃO

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o(a) eleitor(a) abaixo qualificado(a) está QUITO com a Justiça Eleitoral na presente data .

Eleitor(a): **ROBERTO DA SILVA FRAGALE FILHO**

Inscrição: **0953 8196 0310**

Zona: 211 Seção: 0307

Município: 60011 - RIO DE JANEIRO

UF: RJ

Data de nascimento: 12/04/1967

Domicílio desde: 01/04/1996

Filiação: - INES PEREIRA NUNES FRAGALE
- ROBERTO DA SILVA FRAGALE

Ocupação declarada pelo(a) eleitor(a): MAGISTRADO

Certidão emitida às 01:03 em 28/10/2021

Res.-TSE nº 21.823/2004:

O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remetidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos.

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.



Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente.

Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br> ou pelo aplicativo e-Título, por meio do código:

PB5V.ENWN.RZSO.KMR1



TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO
TRUBUNAL PLENO

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 2263, DE 25 DE OUTUBRO DE 2021.

Indica a Excelentíssima Senhora Desembargadora Jane Granzoto Torres da Silva, do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, e o Excelentíssimo Senhor Juiz do Trabalho Roberto da Silva Fragale Filho, Titular da 1ª Vara do Trabalho de São João de Meriti - RJ, para compor o Conselho Nacional de Justiça.

O EGRÉGIO PLENO DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, em Sessão Ordinária telepresencial hoje realizada, sob a Presidência da Excelentíssima Senhora Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Presidente do Tribunal, presentes os Excelentíssimos Senhores Ministros Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, Vice-Presidente do Tribunal, Aloysio Silva Corrêa da Veiga, Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, Ives Gandra da Silva Martins Filho, Renato de Lacerda Paiva, Emmanoel Pereira, Lelio Bentes Corrêa, Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, Dora Maria da Costa, Guilherme Augusto Caputo Bastos, Mauricio Godinho Delgado, Kátia Magalhães Arruda, Augusto César Leite de Carvalho, José Roberto Freire Pimenta, Delaíde Alves Miranda Arantes, Hugo Carlos Scheuermann, Alexandre de Souza Agra Belmonte, Cláudio Mascarenhas Brandão, Douglas Alencar Rodrigues, Maria Helena Mallmann, Breno Medeiros, Alexandre Luiz Ramos, Luiz José Dezena da Silva, Evandro Pereira Valadão Lopes, Amaury Rodrigues Pinto Junior e Alberto Bastos Balazeiro e o Excelentíssimo Senhor Fábio Leal Cardoso, Subprocurador-Geral do Trabalho,

considerando a proximidade do término dos mandatos da Excelentíssima Senhora Desembargadora Tânia Regina Silva Reckziegel, do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, e da Excelentíssima Senhora Juíza do Trabalho Flávia Moreira Guimarães Pessoa, Titular da 4ª Vara do Trabalho de Aracaju – SE, a ocorrer em 16 de fevereiro de 2022;

considerando o disposto no art. 103-B, incisos VIII e IX, da Constituição da República e no art. 75, inciso I, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho,

RESOLVE

Indicar a Excelentíssima Senhora Desembargadora Jane Granzoto Torres da Silva, do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, e o Excelentíssimo Senhor Juiz do Trabalho Roberto da Silva Fragale Filho, Titular da 1ª Vara do Trabalho de São João de Meriti - RJ, para compor o Conselho Nacional de Justiça.

Publique-se.

MARIA CRISTINA
IRIGOYEN
PEDUZZI:144418291
91

Assinado de forma digital por MARIA
CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI:14441829191
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Caixa Economica
Federal, ou=AC CAIXA PF 1v2,
ou=00360305134224, cn=MARIA CRISTINA
IRIGOYEN PEDUZZI:14441829191
Dados: 2021.10.26 17:47:01 -03'00'

MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
Ministra Presidente do Tribunal Superior do Trabalho



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

Secretaria do Tribunal Pleno, do Órgão Especial e da Seção Especializada em Dissídios Coletivos - SETPOESDC

ATA DA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DO PLENO DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

Aos vinte e cinco dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e um, às treze horas e trinta minutos, teve início a **sexta Sessão Ordinária do Pleno do Tribunal Superior do Trabalho**, realizada na modalidade telepresencial, nos termos do Ato Conjunto TST.GP.GVP.CGJT nº 173, de 30 de abril de 2020. A Excelentíssima Senhora Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Presidente do Tribunal, presidiu a sessão, que contou com a participação dos Excelentíssimos Senhores Ministros Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, Vice-Presidente do Tribunal, Aloysio Silva Corrêa da Veiga, Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, Ives Gandra da Silva Martins Filho, Renato de Lacerda Paiva, Emmanoel Pereira, Lelio Bentes Corrêa, Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, Dora Maria da Costa, Guilherme Augusto Caputo Bastos, Mauricio José Godinho Delgado, Kátia Magalhães Arruda, Augusto César Leite de Carvalho, José Roberto Freire Pimenta, Delaíde Alves Miranda Arantes, Hugo Carlos Scheuermann, Alexandre de Souza Agra Belmonte, Cláudio Mascarenhas Brandão, Douglas Alencar Rodrigues, Maria Helena Mallmann, Breno Medeiros, Alexandre Luiz Ramos, Luiz José Dezena da Silva, Evandro Pereira Valadão Lopes, Amaury Rodrigues Pinto Junior e Alberto Bastos Balazeiro, e do Excelentíssimo Senhor Fábio Leal Cardoso, Subprocurador-Geral do Trabalho. A Excelentíssima Senhora Ministra Presidente declarou aberta a sessão e cumprimentou os Senhores Ministros, o membro do Ministério Público do Trabalho e os servidores. Em seguida, a Excelentíssima Senhora Ministra Presidente registrou o aniversário natalício do Excelentíssimo Senhor Ministro Augusto César Leite de Carvalho, a ocorrer em vinte e seis de outubro, fazendo votos de saúde e felicidade ao Ministro e sua família. O Excelentíssimo Senhor Ministro Augusto César Leite de Carvalho agradeceu pela lembrança. Logo após, a Excelentíssima Senhora Ministra Presidente comunicou a retirada da pauta administrativa da presente sessão da proposta de alteração dos artigos 109, 140 e 297 do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho, determinando a inclusão da matéria na pauta da quarta Sessão Extraordinária do Tribunal Pleno, a realizar-se aos dez dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e um. Na sequência, a Excelentíssima Senhora Ministra Presidente do Tribunal anunciou o início do processo de escolha dos nomes para integrar a lista tríplice para provimento de um cargo de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, destinado a membros de carreira da Magistratura, em vaga decorrente do falecimento do Excelentíssimo Senhor Ministro Walmir Oliveira da Costa.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

Secretaria do Tribunal Pleno, do Órgão Especial e da Seção Especializada em Dissídios Coletivos - SETPOESDC

Integravam a lista de candidatos os Excelentíssimos Senhores Desembargadores Leonardo Dias Borges, do TRT da 1ª Região, Sérgio Pinto Martins, do TRT da 2ª Região, Rubem Dias do Nascimento Junior, do TRT da 5ª Região, Paulo Regis Machado Botelho, do TRT da 7ª Região, Francisco Sérgio Silva Rocha, do TRT da 8ª Região, Luís José de Jesus Ribeiro, do TRT da 8ª Região, Morgana de Almeida Richa, do TRT da 9ª Região, Alexandre Nery Rodrigues de Oliveira, do TRT da 10ª Região, Maria de Lourdes Leiria, do TRT da 12ª Região, Wolney de Macedo Cordeiro, do TRT da 13ª Região, Ana Paula Pellegrina Lockmann, do TRT da 15ª Região, Francisco Alberto da Motta Peixoto Giordani, do TRT da 15ª Região, Tereza Aparecida Asta Gemignani, do TRT da 15ª Região, Bento Herculano Duarte Neto, do TRT da 21ª Região, e Liana Chaib, do TRT da 22ª Região. A Excelentíssima Senhora Ministra Presidente deu início ao escrutínio destinado à escolha do primeiro nome da lista tríplice, disponibilizando aos Excelentíssimos Senhores Ministros o endereço eletrônico de acesso ao sistema de votação. Concluída a votação secreta, apurou-se que a Excelentíssima Senhora Desembargadora Morgana de Almeida Richa, do TRT da 9ª Região, obteve vinte e três votos, que a Excelentíssima Senhora Desembargadora Maria de Lourdes Leiria, do TRT da 12ª Região, alcançou um voto e que o Excelentíssimo Senhor Desembargador Francisco Alberto da Motta Peixoto Giordani, do TRT da 15ª Região, recebeu um voto, havendo, ainda, um voto em branco. Assim, a Excelentíssima Senhora Ministra Presidente proclamou que, tendo obtido votos da maioria absoluta dos integrantes do Tribunal, a Excelentíssima Senhora Desembargadora Morgana de Almeida Richa, do TRT da 9ª Região, foi escolhida para figurar como primeiro nome da lista tríplice. Na sequência, a Excelentíssima Senhora Ministra Presidente deu início ao escrutínio destinado à escolha do segundo nome da lista tríplice, disponibilizando aos Excelentíssimos Senhores Ministros o endereço eletrônico de acesso ao sistema de votação. Concluída a votação secreta, apurou-se que o Excelentíssimo Senhor Desembargador Sérgio Pinto Martins, do TRT da 2ª Região, obteve vinte e um votos e que a Excelentíssima Senhora Desembargadora Ana Paula Pellegrina Lockmann, do TRT da 15ª Região, alcançou cinco votos. Assim, a Excelentíssima Senhora Ministra Presidente proclamou que, tendo obtido votos da maioria absoluta dos integrantes do Tribunal, o Excelentíssimo Senhor Desembargador Sérgio Pinto Martins, do TRT da 2ª Região, foi escolhido para figurar como segundo nome da lista tríplice. Em seguida, a Excelentíssima Senhora Ministra Presidente deu início ao escrutínio destinado à escolha do terceiro nome da lista tríplice, disponibilizando aos Excelentíssimos Senhores Ministros o endereço eletrônico de acesso ao



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

Secretaria do Tribunal Pleno, do Órgão Especial e da Seção Especializada em Dissídios Coletivos - SETPOESDC

sistema de votação. Concluída a votação secreta, apurou-se que o Excelentíssimo Senhor Desembargador Paulo Régis Machado Botelho, do TRT da 7ª Região, obteve vinte e cinco votos e que o Excelentíssimo Senhor Desembargador Francisco Sérgio Silva Rocha, do TRT da 8ª Região, teve um voto. Assim, a Excelentíssima Senhora Ministra Presidente proclamou que, tendo obtido votos da maioria absoluta dos integrantes do Tribunal, o Excelentíssimo Senhor Desembargador Paulo Régis Machado Botelho, do TRT da 7ª Região, foi escolhido para figurar como terceiro nome da lista tríplex. Na sequência, foi aprovada, por unanimidade, a seguinte Resolução Administrativa: **“RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 2262, DE 25 DE OUTUBRO DE 2021.** Indica os integrantes da lista tríplex para provimento de uma vaga de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, decorrente do falecimento do Excelentíssimo Senhor Ministro Walmir Oliveira da Costa. **O EGRÉGIO PLENO DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO**, em Sessão Ordinária telepresencial hoje realizada, sob a Presidência da Excelentíssima Senhora Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Presidente do Tribunal, presentes os Excelentíssimos Senhores Ministros Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, Vice-Presidente do Tribunal, Aloysio Silva Corrêa da Veiga, Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, Ives Gandra da Silva Martins Filho, Renato de Lacerda Paiva, Emmanoel Pereira, Lelio Bentes Corrêa, Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, Dora Maria da Costa, Guilherme Augusto Caputo Bastos, Mauricio Godinho Delgado, Kátia Magalhães Arruda, Augusto César Leite de Carvalho, José Roberto Freire Pimenta, Delaíde Alves Miranda Arantes, Hugo Carlos Scheuermann, Alexandre de Souza Agra Belmonte, Cláudio Mascarenhas Brandão, Douglas Alencar Rodrigues, Maria Helena Mallmann, Breno Medeiros, Alexandre Luiz Ramos, Luiz José Dezena da Silva, Evandro Pereira Valadão Lopes, Amaury Rodrigues Pinto Junior e Alberto Bastos Balazeiro e o Excelentíssimo Senhor Fábio Leal Cardoso, Subprocurador-Geral do Trabalho, considerando a vaga decorrente do falecimento do Excelentíssimo Senhor Ministro Walmir Oliveira da Costa, considerando o disposto nos artigos 111-A, inciso II, da Constituição da República, e 4º do Regimento Interno desta Corte, **RESOLVE I** - indicar, para compor a lista tríplex para o provimento de uma vaga de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, destinada a Desembargador do Trabalho da carreira da Magistratura do Trabalho, os seguintes Desembargadores: – Desembargadora Morgana de Almeida Richa, do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (1º nome da lista); – Desembargador Sérgio Pinto Martins, do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (2º nome da lista); – Desembargador Paulo Régis Machado Botelho, do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região (3º nome da lista). **II** - autorizar o



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

Secretaria do Tribunal Pleno, do Órgão Especial e da Seção Especializada em Dissídios Coletivos - SETPOESDC

encaminhamento da lista tríplice ao Ministério da Justiça e Segurança Pública. Publique-se.” Concluída a escolha dos integrantes da lista tríplice para preenchimento de cargo de Ministro do TST, a Presidente do Tribunal iniciou a votação para indicar um desembargador e um juiz para compor o Conselho Nacional de Justiça. Inscreveram-se para ocupar o cargo destinado a Desembargador os Excelentíssimos Senhores Anne Helena Fischer Inojosa, do TRT da 19ª Região, Ivani Contini Bramante, do TRT da 2ª Região, Jane Granzoto Torres da Silva, do TRT da 2ª Região, José Luis Campos Xavier, do TRT da 1ª Região, Leonardo da Silveira Pacheco, do TRT da 1ª Região, Luciane Cardoso Barzotto, do TRT da 4ª Região, Paulo Sérgio Pimenta, do TRT da 18ª Região, e Tereza Aparecida Asta Gemignani, do TRT da 15ª Região. Inscritos para ocupar o cargo destinado a Juiz do Trabalho estavam os Excelentíssimos Senhores Alexandre Marques Borba, Arlindo Cavalaro Neto, Bruno Alves Rodrigues, Cassio Ariel Caponi Moro, Francisco Pedro Jucá, Márcio Toledo Gonçalves, Nedir Veleda Moraes, Régis Franco e Silva de Carvalho, Roberto da Silva Fragale Filho, Rogério Neiva Pinheiro, Sandro Nahmias Melo, Thiago Henrique Ament e Washington Timoteo Teixeira Neto. A Excelentíssima Senhora Ministra Presidente deu início ao escrutínio destinado à indicação de Desembargador do Trabalho para compor o Conselho Nacional de Justiça, disponibilizando aos Excelentíssimos Senhores Ministros o endereço eletrônico de acesso ao sistema de votação. Concluída a votação secreta, apurou-se que a Excelentíssima Senhora Desembargadora Jane Granzoto Torres da Silva, do TRT da 2ª Região, obteve vinte e dois votos e que o Excelentíssimo Senhor Desembargador Paulo Sérgio Pimenta, do TRT da 18ª Região, alcançou quatro votos. Assim, a Excelentíssima Senhora Ministra Presidente proclamou que a Excelentíssima Senhora Desembargadora Jane Granzoto Torres da Silva, do TRT da 2ª Região, foi indicada pelo Tribunal Superior do Trabalho para compor o Conselho Nacional de Justiça, em vaga destinada a Desembargador do Trabalho. Na sequência, a Excelentíssima Senhora Ministra Presidente deu início ao escrutínio destinado à indicação de Juiz do Trabalho para compor o Conselho Nacional de Justiça, disponibilizando aos Excelentíssimos Senhores Ministros o endereço eletrônico de acesso ao sistema de votação. Concluída a votação secreta, apurou-se que o Excelentíssimo Senhor Juiz Roberto da Silva Fragale Filho obteve vinte e um votos, que o Excelentíssimo Senhor Juiz Rogério Neiva Pinheiro alcançou quatro votos e que o Excelentíssimo Senhor Juiz Sandro Nahmias Melo recebeu um voto. Assim, a Excelentíssima Senhora Ministra Presidente proclamou que o Excelentíssimo Senhor Roberto da Silva Fragale Filho foi indicado para compor o Conselho Nacional de Justiça, em vaga destinada a Juiz do Trabalho. Na sequência,



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

Secretaria do Tribunal Pleno, do Órgão Especial e da Seção Especializada em Dissídios Coletivos - SETPOESDC

foi aprovada, por unanimidade, a seguinte Resolução Administrativa: **“RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 2263, DE 25 DE OUTUBRO DE 2021.** Indica a Excelentíssima Senhora Desembargadora Jane Granzoto Torres da Silva, do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, e o Excelentíssimo Senhor Juiz do Trabalho Roberto da Silva Fragale Filho, Titular da 1ª Vara do Trabalho de São João de Meriti - RJ, para compor o Conselho Nacional de Justiça. O **EGRÉGIO PLENO DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO**, em Sessão Ordinária telepresencial hoje realizada, sob a Presidência da Excelentíssima Senhora Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Presidente do Tribunal, presentes os Excelentíssimos Senhores Ministros Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, Vice-Presidente do Tribunal, Aloysio Silva Corrêa da Veiga, Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, Ives Gandra da Silva Martins Filho, Renato de Lacerda Paiva, Emmanoel Pereira, Lelio Bentes Corrêa, Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, Dora Maria da Costa, Guilherme Augusto Caputo Bastos, Mauricio Godinho Delgado, Kátia Magalhães Arruda, Augusto César Leite de Carvalho, José Roberto Freire Pimenta, Delaíde Alves Miranda Arantes, Hugo Carlos Scheuermann, Alexandre de Souza Agra Belmonte, Cláudio Mascarenhas Brandão, Douglas Alencar Rodrigues, Maria Helena Mallmann, Breno Medeiros, Alexandre Luiz Ramos, Luiz José Dezena da Silva, Evandro Pereira Valadão Lopes, Amaury Rodrigues Pinto Junior e Alberto Bastos Balazeiro e o Excelentíssimo Senhor Fábio Leal Cardoso, Subprocurador-Geral do Trabalho, considerando a proximidade do término dos mandatos da Excelentíssima Senhora Desembargadora Tânia Regina Silva Reckziegel, do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, e da Excelentíssima Senhora Juíza do Trabalho Flávia Moreira Guimarães Pessoa, Titular da 4ª Vara do Trabalho de Aracaju – SE, a ocorrer em 16 de fevereiro de 2022; considerando o disposto no art. 103-B, incisos VIII e IX, da Constituição da República e no art. 75, inciso I, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho, **RESOLVE** Indicar a Excelentíssima Senhora Desembargadora Jane Granzoto Torres da Silva, do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, e o Excelentíssimo Senhor Juiz do Trabalho Roberto da Silva Fragale Filho, Titular da 1ª Vara do Trabalho de São João de Meriti - RJ, para compor o Conselho Nacional de Justiça. Publique-se.” Logo após, a Excelentíssima Senhora Ministra Presidente determinou o pregão do processo constante da pauta judicial, tendo o Colegiado assim decidido: **Processo: AgR-Rcl - 1001130-51.2021.5.00.0000**, Relatora: Ex.^{ma} Ministra Dora Maria da Costa, RECLAMANTE: WE CAN BR - TRABALHO TEMPORARIO LTDA., Advogada: Dra. ANDRE FRAGA DELLA MEA, Advogada: Dra. FELLIPE GUEDES DA SILVEIRA, RECLAMADO: DESEMBARGADORA DANIELE



**Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho**

Secretaria do Tribunal Pleno, do Órgão Especial e da Seção Especializada em Dissídios Coletivos - SETPOESDC

CORREA SANTA CATARINA, Decisão: por unanimidade, conhecer do agravo e, no mérito, negar-lhe provimento. Nada mais havendo a tratar, a Excelentíssima Senhora Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Presidente do Tribunal, agradecendo aos Ministros, declarou encerrada a sessão. Para constar, eu, Eveline de Andrade Oliveira e Silva, Secretária-Geral Judiciária, lavrei esta Ata, que é assinada pela Excelentíssima Senhora Ministra Presidente do Tribunal Superior do Trabalho e por mim subscrita. Brasília, aos vinte e cinco dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e um.

MARIA CRISTINA
IRIGOYEN
PEDUZZI:14441829
191

Assinado de forma digital por MARIA
CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI:14441829191
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Caixa
Econômica Federal, ou=AC CAIXA PF 1v2,
ou=00360305134224, cn=MARIA CRISTINA
IRIGOYEN PEDUZZI:14441829191
Dados: 2021.10.27 22:21:57 -03'00'

MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI

Ministra Presidente do Tribunal Superior do Trabalho

EVELINE DE
ANDRADE OLIVEIRA E
SILVA:82296421504

Assinado de forma digital por EVELINE DE
ANDRADE OLIVEIRA E SILVA:82296421504
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Caixa Econômica
Federal, ou=AC CAIXA PF 1v2, cn=EVELINE DE
ANDRADE OLIVEIRA E SILVA:82296421504
Dados: 2021.10.27 19:49:46 -03'00'

EVELINE DE ANDRADE OLIVEIRA E SILVA

Secretária-Geral Judiciária

	PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO Procuradoria Geral do Município Procuradoria da Dívida Ativa	Código de Controle 223 1CC9C9BMCM
---	--	--

Página 1 de 1

CERTIDÃO NEGATIVA

Ressalvado o direito de o Município do Rio de Janeiro cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo identificado neste documento que vierem a ser apuradas, A PROCURADORIA DA DÍVIDA ATIVA DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, após analisar o cadastro dos créditos sob sua administração, relativamente a **ROBERTO DA SILVA FRAGALE FILHO**, inscrito(a) no cadastro nacional de pessoas físicas - CPF sob o nº 921.336.147-53, com endereço no(a) R AB RAMOS, nº 85 - 101 - RJ Cep: 22461-090, certifica que

NÃO FORAM APURADAS INSCRIÇÕES EM DÍVIDA ATIVA

Observações Complementares

Esta certidão compõe-se de 1 folha(s) e é válida por 120 dias, a contar desta data.

Observações

Rio de Janeiro, RJ, 28/10/2021

1. Esta certidão refere-se exclusivamente à situação fiscal do(s) contribuinte(s) acima indicado(s) perante a dívida ativa do Município do Rio de Janeiro.
2. A situação fiscal do(s) contribuinte(s) quanto a créditos não inscritos em dívida ativa deve ser certificada pelos órgãos responsáveis pelas respectivas apurações.
3. Esta certidão poderá ser renovada a partir de 13/02/2022. A certidão de situação fiscal é expedida no prazo de 10 dias, contados da data de seu requerimento perante a Procuradoria da Dívida Ativa. Não são aceitos pedidos de urgência.
4. O requerimento de certidão de situação fiscal perante a Procuradoria da Dívida Ativa pode ser feito pela própria pessoa física ou jurídica interessada, gratuitamente e sem a necessidade de nomeação de procurador.
5. Regularize sua situação fiscal imediatamente: efetue o pagamento ou parcelamento das dívidas apontadas nesta certidão, apresente os comprovantes de pagamento ou de início de parcelamento (originais, inclusive honorários, quando devidos) e obtenha em dois dias úteis sua certidão de situação fiscal regular.
6. O destinatário poderá confirmar a autenticidade desta certidão, informando o número do Código de Controle impresso acima no endereço **daminternet.rio.rj.gov.br**



Ivo Marinho de Barros Junior
Procurador-Coordenador
Procuradoria da Dívida Ativa
Mat. 11/297.772-6

5

**PARECER Nº , DE 2021**

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o ofício nº 13, de 2021, do Supremo Tribunal Federal, que *submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso V, da Constituição Federal, o nome do Juiz de Direito RICHARD PAULO PAE KIM, para compor o Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no biênio 2021/2023, em vaga destinada a Juiz Estadual.*

Relator: Senador **ANTONIO ANASTASIA**

Esta Comissão recebe para exame a indicação do Dr. RICHARD PAULO PAE KIM, Juiz de Direito do Tribunal de Justiça de São Paulo, para compor o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em vaga destinada a Juiz Estadual, para mandato referente ao biênio 2021/2023, de acordo com o que dispõem os incisos IV e V do art. 103-B da Constituição Federal.

Compete a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania promover a sabatina do indicado e avaliar o cumprimento dos requisitos de qualificação necessários para o exercício do cargo, de acordo com o disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), na Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal, e no Ato nº 1, de 17 de outubro de 2007, deste Colegiado. Uma vez encerradas essas tarefas, a indicação será encaminhada ao Plenário do Senado Federal, onde receberá a deliberação final.

Em conformidade com as disposições regimentais, nos foi enviada uma série de documentos para subsidiar a avaliação a respeito da indicação em tela. Dentre esses documentos, o *curriculum vitae* do indicado, também disponível na Plataforma Lattes do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), aponta que ele se tornou bacharel em Direito em 1990, pela Universidade de São Paulo (USP).



SF/21816.77766-14



Em 1997, obteve o título de Mestre em Direito na mesma Casa, sob a orientação do Professor Doutor José Afonso da Silva, em dissertação acerca da Desapropriação Urbanística.

O Doutorado, também pela USP, foi obtido em 2002. A tese defendida sob o título “Responsabilidade do Estado nas Ocupações Ilícitas” foi orientada pela Professora Dra. Odete Medauar. De 2008 a 2010, o indicado seguiu suas pesquisas de pós-doutorado em políticas públicas, administração e sistemas educacionais, na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Entre 2015 e 2017, promoveu atividades de pesquisa e desenvolvimento na Faculdade de Direito da USP, sobre os temas da Reforma Política e do Direito Eleitoral.

Na docência na área jurídica, o indicado esteve vinculado à Universidade Metodista de Piracicaba de 2008 a 2020, nos programas de graduação e Mestrado em Direito da instituição. Foi também professor da Universidade Paulista de 1998 a 1999, quando ingressou no magistério, logo após a conclusão do mestrado, e também no período de 2002 a 2007.

Quanto à sua trajetória profissional, o indicado foi aprovado no Exame da Ordem dos Advogados do Brasil em 1990 e exerceu advocacia privada até seu ingresso na magistratura, em 1993, na carreira de Juiz de Direito do Tribunal de Justiça de São Paulo (TS/SP). Assumiu as funções de Juiz Substituto da Circunscrição Judiciária da Comarca de Ribeirão Preto, São Paulo, tendo sido promovido no ano seguinte, 1994, ao cargo de Juiz de Direito da Comarca de Jacupiranga.

Em 1995, foi deslocado para a Comarca de Campinas e promovido a Juiz de Direito da 4ª Vara Cível. Em 2002 foi removido para a Vara da Infância e da Juventude. Em 2015, passou a exercer o cargo de Juiz de Direito Titular I da 32ª Vara Criminal Central da Comarca de São Paulo e em 2017, removido novamente para a Comarca de Campinas, desta vez para exercer o cargo de Juiz de Direito da 3ª Vara da Fazenda Pública, onde ainda se encontra exercendo suas funções judicantes.

Paralelamente à sua atuação no TJ/SP, o indicado já desempenhou funções em outros órgãos do Poder Judiciário. No Supremo Tribunal Federal (STF), foi Juiz Auxiliar e Juiz instrutor no gabinete do Ministro Dias Toffoli, de 2013 a 2017. No Tribunal Superior Eleitoral (TSE), atuou como Juiz Auxiliar do Ministro Tarcísio Vieira de Carvalho no ano 2018. Ainda, prestou serviços junto ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ)





como Juiz Auxiliar da Presidência e Secretário Especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica até setembro de 2020.

Desde 14 de setembro de 2020, vem cumulando as atividades de Juiz de Direito da 3ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Campinas com a função de Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral Eleitoral, onde assessora o Ministro Luís Felipe Salomão.

Quanto à sua profícua produção bibliográfica, o Dr. RICHARD PAULO PAE KIM apresenta diversos artigos em periódicos, capítulos em livros e publicações em anais de congressos. Ainda, já organizou mais de dez obras, também atuando como membro de corpo editorial e revisor de diversos periódicos especializados nas ciências jurídicas.

Com respeito às distinções honrosas, foi agraciado com a Medalha Mello Mattos, da ABRAMINJ - Associação Brasileira dos Magistrados da Infância e da Juventude, e a Medalha Ministro Célio Silva, do COPEJE - Colégio Permanente de Juristas da Justiça Eleitoral, em 2020. Em 2019, recebeu o Diploma de Honra ao Mérito, da Câmara Municipal de São Paulo e da Associação Brasileira dos Coreanos; o Troféu Dom Quixote de la Mancha, da Revista Justiça & Cidadania e Confraria Dom Quixote; e o Grau de Comendador da Ordem do Mérito Judiciário, do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região – SP. Nos anos de 2004 a 2018 houve ainda outras diversas condecorações, das quais destacamos o Colar do Mérito Eleitoral Paulista, do TRE/SP e o Diploma de Mérito Jurídico, da Câmara Municipal de Campinas, apenas à título de exemplificação.

Atendendo ao que dispõe o inciso II do art. 5º da Resolução nº 7, de 2005, o indicado apresentou declaração em que informa não ser cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, de membro ou servidor do Poder Judiciário que seja ocupante de cargo de provimento em comissão. Declarou ainda a inexistência de parentes seus que exercem ou exerceram atividades, públicas e privadas, vinculadas à sua atividade profissional, com exceção de sua esposa, Dra. Patrícia Suárez Pae Kim, Juíza de Direito do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, titular da 1ª Vara Criminal de Campinas, São Paulo.

Quanto ao Congresso Nacional e ao Poder Legislativo dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, declarou não possuir cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau inclusive, que seja membro desses Poderes, bem como que sua irmã,





Dra. Mariana Elizabeth Pae Kim, ocupa cargo de provimento efetivo no Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Declarou, ainda, que não sofreu nenhuma sanção criminal ou administrativa/disciplinar e que não existem procedimentos dessa natureza instaurados contra ele.

Apresentou declaração asseverando que nunca exerceu, em qualquer tempo, cargo ou atividade como sócio, proprietário ou gerente de empresas ou entidades não governamentais, em conformidade com o que demanda o art. 383, inciso I, alínea “b”, item 2, do RISF.

O indicado atendeu, também, ao item 3 dessa alínea ao apresentar declaração quanto à sua regularidade fiscal, nos âmbitos federal, estadual e municipal, devidamente acompanhada das respectivas certidões emitidas pelos órgãos competentes.

Em respeito à exigência do art. 383, inciso I, alínea b, item 5, do Regimento Interno do Senado Federal, declara que atuou nos seguintes juízos e tribunais nos últimos cinco anos, contados retroativamente do ano de sua indicação:

1. Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral Eleitoral, do TSE, de 14 de setembro de 2020 até a presente data;
2. Juiz Auxiliar da Presidência e Secretário Especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica, do Conselho Nacional de Justiça, de 14 de setembro de 2018 até 10 de setembro de 2020;
3. Juiz Auxiliar do Gabinete do Ministro Tarcísio Vieira de Carvalho Neto, do TSE, de 8 de fevereiro de 2018 até 13 de setembro de 2018;
4. Juiz de Direito da 3ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Campinas, do TJ/SP, de 30 de novembro de 2017 até a presente data;
5. Juiz Instrutor do Gabinete do Ministro Dias Toffoli, do STF, de 8 de novembro de 2015 até 7 de novembro de 2017;





6. Juiz de Direito Titular da 32ª Vara Criminal Central da Comarca de São Paulo, do TJ/SP, de 2 de julho de 2015 até 29 de novembro de 2017.

Por fim, declarou que nunca participou de conselhos de administração de empresas estatais ou de cargos de direção de agências reguladoras.

Registramos que em sua argumentação escrita o indicado demonstrou, de forma sucinta, sua experiência profissional, formação técnica adequada e afinidade intelectual e moral para o exercício do cargo de Conselheiro do CNJ.

Em vista do apresentado, julgamos que as Senhoras Senadoras e os Senhores Senadores que compõem a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania têm à sua disposição as informações necessárias para deliberar sobre a indicação do Dr. RICHARD PAULRO PAE KIM para compor o Conselho Nacional de Justiça.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SF/21816.77766-14



SENADO FEDERAL

OFÍCIO "S" Nº 13, DE 2021

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso V, da Constituição Federal, o nome do Juiz de Direito RICHARD PAULRO PAE KIM, para compor o Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no biênio 2021/2023, em vaga destinada a Juiz estadual.

AUTORIA: Supremo Tribunal Federal

DOCUMENTOS:

[- Texto do ofício](#)



[Página da matéria](#)



SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Esplanada dos Ministérios - CEP 70175-900 - Brasília - DF - www.stf.jus.br
Praça dos Três Poderes

Ofício Nº 1653046/PRES. STF

Brasília, 19 de agosto de 2021.

A Sua Excelência o Senhor
Senador RODRIGO PACHECO
Presidente do Senado Federal
Brasília – DF

Assunto: Indicação para o Conselho Nacional de Justiça

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, em Sessão Administrativa realizada em 19 de agosto de 2021, o Supremo Tribunal Federal indicou, para compor o Conselho Nacional de Justiça – Biênio 2021/2023, na forma do disposto nos incisos IV e V do art. 103-B da Constituição Federal, o Desembargador MAURO PEREIRA MARTINS, do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, e o Juiz de Direito RICHARD PAULO PAE KIM, do Tribunal de Justiça de São Paulo.

Encaminho a documentação exigida pela Resolução do Senado Federal nº 7, de 27 de abril de 2005, e pelo Ato nº 1, de 17 de outubro de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para apreciação por essa Casa Legislativa.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Ministro Luiz Fux, PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**, em 19/08/2021, às 19:12, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sistemas.stf.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1653046** e o código CRC **79E26225**.

232

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
SECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES DE MINISTROS

ATA DA SEGUNDA SESSÃO ADMINISTRATIVA DE 2021

Ata de Sessão de Julgamento
PLENO - SESSÃO ADMINISTRATIVA

Ata da Segunda Sessão Administrativa de 2021, realizada no dia 19 de agosto de 2021, em formato presencial e à distância.

Presidente: Ministro Luiz Fux

Secretário: Diretor-Geral da Secretaria - Edmundo Veras dos Santos Filho

Às 14h38, foi aberta a sessão.

O Senhor Presidente apresentou a lista de inscritos para as vagas de Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça, em razão do término do biênio dos mandatos do Desembargador Luiz Fernando Tomasi Keppen e do Juiz de Direito Mário Augusto Figueiredo de Lacerda Guerreiro. Aberta a sessão, votaram os Ministros Luiz Fux, Relator e Presidente, Ministro Gilmar Mendes, Ministro Ricardo Lewandowski, Ministra Cármen Lúcia, Ministro Dias Toffoli, Ministra Rosa Weber, Ministro Roberto Barroso, Ministro Edson Fachin, Ministro Alexandre de Moraes e o Ministro Kassio Nunes Marques. Efetuada a contagem dos votos no sistema, foram eleitos o Desembargador Mauro Pereira Martins, do TJ-RJ, com 7 (sete) votos, e o Juiz Richard Paulo Pae Kim, do TJ-SP, com 8 (oito) votos. O Desembargador Glênio José Wasserstein Hekman, do TJ-RS, recebeu 2 (dois) votos e a Juíza Amini Haddad Campos, do TJ-MT, recebeu 2 (votos). Houve 1 (um) voto de abstenção para a vaga de Desembargador.

Encerrou-se a sessão no dia 19 de agosto de 2021, às 14h40, e eu, Edmundo Veras dos Santos Filho, Diretor-Geral da Secretaria, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e por Sua Excelência o Senhor Ministro Presidente Luiz Fux.



Documento assinado eletronicamente por **Edmundo Veras Dos Santos Filho, SECRETÁRIO**, em 19/08/2021, às 17:37, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Ministro Luiz Fux, PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**, em 19/08/2021, às 18:07, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sistemas.stf.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1648564** e o código CRC **95EC454D**.



Richard Paulo Pae Kim

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/6428673396519957>

ID Lattes: **6428673396519957**

Última atualização do currículo em 25/06/2021

Graduação em Direito pela Universidade de São Paulo (1990), Mestrado em Direito Econômico e Financeiro pela Universidade de São Paulo (1997) e Doutorado em Direito do Estado pela Universidade de São Paulo (2002). Pós-doutorado em políticas públicas, administração e sistemas educacionais pela UNICAMP/SP (2010). Professor dos cursos de pós-graduação da Escola Paulista da Magistratura e da Escola Judiciária Eleitoral Paulista (TRE/SP). Coordenador Pedagógico dos Cursos de Pós-Graduação da Escola Judiciária Eleitoral Paulista. Conselheiro da Escola Judiciária Eleitoral Paulista (EJEP) do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo. Co-coordenador do Núcleo de Pesquisa Científica em Direito Constitucional da Escola Paulista da Magistratura. Co-coordenador da área de Direito Eleitoral da Escola Paulista da Magistratura (2020-2021). Atualmente exerce as funções de Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral Eleitoral no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e de Juiz de Direito Titular da 3ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Campinas (TJSP). Ex-Juiz Auxiliar e Instrutor de Gabinete no Supremo Tribunal Federal (2013 a 2017). Ex-Juiz Auxiliar de Gabinete no Tribunal Superior Eleitoral (2018). Ex-Juiz Auxiliar da Presidência e Secretário Especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica do Conselho Nacional de Justiça (2018-2020). É membro do Conselho Consultivo do Departamento de Pesquisas Judiciárias do CNJ (2018-2022). Atua principalmente nos seguintes temas: Direito Administrativo, Direito Constitucional, Direitos Humanos e Direitos Fundamentais, Direito Eleitoral, Direito da Infância e da Juventude e Direito Educacional. **(Texto informado pelo autor)**

Identificação

Nome	Richard Paulo Pae Kim
Nome em citações bibliográficas	KIM, Richard Pae; KIM, RICHARD PAE
Lattes ID	 http://lattes.cnpq.br/6428673396519957

Endereço

Endereço Profissional	Universidade Metodista de Piracicaba, Faculdade de Direito. Rodovia do Açúcar - Mario Dedini, km 156 Taquaral 13400911 - Piracicaba, SP - Brasil Telefone: (19) 31241671 URL da Homepage: www.unimep.br
------------------------------	---

Formação acadêmica/titulação

1999 - 2002	Doutorado em Direito. Universidade de São Paulo, USP, Brasil. Título: Responsabilidade do Estado nas Ocupações Ilícitas, Ano de obtenção: 2002. Orientador: Profa Dra. Odete Medauar. Palavras-chave: Desapropriação indireta; invasões; ocupações ilícitas; Responsabilidade do Estado; sem-terra; sem-teto. Grande área: Ciências Sociais Aplicadas Setores de atividade: Desenvolvimento Rural; Desenvolvimento Urbano; Serviços Coletivos Prestados Pela Administração Pública Na Esfera da Segurança e Ordem Pública, Inclusive Defesa Civil.
1992 - 1997	Mestrado em Direito.

234

Universidade de São Paulo, USP, Brasil.

Título: Desapropriação Urbanística, Ano de Obtenção: 1997.

Orientador: Prof Dr. José Afonso da Silva.

Palavras-chave: desapropriação; urbanismo; urbanístico.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas

Setores de atividade: Política Econômica e Administração Pública em Geral;

Desenvolvimento Urbano; Planejamento e Gestão das Cidades, Inclusive Política e Planejamento Habitacional.

Graduação em Direito.

Universidade de São Paulo, USP, Brasil.

1986 - 1990

Pós-doutorado

2008 - 2010

Pós-Doutorado.

Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Brasil.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas

Grande Área: Ciências Humanas / Área: Educação.

Grande Área: Ciências Humanas / Área: Ciência Política.

Formação Complementar

2020 - 2020

Formação de Formadores: DD Nível 1 - Módulo 3. (Carga horária: 16h).

Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, ENFAM, Brasil.

2018 - 2018

Alta Administração sobre Governança Pública e Diálogo Institucional CNJ.TCU.

(Carga horária: 3h).

Escola Superior do Tribunal de Contas da União, TCU, Brasil.

2018 - 2018

Formação de Formadores - Nível 1 - Módulo 1. (Carga horária: 24h).

Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, ENFAM, Brasil.

2018 - 2018

Formação de Formadores - Nível 1 - Módulo 2. (Carga horária: 40h).

Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, ENFAM, Brasil.

2014 - 2014

Ações Cíveis, Originárias, MS, Rescisória no STF. (Carga horária: 12h).

Supremo Tribunal Federal, STF, Brasil.

2013 - 2013

Extensão universitária em Direitos Fundamentais: conceito, ef.e perspectivas.

(Carga horária: 30h).

Fundação Armando Álvares Penteado, FAAP, Brasil.

Atuação Profissional

Universidade de São Paulo, USP, Brasil.

Vínculo institucional

2015 - 2017

Vínculo: Pesquisador, Enquadramento Funcional: Pesquisa e Desenvolvimento,

Carga horária: 1

Atividades

07/2015 - Atual

Pesquisa e desenvolvimento, Faculdade de Direito.

Linhas de pesquisa

Reforma Política e Direito Eleitoral

Universidade Metodista de Piracicaba, UNIMEP, Brasil.

Vínculo institucional

2008 - 2020

Vínculo: Celetista, Enquadramento Funcional: Professor Doutor, Carga horária: 40

Atividades

02/2012 - Atual

Pesquisa e desenvolvimento, Faculdade de Direito, Mestrado em Direito.

Linhas de pesquisa

Fundamentação dos Direitos Coletivos e Difusos

01/2010 - Atual

Conselhos, Comissões e Consultoria, Curso de Mestrado em Direito.

Cargo ou função

Integrante do Conselho do Curso de Mestrado em Direito da UNIMEP.

04/2008 - 12/2012

Pesquisa e desenvolvimento, Curso de Mestrado em Direito.

Linhas de pesquisa

Escola Judiciária Paulista do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, EJEP - TRE/SP, Brasil.**Vínculo institucional****2010 - Atual**

Vínculo: Conselheiro, Enquadramento Funcional: Coordenador Científico e Pedagógico, Carga horária: 1

Atividades**08/2010 - Atual**

Conselhos, Comissões e Consultoria, Escola Judiciária Eleitoral Paulista do Tribunal Regional Eleitoral de SP.

Cargo ou função

Conselheiro e Coordenador Pedagógico do Curso de pós-graduação em Direito Eleitoral e Processual Eleitoral.

Escola Paulista de Magistratura, EPM, Brasil.**Vínculo institucional****2003 - Atual**

Vínculo: Professor Contratado e Temporário, Enquadramento Funcional: sem vínculo, Carga horária: 1

Atividades**01/2003 - Atual**

Outras atividades técnico-científicas .

Atividade realizada

Orientação.

2002 - Atual

Ensino, Direito, Nível: Pós-Graduação

Disciplinas ministradas

Direito Público

2002 - Atual

Treinamentos ministrados .

Treinamentos ministrados

Juiz Formador

2004 - 05/2008

Direção e administração, Núcleo Regional de Campinas.

Cargo ou função

Coordenador do Núcleo Regional de Campinas da Escola Paulista da Magistratura.

Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Brasil.**Vínculo institucional****2005 - 2015**

Vínculo: Colaborador, Enquadramento Funcional: Pesquisador, Carga horária: 1

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, TJ/SP, Brasil.**Vínculo institucional****2008 - Atual**

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Membro da CIJ do TJSP, Carga horária: 0

Vínculo institucional**1993 - Atual**

Vínculo: Juiz de Direito, Enquadramento Funcional: Entrância final, Carga horária: 40

Atividades**1993 - Atual**

Outras atividades técnico-científicas , Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Atividade realizada

Juiz de Direito.

Universidade Paulista, UNIP, Brasil.**Vínculo institucional****2002 - 2007**

Vínculo: Celetista, Enquadramento Funcional: Professor titular, Carga horária: 40

Vínculo institucional**1998 - 1999**

Vínculo: Celetista, Enquadramento Funcional: Professor titular, Carga horária: 0

Atividades**06/2003 - 08/2007**

Conselhos, Comissões e Consultoria, Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Cargo ou função

Membro da comissão para elaboração da proposta para implantação do mestrado em Direito na UNIP.

1998 - 1999

Ensino, Direito, Nível: Graduação

Disciplinas ministradas

Direito Civil

Vínculo institucional**2015 - 2017**

Vínculo: Membro de Grupo de Trabalho, Enquadramento Funcional: Gestor das Competências Profissionais, Carga horária: 1

Outras informações

Membro do Grupo de Trabalho Interinstitucional Gestor das Competências Profissionais da Magistratura Nacional, instituído pelo Ato Conjunto ENFAM-ENAMAT nº 02/20015, nomeado pela Portaria nº 25, de 8 de outubro de 2015 da ENFAM.

Linhas de pesquisa

1. **Fundamentação dos Direitos Coletivos e Difusos**
 Objetivo: No século XIX, o Estado Constitucional firmou-se como Estado Liberal de Direito, baseado em direitos individuais abstratos, sem intervencionismo na ordem econômica e social. No século XX, a ineficácia desses direitos resultou no Estado Social de Direito, intervencionista, praticando direitos econômicos, sociais e culturais, mas ainda relativamente individualistas. O que gerou a necessidade de expandir esses direitos a fim de proteger coletivamente cada vez mais categorias sociais, até chegar a direitos coletivos e difusos, alcançando a sociedade em macro-categorias, bem como em seu todo. Desse modo, no limiar do século XXI, os direitos coletivos e difusos se expandem fundamentados e justificados pela necessidade de toda a sociedade, a partir do próprio Estado, de planejar o Estado Constitucional como Estado Social e Democrático de Direito.. Setores de atividade: Educação..
 Grande área: Ciências Sociais Aplicadas
 Palavras-chave: Direitos Difusos; Direito Coletivo.
2. **A formação da Cidadania e os Direitos Difusos e Coletivos**
 Objetivo: Objetiva pesquisar e estudar a formação histórico-jurídica da cidadania no Brasil, sob uma ótica constitucional, civilista e jus-filosófica, buscando demonstrar a importância da formação da cidadania no Brasil no processo de construção teórico-jurídica e instrumental dos Direitos Difusos e Coletivos. A construção dos Direitos Difusos e Coletivos, seu arcabouço teórico-jurídico e instrumental resulta, assim, como um processo decorrente da formação da cidadania no Brasil..
 Grande área: Ciências Sociais Aplicadas
 Palavras-chave: Direitos Fundamentais; Direitos Difusos; Direitos Coletivos; Direitos Humanos.
3. **Reforma Política e Direito Eleitoral**
 Objetivo: Os reflexos sociais apresentados a cada pleito eleitoral são imediatos, inevitavelmente porque nele é consolidado todo o cenário político da representação popular. Na atualidade, as diversas correntes políticas, contentes ou não com o resultado, proclamam, reverberando intensas demandas da sociedade, a necessidade de se reformular o Sistema Político-Representativo brasileiro, lançando-se numa verdadeira cruzada em direção à chamada "Reforma Política". O arcabouço de propostas normativas, seus impactos e repercussões no sistema político-representativo deu ensejo à edição da obra coletiva Reforma Política: um mito inacabado, com Cláudio Lembo na coordenação e Monica H.S.Caggiano na organização dos trabalhos (ISBN 978-7868-281-1). Em Curitiba/SP, no dia 09/12/2016 foi tema de exposição e debate em painel próprio no XXV Congresso do CONPEDI (<http://www.conpedi.org.br/eventos/xxv-congresso-do-conpedi-curitiba-pr-3/>)..
 Grande área: Ciências Sociais Aplicadas
 Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito Público.
 Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito Público / Especialidade: Direito Constitucional.
 Palavras-chave: Partidos Políticos; Sistemas Eleitorais; Constituição Federal; Processo Eleitoral.

Projetos de pesquisa**2017 - 2019**

TÉCNICAS DE INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL E SUA RELAÇÃO COM AS GARANTIAS DE DIREITOS FUNDAMENTAIS

Descrição: Algumas críticas doutrinárias têm surgido, em especial, atacando o suposto excesso de subjetividade das regras de interpretação constitucional. Essas contestações têm sustentado que a utilização das referidas regras de hermenêutica, frequentemente atingiriam de morte a segurança jurídica, a efetiva justiça, sociedade solidária, e o respeito à separação de poderes. Outros autores, ainda, sustentam que a abstração estaria a colocar em risco o desenvolvimento econômico nacional e a violar os preceitos fundamentais insculpidos nos artigos 2º e 3º da Constituição Federal. O fato é que, hodiernamente, a nossa doutrina ainda não chegou a uma precisão conceitual para a terminologia neoconstitucionalismo e ainda existem inúmeras dúvidas na doutrina sobre o seu preciso conteúdo. Estamos ainda no processo de identificação desse neologismo e, o que é pior, algumas afirmações, sem maior reflexão pelos seus anunciadores, têm sido repetidas em muitos escritos, desestabilizando o sistema jurídico e contribuindo para a criação de alguns paradoxos. Identificar alguns deles, respeitando sempre o intelecto dos personagens e de suas ideias, será um dos mote deste trabalho. Também, como objetivos desta pesquisa, hão de ser analisadas: i) cada uma das técnicas de interpretação constitucional; ii) a influências da teoria dos direitos fundamentais no sistema de interpretação constitucional vigente em nosso país; iii) e, por fim, os reflexos de cada uma das conclusões na garantia aos direitos fundamentais.. Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.

Integrantes: Richard Paulro Pae Kim - Coordenador / José Luiz Gavião de Almeida - Integrante / Everaldo Tadeu Quilici Gonzalez - Integrante / Victor Hugo Tejerina Velázquez - Integrante / José Antônio Remédio - Integrante.

2015 - 2017

REFORMA POLÍTICA

Descrição: Os reflexos sociais apresentados a cada pleito eleitoral são imediatos, inevitavelmente porque nele é consolidado todo o cenário político da representação popular, notadamente o novo contexto que se estabelecerá na legislatura e mandato governamental vindouros. Na atualidade, as diversas correntes políticas, contentes ou não com o resultado, proclamam, reverberando intensas demandas da sociedade, a necessidade de se reformular o Sistema Político-Representativo brasileiro, lançando-se numa verdadeira cruzada em direção à chamada "Reforma Política". Diversos institutos novos ou antigos hoje em vigor nesse sistema, tais como os Sistemas Eleitorais, a Reeleição, as Coligações Partidárias, entre outros, são postos em cheque surgindo uma profusão de propostas de reforma, atualmente contabilizados em inúmeros Projetos de Lei ou Emenda Constitucional já identificados. Esta pesquisa se debruçará sobre essas propostas, analisando seus impactos e repercussões no sistema político-representativo.. Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.

Integrantes: Richard Paulro Pae Kim - Integrante / Marco Antonio Martin Vargas - Integrante / Mônica Herman Salem Caggiano - Coordenador / Alexandre Sanson - Integrante / Tatiana Penharrubia Fagundes - Integrante / Rubens Beçak - Integrante / Alberto Luis Mendonça Rollo - Integrante / André Guilherme Lemos Jorge - Integrante / Bruno César Lorencini - Integrante / Cláudio Salvador Lembo - Integrante / Daniel Gustavo Falcão Pimentel dos Reis - Integrante / Evandro Fabiani Capano - Integrante / Paulo Henrique dos Santos Lucon - Integrante.

2013 - 2014

Número de produções C, T & A: 2

O impacto da Lei da Ficha Limpa nos Tribunais

Descrição: O objetivo geral da presente pesquisa e do Grupo de Pesquisa registrado no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), inserido na linha de pesquisa "Estado e Direitos Humanos" da Faculdade de Direito da USP é a análise da Lei da Ficha Limpa (Lei Complementar 135/2010) e seu impacto nas eleições brasileiras, notadamente por meio de pesquisa jurisprudencial da Justiça Eleitoral em âmbito regional e nacional, assim como a doutrina abalizada e recente sobre o assunto. Visa-se também perscrutar a quantidade e as razões pelas quais candidatos foram alijados do processo eleitoral, e quais os efeitos da aplicação desta novel legislação nos Tribunais pátrios.. Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.

Integrantes: Richard Paulro Pae Kim - Coordenador / Marco Antonio Martin Vargas - Integrante / Mônica Herman Salem Caggiano - Integrante / André de Carvalho Ramos - Integrante / Rubens Beçak - Integrante / Paulo Hamilton Siqueira - Integrante / Daniel Falcão - Integrante / Ana Paula Fuliaro - Integrante / Vivian

Gregori - Integrante / Ana Flávia Messa - Integrante / Marcelo Mazotti - Integrante / Alexandre Sanson - Integrante / Tatiana Penharrubia Fagundes - Integrante.

Mecanismos, Processos e Políticas Públicas de Efetivação dos Direitos Difusos e Coletivos

Descrição: O projeto de pesquisa tem como objetivo aprofundar o estudo das normas de procedimento e de organização a possibilitar a efetivação dos direitos fundamentais, no caso, coletivos e difusos. Assim, durante as pesquisas tentaremos conhecer a percepção de diferentes trabalhos científicos que não só estão na busca da construção de uma dogmática dos direitos fundamentais, como também daqueles que ao verificarem as diversas omissões estatais, apresentam teorias e sugestões de lege ferenda, a possibilitar que as normas que tratam de direitos fundamentais difusos e coletivos gerem maior eficácia e, uma vez editadas, proponham ou estabeleçam mecanismos efetivos para que regras de procedimento e de organização, inclusive aquelas atinentes aos processos judiciais, possam garantir os direitos que gerem direitos subjetivos coletivos e difusos

Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.

Integrantes: Richard Paulro Pae Kim - Coordenador / José Luiz Gavião de Almeida - Integrante / Jorge Luiz de Almeida - Integrante.

Número de produções C, T & A: 14

A autonomia metodológica dos direitos difusos e coletivos

Descrição: Descrição: Embora a Constituição Federal brasileira tenha rompido com a divisão clássica entre direitos privados e públicos, em especial, porque dispôs em seu Capítulo I, do Título II, ao tratar Dos Direitos e Garantias Fundamentais sobre os Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, a doutrina não conseguiu acompanhar a evolução estabelecida pelo texto constitucional e não tratou com maior cientificidade, não há maiores registros de estudos sob o aspecto epistemológico os chamados direitos fundamentais coletivos. No constitucionalismo democrático mundial, inclusive, os direitos e garantias constitucionais fundamentais, em regra, estabelecem valores que devem gerar efeitos jurídicos em todo o sistema normativo, eis que são a essência, a base que orienta e vincula a atuação não só do legislador constitucional, mas também do legislador ordinário, do administrador e daquele que exerce a jurisdição, além da pessoa física ou jurídica em geral. Para a identificação do direito fundamental coletivo não se mostra suficiente a análise da natureza da norma jurídica ou da relação jurídica ou, somente sob o aspecto da sua utilidade. Há que existir critérios científicos determinantes para a sua aferição, tanto no plano da titularidade, quanto das formas de proteção e de efetivação material do direito coletivo, possibilitando a este grupo de direitos uma autonomia para a sua identificação e estabelecimento dos efeitos jurídicos próprios e impróprios. Ao contrário do trato constitucional sobre os direitos individuais, o seu método é o pluralista, como tem sustentado boa parte da doutrina, preenchido com base em todos os elementos que integram o princípio democrático como base e diretriz primária do próprio direito da coletividade, além de outras diretrizes decorrentes da dogmática dos direitos fundamentais, positivada de forma expressa ou implícita na Constituição Federal. A autonomia metodológica do direito fundamental coletivo é, ao nosso ver, bem como de alguns doutrinador.. Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa..

Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.

Integrantes: Richard Paulro Pae Kim - Coordenador / José Luiz Gavião de Almeida - Integrante / Jorge Luiz de Almeida - Integrante / Everaldo Tadeu Quilici Gonzalez - Integrante / Sergio Resende de Barros - Integrante / José Antônio Remédio - Integrante / vitor hugo tejerina vilazquez - Integrante.

Número de produções C, T & A: 13

DEMOCRATIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PELOS CONSELHOS NA TUTELA DOS INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS DOS CIDADÃOS

Descrição: Assim, por esta pesquisa, tentaremos conhecer a percepção de diferentes agentes envolvidos com a implementação de políticas públicas, a natureza jurídica de suas decisões e sobre a existência e a vitalidade dos mecanismos de controle social sobre os programas. Há que se buscar um conceito jurídico de políticas públicas e estabelecer critérios a autorizar a divisão entre políticas vinculantes e as discricionárias quando decorrentes de deliberações dos Conselhos. Avaliar os regimes jurídicos dos Conselhos e elencar, dentro da

conformação constitucional, os seus atributos no tocante à fiscalização e gestão compartilhada das políticas públicas..

239

Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.

Alunos envolvidos: Graduação: (1) .

Integrantes: Richard Paulro Pae Kim - Coordenador / Valsielen Adiani Miranda - Integrante.

Financiador(es): Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - Bolsa.

Número de produções C, T & A: 5

Linha de Pesquisa Políticas Públicas para Crianças e Adolescentes - NEPP - Núcleo de Estudos de Políticas Públicas da UNICAMP

Descrição: Esta linha de pesquisa tem por objetivo avaliar a eficácia, eficiência e efetividade de políticas voltadas para crianças e adolescentes, a partir da aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) e das regulamentações posteriores. Esta linha buscará também a análise comparada de políticas voltadas para infância e adolescência entre países..

Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.

Alunos envolvidos: Especialização: (1) / Mestrado acadêmico: (2) Doutorado: (2) .

2008 - 2013

Integrantes: Richard Paulro Pae Kim - Integrante / PEREZ, José Roberto Rus - Coordenador / HIRATA, Regina Maria - Integrante / COELHO, Rodrigo Pereyra de Sousa - Integrante.

2008 - 2012

A formação da Cidadania e os Direitos Difusos e Coletivos

Descrição: Objetiva pesquisar e estudar a formação histórico-jurídica da cidadania no Brasil, sob uma ótica constitucional, civilista e jus-filosófica, buscando demonstrar a importância da formação da cidadania no Brasil no processo de construção teórico-jurídica e instrumental dos Direitos Difusos e Coletivos. A construção dos Direitos Difusos e Coletivos, seu arcabouço teórico-jurídico e instrumental resulta, assim, como um processo decorrente da formação da cidadania no Brasil..

Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.

Integrantes: Richard Paulro Pae Kim - Coordenador / José Luiz Gavião de Almeida - Integrante / Jorge Luiz de Almeida - Integrante / Everaldo Tadeu Quilici Gonzalez - Integrante / Victor Hugo Tejerina Velázquez - Integrante / Sergio Resende de Barros - Integrante.

2005 - 2015

Número de produções C, T & A: 47

Grupo de Pesquisa do NEPP - Núcleo de Estudos de Políticas Públicas

Descrição: Abrange a análise de políticas setoriais, do ponto de vista da organização do subsistema que as apóia, assim como da perspectiva de sua formulação, gestão, implementação e avaliação. Aqui estão agrupados os projetos referentes às políticas de Habitação, Previdência Social, Abastecimento, Alimentação e Nutrição, Transportes coletivos, Saneamento básico, Atenção ao Menor e Segurança Pública e Justiça. A política de Saúde compõe uma linha específica..

Situação: Desativado; Natureza: Pesquisa.

Alunos envolvidos: Mestrado acadêmico: (4) .

Integrantes: Richard Paulro Pae Kim - Integrante / PEREZ, José Roberto Rus - Coordenador / HIRATA, Regina Maria - Integrante / COELHO, Rodrigo Pereyra de Sousa - Integrante.

2005 - 2008

Cidadania e Responsabilidade Pública

Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa.

Integrantes: Richard Paulro Pae Kim - Coordenador.

Projetos de desenvolvimento

2008 - Atual

Projeto de Pesquisa - Monitoramento da Implantação do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária no Estado de São Paulo

Descrição: O NEPP da UNICAMP criou o Observatório de Convivência Familiar e

Comunitária, que tem como objetivos principais estimular a divulgação do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC), a avaliação quanto ao seu cumprimento por todos os sujeitos indicados no Plano, e debater de forma ampla as ações públicas que seriam exigíveis para a consecução dos objetivos declinados..
Situação: Em andamento; Natureza: Desenvolvimento.
Alunos envolvidos: Mestrado acadêmico: (4) .

Integrantes: Richard Paulro Pae Kim - Integrante / PEREZ, José Roberto Rus - Coordenador.

Outros Projetos

2002 - 2008

Grupo de pesquisa Direito e Cidadania
Descrição: O objetivo é verificar de que forma há o efetivo exercício da cidadania, na busca da defesa de seus direitos, com a fixação da responsabilidade civil a todos aqueles que violam esses direitos, seja o Poder Público ou o a pessoa privada..
Situação: Em andamento; Natureza: Outra.

Integrantes: Richard Paulro Pae Kim - Coordenador.

Membro de corpo editorial

2019 - 2020

Periódico: Revista do Conselho Nacional de Justiça - e-Revista CNJ

2017 - Atual

Periódico: Revista eletrônica de Direito Eleitoral e Sistema Político - ReDESP

2013 - Atual

Periódico: Revista da Escola Paulista de Magistratura

2013 - 2015

Periódico: Revista de Direito da Infância e da Juventude

2009 - Atual

Periódico: Cadernos de Direito (UNIMEP))

Revisor de periódico

2008 - 2020

Periódico: Cadernos de Direito (UNIMEP)

2010 - Atual

Periódico: Revista Brasileira da Políticas Públicas

2012 - Atual

Periódico: Revista Thesis Juris

2012 - Atual

Periódico: Revista de Direito Brasileira/ Brazilian Journal of Law

2013 - Atual

Periódico: Prisma Jurídico (UNINOVE. Impresso)

2013 - Atual

Periódico: Prisma Jurídico (Online)

2014 - Atual

Periódico: Impulso (Piracicaba)

2014 - Atual

Periódico: Criterio Juridico

2017 - Atual

Periódico: Revista Eletrônica de Direito Eleitoral e Sistema Político

Áreas de atuação

1.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito Administrativo.

2.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito Público/Especialidade: Direito Constitucional.

3.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito Eleitoral e Processual Eleitoral.

4.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Políticas Públicas e Direitos Sociais.

5.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito da Infância e da Juventude.

6.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direitos Humanos e Direito Educacional.

Idiomas

Português

Compreende Bem, Fala Bem, Lê Bem, Escreve Bem.

Inglês

Compreende Bem, Fala Razoavelmente, Lê Bem, Escreve Razoavelmente.

Prêmios e títulos

2020	Medalha Mello Mattos, ABRAMINJ - Associação Brasileira dos Magistrados da Infância e da Juventude.
2020	Medalha Ministro Célio Silva, COPEJE - Colégio Permanente de Juristas da Justiça Eleitoral.
2019	Diploma de Honra ao Mérito, Câmara Municipal de São Paulo e a Associação Brasileira dos Coreanos.
2019	Troféu Dom Quixote de la Mancha, Revista Justiça & Cidadania e Confraria Dom Quixote.
2019	Ordem do Mérito Judiciário - Grau Comendador, Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região - SP.
2018	Medalha Centenária do 1º Batalhão de Polícia de Choque TOBIAS DE AGUIAR, 1º Batalhão de Choque da Polícia Militar de São Paulo.
2017	Patrono da Turma da Faculdade de Direito de 2016 da UNIMEP, UNIMEP - Universidade Metodista de Piracicaba.
2017	Medalha Ouro da Ordem do Mérito Judiciário da Justiça do Trabalho da 15ª Região, Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região.
2016	Colar do Mérito Eleitoral Paulista, TRE/SP - Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo.
2015	Título de Cidadão do Município de Campinas, Câmara Municipal de Campinas-SP.
2014	Patrono da Turma de Graduação da Faculdade de Direito de 2013 - diurno, Universidade Metodista de Piracicaba - Campus Taquaral.
2014	Prêmio PROTEÇÃO INTEGRAL, ABMP - Associação Brasileira de Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores Públicos da INF.JUV.
2013	Participação na obra coletiva EDUCAÇÃO JURÍDICA - 2º Lugar no 55º Prêmio Jabuti - área Direito, Prêmio JABUTI - Câmara Brasileira do Livro.
2012	Professor Homenageado da Turma de 2012 da Faculdade de Direito da UNIMEP, UNIMEP - Universidade Metodista de Piracicaba.
2012	Patrono da 13a. Turma de Formandos, Patrulheiros de Campinas - Centro de Aprendizagem e Mobilização pela Cidadania.
2011	Patrono da Turma da Faculdade de Direito de 2010 da UNIMEP, UNIMEP - Universidade Metodista de Piracicaba.
2005	Medalha Centenário do 8o. BPM/I, Oitavo Batalhão de Polícia Militar do Interior do Estado de São Paulo.
2004	Diploma de Mérito Jurídico, Câmara Municipal de Campinas do Estado de São Paulo.

Produções

Produção bibliográfica

Artigos completos publicados em periódicos

Ordenar por

Ordem Cronológica

1. **KIM, Richard Pae;** SILVA, F. A. G. E. . A Gestão Estratégica no Poder Judiciário e seus avanços nos 15 anos do Conselho Nacional de Justiça. Revista CNJ, v. 01, p. 207-2018, 2020.
2. **KIM, Richard Pae;** SOARES, Gabriela Moreira de Azevedo . Contribuições das estatísticas e das pesquisas como mecanismos de criação e avaliação das políticas públicas do Poder Judiciário. Revista CNJ, v. 3, p. 84-95, 2019.
3. **KIM, Richard Pae;** BENASSI, Maria Cristina Kunze dos Santos . O direito fundamental ao 'processo justo' e seu conteúdo jurídico. REVISTA DE PROCESSO, v. 279, p. 139-174, 2018.
4. **KIM, Richard Pae;** TOMMASIELLO, Flávia Carneiro . A produção acadêmica jurídica sobre as ações afirmativas no Brasil (2013 a 2016): teses e dissertações sob a ótica dos direitos humanos e fundamentais. Revista de Direito Brasileira, v. 19, p. 276-297, 2018.

5. **KIM, Richard Pae.** Educação de qualidade no Brasil: por uma Lei de Responsabilidade Educacional. Revista Com Censo, v. 4, p. 1-12, 2017.
6. **KIM, Richard Pae; ALTARUGIO, V. .** Modulação e sua amplificação para a garantia do princípio da segurança jurídica e do interesse social. CADERNOS DE DIREITO, v. 17, p. 329-355, 2017.
7. **KIM, Richard Pae.** Fundamentalidade dos direitos políticos: elegibilidade e inelegibilidade. Cadernos Jurídicos (EPM), v. 17, p. 77-98, 2016.
8. **KIM, Richard Pae; BOLZAM, Angelina Cortelazzi .** Direito à Educação de Qualidade e seus Fundamentos Jurídicos. Cadernos de Direito, v. 15, p. 167-200, 2015.
9. **KIM, Richard Pae.** Separação de poderes e as teorias interna e externa dos direitos fundamentais: direitos sociais e a inaplicabilidade da teoria externa. Revista de Direito Brasileira, v. 10, p. 273-301, 2015.
10. **KIM, Richard Pae; COVIC, C. C. .** O direito fundamental a um processo sem dilações indevidas: julgamento antecipado da lide, parcial e prima facie como institutos processuais de garantia. Revista de Processo, v. 229, p. 13-48, 2014.
11. **KIM, Richard Pae; Porto, Valéria do Vale .** O conteúdo da moralidade na Lei de Improbidade Administrativa: obrigação à conduta do homem público e direito fundamental difuso do cidadão. Revista de Direito Administrativo, v. 266, p. 125-166, 2014.
12. **BOSCARO, Márcio Antônio ; KIM, Richard Pae .** Responsabilidade pública pela omissão no exercício do poder de polícia e a evolução pelos precedentes dos tribunais superiores. Revista de Direito Administrativo Contemporâneo, v. 12, p. 149-172, 2014.
13. **KIM, Richard Pae.** Jurisprudência comentada. STF. Depoimento sem dano. Depoimento especial. Legitimidade do procedimento. RO em HC.. Revista de Direito da Infância e da Juventude, v. 4, p. 263-271, 2014.
14. **KIM, Richard Pae.** Direito à convivência familiar da criança e do adolescente: direitos fundamentais, princípios constitucionais e alternativas ao acolhimento institucional, de Sérgio Luiz Kreuz - Resenha. Revista de Direito da Infância e da Juventude, v. 3, p. 293-294, 2014.
15. **KIM, Richard Pae.** Estatuto da Criança e do Adolescente comentado artigo por artigo: Lei 8.069/1990, de Luciano Alves Rossato, Paulo Eduardo Lépre e Rogério Sanches Cunha - Resenha. Revista de Direito da Infância e da Juventude, v. 3, p. 297-300, 2014.
16. **KIM, Richard Pae; FERREIRA, L. A. M. .** O novo regime jurídico dos Conselhos Tutelares pela Lei 12.696/2012. Revista de Direito da Infância e da Juventude, v. 01, p. 101-124, 2013.
17. **KIM, Richard Pae.** Comentário a jurisprudência do STJ - A união homoafetiva e a ação de adoção unilateral. Revista de Direito da Infância e da Juventude, v. 01, p. 211-228, 2013.
18. **KIM, Richard Pae; AMENT, Thiago Henrique .** A Efetividade da Justiça e os Poderes Instrutórios do Magistrado: a fundamentalidade, a dimensão organizatória e procedimental e os princípios norteadores. Direitos Fundamentais & Justiça, v. 24, p. 39-79, 2013.
19. **KIM, Richard Pae; COVIC, C. C. .** Jurisprudência comentada. ECA. Competência territorial. Art. 147, I e II, do ECA. Conflito de Competência. Considerações sobre o juízo imediato, competência pelo domicílio dos genitores e o princípio do interesse superior da criança e do adolescente.. REVISTA DE DIREITO DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE, v. 01, p. 263-274, 2013.
20. **KIM, Richard Pae; EZEQUIEL, Amanda Goveia .** Direito fundamental aos alimentos e a execução em face da Lei 11.232/2005. Revista de Processo, v. 208, p. 171-202, 2012.
21. **KIM, Richard Pae; MENOZZI JUNIOR, M. .** Princípio da Proporcionalidade e Fundamentalidade - o sentido para o legislador e para o hermeneuta. Caderno de Direito, v. 12, p. 167-186, 2012.
22. **KIM, Richard Pae; MENOZZI JUNIOR, M. .** Princípio da Proporcionalidade e Fundamentalidade - o sentido para o legislador e para o hermeneuta. Cadernos de Direito (UNIMEP), v. 12, p. 167-186, 2012.
23. **KIM, Richard Pae.** Jurisprudência Comentada e Anotada. Estatuto da Criança e do Adolescente. Poder normativo da autidade judiciária. Limites. Art. 149 da Lei no. 8.069/1990. Revista dos Tribunais (São Paulo. Impresso), v. 926, p. 665-682, 2012.
24. **KIM, Richard Pae; VENTURINE, Daniel Manrique .** O conteúdo jurídico do direito fundamental social ao lazer. Revista da Escola Paulista de Magistratura, v. 12, p. 113-140, 2012.
25. **KIM, Richard Pae; MENOZZI JUNIOR, M. .** Direito à saúde: eficácia das normas constitucionais. Diritto & Diritti, v. 000000, p. 31.03.2011, 2011.
26. **KIM, Richard Pae.** Derecho constitucional y fundamental de constituir una familia en Brazil ? la igualdad y adopción por parejas homosexuales. Diritto & Diritti, v. 01, p. 01-20, 2011.
27. **KIM, Richard Pae; MIRANDA, V. A. .** Democratização das políticas públicas pelos Conselhos e tutela dos interesses fundamentais. Cadernos de Direito (UNIMEP), v. 10, p. 69-89, 2011.
28. **KIM, Richard Pae.** Direito Fundamental de Constituir uma Família - a adoção por casais homoafetivos. Revista IOB de Direito da Família, v. 11, p. 16-37, 2010.

29. **KIM, Richard Pae**; PUPIN, R. L. . Hermenêutica, o pensamento tópico e sua aplicação no Direito. Revista do Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade Federal da Bahia, v. 20, p. 135-154, 2010. 243
30.  **KIM, Richard Pae**. Neoconstitucionalismo - hermenêutica constitucional e atividade jurisdicional na tutela dos direitos do cidadão. Revista da Ajuris, v. 36, p. 269-290, 2009.
31. Eduardo Rezende Melo ; **KIM, Richard Pae** . Depoimento com redução de dano como instrumento de garantia constitucional da dignidade do tratamento à vítima de violência sexual e doméstica: uma nova perspectiva. Revista da Escola Paulista de Magistratura, v. 08, p. 95-128, 2008.
32.  **KIM, Richard Pae**; Eduardo Rezende Melo . Depoimento com Redução de Dano e a Importância de sua Implementação e Funcionamento para Crianças e Adolescentes vítimas de Maus-tratos. Justitia (São Paulo), v. 197, p. 387-408, 2007.
33. **KIM, Richard Pae**. Responsabilidade do Estado. Acidente em rodovia administrada por concessionária (...). Cadernos Jurídicos (São Paulo), v. 27, p. 25-28, 2006.
34. **KIM, Richard Pae**. Serviços Públicos e Relação de Consumo - Responsabilidades. Revista de Direito e Legislação, Campinas -SP, v. 06, p. 07-48, 2005.
35. **KIM, Richard Pae**. A responsabilidade do Estado por omissão é objetiva. Revista do Instituto de Pesquisas e Estudos, Instituição Toledo de Ensino d, v. 39, p. 177-180, 2004.
36. **KIM, Richard Pae**. Sentença. Ação Civil Pública. Pretendida adequação ao ECA de sociedade civil que tem por finalidade educação e colocação profissional de adolescentes. Competência da Vara da Infância e da Juventude. Inexistência de afronta ao regramento legal. Improcedência. Cadernos Jurídicos (São Paulo), São Paulo, v. 5, n.24, p. 75-84, 2004.

Livros publicados/organizados ou edições

1. Loureiro, Francisco Eduardo (Org.) ; Pretto, Renato Siqueira de (Org.) ; **KIM, Richard Pae** (Org.) . A vida dos direitos nos 30 anos da Constituição Federal. 1. ed. São Paulo: Escola Paulista da Magistratura, 2019. v. 1. 606p .
2. Pretto, Renato Siqueira de (Org.) ; **KIM, Richard Pae** (Org.) ; TERAOKA, Thiago Massao Cortizo (Org.) . Federalismo e Poder Judiciário. 1. ed. São Paulo: Escola Paulista da Magistratura, 2019. v. 01. 439p .
3. Pretto, Renato Siqueira de (Org.) ; **KIM, Richard Pae** (Org.) ; TERAOKA, Thiago Massao Cortizo (Org.) . Interpretação constitucional no Brasil. 1. ed. São Paulo: Escola Paulista da Magistratura, 2017. v. 1. 543p .
4. NORONHA, João Otávio (Org.) ; **KIM, Richard Pae** (Org.) . Sistema Político e Direito Eleitoral Brasileiros: Estudos em homenagem ao Ministro Dias Toffoli. 1. ed. São Paulo: Atlas - GEN, 2016. v. 1. 821p .
5. **KIM, Richard Pae**; MAFRA, Tereza Cristina Monteiro (Org.) . Direito Civil Constitucional. 25. ed. Florianópolis: Conpedi, 2016. v. 1. 344p .
6. **KIM, Richard Pae**; FERREIRA, Luiz Antônio Miguel (Org.) ; BERGAMASCHI, A. (Org.) ; CRUZ, Priscila (Org.) . Justiça pela Qualidade na Educação. 01. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2013. v. 01. 820p .
7. MORAES, Alexandre de (Org.) ; **KIM, Richard Pae** (Org.) . CIDADANIA: o novo conceito jurídico e a sua relação com os direitos fundamentais individuais e coletivos. 01. ed. São Paulo: Editora Atlas S/A, 2013. v. 01. 296p .
8. **KIM, Richard Pae**; BARROS, Sergio Resende de (Org.) ; KOSAKA, Fausto K. M. (Org.) . Direitos Fundamentais Coletivos e Difusos: questões sobre a fundamentalidade. 01. ed. São Paulo: Verbatim Editora, 2012. v. 01. 232p .
9. **KIM, Richard Pae**; GUILHERME, Walter de Almeida (Org.) ; SILVEIRA, Vladimir Oliveira (Org.) . Direito Eleitoral e Processual Eleitoral: Temas Fundamentais. 01. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012. v. 01. 424p .
10.  **KIM, Richard Pae**. Responsabilidade do Estado nas Ocupações Ilícitas - Invasões dos sem-teto e dos sem terra - A omissão do Estado no Poder de Polícia. 1. ed. Campinas: Edicamp: Icone editora, 2004. v. 1. 363p .

Capítulos de livros publicados

1. GUERREIRO, Mario Augusto Figueiredo de Lacerda ; **KIM, Richard Pae** . O papel do Conselho Nacional de Justiça na implantação da Cooperação Judiciária Nacional. In: Fredie Didier Jr; Antonio do Passo Cabral. (Org.). Cooperação Judiciária Nacional. 1ed.Salvador: JusPodium, 2021, v. 1, p. 117-128.
2. **KIM, Richard Pae**; EISAQUI, Daniel Dela Coleta . Máximo Existencial Possível no sopesamento entre o direito fundamental à educação superior e o interesse público ao equilíbrio fiscal. In: Daniel Castro Gomes da Costa; Reynaldo Soares da Fonseca; Sérgio Silveira Banhos; Tarcísio Vieira de Carvalho Neto. (Org.). Democracia, Justiça e Cidadania: desafios e perspectivas. 1ed.Belo Horizonte: Fórum, 2020, v. 2, p. 175-196.
3. **KIM, Richard Pae**; SILVA, F. A. G. E. . Metas Nacionais como importante mecanismo de Gestão Estratégica do Poder Judiciário. In: Ministro Luis Felipe Salomão. (Org.). Magistratura do Futuro. 1ed.Rio de Janeiro: JC Editora, 2020, v. 1, p. 99-114.
4. **KIM, Richard Pae**; PESSOA, Flávia Moreira Guimarães . O formulário de risco como ferramenta para a garantia de direitos fundamentais de vítimas de violência doméstica. In: Eunice Aparecida de Jesus Prudente; Adriana de Melo Nunes Martorelli; Vivian Gregori Torres. (Org.). Gênero, Etnia e Sexualidade: mecanismos de prevenção à violência. 1ed.São Paulo: Editora LibArs, 2020, v. 1, p. 465-480.
5. **KIM, Richard Pae**; BARREIRO, Camila da Silva . Supremo Tribunal Federal e a modulação dos efeitos de suas decisões. In: Luiz Fux; Bruno Bodart; Fernando Pessoa da Silveira Mello. (Org.). A Constituição da República

- segundo Ministros Juizes auxiliares e Assessores do STF. 1ed.Salvador: Juspodium, 2019, v. 01, p. 251-280.
6. **KIM, Richard Pae.** O cidadão como usuário do serviço público na Constituição brasileira. In: Francisco Eduardo Loureiro; Renato Siqueira de Pretto; Richard Pae Kim. (Org.). A vida dos direitos nos 30 anos da Constituição Federal. 1ed.São Paulo: Escola Paulista da Magistratura, 2019, v. 01, p. 515-548.
 7. **KIM, Richard Pae.** O Conselho Nacional de Justiça e suas políticas judiciais garantidoras de direitos fundamentais. In: Renato Siqueira de Pretto; Richard Pae Kim; Thiago Massao Cortizo Teraoka. (Org.). Federalismo e Poder Judiciário. 1ed.São Paulo: Escola Paulista da Magistratura, 2019, v. 01, p. 331-358.
 8. **KIM, Richard Pae.** O juiz com toga e o respeito à segurança jurídica. In: Alexandre de Moraes; André Luiz de Almeida Mendonça. (Org.). Democracia e Sistema de Justiça: obra em homenagem aos 10 anos do Ministro Dias Toffoli no Supremo Tribunal Federal. 1ed.Belo Horizonte: Fórum, 2019, v. 1, p. 525-550.
 9. **KIM, Richard Pae; CAMPOS, Marcelo Vieira .** O efeito suspensivo dos recursos sob a ótica da Minirreforma Eleitoral de 2015 e do novo Código de Processo Civil. In: Tarcísio Vieira de Carvalho Neto; Carlos Eduardo Frazão; Rafael Nagime. (Org.). Reforma Política e Direito Eleitoral Contemporâneo. Estudos em homenagem ao Ministro Luiz Fux. 1ed.Ribeirão Preto: Migalhas, 2019, v. II, p. 445-466.
 10. **KIM, Richard Pae; SOARES, Gabriela Moreira de Azevedo .** O CNJ e a importância do diagnóstico na elaboração das políticas públicas judiciais. In: Dias Toffoli; Felipe Santa Cruz; André Godinho. (Org.). Emenda Constitucional n. 45/2004: 15 anos do novo Poder Judiciário. 1ed.Brasília: OAB, 2019, v. 1, p. 515-542.
 11. **KIM, Richard Pae; VARGAS, M. A. M. .** Recursos Eleitorais perante os Tribunais Regionais, os Ordinários e o Novo Código de Processo Civil. In: Costa, Daniel Castro Gomes da; Rollemberg, Gabriela; Kufa, Karina; Carvalho Neto, Tarcísio Vieira de.. (Org.). Tópicos Avançados de Direito Processual Eleitoral: de acordo com a Lei n. 13.165/15 e com o novo Código de Processo Civil. Ied.Belo Horizonte: Arraes Editores, 2018, v. 1, p. 137-160.
 12. **KIM, Richard Pae; REMEDIO, J. A. ; SILVA, Marcelo Rodrigues da .** Crimes contra a honra e a verdade nas campanhas eleitorais na internet: uma necessária revisitação em uma sociedade em rede. In: Luiz Fux; Luiz Fernando Casagrande Pereira; Walber de Moura Agra. (Org.). Direito penal e processo penal eleitoral. 1ed.Belo Horizonte: Fórum, 2018, v. 8, p. 199-222.
 13. **KIM, Richard Pae; VARGAS, M. A. M. .** Fundamentos da Democracia e o Voto Facultativo. In: Luiz Fux; Luiz Fernando Casagrande Pereira; Walber de Moura Agra. (Org.). Direito Constitucional Eleitoral. 1ed.Belo Horizonte: Fórum, 2018, v. 1, p. 193-208.
 14. **KIM, Richard Pae.** A terceira margem da liberdade. In: José Antônio Dias Toffoli. (Org.). 30 anos da Constituição Brasileira: democracia, direitos fundamentais e instituições. 1ed.Rio de Janeiro: Forense, 2018, v. 1, p. 719-750.
 15. **KIM, Richard Pae.** Políticas públicas e o Poder Judiciário na tutela dos direitos fundamentais de crianças e adolescentes. In: José Maurício Conti. (Org.). Poder Judiciário: políticas públicas. 1ed.São Paulo: Almedina, 2018, v. 2, p. 485-514.
 16. **KIM, Richard Pae.** Comentários aos artigos 1.027 ao 1.035 do Código de Processo Civil. In: Silas Silva Santos; Fernando Antônio Maia da Cunha; Milton Paulo de Carvalho Filho; Antônio Rigolin. (Org.). Comentários ao Código de Processo Civil: perspectivas da magistratura. 1ed.São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2018, v. 01, p. 1042-1053.
 17. **KIM, Richard Pae.** Multipartidarismo no Brasil: paradoxos e propostas. In: Mônica Herman S. Caggiano. (Org.). Reforma política: um mito inacabado. 1ed.Barueri: Manole, 2017, v. 1, p. 306-347.
 18. **KIM, Richard Pae.** Pós-positivismo e alguns paradoxos sobre a interpretação constitucional. In: Richard Pae Kim; Renato Siqueira de Pretto; Thiago Massao Cortizo Teraoka. (Org.). Interpretação Constitucional no Brasil. 1ed.São Paulo: Escola Paulista da Magistratura, 2017, v. 1, p. 491-522.
 19. **KIM, Richard Pae.** O direito social à Educação e a jurisprudência da Suprema Corte do Brasil: o garantismo e a negação ao ativismo judicial. In: Priscila Cruz, Luciano Monteiro, Ricardo Falzetta. (Org.). Reflexões sobre Justiça e Educação. 1ed.São Paulo: Moderna, 2017, v. 1, p. 17-42.
 20. **KIM, Richard Pae.** Representação política e Multipartidarismo. In: NORONHA, João Otávio de; KIM, Richard Pae. (Org.). Sistema Político e Direito Eleitoral Brasileiros: estudos em homenagem ao Ministro Dias Toffoli. 01ed.São Paulo: Atlas - GEN, 2016, v. 01, p. 633-672.
 21. **KIM, Richard Pae; BOLZAM, Angelina Cortelazzi .** Paradoxos decorrentes da interpretação do Estatuto da Pessoa com Deficiência sobre a capacidade civil. In: Richard Pae Kim; Tereza Cristina Monteiro Mafra. (Org.). XXV Encontro Nacional do Conpedi - Direito Civil Constitucional. 25ed.Florianópolis: Conpedi, 2016, v. 1, p. 98-118.
 22. **KIM, Richard Pae.** O Conselho Nacional De Justiça como Órgão Garantidor e Qualificador de Direitos Fundamentais. In: Ricardo Lewandowski; José Renato Nalini. (Org.). O CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA E SUA ATUAÇÃO COMO ÓRGÃO DO PODER JUDICIÁRIO - Homenagem aos 10 anos do CNJ. 1ed.São Paulo: Quartier Latin, 2015, v. 1, p. 115-136.
 23. **KIM, Richard Pae; COVIC, C. C. .** O direito fundamental a um processo sem dilações indevidas:julgamento antecipado da lide, parcial e prima facie como institutos processuais de garantia. In: Clémerson Merlin Cléve. (Org.). Direto Constitucional: Direitos e Garantias Fundamentais. 1a.ed.São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015, v. IX, p. 515-554.
 24. **KIM, Richard Pae.** Estatuto da Criança e do Adolescente. In: Caetano Lagrasta Neto; José Fernando Simão. (Org.). Direito de Família: dicionário. 1ed.São Paulo: Atlas e GEN, 2015, v. 1, p. 339-343.
 25. **KIM, Richard Pae.** Família Natural, Extensa ou Ampliada, de Origem e Substituta. In: Caetano Lagrasta Neto; José Fernando Simão. (Org.). Direito de Família: Dicionário. 1ed.São Paulo: Atlas e GEN, 2015, v. 1, p. 361-366.
 26. **KIM, Richard Pae; SIQUEIRA JUNIOR, P. H. .** Inelegibilidade e a Lei da Ficha Limpa: consequências do julgamento pelo Supremo Tribunal Federal (ADC 29 e 30 e da ADIN 4578). In: Mônica Herman Caggiano. (Org.).

27. **KIM, Richard Pae**; PEREZ, José Roberto Rus . Responsabilidades públicas, controles e exigibilidades do direito a uma Educação de qualidade. In: Richard Pae Kim; Luiz Antonio Miguel Ferreira; Andrea Bergamaschi e Priscila Cruz. (Org.). Justiça pela Qualidade na Educação. 01ed.São Paulo: Editora Saraiva, 2013, v. 01, p. 711-794.
28. **KIM, Richard Pae**. O Conteúdo Jurídico da Cidadania na Constituição Federal do Brasil. In: ALEXANDRE DE MORAES; RICHARD PAE KIM. (Org.). CIDADANIA: o novo conceito jurídico e a sua relação com os direitos fundamentais individuais e coletivos. 01ed.São Paulo: Editora Atlas S/A, 2013, v. 01, p. 17-41.
29. VARGAS, M. A. M. ; **KIM, Richard Pae** . Voto Facultativo e os Fundamentos da Democracia: Diálogos Sobre a Noção de Cidadania. In: ALEXANDRE DE MORAES; RICHARD PAE KIM. (Org.). CIDADANIA: o novo conceito jurídico e a sua relação com os direitos fundamentais individuais e coletivos. 01ed.São Paulo: Editora Atlas S/A, 2013, v. 01, p. 152-164.
30. **KIM, Richard Pae**. Fundos públicos e políticas públicas educacionais. In: Vladimir Oliveira da Silveira; Samyra Haydee Dal Farra Naspolini Sanches; Mônica Bonetti Couto. (Org.). Educação Jurídica. 01ed.São Paulo: Saraiva, 2012, v. 01, p. 431-452.
31. **KIM, Richard Pae**. Elegibilidade, condições de elegibilidade, inelegibilidade e a Lei da Ficha Limpa: fundamentalidade dos direitos políticos e a moldura constitucional. In: Walter de Almeida Guilherme; Richard Pae Kim; Vladimir Oliveira da Silveira. (Org.). Direito Eleitoral e Processual Eleitoral: Temas fundamentais. 01ed.São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012, v. 01, p. 97-132.
32. **KIM, Richard Pae**. Titularidade dos Direitos Fundamentais Difusos e Coletivos. In: Kim, Richard Pae; Barros, Sérgio Rezende de; Kosaka, Fausto K. M.. (Org.). Direitos Fundamentais Coletivos e Difusos: questões sobre a fundamentalidade. 01ed.São Paulo: Verbatim Editora, 2012, v. 01, p. 11-24.
33. **KIM, Richard Pae**. Fundos Públicos e políticas públicas: o regime jurídico e a gestão dos fundos especiais, instrumentos para a implantação e a garantia dos direitos fundamentais. In: Maria Aurea Baroni Cecatto; Mirta Lerena Misailidis; Mônica Clarissa Hanning Leal; Orides Mezzaroba. (Org.). Cidadania, direitos sociais e políticas públicas. 01ed.São Paulo: Conceito, 2011, v. 01, p. 519-540.
34. **KIM, Richard Pae**. Sistema de Garantia de Direitos e Medidas de Proteção do Estatuto da Criança e do Adolescente. In: Angélica Carlini; Luis Renato Vedovato. (Org.). Direito, Legislação e Cidadania. 1ed.Campinas: Editora Alínea, 2009, v. 01, p. 353-380.
35. 🌟 **KIM, Richard Pae**; LHUILLIER, S. F. ; PELLEGRINI, B. ; SOTTET, F. ; PAIRPINELLI, M. A. ; EPSTEIN, D. ; CARVALHO, R. C. T. ; CHAIGNEAU, M. I. . Responsabilité publique dans le traitement des adolescents en conflit avec la loi. In: Association franco-brésilienne pour le droit et la psychanalyse. (Org.). DES JEUNES FACE À LA LOI. Marly-le-Roi: INJEP, 2007, v. 1, p. 89-94.
36. CARVALHO, R. C. T. ; CHAIGNEAU, M. I. ; EPSTEIN, D. ; **KIM, Richard Pae** ; LHUILLIER, S. F. ; PELLEGRINI, B. ; SOTTET, F. . Les articulations entre le juge des enfants et le ministère public. In: Association Franco-Brésilienne pour le droit et la psychanalyse. (Org.). DES JEUNES FACE À LA LOI. Marly-le-Roi: INJEP, 2007, v. 1, p. 157-159.
37. **KIM, Richard Pae**. Direito Subjetivo à Educação Infantil. Anais do XIV Congresso Nacional do CONPEDI. Santa Catarina: Fundação BOITEUX, 2006, v. 1a., p. 01-18.
38. ALMEIDA, J. L. G. ; ALMEIDA, J. L. ; **KIM, Richard Pae** . Responsabilidade Civil das Concessionárias de Serviço Público. In: José Luiz Gavião de Almeida. (Org.). Temas Atuais de Responsabilidade Civil. 1a.ed.São Paulo: Atlas, 2006, v. 1a., p. 30-42.
39. **KIM, Richard Pae**. Desapropriação-sanção urbanística no Estatuto da Cidade - Algumas sugestões - Questões de Cidadania. In: Daniel Roberto Fink. (Org.). Temas de Direito Urbanístico, 4. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado: Ministério Público do Estado de São Paulo, 2005, v. 4, p. 141-158.

Textos em jornais de notícias/revistas

1. **KIM, Richard Pae**. Liberdade pública e alguns 'nós górdios'. Revista do Advogado AASP - 30 ANOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, São Paulo - SP, p. 92 - 99, 01 nov. 2018.
2. Mario Devienne Ferraz ; André Lemos Jorge ; VARGAS, M. A. M. ; **KIM, Richard Pae** . Reflexos do julgamento do RE nº 8448.826 na Justiça Eleitoral: a nova interpretação do art. 1º, I, alínea G, da LC nº 64/90. CONJUR: Juízes analisam inelegibilidade pelo julgamento de convênios de prefeitos, Brasil, 31 out. 2016.
3. **KIM, Richard Pae**. A crise dos serviços públicos e outras crises. Correio Popular, Campinas - SP, p. A2 - A2, 11 jul. 2013.
4. **KIM, Richard Pae**. Educação: direito fundamental e prioritário. Correio Popular - Caderno Opinião, Campinas, São Paulo, 18 abr. 2012.
5. **KIM, Richard Pae**. Vitórias e Derrotas. Correio Popular, Campinas/SP, p. 3 - 3, 13 jul. 2010.
6. **KIM, Richard Pae**. Fluxos de atendimento como instrumentos de garantia dos direitos das vítimas de abuso sexual. Revista Jurídica Consulex, São Paulo, p. 43 - 44, 28 fev. 2010.
7. **KIM, Richard Pae**. Reintegração: a criança no centro da assistência à família. Stamppa mais, Rio de Janeiro, p. 112 - 114, 01 maio 2009.
8. **KIM, Richard Pae**. 18 ANOS DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. CORREIO POPULAR - OPINIÃO, Campinas - São Paulo, 13 jul. 2008.
9. **KIM, Richard Pae**. Rua pertence ao tráfico. Jornal da Tade - Cidade - Opinião, São Paulo - Capital, 13 jul. 2008.
10. **KIM, Richard Pae**. Um plano diretor para Campinas. Correio Popular, Campinas, , v. 1, p. 3 - 3, 18 abr. 2005.

11. **KIM, Richard Pae.** Adoção: Um Ato de Amor Incondicional. Correio Popular, Campinas, p. 3 - 3, 13 maio 2004.
12. **KIM, Richard Pae.** Nossos Filhos no Mundo do Crime. Correio Popular, Campinas, p. 3 - 3, 21 nov. 2003.

Trabalhos completos publicados em anais de congressos

1. **KIM, Richard Pae;** BOLZAM, Angelina Cortelazzi . Paradoxos decorrentes da interpretação do Estatuto da Pessoa com Deficiência sobre a capacidade civil. In: XXV Encontro Nacional do CONPEDI. Direito e Desigualdades: Diagnósticos e Perspectivas para um Brasil Justo, 2016, Brasília - DF. XXV Encontro Nacional do CONPEDI - Brasília/DF - Direito Civil Constitucional. Florianópolis: Conpedi, 2016. v. 25. p. 98-118.
2. **KIM, Richard Pae.** Direitos Fundamentais Individuais, Coletivos e Difusos de Crianças e Adolescentes: Judicialização e interfaces com a Educação. In: II Fórum de Educação Infantil, 2012, Campinas - SP. Sustentar a práxis: a educação infantil como obra de arte. Vinhedo: Forma Escrita, 2011. v. I. p. 45-56.
3. **KIM, Richard Pae.** Famílias Acolhedoras no Brasil. In: 2o. Colóquio Internacional sobre Acolhimento Familiar, 2009, Campinas. Anais do 2o. Colóquio Internacional sobre Acolhimento Familiar. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2005. v. 01. p. 148-153.

Resumos publicados em anais de congressos

1. **KIM, Richard Pae.** Direito Subjetivo à Educação Infantil. In: XIV Congresso Nacional do CONPEDI, 2006, Fortaleza. XIV CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI, 2006.
2. **KIM, Richard Pae;** ALMEIDA, J. L. G. ; CARLINI, A. ; NALINI, J. R. . METAMORFOSE DAS RELAÇÕES PRIVADAS E PÚBLICAS. In: VI ENCONTRO CIENTÍFICO DA UNIVERSIDADE PAULISTA, 2006, SANTOS. VI ENCONTRO CIENTÍFICO DA UNIVERSIDADE PAULISTA. São Paulo: unip, 2006. p. 55-55.
3. **KIM, Richard Pae;** MANDUCA, P. C. ; CARLINI, A. ; SOUZA, J. F. V. . O Direito como ciência. In: V ENCONTRO DE PESQUISA DA VICE-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA DA UNIP, 2005, Campinas. Anais do V Encontro de Pesquisa da Vice-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa da UNIP. São Paulo: UNIP, 2005. v. V. p. 33-33.
4. **KIM, Richard Pae;** MANDUCA, P. C. . Grupo de Direito e Cidadania. In: IV Encontro Científico da UNIP, 2004, São Paulo. IV Encontro Científico da Vice-Reitoria de pós-graduação e pesquisa da UNIP. São Paulo: Editora Sol, 2004. v. 04. p. 35-35.

Apresentações de Trabalho

1. **KIM, Richard Pae.** Projetos Justiça Começa na infância: fortalecendo a atuação do sistema de justiça na promoção de direitos para o desenvolvimento humano integral e DESTRAVA - Programa Integrado para Retomada de Obras. 2021. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
2. **KIM, Richard Pae.** Políticas do Sistema de Justiça para garantir a finalidade constitucional do combate à improbidade administrativa. 2021. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
3. **KIM, Richard Pae.** Capacidades eleitorais ativa e passiva e suas vedações. 2021. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
4. **KIM, Richard Pae.** Selection and appointment of Judges and Judicial Independence in Brazil. 2020. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
5. **KIM, Richard Pae.** Acolhimento familiar como política pública. 2020. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
6. **KIM, Richard Pae.** SNA - Sistema Nacional de Adoção. 2020. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
7. **KIM, Richard Pae.** Julgando propriedade intelectual: adesão do Brasil à plataforma WIPO LEX. 2020. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
8. **KIM, Richard Pae.** Panorama dos 30 anos do ECA na proteção dos direitos de crianças e adolescentes. 2020. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
9. **KIM, Richard Pae.** O acompanhamento da implantação da Convenção sobre os Direitos da Criança no Brasil. 2020. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
10. **KIM, Richard Pae.** Inteligência Artificial e Processo Civil. 2020. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
11. **KIM, Richard Pae.** Cooperações Nacionais e Internacionais - ações do CNJ: recuperação de ativos e cumprimento de decisões judiciais. 2019. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
12. **KIM, Richard Pae.** Serviços Públicos - Lei de Desburocratização e Direitos dos Usuários. 2019. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
13. **KIM, Richard Pae.** Fake News nas Eleições. 2019. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
14. **KIM, Richard Pae;** LEWANDOWSKI, Ricardo Enrique ; SEOS, K. S. ; KIM, Hak You . O processo de impeachment na Coreia e no Brasil - paralelos. 2018. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).
15. **KIM, Richard Pae.** Teoria dos princípios. 2018. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
16. **KIM, Richard Pae.** Responsabilidade do Estado por omissão e atos ilícitos. 2018. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
17. **KIM, Richard Pae.** Educação: Direito Fundamental e Políticas Públicas. 2018. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

18. **KIM, Richard Pae.** Serviço público: definição constitucional, titularidade e execução e direito dos usuários.. 2018. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra). 247
19. **KIM, Richard Pae.** Liberdades públicas na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. 2018. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
20. **KIM, Richard Pae.** Registro de candidatura e Lei da Ficha Limpa. 2018. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
21. **KIM, Richard Pae.** A lei de improbidade administrativa e os seus reflexos na gestão pública. 2018. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
22. **KIM, Richard Pae.** A desburocratização no Poder Judiciário. 2018. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
23. **KIM, Richard Pae.** Recurso extraordinário e a sistemática da repercussão geral. 2017. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
24. **KIM, Richard Pae.** Global Pound Conference 2017 - Sessão 4 - Como promover um melhor acesso à justiça. 2017. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
25. **KIM, Richard Pae.** A teoria dos princípios e os conflitos entre as normas constitucionais - o procedimento de ponderação. 2017. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
26. **KIM, Richard Pae.** Sistemática da Repercussão Geral e o novo Código de Processo Civil. 2017. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
27. **KIM, Richard Pae.** Improbidade Administrativa à Luz dos Tribunais Superiores. 2017. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
28. **KIM, Richard Pae.** 25 anos da Lei de Improbidade Administrativa: avanços e retrocessos. 2017. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
29. **KIM, Richard Pae.** Direito à educação básica: judicialização, terceirização e novo regime financeiro. 2017. (Apresentação de Trabalho/Simpósio).
30. **KIM, Richard Pae.** A proteção dos dados pessoais e o direito ao esquecimento. 2017. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
31. **KIM, Richard Pae.** Serviço público. Definição constitucional. Titularidade e execução. Direitos dos usuários.. 2017. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
32. **KIM, Richard Pae.** 25 anos da Lei de Improbidade administrativa. 2017. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
33. **KIM, RICHARD PAE.** Conteúdo jurídico da privacidade de dados e direito ao esquecimento no Brasil. 2017. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).
34. **KIM, Richard Pae.** 25 anos da Lei de Improbidade Administrativa: avanços e retrocessos na luta contra a corrupção. 2017. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
35. **KIM, Richard Pae.** A Lei da Ficha Limpa. Impactos e evolução. Direito fundamental à confiança.. 2016. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
36. **KIM, Richard Pae.** Sistema Judicial Electoral de Brasil e voto eletrônico. 2016. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
37. **KIM, Richard Pae.** Sistema de votação eletrônica de brasileiros no exterior - Direitos fundamentais do cidadão. 2016. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
38. **KIM, Richard Pae.** Abuso de poder e compra de voto: liberdade do eleitor e segurança. 2016. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
39. **KIM, Richard Pae.** Efetividade Processual no novo Código de Processo Civil e a dimensão objetiva dos direitos fundamentais processuais. 2016. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
40. **KIM, Richard Pae.** Multipartidarismo e problemas na representação política autêntica: respeito à escolha do eleitor e de seus direitos fundamentais políticos. 2016. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).
41. **KIM, Richard Pae; BOLZAM, Angelina Cortelazzi .** Paradoxos decorrentes da interpretação do Estatuto da Pessoa com Deficiência sobre a capacidade civil. 2016. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).
42. **KIM, Richard Pae.** Controle Judicial das Políticas Públicas pelo Supremo Tribunal Federal. 2016. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
43. **KIM, Richard Pae; BOLZAM, Angelina Cortelazzi .** O estatuto da pessoa com deficiência e o respeito aos direitos fundamentais de liberdade e de autodeterminação. 2016. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
44. **KIM, Richard Pae.** Pós-positivismo e alguns paradoxos sobre a interpretação constitucional. 2016. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).
45. **KIM, Richard Pae.** Controle Judicial de Políticas Públicas na área da infância e da juventude. 2015. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
46. **KIM, Richard Pae.** O novo Código de Processo Civil e impactos nos Tribunais Superiores. 2015. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
47. **KIM, Richard Pae.** Educação, problema básico da Democracia e as lições de Sampaio Dória. 2015. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
48. **KIM, Richard Pae.** Condições de elegibilidade e hipóteses de inelegibilidade. 2015. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
49. **KIM, Richard Pae.** As teorias interna e externa dos Direitos Fundamentais: direitos sociais e a inaplicabilidade da teoria externa - consequências. 2015. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).
50. **KIM, Richard Pae.** Controle Judicial das Políticas Públicas Sociais pelo Supremo Tribunal Federal. 2015.

- (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
51. **KIM, Richard Pae.** Atribuições dos Conselhos de Direitos e Tutelares na Garantia de Direitos Fundamentais. 2015. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
 52. **KIM, Richard Pae.** O Processo Eleitoral Brasileiro. 2015. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
 53. **KIM, Richard Pae.** Recurso extraordinário e a sistemática da repercussão geral. 2015. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
 54. **KIM, Richard Pae.** Modulação e Segurança Jurídica. 2015. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).
 55. **KIM, Richard Pae.** Ações transindividuais e procedimentos jurisdicionais e administrativos para a tutela de direitos fundamentais na área da infância e da juventude. 2014. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
 56. **KIM, Richard Pae.** A articulação interinstitucional e o atendimento em rede pela assistência social: mecanismos para sua efetividade. 2014. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
 57. **KIM, Richard Pae.** Direito Fundamental da Proteção à Confiança. 2014. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).
 58. **KIM, Richard Pae.** Recurso extraordinário e a sistemática da repercussão geral. 2014. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
 59. **KIM, Richard Pae.** Tutela dos Direitos Fundamentais Individuais e Transindividuais e o Supremo Tribunal Federal. 2014. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
 60. **KIM, Richard Pae.** Avanços e Desafios no Fortalecimento das famílias em suas funções parentais: o papel do Estado brasileiro e a participação do Poder Judiciário. 2014. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).
 61. **KIM, Richard Pae.** Aspectos jurídicos e vinculação na implantação de políticas públicas de acolhimento familiar. 2014. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
 62. **KIM, Richard Pae.** Reforma educacional do ensino médio. Educação e Cidadania no Brasil.. 2014. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
 63. **KIM, Richard Pae.** Aspectos Jurídicos da inclusão nas Escolas: direitos fundamentais. 2013. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
 64. **KIM, Richard Pae.** O Judiciário e as Políticas Públicas de Educação. 2013. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
 65. **KIM, Richard Pae.** Lei de Responsabilidade Educacional - questões constitucionais e eficácias. 2013. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
 66. **KIM, Richard Pae.** Redesocioassistencial, interface com o Conselho Tutelar e o Sistema de Garantia de Direitos: tutelas coletivas e difusas. 2013. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
 67. **KIM, Richard Pae.** Políticas públicas de proteção e o Estatuto da Criança e do Adolescente. 2013. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
 68. **KIM, Richard Pae.** Políticas públicas de prevenção e combate ao abuso sexual e à exploração sexual de crianças e adolescentes. 2013. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
 69. **KIM, Richard Pae.** Políticas públicas e o papel da guarda civil metropolitana no enfrentamento ao abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes. 2013. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
 70. **KIM, Richard Pae.** Democracia e reforma do sistema eleitoral. 2013. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
 71. **KIM, Richard Pae.** Titularidade dos Direitos Fundamentais Coletivos e Difusos. 2013. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).
 72. **KIM, Richard Pae.** Direitos fundamentais de crianças e adolescentes, coletivos e individuais: avanços, desafios e nós górdios.. 2013. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
 73. **KIM, Richard Pae.** Lei de Responsabilidade Educacional - Sistema de Justiça. 2013. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
 74. **KIM, Richard Pae.** Elegibilidade, condições de elegibilidade e inelegibilidades: direitos fundamentais de participação política. 2013. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
 75. **KIM, Richard Pae.** Sistemas eleitorais: evolução e crítica: questões sobre direitos fundamentais eleitorais. 2013. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
 76. **KIM, Richard Pae.** Representação de crianças e adolescentes na pesquisa clínica pediátrica e direitos fundamentais. 2013. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
 77. **KIM, Richard Pae.** Cooperação entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário pela garantia de Educação de qualidade com equidade. 2013. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
 78. **KIM, Richard Pae.** Financiamento Público da Educação e questões controvertidas. 2013. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).
 79. **KIM, Richard Pae.** Serviço público, regime jurídico e os direitos dos usuários. 2013. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
 80. **KIM, Richard Pae.** Devido processo legal e direitos fundamentais. 2013. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
 81. **KIM, Richard Pae.** Política judiciária eleitoral - Procedimentos de organização da eleição. 2012. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
 82. **KIM, Richard Pae.** Políticas públicas educacionais e o PISA. 2012. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
 83. **KIM, Richard Pae.** Justiça pela qualidade da educação - políticas públicas educacionais difusos e coletivos. 2012.

- (Apresentação de Trabalho/Congresso).
84. **KIM, Richard Pae.** Justiça Restaurativa e políticas públicas coletivas: experiências. 2012. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
 85. **KIM, Richard Pae.** Políticas públicas e as vias técnico-jurídicas da ação administrativa. 2012. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
 86. **KIM, Richard Pae.** Orçamento público e fundos da infância e da juventude como instrumentos de realização das políticas públicas. 2012. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
 87. **KIM, Richard Pae.** Orçamento e os planos municipais de promoção, proteção e defesa de direitos fundamentais de crianças e adolescentes. 2012. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
 88. **KIM, Richard Pae.** Sistema de Garantia de Direitos na proteção dos direitos fundamentais à paz familiar: educação e a questão da violência. 2012. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
 89. **KIM, Richard Pae.** Políticas judiciais e trabalho infantil nas atividades desportivas - reflexões. 2012. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).
 90. **KIM, Richard Pae.** Educação, direito fundamental: abrangências do artigo 205 da Constituição Federal e lei de responsabilidade educacional. 2012. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
 91. **KIM, Richard Pae.** Políticas públicas educacionais e direitos coletivos e difusos - por uma lei de responsabilidade educacional. 2012. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
 92. **KIM, Richard Pae.** Políticas Públicas na área da infância e da juventude - interesses difusos e coletivos e atualidades. 2012. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
 93. **KIM, Richard Pae.** Políticas públicas e tutela dos direitos difusos e coletivos de crianças e adolescentes: questões sobre orçamentos e fundos públicos. 2012. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
 94. **KIM, Richard Pae.** Tutelas fundamentais individuais e coletivas de crianças e adolescentes. 2011. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
 95. **KIM, Richard Pae.** O Direito Fundamental à Convivência Familiar e Comunitária e tutelas individuais e coletivas. 2011. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
 96. **KIM, Richard Pae.** Serviços Públicos e direitos fundamentais do usuário. 2011. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
 97. **KIM, Richard Pae.** Marcos Legais e Políticas Públicas da Saúde a Jovens e Crianças - Tutela de Direitos Fundamentais Sociais. 2011. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
 98. **KIM, Richard Pae.** Plano Nacional de Educação e tutela dos direitos fundamentais à educação de qualidade. 2011. (Apresentação de Trabalho/Simpósio).
 99. **KIM, Richard Pae.** Fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e o sistema de garantia de direitos. 2011. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
 100. **KIM, Richard Pae.** Políticas judiciais e garantia de direitos. A nova lei da alienação parental.. 2011. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
 101. **KIM, Richard Pae.** Políticas públicas e tutela jurídica das instituições, sob o aspecto individual e coletivo do atendimento a autistas. 2011. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
 102. **KIM, Richard Pae.** Política pública do Sistema de Justiça na proteção dos direitos fundamentais de vítimas de abuso sexual ? o depoimento especial. 2011. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
 103. **KIM, Richard Pae.** Depoimento Especial e tutela dos direitos fundamentais de vítimas de abuso sexual. 2011. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
 104. **KIM, Richard Pae.** Políticas públicas de saúde para crianças e adolescentes e exigibilidade de direitos. 2011. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
 105. **KIM, Richard Pae.** Serviços públicos, cidadania e direitos fundamentais. 2011. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
 106. **KIM, Richard Pae.** Lei de responsabilidade educacional e tutela dos interesses difusos e coletivos. 2011. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
 107. **KIM, Richard Pae.** Os fundos públicos como instrumentos para a realização das políticas públicas - reflexos na cidadania. 2011. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
 108. **KIM, Richard Pae.** Justiça Pela Qualidade da Educação. 2011. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
 109. **KIM, Richard Pae.** Sistemas Eleitorais: reflexões sobre os diferentes modelos. 2011. (Apresentação de Trabalho/Outra).
 110. **KIM, Richard Pae.** Hermenêutica e tutela dos direitos individuais, coletivos e difusos de crianças e adolescentes. 2011. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
 111. **KIM, Richard Pae.** As vias técnico-jurídicas da ação administrativa: ato administrativo, processo administrativo sancionatório, provocado por irrisignação de interessado e não-contencioso e interesse público e difuso. 2011. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
 112. **KIM, Richard Pae.** Direitos fundamentais e políticas públicas: trabalho-infante juvenil - panoramas, desafios e perspectivas. 2011. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
 113. **KIM, Richard Pae.** Direito fundamental à integridade física e moral de crianças e adolescentes - projetos de lei. 2011. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
 114. **KIM, Richard Pae.** Os 20 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente e suas últimas alterações. 2010. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
 115. **KIM, Richard Pae.** 20 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil. 2010. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

116. **KIM, Richard Pae**; José Antônio Remédio . Sistema Constitucional e Mandado de Segurança: atualidades. 2010. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
117. **KIM, Richard Pae**. Justiça Restaurativa na Escola. 2010. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
118. **KIM, Richard Pae**. Sistema de Garantia de Direitos Fundamentais e a Lei no. 12.010/09. 2010. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
119. **KIM, Richard Pae**. Efeitos constitucionais no PNCFC e a Lei no. 12.010/09. 2010. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
120. **KIM, Richard Pae**. Tutela do direito fundamental à integridade física e psicológica da criança e do adolescente. 2010. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
121. **KIM, Richard Pae**. Tutelas constitucionais à convivência familiar. 2010. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
122. **KIM, Richard Pae**. Direito fundamental individual e coletivo à educação. Contornos constitucionais e a questão da educação em tempo integral.. 2010. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
123. **KIM, Richard Pae**. Justiça Restaurativa como política pública. 2010. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
124. **KIM, Richard Pae**. Direitos fundamentais, políticas públicas e Lei no. 12.010/09. 2010. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
125. **KIM, Richard Pae**. Reforma Política no Brasil: a ficha limpa e a nova ordem política nacional. 2010. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
126. **KIM, Richard Pae**. O Sistema de Garantia e Tutela dos Direitos de Crianças e Adolescentes. 2010. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
127. **KIM, Richard Pae**. Vinte anos do Estatuto da Criança e do Adolescente e um ano da Lei no. 12010/09. Avanços e desafios.. 2010. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
128. **KIM, Richard Pae**. Tutela coletiva pelos Fundos Públicos - FIA: mecanismos de arrecadação, destinação e controle. 2010. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
129. **KIM, Richard Pae**. Tutela funcional do exercício do poder de política de segurança na garantia dos direitos fundamentais de crianças e adolescentes. 2010. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
130. **KIM, Richard Pae**. Sistema de Garantia de Direitos e a Tutela dos Direitos Fundamentais das Crianças e Adolescentes no Neoconstitucionalismo. 2009. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
131. **KIM, Richard Pae**. Fluxo no atendimento de crianças e adolescentes vítimas. Tutela da garantia de direitos no neoconstitucionalismo.. 2009. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
132. **KIM, Richard Pae**. Natureza jurídica dos fundos especiais e sua importância nas políticas públicas da infância e juventude. Garantia de direitos.. 2009. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
133. **KIM, Richard Pae**. Construindo Diretrizes da política dos direitos da criança e do adolescente e o plano decenal - Direitos fundamentais. 2009. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
134. **KIM, Richard Pae**. A crise e os reflexos nas relações empresariais, de consumo e civis. 2009. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
135. **KIM, Richard Pae**. Garantia de Direitos Fundamentais e as Políticas Públicas para as Vítimas de Violência Sexual e Moral. 2009. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
136. **KIM, Richard Pae**; PEREZ, José Roberto Rus . Educação em tempo integral - o artigo 34 da LDB e a garantia de direito de crianças e adolescentes. 2009. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
137. **KIM, Richard Pae**. Ética e Ethos dos Conselhos Tutelares - Tutelas da Cidadania e dos Direitos Humanos. 2009. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
138. **KIM, Richard Pae**. Medidas de Proteção e colocação em família substituta - nova Lei de Adoção. 2009. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
139. **KIM, Richard Pae**. Direitos sociais e sua efetividade na tutela dos direitos individuais e coletivos. 2009. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
140. Eduardo Rezende Melo ; **KIM, Richard Pae** ; CARVALHO, R. C. T. . Instrumentos normativos internacionais e projetos da Coordenadoria da Infância do TJSP. 2009. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
141. **KIM, Richard Pae**. Medidas de Proteção e Colocação em Família Substituta - Nova Lei de Adoção. 2009. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
142. **KIM, Richard Pae**. Adoção Nacional: modificações legislativas. 2009. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
143. **KIM, Richard Pae**. A Nova Lei de Adoção - Perspectivas para os atores do Sistema de Garantia de Direitos. 2009. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
144. **KIM, Richard Pae**. Controle Judicial das políticas públicas e o princípio do orçamento. 2009. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
145. **KIM, Richard Pae**. Direitos Humanos da Criança e do Adolescente: 18 anos do ECA e da Convenção sobre os Direitos da Criança, 20 anos da Constituição Federal. 2008. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
146. **KIM, Richard Pae**. Programas de Acolhimento Familiar como instrumentos para a garantia dos direitos fundamentais à convivência familiar e comunitária e à dignidade humana e para se dar efetividade ao Sistema de Garantias estabelecidos na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente. 2008. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
147. **KIM, Richard Pae**; Bisogni, Ligia . Tendências atuais sobre a proteção à vida embrionária. 2008. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

- 148. KIM, Richard Pae.** A RELAÇÃO ENTRE O PODER JUDICIÁRIO E A SAÚDE MENTAL - QUESTÕES CONSTITUCIONAIS. 2008. (Apresentação de Trabalho/Seminário). **251**
- 149. KIM, Richard Pae.** DIREITOS SOCIAIS NA CONSTITUIÇÃO DE 1988. 2008. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
- 150. KIM, Richard Pae;** Fábio Santos de Moraes ; Oliveira, Suely Fátima de ; Oliveira Neto, Graciliano de . Projeto Justiça Restaurativa. 2008. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
- 151. KIM, Richard Pae.** SINASE e sua importância no Sistema de Garantias. 2008. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).
- 152. KIM, Richard Pae.** Avanços e Desafios para a implantação de políticas públicas às crianças e jovens. 2008. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
- 153. KIM, Richard Pae.** Justiça Restaurativa - novos paradigmas legais e constitucionais. 2008. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
- 154. KIM, Richard Pae.** A Efetividade do Sistema de Garantia de Direitos após os 18 anos do ECA. 2008. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
- 155. KIM, Richard Pae;** Valente, Jane Aparecida Giorgetti . Política Públicas aos jovens toxicômanos. 2008. (Apresentação de Trabalho/Outra).
- 156. KIM, Richard Pae.** A Justiça Restaurativa no Estado de São Paulo. 2008. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
- 157. KIM, Richard Pae.** Políticas Públicas e Participação da Sociedade - 20 anos de Constituição Federal e os Direitos Sociais. 2008. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
- 158. KIM, Richard Pae.** Direitos Sociais e Políticas Públicas. 2008. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
- 159. KIM, Richard Pae.** Equipe interdisciplinar e suas atribuições na concretização da Justiça no Sistema de Garantias. 2008. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
- 160. KIM, Richard Pae.** Políticas Públicas para a implantação dos direitos sociais. A Dogmática dos Direitos Fundamentais.. 2008. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
- 161. KIM, Richard Pae;** MARÇOLA, Vanderlei ; FINI, Maria Inês ; IGNEZ, Cláudia de Oliveira . A questão do orçamento e os investimentos no ensino médio. 2008. (Apresentação de Trabalho/Outra).
- 162. KIM, Richard Pae.** Conselhos Tutelares do Sistema de Garantia de Direitos. 2008. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
- 163. KIM, Richard Pae.** Responsabilidade Civil e Serviços e Funções Públicas. 2008. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
- 164. KIM, Richard Pae.** Políticas Públicas - atendimento e proteção à infância e juventude - Obrigação do Poder Público e Garantia dos Direitos do Cidadão. 2007. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
- 165. KIM, Richard Pae.** CONVENÇÃO DE HAIA - ADOÇÃO INTERNACIONAL - CIDADANIA. 2007. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
- 166. KIM, Richard Pae.** Garantia dos Direitos da Família e da Infância. 2007. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
- 167. KIM, Richard Pae.** Direitos e Deveres do Conselho Tutelar - Atribuições e Responsabilidades Pessoais.. 2007. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
- 168. KIM, Richard Pae.** Infância e Adolescência: atuais aspectos jurídicos e as perspectivas do adulto do terceiro milênio. 2006. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
- 169. KIM, Richard Pae.** As invasões de terra: Questões acerca da responsabilidade e da cidadania. 2006. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
- 170. KIM, Richard Pae.** Desapropriação Judicial e pressupostos da indenização. 2006. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
- 171. KIM, Richard Pae.** Experiências em Acolhimento Familiar. 2006. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
- 172. KIM, Richard Pae.** METAMORFOSE DAS RELAÇÕES PRIVADAS E PÚBLICAS E A RESPONSABILIDADE CIVIL: ASPECTOS DA INTERVENÇÃO DO ESTADO NA ECONOMIA. 2006. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
- 173. KIM, Richard Pae.** Redução da Maioridade Penal. 2006. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
- 174. KIM, Richard Pae.** Responsabilidade Civil das Concessionárias e Permissionárias de Serviço Público. 2006. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
- 175. KIM, Richard Pae.** Responsabilidade do Estado na implementação de política pública. Convivência Familiar e Comunitária. 2006. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
- 176. KIM, Richard Pae.** Responsabilidade do Estado na implementação do Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária. 2006. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
- 177. KIM, Richard Pae.** Direito Subjetivo à Educação Infantil e Responsabilidade Pública. 2005. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
- 178. KIM, Richard Pae.** Direitos, Deveres e Responsabilidade Civil das Famílias Acolhedoras, dos Programas e do Estado. 2005. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
- 179. KIM, Richard Pae;** LHUILLIER, S. F. ; EPSTEIN, D. ; PELLEGRINI, B. . "CONFRONTATION DE RÉPONSES PROFESSIONNELLES FACE À L'ACTE DÉLINQUANT". 2005. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
- 180. KIM, Richard Pae;** AZEVEDO, M. A. ; PEREIRA, L. M. . POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES. RESPONSABILIDADES PÚBLICAS.. 2005. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).

181. **KIM, Richard Pae.** ESTATUTO DA CIDADE E A EFETIVIDADE DO DIREITO À MORADIA. 2005. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
182. **KIM, Richard Pae.** RESPONSABILIDADE CIVIL NO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. 2005. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
183. **KIM, Richard Pae.** INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS NA OMISSÃO E NA PRÁTICA DE ATOS LÍCITOS E ILEGÍTIMOS PELO ESTADO, NA VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS. 2005. (Apresentação de Trabalho/Outra).
184. **KIM, Richard Pae.** RESPONSABILIDADES PÚBLICAS. 2005. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
185. **KIM, Richard Pae.** RESPONSABILIDADE DO ESTADO NAS OCUPAÇÕES ILÍCITAS. 2005. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
186. **KIM, Richard Pae.** O Estatuto da Criança e do Adolescente. 2004. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
187. **KIM, Richard Pae.** Violência Contra a Criança e o Adolescente. 2004. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
188. **KIM, Richard Pae.** Redução da Idade Penal do Adolescente. 2004. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
189. **KIM, Richard Pae.** Reforma Administrativa. 2004. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
190. **KIM, Richard Pae.** A Medida Sócio-Protetiva de Abrigamento. 2004. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
191. **KIM, Richard Pae.** Defesa e Responsabilização sobre a Criança. 2004. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
192. **KIM, Richard Pae.** Aspectos Legais da Adoção. 2004. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
193. **KIM, Richard Pae.** Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente. 2004. (Apresentação de Trabalho/Outra).
194. **KIM, Richard Pae; MORAES, Alexandre de .** Direitos Fundamentais e sua Aplicabilidade. 2004. (Apresentação de Trabalho/Outra).
195. **KIM, Richard Pae.** O Adolescente de Campinas. 2004. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
196. **KIM, Richard Pae.** O Menor e a Política Social. 2004. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
197. **KIM, Richard Pae.** O Projeto de Lei de Adoção. 2004. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
198. **KIM, Richard Pae.** Serviços Públicos e a Relação de Consumo. 2004. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
199. **KIM, Richard Pae.** Serviços Públicos e a Relação de Consumo. 2004. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
200. **KIM, Richard Pae.** Planejamento Urbano e Improbidade Administrativa. 2004. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
201. **KIM, Richard Pae.** Questões Polêmicas de Direito Penal e de Execuções Criminais. 2003. (Apresentação de Trabalho/Simpósio).
202. **KIM, Richard Pae.** Instrumentos sancionatórios pelo não cumprimento da função social da propriedade.. 2003. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
203. **KIM, Richard Pae.** Os abrigos na Roda da Dinâmica Social - Exigências e Adequações. 2003. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
204. **KIM, Richard Pae.** Parte Geral, Família e Sucessões. 2003. (Apresentação de Trabalho/Outra).
205. **KIM, Richard Pae.** Obrigações e Contratos (Parte Geral), do Condomínio e Responsabilidade Civil. 2003. (Apresentação de Trabalho/Outra).
206. **KIM, Richard Pae.** Enfrentamento da Violência Sexual Infanto Juvenil e o Poder Judiciário. 2003. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
207. **KIM, Richard Pae.** Regularização Fundiária. Obrigação do Estado. Parcelamento do Solo. 2003. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
208. **KIM, Richard Pae.** Esterilidade, Adoção e Concepção Responsável. 2003. (Apresentação de Trabalho/Outra).
209. **KIM, Richard Pae.** Análise Jurídica de Algumas das Experiências Municipais com Famílias Acolhedoras. 2003. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
210. **KIM, Richard Pae.** O Estatuto da Cidade e um Plano Diretor para Campinas. 2002. (Apresentação de Trabalho/Simpósio).
211. **KIM, Richard Pae.** Usucapião Coletivo. 2002. (Apresentação de Trabalho/Simpósio).
212. **KIM, Richard Pae.** Sanções Urbanísticas: Parcelamento e Edificação Compulsórias, IPTU Progressivo e Desapropriação-sanção.. 2002. (Apresentação de Trabalho/Simpósio).
213. **KIM, Richard Pae; GRECO FILHO, Vicente .** A nova lei de tóxicos. 2002. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
214. **KIM, Richard Pae.** Principais alterações no novo código civil. 2002. (Apresentação de Trabalho/Simpósio).
215. **KIM, Richard Pae.** Direito das Sucessões. 2002. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

Outras produções bibliográficas

1. **KIM, Richard Pae.** Recursos Eleitorais em sede de AIJE. São Paulo, 2014. (Prefácio, Pós-fácio/Prefácio)>.

Produção técnica

Assessoria e consultoria

1. **KIM, Richard Pae.** Membro do Grupo de Trabalho para avaliar os impactos da pandemia da COVID-19 nas Metas Nacionais do Poder Judiciário para 2020. 2020.
2. **KIM, Richard Pae.** Membro do Grupo de Trabalho sobre a igualdade racial no âmbito do Poder Judiciário. 2020.
3. **KIM, Richard Pae.** Membro do Grupo de Trabalho sobre participação das mulheres nos processos seletivos para a magistratura. 2020.
4. **KIM, Richard Pae.** Membro do Comitê para o acompanhamento e supervisão de medidas de prevenção ao contágio pelo novo COVID-19 tomadas pelos tribunais brasileiros. 2020.
5. **KIM, Richard Pae.** Coordenador da Comissão Gestora destinada a coordenar a execução do Projeto da Primeira Infância. 2019.
6. **KIM, Richard Pae.** Membro da Comissão Permanente de Avaliação documental do CNJ. 2019.
7. **KIM, Richard Pae.** Membro do Comitê Executivo da Rede Nacional de Cooperação Judiciária Nacional. 2019.
8. **KIM, Richard Pae.** Membro do Comitê Gestor Judiciário de Cooperação Jurídica Internacional em matéria civil e penal. 2019.
9. **KIM, Richard Pae.** Membro do Comitê Técnico Consultivo de Orçamento do Poder Judiciário. 2019.
10. **KIM, Richard Pae.** Co-representante do CNJ nos trabalhos junto à ENCCLA - Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro. 2019.
11. **KIM, Richard Pae.** Membro do Grupo de Trabalho das custas, taxas e despesas processuais do CNJ. 2019.
12. **KIM, Richard Pae.** Membro do Grupo de Trabalho para a otimização de cobrança de dívidas ativas da Fazenda Pública no PJe. 2019.
13. **KIM, Richard Pae.** Membro do Grupo de Trabalho para a análise e compilação das Resoluções do Conselho Nacional de Justiça. 2019.
14. **KIM, Richard Pae.** Membro do Grupo de Trabalho sobre a Lei Anticrime - Lei nº 13.964/2019. 2019.
15. **KIM, Richard Pae.** Membro do Grupo de Trabalho sobre política de acesso às bases de dados processuais dos tribunais. 2019.
16. **KIM, Richard Pae.** Membro do Observatório Nacional do CNJ e CNMP sobre Questões Ambientais, Econômicas e Sociais de Alta Complexidade e Grande Impacto e Repercussão. 2019.
17. **KIM, Richard Pae.** Membro do LIODS - Laboratório de Inovação, Inteligência e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável do Conselho Nacional de Justiça. 2019.
18. **KIM, Richard Pae.** Membro do Grupo de Trabalho do Júri do CNJ. 2019.
19. **KIM, Richard Pae.** Membro do Grupo de Trabalho de bens apreendidos do CNJ. 2019.
20. **KIM, Richard Pae.** Membro do Grupo de Trabalho das ações coletivas do CNJ. 2019.
21. **KIM, Richard Pae.** Participação como representante do CNJ no Pacto Nacional pela Implantação da Lei de Escuta Protegida. 2019.
22. **KIM, Richard Pae.** Membro do Grupo de Trabalho CNJ de ética no uso da Inteligência Artificial pelo Poder Judiciário. 2019.
23. **KIM, Richard Pae.** Membro da Comissão Executiva Nacional do Fórum Nacional do Poder Judiciário e Liberdade de Imprensa. 2018.
24. **KIM, Richard Pae.** Membro do Comitê Gestor da Justiça Restaurativa do Conselho Nacional de Justiça. 2018.
25. **KIM, Richard Pae.** Membro do Comitê Gestor dos Cadastros Nacionais - CGCN do CNJ. 2018.
26. **KIM, Richard Pae.** Membro do Comitê do Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário - PRONAME. 2018.
27. **KIM, Richard Pae.** Membro do Conselho Consultivo do Departamento de Pesquisas Judiciárias do CNJ. 2018.
28. **KIM, Richard Pae.** Membro do FONINJ - Fórum Nacional da Infância e da Juventude do CNJ. 2018.
29. **KIM, Richard Pae.** Membro do Grupo de Trabalho para coordenar o planejamento de curso para capacitação de mediadores judiciais do CNJ. 2018.
30. **KIM, Richard Pae.** Membro do Grupo de Trabalho CNJ sobre Políticas Judiciárias de Segurança Pública. 2018.
31. **KIM, Richard Pae.** Membro do Grupo de Trabalho CNJ sobre recuperação judicial e falência. 2018.
32. **KIM, Richard Pae.** Participação na coordenação executiva do Programa Interinstitucional DESTRAVA. 2018.

Trabalhos técnicos

1. **KIM, Richard Pae.** Participação no Grupo de Assessoramento do MEC em Oficina de discussão com especialistas (GA) sobre o Sistema Nacional de Educação. 2015.
2. **KIM, Richard Pae.** Revisor de trabalhos do 12º Congresso de Pós-Graduação da Universidade Metodista de Piracicaba. 2014.
3. **KIM, Richard Pae.** Revisor dos trabalhos publicados nos anais do 10o. Congresso de Pós-graduação da UNIMEP, no contexto da 10a. Mostra Acadêmica. 2012.
4. **KIM, Richard Pae;** SIQUEIRA JUNIOR, P. H. ; VARGAS, M. A. M. . Projeto de Cadastramento da Escola Judiciária Eleitoral do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo junto ao Conselho Estadual de Educação. 2011.
5. **KIM, Richard Pae;** SIQUEIRA JUNIOR, P. H. ; VARGAS, M. A. M. . Projeto para a aprovação do Curso de Pós-graduação em DIREITO ELEITORAL E PROCESSUAL ELEITORAL da EJP. 2011.
6. **KIM, Richard Pae;** DITOMAZZO, L. A. ; Eduardo Rezende Melo . Parecer sobre procedimentos verificatórios.

- 2010.
7. **KIM, Richard Pae.** 8o. Congresso de Pós-graduação da Universidade Metodista de Piracicaba. 2010.
 8. **KIM, Richard Pae.** 7o. Congresso de Pós-graduação da Universidade Metodista de Piracicaba. 2009.
 9. **KIM, Richard Pae.** Projeto para a implantação de mestrado em Direito na UNIP. 2002.

Entrevistas, mesas redondas, programas e comentários na mídia

1. **KIM, Richard Pae.** Um retrato da adoção tardia e especial. 2012. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).
2. **KIM, Richard Pae.** Justiça pela Qualidade da Educação. 2011. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 

Demais tipos de produção técnica

1. **KIM, Richard Pae.** Revista CNJ. 2019. (Editoração/Periódico).
2. **KIM, Richard Pae.** Revista Eletrônica de Direito Eleitoral e Sistema Político - REDESP. 2019. (Editoração/Periódico).
3. **KIM, Richard Pae.** Sistema Nacional de Adoção e de Acolhimento do Conselho Nacional de Justiça: avanços. 2019. (Participação em Audiência Pública na Câmara dos Deputados).
4. **KIM, Richard Pae.** Diagnóstico parcial do levantamento e priorização do julgamento de Obras Paralisadas no Brasil - CNJ. 2019. (Audiência Pública perante a Comissão de Transparência, Fiscalização e C. do Senado).
5. **KIM, Richard Pae.** Revista Eletrônica de Direito Eleitoral e Sistema Político - REDESP. 2018. (Editoração/Periódico).
6. **KIM, Richard Pae.** Revista Eletrônica de Direito Eleitoral e Sistema Político - REDESP. 2017. (Editoração/Periódico).
7. Pretto, Renato Siqueira de ; **KIM, Richard Pae** . Cadernos Jurídicos - Direito Constitucional. 2015. (Editoração/Periódico).
8. **KIM, Richard Pae.** Caderno de Direitos: DIREITOS SOCIAIS - SOCIAL RIGHTS. 2015. (Editoração/Periódico).
9. **KIM, Richard Pae;** SARAIVA, João Batista Costa . Revista de Direito da Infância e da Juventude - RDJ - Ano 2 - nº 3 - Janeiro-Junho. 2014. (Editoração/Periódico).
10. **KIM, Richard Pae;** SARAIVA, João Batista Costa . Revista de Direito da Infância e da Juventude - RDJ - Ano 2 - nº 4 - Julho - Dezembro. 2014. (Editoração/Periódico).
11. **KIM, Richard Pae;** SARAIVA, João Batista Costa . Revista de Direito da Infância e da Juventude - RDJ - Ano 1 - nº 1 - Janeiro-Junho. 2013. (Editoração/Periódico).
12. **KIM, Richard Pae;** SARAIVA, João Batista Costa . Revista de Direito da Infância e da Juventude - RDJ - Ano 1 - nº 2 - julho - dezembro. 2013. (Editoração/Periódico).
13. **KIM, Richard Pae.** Reunião conjunta do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público - discussão sobre os projetos de redução da maioria penal e o projeto de lei sobre responsabilização progressiva. 2013. (Mesa redonda).
14. **KIM, Richard Pae.** Direito à educação infantil e direitos fundamentais coletivos e difusos - experiências e posição da ABMP. 2013. (Mesa redonda).
15. **KIM, Richard Pae.** CADERNO DE DIREITOS - Políticas Públicas e Direitos Fundamentais Coletivos - Public Policies and Collective Fundamental Rights. 2012. (Editoração/Periódico).
16. **KIM, Richard Pae;** ALMEIDA, J. L. G. ; ALMEIDA, J. L. ; José Antônio Remédio ; BARROS, Sergio Resende de . Oficina do Núcleo de Estudos de Direitos Fundamentais e da Cidadania. 2012. (Coordenador e debatedor).
17. **KIM, Richard Pae.** Seminário Educação em Tempo Integral. 2010. (Coordenador e debatedor).
18. Eduardo Rezende Melo ; **KIM, Richard Pae** . Oficina Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente em situação de Violência. 2009. (Desenvolvimento de material didático ou instrucional - Projeto Garantia do Direito à Convivência Familiar e Comunitária no Contexto dos DIREITOS HUMANOS).
19. **KIM, Richard Pae.** Curso de Formação de Magistrados da EPM. 2007. .
20. **KIM, Richard Pae.** Seminário Ações coletivas para a implementação de políticas públicas na área da infância e da juventude. 2007. (Coordenador e debatedor).
21. **KIM, Richard Pae;** CARVALHO, R. C. T. ; Laila Shukair . A problematização do fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes: fluxograma do atendimento na rede sócio-jurídica e as medidas legais. 2007. (Mesa redonda).
22. **KIM, Richard Pae;** Lígia Costa Kaysel ; Maria helena N. Rodriguez . Cidadania - Estatuto da Criança e do Adolescente - Instrumentos - Os Desafios Existentes. 2007. (Mesa redonda).
23. **KIM, Richard Pae.** Curso de Formação de Magistrados da Escola Paulista da Magistratura. 2006. .
24. **KIM, Richard Pae;** PELLEGRINI, B. ; CARVALHO, R. C. T. ; SOTTET, F. . "DÉBAT FRANCO-BRÉSILIEN - JUGES POUR ENFANTS ET MINISTÈRE PUBLIC - RESPONSABILITÉ". 2005. (Mesa redonda).
25. **KIM, Richard Pae;** ALMEIDA, J. L. ; ALMEIDA, J. L. G. ; MANDUCA, P. C. . DIREITO À SAÚDE E EUTANÁSIA. CONSTITUCIONALIDADE E RESPONSABILIDADE CIVIL.. 2005. (Mesa redonda).
26. **KIM, Richard Pae;** SOUZA, C. A. ; FONSECA, D. C. . RESPONSABILIDADE DO ESTADO E O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. 2005. (Mesa redonda).
27. **KIM, Richard Pae;** SOARES, M. A. F. ; PAIRPINELLI, M. A. . POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A PREVENÇÃO, REPRESSÃO E RESPONSABILIZAÇÃO NAS SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA. 2005. (Mesa redonda).

28. **KIM, Richard Pae.** I Ciclo de Palestras sobre o Novo Código Civil. 2003. (Coordenador e debatedor).
29. **KIM, Richard Pae.** II Ciclo de palestras sobre o novo código civil. 2003. (Coordenador e debatedor). 255
30. **KIM, Richard Pae.** Enfrentamento da violência sexual infanto juvenil. 2003. (Debatedor).
31. **KIM, Richard Pae.** Direito das sucessões no novo código civil. 2003. (Debatedor).
32. **KIM, Richard Pae;** Evangelinha Pinho ; José Roberto Bassul . Regularização Fundiária - Perspectivas e Desafios - Áreas Urbanas, Rurais e de Proteção Ambiental. 2003. (Mesa redonda).
33. **KIM, Richard Pae.** II Curso de Extensão Universitária em Direito de Família e Sucessões e o Novo Código Civil. 2002. (Debatedor).

Bancas

Participação em bancas de trabalhos de conclusão

Mestrado

1. LEONEL, Ricardo de Barros; TUCCI, José Rogério Cruz e; **KIM, Richard Pae;** AMADEO, Rodolfo da Costa Manso Real. Participação em banca de Maria Isabel de Sá Dias Machado. Reflexões críticas sobre a tutela jurisdicional dos direitos individuais homogêneos no ordenamento brasileiro. 2021. Dissertação (Mestrado em Direito) - Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.
2. AMARAL JUNIOR, José Levi Mello do; COELHO, Inocêncio Martires; **KIM, Richard Pae.** Participação em banca de Ronivon de Aragão. Entre silêncios eloquentes e lacunas: a incompletude da norma jurídica. 2020. Dissertação (Mestrado em Direito) - Centro Universitário de Brasília.
3. LULIA, L. T. T.; SILVA, G. A. C.; **KIM, Richard Pae.** Participação em banca de Marcelo Vieira de Campos. O papel dialógico do Supremo Tribunal Federal e o novo contexto da jurisdição constitucional. 2020. Dissertação (Mestrado em Curso no nível de Mestrado) - Universidade Nove de Julho.
4. **KIM, Richard Pae;** MARTINS, José Renato; Pretto, Renato Siqueira de. Participação em banca de Flávia Carneiro Tommasiello. A reserva do possível nas pesquisas acadêmicas (2013-2018) com destaque para a efetividade do direito à saúde. 2019. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Metodista de Piracicaba.
5. **KIM, Richard Pae;** MARTINS, José Renato; Pretto, Renato Siqueira de. Participação em banca de Janete Festi Rodrigues Gonçalves. Contratos de serviços públicos sociais e a tutela nas relações de consumo. 2019. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Metodista de Piracicaba.
6. **KIM, Richard Pae;** MARTINS, José Renato; Pretto, Renato Siqueira de. Participação em banca de Maria Cristina Kunze dos Santos Benassi. O público e o privado nos contratos empresariais. 2019. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Metodista de Piracicaba.
7. **KIM, Richard Pae;** MARTINS, José Renato; Pretto, Renato Siqueira de. Participação em banca de Leandro Gustavo da Rocha. Dano extrapatrimonial coletivo. 2019. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Metodista de Piracicaba.
8. **KIM, Richard Pae;** MARTINS, Rui Décio; TORRANO, L. A. A.. Participação em banca de Jaqueline Tatiane Pereira. Controle democrático e a fiscalização das políticas públicas gerenciais na educação pública pela ação popular. 2018. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Metodista de Piracicaba.
9. MORAES, Alexandre de; NALINI, J. R.; AMARAL JUNIOR, José Levi Mello do; **KIM, Richard Pae.** Participação em banca de Lauro Cavallazzi Zimmer. Sistema constitucional do estado de exceção. 2018. Dissertação (Mestrado em Direito) - Faculdade de Direito da USP.
10. **KIM, Richard Pae;** MISAILIDIS, M. G. L. M.; Pretto, Renato Siqueira de. Participação em banca de Bruno Henrique Salviano Silva. A comunicação no ambiente laboral e o Direito Fundamental à privacidade. 2018. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Metodista de Piracicaba.
11. ALMEIDA, Fernando Dias Menezes de; TOJAL, Sebastião B. de Barros; **KIM, Richard Pae.** Participação em banca de Eduardo Calmon de Almeida César. Déficit das garantias constitucionais em processo administrativo. 2017. Dissertação (Mestrado em Direito) - Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.
12. **KIM, Richard Pae;** MISAILIDIS, Mirta Gladys Lerena Manzo de; SOUZA, Josias Jacintho de. Participação em banca de Noriel Ailton Zamunér. O direito fundamental social ao trabalho sob o aspecto flexibilizatório e o fenômeno da PEJOTIZAÇÃO. 2017. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Metodista de Piracicaba.
13. **KIM, Richard Pae;** Pretto, Renato Siqueira de; MARTINS, Rui Décio. Participação em banca de Angelina Cortelazzi Bolzam. Os fundamentos jurídicos para a proteção da velhice. 2016. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Metodista de Piracicaba.
14. MORAES, Alexandre de; TOJAL, Sebastião B. de Barros; **KIM, Richard Pae.** Participação em banca de Pedro Augusto Caliman. O poder judiciário na efetivação de direitos sociais: implicações à separação de poderes. 2016. Dissertação (Mestrado em Direito) - Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.
15. MORAES, Alexandre de; ALMEIDA, Fernando Dias Menezes de; **KIM, Richard Pae.** Participação em banca de Guilherme Kamitsuji. Democracia participativa na Constituição Federal de 1988: os conselhos de políticas públicas.

16. 256 2016. Dissertação (Mestrado em Direito) - Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. AMARAL JUNIOR, José Levi Mello do; HORBACH, Carlos Bastide; **KIM, Richard Pae**. Participação em banca de Antônio Renato Alves Rainha. Titularidade e noção atual de serviço público no Brasil. 2016. Dissertação (Mestrado em Direito) - Centro Universitário de Brasília.
17. MORAES, Alexandre de; TOJAL, Sebastião B. de Barros; **KIM, Richard Pae**. Participação em banca de Fábio Luís Bossler. Os limites constitucionais de atuação do Conselho Nacional de Justiça. 2015. Dissertação (Mestrado em Direito) - Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.
18. **KIM, Richard Pae**; Pretto, Renato Siqueira de; MARTINS, Rui Décio. Participação em banca de Adelson Joaquim de Souza. Polícia Judiciária e Garantias de Direitos Fundamentais. 2015. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Metodista de Piracicaba.
19. **KIM, Richard Pae**; REMEDIO, J. A.; LEONEL, Ricardo de Barros. Participação em banca de Rafaela de F. Lima Rocha Farache. Óbices Processuais à Efetividade da Tutela Coletiva dos Direitos Previdenciários. 2015. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Metodista de Piracicaba.
20. **KIM, Richard Pae**; ALMEIDA, J. L. G.; TORRANO, L. A. A.. Participação em banca de Judite de Oliveira. Violência Doméstica e os Instrumentos Penais e Processuais Penais na tutela dos direitos fundamentais das mulheres. 2014. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Metodista de Piracicaba.
21. **KIM, Richard Pae**; ALMEIDA, J. L. G.; Luiz Antonio. Participação em banca de Judite de Oliveira. Violência doméstica e os instrumentos penais e processuais penais na tutela dos direitos fundamentais das mulheres. 2014. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Metodista de Piracicaba.
22. **KIM, Richard Pae**; SOUZA, J. F. V.; BEÇAK, Rubens. Participação em banca de Carolina Cislighi Rivero. Os Direitos Fundamentais Sociais como Instrumentos para a Concretização do Princípio da Igualdade. 2014. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Metodista de Piracicaba.
23. **KIM, Richard Pae**; ALMEIDA, J. L. G.; CORTEZ, L. F. A.. Participação em banca de Valdir Malanche Junior. Princípio da Dignidade da Pessoa Humana como Fundamento para os Direitos Fundamentais Sociais. 2013. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Metodista de Piracicaba.
24. **KIM, Richard Pae**; LEONEL, Ricardo de Barros; COSTA, Susana Henriques da. Participação em banca de Sabrina Nasser de Carvalho. Processos coletivos e políticas públicas: mecanismos para a garantia de uma prestação jurisdicional democrática. 2013. Dissertação (Mestrado em Direito Processual) - Universidade de São Paulo.
25. **KIM, Richard Pae**; MARTINS, Rui Décio; NEME, E. F.. Participação em banca de Artur Soares de Castro. O Princípio da Supremacia do Interesse Público e as Restrições aos Direitos Fundamentais Individuais. 2013. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Metodista de Piracicaba.
26. **KIM, Richard Pae**; MARTINS, Rui Décio; HOFMANN, S. G.. Participação em banca de Bruno Brodbekier. Os Direitos Fundamentais à Intimidade e à Vida Privada e as Prerrogativas de Fiscalização da Administração Tributária. 2013. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Metodista de Piracicaba.
27. **KIM, Richard Pae**; Pretto, Renato Siqueira de; REMEDIO, J. A.. Participação em banca de Daniel Manrique Venturine. O direito fundamental à saúde sob a ótica dos planos privados. 2013. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Metodista de Piracicaba.
28. **KIM, Richard Pae**; MARTINS, Rui Décio; HOFMANN, S. G.. Participação em banca de Bruno Brodbekier. Os Direitos Fundamentais à intimidade e à vida privada e as prerrogativas de fiscalização da Administração Tributária. 2013. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Metodista de Piracicaba.
29. **KIM, Richard Pae**; MACHADO, Paulo Affonso Leme; YOSHIDA, Consuelo Yatsuda Moromizato. Participação em banca de Sérgio Claro Buonamici. Direito Difuso ao Meio Ambiente Ecologicamente Equilibrado: cidadania e participação popular no direito a cidades sustentáveis. 2012. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Metodista de Piracicaba.
30. **KIM, Richard Pae**; RIVERO, João Miguel da Luz; AMARAL JUNIOR, José Levi Mello do. Participação em banca de Álvaro Luiz Palácios Torres. Ações Afirmativas e Limites às Políticas Públicas de Igualdade. 2012. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Metodista de Piracicaba.
31. **KIM, Richard Pae**; RIVERO, João Miguel da Luz; AMARAL JUNIOR, José Levi Mello do. Participação em banca de Alvaro Luiz Palacios Torres. Ações Afirmativas e políticas públicas de igualdade. 2012. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Metodista de Piracicaba.
32. **KIM, Richard Pae**; REMEDIO, J. A.; ROTHENBURG, Walter Claudius. Participação em banca de Fausto Kozo Kosaka. A programação televisiva sob a ótica constitucional e a proteção dos direitos difusos dos telespectadores. 2011. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Metodista de Piracicaba.
33. **KIM, Richard Pae**; ALMEIDA, J. L. G.; ROTHENBURG, Walter Claudius. Participação em banca de Ricardo Lorenzi Pupin. Modalização do sistema tributário como instrumento de efetivação do estado social dos direitos individuais e difusos. 2011. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Metodista de Piracicaba.
34. **KIM, Richard Pae**; GONZALEZ, Everaldo Tadeu Quilici; Pretto, Renato Siqueira de. Participação em banca de Luciana Gonçalves de Freitas Sanches Cunha. Políticas Sociais Necessárias para a tutela dos direitos individuais e coletivos à convivência familiar. 2011. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Metodista de Piracicaba.
35. **KIM, Richard Pae**; HINZ, H. M.; FELICIANO, G. G.. Participação em banca de Herbert Wittmann. Conflitos Coletivos do Trabalho e as tutelas dos direitos sociais. 2011. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Metodista de Piracicaba.
36. **KIM, Richard Pae**; GONZALEZ, Everaldo Tadeu Quilici; SOUZA, Josias Jacintho de. Participação em banca de Eduardo Caron de Campos. Segurança jurídica: análise de sua fundamentalidade para proteção dos direitos difusos, coletivos e individuais. 2011. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Metodista de Piracicaba.

37. **KIM, Richard Pae**; GONZALEZ, Everaldo Tadeu Quilici; SOUZA, Josias Jacintho de. Participação em banca de Eduardo Caron de Campos. Segurança Jurídica: análise de sua fundamentalidade para proteção dos Direitos Individuais, coletivos e difusos. 2011. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Metodista de Piracicaba.
38. **KIM, Richard Pae**; ROTHENBURG, Walter Claudius; REMEDIO, J. A.. Participação em banca de Fausto Kozo Kosaka. A programação televisiva sob a ótica constitucional e a proteção dos telespectadores. 2011. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Metodista de Piracicaba.
39. **KIM, Richard Pae**; ALMEIDA, J. L.; BRUSCATO, Wilges Ariana. Participação em banca de Paulo Rubens Salomão Caputo. O Processo no Estado Democrático de Direito. 2010. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Metodista de Piracicaba.
40. **KIM, Richard Pae**; LUNARDI, S. R. G.; ALVARES, S. C.. Participação em banca de Fernando Batistuzo Gurgel Martins. A prática adequada da jurisdição e do processo civil como meio de efetivação de direitos fundamentais nas relações entre particulares. 2010. Dissertação (Mestrado em Direito) - Instituição Toledo de Ensino.
41. **KIM, Richard Pae**; COELHO, P. M. C.; NEME, E. F.. Participação em banca de Marco Antonio Bueno. A tributação como instrumento de inclusão do idoso. 2010. Dissertação (Mestrado em Direito) - Instituição Toledo de Ensino.
42. Sérgio Seiji Shimura; **KIM, Richard Pae**; MACHADO, M. T.. Participação em banca de Carlos Alberto Carmello Júnior. A Democracia Participativa e a efetivação dos direitos de crianças e adolescentes. 2009. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
43. **KIM, Richard Pae**; Francisco José Cahali; RODRIGUES, Oswaldo Peregrina. Participação em banca de Maurício Dellova de Campos. Da herança e sua administração. 2009. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
44. ALMEIDA, J. L.; ALMEIDA, J. L. G.; **KIM, Richard Pae**. Participação em banca de Luiz Gustavo Marques. Os Embargos de Terceiro como instrumento eficaz ao jurisdicionado para concretização de amplo acesso ao Poder Judiciário. 2008. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Metodista de Piracicaba.
45. **KIM, Richard Pae**; Luiz Antônio Soares Hentz; José Carlos Garcia de Freitas. Participação em banca de Sulaiman Miguel Neto. As Obrigações propter rem no Código Civil. 2007. Dissertação (Mestrado em Faculdade de História, Direito e Serviço Social) - Universidade Estadual Paulista.
46. **KIM, Richard Pae**; Sérgio Seiji Shimura; Francisco José Cahali. Participação em banca de Luiz Antônio Alves Torrano. Petição de Herança. 2007. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
47. **KIM, Richard Pae**; MOREIRA, A. C.; SILVA, A. M.. Participação em banca de Ricardo Bojikian Giglio. Tutela das rendas locatícias. 2005. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de Campinas.
48. **KIM, Richard Pae**; ALMEIDA, J. L.; ALMEIDA, J. L. G.. Participação em banca de Paulo Roberto Demarchi. Critérios para a quantificação do dano moral nas lesões individuais. 2005. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Metodista de Piracicaba.
49. **KIM, Richard Pae**; HOFMANN, S. G.; MOREIRA, A. C.. Participação em banca de Luis Arlindo Feriani Filho. Relativização da Coisa Julgada Material. 2004. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
50. **KIM, Richard Pae**; SILVA FILHO, A. M.; HOFMANN, S. G.. Participação em banca de Hellen Cristina Padial Backstron Falavigna. O direito à privacidade em conflito com o direito à prova no Processo Civil. 2004. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de Campinas.
51. **KIM, Richard Pae**; SILVA FILHO, A. M.. Participação em banca de Sérgio Sá Carvalho de Figueiredo. Direitos de Autor: sua violação e a nova tutela penal. 2004. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.
52. **KIM, Richard Pae**. Participação em banca de Thomaz Carvalhaes Ferreira. O Escritório Central de Arrecadação e Distribuição e a gestão coletiva dos direitos autorais na obra musical. 2004. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.
53. **KIM, Richard Pae**. Participação em banca de Peter Panutto. Tutela Específica nos Procedimentos Especiais. 2004. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de Campinas.
54. **KIM, Richard Pae**; MORAIS, F. L.; ALMEIDA, C. A.. Participação em banca de José Henrique Specie. A ineficácia do Estado em prestar a tutela jurisdicional - obstáculo ao acesso à justiça. 2004. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de Campinas.
55. **KIM, Richard Pae**. Participação em banca de Luiz Henrique Parisi. Os Limites do Direito de Informação Jornalística no Direito Brasileiro. 2004. Dissertação (Mestrado em Direito) - Instituição Toledo de Ensino.
56. **KIM, Richard Pae**. Participação em banca de Sérgio Luiz Ribeiro. Contornos Constitucionais do Direito à Moradia: O Direito a um lugar. 2004. Dissertação (Mestrado em Direito) - Instituição Toledo de Ensino.
57. ALMEIDA, J. R. G.; **KIM, Richard Pae**. Participação em banca de Ana Lúcia Cagliari Homem de Mello. O Regime Disciplinar Diferenciado frente aos princípios constitucionais. 2004. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Paulista.
58. LUZ, R. M.; **KIM, Richard Pae**; ARAUJO, F. F.. Participação em banca de Rosemary Sinibaldi de Carvalho. Macrocriminalidade Econômica. 2004. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Paulista.
59. **KIM, Richard Pae**; ARAUJO, L. A. D.; OLIVEIRA, F.. Participação em banca de Edison dos Santos Pelegrini.

258 Princípio Fundamental da Proteção ao Trabalhador Diante da Teoria da Flexibilização da Jornada de Trabalho..
2003. Dissertação (Mestrado em Direito) - Instituição Toledo de Ensino.

60. **KIM, Richard Pae**; OLIVEIRA, F.; ARAUJO, L. A. D.. Participação em banca de Carlos José Napolitano. A Liberdade de Iniciativa e os Empreendedores Econômicos Estrangeiros na Constituição Federal: Uma análise do direito fundamental à propriedade à luz das emendas constitucionais.. 2003. Dissertação (Mestrado em Direito) - Instituição Toledo de Ensino.
61. **KIM, Richard Pae**. Participação em banca de Irapuan Athayde Marcondes Filho. Ação Popular na Defesa do Patrimônio Cultural - Aspectos Processuais. 2003. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de Campinas.
62. **KIM, Richard Pae**. Participação em banca de Alexandre Zavaglia Pereira Coelho. A efetividade do processo, o ônus da prova e o Código de Defesa do Consumidor.. 2003. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de Campinas.
63. SILVA FILHO, A. M.; **KIM, Richard Pae**; OLIVEIRA, E. R.. Participação em banca de Marília Lobo Cavagnari. O Arrendamento Rural como instrumento para a efetivação da função social da propriedade rural. 2003. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Paulista.
64. SILVA FILHO, A. M.; **KIM, Richard Pae**; ARAUJO, F. F.. Participação em banca de Arlindo Peixoto Gomes Rodrigues. A legítima defesa como causa excludente da responsabilidade civil. 2003. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Paulista.
65. SILVA FILHO, A. M.; **KIM, Richard Pae**; ARAUJO, F. F.. Participação em banca de Flávio Aprígio Lisboa. A Responsabilidade Civil dos pais pelos atos ilícitos dos filhos. 2003. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Paulista.
66. ALMEIDA, J. R. G.; **KIM, Richard Pae**. Participação em banca de Fernanda Cury. Prisão: Solução?. 2003. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Paulista.
67. SILVA, A. M.; **KIM, Richard Pae**; ARAUJO, F. F.. Participação em banca de Sílvia Estela Gigena. Direito de Família - Novas perspectivas para solução de conflitos. 2003. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Paulista.
68. ALMEIDA, J. R. G.; **KIM, Richard Pae**. Participação em banca de Ana Lúcia de Souza Ferreira Santoro. O policial civil como agente de relações públicas e as garantias aplicáveis na investigação criminal. 2003. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Paulista.
69. ALMEIDA, J. R. G.; **KIM, Richard Pae**; BORGES, J. R.. Participação em banca de Leonardo Rulian Custodio. O Poder Judiciário em Crise dando margem a formas alternativas de solução dos conflitos. 2002. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Paulista.

Teses de doutorado

1. SILVEIRA, Newton; LEWANDOWSKI, Ricardo Enrique; BARBOSA, Cláudio Roberto; FORGIONI, Paula Andrea; **KIM, Richard Pae**; KUNTZ, Karin de Itapema Grau. Participação em banca de Walter Godoy dos Santos Júnior. O regime jurídico da proteção da forma na propriedade intelectual. 2018. Tese (Doutorado em Direito) - Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.
2. BEÇAK, Rubens; Celso Fernandes Campilongo; RAMOS, Elival da Silva; **KIM, Richard Pae**; HORTA, José Luiz Borges; PEDRA, Adriano Sant'Ana. Participação em banca de Jairo Neia Lima. Democratização do controle de constitucionalidade: análise das emendas constitucionais no Brasil pós-1988. 2018. Tese (Doutorado em Direito) - Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.
3. MORAES, Alexandre de; SMANIO, Gianpaolo Poggio; NALINI, J. R.; SAMPAIO, Gustavo José Marrone de Castro; **KIM, Richard Pae**. Participação em banca de Raquel Botelho Santoro. Jurisprudência simbólica no âmbito do Supremo Tribunal Federal. 2017. Tese (Doutorado em Direito) - Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.
4. MORAES, Alexandre de; SMANIO, Gianpaolo Poggio; SAMPAIO, Gustavo José Marrone de Castro; NALINI, J. R.; **KIM, Richard Pae**. Participação em banca de Wagner Roby Gídaro. A autonomia de vontade nos direitos humanos fundamentais: direito de morrer como hipótese jurídica. 2017. Tese (Doutorado em Direito) - Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.
5. **KIM, Richard Pae**; César Romero Amaral Vieira; PAIVA, José Maria de; BOTELHO, Marcos César; PEREZ, José Roberto Rus. Participação em banca de Elimei Paleari do Amaral Camargo. Cidades Educadoras sob uma perspectiva constitucional. 2016. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Metodista de Piracicaba.
6. OLIVEIRA, Flávio Luís; PIVA, Rui Carvalho; ALVARES, S. C.; SOUZA, Gelson Amaro de; **KIM, Richard Pae**. Participação em banca de Albino Gabriel Turbay Junior. Precedentes e súmulas no sistema jurídico brasileiro sob a perspectiva do método da complexidade. 2015. Tese (Doutorado em Sistema Constitucional de Garantia de Direitos) - Instituição Toledo de Ensino.
7. OLIVEIRA, Flávio Luís; PIVA, Rui Carvalho; ALVARES, S. C.; SOUZA, Gelson Amaro de; **KIM, Richard Pae**. Participação em banca de Mário Coimbra. Critério de fixação da indenização civil do Estado na ofensa pelo Poder Judiciário ao princípio da duração razoável em processo envolvendo interesse de idoso. 2015. Tese (Doutorado em Sistema Constitucional de Garantia de Direitos) - Instituição Toledo de Ensino.
8. PEREZ, José Roberto Rus; ARROYO, Miguel Gonzalez; **KIM, Richard Pae**; HOFLING, E. M.; BAPTISTA, Myrian Veras. Participação em banca de Maria Isabel Monfredini. Proteção integral e garantia de direitos da criança e do adolescente: desafios à intersectorialidade. 2013. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade

- Estadual de Campinas.
9. ARAUJO, L. A. D.; ALARCON, Pietro de Jesus Lora; BARROS, Suely de Prieto; BREGA Filho, Vladimir; **KIM, Richard Pae**. Participação em banca de Henry Atique. As ações constitucionais como possíveis instrumentos para a efetivação do direito social à alimentação adequada. 2012. Tese (Doutorado em Pós-graduação stricto sensu em Direito) - Instituição Toledo de Ensino.
 10. PEREZ, José Roberto Rus; OLIVEIRA, V. E.; FRANZOLIN, C. J.; **KIM, Richard Pae**; AGUILAR, L. E.. Participação em banca de Ana Elisa Spaolonzi Queiroz Assis. Direito à educação e diálogo entre poderes. 2012. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas.
 11. **KIM, Richard Pae**. Participação em banca de Sebastião Antonio da Silva Neto. Julgamento de Gregório Fortunato: Um Estudo da Retórica da Invenção nos Discursos da Acusação e da Defesa. 2004. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.

Qualificações de Doutorado

1. **KIM, Richard Pae**; BOTELHO, Marcos César; PAIVA, José Maria de. Participação em banca de Elimei Paleari do Amaral Camargo. Democracia Participativa e Democracia Deliberativa nas Cidades Educadoras sob a ótica Constitucional: eficácias educacionais, jurídicas, políticas e sociais. 2016. Exame de qualificação (Doutorando em Educação) - Universidade Metodista de Piracicaba.
2. **KIM, Richard Pae**; PEREZ, José Roberto Rus; HOFLING, E. M.. Participação em banca de Maria Isabel Monfredini. A Contribuição da Educação na Garantia do Direito à Convivência Familiar e Comunitária. 2012. Exame de qualificação (Doutorando em Educação) - Universidade Estadual de Campinas.
3. ABREU, Antônio Suárez; RÉ, Alessandra Del; **KIM, Richard Pae**. Participação em banca de Marília Valencise Magri. Mídia e Judicialização do cotidiano: por uma genealogia do crime passionai no Brasil. 2012. Exame de qualificação (Doutorando em Linguística e Língua Portuguesa) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.

Qualificações de Mestrado

1. **KIM, Richard Pae**; KALLAJIAN, M. C.; MACHADO, Paulo Affonso Leme. Participação em banca de Luciana Novais de Oliveira Lopes. Precedentes Judiciais e a Densificação do Princípio da Duração Razoável do Processo. 2019. Exame de qualificação (Mestrando em Direito) - Universidade Metodista de Piracicaba.
2. **KIM, Richard Pae**; GREGORI, V.; RIVERO, João Miguel da Luz. Participação em banca de Lucas Germano dos Anjos. Protesto Extrajudicial pela Fazenda Pública e Direitos Fundamentais dos Contribuintes. 2019. Exame de qualificação (Mestrando em Direito) - Universidade Metodista de Piracicaba.
3. **KIM, Richard Pae**; MISAILIDIS, M. G. L. M.; REMEDIO, J. A.. Participação em banca de Bruno Henrique Salviano Silva. A comunicação no ambiente laboral e o Direito Fundamental à privacidade. 2018. Exame de qualificação (Mestrando em Direito) - Universidade Metodista de Piracicaba.
4. **KIM, Richard Pae**; José Antônio Remédio; KALLAJIAN, M. C.. Participação em banca de Flavia Carneiro Tommasiello. O princípio da reserva do possível nas pesquisas acadêmicas (2013-2018), com destaque para a efetividade dos Direitos à saúde. 2018. Exame de qualificação (Mestrando em Direito) - Universidade Metodista de Piracicaba.
5. **KIM, Richard Pae**; OLIVEIRA, Gustavo Henrique de; KALLAJIAN, M. C.. Participação em banca de Leandro Gustavo da Rocha. Dano moral coletivo. 2018. Exame de qualificação (Mestrando em Direito) - Universidade Metodista de Piracicaba.
6. **KIM, Richard Pae**; VEDOVATO, Luis Renato; KALLAJIAN, M. C.. Participação em banca de Janete Festi Rodrigues Gonçalves. Aplicabilidade dos direitos sociais nos contratos consumeristas. 2018. Exame de qualificação (Mestrando em Direito) - Universidade Metodista de Piracicaba.
7. **KIM, Richard Pae**; FERRAZ, Eduardo Luis Leite; VEDOVATO, Luis Renato. Participação em banca de Maria Cristina Kunze dos Santos Benassi. Breve análise da função social do contrato. 2018. Exame de qualificação (Mestrando em Direito) - Universidade Metodista de Piracicaba.
8. **KIM, Richard Pae**; REMEDIO, J. A.; ALMEIDA, J. L. G.. Participação em banca de Jaqueline Tatiane Pereira. Ação popular como instrumento democrático de fiscalização da educação pública. 2017. Exame de qualificação (Mestrando em Direito) - Universidade Metodista de Piracicaba.
9. **KIM, Richard Pae**; MARTINS, Rui Décio; MIAHLE, Jorge Luis. Participação em banca de Iremar Schoba Sant'Anna. O direito à educação: a inclusão e o acesso à educação de crianças com necessidades especiais. 2017. Exame de qualificação (Mestrando em Direito) - Universidade Metodista de Piracicaba.
10. **KIM, Richard Pae**; MISAILIDIS, Mirta Gladys Lerena Manzo de; GUALAZZI, Alexandre Augusto. Participação em banca de Noriel Ailton Zamunér. O direito fundamental social ao trabalho sob o aspecto flexibilizatório e o fenômeno da "PEJOTIZAÇÃO". 2016. Exame de qualificação (Mestrando em Direito) - Universidade Metodista de Piracicaba.
11. **KIM, Richard Pae**; MARTINS, Rui Décio; SOUZA, Osni de. Participação em banca de Adelson Joaquim de Souza. Atividade de Polícia Judiciária Sedimentada no Respeito à Dignidade da Pessoa Humana. 2015. Exame de qualificação (Mestrando em Direito) - Universidade Metodista de Piracicaba.
12. **KIM, Richard Pae**; MARTINS, Rui Décio; SOUZA, Osni de. Participação em banca de Angelina Cortelazzi Bolzam. Os Fundamentos Jurídicos para a Proteção da Velhice. 2015. Exame de qualificação (Mestrando em

- Direito) - Universidade Metodista de Piracicaba.
13. 260 **Momma-Bardela, Adriana Missae; Passone, Eric Ferdinando Kanai; KIM, Richard Pae.** Participação em banca de Eliane Aparecida Faria de Paiva. Políticas públicas de proteção à infância em BC/AM: o trabalho de escolas de educação infantil na prevenção primária e secundária do abuso e exploração sexual. 2014. Exame de qualificação (Mestrando em Educação) - Universidade Estadual de Campinas.
 14. **KIM, Richard Pae; ALMEIDA, J. L.; ALMEIDA, J. L. G..** Participação em banca de Rafaela da Fonseca Lima Rocha Farache. Óbices Processuais à Efetividade da Tutela Coletiva dos Direitos Previdenciários. 2014. Exame de qualificação (Mestrando em Mestrado em Direito) - Universidade Metodista de Piracicaba.
 15. **KIM, Richard Pae; MARTINS, Rui Décio; COELHO, P. M. C..** Participação em banca de Bruno Brodbekier. Os direitos da privacidade e o poder-dever de fiscalização das autoridades tributárias. 2013. Exame de qualificação (Mestrando em Mestrado em Direito) - Universidade Metodista de Piracicaba.
 16. **KIM, Richard Pae; REMEDIO, J. A.; Pretto, Renato Siqueira de.** Participação em banca de Daniel Manrique Venturine. O direito fundamental à saúde sob a ótica dos planos privados. 2013. Exame de qualificação (Mestrando em Mestrado em Direito) - Universidade Metodista de Piracicaba.
 17. **KIM, Richard Pae; SOUZA, Josias Jacintho de; SOUZA, J. F. V..** Participação em banca de Carolina Cislighi Rívero. Os direitos fundamentais sociais como instrumentos para a concretização do princípio da igualdade. 2013. Exame de qualificação (Mestrando em Mestrado em Direito) - Universidade Metodista de Piracicaba.
 18. **KIM, Richard Pae; SOUZA, J. F. V.; SOUZA, Josias Jacintho de.** Participação em banca de Carolina Cislighi Rívero. Os Direitos Fundamentais Sociais como instrumentos para a concretização do princípio da igualdade. 2013. Exame de qualificação (Mestrando em Mestrado em Direito) - Universidade Metodista de Piracicaba.
 19. **KIM, Richard Pae.** Participação em banca de Judite de Oliveira. Violência doméstica e os instrumentos penais e processuais penais na tutela dos direitos fundamentais das mulheres. 2013. Exame de qualificação (Mestrando em Mestrado em Direito) - Universidade Metodista de Piracicaba.
 20. **KIM, Richard Pae; MARTINS, Rui Décio; COELHO, P. M. C..** Participação em banca de Artur Soares de Castro. O princípio da supremacia do interesse público e as restrições aos direitos fundamentais individuais. 2013. Exame de qualificação (Mestrando em Mestrado em Direito) - Universidade Metodista de Piracicaba.
 21. **KIM, Richard Pae; RIVERO, João Miguel da Luz; REMEDIO, J. A..** Participação em banca de Alvaro Luiz Palacios Torres. Ações Afirmativas e políticas públicas de igualdade. 2011. Exame de qualificação (Mestrando em Mestrado em Direito) - Universidade Metodista de Piracicaba.
 22. **KIM, Richard Pae; SOUZA, J. F. V.; MIAHLE, Jorge Luis.** Participação em banca de Herbert Wittmann. Efetividade do direito social ao trabalho e as tutelas individuais e coletivas. 2011. Exame de qualificação (Mestrando em Mestrado em Direito) - Universidade Metodista de Piracicaba.
 23. **MACHADO, Paulo Affonso Leme; KIM, Richard Pae; YOSHIDA, Consuelo Yatsuda Moromizato.** Participação em banca de Sergio Claro Buonamici. Direito Difuso ao meio ambiente ecologicamente equilibrado: fundamento da cidadania no direito a cidades sustentáveis. 2011. Exame de qualificação (Mestrando em Mestrado em Direito) - Universidade Metodista de Piracicaba.
 24. **KIM, Richard Pae; GONZALEZ, Everaldo Tadeu Quilici; REMEDIO, J. A..** Participação em banca de Eduardo Caron de Campos. Segurança Jurídica: análise de sua fundamentalidade para proteção dos Direitos Difusos, Coletivos e Individuais. 2010. Exame de qualificação (Mestrando em Mestrado em Direito) - Universidade Metodista de Piracicaba.
 25. **KIM, Richard Pae; ALMEIDA, J. L.; ALMEIDA, J. L. G..** Participação em banca de Fausto Kozo Kosaka. A programação televisiva sob a ótica constitucional e a proteção dos telespectadores. 2010. Exame de qualificação (Mestrando em Mestrado em Direito) - Universidade Metodista de Piracicaba.
 26. **KIM, Richard Pae; ROTHENBURG, Walter Claudius; ALMEIDA, J. L. G..** Participação em banca de Ricardo Lorenzi Pupin. Modalização do sistema tributário como instrumento de efetivação do estado social, dos direitos individuais, sociais e difusos. 2010. Exame de qualificação (Mestrando em Mestrado em Direito) - Universidade Metodista de Piracicaba.
 27. **ALMEIDA, J. L.; ALMEIDA, J. L. G.; KIM, Richard Pae.** Participação em banca de Rui Luiz Lourensetto Junior. A Súmula vinculante como forma de resolução dos direitos coletivos e independência do juiz. 2010. Exame de qualificação (Mestrando em Mestrado em Direito) - Universidade Metodista de Piracicaba.
 28. **ALMEIDA, J. L.; ALMEIDA, J. L. G.; KIM, Richard Pae.** Participação em banca de Paulo Rubens Salomao Caputo. Teoria Geral do processo no Estado democrático de Direito - Pluralismo e Participação na construção do provimento Jurisdicional.. 2009. Exame de qualificação (Mestrando em Mestrado em Direito) - Universidade Metodista de Piracicaba.
 29. **ALMEIDA, J. L. G.; ALMEIDA, J. L.; KIM, Richard Pae.** Participação em banca de Simone Aparecida de Oliveira Andrietta. A evolução da legislação acidentária como forma de proteção dos direitos do cidadão. 2009. Exame de qualificação (Mestrando em Mestrado em Direito) - Universidade Metodista de Piracicaba.
 30. **ALMEIDA, J. L.; ALMEIDA, J. L. G.; KIM, Richard Pae.** Participação em banca de Luiz Gustavo Marques. Embargos de Terceiro. 2008. Exame de qualificação (Mestrando em Mestrado em Direito) - Universidade Metodista de Piracicaba.
 31. **ALMEIDA, J. L.; ALMEIDA, J. L. G.; KIM, Richard Pae.** Participação em banca de Lucas Naif Caluri. O Novo Sistema Recursal no Processo Civil e sua Contribuição para a Celeridade Processual. 2006. Exame de qualificação (Mestrando em Mestrado em Direito) - Universidade Metodista de Piracicaba.
 32. **ALMEIDA, J. L. G.; ALMEIDA, J. L.; KIM, Richard Pae.** Participação em banca de Paulo Roberto Demarchi. A Qualificação do Dano Moral e o Novo Código Civil. 2005. Exame de qualificação (Mestrando em Mestrado em

Trabalhos de conclusão de curso de graduação

1. **KIM, Richard Pae;** RIVERO, João Miguel da Luz; CASTRO, Artur Soares de. Participação em banca de Beatriz Monielli Andrade. Vida embrionária e seus direitos. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Metodista de Piracicaba.
2. **KIM, Richard Pae.** Participação em banca de Ana Carolina Folster. A eficácia das medidas socioeducativas. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Metodista de Piracicaba.
3. **KIM, Richard Pae;** RIVERO, João Miguel da Luz; MATOS, Benjamin Garcia de. Participação em banca de Marcelo Coelho Martins Pratt. As medidas socioeducativas e as questões controvertidas sobre a sua progressão. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Metodista de Piracicaba.
4. **KIM, Richard Pae;** RIVERO, João Miguel da Luz; MATOS, Benjamin Garcia de. Participação em banca de Lucas Rafael Lambstein. Responsabilidade civil do Estado e as hipóteses de aplicação da teoria do risco integral. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Metodista de Piracicaba.
5. **KIM, Richard Pae;** RIVERO, João Miguel da Luz; MATOS, Benjamin Garcia de. Participação em banca de Luciano Gomes Romeiro. A responsabilidade civil por perda de uma chance: das bases precursoras ao estudo dos danos intangíveis, do acaso e da probabilidade. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Metodista de Piracicaba.
6. **KIM, Richard Pae.** Participação em banca de Bruna Merengo Samblás. A ineficácia da lei de execução penal e as violações aos direitos fundamentais. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Metodista de Piracicaba.
7. **KIM, Richard Pae.** Participação em banca de Talita Cristina Leone Moraes. Justiça Juvenil Restaurativa. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Metodista de Piracicaba.
8. **KIM, Richard Pae;** MATOS, Benjamin Garcia de; RODRIGUES, I. H. D.. Participação em banca de Waldirene Cristina Ribeiro Crespo. Direito à convivência familiar. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Metodista de Piracicaba.
9. **KIM, Richard Pae;** FARSONI, Estela; SILVA, Fernando J.F. da. Participação em banca de Carolina de Carvalho Ayub Furlan. Adoção por casais homoafetivos. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Faculdade de Direito) - Universidade Metodista de Piracicaba.

Participação em bancas de comissões julgadoras

Professor titular

1. **KIM, Richard Pae;** MELO, Diogo Leonardo Machado de; José Antônio Remédio. Banca de Seleção Externa de Docente em Regime de Horas-Aula - nomeação pela Portaria 07/2013 do Gabinete da Faculdade de Direito - vaga na área de Direito Civil. 2013. Universidade Metodista de Piracicaba.
2. SILVEIRA, Vladimir Oliveira da; ALMEIDA, J. L. G.; **KIM, Richard Pae.** Membro da Banca examinadora do processo de seleção externa de docentes em Regime de Dedicação Integral para o Programa de Pós-Graduação (Mestrado) em Direito conforme Edital Público no. 06/2009, da Faculdade de Direito da UNIMEP. 2009. Universidade Metodista de Piracicaba.

Outras participações

1. MACHADO, Paulo Affonso Leme; **KIM, Richard Pae;** José Antônio Remédio. Banca de Seleção para Credenciamento de Docente em Tempo Integral para o Curso de Mestrado em Direito da UNIMEP. 2018. Universidade Metodista de Piracicaba.
2. **KIM, Richard Pae;** MIAHLE, Jorge Luis; SOUZA, J. F. V.. Efetividade do direito social ao trabalho e as tutelas individuais e coletivas. 2011. Universidade Metodista de Piracicaba.
3. **KIM, Richard Pae;** REMEDIO, J. A.; RIVERO, João Miguel da Luz. Ações Afirmativas e Políticas Públicas de Igualdade. 2011. Universidade Metodista de Piracicaba.
4. **KIM, Richard Pae;** MACHADO, Paulo Affonso Leme; YOSHIDA, Consuelo Yatsuda Moromizato. Direito Difuso ao Meio Ambiente Ecologicamente Equilibrado: Fundamento da Cidadania no Direito a Cidades Sustentáveis. 2011. Universidade Metodista de Piracicaba.
5. **KIM, Richard Pae;** MIAHLE, Jorge Luis; SOUZA, J. F. V.. Políticas sociais necessárias para a tutela dos direitos individuais e coletivos à convivência familiar. 2011. Universidade Metodista de Piracicaba.
6. ALMEIDA, J. L. G.; ALMEIDA, J. L.; **KIM, Richard Pae.** O Registro de nascimento como direito fundamental ao pleno exercício da cidadania. 2010. Universidade Metodista de Piracicaba.
7. **KIM, Richard Pae;** ALMEIDA, J. L.; ALMEIDA, J. L. G.. A Súmula Vinculante como forma de resolução dos direitos coletivos e independência do juiz. 2010. Universidade Metodista de Piracicaba.
8. ALMEIDA, J. L.; ALMEIDA, J. L. G.; **KIM, Richard Pae.** Repercussão geral no recurso extraordinário e seus

- reflexos nos direitos coletivos. 2010. Universidade Metodista de Piracicaba.
9. **KIM, Richard Pae;** GONZALEZ, Everaldo Tadeu Quilici; REMEDIO, J. A.. Segurança jurídica: análise de sua fundamentalidade para proteção dos direitos individuais, coletivos e difusos. 2010. Universidade Metodista de Piracicaba.
 10. **KIM, Richard Pae;** ALMEIDA, J. L.; ALMEIDA, J. L. G.. Modalização do sistema tributário como instrumento de efetivação do Estado Social, dos direitos individuais, sociais e difusos. 2010.
 11. **KIM, Richard Pae;** ALMEIDA, J. L. G.; ALMEIDA, J. R. G.. A programação sob a ótica constitucional e a proteção dos telespectadores. 2010. Universidade Metodista de Piracicaba.
 12. ALMEIDA, J. L.; ALMEIDA, J. L. G.; **KIM, Richard Pae.** A evolução da legislação acidentária como forma de proteção dos direitos do cidadão. 2009. Universidade Metodista de Piracicaba.
 13. **KIM, Richard Pae.** Teoria Geral do Processo no Estado Democrático de Direito - pluralismo e participação na construção do provimento jurisdicional. 2009. Universidade Metodista de Piracicaba.
 14. ALMEIDA, J. L.; ALMEIDA, J. L. G.; **KIM, Richard Pae.** Embargos de Terceiro. 2008. Universidade Metodista de Piracicaba.

Eventos

Participação em eventos, congressos, exposições e feiras

1. Foro Internacional Construyendo la democracia del siglo XXI.Censo Único y Registro Electoral en Brasil. 2021. (Seminário).
2. PROTEÇÃO DE DADOS - A LGPD e seus impactos na Justiça Eleitoral e na Administração Pública.Há privacidade do agente público perante a LAI e a LGPD?. 2021. (Seminário).
3. Seminário Jornada Pedagógica - Ciclo I da ENFAM. 2021. (Seminário).
4. Seminário Internacional Judiciário, Sistema Penal e Sistema Socioeducativo.30 anos da Convenção da ONU sobre os direitos da criança e do ECA: cenário da socioeducação no Brasil. 2020. (Seminário).
5. Webinar: Direito Eleitoral Digital.Tutela Jurídica da desinformação e das Fake News. 2020. (Seminário).
6. II CONIDEL - II Congresso Internacional de Direito Eleitoral. Democracia e Sistemas Eleitorais. 2019. (Congresso).
7. O Sistema de Garantia de Direitos na efetivação da Proteção à Crianças e Adolescentes em situação de violência sexual e os desafios da implementação da Lei da Escuta.Lançamento da Pesquisa CNJ. 2019. (Seminário).
8. Paralisação e retomada de obras de infraestrutura no Brasil.Debate sobre a Radiografia das paralisações e a importância da retomada. 2019. (Seminário).
9. Segunda Reunión Preparatoria de la XX Cumbre Judicial Iberoamericana.Informe del Gupo Creación de la Red Iberoamericana de Integridad Judicial. 2019. (Outra).
10. Segunda Ronda de Trabalhos da XX Cumbre Judicial Iberoamericana.Apresentação do diagnóstico de Integridade Judicial. 2019. (Encontro).
11. Seminário Ações penais na Justiça Eleitoral e o combate à corrupção.Compliance e Financiamento Eleitoral - Debatedor. 2019. (Seminário).
12. Seminário Políticas Judiciárias e Segurança Pública.Cooperações Nacionais e Internacionais - ações do CNJ: recuperação de ativos e cumprimento de decisões judiciais. 2019. (Seminário).
13. Seminário Transparência e Combate à Corrupção.Coordenação Geral das Oficinas. 2019. (Seminário).
14. VIII Reunión Plenaria de Puntos de Contacto y Enlaces de IberRed.Participação na reunião de contato do Grupo de "Materia Civil y Enlaces de Sustracción Internacional de Menores. 2019. (Encontro).
15. CONAE 2018 - Conferência Nacional de Educação. 2018. (Congresso).
16. Seminário Desburocratização do Poder Judiciário.A rede de desburocratização do Poder Judiciário. 2018. (Seminário).
17. Seminário Internacional Responsabilidades na Educação.Reflexões sobre Justiça na Educação. 2018. (Seminário).
18. XII Encontro Nacional do Poder Judiciário.A desburocratização no Poder Judiciário. 2018. (Encontro).
19. Global Pound Conference Series 2017.Promover um melhor acesso à Justiça: Quais os itens de ação que devem ser considerados e por quem?. 2017. (Simpósio).
20. III Fórum de Pesquisa Científica do Núcleo de Estudos de Direitos Fundamentais e de Cidadania.Conteúdo jurídico da privacidade de dados e direito ao esquecimento no Brasil. 2017. (Outra).
21. IV Congresso do Patrimônio Público e Social do Ministério Público do Estado de São Paulo. 25 anos da Lei de Improbidade Administrativa. 2017. (Congresso).
22. IV Encontro com Diretores e Coordenadores Pedagógicos das Escolas Judiciais e de Magistratura da ENFAM. 2017. (Encontro).
23. Os povos indígenas e os Direitos Originários. 2017. (Oficina).
24. Seminar on the implementation of effective safeguards to prevent torture and other cruel, inhuman or degrading treatment or punishment during police custody and pretrial detention. 2017. (Seminário).
25. XI SIMPLAGE: Simpósio do Laboratório de Gestão Educacional da UNICAMP.Direito à educação básica: implicações para a gestão democrática da escola pública. 2017. (Simpósio).
26. 14º Congresso de Pós-Graduação da UNIMEP. O Estatuto da Pessoa com Deficiência e o respeito aos direitos

- fundamentais de liberdade e de autodeterminação. 2016. (Congresso).
27. Ciclo de Palestras do STJ sobre o novo CPC. 2016. (Outra).
28. Conferência da Ministra Sibylle Kessal-Wulf sobre a "Eficácia dos direitos fundamentais em relação aos particulares: A jurisprudência do Tribunal Constitucional Federal do Caso Luth ao caso Flashmob". 2016. (Outra).
29. I Fórum de pesquisa científica do núcleo de estudos de direitos fundamentais e da cidadania. Pós-positivismo e alguns paradoxos sobre a interpretação constitucional. 2016. (Encontro).
30. II Fórum do Núcleo de Estudos de Direitos Fundamentais e da Cidadania. Multipartidarismo e problemas na representação política autêntica: respeito à escolha do eleitor e de seus direitos fundamentais políticos. 2016. (Outra).
31. III Seminário - Novo Código de Processo Civil - Mandado de Segurança e do NCPC. Mandado de Segurança e o Novo Código de Processo Civil. 2016. (Seminário).
32. O Direito Internacional dos Direitos Humanos em Face dos Poderes Judiciais Nacionais. 2016. (Seminário).
33. Palestra "Pacto Federativo no Brasil" proferida pelo Ministro Edson Fachin. 2016. (Outra).
34. Palestra "Principais inovações do novo Código de Processo Civil brasileiro e tutela provisória" - XLV Semana de Estudos Jurídicos. 2016. (Outra).
35. Palestra no STJ - "Súmulas, precedentes e jurisprudência na experiência jurídica brasileira e no novo CPC". 2016. (Outra).
36. Vinte anos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: avanços e retrocessos na qualidade da educação básica. Mesa redonda sobre a qualidade da educação básica e responsabilidades. 2016. (Outra).
37. XLV Semana de Estudos Jurídicos da UNIMEP. 2016. (Outra).
38. XXV ENCONTRO NACIONAL DO CONPEDI. Paradoxos decorrentes da interpretação do Estatuto da Pessoa com Deficiência sobre a capacidade civil. 2016. (Encontro).
39. XXV ENCONTRO NACIONAL DO CONPEDI. GT de DIREITO CIVIL CONSTITUCIONAL. 2016. (Encontro).
40. 13º Congresso de Pós-graduação da Universidade Metodista de Piracicaba. Revisor de trabalhos. 2015. (Congresso).
41. Congresso Internacional Financiamento Eleitoral e Democracia - Tribunal Superior Eleitoral. 2015. (Congresso).
42. Congresso Nacional da FEPODI. Coordenação do Grupo de Trabalho Direitos Humanos I - GT 14. 2015. (Congresso).
43. Embargos de Divergência - Ciclo de Palestras sobre o novo Código de Processo Civil - STF. 2015. (Outra).
44. I ENCONTRO NACIONAL DE DIRETORES DE ESCOLAS DE FORMAÇÃO DE MAGISTRADOS. 2015. (Encontro).
45. Oficina 2ºS do Núcleo de Estudo de Direitos Fundamentais e da Cidadania. 2015. (Oficina).
46. Oficina Semestral do Núcleo de Estudos de Direitos Fundamentais e da Cidadania. 2015. (Oficina).
47. Oficina Semestral do Núcleo de Estudos de Direitos Fundamentais e da Cidadania. As teorias interna e externa dos Direitos Fundamentais: direitos sociais e a inaplicabilidade da teoria externa - consequências. 2015. (Oficina).
48. Palestra "Poder Judiciário" - Prof. Eduardo Vera-Cruz. 2015. (Outra).
49. Palestra do Ministro Roberto Barroso: casos difíceis e nova interpretação constitucional. 2015. (Encontro).
50. Precedentes no novo Código de Processo Civil - Dr. Luiz G. Marinoni. 2015. (Encontro).
51. Seminário Internacional de Educação em Direitos Humanos. 2015. (Seminário).
52. Tutela de Urgência no novo Código de Processo Civil - STF. 2015. (Outra).
53. XVIII Conferencia de la Asociación de Organismos Electorales de América del Sur - PROTOCOLO DE QUITO. Sistema eleitoral no Brasil. 2015. (Outra).
54. Encontro preparatório da Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República sobre Consulta Regional para Eliminação da Violência contra Crianças e Adolescentes. Avanços e Desafios no Fortalecimento das famílias em suas funções parentais: o papel do Estado brasileiro e a participação do Poder Judiciário. 2014. (Encontro).
55. Oficina Semestral do Núcleo de Estudos de Direitos Fundamentais e da Cidadania da UNIMEP. Princípio da confiança como Direito Fundamental. Perspectivas em função da Obrigação Estatal. 2014. (Oficina).
56. Palestra NOTÓRIO SABER - Ministro Dias Toffoli - Supremo Tribunal Federal - Reflexões sobre a Democracia e as Eleições. 2014. (Outra).
57. XVII CONGRESSO BRASILIENSE DE DIREITO CONSTITUCIONAL. 2014. (Congresso).
58. 42a. Semana Jurídica da UNIMEP - Taquaral. 2013. (Simpósio).
59. Curso de Programação Institucional - Planejamento Acadêmico 2013. 2013. (Encontro).
60. II Encontro Nacional de Magistrados de Cooperação - CNJ/ TJ. 2013. (Encontro).
61. IV Fórum Permanente de Estudos dos Juízes da Infância e da Juventude do Estado de São Paulo. 2013. (Encontro).
62. Oficina Semestral do NEDRI - Núcleo de Estudos de Direitos Fundamentais e da Cidadania do Curso de Mestrado em Direito da UNIMEP. Titularidade dos Direitos Fundamentais Coletivos e Difusos. 2013. (Oficina).
63. Oficina Semestral do NEDRI - Núcleo de Estudos de Direitos Fundamentais e da Cidadania do Curso de Mestrado em Direito da UNIMEP. 2013. (Oficina).
64. Seminário de Direito Ambiental e Licenciamento. 2013. (Seminário).
65. XI Encontro Estadual dos Grupos de Apoio à Adoção do Estado de São Paulo. Políticas Públicas Judiciárias de incentivo à adoção legal e necessária. 2013. (Encontro).
66. 10a. Mostra Acadêmica da UNIMEP. 2012. (Oficina).
67. 10o. Congresso de Pós-graduação da Universidade Metodista de Piracicaba - UNIMEP. 10o. Congresso de Pós-graduação da UNIMEP. 2012. (Congresso).
68. Atos de indisciplina, atos infracionais e procedimentos no sistema de educação pública. Atos de Indisciplina, atos

- infracionais e procedimentos no sistema de educação pública. 2012. (Seminário).
69. 264 Aula especial pelo PAAA - Programa de Acompanhamento Acadêmico do Aluno do Curso de Direito.Carreiras jurídicas: magistratura e pesquisa jurídica. 2012. (Outra).
70. Congresso Democracia Representativa e Cidadania - 10 anos da EJE. 2012. (Congresso).
71. Curso para magistrados e leigos multiplicadores do Tribunal Superior Eleitoral. 2012. (Outra).
72. Destino: Educação. Políticas públicas educacionais e o PISA. 2012. (Seminário).
73. Encontro Estadual sobre o SINASE. 2012. (Encontro).
74. Encontro Nacional sobre Trabalho Infantil. 2012. (Encontro).
75. I ENCONTRO NACIONAL DE JUÍZES DE COOPERAÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. 2012. (Encontro).
76. Questões globais da segurança e defesa, iniciativas de cooperação conjunta, paz, cooperação na África e atuais oportunidades de defesa - Dr. Thomas Kelly. 2012. (Outra).
77. Seminário Pressupostos Metodológicos e as Distinguições e Complementaridades entre o papel da autoridade judiciária e as equipes interdisciplinares. 2012. (Seminário).
78. XXI ENCONTRO NACIONAL DO CONPEDI. Painel VII - Direito Eleitoral e o Paradigma Ficha Limpa. 2012. (Congresso).
79. A perspectiva para o processo coletivo. Debatedor do tema a perspectiva para o processo coletivo. 2011. (Seminário).
80. I Encontro Nacional de Experiências de Tomada de Depoimento Especial de Crianças e Adolescentes no Judiciário Brasileiro. Coordenador dos Grupos de Trabalho 3 - Validação do Depoimento Audiogravado como prova. 2011. (Encontro).
81. I Encontro Nacional de Experiências de Tomada de Depoimento Especial de Crianças e Adolescentes no Judiciário Brasileiro. 2011. (Encontro).
82. Seminário sobre Alienação Parental - questões processuais e tutelas dos direitos fundamentais. Alienação Parental - questões processuais e tutelas dos direitos fundamentais. 2011. (Seminário).
83. A ATUAÇÃO DO INSS EM JUÍZO - JUSTIÇA FEDERAL DA 5ª. SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA. 2010. (Seminário).
84. A Pós-graduação em Direito e os critérios de avaliação pela CAPES. 2010. (Encontro).
85. AS FAMÍLIAS, DO CASAMENTO, O JUIZ DE PAZ COMO CONCILIADOR E MEDIADOR. 2010. (Seminário).
86. Círculos de Construção de Paz - Justiça Restaurativa. 2010. (Outra).
87. Colóquio: Depoimento Especial de crianças e adolescentes e o Sistema de Justiça Brasileiro. Relator do Colóquio organizado pelo CNJ e a Childhood Brasil. 2010. (Outra).
88. FORUM NACIONAL DE JUSTIÇA JUVENIL - FONAJUV - Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República. Medidas socioeducativas e SINASE. 2010. (Oficina).
89. II Encontro Nacional de Magistrados da Infância e da Juventude. Fundos da Infância e da adolescência: mecanismos de arrecadação, destinação e controle. 2010. (Encontro).
90. Seminário Municipal Pró-convivência Familiar e Comunitária. O orçamento público na execução da política proposta no artigo 90 do Estatuto da Criança e do Adolescente. 2010. (Seminário).
91. Adoção Internacional como instrumento de subsidiariedade. O sistema de proteção no Brasil. Princípios internacionais compartilhados e os projetos da Coordenadoria da Infância e da Juventude do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. 2009. (Encontro).
92. A nova lei de adoção - principais alterações e atores relevantes no sistema sócio-jurídico da infância e da juventude. Sistema de Garantia de Direitos e as mudanças decorrentes da Lei de Convivência Familiar e Comunitária. 2009. (Seminário).
93. Curso de Formação de lideranças. Políticas Públicas integradas. Política Pública de defesa e promoção dos direitos das crianças e adolescentes. 2009. (Outra).
94. Encontro de Profissionais e Dirigentes de Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes. A Lei de Adoção e suas implicações na Proteção Social Especial de Alta Complexidade. 2009. (Encontro).
95. Encontro Nacional de Juízes da Infância e da Juventude. Justiça Juvenil Restaurativa. 2009. (Oficina).
96. Encontro Nacional de Juízes da Infância e da Juventude. Mediação sobre Fundos da Infância e da Adolescência: mecanismos de arrecadação, destinação e controle. 2009. (Encontro).
97. I COLÓQUIO DE JUSTIÇA RESTAURATIVA. 2009. (Outra).
98. I FOJESP - Fórum de Juizados Especiais do Estado de São Paulo. 2009. (Encontro).
99. I FOPEJISP. 2009. (Encontro).
100. I Simpósio Internacional de Culturas e Práticas não revitimizantes de tomada de depoimento especial de crianças e adolescentes em processos judiciais. Experiências internacionais sobre culturas e práticas alternativas de tomada de depoimento especial de crianças e adolescentes. 2009. (Simpósio).
101. Jornada de Adoção Internacional como instrumento de subsidiariedade. Instrumentos internacionais e Projetos da Coordenadoria da Infância do TJSP. 2009. (Encontro).
102. Seminário Família e Políticas de Proteção Social Especial para Crianças e Adolescentes. Os novos desafios da política de proteção social especial para crianças e adolescentes. 2009. (Seminário).
103. TREINAMENTO DE CAPACITAÇÃO - PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO DOCENTE. 2009. (Outra).
104. 10. CURSO DE FORMAÇÃO DE FORMADORES DA ESCOLA PAULISTA DA MAGISTRATURA. 2008. (Outra).
105. Congresso Jurídico de Saúde Suplementar de São Paulo. 2007. (Congresso).
106. Conselho Tutelar de Campinas - Audiência Pública. Conselho Tutelar e Garantias da Cidadania. 2007. (Encontro).
107. I Painel de Discussão sobre a Nova Reforma do Processo Civil - A nova execução civil (Leis no. 11.232/05 e 11.382/06). 2007. (Seminário).

108. JUSTIÇA RESTAURATIVA.Mesa de Debates sobre a Justiça Restaurativa. 2006. (Seminário).
109. PODER JUDICIÁRIO E POLÍTICAS PÚBLICAS - PREVENÇÃO À DST/AIDS.Debatedor no 1. Fórum de Debates. 2006. (Outra).
110. REUNIÃO INTERGOVERNAMENTAL DE ESPECIALISTAS PARA REVISÃO DO ESBOÇO DAS DIRETRIZES INTERNACIONAIS SOBRE PROTEÇÃO E CUIDADOS ALTERNATIVOS DE CRIANÇAS PRIVADAS DE CUIDADOS PARENTAIS.Observador e avaliador a convite da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. 2006. (Encontro).
111. II Seminário Jurídico sobre Concessões de Rodovias.II Seminário Jurídico sobre Concessões de Rodovias. 2005. (Seminário).
112. XIV CONPEDI. XIV Congresso Nacional do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Direito - CONPEDI. 2005. (Congresso).
113. II Encontro Nacional de Juízes Estaduais.II Encontro Nacional de Juízes Estaduais. 2004. (Encontro).

Organização de eventos, congressos, exposições e feiras

1. **KIM, Richard Pae.** Curso de Aperfeiçoamento sobre Improbidade Administrativa - temas controvertidos. 2021. (Outro).
2. CANUTO, Rubens ; GUSMÃO, Bráulio Gabriel ; **KIM, Richard Pae** . Ética e Governança para produção e uso da Inteligência Artificial no Poder Judiciário. 2020. (Exposição).
3. **KIM, Richard Pae.** 30 anos do ECA: os novos desafios para a família, a sociedade e o Estado. 2020. (Congresso).
4. **KIM, Richard Pae;** MORAES, Alexandre de . Seminário Políticas Judiciárias e Segurança Pública. 2019. (Outro).
5. **KIM, Richard Pae.** Seminário: Ações penais na Justiça Eleitoral e o combate à corrupção. 2019. (Outro).
6. **KIM, Richard Pae.** Seminário 30 anos da Constituição Federal. 2018. (Outro).
7. **KIM, Richard Pae;** SMITH, Carl Olav . Seminário Desburocratização do Poder Judiciário. 2018. (Outro).
8. **KIM, Richard Pae;** Pretto, Renato Siqueira de . 4º Encontros do Núcleo de Pesquisa em Direito Constitucional. 2017. (Outro).
9. **KIM, Richard Pae.** III Fórum de Pesquisa Científica do Núcleo de Estudos de Direitos Fundamentais e de Cidadania. 2017. (Outro).
10. **KIM, Richard Pae;** Pretto, Renato Siqueira de . Palestra com Ministro Edson Fachin sobre o tema "Pacto Federativo no Brasil". 2016. (Outro).
11. **KIM, Richard Pae.** Oficina Semestral do Núcleo de Estudos de Direitos Fundamentais e da Cidadania - UNIMEP 2016. 2016. (Outro).
12. **KIM, Richard Pae;** MARTINS, Rui Décio ; BARROS, J. M. B. . Seminário "O NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL E QUESTÕES CONTROVERTIDAS". 2016. (Outro).
13. **KIM, Richard Pae;** MARTINS, Rui Décio . III Seminário sobre o Novo Código de Processo Civil: Mandado de Segurança e o NCPC. 2016. (Outro).
14. **KIM, Richard Pae;** MARTINS, Rui Décio ; César Romero Amaral Vieira ; CUNHA, Renata Cristina Oliveira Barrichelo . Vinte anos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: avanços e retrocessos na qualidade da educação básica. 2016. (Outro).
15. **KIM, Richard Pae;** MARTINS, Rui Décio . I Fórum de pesquisa científica do Núcleo de Estudos de Direitos Fundamentais e de Cidadania. 2016. (Outro).
16. **KIM, Richard Pae;** Pretto, Renato Siqueira de . 3º Encontros do Núcleo de Estudos e de Pesquisa em Direito Constitucional. 2016. (Outro).
17. **KIM, Richard Pae;** Pretto, Renato Siqueira de ; MARTINS, Rui Décio . I Ciclo de Palestras sobre o novo Código de Processo Civil. 2015. (Outro).
18. **KIM, Richard Pae;** GONZALEZ, Everaldo Tadeu Quilici . Oficina Semestral do Núcleo de Estudos de Direitos Fundamentais e da Cidadania. 2015. (Outro).
19. **KIM, Richard Pae;** Pretto, Renato Siqueira de . Palestra "Casos difíceis e nova interpretação constitucional" com o Ministro Luis Roberto Barroso. 2015. (Outro).
20. **KIM, Richard Pae;** ALMEIDA, J. L. G. . Oficina de Pesquisa Científica do Núcleo de Estudos de Direitos Fundamentais e da Cidadania. 2015. (Outro).
21. **KIM, Richard Pae;** Pretto, Renato Siqueira de . 2º Encontros do Núcleo de Estudos e de Pesquisa em Direito Constitucional. 2015. (Outro).
22. Pretto, Renato Siqueira de ; **KIM, Richard Pae** . Palestra "O Poder Judiciário e o Princípio da Separação dos Poderes" pelo Dr. Manoel Gonçalves F. Filho. 2014. (Outro).
23. CAGGIANO, Mônica Herman Salem ; **KIM, Richard Pae** . FICHA LIMPA - IMPACTO NOS TRIBUNAIS: tensões e confrontos - lançamento da pesquisa e da obra coletiva. 2014. (Outro).
24. **KIM, Richard Pae;** ALMEIDA, J. L. G. . Oficina do Núcleo de Estudo de Direitos Fundamentais e da Cidadania da UNIMEP. 2014. (Outro).
25. **KIM, Richard Pae.** Seminário Acadêmico Internacional Justiça pela Qualidade na Educação. 2013. (Congresso).
26. **KIM, Richard Pae;** TORRES, Camila . Seminário - Direito Ambiental e Licenciamento. 2013. (Outro).
27. **KIM, Richard Pae.** Palestra sobre DIREITOS FUNDAMENTAIS E A ADPF. 2013. (Outro).
28. **KIM, Richard Pae;** ALMEIDA, J. L. G. . Oficina Semestral do NEDFC - Núcleo de Estudo de Direitos

Fundamentais e da Cidadania do Curso de Mestrado em Direito da UNIMEP. 2013. (Outro).

29. **KIM, Richard Pae.** Seminário - Ações do Centro de Apoio e Referência à Vítima - CRAVI e os programas PPCAAM e PROVITA. 2013. (Outro).
30. **KIM, Richard Pae;** MISALIDIS, Mirta Gladys Lerena Manzo de ; MARTINS, Rui Décio ; GONZALEZ, Everaldo Tadeu Quilici . Seminário Direitos Fundamentais e os Vinte e Cinco Anos da Constituição Federal de 1988 - Evolução Crítica. 2013. (Outro).
31. **KIM, Richard Pae;** FREITAS, J. F. S. . Palestra sobre Planos de Saúde e o Código de Defesa do Consumidor: questões controvertida. 2013. (Outro).
32. BIAZEVIC, J. P. H. ; **KIM, Richard Pae** . "Prisões processuais, fiança e outras medidas cautelares" - Palestrante Des. José Raul Gavião de Almeida. 2012. (Outro).
33. Araújo, Carlos Eduardo Silos de ; **KIM, Richard Pae** . A História da Constituinte de 1988, pelo Jurista José Saulo Pereira Ramos. 2012. (Exposição).
34. **KIM, Richard Pae;** SANTOS, J. J. . Curso de Capacitação aos Juízes Eleitorais para as Eleições 2012 - políticas de organização das eleições. 2012. (Outro).
35. **KIM, Richard Pae;** ALMEIDA, J. L. G. ; FREITAS, J. F. S. . I SEMINÁRIO SOBRE DIREITOS FUNDAMENTAIS E AÇÕES COLETIVAS. 2012. (Outro).
36. **KIM, Richard Pae;** NADER, Henrique . Direito de Imagem e indenização pela violação ao direito fundamental. 2012. (Outro).
37. CHIMMINAZZO JUNIOR, R. ; **KIM, Richard Pae** . Seminário sobre Alienação Parental - Questões processuais e tutelas dos direitos fundamentais. 2011. (Outro).
38. **KIM, Richard Pae;** José Antônio Remédio ; MISALIDIS, Mirta Gladys Lerena Manzo de ; ALMEIDA, J. L. . A perspectiva para o processo coletivo. 2011. (Exposição).
39. **KIM, Richard Pae;** CHIMMINAZZO JUNIOR, R. . A lei no. 12.403/11 e a nova sistemática no processo penal - cidadania, ordem pública, prisão processual, fiança, liberdade provisória e demais medidas cautelares. 2011. (Outro).
40. **KIM, Richard Pae;** CHIMMINAZZO JUNIOR, R. ; Pedrassi, Cláudio A. . NEP - NOVA ESTRATÉGIA DE PRODUÇÃO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO. 2011. (Outro).
41. **KIM, Richard Pae.** III FOPEJISP - Fórum Permanente de Estudos dos Juízes da Infância e da Juventude do Estado de São Paulo. 2011. (Outro).
42. **KIM, Richard Pae;** MISALIDIS, Mirta Gladys Lerena Manzo de ; BARROS, J. M. B. . Seminário "Reforma Política e Perspectivas para a Sociedade". 2011. (Outro).
43. SARAIVA, João Batista Costa ; **KIM, Richard Pae** . 3o. Encontro Nacional de Magistrados da Infância e da Juventude. 2011. (Outro).
44. VARGAS, M. A. M. ; SIQUEIRA JUNIOR, P. H. ; **KIM, Richard Pae** . Congresso Internacional de Direito Eleitoral. 2011. (Congresso).
45. **KIM, Richard Pae;** VELÁZQUEZ, Victor Hugo Tejerina . Seminário Propriedade Intelectual & Desenvolvimento Humano. 2010. (Outro).
46. Fernando ; **KIM, Richard Pae** . II - FOPEJISP - Fórum Permanente de Estudos dos Juízes da Infância e da Juventude. 2010. (Outro).
47. ALMEIDA, J. L. ; ALMEIDA, J. L. G. ; **KIM, Richard Pae** . O Direito e sua ligação com outras ciências. 2010. (Outro).
48. ALMEIDA, J. L. ; ALMEIDA, J. L. G. ; **KIM, Richard Pae** . Sistema Constitucional e Mandado de Segurança: atualidades. 2010. (Outro).
49. **KIM, Richard Pae;** CHIMMINAZZO JUNIOR, R. . Propaganda Eleitoral com Des. Walter de Almeida Guilherme - Presidente do TRE/SP. 2010. (Outro).
50. LEE, S. K. ; PANCOTTI, J. A. ; HINZ, H. M. ; ALMEIDA, J. L. G. ; **KIM, Richard Pae** ; MARTIN, A. . Seminário - Efeitos jurídicos nas relações contratuais e de trabalho diante da crise global - tutela dos direitos individuais e coletivos e a questão da flexibilização. 2009. (Outro).
51. **KIM, Richard Pae;** Malheiros, Antônio Carlos ; CARVALHO, R. C. T. ; Fernando . I FOPEJISP - Fórum Permanente de Estudos dos Juízes da Infância e da Juventude do Estado de São Paulo. 2009. (Outro).
52. **KIM, Richard Pae;** COELHO, Rodrigo Pereyra de Sousa ; VIEIRA, M. C. ; NAIFF, L. A. M. . Família e Políticas de Proteção Social Especial para Crianças e Adolescentes. 2009. (Outro).
53. Eduardo Rezende Melo ; **KIM, Richard Pae** . Seminário OS DESAFIOS DO ENSINO MÉDIO. 2008. (Outro).
54. **KIM, Richard Pae;** PEREZ, José Roberto Rus ; HIRATA, Regina Maria ; COELHO, Rodrigo Pereyra de Sousa . Perspectivas das Políticas Públicas para a Infância e Juventude depois de 18 anos de ECA: Direito à convivência familiar e comunitária. 2008. (Outro).
55. **KIM, Richard Pae;** MISALIDIS, Mirta Gladys Lerena Manzo de . Seminário Comemorativo aos 60 Anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos. 2008. (Outro).
56. **KIM, Richard Pae.** Ações coletivas para a implementação de políticas públicas na área da infância e da juventude. 2007. (Congresso).
57. **KIM, Richard Pae.** Curso de Iniciação em Capacitação de Conciliadores e Mediadores Judiciais. 2007. (Outro).
58. **KIM, Richard Pae.** I SEMINÁRIO SOBRE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RISCO E VÍTIMAS DE ABUSO SEXUAL. 2007. (Outro).
59. Cláudio Godoy ; **KIM, Richard Pae** . Competências do Conselho Nacional de Justiça. 2006. (Exposição).
60. **KIM, Richard Pae.** Gestão Administrativa para Funcionários do Poder Judiciário. 2006. (Exposição).

61. BUENO, Cássio Scarpinella ; **KIM, Richard Pae** . Questões Controvertidas sobre o Poder Público em Juízo e as Novas Reformas do Código de Processo Civil. 2006. (Exposição).
62. BEDAQUE, José Roberto dos ; **KIM, Richard Pae** . Reformas do Processo de Execução. 2006. (Exposição).
63. RODRIGUES, Walter Piva ; **KIM, Richard Pae** . Reforma Processuais Cíveis. 2006. (Exposição).
64. **KIM, Richard Pae**. II Encontro dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Estado de São Paulo. 2005. (Congresso).
65. **KIM, Richard Pae**; BEZERRA FILHO, M. J. ; TORRANO, L. A. A. . Aspectos Gerais da Nova Lei de Falências. 2005. (Exposição).
66. **KIM, Richard Pae**; SOUZA JUNIOR, D. C. A. G. E. . Responsabilidade Civil do Médico. 2005. (Exposição).
67. **KIM, Richard Pae**; CHAIGNEAU, M. I. ; CARVALHO, R. C. T. . Conversas Reflexivas sobre Acolhimento Familiar de Crianças e Adolescentes - A experiência Francesa. 2004. (Exposição).

Orientações

Orientações e supervisões concluídas

Dissertação de mestrado

1.  Leandro Gustavo da Rocha. Dano extrapatrimonial coletivo. 2019. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Metodista de Piracicaba, . Orientador: Richard Paulo Pae Kim.
2.  Maria Cristina Kunze dos Santos Benassi. O público e o privado nos contratos empresariais. 2019. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Metodista de Piracicaba, . Orientador: Richard Paulo Pae Kim.
3. Janete Festi Rodrigues Gonçalves. Contratos de serviços públicos sociais e a tutela nas relações de consumo. 2019. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Metodista de Piracicaba, . Orientador: Richard Paulo Pae Kim.
4. Flávia Carneiro Tommasiello. A reserva do possível nas pesquisas acadêmicas (2013 a 2018) com destaque para a efetividade do direito à saúde. 2019. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Metodista de Piracicaba, . Orientador: Richard Paulo Pae Kim.
5.  Iremar Schoba Sant'Anna. O direito à educação inclusiva das crianças e adolescentes com deficiência e a sua implementação nos municípios de Cerquilha e Tietê. 2018. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Metodista de Piracicaba, . Orientador: Richard Paulo Pae Kim.
6.  Bruno Henrique Salviano Silva. A comunicação no ambiente laboral e o Direito Fundamental à privacidade. 2018. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Metodista de Piracicaba, . Orientador: Richard Paulo Pae Kim.
7.  Jaqueline Tatiane Pereira. Controle democrático e a fiscalização das políticas públicas gerenciais na educação pública pela ação popular. 2017. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Metodista de Piracicaba, . Orientador: Richard Paulo Pae Kim.
8.  Noriel Ailton Zamuner. O Direito Fundamental Social ao trabalho sob o aspecto flexibilizatório e o fenômeno da. 2017. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Metodista de Piracicaba, . Orientador: Richard Paulo Pae Kim.
9.  Adelson Joaquim de Souza. Polícia judiciária e garantias de direitos fundamentais. 2016. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Metodista de Piracicaba, . Orientador: Richard Paulo Pae Kim.
10.  Angelina Cortelazzi Bolzam. Os fundamentos jurídicos para a proteção da velhice. 2016. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Metodista de Piracicaba, . Orientador: Richard Paulo Pae Kim.
11.  Rafaela da F. Lima Rocha Farache. Óbices processuais à efetividade da tutela coletiva dos direitos previdenciários. 2015. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Metodista de Piracicaba, . Orientador: Richard Paulo Pae Kim.
12.  Carolina Cislighi Rivero. Os Direitos Fundamentais Sociais como Instrumentos para a Concretização do Princípio da Igualdade. 2014. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Metodista de Piracicaba, . Orientador: Richard Paulo Pae Kim.
13.  Daniel Manrique Venturine. O direito fundamental à saúde sob a ótica dos planos privados. 2013. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Metodista de Piracicaba, . Orientador: Richard Paulo Pae Kim.
14.  Artur Soares Castro. O Princípio da Supremacia do Interesse Público e as Restrições aos Direitos Fundamentais Individuais. 2013. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Metodista de Piracicaba, . Orientador: Richard Paulo Pae Kim.
15.  Valdir Malanche. Princípio da Dignidade da Pessoa Humana como Fundamento para os Direitos Fundamentais Sociais. 2013. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Metodista de Piracicaba, . Orientador: Richard

Paulro Pae Kim.

16.  Bruno Brodbekier. Os Direitos Fundamentais à Intimidade e à Vida Privada e as Prerrogativas de Fiscalização da Administração Tributária. 2013. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Metodista de Piracicaba, . Orientador: Richard Paulro Pae Kim.
17.  Judite de Oliveira. Violência Doméstica e os Instrumentos Penais e Processuais Penais na tutela dos direitos fundamentais das mulheres. 2013. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Metodista de Piracicaba, . Orientador: Richard Paulro Pae Kim.
18.  Álvaro Luiz Palacios Torres. Ações Afirmativas e Limites às Políticas Públicas de Igualdade. 2012. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Metodista de Piracicaba, . Orientador: Richard Paulro Pae Kim.
19.  Luciana Gonçalves de Freitas Sanches Cunha. Políticas Sociais necessárias para a tutela dos direitos individuais e coletivos à convivência familiar. 2011. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Metodista de Piracicaba, . Orientador: Richard Paulro Pae Kim.
20.  Herbert Wittmann. Conflitos Coletivos do Trabalho e Tutelas dos Direitos Sociais. 2011. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Metodista de Piracicaba, . Orientador: Richard Paulro Pae Kim.
21.  Eduardo Caron de Campos. Segurança jurídica: análise de sua fundamentalidade para proteção dos direitos difusos, coletivos e individuais. 2011. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Metodista de Piracicaba, . Orientador: Richard Paulro Pae Kim.
22.  Fausto Kozo Kosaka. Programação televisiva sob a ótica constitucional e a proteção dos direitos difusos dos telespectadores. 2011. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Metodista de Piracicaba, . Orientador: Richard Paulro Pae Kim.
23.  Ricardo Lorenzi Pupin. Modalização do Sistema tributário como instrumento de efetivação do Estado Social dos direitos individuais e difusos. 2011. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Metodista de Piracicaba, . Orientador: Richard Paulro Pae Kim.
24.  Antônio Carlos Carolotti Vignatti. Contribuição para o custeio dos serviços de iluminação pública: da tutela constitucional dos direitos do contribuinte. 2005. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Paulista, . Orientador: Richard Paulro Pae Kim.
25.  Roberto José Daher. Polícia Civil, Estado Democrático de Direito e o Efetivo Exercício dos Direitos Humanos. 2005. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Paulista, . Orientador: Richard Paulro Pae Kim.
26.  Patrícia Andréa Pannunzio Maranzano. Efeitos da Declaração de Inconstitucionalidade das Normas pelo Supremo Tribunal Federal. 2004. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Paulista, . Orientador: Richard Paulro Pae Kim.
27.  Antônio Carlos Germano Gomes. Pedágios: Aspectos Constitucionais e Natureza Tributária. 2004. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Paulista, . Orientador: Richard Paulro Pae Kim.
28.  José Pedro Zaccariotto. A Polícia Judiciária e a sua Efetividade no Estado Democrático de Direito. 2004. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Paulista, . Orientador: Richard Paulro Pae Kim.
29.  Paulo Ramos Borges Pinto. Direito à propriedade como atributo de cidadania à luz da Constituição Federal. 2004. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Paulista, . Orientador: Richard Paulro Pae Kim.
30.  Camile Silva Nóbrega. A Legitimidade Ativa da Ação Popular - Manifestação da Cidadania. 2003. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Paulista, . Orientador: Richard Paulro Pae Kim.
31.  Silvia Cristina Pettinari Bontempi Ferreira. Do Direito ao Princípio Constitucional do Devido Processo Legal e as Provas de Ofício no Processo Civil. 2003. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Paulista, . Coorientador: Richard Paulro Pae Kim.
32.  Leda Simões da Cunha Temer. Normas Inconstitucionais - O início da fluência do prazo prescricional para a restituição de tributos. 2003. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Paulista, . Orientador: Richard Paulro Pae Kim.

Tese de doutorado

1.  Elimei Paleari do Amaral Camargo. Cidades Educadoras sob uma perspectiva constitucional. 2016. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Metodista de Piracicaba, . Orientador: Richard Paulro Pae Kim.

Monografia de conclusão de curso de aperfeiçoamento/especialização

1.  Ailton Soares de Oliveira. Mídias sociais e processo político: paradoxos dogmáticos na interpretação de liberdade de expressão do candidato e efetivação do princípio da igualdade de chances frente às novas tecnologias. 2019. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em 4º Curso de Pós-graduação especialização em Direito Eleitoral e Processual) - Escola Judiciária Eleitoral Paulista - TRE de SP. Orientador: Richard Paulro Pae Kim.
2.  Bruno Alves do Valle Corbucci. Tombamento. 2018. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Pós-graduação lato sensu - Direito Público) - Escola Paulista da Magistratura. Orientador: Richard Paulro Pae Kim.
3.  Hêlvio Jorge de Freitas. Licitação: o pregão eletrônico e sua aplicação no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. 2018. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Pós-graduação lato sensu - Direito Público) - Escola Paulista da Magistratura. Orientador: Richard Paulro Pae Kim.

4. Juliana Peres Salomão Fernandes. O art. 227 da Constituição Federal de 1988 e o Dever da Família, da Sociedade e do Estado de assegurar à criança e ao adolescente o direito à saúde. 2018. Monografia. 269
(Aperfeiçoamento/Especialização em Pós-graduação lato sensu - Direito Público) - Escola Paulista da Magistratura. Orientador: Richard Paulro Pae Kim.
5. Talita de Fátima da Silva. Discricionariedade Administrativa - Lei nº 8.666/93 - um estudo de caso. 2018. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Pós-graduação lato sensu - Direito Público) - Escola Paulista da Magistratura. Orientador: Richard Paulro Pae Kim.
6. Wilson Roberto Mateus. Gestão Fiscal Responsável: Executivo Municipal. Pontos de atenção por parte do gestor público. 2018. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Pós-graduação lato sensu - Direito Público) - Escola Paulista da Magistratura. Orientador: Richard Paulro Pae Kim.
7. Beatriz Victorelli Blumtritt. A titularidade dos honorários advocatícios de sucumbência. 2017. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Pós-graduação lato sensu - Processo Civil Campinas) - Escola Paulista da Magistratura. Orientador: Richard Paulro Pae Kim.
8. Júlia Nassralla Homem de Mello. Das hipóteses de cabimento da tutela de evidência. 2017. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Pós-graduação lato sensu - Processo Civil Campinas) - Escola Paulista da Magistratura. Orientador: Richard Paulro Pae Kim.
9. Victor Patutti Godoy. Aspectos processuais da arguição de descumprimento de preceito fundamental e sua efetividade na defesa e garantia de direitos da comunidade LGBT. 2017. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Pós-graduação lato sensu - Processo Civil Campinas) - Escola Paulista da Magistratura. Orientador: Richard Paulro Pae Kim.
10. Conceição Aparecida Fátima Ribeiro de Siqueira. Da Conciliação - meio de solução de conflito. 2017. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Pós-graduação lato sensu - Processo Civil Campinas) - Escola Paulista da Magistratura. Orientador: Richard Paulro Pae Kim.
11. Leonardo Estevam de Barros Cândido Martins Sotero da Silva. Condições da ação e pressupostos processuais no Código de Processo Civil de 2015. 2017. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Pós-graduação lato sensu - Processo Civil Campinas) - Escola Paulista da Magistratura. Orientador: Richard Paulro Pae Kim.
12. Thiago Medes Leite do Canto. Adoção do sistema de precedentes no direito brasileiro e seus reflexos sobre o Poder Judiciário dentro do contexto social. 2017. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Pós-graduação lato sensu - Processo Civil Campinas) - Escola Paulista da Magistratura. Orientador: Richard Paulro Pae Kim.
13. Renato Salvador Júnior. Princípios fundamentais do processo e os poderes-deveres e responsabilidades do juiz. 2017. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Pós-graduação lato sensu - Processo Civil Campinas) - Escola Paulista da Magistratura. Orientador: Richard Paulro Pae Kim.
14. Maria Cecília da Silva Amaral. Sistema recursal no direito processual civil, sob a ótica do novo Código de Processo Civil. 2017. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em 4º Curso de Pós-graduação lato sensu de Direito Processual Civil - Campinas) - Escola Paulista da Magistratura. Orientador: Richard Paulro Pae Kim.
15. Mirian Elizabeth Anastácio. O processo digital como medida de jurisdição. 2016. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Pós-graduação lato sensu - Processo Civil Campinas) - Escola Paulista da Magistratura. Orientador: Richard Paulro Pae Kim.
16. Reinaldo Pinheiro. Tutelas provisórias no novo Código de Processo Civil. 2016. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Pós-graduação lato sensu - Processo Civil Campinas) - Escola Paulista da Magistratura. Orientador: Richard Paulro Pae Kim.
17. Willian Bráulio Dias Ferreiras. Execução de Alimentos. 2016. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Pós-graduação lato sensu - Processo Civil Campinas) - Escola Paulista da Magistratura. Orientador: Richard Paulro Pae Kim.
18. Suzana de Fátima Fadel. Relativização da coisa julgada. 2015. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Pós-graduação lato sensu - Processo Civil Campinas) - Escola Paulista da Magistratura. Orientador: Richard Paulro Pae Kim.
19. Thais Vilela Oliveira Santos. O juízo de admissibilidade nos recursos extraordinário e especial na sistemática recursal atual e considerações sobre o novo Código de Processo Civil. 2015. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Pós-graduação lato sensu - Processo Civil Campinas) - Escola Paulista da Magistratura. Orientador: Richard Paulro Pae Kim.
20. Valéria Dantas de Vecchi. Falências, recuperações judiciais e a celeridade processual. 2015. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Pós-graduação lato sensu - Processo Civil Campinas) - Escola Paulista da Magistratura. Orientador: Richard Paulro Pae Kim.
21. Rafaela Carolina Juliatto. O Estado Constitucional: Constitucionalismo e Constituição. 2014. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Pós-graduação lato sensu - Direito Público) - Escola Paulista da Magistratura. Orientador: Richard Paulro Pae Kim.
22. Márcia de Lima. Conciliação e Mediação como Mecanismos de Acesso à Justiça. 2014. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Pós-graduação lato sensu - Direito Público) - Escola Paulista da Magistratura. Orientador: Richard Paulro Pae Kim.
23. Renato Rocha de Souza. Responsabilidade do Estado em casos de acidentes aéreos. 2014. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Pós-graduação lato sensu - Direito Público) - Escola Paulista da Magistratura. Orientador: Richard Paulro Pae Kim.
24. Richard Mirko Vicente Alexópulos. Reclamação Constitucional para a preservação da competência e garantia da autoridade das decisões do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça. 2014. Monografia.

270 (Aperfeiçoamento/Especialização em Pós-graduação lato sensu - Direito Público) - Escola Paulista da Magistratura.
Orientador: Richard Paulo Pae Kim.

25. Olavo Paula Leite Rocha. Imunidade e Isenções Tributárias: limites à competência tributária. 2014. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Pós-graduação lato sensu - Direito Público) - Escola Paulista da Magistratura. Orientador: Richard Paulo Pae Kim.
26. Reginaldo Pedro Moretti. A cassação do mandato do Prefeito de Campinas pela Câmara Municipal, por infração político-administrativa, à luz dos artigos 4º e 5º do Decreto-Lei no. 201/1967.. 2014. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Pós-graduação lato sensu - Direito Público) - Escola Paulista da Magistratura. Orientador: Richard Paulo Pae Kim.
27. Marcos Eduardo Miranda. O Direito de Greve no Serviço Público. 2014. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Pós-graduação lato sensu - Direito Público) - Escola Paulista da Magistratura. Orientador: Richard Paulo Pae Kim.
28. Itamar Alves dos Santos. Inelegibilidade à luz da lei complementar 135/2010 - "Ficha Limpa". 2013. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Pós-graduação "lato sensu" de Direito Eleitoral) - Escola Judiciária Eleitoral Paulista - TRE/SP. Orientador: Richard Paulo Pae Kim.
29. Karina de Paula Kufa. Inelegibilidade de candidatos diante das decisões de rejeição de contas de administradores públicos. 2013. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Pós-graduação "lato sensu" de Direito Eleitoral) - Escola Judiciária Eleitoral Paulista - TRE/SP. Orientador: Richard Paulo Pae Kim.
30. Myrian Aparecida Bosco Massarollo. Recursos eleitorais cabíveis em sede de AIJE - Ação de Investigação Judicial Eleitoral. 2013. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Pós-graduação "lato sensu" de Direito Eleitoral) - Escola Judiciária Eleitoral Paulista - TRE/SP. Orientador: Richard Paulo Pae Kim.
31. Maria Cristina Nunes de Oliveira Ribeiro. Corrupção eleitoral, crime do eleitor?. 2013. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Pós-graduação "lato sensu" de Direito Eleitoral) - Escola Judiciária Eleitoral Paulista - TRE/SP. Orientador: Richard Paulo Pae Kim.
32. Marcos Rogério Foresto. O Código de Processo Civil como fonte subsidiária ao processo eleitoral. 2013. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Pós-graduação "lato sensu" de Direito Eleitoral) - Escola Judiciária Eleitoral Paulista - TRE/SP. Orientador: Richard Paulo Pae Kim.
33. Rodrigo Zambon de Sousa Ramos. Prejudicialidade no Direito Processual Civil: o excesso de valoração pelo formalismo processual civil em detrimento da efetivação da Justiça. 2013. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Pós-graduação lato sensu - Processo Civil Campinas) - Escola Paulista da Magistratura. Orientador: Richard Paulo Pae Kim.
34. Sabrina Picossi de Oliveira Scaff. Aplicação da lei processual na lei falimentar e recuperacional. 2013. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em 3o. Curso de Pós-graduação em Processo Civil - cps) - Escola Paulista da Magistratura. Orientador: Richard Paulo Pae Kim.
35. Sheury de Araújo Chaves Cavalcante. A distribuição do ônus da prova e sua inversão judicial no sistema processual vigente. 2013. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em 3o. Curso de Pós-graduação em Processo Civil - cps) - Escola Paulista da Magistratura. Orientador: Richard Paulo Pae Kim.
36. Maria Carolina de Camargo Garcia Tenório. Da eficácia da sentença nas ações coletivas. 2013. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em 3o. Curso de Pós-graduação em Processo Civil - cps) - Escola Paulista da Magistratura. Orientador: Richard Paulo Pae Kim.
37. Maria Cristina Nunes de Oliveira Ribeiro. Corrupção: crime do eleitor?. 2013. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Pós-graduação "lato sensu" de Direito Eleitoral) - Escola Judiciária Eleitoral Paulista - TRE/SP. Orientador: Richard Paulo Pae Kim.
38. Maria de Araújo Ferreira. Propaganda política eleitoral por meio da internet. 2012. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Pós-graduação "lato sensu" de Direito Eleitoral) - Escola Judiciária Eleitoral Paulista - TRE/SP. Orientador: Richard Paulo Pae Kim.
39. Klewer da Silva Cunha. Controle de Constitucionalidade das Leis Municipais. 2012. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Público) - Escola Paulista da Magistratura. Orientador: Richard Paulo Pae Kim.
40. Dionisio de Paiva Pitta Júnior. Limites Constitucionais à Flexibilização dos Direitos Trabalhistas. 2012. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Pós-graduação lato sensu - Direito Público) - Escola Paulista da Magistratura. Orientador: Richard Paulo Pae Kim.
41. Renata Cristina de Andrade. O Conflito das Leis no Tempo e o Direito Adquirido. 2012. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Público) - Escola Paulista da Magistratura. Orientador: Richard Paulo Pae Kim.
42. Wanessa Julien Ribeiro. Regime Jurídico dos Cargos de Provimento em Comissão. 2012. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Público) - Escola Paulista da Magistratura. Orientador: Richard Paulo Pae Kim.
43. Eduardo de Araújo Moreira. Judicialização das políticas públicas na educação brasileira como fortalecimento ao desenvolvimento do país. 2012. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Público) - Escola Paulista da Magistratura. Orientador: Richard Paulo Pae Kim.
44. Paula Beatriz Cirillo. Ativismo Judicial: desdobramentos e consequências. 2012. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Público) - Escola Paulista da Magistratura. Orientador: Richard Paulo Pae Kim.
45. Ana Paula Camargo Rocha Bigelli. Direitos e Garantias Fundamentais do Processo Administrativo Disciplinar. 2011.

Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em 1o. Curso de Direito Público da EPM em Campinas) - Escola Paulista da Magistratura. Orientador: Richard Paulro Pae Kim. 271

46. André Luis Leite Vieira. A responsabilidade subjetiva do Estado por Omissão no Direito Brasileiro. 2011. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em 1o. Curso de Direito Público da EPM em Campinas) - Escola Paulista da Magistratura. Orientador: Richard Paulro Pae Kim.
47. Fabíola Della Togna Bechara. Ensino Domiciliar e Direito de Liberdade: a possibilidade de escolha da forma de ensino no atual estágio da legislação brasileira. 2011. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em 1o. Curso de Direito Público da EPM em Campinas) - Escola Paulista da Magistratura. Orientador: Richard Paulro Pae Kim.
48. Paula Alves Corrêa. Embargos infringentes. 2011. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Pós-graduação lato sensu - Processo Civil Campinas) - Escola Paulista da Magistratura. Orientador: Richard Paulro Pae Kim.
49. Vanderlei Andrietta. O Recurso de Agravo. 2010. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Pós-graduação lato sensu - Processo Civil Campinas) - Escola Paulista da Magistratura. Orientador: Richard Paulro Pae Kim.
50. Virgínia Torresan Sanfelice. Direito de ação: ação constitucional e ação processual. 2010. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Pós-graduação lato sensu - Processo Civil Campinas) - Escola Paulista da Magistratura. Orientador: Richard Paulro Pae Kim.
51. Thiago Henrique Ament. A iniciativa probatória do juiz. 2010. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Pós-graduação lato sensu - Processo Civil Campinas) - Escola Paulista da Magistratura. Orientador: Richard Paulro Pae Kim.
52. Mayra Nogueira. A ilicitude da prova no processo civil. 2010. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Pós-graduação lato sensu - Processo Civil Campinas) - Escola Paulista da Magistratura. Orientador: Richard Paulro Pae Kim.
53. Marta Halcsik Félix. A efetividade e celeridade no cumprimento da sentença por quantia certa de título executivo judicial e a lei. 2010. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Pós-graduação lato sensu - Processo Civil Campinas) - Escola Paulista da Magistratura. Orientador: Richard Paulro Pae Kim.
54. Valéria do Vale Porto. O conteúdo da moralidade na Lei de Improbidade Administrativa: uma diretriz à conduta do homem público. 2010. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Pós-graduação lato sensu - Direito Público) - Escola Paulista da Magistratura. Orientador: Richard Paulro Pae Kim.
55. Tatiana D'Ámico Manuera Reyes. Responsabilidade do Estado por atos jurisdicionais. 2010. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Pós-graduação lato sensu - Direito Público) - Escola Paulista da Magistratura. Orientador: Richard Paulro Pae Kim.
56. Paulo José Simão Cury. ISSQN sobre os serviços notariais e de registro. 2010. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Pós-graduação lato sensu - Direito Público) - Escola Paulista da Magistratura. Orientador: Richard Paulro Pae Kim.
57. Luiz Felipe Zandoná. Da distinção entre elisão e evasão fiscal. 2010. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Pós-graduação lato sensu - Direito Público) - Escola Paulista da Magistratura. Orientador: Richard Paulro Pae Kim.
58. Ludmila Giadans Corbillon Leandro. Desapropriação indireta. 2010. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Pós-graduação lato sensu - Direito Público) - Escola Paulista da Magistratura. Orientador: Richard Paulro Pae Kim.
59. Cristina Schacherl Teleginski. Função Social da Propriedade. 2010. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Pós-graduação lato sensu - Direito Público) - Escola Paulista da Magistratura. Orientador: Richard Paulro Pae Kim.
60. Carolina Vargas de Carvalho. A imunidade tributária das entidades beneficentes de educação e de assistência social e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. 2010. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Pós-graduação lato sensu - Direito Público) - Escola Paulista da Magistratura. Orientador: Richard Paulro Pae Kim.
61. Ariana Frances Carvalho de Souza. Discricionariedade do ato administrativo e o princípio da eficiência. 2010. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Pós-graduação lato sensu - Direito Público) - Escola Paulista da Magistratura. Orientador: Richard Paulro Pae Kim.
62. Ana Cláudia Trevisan de Mori. Função Social da Propriedade Pública. 2010. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Pós-graduação lato sensu - Direito Público) - Escola Paulista da Magistratura. Orientador: Richard Paulro Pae Kim.
63. Antônio Carlos Corrêa da Conceição. A ampla defesa e o contraditório no Processo Administrativo Disciplinar. 2010. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Público) - Escola Paulista da Magistratura. Orientador: Richard Paulro Pae Kim.
64. Margarete Jefferson Davis Ritter. A Competência na Ação de Improbidade Administrativa. 2009. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em 1o. Curso de Processo Civil de Campinas) - Escola Paulista da Magistratura. Orientador: Richard Paulro Pae Kim.
65. Alexandre Acerbi. Adoção do Bloco de Constitucionalidade pelo Sistema Constitucional Brasileiro. 2009. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Público) - Escola Paulista da Magistratura. Orientador: Richard Paulro Pae Kim.
66. Juliana Maria Maggiorini de Magalhães. O Controle de Constitucionalidade das Leis no Brasil e o Supremo Tribunal Federal. 2009. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Público) - Escola Paulista da Magistratura. Orientador: Richard Paulro Pae Kim.
67. Kleber Eduardo Mantovani. O meio ambiente e a função social da propriedade. 2009. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Público) - Escola Paulista da Magistratura. Orientador: Richard Paulro

- Pae Kim.
68. 272 Andrea Garcia de Farias. O PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA: ORIGEM E SUA RELEVÂNCIA NA ATUALIDADE. 2009. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Público) - Escola Paulista da Magistratura. Orientador: Richard Paulro Pae Kim.
 69. Paulo Eduardo Acerbi. A natureza jurídica das contribuições sociais e suas implicações no direito tributário. 2009. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Público) - Escola Paulista da Magistratura. Orientador: Richard Paulro Pae Kim.
 70. Jade Almeida Prometti. As Inelegibilidades e o Processo de Registro de Candidatos. 2009. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Público) - Escola Paulista da Magistratura. Orientador: Richard Paulro Pae Kim.
 71. Neisimar Cordeiro. Métodos e meios de prova no processo civil. 2009. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Pós-graduação lato sensu - Processo Civil Campinas) - Escola Paulista da Magistratura. Orientador: Richard Paulro Pae Kim.
 72. Ana Cláudia Mastrodomenico. O processo administrativo disciplinar no Estado Democrático de Direito. 2008. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Público) - Escola Paulista da Magistratura. Orientador: Richard Paulro Pae Kim.
 73. Andréa Maldonado Sanches. A constitucionalização do direito: reflexos no princípio da supremacia do interesse público sobre o interesse privado. 2008. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Público) - Escola Paulista da Magistratura. Orientador: Richard Paulro Pae Kim.
 74. Luiz Carlos Krzyzanovski da Silva. A função social da propriedade no direito urbanístico. 2008. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Público) - Escola Paulista da Magistratura. Orientador: Richard Paulro Pae Kim.
 75. Marcelo Pereira dos Santos. Regularização fundiária e seu impacto sobre as novas diretrizes da política urbana. 2008. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Público) - Escola Paulista da Magistratura. Orientador: Richard Paulro Pae Kim.
 76. Renato da Costa. A natureza jurídica do poder de polícia não é discricionária. 2008. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Público) - Escola Paulista da Magistratura. Orientador: Richard Paulro Pae Kim.
 77. Simone Akemi Sakotani. Serviços Públicos e direitos dos usuários. 2008. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Público) - Escola Paulista da Magistratura. Orientador: Richard Paulro Pae Kim.
 78. MÁRCIO DAS VIRGENS CAIADO. SENTENÇA E COISA JULGADA. 2008. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em 1o. Curso de Processo Civil de Campinas) - Escola Paulista da Magistratura. Orientador: Richard Paulro Pae Kim.
 79. Márcia Helena Domenici. A nova execução civil e seus reflexos no processo do trabalho: Lei 11.232/2005. 2008. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em 1o. Curso de Processo Civil de Campinas) - Escola Paulista da Magistratura. Orientador: Richard Paulro Pae Kim.
 80. Laura Bittencourt Hinz. Penhora em Conta-salário. 2008. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em 1o. Curso de Processo Civil de Campinas) - Escola Paulista da Magistratura. Orientador: Richard Paulro Pae Kim.
 81. Luciane Storel da Silva. Efeitos civis da sentença penal e os reflexos no processo do trabalho. 2008. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em 1o. Curso de Processo Civil de Campinas) - Escola Paulista da Magistratura. Orientador: Richard Paulro Pae Kim.
 82. JOSÉ ANTONIO PRESSES RAMOS JUNIOR. Objeção de Executividade e os princípios constitucionais. 2008. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em 1o. Curso de Processo Civil de Campinas) - Escola Paulista da Magistratura. Orientador: Richard Paulro Pae Kim.
 83. Jacqueline Aparecida Campos Lopes. O princípio da razoável duração do processo e a aplicação no processo civil. 2008. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em 1o. Curso de Processo Civil de Campinas) - Escola Paulista da Magistratura. Orientador: Richard Paulro Pae Kim.
 84. Rafael Gonzalez Lopes. Município: Autonomia e Competência no Âmbito da Federação. 2008. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Público) - Escola Paulista da Magistratura. Orientador: Richard Paulro Pae Kim.
 85. Clair Cervantes Gil. A participação das cooperativas nas licitações públicas. 2008. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Público) - Escola Paulista da Magistratura. Orientador: Richard Paulro Pae Kim.
 86. Adriana de Lima Costa. A Administração Pública e os órgãos de preparação, investigação e pretensão punitiva nos procedimentos administrativos disciplinares - Ouvidorias e Corregedorias Administrativas. 2005. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Escola Paulista da Magistratura) - Escola Paulista da Magistratura. Orientador: Richard Paulro Pae Kim.
 87. André Santana de Souza. O Ministério Público no Tribunal de Contas. 2005. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Escola Paulista da Magistratura) - Escola Paulista de Magistrados. Orientador: Richard Paulro Pae Kim.
 88. Carlos Benedito Corrêa. Aspectos Jurídicos da licitação na modalidade de pregão - comentários à Lei no. 10.520/02. 2005. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Escola Paulista da Magistratura) - Escola Paulista da Magistratura. Orientador: Richard Paulro Pae Kim.
 89. Carlos Henrique Farias da Silva. Licenciamento ambiental na exploração e produção de petróleo no Direito

Brasileiro. 2005. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Escola Paulista da Magistratura) - Escola Paulista da Magistratura. Orientador: Richard Paulro Pae Kim. 273

90. Joselita Maria da Silva. Impossibilidade da concessão de benefícios específicos estabelecidos em lei para os servidores ocupantes de cargos (estatutários) aos servidores ocupantes de empregos públicos (celetistas). 2005. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Escola Paulista da Magistratura) - Escola Paulista da Magistratura. Orientador: Richard Paulro Pae Kim.
91. Luciana Almeida Prado Bresciani. Direitos dos usuários dos serviços públicos. 2005. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Escola Paulista da Magistratura) - Escola Paulista da Magistratura. Orientador: Richard Paulro Pae Kim.
92. Patrícia Lanzoni da Silva. Controle judicial dos atos administrativos discricionários. 2005. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Escola Paulista da Magistratura) - Escola Paulista da Magistratura. Orientador: Richard Paulro Pae Kim.
93. Rômi Elissa Otoboni Bernardes. Responsabilidade extracontratual do Estado. 2005. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Escola Paulista da Magistratura) - Escola Paulista da Magistratura. Orientador: Richard Paulro Pae Kim.

Trabalho de conclusão de curso de graduação

1. Calebe Lima. O controle de constitucionalidade pelos Tribunais de Contas. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Metodista de Piracicaba. Orientador: Richard Paulro Pae Kim.
2. Beatriz Monielli Andrade. Vida embrionária e seus direitos. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Metodista de Piracicaba. Orientador: Richard Paulro Pae Kim.
3. Ana Carolina Folster. A eficácia das medidas socioeducativas. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Metodista de Piracicaba. Orientador: Richard Paulro Pae Kim.
4. Lucas Rafael Lambstein. Responsabilidade civil do Estado e as hipóteses de aplicação da teoria do risco integral. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Metodista de Piracicaba. Orientador: Richard Paulro Pae Kim.
5. Luciano Gomes Romeiro. A responsabilidade civil por perda de uma chance: das bases precursoras ao estudo dos danos intangíveis, do acaso e da probabilidade. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Metodista de Piracicaba. Orientador: Richard Paulro Pae Kim.
6. Marcelo Coelho Martins Pratt. As medidas socioeducativas e as questões controvertidas sobre a sua progressão. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Metodista de Piracicaba. Orientador: Richard Paulro Pae Kim.
7. Talita Cristina Leone Moraes. Justiça Juvenil Restaurativa. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Metodista de Piracicaba. Orientador: Richard Paulro Pae Kim.
8. Bruna Merengo Samblás. A ineficácia da lei de execução penal e as violações aos direitos fundamentais. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Metodista de Piracicaba. Orientador: Richard Paulro Pae Kim.
9. Carolina de Carvalho Ayub Furlan. Adoção por casais homoafetivos. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Faculdade de Direito) - Universidade Metodista de Piracicaba. Orientador: Richard Paulro Pae Kim.
10. Waldirene Cristina Ribeiro Crespo. Direito à convivência familiar. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Faculdade de Direito) - Universidade Metodista de Piracicaba. Orientador: Richard Paulro Pae Kim.
11. Mayara Perini. A reserva legal na indústria sucroalcooleira. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Faculdade de Direito) - Universidade Metodista de Piracicaba. Orientador: Richard Paulro Pae Kim.

Iniciação científica

1. Daniel Dela Coleta Eisaqui. A evolução do recurso extraordinário no Brasil para a garantia de direitos constitucionais -soluções para a crise de quantidade. 2018. Iniciação Científica. (Graduando em Direito) - Universidade Metodista de Piracicaba. Orientador: Richard Paulro Pae Kim.
2. Vanessa Altarugio. A modulação no sistema de controle de constitucionalidade e a garantia do direito fundamental à segurança jurídica no Brasil. 2016. Iniciação Científica. (Graduando em Direito) - Universidade Metodista de Piracicaba, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientador: Richard Paulro Pae Kim.
3. Valsielen Adiani Miranda. Democratização das Políticas Públicas pelos Conselhos na tutela dos interesses difusos e coletivos dos cidadãos. 2010. Iniciação Científica. (Graduando em Graduação) - Universidade Metodista de Piracicaba, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientador: Richard Paulro Pae Kim.

Orientações de outra natureza

1. Daniel Dela Coleta Eisaqui. A evolução do recurso extraordinário no Brasil para a garantia de direitos constitucionais -soluções para a crise de quantidade. 2018. Orientação de outra natureza. (Direito) - Universidade Metodista de Piracicaba. Orientador: Richard Paulro Pae Kim.
2. Vanessa Altarugio. A modulação no sistema de controle de constitucionalidade e a garantia do direito fundamental à segurança jurídica no Brasil - 2. 2016. Orientação de outra natureza. (Direito) - Universidade Metodista de Piracicaba. Orientador: Richard Paulro Pae Kim.

3. **274** Angelina Cortelazzi Bolzam. O Estatuto da Pessoa com Deficiência e o respeito aos direitos fundamentais de liberdade e de autodeterminação. 2016. Orientação de outra natureza. (Direito) - Universidade Metodista de Piracicaba. Orientador: Richard Paulo Pae Kim.
4. Angelina Cortelazzi Bolzam. Caracterização da Regra de Proporcionalidade. 2015. Orientação de outra natureza. (13º Congresso de Pós-Graduação da UNIMEP) - Universidade Metodista de Piracicaba. Orientador: Richard Paulo Pae Kim.
5. Vanessa Altarugio. A modulação no controle de constitucionalidade e a garantia do. 2015. Orientação de outra natureza. (13a. Mostra Acadêmica da UNIMEP) - Universidade Metodista de Piracicaba. Orientador: Richard Paulo Pae Kim.
6. Angelina C. Bolzam. Do bem comum à igualdade material em Aristóteles. 2014. Orientação de outra natureza. (12a. Mostra Acadêmica da UNIMEP) - Universidade Metodista de Piracicaba. Orientador: Richard Paulo Pae Kim.
7. Rafaela da F. Lima Rocha Farache. Limites à atuação do Estado Regulador à Luz da Escola de Chicago. 2013. Orientação de outra natureza. (11o. Congresso de Pós-Graduação da UNIMEP) - Universidade Metodista de Piracicaba. Orientador: Richard Paulo Pae Kim.
8. Rafaela da F. Lima Rocha Farache. Limites Territoriais da Coisa Julgada Coletiva: alteração do entendimento do STJ. 2013. Orientação de outra natureza. (11o. Congresso de Pós-Graduação da UNIMEP) - Universidade Metodista de Piracicaba. Orientador: Richard Paulo Pae Kim.
9. Eduardo Alberto Pinca e Robson Gonçalves de Oliveira. Dos Direitos Fundamentais e a Prova Ilícita. 2012. Orientação de outra natureza. (10o, Congresso de Pós-graduação da UNIEP) - Universidade Metodista de Piracicaba. Orientador: Richard Paulo Pae Kim.
10. Moacir Menozzi Júnior. Princípio da Proporcionalidade. 2010. Orientação de outra natureza. (8o. Congresso de Pós-graduação da UNIMEP) - Universidade Metodista de Piracicaba. Orientador: Richard Paulo Pae Kim.
11. Álvaro Luiz Palacios Torres. Direito a ações estatais positivas. 2010. Orientação de outra natureza. (8o. Congresso de Pós-graduação da UNIMEP) - Universidade Metodista de Piracicaba. Orientador: Richard Paulo Pae Kim.
12. Valsielen Adani Miranda. Democratização das Políticas Públicas pelos Conselhos na tutela dos interesses difusos e coletivos dos cidadãos. 2010. Orientação de outra natureza. (18o. Congresso de Iniciação Científica da UNIMEP) - Universidade Metodista de Piracicaba. Orientador: Richard Paulo Pae Kim.
13. Ricardo Lorenzi Pupin. A função do tributo no Estado Democrático Social de Direito. 2010. Orientação de outra natureza. (X Mostra de Produção Científica de 2010) - Centro Universitário Salesiano São Paulo. Orientador: Richard Paulo Pae Kim.
14. Ricardo Lorenzi Pupin. Fundamentos constitucionais da renda mínima. 2010. Orientação de outra natureza. (X Mostra de Produção Científica de 2010) - Centro Universitário Salesiano São Paulo. Orientador: Richard Paulo Pae Kim.
15. Ricardo Lorenzi Puppín. Problema do Raciocínio Jurídico Tópico. 2009. Orientação de outra natureza. (7o. Congresso de Pós-graduação) - Universidade Metodista de Piracicaba. Orientador: Richard Paulo Pae Kim.

Outras informações relevantes

Ex-Coordenador Geral dos Núcleos Regionais da Escola Paulista da Magistratura (Portaria no. 06/2012 - 2012 a 2013). Ex-Coordenador Regional de Campinas da Associação Paulista de Magistrados (2002/2004). Ex-Presidente do Colégio Recursal de Campinas (2007/2008 e 2009/2010). 1º Vice-presidente da ABMP - Associação Brasileira de Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores Públicos da Infância e da Juventude (licenciado 2012/2014). Ex-Coordenador Adjunto do Núcleo de Estudos em Direito Constitucional da EPM (Portaria nº 85/2014, de 01/10/2014). Ex-Juiz dos Colégios Recursais Cíveis e Criminais de Campinas e de Guaratinguetá. Juiz com designação especial para compor as 27a. Câmara B e 2las. Câmaras "D" do "E", extintas, do TJSP. Ex-Coordenador do Núcleo da Infância e da Juventude, vinculado ao Departamento de Estudos, pela Portaria no. 89/2012, da Presidência da APAMAGIS. Ex-Coordenador do Núcleo Regional de Campinas da EPM, nomeado pela Portaria no. 17/2011. Ex-Juiz de Cooperação do Estado de São Paulo na área da infância e da juventude nos termos da Recomendação 38/11 do CNJ, nomeado pela Portaria no. 8.575/2012 do TJSP. Ex-Coordenador da Revista de Direito da Infância e da Juventude da Revista dos Tribunais (Thomson Reuters). Membro do Conselho da Escola Judiciária Eleitoral Paulista nomeado pela Portaria no. 02/2010 - EJEP. Participante do NEPP - Núcleo Estratégico de Políticas Públicas da UNICAMP. Membro do Grupo de Trabalho Interinstitucional Gestor das Competências Profissionais da Magistratura Nacional - ENFAM e ENAMAT (Portarias nºs 25/2015 e 06/2016 da ENFAM). Membro do Grupo de Trabalho para a atualização da Resolução TSE nº 23.478/2016 (Portaria Presidência do TSE nº 403/2018). Ex-Diretor Executivo da EJEP (2018). Ex-Coordenador dos cursos de pós-graduação da EPM em Campinas (2006 a 2018). Ex-Membro Consultivo da Comissão de Pesquisa e Pós-graduação da OAB/SP (2017-2018). Co-coordenador da área de Direito Eleitoral da Escola Paulista da Magistratura.

Página gerada pelo Sistema Currículo Lattes em 28/06/2021 às 22:26:10

Imprimir currículo

6



SENADO FEDERAL
Gabinete Senador Carlos Portinho

PARECER Nº , DE 2021

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Ofício “S” nº 12, de 2021, do Supremo Tribunal Federal, que *submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, IV, da Constituição Federal, o nome do Desembargador MAURO PEREIRA MARTINS para compor o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), na vaga destinada a Desembargador de Tribunal de Justiça.*

Relator: Senador **CARLOS PORTINHO**

Por intermédio do Ofício “S” nº 12, de 2021, esta Comissão recebe para exame a indicação de MAURO PEREIRA MARTINS para compor o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em vaga destinada a Desembargador de Tribunal de Justiça, para mandato referente ao biênio 2021/2023, de acordo com o que dispõe o art. 103-B, *caput* e inciso IV, da Constituição Federal.

Compete a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania dar curso à sabatina do indicado e avaliar o cumprimento dos requisitos de qualificação necessários para o exercício do cargo, de acordo com o disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), na Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal, e no Ato nº 1, de 17 de outubro de 2007, deste Colegiado. Uma vez encerrada esta tarefa, a indicação deve ser encaminhada ao Plenário do Senado Federal, para a deliberação final.

O Senado Federal recebeu, em conformidade com as disposições regimentais, uma série de documentos para subsidiar a avaliação a respeito da indicação em tela. Dentre esses documentos, o *curriculum vitae* do indicado, que aponta ter logrado o título de bacharel em Direito em 1990,



SF/21295.62244-94



SENADO FEDERAL
Gabinete Senador Carlos Portinho

pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Em 2005, obteve o título de Mestre em Direito, pela Universidade Estácio de Sá.

O indicado foi aprovado no ano 1991, em concurso público para o cargo de Defensor Público, no Estado do Rio de Janeiro, função que exerceu até dezembro de 1993. Nesta data, ingressou na magistratura, após aprovação em 1º lugar no concurso público para a Magistratura de Carreira do Estado do Rio de Janeiro.

Atuou em várias comarcas do Estado, como Petrópolis, Casimiro de Abreu e Silva Jardim, Magé e a própria Capital, tendo percorrido todas as competências legais no primeiro grau de jurisdição, com competência cível, criminal, de família, de órfãos e sucessões, de fazenda pública e empresarial. Ademais, em pesquisa na internet, constata-se que o indicado também exerceu a função de Juiz Eleitoral.

Foi promovido a Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, por merecimento, em 2012. Atuou em diversas Câmaras Cíveis, estando, atualmente, com assento efetivo na 19ª Câmara Cível, integrando, ainda, o Conselho da Magistratura.

Ao longo de sua carreira, o indicado também exerceu funções de docência na área jurídica, tendo ingressado no magistério no ano de 2002. Lecionou Direito Civil na Universidade Estácio de Sá até 2004, quando ingressou como professor adjunto da Escola da Magistratura de Carreira do Estado do Rio de Janeiro.

Integrou a Banca Examinadora do XLVIII Concurso para ingresso na Magistratura de Carreira do Estado do Rio de Janeiro, em direito empresarial.

Na seara administrativa do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, o indicado foi Coordenador da Comissão Estadual dos Juizados Especiais (COJES) – no biênio 2019/2020, Membro da Comissão de Políticas Institucionais para eficiência operacional e qualidade dos serviços judiciais (COMAQ) – no biênio 2019/2020, Coordenador da Comissão de Articulação dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais dos Grandes Eventos



SF/21295.62244-94



SENADO FEDERAL
Gabinete Senador Carlos Portinho

(CEJESP) – nos biênios de 2015/2017 e 2017/2019 e, também, fez parte da Comissão de Regimento Interno do Tribunal de Justiça – no biênio de 2015/2017.

Publicou o capítulo “A Alienação de Ativos na Falência e a Regulação dos Preços nos Leilões Judiciais”, na obra “Recuperação de Empresas e Falência: Diálogos entre a Doutrina e a Jurisprudência” (Luis Felipe Salomão – org., São Paulo, Atlas, 2021), e o capítulo “O Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas no Novo CPC”, na obra “O Novo Processo Civil Brasileiro – Temas Relevantes – Estudos em Homenagem ao Professor, Jurista e Ministro Luiz Fux” (Aluisio Gonçalves de Castro Mendes – org., Rio de Janeiro, Editora GZ, 2018).

Com respeito às distinções honrosas, foi agraciado com o Colar do Mérito Judiciário do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, em 2013; com a Medalha Tiradentes, outorgada pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, por meio da Resolução nº 365, de 2017; e com a Medalha Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ), em 2007.

Atendendo ao que dispõe o inciso II do art. 5º da Resolução nº 7, de 2005, o indicado apresentou declaração em que informa não ser cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, de membro ou servidor do Poder Judiciário, que seja ocupante de cargo de provimento em comissão. Declarou, ainda, que não sofreu nenhuma sanção criminal ou administrativo/disciplinar.

Apresentou declaração asseverando que nunca exerceu, em qualquer tempo, cargo ou atividade como sócio, proprietário ou gerente de empresas ou entidades não governamentais, em conformidade com o que demanda o art. 383, inciso I, alínea “b”, item 2, do RISF.

O indicado atendeu, também, ao item 3 dessa alínea ao apresentar declaração quanto à sua regularidade fiscal, nos âmbitos federal, estadual e municipal, devidamente acompanhada das respectivas certidões emitidas pelos órgãos competentes.





SENADO FEDERAL
Gabinete Senador Carlos Portinho

O indicado declara, ainda, que não é membro do Poder Legislativo de qualquer unidade federada, nem possui cônjuge, companheiro ou parente, até o terceiro grau, que seja membro do Poder Legislativo de nenhuma das esferas da Federação.

O indicado apresentou declaração em que assevera não existirem, em qualquer grau de jurisdição, ações em que figure como réu, tampouco procedimentos de natureza administrativa-disciplinar. Figura, como autor, no Processo nº 0291608-92.2020.8.19.0001, em tramitação perante a 32ª Vara Cível da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, relativa ao direito de vizinhança.

Com respeito à exigência do art. 383, inciso I, alínea “b”, item 5, do RISF, o indicado informa ter atuado como desembargador no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, bem como assevera não ter participado em conselhos de administração de empresa estatal ou em cargos de direção de agência reguladora.

Registramos, por fim, que o indicado incluiu na documentação apresentada a esta Casa uma argumentação escrita, apresentada de forma sucinta, em que busca demonstrar ter experiência profissional, formação técnica adequada e afinidade intelectual e moral para o exercício do cargo de Conselheiro do CNJ.

Em vista do apresentado, julgamos que as Senhoras Senadoras e os Senhores Senadores que compõem a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania têm à sua disposição as informações necessárias para deliberar sobre a indicação do Desembargador **MAURO PEREIRA MARTINS** para compor o Conselho Nacional de Justiça.

Sala da Comissão,

Senador CARLOS PORTINHO



SF/21295.62244-94



SENADO FEDERAL

OFÍCIO "S" Nº 12, DE 2021

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso IV, da Constituição Federal, o nome do Desembargador MAURO PEREIRA MARTINS, para compor o Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no biênio 2021/2023, em vaga destinada a Desembargador de Tribunal de Justiça.

AUTORIA: Supremo Tribunal Federal

DOCUMENTOS:

[- Texto do ofício](#)



[Página da matéria](#)



SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Esplanada dos Ministérios - CEP 70175-900 - Brasília - DF - www.stf.jus.br
Praça dos Três Poderes

Ofício Nº 1653046/PRES. STF

Brasília, 19 de agosto de 2021.

A Sua Excelência o Senhor
Senador RODRIGO PACHECO
Presidente do Senado Federal
Brasília – DF

Assunto: Indicação para o Conselho Nacional de Justiça

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, em Sessão Administrativa realizada em 19 de agosto de 2021, o Supremo Tribunal Federal indicou, para compor o Conselho Nacional de Justiça – Biênio 2021/2023, na forma do disposto nos incisos IV e V do art. 103-B da Constituição Federal, o Desembargador MAURO PEREIRA MARTINS, do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, e o Juiz de Direito RICHARD PAULO PAE KIM, do Tribunal de Justiça de São Paulo.

Encaminho a documentação exigida pela Resolução do Senado Federal nº 7, de 27 de abril de 2005, e pelo Ato nº 1, de 17 de outubro de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para apreciação por essa Casa Legislativa.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Ministro Luiz Fux, PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**, em 19/08/2021, às 19:12, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sistemas.stf.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1653046** e o código CRC **79E26225**.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
SECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES DE MINISTROS

ATA DA SEGUNDA SESSÃO ADMINISTRATIVA DE 2021

Ata de Sessão de Julgamento
PLENO - SESSÃO ADMINISTRATIVA

Ata da Segunda Sessão Administrativa de 2021, realizada no dia 19 de agosto de 2021, em formato presencial e à distância.

Presidente: Ministro Luiz Fux

Secretário: Diretor-Geral da Secretaria - Edmundo Veras dos Santos Filho

Às 14h38, foi aberta a sessão.

O Senhor Presidente apresentou a lista de inscritos para as vagas de Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça, em razão do término do biênio dos mandatos do Desembargador Luiz Fernando Tomasi Keppen e do Juiz de Direito Mário Augusto Figueiredo de Lacerda Guerreiro. Aberta a sessão, votaram os Ministros Luiz Fux, Relator e Presidente, Ministro Gilmar Mendes, Ministro Ricardo Lewandowski, Ministra Cármen Lúcia, Ministro Dias Toffoli, Ministra Rosa Weber, Ministro Roberto Barroso, Ministro Edson Fachin, Ministro Alexandre de Moraes e o Ministro Kassio Nunes Marques. Efetuada a contagem dos votos no sistema, foram eleitos o Desembargador Mauro Pereira Martins, do TJ-RJ, com 7 (sete) votos, e o Juiz Richard Paulo Pae Kim, do TJ-SP, com 8 (oito) votos. O Desembargador Glênio José Wasserstein Hekman, do TJ-RS, recebeu 2 (dois) votos e a Juíza Amini Haddad Campos, do TJ-MT, recebeu 2 (votos). Houve 1 (um) voto de abstenção para a vaga de Desembargador.

Encerrou-se a sessão no dia 19 de agosto de 2021, às 14h40, e eu, Edmundo Veras dos Santos Filho, Diretor-Geral da Secretaria, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e por Sua Excelência o Senhor Ministro Presidente Luiz Fux.



Documento assinado eletronicamente por **Edmundo Veras Dos Santos Filho, SECRETÁRIO**, em 19/08/2021, às 17:37, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Ministro Luiz Fux**, **PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**, em 19/08/2021, às 18:07, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sistemas.stf.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1648564** e o código CRC **95EC454D**.

DESEMBARGADOR MAURO PEREIRA MARTINS

E-mail: martins@tjrj.jus.br

FORMAÇÃO ACADÊMICA

Mestre em Direito pela Universidade Estácio de Sá, com dissertação defendida em 17/12/2004 sob o título “A posse na perspectiva do direito civil constitucional” – 2005.

Graduado em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ – 1990.

Inglês fluente.

ATIVIDADE PROFISSIONAL (FUNÇÃO JUDICANTE)

Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, desde 17 dezembro de 2012, atualmente efetivo na **19ª Câmara Cível**.

Integrante do **Conselho da Magistratura** no biênio 2021/2022.

Integrante como suplente do **Órgão Especial do Tribunal de Justiça** no biênio 2017/2018.

Juiz de Direito da **4ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro**,

Juiz de Direito da **27ª Vara Cível da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro**.

Juiz de Direito do **8º Juizado Especial Cível da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro**.

Juiz de Direito da **2ª Vara Cível da Comarca de Magé**.

Juiz de Direito das **Comarcas de Casimiro de Abreu e Silva Jardim**.

Juiz de Direito das **Varas Cíveis e Criminais da Comarca de Petrópolis**.

Aprovação em primeiro lugar no XVIII Concurso para ingresso da Magistratura de Carreira do Estado do Rio de Janeiro.

ATIVIDADE PROFISSIONAL (FUNÇÃO ADMINISTRATIVA)

Membro da Banca Examinadora de Direito Empresarial do XLVIII Concurso para ingresso na Magistratura de Carreira do Estado do Rio de Janeiro.

Coordenador da **Comissão Estadual dos Juizados Especiais**, no biênio 2019/2020.

Membro da **Comissão de Políticas Institucionais para eficiência operacional e qualidade dos serviços judiciais - COMAQ**, no biênio 2019/2020.

Coordenador da **Comissão de Articulação dos Juizados Especiais Cível e Criminal dos Grandes Eventos – CEJESP** nos biênios 2015/2017 e 2017/2019.

Integrante da **Comissão de Regimento Interno do Tribunal de Justiça** no biênio 2015/2017.

Juiz Auxiliar na **Terceira Vice- Presidência do Tribunal de Justiça** de 08 de fevereiro de 2006 a 31 de janeiro de 2007; de 01 de fevereiro de 2007 a 02 de fevereiro de 2009 e 01 de fevereiro de 2010 a 03 de fevereiro de 2011.

ATIVIDADES ANTERIORES

Defensor Público do Estado do Rio de Janeiro, 1991.

ATIVIDADE DOCENTE

Professor Adjunto da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, desde 2005.

Professor de Direito Civil da Universidade Estácio de Sá, de 2002 a 2004.

PUBLICAÇÕES

A Alienação de Ativos na Falência e a Regulação dos Preços nos Leilões Judiciais na obra **Recuperação de Empresas e Falência: Diálogos Entre a Doutrina e Jurisprudência**. Luis Felipe Salomão (Org.). São Paulo: Atlas, 2021

O Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas no Novo CPC. na obra **O Novo Processo Civil Brasileiro – Temas relevantes – Estudos em homenagem ao Professo, Jurista e Ministro Luiz Fux**, V. III. Aluisio Gonçalves de Castro Mendes *et al.* (coord.). Rio de Janeiro: Editora GZ, 2018.

DISTINÇÕES HONROSAS

Colar do Mérito Judiciário do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, 2013.

Medalha Tiradentes outorgada pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, por meio da Resolução nº365 de 2017.

Medalha Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ), 2007

7



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Chiquinho Feitosa

PARECER Nº , DE 2021

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Ofício “S” nº 15, de 2021 (nº 402/2021, na origem), do Superior Tribunal de Justiça, que *submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso IV, da Constituição Federal, a indicação do Senhor DANIEL CARNIO COSTA, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, na vaga indicada pelo Superior Tribunal de Justiça.*

Relator: Senador CHIQUINHO FEITOSA

Vem ao exame desta Comissão a indicação do Senhor Daniel Carnio Costa, juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, para compor, no biênio de 2021 a 2023, o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), na vaga destinada a juiz indicado pelo Superior Tribunal de Justiça.

A indicação é feita com amparo no art. 130-A, IV, da Constituição. O CNMP, órgão ao qual compete o controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público e do cumprimento dos deveres funcionais de seus membros, tem sua composição e competências reguladas no citado artigo da Carta Magna, sendo seus integrantes nomeados pelo Presidente da República, depois da aprovação da escolha pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, admitida uma recondução.

As regras a serem observadas na apreciação, pelo Senado Federal, das indicações de membros do CNMP estão previstas no art. 383 do



SF/21169.66786-01



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Chiquinho Feitosa

Regimento Interno do Senado Federal (RISF) e na Resolução do Senado Federal nº 7, de 27 de abril de 2005.

Em atendimento ao disposto no art. 383, I, *a*, do RISF, e no art. 5º, I, da Resolução nº 7, de 2005, o indicado encaminhou o seu *curriculum vitae*, que passamos a resumir.

Nascido em Jaboticabal, no Estado de São Paulo, o Senhor Daniel Carnio Costa graduou-se em Direito pela Universidade de São Paulo (USP), no ano de 1997, e concluiu mestrado pela Faculdade Autônoma de Direito de São Paulo (Fadisp) em 2008. Obteve, em 2013, o título de Doutor em direitos difusos e coletivos pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). E, em 2016, o título de *Master of Comparative Law* pela *Cumberland School of Law* da *Samford University*, nos Estados Unidos da América. No ano de 2014, iniciou estágio pós-doutoral em Direito na Universidade de Paris 1 (*Panthéon-Sorbonne*), interrompido em 2018. Seus trabalhos de conclusão, na pós-graduação, abordaram temas como as ações coletivas para reparação de danos individuais, a análise comparativa do direito falimentar no Brasil e nos Estados Unidos, e as tutelas de urgência *ex officio* no processo coletivo.

O indicado mantém ou já manteve vínculo com as seguintes instituições de ensino superior, na qualidade de docente, coordenador ou pesquisador: Universidade de Ribeirão Preto (Unaerp), Fadisp, Escola Paulista da Magistratura, USP, PUC/SP, Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará, Universidade Nove de Julho (Uninove) e Fundação Getúlio Vargas. No magistério, atuou sobretudo nas áreas de Direito Processual Civil e Direito Empresarial.

Integra a Academia Paulista de Magistrados, a Academia Paulista de Direito e o conselho científico do *International Journal of Insolvency Law*.

Possui vasta produção bibliográfica, sendo organizador, autor ou coautor de diversas obras, dentre as quais destacamos: Comentários à Lei de Recuperação de Empresas e Falências; Sistema Brasileiro de Insolvência Transnacional; Recuperação Judicial de Empresas - A Jurisprudência do STJ Interpretada à Luz da Reforma; Recuperação de Empresas e Falência - Diálogos entre a Doutrina e a Jurisprudência; Insolvência Empresarial - Temas Essenciais; Tutelas de Urgência (individuais e coletivas) - Teoria Geral; Danos Individuais e Ações Coletivas; Execução no Processo Civil Brasileiro. Sua produção inclui também a autoria de algumas dezenas de



SF/21169.66786-01



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Chiquinho Feitosa

capítulos em obras coletivas, bem como de artigos em periódicos nacionais e estrangeiros.

Igualmente prolífica é sua atividade como palestrante e como orientador ou membro de bancas de trabalhos de conclusão de cursos de graduação e pós-graduação.

Foi admitido na magistratura do Estado de São Paulo em 1998, em virtude da aprovação em concurso público, ocupando desde 2011 o cargo de Juiz titular da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo. Entre 2018 e 2020, atuou como juiz auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça e hoje exerce a função de juiz auxiliar da Presidência do Superior Tribunal de Justiça.

É membro da *Judicial Insolvency Network* e do comitê judicial do *International Insolvency Institute*, além de presidente e fundador do Fórum Nacional dos Juízes de Competência Empresarial. Em 2018, foi escolhido jurista do ano pela Ordem dos Economistas do Brasil.

Em observância ao art. 383, I, *b*, do RISF e ao art. 5º, II a IV, da Resolução nº 7, de 2005, o indicado apresentou declarações de que:

- (i) não possui parentes que exercem ou exerceram atividades, públicas ou privadas, vinculadas à sua atividade profissional;
- (ii) não atua e jamais atuou como sócio, proprietário ou gerente de empresas ou entidades não governamentais;
- (iii) sua situação é regular perante os fiscos federal, estadual e municipal;
- (iv) não existem ações judiciais em que figure como autor ou réu, tampouco procedimento administrativo disciplinar instaurado contra ele;
- (v) nos últimos cinco anos, atuou: (i) durante todo o período, como juiz titular da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo; (ii) no biênio de 2018 a 2020, como juiz auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça; e (iii) desde 2020, como juiz auxiliar da Presidência do STJ;
- (vi) não é membro do Congresso Nacional, do Poder Legislativo de Estado, do Distrito Federal ou de Município, tampouco é cônjuge, companheiro ou parente, até o terceiro grau, de membro do Poder Legislativo.

As declarações de que tratam os itens *iii* e *iv* se fazem acompanhar de certidões negativas expedidas pela Secretaria da Receita



SF/21169.66786-01



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Chiquinho Feitosa

Federal do Brasil, pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, pelos Governos do Distrito Federal, do Estado de São Paulo e do Município de São Paulo, pela Justiça Federal da 1ª e da 3ª Região, pelos Tribunais de Justiça do Estado de São Paulo e do Distrito Federal e Territórios, pelo Tribunal Superior do Trabalho e pelos Tribunais Regionais do Trabalho da 2ª e da 10ª Regiões.

Já em cumprimento ao art. 383, I, c, do RISF, o indicado apresentou argumentação escrita sucinta que expõe sua experiência profissional, sua formação acadêmica e afirma sua afinidade intelectual para o exercício do cargo de Conselheiro do CNMP.

Fornecidas tais informações, entendemos que as Senhoras Senadoras e os Senhores Senadores membros da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania dispõem de suficientes elementos para deliberar sobre a presente indicação para o Conselho Nacional do Ministério Público.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SF/21169.66786-01



SENADO FEDERAL

OFÍCIO "S" Nº 15, DE 2021

(nº 402/2021, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A , inciso IV, da Constituição Federal, a indicação do Senhor DANIEL CARNIO COSTA, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, na vaga indicada pelo Superior Tribunal de Justiça.

AUTORIA: Superior Tribunal de Justiça

DOCUMENTOS:

[- Texto do ofício](#)

DESPACHO: À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania



[Página da matéria](#)

**SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**SAFS - Quadra 06 - Lote 01 - Trecho III - CEP 70095-900 - Brasília - DF - www.stj.jus.br

Ofício-e STJ/GP n. 402/2021

Brasília, 30 de agosto de 2021.

A Sua Excelência o Senhor
Senador RODRIGO OTAVIO SOARES PACHECO
Presidente do Senado Federal
Brasília - DF

Assunto: Indicação de Magistrado para compor o CNMP

Senhor Presidente,

1 Encaminho à elevada consideração de Vossa Excelência o nome do candidato escolhido, nesta data, pelo Plenário desta Corte, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, no biênio 2021/2023, nos termos do art. 130-A, caput, IV da Constituição Federal:

Juiz de Direito Daniel Carnio Costa, do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

2 Informo, ainda, que a documentação de que trata a Resolução n. 7, de 27 de abril de 2005, do Senado Federal será remetida a essa Casa diretamente pelo indicado.

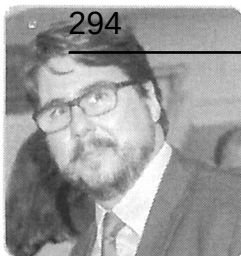
Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Humberto Eustáquio Soares Martins, Presidente do Superior Tribunal de Justiça**, em 30/08/2021, às 18:43, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.stj.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **2603789** e o código CRC **A7E9935B**.

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/8569558926053111>ID Lattes: **8569558926053111**

Última atualização do currículo em 26/08/2021

possui graduação em Direito pela Universidade de São Paulo (1997) e mestrado pela FADISP (2008), tendo sido orientado pelo Prof. Dr. José Manoel de Arruda Alvim. É doutor (2013) em direitos difusos e coletivos na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP e mestre em direito comparado pela Cumberland School of Law - Samford University nos Estados Unidos da América. Estágio pós-doutoral em Direito na Universidade de Paris 1 - Panthéon/Sorbonne (sem tese). Atualmente é professor de direito empresarial da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP e professor do programa de mestrado e doutorado em direito na UNINOVE; Membro efetivo do Núcleo de Estudos de Direito da Empresa e Arbitragem - NDEA da FGV - Direito Rio. É palestrante em diversos cursos de pós-graduação em nível nacional. É professor permanente do curso de Extensão em Insolvência da Universidade da Califórnia em San Diego - UCSD (EUA). Foi Juiz formador em Insolvência e Recuperação de Empresas do Banco Mundial (World Bank) para os Magistrados de Moçambique e de Cabo Verde- África. Autor dos livros Execução no Processo Civil Brasileiro (3 edição), Danos Individuais e Ações Coletivas (2 edição) e Tutelas de Urgência (individuais e coletivas) - Teoria Geral, todos da editora Juruá. Coordenador e coautor da coleção Comentários Completos à Lei de Recuperação de Empresas e Falências (03 volumes), publicada pela editora Juruá. Autor do livro Business Judicial Reorganization - US and Brazil - The new theories, da editora OminiScriptum Publishing (NEA). Organizador e coautor do livro Insolvência Empresarial - Temas Essenciais, da editora Juruá. Coautor do livro Prática de Insolvência Empresarial, da editora Juruá (2019). Coautor do livro Constatação Prévia em Processos de Recuperação Judicial, da editora Juruá (2019). Coautor da obra Comentários à Lei de Recuperação de Empresas e Falências, de acordo com a Lei 14112/20, da editora Juruá (2 edição, 2021). Organizador e co-autor do livro Recuperação de Empresas e Falência: Diálogos entre a Doutrina e a Jurisprudência, da editora Gen/Atlas (1 edição, 2021). Autor de diversos capítulos de livros e de artigos publicados em revistas especializadas de circulação nacional. Membro Titular da cadeira n. 22 da Academia Paulista de Magistrados - APM. Membro Titular da cadeira n. 41 da Academia Paulista de Direito - APD (patrono José Bonifácio). Vice-presidente do Comitê Judicial do International Insolvency Institute - III e membro da Insol International. Membro do Grupo de Trabalho de Recuperação Judicial e Falência criado pelo Ministério da Fazenda pela Portaria 467/2016. Membro do Grupo de Trabalho para modernização de Falências e Recuperações Judiciais do Conselho Nacional de Justiça (Portarias CNJ 162/2018 e 199/2020). Membro do Conselho Científico do International Journal of Insolvency Law. Membro do Judicial Insolvency Network (JIN). É Juiz de Direito (Tribunal de Justiça de São Paulo) desde 1998. É Juiz titular da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo desde 2011. Eleito o JURISTA DO ANO DE 2018 pela Ordem dos Economistas do Brasil. Atuou como juiz auxiliar da Corregedoria Nacional da Justiça (CNJ) - 2018/2020. É presidente e fundador do Fórum Nacional dos Juizes de Competência Empresarial - FONAJEM. Atualmente é juiz auxiliar da Presidência do Superior Tribunal de Justiça - STJ (**Texto informado pelo autor**)

Identificação

Nome

Daniel Carnio Costa 

Nome em citações bibliográficas

COSTA, D. C.

Lattes ID

 <http://lattes.cnpq.br/8569558926053111>

Endereço

Formação acadêmica/titulação

Título: As tutelas de urgência ex officio no processo coletivo, Ano de obtenção: 2013.

Orientador:  Gilson Delgado Miranda.

295

2012 - 2016

Mestrado em LLM - Master of Comparative Law

Cumberland School of Law, CSL, Estados Unidos.

Título: IMPORTANT FEATURES IN THE U.S. AND BRAZILIAN BANKRUPTCY SYSTEM ? STAY PERIOD AND NEW THEORIES ? A COMPARATIVE VIEW, Ano de Obtenção: 2016.

Orientador: Michael D. Floyd.

2006 - 2008

Mestrado em Direito.

Faculdade Autônoma de Direito de São Paulo, FADISP, Brasil.

Título: Ações Coletivas para Reparação de Danos Individuais - Uma proposta de interpretação útil em favor da efetividade do processo coletivo, Ano de Obtenção: 2008.

Orientador:  José Manoel de Arruda Alvim Netto.

1993 - 1997

Graduação em Direito.

Universidade de São Paulo, USP, Brasil.

Pós-doutorado

2014 interrompida

Pós-Doutorado.

Universidade de Paris I, Panthéon-Sorbonne, UP1, França.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas

Ano de interrupção: 2018

Formação Complementar

Atuação Profissional

Ministério da Fazenda, MIN. FAZENDA, Brasil.

Vínculo institucional

2016 - 2018

Vínculo: Colaborador, Enquadramento Funcional: membro do grupo de trabalho, Carga horária: 0

Tribunal de Justiça de São Paulo, TJSP, Brasil.

Vínculo institucional

1998 - Atual

Outras informações

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Juiz de Direito

Juiz de Direito Titular da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Fórum Central da Capital - São Paulo/SP

Universidade de Ribeirão Preto, UNAERP, Brasil.

Vínculo institucional

2004 - Atual

Atividades

03/2006 - Atual

Vínculo: Celetista, Enquadramento Funcional: Professor

Ensino, Direito, Nível: Pós-Graduação

Disciplinas ministradas

Direito Processual Civil

01/2010 - 01/2015

Direção e administração, Faculdade de Direito.

Cargo ou função

Coordenador de Curso.

08/2006 - 12/2007

Direção e administração, Universidade de ribeirão Preto.

Cargo ou função

Coordenador de Curso.

08/2004 - 12/2007

Ensino, Direito, Nível: Graduação

Disciplinas ministradas

Direito Processual Civil

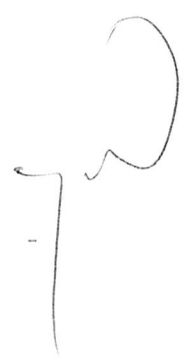
Faculdade Autônoma de Direito, FADISP, Brasil.

Vínculo institucional

2012 - 2020

Vínculo: Celetista, Enquadramento Funcional: Coordenador - Especialização em Falências, Carga horária: 8

Vínculo institucional



01/2008 - 12/2011

296

Ensino, Faculdade Autônoma de Direito, Nível: Graduação
Disciplinas ministradas
Direito Processual Civil

01/2008 - 07/2009

Direção e administração, Fadisp.
Cargo ou função
Coordenador de Curso.

Escola Paulista da Magistratura, EPM, Brasil.

Vínculo institucional

2012 - Atual

Vínculo: , Enquadramento Funcional: Professor de Direito Empresarial

Vínculo institucional

2013 - 2014

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Coordenador - Direito Econômico e Negocial, Carga horária: 8

Universidade de São Paulo, USP, Brasil.

Vínculo institucional

2014 - Atual

Vínculo: membro de grupo de pesquisa, Enquadramento Funcional: membro do grupo de pesquisa

Atividades

10/2014 - Atual

Pesquisa e desenvolvimento, Faculdade de Direito.
Linhas de pesquisa
Poder Judiciário: Orçamento, Gestão e Políticas Públicas

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, Brasil.

Vínculo institucional

2016 - Atual

Vínculo: Celetista, Enquadramento Funcional: Professor de Direito Empresarial, Carga horária: 12

Conselho Nacional de Justiça, CNJ, Brasil.

Vínculo institucional

2018 - 2020

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: juiz auxiliar da Corregedoria Nacional, Carga horária: 40

Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará, ESMEC, Brasil.

Vínculo institucional

2020 - Atual

Vínculo: Professor Visitante, Enquadramento Funcional: professor

Superior Tribunal de Justiça, STJ, Brasil.

Vínculo institucional

2020 - Atual

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Juiz auxiliar da Presidência do STJ, Carga horária: 40

Universidade Nove de Julho, UNINOVE, Brasil.

Vínculo institucional

2021 - Atual

Vínculo: Celetista, Enquadramento Funcional: professor, Carga horária: 20

Fundação Getúlio Vargas, FGV, Brasil.

Vínculo institucional

2021 - Atual

Outras informações

Vínculo: pesquisador, Enquadramento Funcional: professor
Membro efetivo do Núcleo de Estudos de Direito da Empresa e Arbitragem - NDEA

Linhas de pesquisa

1.

Poder Judiciário: Orçamento, Gestão e Políticas Públicas

Membro de corpo editorial

2017 - Atual

Periódico: International Journal of Insolvency Law

Prêmios e títulos

2019	Trophee du Droit, Universidade da Califórnia em San Diego (UCSD) e Universidade de Paris 1.
2018	Jurista do Ano de 2018, Ordem dos Economistas do Brasil.
2018	Título de Cidadão de Cuiabá - MT, Câmara dos Vereadores de Cuiabá/MT.
2017	Membro da Insol International, .
2016	Membro do International Insolvency Institute - III, International Insolvency Institute - III.
2014	Membro Titular da Cadeira de n. 41 da Academia Paulista de Direito, Academia Paulista de Direito.
2013	Membro Titular da cadeira n. 22 da Academia Paulista de Magistrados - APM, Academia Paulista de Magistrados.
2012	Scholar of Merit for superior performance in MCL Legal Research and Writing, Cumberland School of Law at Samford University.
2011	Professor Destaque, Faculdade Alfa - FADISP.
2007	Homenagem, Ordem dos Advogados do Brasil Seção São Paulo - Comissão Projeto OAB vai à Faculdade.
2004	Homenagem, Ordem dos Advogados do Brasil Subseção de Rancharia/SP.

Produções

Produção bibliográfica

Artigos completos publicados em periódicos

Ordenar por

Ordem Cronológica



- COSTA, D. C.;** MELO, A. N. . Recuperação Judicial de Grupos Econômicos conforme as novas regras estabelecidas pela Lei 14.112/20. Informativo Migalhas, v. 1, p. 1, 2021.
- COSTA, D. C.;** TAUK, C. S. . O recomeço para o empresário falido no novo sistema de insolvência brasileiro. Informativo Migalhas, v. 4995, p. 1, 2020.
- COSTA, D. C.;** MELO, A. N. . Manual of Good Practices for Judicial Reorganization. International Journal of Insolvency Law, v. 3, p. 1-40, 2019.
- COSTA, D. C.;** AVILA, H. A. ; SALOMAO, L. F. . Aprimorando a insolvência empresarial. Informativo Migalhas, v. 1, p. 1-2, 2019.
- COSTA, D. C.;** LEITE, A. B. ; REZENDE, F. A. O. . Positive aspects of the current brazilian insolvency system and the figure of the trustee committed to the results of the process. International Journal of Insolvency Law, v. 2, p. 59-68-68, 2018.
- COSTA, D. C..** The New Theories on Business Judicial Reorganization in the Brazilian System. International Journal of Insolvency Law, v. 01, p. 9-20, 2017.
- COSTA, D. C..** Case Management as an aspect of public administration subjected to the constitutional principle of efficiency: The new democratic management of insolvency proceedings method. Revue Internationale de Gouvernements Ouverts, v. 06, p. 33-44, 2017.
- COSTA, D. C..** Reflexões sobre processos de insolvência: divisão equilibrada de ônus, superação do dualismo pendular e gestão democrática de processos. Cadernos Jurídicos (EPM), v. 16, p. 59-77, 2015.
- COSTA, D. C..** A gestão de processos como aspecto da administração pública sujeita ao princípio constitucional da eficiência - O novo método da gestão democrática de processos de insolvência. Revista Brasileira de Direito Comercial, v. 5, p. 5-16, 2015.
- COSTA, D. C..** Considerações sobre o Mandado de Segurança Coletivo: objeto da tutela e atuação dos partidos políticos. Revista Forense (Impresso), v. 415, p. 401-407, 2012.
- COSTA, D. C..** A liquidação de sentença no projeto de novo código de processo civil. Revista Forense (Impresso), v. 414, p. 467-483, 2011.
- COSTA, D. C..** Principais Aspectos dos Embargos de Declaração. Revista Forense, v. 398, p. 579-590, 2008.
- COSTA, D. C..** A execução de título judicial à luz das alterações da Lei nº 11.232/05. Revista IOB de Direito Civil e Processual Civil, v. 41, p. 97-118, 2006.
- COSTA, D. C..** Execução Fiscal da Fazenda Nacional. Inalienabilidade e Incomunicabilidade dos Bens Penhorados. alcance e

15. **COSTA, D. C.**. Sentença. Madado de Segurança. Extinção de Cargos e exoneração de funcionários públicos estáveis, com imediata recriação de cargos semelhantes e contratação de novos funcionário. Análise do mérito do ato administrativo pelo Judiciário. Cadernos Jurídicos (São Paulo), v. 17, p. 75-89, 2003.
16. **COSTA, D. C.**. Embriaguez: Aspectos Penais. Revista Síntese de Direito Penal e Processual Penal, v. 06, p. 17-21, 2001.
17. **COSTA, D. C.**. Estatuto da Criança e do Adolescente - Teoria da Situação Irregular e Teoria da Proteção Integral - Avanços e Realidade Social. Revista Síntese de Direito Civil e Processual Civil, v. 08, p. 53-64, 2000.

Livros publicados/organizados ou edições

1. **COSTA, D. C.**; MELO, A. N. . Comentários à Lei de Recuperação de Empresas e Falências - 2a edição revista e atualizada. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2021. v. 1. 506p .
2. **COSTA, D. C.**; SALOMAO, L. F. (Org.) ; TARTUCE, F. (Org.) . Recuperação de Empresas e Falência: Diálogos entre a Doutrina e a Jurisprudência. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2021. v. 01.
3. **COSTA, D. C.**; MELO, A. N. . Comentários à Lei de Recuperação de Empresas e Falência. 1. ed. Curitiba: Editora Juruá, 2020. v. 01. 376p .
4. **COSTA, D. C.**. Insolvência Empresarial - Temas Essenciais. 1. ed. Curitiba: Juruá, 2019. v. 1. 258p .
5. **COSTA, D. C.**; RODRIGUES FILHO, J. O. . Prática de Insolvência Empresarial = Decisões judiciais em recuperação de empresas e falências. 1. ed. Curitiba: Juruá, 2019. v. 1. 212p .
6. **COSTA, D. C.**; Fazan, Eliza . Constatação Prévia em Processos de Recuperação Judicial de Empresas - O método da suficiência recuperacional. 1. ed. Curitiba: Juruá, 2019. v. 1. 216p .
7. **COSTA, D. C.**. Judicial Business Reorganization - US and Brazil - The new theories. 1. ed. Beau Bassin: Novas edições acadêmicas - International Book Market Service Ltd - OminiScriptum Publishing, 2018. v. 1. 128p .
8. **COSTA, D. C.**. Comentários Completos à Lei de Recuperação de Empresas e Falências - volume 1. 1. ed. Curitiba: Juruá, 2015. v. 1. 328p .
9. **COSTA, D. C.**. Comentários Completos à Lei de Recuperação de Empresas e Falências - volume 2. 1. ed. Curitiba: Juruá, 2015. v. 1. 338p .
10. **COSTA, D. C.**. Comentários Completos à Lei de Recuperação de Empresas e Falências - volume 3. 1. ed. Curitiba: Juruá, 2015. v. 1. 346p .
11. **COSTA, D. C.**. Tutelas de Urgência (individuais e coletivas) - Teoria Geral. 1. ed. Curitiba/PR: Juruá, 2013. v. 01. 181p .
12. **COSTA, D. C.**. Danos Individuais e Ações Coletivas - 2 edição - revista e atualizada. 2. ed. Curitiba/PR: Juruá, 2011. v. 01. 202p .
13. **COSTA, D. C.**; SILVA, B. F. E. (Org.) . Revista Jurídica da Faculdade de Direito da Universidade de Ribeirão Preto. 1. ed. Curitiba: Juruá, 2011. v. 01. 264p .
14. **COSTA, D. C.**. Execução no Processo Civil Brasileiro - 3ª Edição - revista e atualizada. 3ª. ed. Curitiba: Juruá, 2010. v. 01. 320p .
15. **COSTA, D. C.**; Vitor Frederico Kümpel . Magistratura de São Paulo - Série Provas Comentadas. 01. ed. Porto Alegre/RS: Verbo Jurídico, 2010. v. 01. 373p .
16. ★ **COSTA, D. C.**. Execução no Processo Civil Brasileiro - 2 edição - Revista e Atualizada. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2009. v. 1. 255p .
17. ★ **COSTA, D. C.**. Danos Individuais e Ações Coletivas. 1. ed. Curitiba: Juruá, 2009. v. 01. 184p .
18. **COSTA, D. C.**. Execução no Processo Civil Brasileiro. 1ª. ed. Curitiba: Juruá, 2007. v. 01. 256p .

Capítulos de livros publicados

1. **COSTA, D. C.**. Os mecanismos de pré-insolvência como estratégia contemporânea de tratamento da crise da empresa. In: Fernando Maia da Cunha; Alfredo Sergio Lazzareschi Neto. (Org.). Direito Empresarial Aplicado. 1ed.São Paulo: Quartier Latin, 2021, v. 1, p. 133-145.
2. **COSTA, D. C.**. O sistema de insolvência transnacional no direito brasileiro. In: Daniel Carnio Costa; Luis Felipe Salomão; Flávio Tartuce. (Org.). Recuperação de Empresas e Falência: Diálogos entre a Doutrina e a Jurisprudência. 1ed.Barueri/SP: Atlas, 2021, v. 1, p. 819-829.
3. **COSTA, D. C.**. Os impactos do PL 6229/05 na insolvência transnacional. In: Luis Felipe Salomão; Flávio Galdino. (Org.). Análise de impacto legislativo na recuperação e na falência. 1ed.Rio de Janeiro: JC Editora, 2020, v. 1, p. 79-99.
4. **COSTA, D. C.**; CUEVA, R. V. B. . Reforma da Lei de Recuperação Judicial, Extrajudicial e Falência: a necessidade de instrumentos simplificados de negociação prévia. In: Arnaldo Wald; Samantha Longo. (Org.). Desafios e Soluções da Recuperação Empresarial - antes, durante e depois da Covid-19. 1ed.Porto Alegre: Paixão Editores, 2020, v. 1, p. 453-467.
5. **COSTA, D. C.**; NETTO, A. E. S. . Crise econômico-financeira das empresas e medidas para evitar o colapso do sistema de justiça por consequência da pandemia da covid-19: recomendações do Conselho Nacional de Justiça e o Projeto de Lei n. 1.397/2020. In: Arnaldo Wald; Samantha Longo. (Org.). Desafios e Soluções da Recuperação Empresarial - antes, durante e depois da Covid-19. 1ed.Porto Alegre: Paixão Editores, 2020, v. 1, p. 499-526.
6. **COSTA, D. C.**. O critério tetrafásico de controle judicial do plano de recuperação judicial. In: Daniel Carnio Costa. (Org.). Insolvência Empresarial - Temas Essenciais. 1ed.Curitiba: Juruá, 2019, v. 1, p. 219-.
7. **COSTA, D. C.**. As varas de competência regional no Projeto de Lei 10.220/2018. In: Camila Aboud Gomes; Claudete Rosimara de Oliveira Figueiredo; Glaucia Brasil; João Carlos Scalzilli; Taciani Acerbi Cabral. (Org.). Recuperação judicial, falência e administração judicial. 1ed.Belo Horizonte: D'Plácido, 2019, v. 1, p. 113-118.
8. **COSTA, D. C.**. Enciclopédia jurídica da PUC-SP - TOMO DIREITO COMERCIAL. Recuperação judicial - procedimento. 1ed.: , 2018, v. 1, p. 1-.
9. **COSTA, D. C.**; LIMA, E. G. . A ordem econômica capitalista e sua relação com os direitos humanos e fundamentais. In: Juliana Duarte; Ricardo Sayeg. (Org.). Estudos do Capitalismo Humanista. 1ed.São Paulo: Lumen Juris, 2017, v. 1, p. 23-52.
10. **COSTA, D. C.**; LEITE, A. B. . Uma proposta de aplicação do Dip Financing nos processos de recuperação judicial de

11. **COSTA, D. C.** Reflexões sobre processos de insolvência: divisão equilibrada de ônus, superação do dualismo pendular e gestão democrática de processos. In: Bernardo Bicalho de Alvarenga Mendes. (Org.). Aspectos Polêmicos e Atuais da Lei de Recuperação de Empresas. 01ed.Belo Horizonte: D'Plácido, 2016, v. 01, p. 71-101.
12. **COSTA, D. C.** Transparency and Fiscal Responsibility in the Brazilian Government. In: William Gilles; Irene Bouhadana; Russel Weaver. (Org.). Transparency in the Open Government Era. 01ed.Paris: Imoved, 2015, v. 01, p. 167-186.
13. **COSTA, D. C.** A divisão equilibrada de ônus na recuperação judicial da empresa. In: Newton de Lucca; Miguel Pestana de Vasconcelos. (Org.). Falência, Insolvência e Recuperação de Empresas - Estudos Luso-Brasileiros. 01ed.São Paulo: Quartier Latin, 2015, v. 01, p. 47-63.
14. **COSTA, D. C.** Novas Teorias sobre Processos de Insolvência e Gestão Democrática de Processos. In: Daniel Carnio Costa. (Org.). Comentários Completos à Lei de Recuperação de Empresas e Falências, volume 1. 1ed.Curitiba: Juruá, 2015, v. 1, p. 17-62.
15. **COSTA, D. C.** Reflexões sobre Processos de Insolvência: divisão equilibrada de ônus, superação do dualismo pendular e gestão democrática de processos. In: Elias, Luís Vasco. (Org.). 10 anos da Lei de Recuperação Judicial e Falências - reflexões sobre a reestruturação empresarial no Brasil. 1ed.São Paulo: Quartier Latin, 2015, v. 1, p. 87-111.
16. **COSTA, D. C.** A responsabilidade patrimonial primária e secundária do sócio pelas dívidas da empresa. In: Gilberto Gomes Bruschi; Mônica Bonetti Couto; Ruth Maria Junqueira de A. Prado e Silva; Thomaz Henrique Junqueira de A. Pereira. (Org.). Direito Processual Empresarial. 01ed.Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, v. 01, p. 172-184.
17. **COSTA, D. C.** Princípios do Processo Coletivo e Ações Coletivas - Breves apontamentos. In: Newton de Lucca; Samantha Ribeiro Meyer-Pflug; Mariana Barboza Baeta Neves. (Org.). Direito Constitucional Contemporâneo - Homenagem ao Professor Michel Temer. 01ed.São Paulo: Quartier Latin, 2012, v. 01, p. 763-775.
18. **COSTA, D. C.** CONSIDERAÇÕES SOBRE O OBJETO DA TUTELA E A LEGITIMIDADE ATIVA NO MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO. In: Bruno Freire e Silva; Daniel Carnio Costa. (Org.). Revista Jurídica da Faculdade de Direito da Universidade de Ribeirão Preto. 1ed.Curitiba: Juruá, 2011, v. 1, p. -.
19. **COSTA, D. C.** Provas Ilícitas no Processo Civil. In: Arruda Alvim; Eduardo Arruda Alvim. (Org.). Revista Autônoma de Processo. 1ed.Curitiba: Juruá, 2009, v. 5, p. 153-168.
20. **COSTA, D. C.** As principais alterações relativas à expropriação de bens do devedor - Lei n. 11.382/06. In: Arruda Alvim e Eduardo Arruda Alvim. (Org.). Revista Autônoma de Processo. 1ed.Curitiba: Juruá, 2008, v. 04, p. 193-206.

Textos em jornais de notícias/revistas

1. **COSTA, D. C.**; Chini, Alexandre ; COELHO, C. C. J. . As ações nos juizados especiais e as recuperações judiciais de empresas. Revista Justiça & Cidadania, Rio de Janeiro/RJ, 10 ago. 2021.
2. **COSTA, D. C.** O fresh start no novo sistema de insolvência brasileiro. Revista do Advogado - AASP, São Paulo, p. 08 - 14, 02 jun. 2021.
3. **COSTA, D. C.**; REZENDE, F. A. . The brazilian bankruptcy law (14.112/2020) and cross-border insolvency framework. Insol World Q1, Londres, p. 27 - 29, 01 abr. 2021.
4. **COSTA, D. C.**; SALOMAO, L. F. . Revolução na insolvência empresarial. Jornal O Estado de São Paulo, p. A2, 04 dez. 2020.
5. **COSTA, D. C.**; CUEVA, R. V. B. . Os mecanismos de pré-insolvência nos PLs 1397/20 e 4458/2020. Migalhas, Brasil, 21 out. 2020.
6. **COSTA, D. C.**; REZENDE, F. A. O. . Brazilian Strategies for Tackling the pos-covid-19 economic crisis. INSOL WORLD, Londres, 25 ago. 2020.
7. **COSTA, D. C.** O paradoxo da recuperação judicial em tempos de pandemia. Migalhas, Brasil, 04 ago. 2020.
8. **COSTA, D. C.**; REZENDE, F. A. O. . Legislação emergencial de enfrentamento da crise é medida imperiosa. Conjur - Consultor Jurídico, Brasil, 17 jun. 2020.
9. **COSTA, D. C.**; REZENDE, F. A. O. . Estratégias de enfrentamento da crise econômica da pandemia: PL 1397/20 e o Mundo. Lex Magister, Brasil, 15 jun. 2020.
10. **COSTA, D. C.**; SALOMAO, L. F. ; ARAUJO, V. S. . Achatar a curva de crescimento das ações judiciais. Jornal O Globo, Rio de Janeiro, 09 jun. 2020.
11. **COSTA, D. C.**; SALES, C. A. M. . A importância das medidas emergenciais de prevenção de insolvência durante a pandemia. Migalhas, São Paulo, 28 maio 2020.
12. **COSTA, D. C.**; NETTO, A. E. S. . A necessária e urgente proteção da atividade econômica contra a pandemia de covid-19. Jus.com, Brasil, 01 maio 2020.
13. **COSTA, D. C.**; SALOMAO, L. F. . Coronavirus e a recuperação de empresas. Folha de São Paulo, São Paulo, 20 abr. 2020.
14. AVILA, H. A. ; SALOMAO, L. F. ; **COSTA, D. C.** . Aprimorando a insolvência empresarial. Valor Econômico, São Paulo, 04 dez. 2019.
15. **COSTA, D. C.** A importância social da recuperação de empresas. Revista Justiça & Cidadania, Rio de Janeiro/RJ, p. 1 - 1, 07 set. 2019.
16. **COSTA, D. C.** A importância da recuperação de empresas. Valor Econômico, Brasil, 12 ago. 2019.
17. **COSTA, D. C.** As consequências da violação à ordem de suspensão das execuções (stay period) - nulidade e contempt of court no direito brasileiro da insolvência empresarial. Migalhas, Brasil, 18 jun. 2019.
18. **COSTA, D. C.** Teoria da Essencialidade de Bens e as Travas Bancárias na Recuperação Judicial de Empresas. Migalhas, 18 dez. 2018.
19. **COSTA, D. C.** As vantagens da perícia prévia. A Insolvência, São Paulo, 14 dez. 2018.
20. **COSTA, D. C.** As varas especializadas de falência e recuperação judicial de competência regional. Revista Conceito Jurídico, Brasília/DF, p. 57 - 63, 16 ago. 2018.
21. **COSTA, D. C.** Varas Regionais de Insolvência. Jornal Valor Econômico, São Paulo, 13 jul. 2018.
22. **COSTA, D. C.** As Varas especializadas de competência regional no projeto de nova lei de recuperação judicial e falências (PL 10220/2018). Migalhas, Brasil, 03 jul. 2018.
23. **COSTA, D. C.** A perícia prévia em recuperação judicial de empresas - fundamentos e aplicação prática. Migalhas, Brasil, 03 abr. 2018.

26. **COSTA, D. C.** Recuperação Judicial de Empresas - as novas teorias da divisão equilibrada de ônus e da superação do dualismo pendular. Revista Justiça e Cidadania, Rio de Janeiro - RJ, p. 40 - 44, 29 nov. 2017.
27. **COSTA, D. C.** O critério tetrafásico de controle judicial do plano de recuperação judicial. Migalhas, Brasil, 24 out. 2017.
28. **COSTA, D. C.** Recuperação de Grupos de Empresas. Jornal Valor Econômico, Brasil, 16 mar. 2017.
29. **COSTA, D. C.** A recuperação judicial no novo CPC. Jornal Valor Econômico, Brasil, 02 maio 2016.
30. **COSTA, D. C.** Imóveis abandonados e processos de insolvência: causas e soluções. Opinião Jurídica n. 3 - Direito Imobiliário, São Paulo, p. 39 - 40, 01 out. 2015.
31. **COSTA, D. C.** Perfil - Daniel Carnio Costa e Paulo Furtado de Oliveira Filho. Revista Comercialista - ano 04, São Paulo, p. 07 - 23, 19 maio 2015.
32. **COSTA, D. C.** Acertando os Ponteiros. Revista do Ibajud, São Paulo, p. 24 - 31, 01 abr. 2015.
33. **COSTA, D. C.** Desafios da Lei de Recuperação de Empresas. Jornal Valor Econômico, Brasil, 10 fev. 2015.
34. **COSTA, D. C.** O encerramento da recuperação judicial de empresas. Valor Econômico, Caderno Legislação, 22 ago. 2014.
35. **COSTA, D. C.** Divisão equilibrada de ônus da Recuperação. O Valor Econômico, Brasil, 20 mar. 2014.
36. **COSTA, D. C.** A recuperação judicial deve ocorrer de forma ética e adequada. Consultor Jurídico, São Paulo - Brasil, 24 nov. 2013.
37. **COSTA, D. C.** Teoria da Distribuição Equilibrada dos ônus na Recuperação Judicial da Empresa. Carta Forense, São Paulo - Brasil, p. B18 - B18, 07 nov. 2013.
38. **COSTA, D. C.** A viabilidade da empresa como pressuposto da sua recuperação judicial. carta forense, São Paulo, 01 fev. 2013.
39. **COSTA, D. C.** Atualidades da Falência e Recuperação Judicial. Carta Forense, São Paulo, p. b18 - b19, 10 fev. 2011.
40. **COSTA, D. C.** Considerações sobre o Mandado de Segurança Coletivo: objeto da tutela e atuação dos partidos políticos. Jornal OAB Ribeirão, Ribeirão Preto/SP, p. 08 - 08, 01 mar. 2010.
41. **COSTA, D. C.** Considerações sobre as alterações relativas à expropriação de bens do devedor. Jornal da Ordem dos Advogados do Brasil - Subseção de Santos, Santos, p. 20 - 21, 01 set. 2008.
42. **COSTA, D. C.** Considerações sobre as alterações relativas à expropriação de bens do devedor - alienação por iniciativa particular e adjudicação prioritária. Notícias Forenses, Brasil, p. 22 - 23, 01 set. 2007.
43. **COSTA, D. C.** Administrador Judicial Moderno. Jornal Valor Econômico, Brasil.
44. **COSTA, D. C.** Financial Companies as creditors in the brazilian insolvency proceedings. Insol World.

Apresentações de Trabalho

1. **COSTA, D. C.** Insolvência transnacional. 2021. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
2. **COSTA, D. C.** Justiça Empresarial Especializada. 2021. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
3. **COSTA, D. C.** O novo sistema de insolvência brasileiro. 2021. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
4. **COSTA, D. C.** As recentes alterações na Lei de Recuperação Empresarial e Falência. 2021. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
5. **COSTA, D. C.** Recuperação judicial de prestadores de serviço público. 2019. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
6. **COSTA, D. C.** A comissão do CNJ para estudo de boas práticas em recuperações judiciais e falências. 2019. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
7. **COSTA, D. C.** Cross border insolvency. 2019. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
8. **COSTA, D. C.** Brazilian Insolvency System. 2019. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
9. **COSTA, D. C.** business reorganization in the brazilian system - a comparison to the US system. 2017. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
10. **COSTA, D. C.** Teoria da Deepening Insolvency - Recuperação Judicial de Empresas. 2017. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
11. **COSTA, D. C.** business reorganization in the brazilian system. 2016. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
12. **COSTA, D. C.** Big Brother - Government Involvement in Restructurings. 2016. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
13. **COSTA, D. C.** Aspectos Gerais da Recuperação Judicial. 2016. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
14. **COSTA, D. C.** Democratic case management. 2015. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
15. **COSTA, D. C.** Transparency and Fiscal Responsibility in the Brazilian Government. 2014. (Apresentação de Trabalho/Simpósio).
16. **COSTA, D. C.** Recuperação Judicial - Aspectos Polêmicos. 2013. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
17. **COSTA, D. C.** O administrador judicial e o comitê de credores. 2013. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
18. **COSTA, D. C.** Recuperação Judicial - Aspectos Gerais. 2013. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
19. **COSTA, D. C.** Conférence franco-brésilienne sur le droit des entreprises en difficultés. 2013. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

Outras produções bibliográficas

1. **COSTA, D. C.** Matemática Financeira para Peritos, 2021. (Prefácio, Pós-fácio/Prefácio)>.
2. **COSTA, D. C.** Reforma da Lei de Falências. São Paulo, 2021. (Prefácio, Pós-fácio/Prefácio)>.
3. **COSTA, D. C.** Recomendações do CNJ em Direito Recuperatório e Falimentar. Porto Alegre, 2021. (Prefácio, Pós-fácio/Prefácio)>.
4. **COSTA, D. C.** Planejamento Sucessório Empresarial: proteção patrimonial nacional e internacional. São Paulo, 2016. (Prefácio, Pós-fácio/Prefácio)>.
5. **COSTA, D. C.** Internet Banking: a responsabilidade civil das instituições financeiras. São Paulo, 2016. (Prefácio, Pós-fácio/Apresentação)>.

Produção técnica

Entrevistas, mesas redondas, programas e comentários na mídia

1. **COSTA, D. C.**; RIBEIRO, P. D. M. . Programa Entender Direito - STJ - A teoria e a prática da nova Lei de Recuperação Judicial e Falências. 2021. (Programa de rádio ou TV/Mesa redonda). 📺
2. **COSTA, D. C.**. Programa Pampa Debates. 2018. (Programa de rádio ou TV/Mesa redonda). 📺
3. **COSTA, D. C.**. Recuperação judicial pode ajudar empresas a superarem momentos de crise e a manterem suas atividades. 2018. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).
4. **COSTA, D. C.**. Banco só pode executar dívida após aprovação de plano de recuperação. 2017. (Programa de rádio ou TV/Comentário). 📺
5. **COSTA, D. C.**. Saber Direito. 2016. 📺
6. **COSTA, D. C.**. Um balanço sobre a recuperação judicial. 2016. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 📺
7. **COSTA, D. C.**. Leilões. 2016. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 📺
8. **COSTA, D. C.**. Judiciário precisa de Varas Regionais Especializadas em Recuperação Judicial. 2016. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 📺
9. **COSTA, D. C.**. Entrevista: Daniel Costa. Com lava jato, tendência é aumentar número de recuperações judiciais. 2015. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 📺
10. **COSTA, D. C.**. Programa Direito e Justiça em Foco. 2015. 📺
11. **COSTA, D. C.**. Programa Conexão Legal. 2014. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 📺
12. **COSTA, D. C.**. Jornal Bom Dia São Paulo. 2014. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 📺
13. **COSTA, D. C.**. Jornal SPTV 1a edição. 2014. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 📺
14. **COSTA, D. C.**. Magistrado inova em recuperação judicial - Juiz desburocratiza processos com gestão democrática. 2014. (Programa de rádio ou TV/Comentário). 📺
15. **COSTA, D. C.**. Jornal da Band. 2013. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 📺
16. **COSTA, D. C.**. Cartão de Visitas - <http://noticias.r7.com/record-news/programas/cartao-de-visita/>. 2012. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).
17. **COSTA, D. C.**. Programa Conexão Legal <http://www.youtube.com/watch?v=o--yMUKJX1c&feature=plcp>. 2012. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).
18. **COSTA, D. C.**. Programa Conexão Legal - www.youtube.com/watch?v=VbeabURzXJM. 2011. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).
19. **COSTA, D. C.**. Programa Conexão Legal - www.youtube.com/watch?v=_Ggw349oL8s. 2011. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).
20. **COSTA, D. C.**. JORNAL NACIONAL. 2011. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).
21. **COSTA, D. C.**. Jornal da Globo. 2011. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).
22. **COSTA, D. C.**. Programa Claquete. 2011. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).
23. **COSTA, D. C.**. Programa Cartão de Visitas - www.telehistoria.com.br/colunas/index.asp?id=10091. 2010. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).

Demais tipos de produção técnica

1. **COSTA, D. C.**. A reforma da lei de recuperação e falência. 2021. .
2. **COSTA, D. C.**. O novo sistema de insolvência empresarial brasileiro. 2021. .
3. **COSTA, D. C.**. Crise da Pandemia de Covid 19 e seus impactos nas empresas - EAD. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).
4. **COSTA, D. C.**. Global Insolvency Practice Course. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).
5. **COSTA, D. C.**. The new brazilian cross-border insolvency law. 2021. (Palestra).
6. **COSTA, D. C.**. Recuperação Judicial e Falência - Atualização de acordo com a reforma da Lei 14.112/20. 2021. (Palestra).
7. **COSTA, D. C.**. Prevenção à crise da empresa. 2021. (Palestra).
8. **COSTA, D. C.**. Os objetivos do processo de falência. 2021. (palestra).
9. **COSTA, D. C.**. Ian Fletcher Moot. 2021. (participação em concurso de julgamento simulado).
10. **COSTA, D. C.**. Reforma da Lei de Recuperação e Falências. 2021. (palestra).
11. **COSTA, D. C.**. La insolvencia de la persona natural no comerciante en Brasil. 2021. (Palestra).
12. **COSTA, D. C.**. Métodos de prevenção da crise da empresa. 2021. (Palestra).
13. **COSTA, D. C.**. Temas atuais de direito comparado: Brasil, UE e Itália. 2020. .
14. **COSTA, D. C.**. Estudos de direito comparado Brasil e Europa. 2020. .
15. **COSTA, D. C.**. Lei de Falência e Recuperação de Empresas. 2020. .
16. **COSTA, D. C.**. Aspectos relevantes do sistema de insolvência brasileiro. 2020. (Palestra).
17. **COSTA, D. C.**. Crossing Borders, Pushing Boundaries: criative use of chapter 15 Insolvency Proceedings. 2020. (Palestra).
18. **COSTA, D. C.**. Impactos da pandemia nas relações contratuais e empresariais. 2020. (Palestra).
19. **COSTA, D. C.**. Visão geral do sistema de insolvência brasileiro. 2020. (aula).
20. **COSTA, D. C.**. Facing the crisis - A global perspective. 2020. (moderação).
21. **COSTA, D. C.**. As mudanças trazidas pelo PL 6229. 2020. (Palestra).
22. **COSTA, D. C.**. Sorbonne Winter Symposium. 2019. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).
23. **COSTA, D. C.**. Curso de Recuperação Judicial e Falência. 2019. .

26. COSTA, D. C.. Views from the Bench - asset recovering in a globalized world. 2019. (Palestra).
27. COSTA, D. C.. A cessão fiduciária de recebíveis na recuperação judicial - teoria da essencialidade de bens. 2019. (Palestra).
28. COSTA, D. C.. Duplicata eletrônica e provimento 87/2019. 2019. (Palestra).
29. COSTA, D. C.. Aspectos processuais e materiais da recuperação judicial de empresas. 2019. (Palestra).
30. COSTA, D. C.; OLIVEIRA FILHO, J. R. . Lançamento dos livros Prática de Involência Empresarial e Constatação Prévia. 2019. (Palestra).
31. COSTA, D. C.. Os atos normativos do CNJ sobre insolvência empresarial. 2019. (Palestra).
32. COSTA, D. C.. Insolvência transnacional e mediação no Brasil. 2019. (Palestra).
33. COSTA, D. C.. Novas teorias em insolvência empresarial. 2019. (Palestra).
34. COSTA, D. C.. Crédito bancário e Recuperação Judicial de Empresas. 2019. (Palestra).
35. COSTA, D. C.. Lógica Econômica da Recuperação Judicial. 2019. (Palestra).
36. COSTA, D. C.. A atuação do Poder Judiciário na Recuperação de Empresas. 2019. (Palestra).
37. COSTA, D. C.. Conferência e Formação sobre Código de Recuperação e Insolvência. 2018. .
38. COSTA, D. C.. Recuperação de Empresas e Falências. 2018. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).
39. COSTA, D. C.. Recuperação judicial de empresas e falência. 2018. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).
40. COSTA, D. C.. Global Insolvency Practice Course. 2018. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).
41. COSTA, D. C.. Small Practice Insolvency Panel. 2018. .
42. COSTA, D. C.. Noth American Insolvency Roundtable. 2018. .
43. COSTA, D. C.. Introdução ao sistema de insolvência empresarial. 2018. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).
44. COSTA, D. C.. Novas teorias em insolvência empresarial. 2018. .
45. COSTA, D. C.. Insolvência empresarial no direito comparado. 2018. .
46. COSTA, D. C.. Insolvência empresarial - parte geral. 2018. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
47. COSTA, D. C.. Recuperação Judicial - aspectos gerais e princípios. 2018. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
48. COSTA, D. C.. Falência e Recuperação Judicial de Empresas. 2018. .
49. COSTA, D. C.. Aspectos práticos da lei de recuperação e falências. 2018. (Palestra).
50. COSTA, D. C.. Alienação de Ativos em processos de insolvência empresarial. 2018. (Palestra).
51. COSTA, D. C.. O administrador de empresas nas falências e recuperações judiciais. 2018. (Palestra).
52. COSTA, D. C.. Aspectos relevantes da Recuperação de Empresas. 2018. (Palestra).
53. COSTA, D. C.. Visão geral da Insolvência. 2018. (Palestra).
54. COSTA, D. C.. A contagem de prazos na recuperação judicial, segundo STJ. 2018. (Palestra).
55. COSTA, D. C.. As garantias fiduciárias em processos de insolvência empresarial. 2018. (palestra).
56. COSTA, D. C.. O administrador judicial na recuperação judicial de empresas. 2018. (Palestra).
57. COSTA, D. C.. Lógica econômica e jurídica da Recuperação Judicial de Empresas. 2018. (Palestra).
58. COSTA, D. C.. Café da manhã de Direito Recuperacional - Recuperação judicial e falência transnacional. 2018. (Palestra).
59. COSTA, D. C.. O critério tetrafásico para o controle de legalidade do plano de recuperação judicial. 2018. (Palestra).
60. COSTA, D. C.. A recuperação judicial sob o viés do investidor. 2018. (Palestra).
61. COSTA, D. C.. A lógica econômica do sistema de insolvência brasileiro - novas teorias. 2018. (Palestra).
62. COSTA, D. C.. Atualidades em falência e recuperação de empresas. 2018. (Palestra).
63. COSTA, D. C.. The brazilian crisis and effecttive recoverings. 2018. (Palestra).
64. COSTA, D. C.. Proteção de Ativos em Recuperação Judicial - Travas Bancárias. 2018. (Palestra).
65. COSTA, D. C.. O critério tetrafásico de controle judicial do plano de recuperação judicial. 2018. (Palestra).
66. COSTA, D. C.. A proteção de ativos essenciais da recuperanda - Travas Bancárias. 2018. (Palestra).
67. COSTA, D. C.. O controle judicial da legalidade do plano de recuperação judicial. 2018. (palestra).
68. COSTA, D. C.. O administrador judicial moderno. 2018. (Palestra).
69. COSTA, D. C.. Curso de Capacitação para Administração Judicial - Recuperação e Falência. 2017. .
70. COSTA, D. C.. Crossborder Insolvency - Other important jurisdictions - Brazil, India and Canada. 2017. .
71. COSTA, D. C.. The brazilian business reorganization system - An transnational approach. 2017. .
72. COSTA, D. C.. Direito dos Negócios. 2017. .
73. COSTA, D. C.. Substantive Consolidation - Corporate Groups Judicial Reorganization. 2017. .
74. COSTA, D. C.. Curso de Capacitação em Insolvência e Recuperação de Empresas para Magistrados de Moçambique - África. 2017. .
75. COSTA, D. C.. Cumprimento de Sentença. 2017. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
76. COSTA, D. C.. Cumprimento de sentença. 2017. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
77. COSTA, D. C.. Recuperação Judicial de Empresas - Tendências legislativas. 2017. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).
78. COSTA, D. C.. Fight Against Corruption in Brazil. 2017. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).
79. COSTA, D. C.. 17th Annual III Conference. 2017. .
80. COSTA, D. C.. Boas práticas em recuperação judicial de empresas. 2017. .
81. COSTA, D. C.. A perícia previa e os sistemas de insolvência. 2017. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).
82. COSTA, D. C.. Insolvência empresarial - credores sujeitos, competência, litisconsórcio e consolidação. 2017. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).
83. COSTA, D. C.. Recuperação judicial e falências - tendências de alteração legislativa. 2017. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).
84. COSTA, D. C.. Curso de Recuperação Judicial e Falências - Tendências de Alterações Legislativas. 2017. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).
85. COSTA, D. C.. Bankruptcy Program. 2017. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).
86. COSTA, D. C.. Commercial Law and Insolvency Law Program. 2017. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).
87. COSTA, D. C.. Presentation of papers for the International Journal of Insolvency Law. 2017. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

90. **COSTA, D. C.**. Tendências de mudanças na Lei de Recuperação Judicial de Empresas - Temas fundamentais. 2017. (Palestra).
91. **COSTA, D. C.**. A reforma da Lei de Recuperação de Empresas e Novas Teorias - Abertura da Semana Jurídica da Unisantos. 2017. (Palestra).
92. **COSTA, D. C.**. Recuperação de Empresas - Aspectos fundamentais. 2017. (Palestra).
93. **COSTA, D. C.**. A desconsideração da personalidade jurídica. 2017. (Palestra).
94. **COSTA, D. C.**. Os créditos fiduciários na recuperação judicial. 2017. (Palestra).
95. **COSTA, D. C.**. Execução no Processo Civil Brasileiro. 2016. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
96. **COSTA, D. C.**. Execução de Título Extrajudicial no novo CPC. 2016. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
97. **COSTA, D. C.**. The Brazilian Economic Crisis and Effective Restructuring. 2016. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
98. **COSTA, D. C.**. business reorganization in the brazilian system. 2016. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).
99. **COSTA, D. C.**. Brazil and the US: the outlook from two prominent bankruptcy judges. 2016. .
100. **COSTA, D. C.**. The brazilian business reorganization system - An transnational approach. 2016. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).
101. **COSTA, D. C.**. A efetividade da recuperação judicial. 2016. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).
102. **COSTA, D. C.**. DROIT DES SOCIETES ET ENTREPRISES EN DIFFICULTÉS. 2016. .
103. **COSTA, D. C.**. Business Reorganization in the Brazilian Law. 2016. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).
104. **COSTA, D. C.**. Recuperação Judicial de Empresas. 2016. .
105. **COSTA, D. C.**. Recuperação Judicial na perspectiva do direito comparado. 2016. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).
106. **COSTA, D. C.**. O novo CPC e a Recuperação Judicial de Empresas. 2016. (Palestra).
107. **COSTA, D. C.**. Recuperação Judicial Efetiva - III Colóquio Internacional de Empresas em Crise. 2016. (Palestra).
108. **COSTA, D. C.**. business reorganization in the brazilian system. 2016. (Palestra).
109. **COSTA, D. C.**. Novas teorias sobre processos de insolvência. 2016. (Palestra).
110. **COSTA, D. C.**. Reestruturação de Empresas: novas estratégias e desafios. 2016. (Palestra).
111. **COSTA, D. C.**. Reestruturação de Empresas - Visão do Poder Judiciário. 2016. (Palestra).
112. **COSTA, D. C.**. Efetividade da Recuperação Judicial de Empresas. 2016. (Palestra).
113. **COSTA, D. C.**. Requisitos de uma recuperação judicial efetiva. 2016. (Palestra).
114. **COSTA, D. C.**. Recuperação judicial: bate-papo com Juiz. 2016. (Palestra).
115. **COSTA, D. C.; LIMA, E. G. .** A ordem capitalista e sua relação com os direitos humanos e fundamentais. 2016. (Palestra).
116. **COSTA, D. C.; LEITE, A. B. .** Uma proposta de aplicação do DIP financing nos processos de recuperação judicial de empresas no Brasil. 2016. (Palestra).
117. **COSTA, D. C.**. Aspectos práticos do processo de recuperação judicial. 2016. (Palestra).
118. **COSTA, D. C.**. OS REFLEXOS DO NOVO CPC NOS PROCEDIMENTOS DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE EMPRESAS. 2016. (Palestra).
119. **COSTA, D. C.**. Reestruturação de Empresas: desafios e estratégias para renegociação de dívidas. 2016. (Palestra).
120. **COSTA, D. C.**. Aspectos Gerais da Recuperação Judicial. 2016. (Palestra).
121. **COSTA, D. C.**. Business Reorganization in the Brazilian Law. 2015. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).
122. **COSTA, D. C.**. Da Execução contra a Fazenda Pública no novo Código de Processo Civil. 2015. .
123. **COSTA, D. C.**. Escola de Primavera da Sorbonne: Instituições da União Européia. 2015. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).
124. **COSTA, D. C.**. Execução e Cumprimento de Sentença. 2015. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
125. **COSTA, D. C.**. Sentença, Coisa Julgada e Recursos no novo CPC. 2015. .
126. **COSTA, D. C.**. Curso Avançado de Recuperação Judicial e Falência. 2015. .
127. **COSTA, D. C.**. Especialização Profissionalizante Direito Negocial Comparado - Brasil/França/EU. 2015. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
128. **COSTA, D. C.**. Insolvency in the Brazilian System - Business Reorganization - Main Features. 2015. .
129. **COSTA, D. C.**. Curso de Recuperação Judicial de Empresas para Magistrados. 2015. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).
130. **COSTA, D. C.**. Curso de Formação Inicial - Segunda Etapa e Curso de Formação Continuada para Magistrados sobre Recuperação Judicial de Empresa. 2015. .
131. **COSTA, D. C.**. Os poderes do juiz na Recuperação Judicial. 2015. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
132. **COSTA, D. C.**. Plano de recuperação judicial: cumprimento, alteração das obrigações e período de fiscalização judicial. 2015. (Palestra).
133. **COSTA, D. C.**. White Collar Crimes in the Brazilian System (Bankruptcy Crimes). 2015. (Palestra).
134. **COSTA, D. C.**. Novas Teorias sobre Recuperação Judicial de Empresas. 2015. (Palestra).
135. **COSTA, D. C.**. Crise Econômica e Recuperação de Empresas. 2015. (Palestra).
136. **COSTA, D. C.**. Vara de Falências e Recuperação Judicial. Concurso de Credores. Administração da Massa Falida. 2015. (Palestra).
137. **COSTA, D. C.**. Princípios Gerais da Recuperação de Empresas. 2015. (Palestra).
138. **COSTA, D. C.**. Teoria e Boas Práticas de Recuperação Judicial. 2015. (Palestra).
139. **COSTA, D. C.**. Teoria Geral do Processo. 2014. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
140. **COSTA, D. C.**. Falência de Instituições Financeiras. Questões Atuais e Jurisprudenciais. 2014. .
141. **COSTA, D. C.**. O encerramento da recuperação judicial e a superação do dualismo pendular. 2014. .
142. **COSTA, D. C.**. Teoria Geral dos Recursos. 2014. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
143. **COSTA, D. C.**. Recursos Cíveis e Ações de Impugnação. 2014. (Curso de curta duração ministrado/Especialização). -
144. **COSTA, D. C.**. Cooperação Internacional em Falências. 2014. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).
145. **COSTA, D. C.**. As instituições financeiras na recuperação judicial - atualidades. 2014. .
146. **COSTA, D. C.**. 2o Curso de Formação e Reciclagem de Administradores Judiciais do Brasil. 2014. .

149. COSTA, D. C.. Transparency and Fiscal Responsibility in the Brazilian Government. 2014. (Palestra).
150. COSTA, D. C.. Tutelas de Urgência - Parte Geral e Parte Especial. 2014. (Palestra).
151. COSTA, D. C.. Ação Civil Pública contra Sindicato. 2014. (Palestra).
152. COSTA, D. C.. business reorganization in the brazilian system. 2014. (Palestra).
153. COSTA, D. C.. Falência de Instituições Financeiras. 2014. (Palestra).
154. COSTA, D. C.. A distribuição equilibrada de ônus da recuperação judicial de empresas. 2014. (Palestra).
155. COSTA, D. C.. Encerramento da Falência. 2014. (Palestra).
156. COSTA, D. C.. Recuperação Judicial - Distribuição equilibrada de ônus e superação do dualismo pendular. 2014. (Palestra).
157. COSTA, D. C.. Recuperação Judicial de Empresas - Novas Teorias. 2014. (Palestra).
158. COSTA, D. C.. Teoria Geral dos Recursos Cíveis. 2014. (Palestra).
159. COSTA, D. C.. Recuperação Judicial e Instituições Financeiras. 2014. (Palestra).
160. COSTA, D. C.. O uso da informação na Era digital - Questões legais francesas e brasileiras. 2014. (Palestra).
161. COSTA, D. C.. A visão moderna do administrador judicial em relação à falência e à recuperação de empresas. 2013. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).
162. COSTA, D. C.. As defesas do devedor em juízo. 2013. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
163. COSTA, D. C.. 1o Curso de Formação e Reciclagem de Administradores Judiciais do Brasil. 2013. .
164. COSTA, D. C.. Personal Bankruptcy. 2013. (Palestra).
165. COSTA, D. C.. O papel do contador na recuperação judicial da empresa. 2013. (Palestra).
166. COSTA, D. C.. O perfil do administrador judicial moderno. 2013. (Palestra).
167. COSTA, D. C.. Tutelas de Urgência de Ofício. 2013. (Palestra).
168. COSTA, D. C.. Judicial Secrecy and Suspension of Adversarial Proceedings. 2013. (Palestra).
169. COSTA, D. C.. Recuperação de Empresas - Aspectos Relevantes. 2013. (Palestra).
170. COSTA, D. C.. Mobile Courts. 2013. (Palestra).
171. COSTA, D. C.. A atuação desejável do Administrador Judicial. 2013. (Palestra).
172. COSTA, D. C.. Teoria Geral do Processo e Reformas Processuais. 2012. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
173. COSTA, D. C.. Atos Processuais. 2012. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
174. COSTA, D. C.. Recursos no Processo Civil. 2012. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
175. COSTA, D. C.. Recursos em Espécie no Processo Civil. 2012. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
176. COSTA, D. C.. Execução no Processo Civil Brasileiro. 2012. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
177. COSTA, D. C.. Recuperação Judicial - Aspectos Gerais. 2012. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
178. COSTA, D. C.. Tutelas de Urgência. 2012. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).
179. COSTA, D. C.. A experiência prática da Vara de Falências. 2012. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
180. COSTA, D. C.. Teoria Geral dos Recursos. 2012. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
181. COSTA, D. C.. Execução no Processo Civil - Parte Especial. 2012. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
182. COSTA, D. C.. Cumprimento de sentença e Execução de títulos extrajudiciais. 2012. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
183. COSTA, D. C.. Negociação em Recuperações Judiciais de Empresas. 2012. (Palestra).
184. COSTA, D. C.. A recuperação de ativos na falência. 2012. (Palestra).
185. COSTA, D. C.. Assets Recovering under Brazilian Legal System. 2012. (Palestra).
186. COSTA, D. C.. Medidas de Urgência. 2012. (Palestra).
187. COSTA, D. C.. Teoria Geral dos Recursos. 2011. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
188. COSTA, D. C.. Recursos em Espécie. 2011. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
189. COSTA, D. C.. Teoria Geral do Processo Cautelar. 2011. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
190. COSTA, D. C.. Teoria Geral do Processo e Reformas Processuais. 2011. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
191. COSTA, D. C.. As alterações do Projeto de Código de Processo Civil. 2011. (Curso de curta duração ministrado/Outra).
192. COSTA, D. C.. O código de processo civil vigente e a visão comparativa com o projeto de CPC em tramitação no Congresso Nacional. 2011. .
193. COSTA, D. C.. Processo Cautelar - Parte Especial. 2011. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
194. COSTA, D. C.. Teoria Geral do Processo e Reformas Processuais. 2011. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
195. COSTA, D. C.. Comentários ao Projeto de Código de Processo Civil Brasileiro. 2011. (Palestra).
196. COSTA, D. C.. Aspectos Polêmicos do Projeto de CPC. 2011. (Palestra).
197. COSTA, D. C.. Tutelas de Urgência no Processo Civil. 2011. (Palestra).
198. COSTA, D. C.. A responsabilidade patrimonial e a recuperação de ativos desviados da massa falida. 2011. (Palestra).
199. COSTA, D. C.. Teoria Geral do Processo e Reformas Processuais. 2010. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
200. COSTA, D. C.. A liquidação de sentença e a Execução no Direito do Consumidor. 2010. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
201. COSTA, D. C.. A nova execução em forma de cumprimento de sentença. 2010. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).
202. COSTA, D. C.. Teoria Geral do Processo e Reformas Processuais. 2010. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
203. COSTA, D. C.. Processo Cautelar. 2010. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
204. COSTA, D. C.. Sentença e Coisa Julgada. 2010. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
205. COSTA, D. C.. Teoria Geral do Processo e Reformas Legislativas. 2010. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
206. COSTA, D. C.. Teoria Geral do Processo e Reformas Processuais. 2010. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
207. COSTA, D. C.. Execução no Processo Civil Brasileiro. 2010. (Palestra).
208. COSTA, D. C.. Processo Cautelar. 2010. (Palestra).
209. COSTA, D. C.. Aspectos Relevantes da Execução Civil. 2010. (Palestra).
210. COSTA, D. C.. Justiça em Progressão Geométrica - A efetividade do processo coletivo. 2010. (Palestra).
211. COSTA, D. C.. Lançamento do livro Danos Individuais e Ações Coletivas. 2010. (Palestra).
212. COSTA, D. C.. Serapiação, Divórcio e Inventário e partilha extrajudiciais. 2010. (Palestra).
213. COSTA, D. C.. Agravo de Instrumento. 2010. (Palestra).

216. **COSTA, D. C.**. As Tutelas de Urgência no Projeto de CPC. 2010. (Palestra).
217. **COSTA, D. C.**. As alterações trazidas pelo projeto de código de processo civil em tramitação pelo Congresso Nacional. 2010. (Palestra).
218. **COSTA, D. C.**. A reforma do Código de Processo Civil. 2010. (Palestra).
219. **COSTA, D. C.**. Recursos no Processo Civil. 2009. (Palestra).
220. **COSTA, D. C.**. Processo Cautelar. 2009. (Palestra).
221. **COSTA, D. C.**. Execução no Processo Registral. 2009. (Palestra).
222. **COSTA, D. C.**. Aspectos Polêmicos do novo sistema de execução brasileiro. 2009. (Palestra).
223. **COSTA, D. C.**. Mandado de Segurança Coletivo. 2009. (Palestra).
224. **COSTA, D. C.**. Aspectos processuais da defesa do consumidor em juízo. 2009. (Palestra).
225. **COSTA, D. C.**. Princípios Constitucionais do Processo Civil. 2009. (Palestra).
226. **COSTA, D. C.**. Execução de título extrajudicial e cumprimento de sentença. 2008. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
227. **COSTA, D. C.**. Expropriação de bens no processo civil. 2008. .
228. **COSTA, D. C.**. A posse e a proteção possessória. 2008. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
229. **COSTA, D. C.**. Recursos no Processo Civil. 2008. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
230. **COSTA, D. C.**. Processo Cautelar. 2008. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
231. **COSTA, D. C.**. Processo Coletivo. 2008. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
232. **COSTA, D. C.**. Processo Cautelar. 2008. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
233. **COSTA, D. C.**. Recursos em espécie. 2008. (Palestra).
234. **COSTA, D. C.**. Posse e a Proteção Possessória. 2008. (Palestra).
235. **COSTA, D. C.**. Ações Cautelares. 2008. (Palestra).
236. ☆ **COSTA, D. C.**. O novo processo de execução de título extrajudicial e cumprimento de sentença - Lei nº 11.232/06 e Lei nº 11.382/06. 2007. .
237. **COSTA, D. C.**. O novo processo de execução de títulos extrajudiciais (Lei n. 11.382/06). 2007. (palestra).
238. **COSTA, D. C.**. Justiça Geométrica - Processo Coletivo. 2007. (Palestra).
239. **COSTA, D. C.**. As Tutelas de Urgência. 2007. (Palestra).
240. **COSTA, D. C.**. A expropriação de bens no novo sistema de execução civil brasileiro. 2007. (palestra).
241. **COSTA, D. C.**. Embargos de Declaração e Embargos Infringentes. 2007. (palestra).
242. **COSTA, D. C.**. Expropriação de Bens no Novo Sistema de Execução. 2007. (Palestra).
243. ☆ **COSTA, D. C.**. O Novo Processo de Execução de Sentença. 2006. .
244. **COSTA, D. C.**. O novo processo de execução de sentença ? Lei nº 11.232/05. 2006. (Palestra).
245. **COSTA, D. C.**. Mandado de Segurança. 2006. (Palestra).
246. **COSTA, D. C.**. Grandes Líderes/Cidadania em Conflito/Ética, proferida no 1º RILA (Prêmio Rotário de Liderança Juvenil). 2000. (Palestra).

Bancas

Participação em bancas de trabalhos de conclusão

Mestrado

1. **COSTA, D. C.**; BEZERRA FILHO, M. J.; FINKELSTEIN, M. E.. Participação em banca de Alexandre Borges Leite. Assembleia mista na recuperação judicial: uma proposta para ampliar a participação na assembleia geral de credores. 2020. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
2. **WAISBERG, I.**; BEZERRA FILHO, M. J.; **COSTA, D. C.**. Participação em banca de Carlos Eduardo Quadros Domingos. Da aplicabilidade do negócio jurídico processual na recuperação judicial de empresas. 2018. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
3. **COSTA, D. C.**; Almeida, Marcus Elidius Michelli; **WAISBERG, I.**. Participação em banca de Liv Machado. O papel do juiz no controle de legalidade na concessão da recuperação judicial. 2015. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
4. Miranda, GD; Rios, JO; **COSTA, D. C.**. Participação em banca de Marcelo Coutinho da Silveira. O incidente de resolução de demandas repetitivas no CPC/2015: acesso à justiça, influências e perspectivas. 2015. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Teses de doutorado

1. **COSTA, D. C.**; **WAISBERG, I.**; daniel blinkstein; **SOUZA JUNIOR, F. S.**; Sacramone, M. Participação em banca de Diogo Cressoni Jovetta. A natureza jurídica do poder de controle na sociedade anônima. 2017. Tese (Doutorado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
2. **COSTA, D. C.**; **AMORIM, J. R. N.**; Sacramone, M; Benacchio, Marcelo; Sayeg, Ricardo. Participação em banca de Tae Young Cho. Mediação e Conciliação como Instrumentos de Governança na Recuperação Judicial. 2017. Tese (Doutorado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
3. **COSTA, D. C.**; Benacchio, Marcelo; Sayeg, Ricardo; **ARRUDA, A. C. M.**; **CASTANHATO, C.**. Participação em banca de João Carlos Azuma. O Pacto Global das Nações Unidas: Uma via para a Responsabilização das Empresas pela Concretização dos Direitos Humanos. 2014. Tese (Doutorado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

5. **COSTA, D. C.;** Sayeg. Ricardo; Nazar, Nelson; Guerra, Willis Santiago; Benacchio, Marcelo. Participação em banca de Antônio Carlos Matteis de Arruda Júnior. Capitalismo Humanista não é Socialismo. 2013. Tese (Doutorado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
6. **COSTA, D. C.;** Sayeg. Ricardo; Guerra, Willis Santiago; DINAMARCO, M. C. A.; HINZ, H. M.. Participação em banca de Camila Castanhato. Liberdade. 2013. Tese (Doutorado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Monografias de cursos de aperfeiçoamento/especialização

1. **COSTA, D. C.;** César Peguini; Paulo Rogério. Participação em banca de Camila Darahem Mabtum. Prazo de quinze dias do art. 475-J do Código de Processo Civil. 2010. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito) - Faculdade Autônoma de Direito de São Paulo.
2. **COSTA, D. C.;** César Peguini; Paulo Rogério. Participação em banca de Denise Ferrari Maeda. A interpretação do Art. 475-J, parágrafo primeiro do CPC. 2010. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito) - Faculdade Autônoma de Direito de São Paulo.
3. **COSTA, D. C.;** César Peguini; Paulo Rogério. Participação em banca de Aline Quian Namorato. Repercussão Geral no Recurso Extraordinário. 2010. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito) - Faculdade Autônoma de Direito de São Paulo.
4. **COSTA, D. C.;** Rolando Maria da Luz. Participação em banca de Mariana Russi Cairo. Medidas Urgentes nos Tribunais. 2010. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito) - Faculdade Autônoma de Direito de São Paulo.
5. **COSTA, D. C.;** Rolando Maria da Luz. Participação em banca de Sandra Silveira de Castro. O art. 475-J do CPC. 2010. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito) - Faculdade Autônoma de Direito de São Paulo.
6. **COSTA, D. C.;** Rolando Maria da Luz. Participação em banca de Glauco Mazetto Tavares de Moreira. O Amicus Curiae no Ordenamento Jurídico Pátrio e sua Presença no Recurso Extraordinário. 2010. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito) - Faculdade Autônoma de Direito de São Paulo.
7. **COSTA, D. C.;** Rolando Maria da Luz. Participação em banca de Silvia Elena Vettorazzo. A participação do Amicus Curiae no Procedimento da Repercussão Geral e da Súmula Vinculante. 2010. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito) - Faculdade Autônoma de Direito de São Paulo.
8. **COSTA, D. C.;** Rolando Maria da Luz. Participação em banca de Aline Maria Nakamura. A nova lei do Mandado de Segurança - Análise de Aspectos Pontuais. 2010. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito) - Faculdade Autônoma de Direito de São Paulo.
9. **COSTA, D. C.;** Paulo Rogério; Rolando Maria da Luz. Participação em banca de Luiza de Albuquerque Moreno Cardoso. Tutela Antecipada da Parte Incontroversa da Demanda (art. 273, par. 6, CPC). 2010. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito) - Faculdade Autônoma de Direito de São Paulo.
10. **COSTA, D. C.;** Paulo Rogério; Rolando Maria da Luz. Participação em banca de Karen Kahrle. Tutela Antecipada. 2010. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito) - Faculdade Autônoma de Direito de São Paulo.
11. **COSTA, D. C.;** Paulo Rogério; Rolando Maria da Luz. Participação em banca de Letícia de Cássia Salvador Albanesi. Meios Impugnativos à Coisa Julgada. 2010. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito) - Faculdade Autônoma de Direito de São Paulo.
12. **COSTA, D. C.;** Paulo Rogério; Rolando Maria da Luz. Participação em banca de Ana Braga Nobre Correia. Recurso Extraordinário e a Repercussão Geral. 2010. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito) - Faculdade Autônoma de Direito de São Paulo.

Trabalhos de conclusão de curso de graduação

1. **COSTA, D. C.;** GOMES, T. Q.; FERNANDES, R.. Participação em banca de Luciano dos Santos Silva. Inquerito Policial Militar. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade de Ribeirão Preto.
2. **COSTA, D. C.;** GOMES, T. Q.; FERNANDES, R.. Participação em banca de Antonio Silva de Lirio. Precatórios e Requisitórios. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade de Ribeirão Preto.
3. **COSTA, D. C.;** Buschatsky, Daniel; Tupinambá, Fábio. Participação em banca de Lucyene Bertulini Theodoro. A tutela antecipada e a possibilidade de concessão inaudita altera parte. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em direito) - Faculdade Autônoma de Direito de São Paulo.
4. **COSTA, D. C.;** Buschatsky, Daniel; Tupinambá, Fábio. Participação em banca de Thais D' Oliveira Leão. Efetividade do processo e técnica processual. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em direito) - Faculdade Autônoma de Direito de São Paulo.
5. **COSTA, D. C.;** Buschatsky, Daniel; Tupinambá, Fábio. Participação em banca de Álvaro Alberto Souto Barreto Rezende. Aspectos Sensíveis da Alienação Fiduciária de Bens Imóveis em Garantia. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em direito) - Faculdade Autônoma de Direito de São Paulo.
6. **COSTA, D. C.;** Buschatsky, Daniel; Tupinambá, Fábio. Participação em banca de Rodrigo Ferreira Siqueira de Mello. Repercussão Geral no Recurso Extraordinário. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em direito) - Faculdade Autônoma de Direito de São Paulo.
7. **COSTA, D. C.;** Buschatsky, Daniel; Tupinambá, Fábio. Participação em banca de Luize Coutinho Domingos. A função social da posse. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em direito) - Faculdade Autônoma de Direito de São Paulo.
8. **COSTA, D. C.;** Buschatsky, Daniel; Tupinambá, Fábio. Participação em banca de Beatriz Moura Campos Pacheco. Os contratos de parceria públicos privados e a arbitragem. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em direito) - Faculdade Autônoma de Direito de São Paulo.
9. **COSTA, D. C.;** Participação em banca de Carlos Eduardo Alves do Nascimento. A poluição visual e o direito urbanístico. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade de Ribeirão Preto.
10. **COSTA, D. C.;** Participação em banca de Eva Maria Alexandrino Costa. Da fiança criminal. 2005. Trabalho de Conclusão de

12. **COSTA, D. C..** Participação em banca de Washington Luiz Maceió de Carvalho.A problemática da inexistência de tipicidade do sequestro relâmpago no ordenamento jurídico brasileiro. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade de Ribeirão Preto.
13. **COSTA, D. C..** Participação em banca de Alexandre Cardoso.Eutanásia: homicídio piedoso. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade de Ribeirão Preto.
14. **COSTA, D. C..** Participação em banca de Lia Nunes Barbosa Bastazini.Da obrigatoriedade do pagamento das contribuições de segurabnça, observação, manutenção e serviços para associação de moradores em loteamentos fechados no município de Guarujá. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade de Ribeirão Preto.
15. **COSTA, D. C..** Participação em banca de Milena de Mattos Destro.A eficácia das medidas socio-educativas. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade de Ribeirão Preto.
16. **COSTA, D. C..** Participação em banca de Elizete Ferreira.A adoção internacional à luz do ordenamento jurídico. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade de Ribeirão Preto.
17. **COSTA, D. C..** Participação em banca de Ana Karolina Miguerditchian.A problemática da configuração do concurso de pessoas no crime de infanticídio no ordenamento jurídico brasileiro. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade de Ribeirão Preto.

Participação em bancas de comissões julgadoras

Outras participações

1. **COSTA, D. C..** Julgamento simulado em caso de insolvência transnacional. 2018. University of British Columbia.

Eventos

Participação em eventos, congressos, exposições e feiras

1. 1o Congresso de Recuperação de Empresas e Falências do Centro-Oeste. Objetivos da reforma da Lei de Recuperação de Empresas. 2021. (Congresso).
2. Congresso Internacional de Insolvência Transnacional. Comunicação direta entre juízos de insolvência e Resolução 394 CNJ. 2021. (Congresso).
3. Congresso Internacional Empresa, Sociedade e Pandemia. Métodos de prevenção da crise da empresa. 2021. (Congresso).
4. 1 Congresso Luso-Brasileiro de Direito da Empresa. O crédito bancário na recuperação judicial. 2019. (Congresso).
5. 1 Seminário de Direito da Insolvência no Estado do Espírito Santo.A proteção de ativos essenciais e a cessão fiduciária de recebíveis na recuperação judicial - a trava bancária. 2018. (Seminário).
6. Annual Review of Insolvency Law. 2018. (Congresso).
7. Insolvency - Comparative Law.The brazilian crisis and effective recoverings. 2018. (Seminário).
8. A docencia no ensino superior - reflexões sobre a prática desenvolvida em sala de aula dd. 2015. (Seminário).
9. Spring School - sorbonne.White Collar Crimes in the Brazilian System (Bankruptcy Crimes). 2015. (Outra).
10. VII Congresso TMA Brasil de Reestruturação e Recuperação de Empresas. Insolvência transnacional. 2015. (Congresso).
11. autumn school - sorbonne.Teoría da Superação do Dualismo Pendular. 2014. (Outra).
12. L'impact de la revolution numérique sur le droit.Presidencia de mesa de trabalhos. 2014. (Simpósio).
13. Spring School - sorbonne.Novas teorias sobre processos de insolvência. 2014. (Outra).
14. 3rd Annual São Paulo Conference on Fraud, Asset Recovery & Cross-border Insolvency Cooperation.Judicial Secrecy and Suspension of Adversarial Proceedings. 2013. (Seminário).
15. 5 Congresso TMA Brasil de Reestruturação e Recuperação de Empresas de. A atuação desejável do Administrador Judicial. 2013. (Congresso).
16. 66a Reunião do Fórum Permanente da EMERJ.Coisa Julgada no Projeto de CPC. 2013. (Seminário).
17. Autumn School - Sorbonne.Processos de Insolvência na Legislação Brasileira. 2013. (Seminário).
18. Law, Justice and Development. Mobile Courts. 2013. (Congresso).
19. Congresso do Capitalismo Humanista e a Recuperação de Empresas sa. Recuperação de Ativos na Falência. 2012. (Congresso).
20. Aulas Magnas - Atualização Permanente (questões práticas sobre a tutela antecipada) - Antônio Raphael Silva Salvador. 2011. (Encontro).
21. Aulas Magnas - Atualização Permanente (responsabilidade civil por fato do produto no CDC0 - Marcelo Benacchio. 2011. (Encontro).
22. Encontro Regional da AASP. 2011. (Simpósio).
23. Jornada PUCSP: Brasil Europa. Capitalismo Humanista, Mercado e Consumo em Homenagem ao Decano de Direito Econômico Prof. Dr. Nelson Nazar, Desembargador Federal do Trabalho, Presidente do Colendo Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região..Capitalismo Humanista. 2011. (Simpósio).
24. Simpósio Internacional sobre fraude internacional e recuperação de ativos e cooperação transnacional de insolvência.Responsabilidade Patrimonial e recuperação de ativos desviados da massa falida segundo a lei brasileira. 2011. (Simpósio).

27. Semana Jurídica. Justiça Geométrica - O Processo Coletivo. 2007. (Outra).
28. A Ética na Atividade Empresarial. sem apresentação. 2006. (Seminário).
29. Semana Jurídica. O novo processo de execução de sentença - Lei nº 11.232/05. 2006. (Outra).
30. Semana Jurídica. Mandado de Segurança. 2006. (Outra).
31. 1º RILA - Prêmio Rotário de Liderança Juvenil. Grandes Líderes / Cidadania em conflito/ética. 2000. (Outra).
32. 3º Seminário Internacional do Instituto Brasileiro de ciências Criminasi: "Novos Rumos do Direito Penal e Processual Penal". 1997. (Seminário).
33. Painel sobre a Reforma Criminal. 1997. (Outra).
34. Curso Preparatório para Concursos Públicos. 1997. (Outra).
35. Painel de Debates sobre Prevenção e combate à Violência nos Estádios de futebol. 1996. (Outra).
36. Curso sobre as eleições 96. 1996. (Outra).
37. Ciclo de Estudos sobre a Tutela Penal dos Interesses Difusos e coletivos. 1996. (Outra).
38. Palestra "Multa e Revelia - Alterações nos Códigos Penal e Processo Penal". 1995. (Outra).
39. 1º Curso de Estagiários do Ministério Público. 1995. (Outra).
40. III Encontro Nacional de Direito Constitucional. 1994. (Encontro).

Organização de eventos, congressos, exposições e feiras

1. **COSTA, D. C.**. A nova recuperação empresarial. 2021. (Outro).
2. **COSTA, D. C.**. O novo sistema de falências brasileiro. 2021. (Congresso).
3. **COSTA, D. C.**; AVILA, H. A. ; NOLASCO, R. . Congresso Internacional de Insolvência Transnacional. 2021. (Congresso).
4. **COSTA, D. C.**. Curso sobre direito comparado - Brasil e EUA. 2019. (Congresso).
5. **COSTA, D. C.**. Curso de Extensão em Legislação de Insolvência. 2015. (Outro).
6. **COSTA, D. C.**. Spring School - Sorbonne. 2015. (Outro).
7. **COSTA, D. C.**. Curso Avançado de Recuperação Judicial e Falência. 2015. (Outro).
8. **COSTA, D. C.**. Spring School - Sorbonne. 2014. (Outro).
9. **COSTA, D. C.**. Autumn School - Sorbonne. 2014. (Outro).
10. **COSTA, D. C.**. 2o Curso de Formação e Reciclagem de Administradores Judiciais do Ibajud. 2014. (Outro).
11. **COSTA, D. C.**; Sayeg. Ricardo ; Guerra. Willis Santiago ; Balera. Wagner ; Filho. João Negrini ; Benacchio. Marcelo . Jornada Mundial de Direitos Humanos - O Novo Constitucionalismo. 2013. (Congresso).
12. **COSTA, D. C.**. 1o Curso de Formação e Reciclagem de Administradores Judiciais do Brasil do IBAJUD. 2013. (Outro).
13. **COSTA, D. C.**. Autumn School - Sorbonne. 2013. (Outro).
14. **COSTA, D. C.**; Sayeg. Ricardo ; Meyer-Pflug. Samantha ; Pereira Calças. Manoel . Congresso PUC - EPM do Capitalismo Humanista e Recuperação de Empresas. 2012. (Congresso).
15. **COSTA, D. C.**. Semana Jurídica da Unaerp. 2012. (Exposição).
16. **COSTA, D. C.**. Minissimpósio sobre fraude internacional e recuperação de ativos e cooperação transnacional de insolvência. 2011. (Outro).
17. **COSTA, D. C.**. Semana Jurídica da Unaerp/GJA. 2011. (Outro).
18. **COSTA, D. C.**. SEMANA JURÍDICA. 2010. (Exposição).
19. **COSTA, D. C.**. Jornada do Direito da Unaerp. 2010. (Exposição).
20. **COSTA, D. C.**. SEMANA JURÍDICA. 2007. (Outro).
21. **COSTA, D. C.**. SEMANA JURÍDICA - 2º SEMESTRE. 2007. (Outro).
22. **COSTA, D. C.**. SEMANA JURÍDICA. 2006. (Outro).
23. **COSTA, D. C.**. SEMANA JURÍDICA - segundo semestre. 2006. (Outro).

Orientações

Orientações e supervisões concluídas

Monografia de conclusão de curso de aperfeiçoamento/especialização

1. Elaine Amâncio. DIP financing na recuperação judicial. 2017. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização em Falência e Recuperação Judicial) - Faculdade Autônoma de Direito. Orientador: Daniel Carnio Costa.
2. Newton Toshiyuki. Viabilidade econômica como pressuposto da recuperação judicial. 2017. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização em Falência e Recuperação Judicial) - Faculdade Autônoma de Direito. Orientador: Daniel Carnio Costa.
3. Claudia Sandrini. Procedimentos práticos para assembleia de credores. 2017. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização em Falência e Recuperação Judicial) - Faculdade Autônoma de Direito. Orientador: Daniel Carnio Costa.
4. Felipe Valente Maluly. A sucessão com relação ao adquirente da UPI na recuperação judicial. 2017. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização em Falência e Recuperação Judicial) - Faculdade Autônoma de Direito. Orientador: Daniel Carnio Costa.
5. Gaby Catana. O art. 49, caput, da Lei 11.101/05 - dos créditos existentes na data do pedido de recuperação judicial. 2017. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização em Falência e Recuperação Judicial) - Faculdade Autônoma de Direito. Orientador: Daniel Carnio Costa.
6. Guilherme Tanouye Montini. Verificação de créditos na recuperação judicial. 2017. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização em Falência e Recuperação Judicial) - Faculdade Autônoma de Direito.

7. Jackson Fernandes Carlos. Plano de recuperação judicial - os limites das cláusulas de pagamento e o tratamento diferenciado entre credores. 2017. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização em Falência e Recuperação Judicial) - Faculdade Autônoma de Direito. Orientador: Daniel Carnio Costa.
8. Reinaldo Luiz Rossi. Abuso do Direito de voto na AGC de Recuperação Judicial de Empresas. 2017. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização em Falência e Recuperação Judicial) - Faculdade Autônoma de Direito. Orientador: Daniel Carnio Costa.
9. Adriana Carla Bianco. Pontos polêmicos da objeção ao plano de recuperação judicial. 2017. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização em Falência e Recuperação Judicial) - Faculdade Autônoma de Direito. Orientador: Daniel Carnio Costa.
10. Antonio Luis da costa Mattoni. Aspectos e questões envolvidos na decisão de se requerer o amparo da recuperação judicial. 2017. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização em Falência e Recuperação Judicial) - Faculdade Autônoma de Direito. Orientador: Daniel Carnio Costa.
11. David Alberto Fuentes Carmona. Funções do administrador judicial. 2017. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização em Falência e Recuperação Judicial) - Faculdade Autônoma de Direito. Orientador: Daniel Carnio Costa.
12. Hilton Bagnarolli. A importância da contabilidade na atuação do administrador judicial. 2017. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização em Falência e Recuperação Judicial) - Faculdade Autônoma de Direito. Orientador: Daniel Carnio Costa.
13. Leticia Suzane Andrade Silva. Plano de recuperação judicial e os limites do controle judicial. 2017. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização em Falência e Recuperação Judicial) - Faculdade Autônoma de Direito. Orientador: Daniel Carnio Costa.
14. Luciano Carlos de Andrade. Recuperação judicial e pontos conflitantes na justiça do trabalho. 2017. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização em Falência e Recuperação Judicial) - Faculdade Autônoma de Direito. Orientador: Daniel Carnio Costa.
15. Raphael Ghiuro Passarelli. Credores fiduciários - créditos financeiros excluídos. 2017. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização em Falência e Recuperação Judicial) - Faculdade Autônoma de Direito. Orientador: Daniel Carnio Costa.
16. Daniel Rodrigo de Sá e Lima. O patrimônio de afetação, a sociedade de propósito específico e os seus impactos na recuperação judicial. 2017. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização em Falência e Recuperação Judicial) - Faculdade Autônoma de Direito. Orientador: Daniel Carnio Costa.
17. Fernanda Viana das Neves Corrêa. Da concessão da recuperação judicial. 2017. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização em Falência e Recuperação Judicial) - Faculdade Autônoma de Direito. Orientador: Daniel Carnio Costa.
18. Hugo Bergner. Fundamentos da recuperação judicial efetiva. 2017. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização em Falência e Recuperação Judicial) - Faculdade Autônoma de Direito. Orientador: Daniel Carnio Costa.
19. José Roberto Alves. Abordagem estratégica na elaboração do plano de recuperação judicial. 2017. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização em Falência e Recuperação Judicial) - Faculdade Autônoma de Direito. Orientador: Daniel Carnio Costa.
20. Mikhail Zacarias Araújo. A influência do judiciário no desenvolvimento da economia. 2017. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização em Falência e Recuperação Judicial) - Faculdade Autônoma de Direito. Orientador: Daniel Carnio Costa.
21. Ricardo Azanha Lins. A perícia prévia. 2017. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização em Falência e Recuperação Judicial) - Faculdade Autônoma de Direito. Orientador: Daniel Carnio Costa.
22. Silvio Sunayama de Aquino. Créditos sujeitos e não sujeitos à recuperação judicial. 2017. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização em Falência e Recuperação Judicial) - Faculdade Autônoma de Direito. Orientador: Daniel Carnio Costa.
23. Mauricio Peres Ortega. Considerações sobre a lei atual e anterior na parte que trata da realização do ativo no direito falimentar. 2016. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização em Falência e Recuperação Judicial) - Faculdade Autônoma de Direito. Orientador: Daniel Carnio Costa.
24. Antonia Viviana Santos de Oliveira Cavalcante. Reflexões acerca do instituto jurídico da recuperação judicial de empresas à luz da Lei 11.101/05. 2016. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização em Falência e Recuperação Judicial) - Faculdade Autônoma de Direito. Orientador: Daniel Carnio Costa.
25. Victoria Giovanna Makdissi. Alienação de ativos na Lei de Recuperação Judicial e Falência. 2016. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização em Falência e Recuperação Judicial) - Faculdade Autônoma de Direito. Orientador: Daniel Carnio Costa.
26. Daniel Moreira Lopes. Os aspectos da sucessão e reflexos na recuperação judicial e falência. 2016. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização em Falência e Recuperação Judicial) - Faculdade Autônoma de Direito. Orientador: Daniel Carnio Costa.
27. Fabio Broccoli Cabelho. A função social da empresa e a alienação de UPI na recuperação judicial. 2016. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização em Falência e Recuperação Judicial) - Faculdade Autônoma de Direito. Orientador: Daniel Carnio Costa.
28. Jhonni Balbino da Silva. Modalidades de alienação previstas na Lei de Recuperação Judicial e Falências. 2016. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização em Falência e Recuperação Judicial) - Faculdade Autônoma de Direito. Orientador: Daniel Carnio Costa.
29. Roberto Monteiro Holder. Celeridade nos processos de realização de ativos na liquidação extrajudicial como forma de acesso à justiça. 2016. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização em Falência e Recuperação Judicial) - Faculdade Autônoma de Direito. Orientador: Daniel Carnio Costa.
30. Monique Helen Antoniacci. O processo penal na Lei de Falências e Recuperações Judiciais. 2015. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito) - Faculdade Autônoma de Direito de São Paulo. Orientador: Daniel Carnio Costa.
31. Aline Mirna Barros Vieira. A propriedade fiduciária e a extraconcursabilidade na recuperação judicial. 2015. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização em Falência e Recuperação Judicial) - Faculdade Autônoma de Direito. Orientador: Daniel Carnio Costa.

32. Camila Venture Tebaldi. Do instituto das travas bancárias na Lei 11.101/05 e considerações de direito comparado. 2015. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização em Falência e Recuperação Judicial) - Faculdade Autônoma de Direito. Orientador: Daniel Carnio Costa.
33. Carlos Eduardo Ramos Pereda Silveira. Princípio da isonomia entre credores. 2015. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização em Falência e Recuperação Judicial) - Faculdade Autônoma de Direito. Orientador: Daniel Carnio Costa.
34. Fabiana Almeida Evangelista. A arbitragem na recuperação judicial. 2015. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização em Falência e Recuperação Judicial) - Faculdade Autônoma de Direito. Orientador: Daniel Carnio Costa.
35. Marina Ramos. Apuração de crédito na recuperação judicial. 2015. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização em Falência e Recuperação Judicial) - Faculdade Autônoma de Direito. Orientador: Daniel Carnio Costa.
36. Omar Mohamad Saleh. Assembleia geral de credores no processo de recuperação judicial. 2015. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização em Falência e Recuperação Judicial) - Faculdade Autônoma de Direito. Orientador: Daniel Carnio Costa.
37. Thais Silva Moreira de Sousa. Diretrizes para o encerramento da recuperação judicial. 2015. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização em Falência e Recuperação Judicial) - Faculdade Autônoma de Direito. Orientador: Daniel Carnio Costa.
38. Eun Kyong Kim. Liquidação extrajudicial de seguradoras. 2015. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização em Falência e Recuperação Judicial) - Faculdade Autônoma de Direito. Orientador: Daniel Carnio Costa.
39. Valdor Faccio. Intervenção e Liquidação Extrajudicial. 2014. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito) - Faculdade Autônoma de Direito de São Paulo. Orientador: Daniel Carnio Costa.
40. Renata Mesquita Castanho de Almeida. Crimes Falimentares - Disposições Penais e Crimes em Espécie. 2014. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito) - Faculdade Autônoma de Direito de São Paulo. Orientador: Daniel Carnio Costa.
41. Marcio Antônio de Oliveira. Recuperação Extrajudicial: de acordo com os artigos 161 a 167 da Lei 11.101/05; algumas doutrinas e jurisprudências. 2014. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito) - Faculdade Autônoma de Direito de São Paulo. Orientador: Daniel Carnio Costa.
42. Kleber de Nicola Bissolati. Alienação da Unidade Produtiva Isolada - UPI. 2014. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito) - Faculdade Autônoma de Direito de São Paulo. Orientador: Daniel Carnio Costa.
43. José Nazareno Ribeiro Neto. Concessão da Recuperação Judicial e realização do ativo na falência. 2014. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito) - Faculdade Autônoma de Direito de São Paulo. Orientador: Daniel Carnio Costa.
44. Jorge Toshihiro Uwada. Verificação e Habilitação de Créditos, Impugnação e Divergências e Quadro Geral de Credores. 2014. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito) - Faculdade Autônoma de Direito de São Paulo. Orientador: Daniel Carnio Costa.
45. Filipe Marques Mangerona. O encerramento da recuperação judicial e o descumprimento do plano. 2014. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito) - Faculdade Autônoma de Direito de São Paulo. Orientador: Daniel Carnio Costa.
46. Fernando Pompeu Luccas. Os princípios norteadores da recuperação judicial. 2014. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito) - Faculdade Autônoma de Direito de São Paulo. Orientador: Daniel Carnio Costa.
47. Ana Paula Abdala Fernandes de Souza. Recuperação judicial: pedido e processamento. 2014. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito) - Faculdade Autônoma de Direito de São Paulo. Orientador: Daniel Carnio Costa.
48. Afonso Henrique Alves Braga. Ação revocatória. 2014. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito) - Faculdade Autônoma de Direito de São Paulo. Orientador: Daniel Carnio Costa.
49. Matheus Inácio de Carvalho. Os efeitos da falência e da recuperação judicial nas execuções autônomas. 2014. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito) - Faculdade Autônoma de Direito de São Paulo. Orientador: Daniel Carnio Costa.
50. Ana Karolina Meguerditchian. Adoção Homoafetiva e a possibilidade de inclusão no novo conceito de família. 2011. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito) - Universidade de Ribeirão Preto. Orientador: Daniel Carnio Costa.
51. Célia Romilda Wohnrath Mele. O adiantamento dos honorários periciais nas ações civis públicas ambientais e o fundo estadual de defesa dos interesses difusos - FID. 2011. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito) - Universidade de Ribeirão Preto. Orientador: Daniel Carnio Costa.
52. Aline Quian Namorato. Repercussão Geral no Recurso Extraordinário. 2010. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito) - Faculdade Autônoma de Direito de São Paulo. Orientador: Daniel Carnio Costa.
53. Aline Maíra Nakamura. A nova lei de mandado de segurança - análise de aspectos pontuais. 2010. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito) - Faculdade Autônoma de Direito de São Paulo. Orientador: Daniel Carnio Costa.
54. Luíza de Albuquerque Moreno Cardoso. Tutela Antecipada da Parte Incontroversa da Demanda (art. 273, par. 6, do CPC). 2010. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito) - Faculdade Autônoma de Direito de São Paulo. Orientador: Daniel Carnio Costa.
55. Camila Darahem Mabtum. Prazo de Quinze Dias do Art. 475-J do CPC. 2010. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito) - Faculdade Autônoma de Direito de São Paulo. Orientador: Daniel Carnio Costa.
56. Denise Ferrari Maeda. A interpretação do art. 475-L, par.1, do CPC. 2010. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito) - Faculdade Autônoma de Direito de São Paulo. Orientador: Daniel Carnio Costa.

Trabalho de conclusão de curso de graduação

1. Maurício da Silva Ribeiro. O sistema legal de proteção contra a fraude à execução. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em direito) - Faculdade Autônoma de Direito de São Paulo. Orientador: Daniel Carnio Costa.

3. Rodolfo Cesar Muniz e Souza. Prisão Civil do Depositário Infiel nos Contratos de Alienação Fiduciária em Garantia. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em direito) - Faculdade Autônoma de Direito de São Paulo. Orientador: Daniel Carnio Costa.
4. Alexandra Lugato Alves Hupfeld. A tutela inibitória. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em direito) - Faculdade Autônoma de Direito de São Paulo. Orientador: Daniel Carnio Costa.
5. Thais D' Oliveira Leão. Efetividade do processo e técnica processual: aplicação analógica do artigo 515 p.3 do CPC ao regime do agravo de instrumento. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em direito) - Faculdade Autônoma de Direito de São Paulo. Orientador: Daniel Carnio Costa.
6. Lucyene Bertulini Theodoro. A tutela antecipada e a possibilidade de concessão inaudita altera parte. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em direito) - Faculdade Autônoma de Direito de São Paulo. Orientador: Daniel Carnio Costa.
7. Luíze Coutinho Domingos. A função social da posse. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em direito) - Faculdade Autônoma de Direito de São Paulo. Orientador: Daniel Carnio Costa.
8. Rodrigo Ferreira Siqueira de Mello. Repercussão Geral no Recurso Extraordinário. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em direito) - Faculdade Autônoma de Direito de São Paulo. Orientador: Daniel Carnio Costa.
9. Beatriz Moura Campos Pacheco. Os contratos de parceria públicos privados e a arbitragem. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em direito) - Faculdade Autônoma de Direito de São Paulo. Orientador: Daniel Carnio Costa.
10. Álvaro Alberto Souto Barreto Rezende. Aspectos sensíveis da alienação fiduciária de bens imóveis em garantia. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em direito) - Faculdade Autônoma de Direito de São Paulo. Orientador: Daniel Carnio Costa.
11. Sandra Caparelli Takeishi. Aspectos gerais sobre a multa cominatória. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em direito) - Faculdade Autônoma de Direito de São Paulo. Orientador: Daniel Carnio Costa.
12. Roberta Chiecco Toledo Savazzi. A obrigação legal de alimentos como direito personalíssimo. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em direito) - Faculdade Autônoma de Direito de São Paulo. Orientador: Daniel Carnio Costa.
13. Luis Felipe Cimino Pennachi. O direito de voto dos associados nas associações examinado à luz de um caso concreto. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em direito) - Faculdade Autônoma de Direito de São Paulo. Orientador: Daniel Carnio Costa.
14. Lia Cruz Moura. Breve Comentários ao Sistema de Registro de Preços na Legislação Paulista. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em direito) - Faculdade Autônoma de Direito de São Paulo. Orientador: Daniel Carnio Costa.

Página gerada pelo Sistema Currículo Lattes em 01/09/2021 às 11:34:54

Imprimir currículo



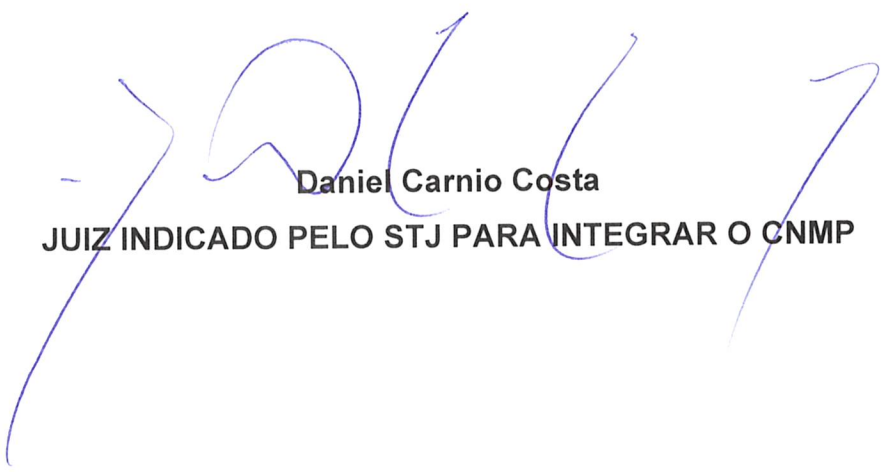
Daniel Carnio Costa
Juiz Auxiliar da Presidência
Superior Tribunal de Justiça

DECLARAÇÃO

Daniel Carnio Costa, brasileiro, divorciado, juiz auxiliar da presidência do STJ, indicado para o cargo de **Conselheiro do CNMP**, declara, perante o Senado Federal, para os fins determinados pelo art. 383, I, b, 4 do Regimento Interno e art. 5º, III, da Resolução n. 7/05, que:

- Não existem ações judiciais, seja como autor ou réu, em todo e qualquer grau de jurisdição, bem como procedimento administrativo-disciplinar.

Brasília, 31 de agosto de 2021.



Daniel Carnio Costa
JUIZ INDICADO PELO STJ PARA INTEGRAR O CNMP



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO
CERTIDÃO JUDICIAL CÍVEL

14319398/2021

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, **PROCESSOS** de classes CÍVEIS em tramitação contra:

DANIEL CARNIO COSTA

OU

CPF: 138.548.128-50

Certidão emitida em: 01/09/2021, às 10:06:39 (data e hora de Brasília)

Observações:

- A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço <https://sistemas.trf1.jus.br/certidao>, por meio do código de validação abaixo;
- A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
- Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;

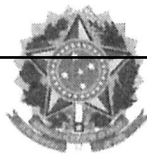
Certidão: 14319398

Código de Validação: B0BA BAEB 2F05 9E34 9E4F BBFF 7B6F FD74

Data da Atualização: 01/09/2021, às 02:56:37



Certidão válida para o(s) seguinte(s) órgão(s): SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO
CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL NEGATIVA

14319346/2021

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, **PROCESSOS** de classes **CRIMINAIS** contra:

DANIEL CARNIO COSTA

OU

CPF: 138.548.128-50

Certidão emitida em: 01/09/2021, às 10:05:44 (data e hora de Brasília)

Observações:

- A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço <https://sistemas.trf1.jus.br/certidao>, por meio do código de validação abaixo;
- A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
- Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;

Certidão: 14319346

Código de Validação: DDB4 4929 27AE 13AB 2DAA 2CC1 F2E2 5ECD

Data da Atualização: 01/09/2021, às 02:56:37



Certidão válida para o(s) seguinte(s) órgão(s): SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL.

01/09/2021



PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU EM SÃO PAULO

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO**AÇÕES E EXECUÇÕES CÍVEIS, FISCAIS, CRIMINAIS E DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS
CRIMINAIS ADJUNTOS****Nº 2021.0004635327**

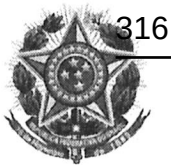
CERTIFICAMOS que, em pesquisa nos registros eletrônicos de distribuição, exclusivamente na Justiça Federal de Primeiro Grau, Seção Judiciária de São Paulo, com sede em São Paulo / Capital e jurisdição no Estado de São Paulo, **NÃO CONSTA(M)** processo(s) e/ou procedimento(s) distribuído(s) até a presente data e hora, contra **DANIEL CARNIO COSTA**, inscrito(a) no CPF/CNPJ nº **138.548.128-50**.

NADA MAIS. O referido é verdade e damos fé. Dada e passada nesta capital do Estado de São Paulo, aos 1 (um) dias do mês de setembro de 2021, às 11:36.

Observações:

- a) Certidão requerida pela Internet, expedida gratuitamente;
- b) Certidões e/ou informações a respeito do(s) processo(s) constante(s) da presente certidão deverão ser solicitadas pessoalmente na respectiva Secretaria do Órgão Julgador, ou junto ao Tribunal Superior em que estiver localizado, conforme endereços disponibilizados em nosso site;
- c) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada por qualquer interessado, com base no código de segurança **0f21d028 3de0807d d0eba9a7 0bca9273 a83090ff**, no endereço **<http://web.trf3.jus.br/certidao/certidaojudicial/VerificarAutenticidade>**, até 60 dias contados da data de sua expedição (prazo em que ficará disponível no sistema);
- d) Não constam do cadastro do processo quaisquer dados de identificação a que se refere o parágrafo único do art. 2º da Lei 11.971, de 6 de julho de 2009, que estejam ausentes na certidão no caso de apontamento de registro de processo (ação penal);
- e) Não estando disponíveis nos sistemas de acompanhamento processual os dados de identificação a que se refere o parágrafo único do art. 2º da Lei 11.971, de 6 de julho de 2009, no caso de apontamento de registro de processo (ação penal) na presente certidão, o interessado deverá dirigir-se ao órgão em que o processo se encontra atualmente, para a complementação daqueles dados, se necessário;
- f) O nome da pessoa pesquisada e o respectivo número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) foram inseridos na certidão pelo próprio interessado, no ato da solicitação, sendo de sua inteira responsabilidade a exatidão dos mesmos;
- g) Esta certidão somente terá validade se houver inteira correspondência entre o nome do solicitante e o respectivo número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) nela grafados e os dados (nome e número) constantes dos aludidos documentos;
- h) Para efeito da conferência da validade desta certidão, caberá ao destinatário do documento confrontar os dados constantes do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) do solicitante com aqueles impressos na certidão;
- i) Esta certidão não inclui pesquisa relativa a feitos de publicidade restrita;
- j) Não foram consultados eventuais inquéritos ou procedimentos investigatórios equiparados;
- k) A pesquisa abrange registros desde 25/04/1967 até a presente data, na Justiça Federal de 1º Grau, Seção Judiciária de São Paulo;
- l) Esta certidão abrange os processos em tramitação no Sistema de Acompanhamento e Informações Processuais do 1º Grau e no PJe - Sistema Processual Eletrônico.

Núcleo de Apoio Judiciário
admsp-nuaj@trf3.jus.br - (11) 3225-8666



CERTIDÃO NEGATIVA DE DISTRIBUIÇÃO (ESPECIAL - AÇÕES CÍVEIS E CRIMINAIS)
1ª e 2ª Instâncias

CERTIFICAMOS que, após consulta aos registros eletrônicos de distribuição de ações cíveis e criminais disponíveis até 01/09/2021, **NADA CONSTA** contra o nome por extenso e CPF/CNPJ de:

DANIEL CARNIO COSTA

138.548.128-50

(SONIA MARIA CARNIO COSTA / LUIZ ALBERTO DORIA COSTA)

OBSERVAÇÕES:

- a) Os dados de identificação são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e pelo destinatário.
- b) A certidão será emitida de acordo com as informações inseridas no banco de dados. Em caso de exibição de processos com dados desatualizados, o interessado deverá requerer a atualização junto ao juízo ou órgão julgador.
- c) A certidão será negativa quando não for possível a individualização dos processos por carência de dados do Poder Judiciário. (artigo 8º, § 2º da Resolução 121/CNJ).
- d) A certidão cível contempla ações cíveis, execuções fiscais, execuções e insolvências civis, falências, recuperações judiciais, recuperações extrajudiciais, inventários, interdições, tutelas e curatelas. A certidão criminal compreende os processos criminais, os processos criminais militares e as execuções penais. Demais informações sobre o conteúdo das certidões, consultar em www.tjdft.jus.br, no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Tipos de Certidão.
- e) A certidão cível atende ao disposto no inciso II do artigo 31 da Lei 8.666/1993.
- f) Medida prevista no artigo 26 do Código Penal, sentença não transitada em julgado.

A autenticidade deverá ser confirmada no site do TJDFT (www.tjdft.jus.br), no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Validar Certidão - autenticar, informando-se o número do selo digital de segurança impresso.

Emitida gratuitamente pela internet em: 01/09/2021

Selo digital de segurança: **2021.CTD.E9IP.M8J5.16F1.K3ZY.ATOE**

*** VÁLIDA POR 30 (TRINTA) DIAS ***



01/09/2021

0051142647
317

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS

CERTIDÃO Nº: 1572024**FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Cíveis do(a) Comarca de São Paulo - Capital, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **AÇÕES CÍVEIS, FAMÍLIA E SUCESSÕES, FALÊNCIAS, CONCORDATAS, RECUPERAÇÕES JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS, EXECUÇÕES FISCAIS E JUÍZADOS ESPECIAIS CÍVEIS**, no período de 10 (dez) anos anteriores a 31/08/2021, verificou **NADA CONSTAR** como réu/requerido/interessado em nome de: *****

DANIEL CARNIO COSTA, RG: 193555012, CPF: 138.548.128-50, conforme indicação constante do pedido de certidão. *****

Esta certidão não aponta ordinariamente os processos em que a pessoa cujo nome foi pesquisado figura como autor(a). São apontados os feitos em tramitação cadastrados no sistema informatizado referentes a todas as Comarcas/Fóros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo.

A data de informatização de cada Comarca/Foro pode ser verificada no Comunicado SPI n.º 22/2019.

Esta certidão aponta os feitos distribuídos na 1ª Instância, mesmo que estejam em grau de recurso, e não aponta os processos distribuídos há mais de 10 anos da data limite, ainda que estejam em andamento.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pelo pesquisado é de responsabilidade exclusiva do destinatário da certidão.

A certidão em nome de pessoa jurídica considera os processos referentes à matriz e as filiais e poderá apontar feitos de homônimos não qualificados com tipos empresariais diferentes do nome indicado na certidão (EIRELI, S/C, S/S, EPP, ME, MEI, LTDA).

Esta certidão só tem validade mediante assinatura digital.

Esta certidão é sem custas.

São Paulo, 1 de setembro de 2021.

PEDIDO Nº:**0051142647**

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CRIMINAIS

CERTIDÃO Nº: 1573777

FOLHA: 1/1

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Criminais do(a) Comarca de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **AÇÕES CRIMINAIS**, anteriores a 31/08/2021, verificou **NADA CONSTAR** contra: *****

DANIEL CARNIO COSTA, RG: 13555012, CPF: 138.548.128-50, nascido em 05/10/1973, natural de Jaboticabal - SP, filho de Luiz Alberto Doria Costa e Sonia Maria Carnio Costa, conforme indicação constante do pedido de certidão. *****

É **NEGATIVA**, nos termos do art. 8º, § 1º, da Res. CNJ nº 121/2010, a certidão na qual constem apenas inquéritos policiais, ou processos sem condenação transitada em julgado, ou em caso de gozo de sursis ou com pena já cumprida ou extinta. Esta certidão **PODERÁ SER COMPLETADA COM AS CERTIDÕES DE OBJETO E PÉ DOS FEITOS NELA APONTADOS**, solicitadas diretamente aos respectivos juízos, para indicação da situação em cada um deles.

Feitos relacionados somente ao nome pesquisado, **NÃO QUALIFICADO(A)**, em razão da inexistência de dados completos na base do Distribuidor, podem se referir a **HOMÔNIMOS**, e não à pessoa pesquisada. Nessa hipótese, esta certidão poderá ser acompanhada de declaração de homonímia do interessado, conforme modelo disponível em <http://www.tjsp.jus.br/Certidoes/Certidoes/CertidoesPrimeiraInstancia>. Certidão com apontamentos apenas nesse campo considera-se **NEGATIVA**, nos termos do art. 8º, § 2º, da Res. CNJ nº 121/2010. Instruções para a correção de apontamento desatualizado ou para obtenção de certidão de homonímia estão disponíveis no endereço acima indicado, na aba **DÚVIDAS FREQUENTES**.

ESTA CERTIDÃO NÃO VALE PARA FINS ELEITORAIS. Ela abrange os feitos criminais e dos Juizados Especiais Criminais cadastrados no sistema informatizado referentes a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo e os constantes das fichas manuais da Comarca emitente. A data de informatização de cada Comarca está disponível em <http://www.tjsp.jus.br/Download/PrimeiraInstancia/pdf/Comunicado.22.2019.pdf> - Com. SPI nº 22/2019.

VÁLIDA SOMENTE MEDIANTE ASSINATURA DIGITAL, PODENDO SER CONFIRMADA EM <https://esaj.tjsp.jus.br/sco/abrirConferencia.do>

Esta certidão é sem custas.

São Paulo, 1 de setembro de 2021.

PEDIDO Nº:

0051145054





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA FEDERAL

CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

Nº 64551242021

A **Polícia Federal CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data, **NÃO CONSTA** decisão judicial condenatória com trânsito em julgado* em nome de **DANIEL CARNIO COSTA**, nacionalidade BRASILEIRO, filho(a) de LUIZ ALBERTO DORIA COSTA e SONIA MARIA CARNIO COSTA, nascido(a) aos 05/10/1973, natural de JABOTICABAL/SP, documento de identificação 19.355.501-3 SSPSP/SP, CPF 138.548.128-50.

Observações:

- 1) *Certidão expedida nos termos do Art. 20, Parágrafo Único do Código de Processo Penal. “Nos atestados de antecedentes que lhe forem solicitados, a autoridade policial não poderá mencionar quaisquer anotações referentes à instauração de inquérito contra os requerentes”;
- 2) Certidão expedida gratuitamente por meio da Internet em conformidade com a Instrução Normativa nº 005/2008-DG/PF;
- 3) Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados;**
- 4) A autenticidade desta certidão DEVERÁ ser confirmada na página da Polícia Federal, no endereço (<http://www.pf.gov.br>)
- 5) Esta certidão é válida por 90 dias.

Brasília-DF, 20:36 de 31/08/2021



64551242021

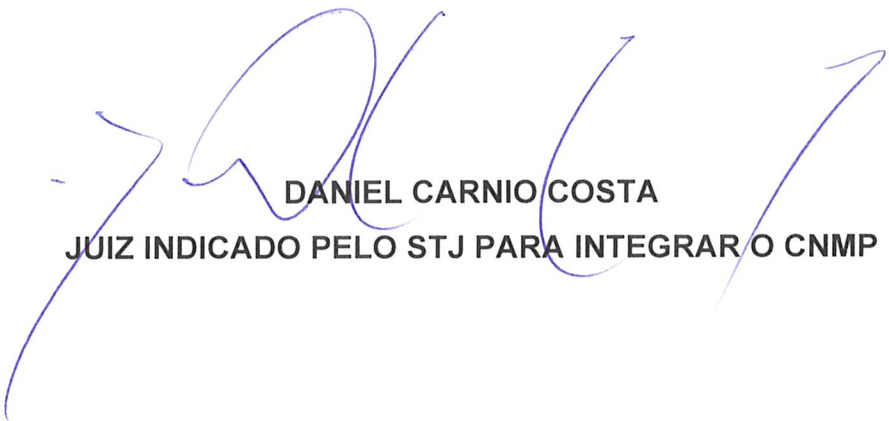
DECLARAÇÃO

Daniel Carnio Costa, brasileiro, divorciado, juiz auxiliar da presidência do STJ, indicado para o cargo de **Conselheiro do CNMP**, declara, perante o Senado Federal, para os fins determinados pelo art. 383, I, b, 5 do Regimento Interno, que:

- Atuou no seguintes juízos e Tribunais:

1. Biênio 2020/2020 – posição atual – juiz auxiliar da presidência do STJ
2. Biênio 2018/2020 – juiz auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça - CNJ
3. 03/02/2011 até atualmente – juiz titular da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo
4. 28/11/2007 a 02/02/2011 – juiz auxiliar da Capital de São Paulo
5. 14/04/2004 a 27/11/2007 – juiz titular da 5ª Vara de Guarujá/SP
6. 30/05/2001 a 13/04/2004 – juiz titular da Comarca de Rancharia/SP
7. 15/03/2000 a 29/05/2001 – juiz titular da Comarca de Miguelópolis/SP
8. 19/10/1998 a 14/02/2000 – juiz substituto da 39ª Circunscrição Judiciária – Batatais/SP

Brasília, 31 de agosto de 2021.



DANIEL CARNIO COSTA
JUIZ INDICADO PELO STJ PARA INTEGRAR O CNMP

CERTIDÃO

A **DIRETORIA DA MAGISTRATURA – SEMA 1 CERTIFICA**, para os devidos fins que, revendo os assentamentos desta Secretaria, o **Doutor DANIEL CARNIO COSTA**, Juiz de Direito da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital, convocado desde 28.08.2020 no C. Superior Tribunal de Justiça, ingressou neste Tribunal no cargo de 3º Juiz Substituto da 39ª Circunscrição Judiciária – Batatais por ato de 19.10.1998, publicado em 20.10.1998; foi promovido por merecimento para o cargo de Juiz de Direito da Comarca de Miguelópolis por ato de 15.03.2000, publicado em 16.03.2000; foi vitaliciado no referido cargo, por ato de 08.11.2000, publicado em 09.11.2000; foi promovido por merecimento para o Cargo de Juiz de Direito da Comarca de Rancharia, por ato de 30.05.2001, publicado em 31.05.2001, foi promovido por antiguidade para o cargo de Juiz de Direito da 5ª Vara da Comarca de Guarujá, por ato de 14.04.2004, publicado em 15.04.2004; foi removido para o cargo de Juiz de Direito Auxiliar da Comarca da Capital, por ato de 28.11.2007, publicado em 29.11.2007; foi promovido por antiguidade para seu atual cargo por ato de 03.02.2011, publicado em 04.02.2011. **CERTIFICA**, ainda, que desde 16.03.2009, integra a 1ª Turma Cível do I Colégio Recursal da Capital. **CERTIFICA**, outrossim, que constam os seguintes expedientes de elogio na folha funcional do magistrado: Nº G-28.402 – Elogio formulado por sua atuação no sistema de juizados especiais em conformidade com o Prov. CSM 402/1989; Nº 157.203/2011 – Elogio formulado pela Sra. Marta Perucci – O Colendo Conselho Superior da Magistratura em 19/01/2012, tomou conhecimento e determinou a anotação no prontuário e expedição do ofício de praxe; Nº 157.203/2011 – Elogio formulado pelo Sr. José Francisco de A. Júnior, Diretor de Finanças do Conselho de Segurança Pública de Ourinhos - Em 21/10/2013 o Excelentíssimo Senhor Desembargador Presidente tomou conhecimento e determinou o arquivamento; Nº 157.203/2011 – Elogio formulado pelo Dr. André Izique Chebabi, advogado, e outros – O Colendo Conselho Superior da Magistratura em 15/12/2014, tomou conhecimento e determinou dar ciência ao magistrado; Nº 157.203/2011 – Elogio formulado por Contac-cut - O C. Conselho Superior da Magistratura em 13/07/2015, tomou conhecimento e determinou a anotação no prontuário do magistrado, com a expedição dos ofícios de praxe; Nº 56.909/2018 – Elogio formulado pela Ordem dos Economistas do Brasil - OEB – o Excelentíssimo Senhor Desembargador Presidente, em 28/06/2018, tomou conhecimento e determinou cientificar o magistrado; Nº 2020/79018 – Ofício nº 463/2020, do Ministro Humberto Martins, Corregedor Nacional de Justiça, contendo elogio pela atuação do Magistrado como Juiz Auxiliar daquela Corregedoria, no período de agosto de 2018 a agosto de 2020 - O Exmo. Sr. Des. Presidente em 21/08/2020 tomou conhecimento e determinou a anotação no prontuário. **CERTIFICA**, finalmente, que Sua Excelência não respondeu nem responde a processos administrativos, bem como não sofreu qualquer penalidade no exercício de suas funções jurisdicionais até a presente data. **NADA MAIS**. O referido é verdade e dá fé. São Paulo, em data gerada pelo sistema.

*(assinado digitalmente)***FLAVIO LUIZ DOS SANTOS, Diretor – SEMA 1**

Assinado de forma digital por
FLAVIO LUIZ DOS
SANTOS:29619853822
Dados: 2021.08.31 19:13:57 -03'00'

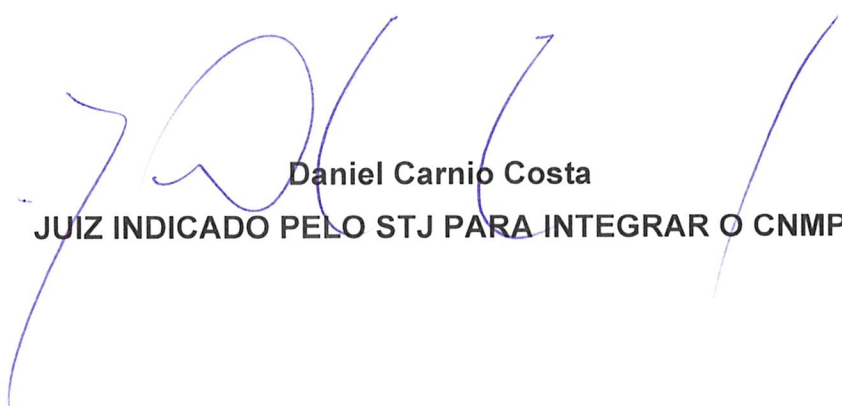
1

DECLARAÇÃO

Daniel Carnio Costa, brasileiro, divorciado, juiz auxiliar da presidência do STJ, indicado para o cargo de **Conselheiro do CNMP**, declara, perante o Senado Federal, para os fins determinados pelo art. 383, I, b, 2 do Regimento Interno, que:

- Não participou, em qualquer tempo, como sócio, proprietário ou gerente de empresas ou entidades não governamentais.

Brasília, 31 de agosto de 2021.



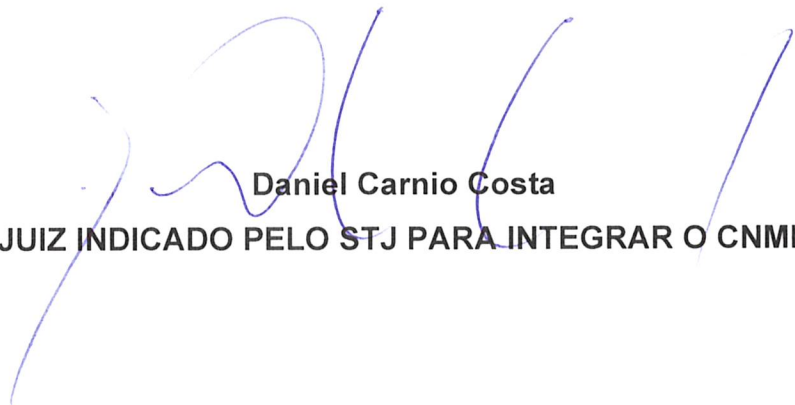
Daniel Carnio Costa
JUIZ INDICADO PELO STJ PARA INTEGRAR O CNMP

DECLARAÇÃO

Daniel Carnio Costa, brasileiro, divorciado, juiz auxiliar da presidência do STJ, indicado para o cargo de **Conselheiro no Conselho Nacional do Ministério Público**, declara, perante o Senado Federal, para os fins determinados pelo art. 383, I, b, 1 do Regimento Interno e pelo art. 5º, I, da RSF 7/05, que:

- Não possui parentes que exerçam atividades públicas ou privadas vinculadas à sua atividade profissional.

Brasília, 03 de agosto de 2021.



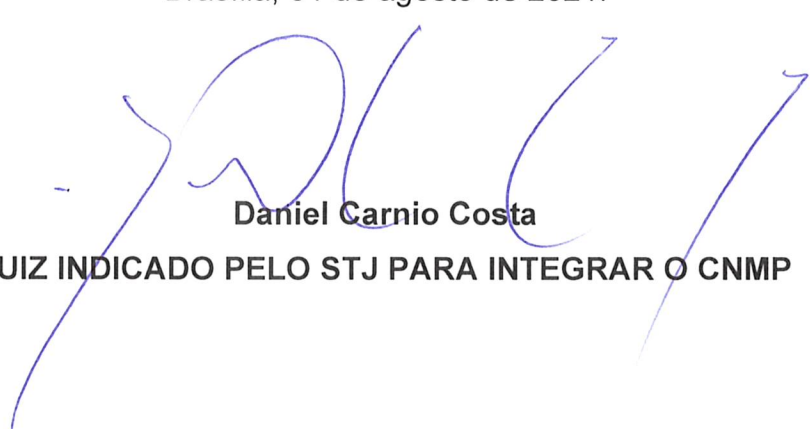
Daniel Carnio Costa
JUIZ INDICADO PELO STJ PARA INTEGRAR O CNMP

DECLARAÇÃO

Daniel Carnio Costa, brasileiro, divorciado, juiz auxiliar da Presidência do STJ, indicado para o cargo de **Conselheiro do CNMP**, declara, perante o Senado Federal, para os fins determinados pelo Art. 5º, IV, da Resolução n. 7/05, que:

- Não é membro do Congresso Nacional, do Poder Legislativo dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, ou cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, de membro desses Poderes.

Brasília, 31 de agosto de 2021.

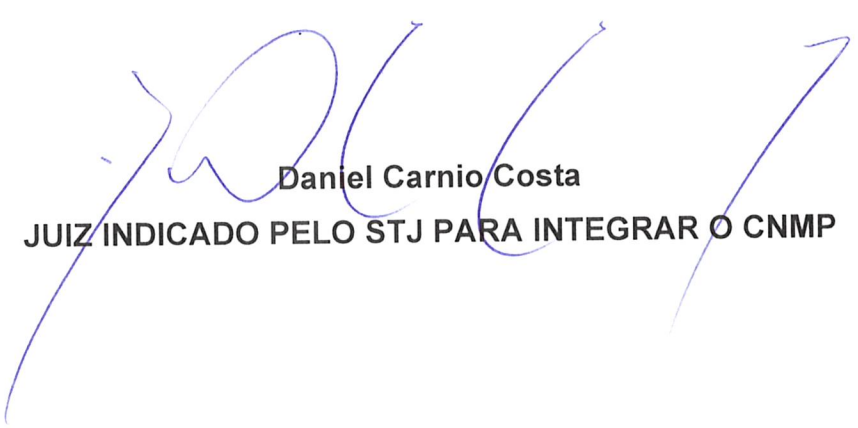


Daniel Carnio Costa
JUIZ INDICADO PELO STJ PARA INTEGRAR O CNMP

DECLARAÇÃO

Daniel Carnio Costa, brasileiro, divorciado, juiz auxiliar da presidência do STJ, indicado para o cargo de **Conselheiro do CNMP**, declara, perante o Senado Federal, para os fins determinados pelo art. 383, I, b, 3 do Regimento Interno, a regularidade fiscal, no âmbito federal, estadual e municipal, conforme documentação anexa.

Brasília, 31 de agosto de 2021.



Daniel Carnio Costa
JUIZ INDICADO PELO STJ PARA INTEGRAR O CNMP



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: DANIEL CARNIO COSTA
CPF: 138.548.128-50

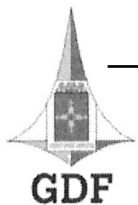
Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão se refere à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 10:16:10 do dia 01/09/2021 <hora e data de Brasília>.
Válida até 28/02/2022.

Código de controle da certidão: **98A3.27BA.C361.9931**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

CERTIDÃO Nº: 254098047392021
NOME: NAO CADASTRADO
ENDEREÇO: NAO CADASTRADO
CIDADE: NAO CADASTRADO
CPF: 138.548.128-50
FINALIDADE: LAVRAR ESCRITURA PUBLICA

_____ CERTIFICAMOS QUE _____

null

**Certidão expedida conforme Decreto Distrital nº 23.873 de 04/07/2003, gratuitamente.
Válida até 30 de novembro de 2021. ***

* Obs: As certidões expedidas durante o período declarado de situação de emergência no âmbito da saúde pública, em razão do risco de pandemia do novo coronavírus, de que trata o Decreto nº 40.475, de 28/02/2020, terão sua validade limitada ao prazo em que perdurar tal situação.



Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo

Débitos Tributários Não Inscritos na Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CPF: 138.548.128-50

Ressalvado o direito da Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo de apurar débitos de responsabilidade da pessoa física acima identificada, é certificado que **não constam débitos** declarados ou apurados pendentes de inscrição na Dívida Ativa de responsabilidade do interessado. Tratando-se de CERTIDÃO emitida para pessoa física, não é pesquisado na base de dados se existe débito para pessoa jurídica da qual o interessado é sócio.

Certidão nº 21080360021-46

Data e hora da emissão 31/08/2021 22:04:26

Validade 6 (seis) meses, contados da data de sua expedição.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio www.pfe.fazenda.sp.gov.br

**PREFEITURA DE
SÃO PAULO****FAZENDA****SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA****Certidão Conjunta de Débitos de Tributos Mobiliários****Certidão Número:** 0708571 - 2021**CPF/CNPJ Raiz:** 138.548.128-50**Contribuinte:** DANIEL CARNIO COSTA**Liberação:** 08/07/2021**Validade:** 06/10/2021

Tributos Abrangidos: Imposto Sobre Serviços - ISS
Taxa de Fiscalização de Localização Instalação e Funcionamento
Taxa de Fiscalização de Anúncio - TFA
Taxa de Fiscalização de Estabelecimento - TFE
Taxa de Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde - TRSS (Incidência a partir de Jan/2011)
Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI

Unidades Tributárias:

Ressalvado o direito de a Fazenda Municipal cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo que vierem a ser apuradas ou que se verifiquem a qualquer tempo, inclusive em relação ao período contido neste documento, relativas a tributos administrados pela Secretaria Municipal da Fazenda e a inscrições em Dívida Ativa Municipal, junto à Procuradoria Geral do Município é certificado que a Situação Fiscal do Contribuinte supra, referente aos créditos tributários inscritos e não inscritos na Dívida Ativa abrangidos por esta certidão, até a presente data é: **REGULAR.**

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/fazenda/>.
Qualquer rasura invalidará este documento.

Certidão expedida com base na Portaria Conjunta SF/PGM nº 4, de 12 de abril de 2017, Instrução Normativa SF/SUREM nº 3, de 6 de abril de 2015, Decreto 50.691, de 29 de junho de 2009, Decreto 51.714, de 13 de agosto de 2010 e Portaria SF nº 268, de 11 de outubro de 2019.

Certidão emitida às 21:48:21 horas do dia 31/08/2021 (hora e data de Brasília).

Código de Autenticidade: DB37D836

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria Municipal da Fazenda <http://www.prefeitura.sp.gov.br/sf>



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: DANIEL CARNIO COSTA

CPF: 138.548.128-50

Certidão nº: 26939400/2021

Expedição: 01/09/2021, às 11:17:15

Validade: 27/02/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **DANIEL CARNIO COSTA**, inscrito(a) no CPF sob o nº **138.548.128-50**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



1 8 4 9 5 3 7 3 7 6 D v e Z H E 7 r

CERTIDÃO DE AÇÃO TRABALHISTA EM TRAMITAÇÃO

Dados Pesquisados:

CPF: 138.548.128-50

Nome: DANIEL CARNIO COSTA

Certidão nº 885589 / 2021

CERTIFICA-SE que em pesquisa aos registros eletrônicos armazenados nos Sistemas de Acompanhamento e Informações Processuais do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, até 31/08/2021, **NÃO CONSTA** ação trabalhista em tramitação em face da pessoa natural ou jurídica identificada acima, de acordo com os dados fornecidos pelo solicitante.

IMPORTANTE

- a. A validade da presente certidão está condicionada à conferência do nome e do CPF/CNPJ indicado, bem como à verificação de sua autenticidade pelo recebedor em <https://www.trtsp.jus.br/valida-certidao> em até 90 (noventa) dias após a sua expedição;
- b. A informação do nº do CPF/CNPJ e do nome indicado acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão;
- c. Estão compreendidos nesta certidão, no caso de pessoa jurídica, todos os seus estabelecimentos, agência ou filiais vinculados à raiz do CNPJ;
- d. Certidão emitida gratuitamente.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 10ª REGIÃO

CERTIDÃO DE AÇÕES TRABALHISTAS EM TRAMITAÇÃO - TRT 10ª REGIÃO

Dados Pesquisados:

NOME: DANIEL CARNIO COSTA

CPF/CNPJ: 138.548.128-50

Expedição: **01/09/2021 – 11:39:50**

Código de Autenticidade: XRV6UFFM56PJU9JPJR

Válida até 01/10/2021

CERTIFICA-SE que em pesquisa nos registros eletrônicos armazenados nos Sistemas de Acompanhamento Processual – SAP do Tribunal Regional do Trabalho 10ª Região (Distrito Federal e Tocantins), e no Sistema de Processo Judicial Eletrônico – PJe, até a presente data, **NÃO CONSTA** ação trabalhista em tramitação em face da pessoa natural/jurídica identificada acima, de acordo com os dados fornecidos pelo solicitante.

OBSERVAÇÕES:

1) A pesquisa foi realizada pelo CPF/CNPJ indicado, que recupera exatamente a grafia do nome correspondente, conforme consta do banco de dados da Receita Federal, não alcançando eventuais registros nos cadastros processuais em formato abreviado, nomes similares e fantasia;

2) Esta certidão não gera os efeitos da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT (www.tst.jus.br/certidão), documento que prova a regularidade trabalhista em todo o país para participar em licitações, nos termos da Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011;

3) A busca realizada não contempla processos arquivados definitivamente e ações originárias da 2ª Instância, bem como as seguintes classes processuais da 1ª Instância: Ações de Consignação em Pagamento, Cartas Precatórias, Embargos de Terceiro, Inquérito para Apuração de Falta Grave, Mandados de Segurança e Mandados de Segurança Coletivo.

4) No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

5) Caso discorde do resultado, o interessado deverá se dirigir à unidade judiciária na qual tramita o processo.

6) Certidão emitida gratuitamente pela Internet, conforme previsão contida na Portaria PRE-SGJUD n.º 12, de 14/12/2017.

7) Ações recuperadas pela grafia contêm (*) ao lado de seu número.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:

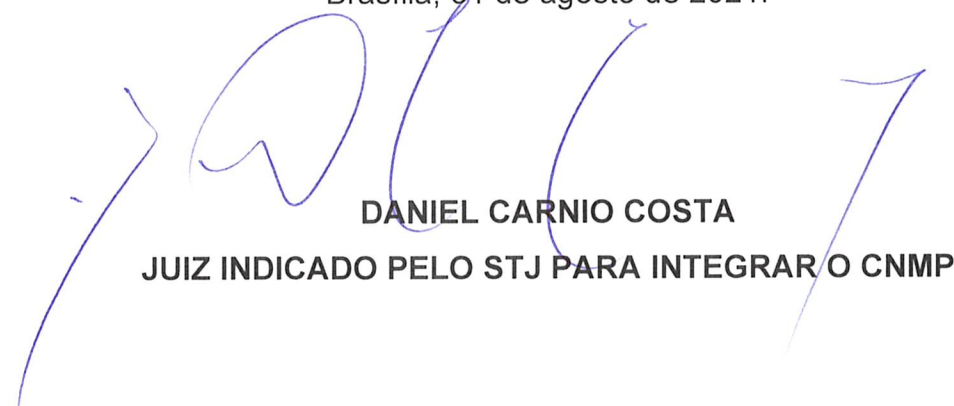
https://www.trt10.jus.br/certidao_online/ServletCertidaoOnline?codigo=XRV6UFFM56PJU9JPJR

Argumentação Escrita

Iniciei minha trajetória profissional como estagiário do Ministério Público de São Paulo, tendo atuado nas Promotorias do Júri e da Cidadania entre os anos de 1994 e 1997, enquanto cursava direito na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco – USP. Colei grau na faculdade em janeiro de 1998 e poucos meses depois já conseguia a aprovação no primeiro concurso da magistratura que prestei, o concurso 170 do Tribunal de Justiça de São Paulo. Tomei posse como juiz substituto na Comarca de Batatais/SP em 19/10/1998. Depois de mais de um ano de atuação como juiz substituto, fui promovido por merecimento para o cargo de juiz titular da Comarca de Miguelópolis/SP, em 15/03/2000, local em que fui vitaliciado como magistrado em 08/11/2000. Na sequência natural da carreira, fui promovido também por merecimento para o cargo de juiz titular da Comarca de Rancharia/SP, em 30/05/2001. Depois de um período de quase três anos julgando naquela cidade do interior, fui promovido por antiguidade para o litoral do Estado, assumindo a função de juiz titular da 5ª Vara da Comarca de Guarujá/SP em 14/04/2004. Na sequência e com a intenção de ascender profissionalmente e academicamente, me removi para a Capital do Estado, passando a exercer a função de juiz auxiliar da Capital em 28/11/2007. Durante o período em que atuei como juiz auxiliar na cidade de São Paulo/SP, atuei principalmente nas varas cíveis centrais da Capital. Em 03/02/2011 fui promovido por antiguidade para o cargo de juiz titular da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo, onde permaneço até os dias atuais. Durante esse 10 anos de atuação à frente de umas das varas mais importantes do Brasil, em razão da complexidade dos casos envolvendo empresas multinacionais e de grande repercussão econômica, me dediquei ao aprimoramento técnico no trato das questões envolvendo direito empresarial e, notadamente, insolvência empresarial. Cursei mestrado em direito comparado na Samford University, nos EUA, e pós-doutorado em insolvência empresarial na Universidade de Paris-1 (Panthéon/Sorbonne), na França. Naquele tempo eu já havia também cursado o mestrado e o doutorado no Brasil, na área de processos coletivos e tutelas de urgência, o que certamente me ajudou a obter desempenho extraordinário na condução dos processos de recuperação de empresas e falências, conforme se pode verificar os elogios anotados na minha ficha funcional. Paralelamente à minha atuação

nos casos complexos de direito empresarial, mantive também minha atuação como integrante da 1ª Turma Cível do Colégio Recursal da Capital, a fim de manter contato com o julgamento das questões do dia-a-dia dos cidadãos comuns, atuando no julgamento dos recursos oriundos dos Juizados Especiais e de pequenas causas. No biênio 2018/2020 fui convocado pelo Corregedor Nacional de Justiça, Ministro Humberto Martins, para atuar como juiz auxiliar no CNJ. Na sequência, também fui convocado pelo Ministro Humberto Martins para atuar como juiz auxiliar da Presidência do STJ para o biênio 2020/2022. Em 30/09/2021, o Plenário do Superior Tribunal de Justiça escolheu o meu nome, dentre os 24 juízes inscritos, por unanimidade para ocupar a cadeira de juiz no Conselho Nacional do Ministério Público. Importante destacar que, além de magistrado, também possuo uma longa e frutífera carreira acadêmica, conforme se pode verificar do meu currículo. Sou mestre pela FADISP e doutor em direito pela PUC/SP. Sou mestre em direito comparado pela SAMFORD UNIVERSITY/EUA e possuo estágio pós-doutoral na UNIVERSIDADE DE PARIS 1 – PANTHÉON/SORBONNE. Sou professor concursado do Departamento de Direito Comercial da PUC/SP e professor titular de insolvência empresarial no mestrado e doutorado da UNINOVE/SP. Possuo atuação como juiz e professor também no exterior. Sou membro da INSOL INTERNATIONAL e do INTERNATIONAL INSOLVENCY INSTITUTE, os dois mais importantes institutos de insolvência empresarial do mundo. Sou professor do GLOBAL INSOLVENCY PRACTICE COURSE da INSOL. Publiquei mais de uma dezena de livros no Brasil e um livro no exterior. Por fim, tenho dezenas de artigos e capítulos de livros publicados no Brasil e no exterior. Nesse sentido, acredito que minha experiência profissional na magistratura e na academia me habilitam a desenvolver um bom trabalho no exercício da função de juiz no Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP.

Brasília, 31 de agosto de 2021.



DANIEL CARNIO COSTA
JUIZ INDICADO PELO STJ PARA INTEGRAR O CNMP

8

RELATÓRIO Nº , DE 2021

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Ofício “S” nº 16, de 2021 (nº 401, de 2021, na origem), do Superior Tribunal de Justiça, que *submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso VII, da Constituição Federal, o nome do Juiz Federal MARCIO LUIZ COELHO DE FREITAS, para compor o Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no biênio 2021/2023, na vaga indicada pelo Superior Tribunal de Justiça.*

Relator: Senador **JOSÉ ANÍBAL**

Vem ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) o Ofício “S” nº 16, de 2021 (nº 401, de 2021, na origem), do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso VII, da Constituição Federal, o nome do Juiz Federal MARCIO LUIZ COELHO DE FREITAS, para compor o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no biênio 2021/2023, na vaga indicada pelo STJ.

A matéria acha-se regida, no âmbito do Senado Federal, pelo art. 383 de seu Regimento Interno e pela Resolução nº 7, de 27 de abril de 2005.

Compete a esta Comissão, nos termos constitucionais, legais e regimentais mencionados, proceder à sabatina do indicado, para posterior deliberação do Plenário do Senado Federal.

Em observância ao art. 383, inciso I, alínea *a*, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF) e ao art. 2º da Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal, o indicado encaminhou o seu *curriculum vitae*.



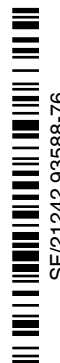
MARCIO LUIZ COELHO DE FREITAS nasceu em 6 de novembro de 1973, em Manaus, capital do Estado do Amazonas.

É vasta e exitosa sua **experiência profissional**.

Logo após a graduação em Direito pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM, 1993-1996), iniciou sua trajetória profissional como advogado concursado das Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (ELETRONORTE), em 1997. Em 1998, com cerca de dois anos de formado, foi aprovado, em concurso público, para o cargo de Promotor de Justiça do Estado do Amazonas, atuando em comarcas do interior do Estado e tendo contato com a realidade difícil da população. Permaneceu como Promotor de Justiça por três anos e meio.

Em 2001, com apenas cinco anos de formado, foi aprovado no concurso para Juiz Federal do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, tendo sido nomeado para a Seção Judiciária do Distrito Federal. Atuou em Brasília/DF até 2006, quando foi promovido a juiz titular na recém-criada Vara Federal de Ji-Paraná, em Rondônia. Após, foi removido para atuar na Seção Judiciária do Amazonas, onde exerceu a função de Vice-Diretor do foro da Seção Judiciária, em 2009, e Diretor do foro, em 2010. Nesse período, teve a oportunidade de atuar, como juiz suplente e, depois, como juiz titular, no Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Amazonas (TRE/AM). Em 2012, foi convocado para o Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região, onde ficou até 2013, quando foi convocado pelo Ministro Felix Fischer para exercer a função de juiz auxiliar da Presidência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ficando responsável por matérias administrativas, especialmente as ligadas ao Conselho da Justiça Federal (CJF).

Posteriormente, foi convocado como magistrado instrutor no Gabinete do Ministro Humberto Martins, do STJ. Em 2014, passou a atuar na 9ª Vara Federal do Distrito Federal, com competência cível, onde é titular até presente data. É importante acrescentar que, entre agosto de 2018 e agosto de 2020, atuou como juiz auxiliar na Corregedoria Nacional de Justiça, no âmbito do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), durante a gestão do Ministro Humberto Martins. Também no CNJ, integrou o Comitê de Cooperação Judiciária e o Observatório Nacional sobre Questões Ambientais, Econômicas e Sociais de Alta Complexidade e Grande Impacto e Repercussão. Em agosto de 2020, sob a presidência do Ministro Humberto Martins, assumiu o cargo de Secretário-Geral do Conselho da Justiça



Federal, órgão encarregado da supervisão administrativa e orçamentária da Justiça Federal de primeiro e segundo graus.

Em quase vinte anos de magistratura federal, o juiz MARCIO LUIZ COELHO DE FREITAS teve a oportunidade de atuar em situações as mais diversas, desde as comarcas no interior do Estado do Amazonas e de Rondônia, passando por seções judiciárias de grande porte, como a do Distrito Federal, até órgãos de cúpula do Poder Judiciário, como o STJ e o CNJ, onde a visão estratégica e a perspectiva de coordenação e supervisão sobressaem.

Paralelamente à sua atuação profissional, o juiz federal MARCIO LUIZ COELHO DE FREITAS conferiu **grande ênfase à sua formação acadêmica**. Concluiu o mestrado em Direito Ambiental pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA, 2011-2013), tendo defendido a dissertação intitulada *“Precaução e intervenção mínima: a proporcionalidade na tutela penal do meio ambiente”*. É doutorando em Direito pela Universidade de Brasília (UnB), desde 2017.

Nos últimos vinte anos, teve dois livros publicados, três capítulos de livros, além de diversos artigos em periódicos especializados, que abarcam temas variados do Direito, como: direitos humanos e fraternidade; tutela penal do meio ambiente e o princípio da proporcionalidade; soberania popular, democracia e jurisdição; responsabilidade civil do Estado; direito digital; a questão da prova ilícita no Direito Penal; além de questões sobre a lógica jurídica, argumentação e racionalidade.

Tendo presentes as exigências da legislação específica, o indicado informou que não exerce atividade político-partidária. Igualmente declarou não ser membro do Congresso Nacional, do Poder Legislativo dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios e não possuir cônjuge, companheira ou parente, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, que seja membro do Poder Legislativo de qualquer ente federado.

Atendendo às determinações do art. 383 do RISF e da Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal, o indicado declarou que não responde nem foi condenado em processo administrativo disciplinar e que inexistem ações judiciais nas quais figure como autor ou réu, em todo e qualquer grau de jurisdição.



O *curriculum vitae* do indicado foi acompanhado, também, de declaração de regularidade fiscal, nos âmbitos federal, estadual e municipal, bem como das respectivas certidões emitidas pelos órgãos competentes.

Declarou não possuir parentes que exerçam atividades públicas ou privadas, vinculadas à sua atividade profissional.

Declarou, ainda, não ter participado, em qualquer tempo, como sócio, proprietário ou gerente de empresas ou entidades não-governamentais.

Declarou ter atuado nos seguintes juízos: de 2014 até a presente data, é Juiz Titular da 9ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal; entre 2007 e 2014, foi Juiz Titular da 2ª Vara Federal da Seção Judiciária do Amazonas; entre 2006 e 2007, foi Juiz Titular da Vara Única da Subseção Judiciária de Ji-Paraná (RO); e entre 2001 e 2006, foi Juiz Federal Substituto na 20ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal.

Foi igualmente apresentada argumentação escrita na qual o indicado demonstra sua experiência profissional, formação técnica adequada e afinidade intelectual e moral para integrar o CNJ.

Em vista de todo o exposto, consideramos que os integrantes desta Comissão dispõem dos elementos informativos necessários e suficientes para deliberar a respeito da indicação do Senhor MARCIO LUIZ COELHO DE FREITAS para exercer o relevante cargo de Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



Marcio Luiz Coelho de Freitas
Curriculum Vitae

Setembro/2021

Marcio Luiz Coelho de Freitas

Curriculum Vitae

Nome civil**Nome** Marcio Luiz Coelho de Freitas**Dados pessoais****Filiação** edilson augusto de freitas e maria lauriette coelho de freitas**Nascimento** 06/11/1973 - manaus/AM - Brasil**Carteira de Identidade** 10100393 ssp - AM - 12/05/1992**CPF** 446.173.212-68**Endereço residencial** Quadra SQS 216 Bloco D

Asa Sul - Brasília

70295040, DF - Brasil

Telefone: 61 38790402

Celular 61 91102114

Endereço profissional Justiça Federal - Seção Judiciária do Distrito Federal, 9a. vara

Asa Sul - Brasília

70070933, DF - Brasil

Telefone: 092 36123332

Endereço eletrônico

E-mail para contato : m.luiz.freitas@uol.com.br

E-mail alternativo marcio.freitas@trf1.jus.br

Formação acadêmica/titulação

- 2017** Doutorado em Direito.
Universidade de Brasília, UnB, Brasília, Brasil
Orientador: Alexandre Kehrig Veronese Aguiar
- 2011 - 2013** Mestrado em Direito Ambiental.
Universidade do Estado do Amazonas, UEA, Manaus, Brasil
Título: Precaução e intervenção mínima: a proporcionalidade na tutela penal do meio ambiente, Ano de obtenção: 2013
Orientador: Edson Damas da Silveira
- 1993 - 1996** Graduação em Direito.
Universidade Federal do Amazonas, UFAM, Manaus, Brasil

Formação complementar

- 2001 - 2002** Curso de formação de Juízes Federais. (Carga horária: 60h).
Escola de Magistratura Federal da Primeira Região, ESMAF, Brasil
- 1998 - 1998** Curso de curta duração em Atualização em legislação ambiental. (Carga horária: 24h).
Fundação Getulio Vargas - SP, FGV-SP, Sao Paulo, Brasil
- 1998 - 1998** Curso de formação de Promotores de Justiça. (Carga horária: 40h).
Centro de Estudos e aperfeiçoamento do Ministério Público do Amazonas, CEAF-
MPAM, Brasil

1992 - 1992 Extensão universitária em Sistemas de governo.
Universidade Federal do Paraná, UFPR, Curitiba, Brasil

Atuação profissional

1. Tribunal Regional Federal da 1a. Região - TRF-1

Vínculo institucional

2001 - Atual Vínculo: Servidor público, Enquadramento funcional: Juiz Federal

Outras informações:

Titular da 9a. Vara do Distrito Federal desde 2014 até o presente; Diretor do foro da Seção Judiciária do Amazonas de 2009 a 2010; Titular da 2ª Vara do Amazonas entre 2007 e 2014; Titular e diretor da Subseção Judiciária de Ji-Paraná(RO) entre 2006 e 2007; Juiz Federal Substituto da 20ª Vara do DF entre 2001 e 2005.

2. Superior Tribunal de Justiça - STJ

Vínculo institucional

2016 - 2017 Juiz auxiliar da Vice-presidência
Outras informações: Gestão Ministro Humberto Martins

2014 - 2016 Juiz instrutor
Outras informações: Gabinete Ministro Humberto Martins

2013 - 2014 Juiz auxiliar da Presidência
Outras informações: Gestão Ministro Felix Fischer

3. Conselho de Justiça Federal - CJF

Vínculo institucional

2020 - Atual Secretário-Geral
Outras informações: Gestão Ministro Humberto Martins

4. Conselho Nacional de Justiça - CNJ

Vínculo institucional

2018 - 2020 Juiz auxiliar da Corregedoria Nacional
Outras informações: Corregedor Nacional Ministro Humberto Martins

5. Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas - TRE-AM

Vínculo institucional

2010 - 2014 juiz membro - classe Juiz Federal

6. Ministério Público do Amazonas - MP-AM**Vínculo institucional**

1998 - 2001 Promotor de Justiça

7. Centrais Elétricas do Norte do Brasil - ELETRONORTE**Vínculo institucional**

1997 - 1998 Vínculo: prestador de serviço , Enquadramento funcional: advogado , Carga horária: 40, Regime: Integral

8. Centro de Defesa dos Direitos Humanos CNBB N1 - CDDH - CNBB N1**Vínculo institucional**

1995 - 1997 Vínculo: prestador de serviço, Enquadramento funcional: coordenador jurídico , Carga horária: 20, Regime: Parcial

9. Universidade Federal do Amazonas/ CNPq - UFAM/CNPQ**Vínculo institucional**

1995 - 1996 Vínculo: bolsista , Enquadramento funcional: bolsista, Regime: Parcial

Outras informações:

bolsista do Programa institucional de bolsas de iniciação científica da UFAM/CNPq, com o projeto "Posse x propriedade: o Direito em face dos conflitos fundiários", sob orientação do Prof. Dr. José dos Santos Pereira Braga

1994 - 1995 Vínculo: Outro (especifique) , Enquadramento funcional: bolsista, Regime: Parcial

Outras informações:

bolsista do Programa institucional de bolsas de iniciação científica, com o projeto "o Mito da neutralidade e imparcialidade do Judiciário", orientado pelo Prof. Almir Menezes

10. Escola Superior da Magistratura do Amazonas - ESMAM**Vínculo institucional**

2011 - 2013 Vínculo: contrato com dispensa de licitação. Enquadramento funcional: professor, Regime: Parcial

Áreas de atuação

1. Direito Público
2. Direito Penal
3. Direito Constitucional
4. Direito Processual Penal
5. Filosofia do Direito
6. Teoria Geral do Processo

Idiomas

Inglês	Compreende Bem , Fala Bem , Escreve Bem , Lê Bem
Espanhol	Compreende Bem , Fala Pouco , Escreve Pouco , Lê Bem

Produção

Produção bibliográfica

Artigos completos publicados em periódicos

- 1. FREITAS, M. L. C.**
O valor da biodiversidade. Revista de Direito Ambiental. , v.68, p.277 - 302, 2012.
- 2. FREITAS, MARCIO LUIZ COELHO DE**
Entre tecnodeterminismo e interesse público: limites e possibilidades de regulação da internet. REVISTA DE DIREITO, ESTADO E TELECOMUNICAÇÕES (IMPRESSO). , v.10, p.125 - 146, 2018.
- 3. FREITAS, M. L. C.**
A prova ilícita por derivação e suas exceções. Justiça@ - Revista Eletrônica da Seção Judiciária do Distrito Federal. , v.19, p.3 - , 2011.
- 4. FREITAS, M. L. C.**
Lógica jurídica, argumentação e racionalidade. Jus Navigandi. , v.17, p.1 - , 2012.
- 5. FREITAS, M. L. C.**
Questões abertas sobre os danos morais por fatos da imprensa. Jus Navigandi. , v.18, p.1 - , 2013.
- 6. FREITAS, M. L. C.**
O exame antropológico em crimes imputados a indígenas. REVISTA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO. , v.22, p.289 - 296, 2008.
- 7. FREITAS, M. L. C.**
Da responsabilidade civil do Estado. Revista do Ministério Público do Estado do Amazonas (Cessou em 2005. Cont. ISSN 1982-6982 Revista Jurídica do Ministério Público do Estado do Amazonas. , v.2, p.151 - 160, 2001.
- 8. FREITAS, M. L. C.**
Supremacia Constitucional e hermenêutica. Revista do Ministério Público do Estado do Amazonas (Cessou em 2005. Cont. ISSN 1982-6982 Revista Jurídica do Ministério Público do Estado do Amazonas. , v.1, p.42 - 49, 2000.

Livros publicados

- 1. FREITAS, M. L. C.**
Direitos humanos e fraternidade: estudos em homenagem ao ministro Reynaldo Soares da Fonseca. São Luis: EDUFMA, 2020
- 2. FREITAS, M. L. C.**
Proporcionalidade, bem jurídico e tutela penal do meio ambiente. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2015, v.1. p.184.

Capítulos de livros publicados**1. FREITAS, M. L. C.**

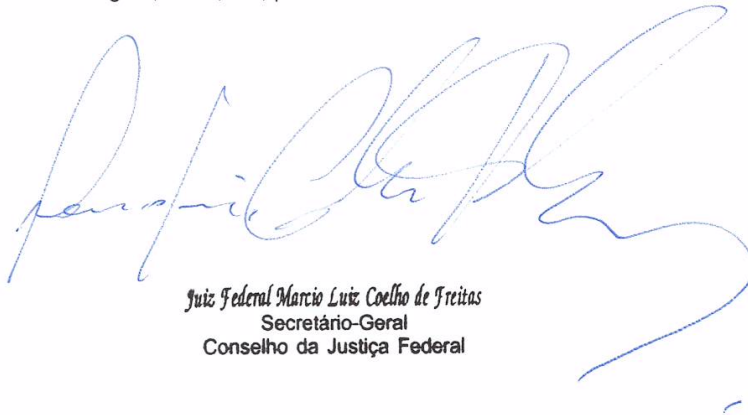
Soberania popular, democracia e jurisdição: reflexões acerca da legitimidade democrática da cassação de mandatos pela Justiça Eleitoral In: Direito e cidadania: fundamentos e perspectivas ed. Manaus: Editora Valer, 2011

2. FREITAS, M. L. C.

A imputação objetiva na responsabilidade civil do Estado por omissões In: Argumento: artigos doutrinários do X encontro de juízes Federais da 1a. Região. 1 ed. Brasília: Editora do TRF 1a. Região, 2009, p. 230-.

3. FREITAS, M. L. C.

O papel do juiz no combate à criminalidade In: Coleção Jornada de Estudos: direito processual penal. 1 ed. Brasília: Editora do TRF 1a. Região, 2008, v.1, p. 156-161.



Juiz Federal Marcio Luiz Coelho de Freitas
Secretário-Geral
Conselho da Justiça Federal

Argumentação Escrita

Iniciei minha trajetória profissional em 1997 quando, após concluir minha graduação em direito pela Universidade Federal do Amazonas, fui aprovado no concurso para advogado das Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A, sociedade de economia mista responsável pela produção e comercialização de energia elétrica na cidade de Manaus. Pouco tempo após minha contratação, passei a chefiar o setor jurídico, respondendo diretamente à diretoria em Brasília. A experiência foi extremamente enriquecedora, por se tratar de uma empresa de grande porte que necessitava de uma grande reformulação em sua atuação jurídica e acompanhamento de ações judiciais, principalmente no campo trabalhista, já que a empresa respondia a mais de 1500 reclamações trabalhistas, mesmo tendo um contingente de “apenas” 900 empregados.

Em 1998 fui aprovado no concurso para o cargo de Promotor de Justiça do Estado do Amazonas, tendo sido inicialmente designado para a Comarca de Humaitá, onde tive mais contato com a realidade da população do interior do Amazonas, com os desafios de atuar em defesa do interesse público em uma realidade na qual a atuação estatal se faz extremamente necessária. Permaneci como Promotor de Justiça por 3 anos e meio, tendo passado pelas Comarcas de Coari, São Sebastião do Uatumã e Autazes, além de ter trabalhado em Manaus nas promotorias das varas de entorpecentes, na auditoria militar e na especializada em proteção ao meio ambiente.

Em 2001 fui aprovado no concurso para juiz federal do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, tendo sido nomeado para a Seção Judiciária do Distrito Federal, uma vez que, em virtude do pequeno número de aprovados (17), o TRF1 não ofereceu a Seção Judiciária do Amazonas como opção de lotação inicial. Em Brasília, atuei em uma vara de competência cível até 2006, quando fui promovido a titular na recém-criada Vara Federal de Ji-Paraná, em Rondônia.

Instalar uma nova vara federal no interior de um estado amazônico revelou-se um grande desafio, já que, pela divisão de competência feita, toda a região central e o sul do Estado passaram a ser de competência da nova vara. Assim, em meio aos procedimentos iniciais próprios da instalação de uma nova unidade administrativa, com um quantitativo pequeno de servidores, a nova vara passou a receber um volume de processos quase idêntico ao das 4 varas federais de competência geral instaladas na capital do Estado.

Após 1 ano e 10 meses, fui removido para uma vara federal no Amazonas, especializada em matéria criminal. Na Seção Judiciária do Amazonas, exerci as funções de vice-diretor do foro em 2009 e, em 2010, de diretor do foro da Seção Judiciária, responsável pela administração da Justiça Federal naquele Estado, tendo inclusive inaugurado o novo prédio da Seccional. Além disso, tive uma experiência marcante ao compor por 4 anos o Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas, sendo dois anos como titular e dois anos como suplente, valendo ressaltar, entretanto, que durante os dois anos em que fui suplente estive em exercício por um ano e 10 meses, em razão de afastamento do titular, o que acarretou uma experiência de praticamente dois mandatos naquela Corte.

Durante o tempo em que estive em Manaus, retomei minhas atividades acadêmicas e ingressei no mestrado em Direito Ambiental da Universidade do Estado do Amazonas, além de ministrar aulas na Escola Superior da Magistratura do TJAM e na pós-graduação em direito da Escola Superior Batista do Amazonas.

Em 2012 fui convocado para o Tribunal regional Federal da 1ª. Região, onde atuei até abril de 2013, quando fui convocado pelo Ministro Felix Fischer para exercer a função de juiz auxiliar da presidência do Superior Tribunal de Justiça, ficando responsável por matérias administrativas, especialmente aquelas ligadas ao Conselho da Justiça Federal, também presidido pelo Ministro Fischer.

Ao término da gestão da presidência, fui convocado como magistrado instrutor no gabinete do Ministro Humberto Martins, do Superior Tribunal de Justiça, oportunidade em que também o auxiliei nas atividades da Corregedoria-Geral da Justiça Federal e, posteriormente, na vice-presidência do STJ. Durante esse período, dando continuidade à minha trajetória acadêmica, ingressei no doutorado em Direito, Estado e Constituição da Universidade de Brasília, que devo concluir neste ano de 2021, além de ter ministrado aulas na pós-graduação em direito penal do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP).

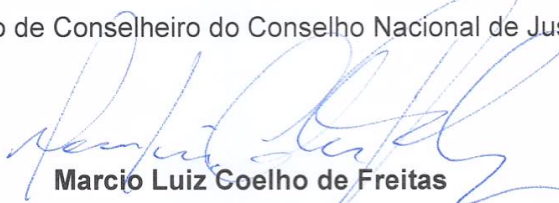
Em 2014 me removi para a 9ª. Vara Federal do Distrito Federal, com competência cível, unidade da qual sou titular até a presente data, tendo promovido uma série de medidas tendentes a reduzir o acervo de processos.

Durante a gestão do Ministro Humberto Martins na Corregedoria Nacional de Justiça, entre agosto de 2018 e agosto de 2020, tive a honra de ser convocado para atuar como juiz auxiliar, tendo recebido a tarefa de coordenar as atividades da equipe de juízes auxiliares. Foram dois anos de trabalho intenso, buscando auxiliar o Ministro Corregedor a

implementar sua visão de uma Judiciário mais efetivo e eficiente, a serviço da cidadania. Coordenei equipes de inspeção em 25 tribunais de justiça e federais, além de ter implementado o projeto de um sistema de processos judiciais eletrônicos específico para as corregedorias. Também no CNJ, dentre outras atividades, integrei o Comitê de Cooperação Judiciária, o Observatório Nacional sobre Questões Ambientais, Econômicas e Sociais de Alta Complexidade e Grande Impacto e Repercussão da Comissão e o Grupo de Trabalho instituído para a implementação da Lei nº 13.964/2019.

Em agosto de 2020, sob a presidência do Ministro Humberto Martins, assumi o cargo de Secretário-Geral do Conselho da Justiça Federal, órgão encarregado da supervisão administrativa e orçamentária da Justiça Federal de primeiro e segundo graus. No CJF temos buscado concretizar a visão do Ministro Presidente de uma gestão participativa e democrática, na qual seja reforçado o papel do CJF como ente uniformizador e orquestrador das ações administrativas dos tribunais regionais federais, otimizando a circulação de informações e uniformizando procedimentos administrativos, de modo a garantir maior eficiência na atuação administrativa.

No curso de minha trajetória profissional, em especial aquela especificamente desenvolvida nos quase 20 anos de magistratura federal, tive a sorte de ter vivenciado diversas realidades, seja em uma Seção Judiciária grande, como a do Distrito Federal, sede da União, seja na instalação de uma subseção no interior de Rondônia. Também pude exercer praticamente todas as funções administrativas da Justiça Federal, de diretor do foro de subseção a Secretário-Geral do CJF, sem mencionar a experiência na presidência do STJ e na Corregedoria Nacional de Justiça. São estas experiências, bem como minha formação acadêmica, que apresento como demonstração de minha aptidão para o exercício do cargo de Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça.



Marcio Luiz Coelho de Freitas

**JUIZ FEDERAL INDICADO PELO STJ PARA INTEGRAR O CONSELHO NACIONAL
DE JUSTIÇA**

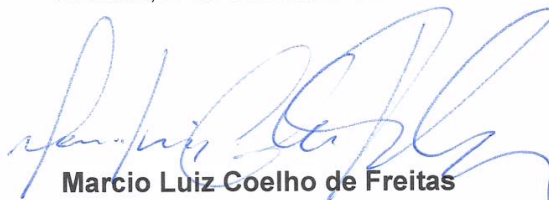
DECLARAÇÃO

Marcio Luiz Coelho de Freitas, brasileiro, casado, Juiz Federal, indicado para o cargo de **Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça**, declara, perante o Senado Federal, para os fins determinados pelo art. 383, I, b, 5 do Regimento Interno, que:

- Atuou no seguintes juízos:

1. De 2014 até a presente data, é Juiz titular da 9ª. Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal.
2. Entre 2007 e 2014, foi Juiz Titular da 2ª. Vara Federal da Seção Judiciária do Amazonas.
3. Entre 2006 e 2007, foi Juiz Titular da Vara Única da Subseção Judiciária de Ji-Paraná (RO)
4. Entre 2001 e 2006, foi Juiz Federal substituto na 20ª. Vara da Seção judiciária do Distrito Federal.

Brasília, 2 de setembro de 2021.



Marcio Luiz Coelho de Freitas

**JUIZ FEDERAL INDICADO PELO STJ PARA INTEGRAR O CONSELHO NACIONAL
DE JUSTIÇA**

02/09/2021 17:56

SEI/CJF - 0257905 - Certidão



CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

Setor de Clubes Esportivos Sul - Lote 09 - Trecho III - Polo 8 - Bairro Asa Sul - CEP 70200-003 - Brasília - DF - www.cjf.jus.br

CERTIDÃO - SCG

Certifico, para os devidos fins, que não tramita no âmbito desta Corregedoria-Geral procedimento ou processo administrativo disciplinar que indique impedimento, de qualquer natureza, em relação ao magistrado MÁRCIO LUIZ COELHO DE FREITAS.

DANIELA PEREIRA MADEIRA

Juíza Federal Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça Federal



Autenticado eletronicamente por **Juíza Federal Daniela Pereira Madeira, Juíza Federal Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça Federal**, em 02/09/2021, às 17:42, conforme art. 1º, §2º, III, b, da [Lei 11.419/2006](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.cjf.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0257905** e o código CRC **B6058AAA**.

Processo nº0002569-06.2021.4.90.8000

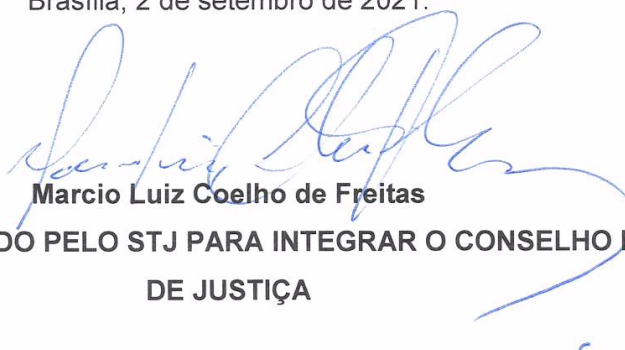
SEI nº0257905

DECLARAÇÃO

Marcio Luiz Coelho de Freitas, brasileiro, casado, Juiz Federal, indicado para o cargo de **Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça**, declara, perante o Senado Federal, para os fins determinados pelo Art. 5º, IV, da Resolução n. 7/05, que:

- Não é membro do Congresso Nacional, do Poder Legislativo dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, ou cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, de membro desses Poderes.

Brasília, 2 de setembro de 2021.



Marcio Luiz Coelho de Freitas

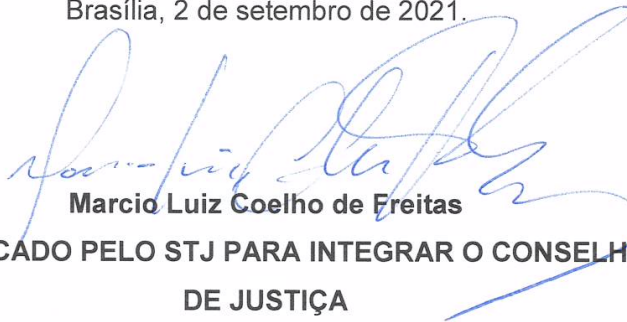
**JUIZ FEDERAL INDICADO PELO STJ PARA INTEGRAR O CONSELHO NACIONAL
DE JUSTIÇA**

DECLARAÇÃO

Marcio Luiz Coelho de Freitas, brasileiro, casado, Juiz Federal, indicado para o cargo de **Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça**, declara, perante o Senado Federal, para os fins determinados pelo art. 383, I, b, 4 do Regimento Interno e art. 5º, III, da Resolução n. 7/05, que:

- Não existem ações judiciais, seja como autor ou réu, em todo e qualquer grau de jurisdição, bem como procedimento administrativo-disciplinar.

Brasília, 2 de setembro de 2021.



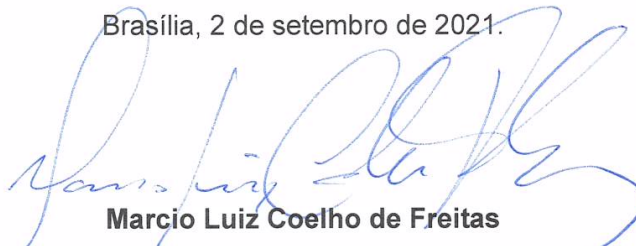
Marcio Luiz Coelho de Freitas

**JUIZ FEDERAL INDICADO PELO STJ PARA INTEGRAR O CONSELHO NACIONAL
DE JUSTIÇA**

DECLARAÇÃO

Marcio Luiz Coelho de Freitas, brasileiro, casado, Juiz Federal, indicado para o cargo de **Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça**, declara, perante o Senado Federal, para os fins determinados pelo art. 383, I, b, 3 do Regimento Interno, a regularidade fiscal, no âmbito federal, estadual e municipal, conforme documentação anexa.

Brasília, 2 de setembro de 2021.



Marcio Luiz Coelho de Freitas

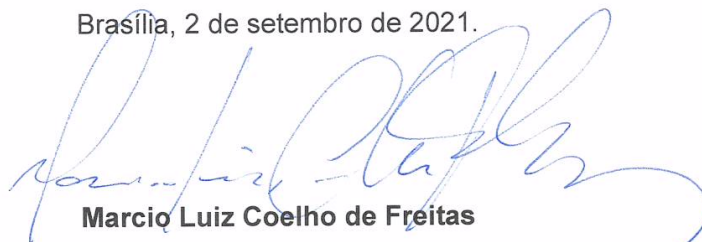
**JUIZ FEDERAL INDICADO PELO STJ PARA INTEGRAR O CONSELHO NACIONAL
DE JUSTIÇA**

DECLARAÇÃO

Marcio Luiz Coelho de Freitas, brasileiro, casado, Juiz Federal, indicado para o cargo de **Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça**, declara, perante o Senado Federal, para os fins determinados pelo art. 383, I, b, 1 do Regimento Interno e pelo art. 5º, I, da RSF 7/05, que:

- Não possui parentes que exerçam atividades públicas ou privadas vinculadas à sua atividade profissional.

Brasília, 2 de setembro de 2021.



Marcio Luiz Coelho de Freitas

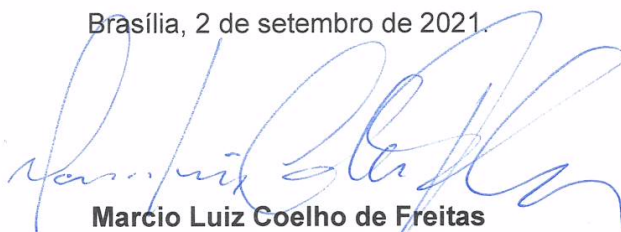
**JUIZ FEDERAL INDICADO PELO STJ PARA INTEGRAR O CONSELHO NACIONAL
DE JUSTIÇA**

DECLARAÇÃO

Marcio Luiz Coelho de Freitas, brasileiro, casado, Juiz Federal, indicado para o cargo de **Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça**, declara, perante o Senado Federal, para os fins determinados pelo art. 383, I, b, 2 do Regimento Interno, que:

- Não participou, em qualquer tempo, como sócio, proprietário ou gerente de empresas ou entidades não governamentais.

Brasília, 2 de setembro de 2021.



Marcio Luiz Coelho de Freitas

**JUIZ FEDERAL INDICADO PELO STJ PARA INTEGRAR O CONSELHO NACIONAL
DE JUSTIÇA**



SENADO FEDERAL

OFÍCIO "S" Nº 16, DE 2021

(nº 401/2021, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso VII, da Constituição Federal, o nome do Juiz Federal MARCIO LUIZ COELHO DE FREITAS, para compor o Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no biênio 2021/2023, na vaga indicada pelo Superior Tribunal de Justiça.

AUTORIA: Superior Tribunal de Justiça

DOCUMENTOS:

[- Texto do ofício](#)



[Página da matéria](#)

**SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**SAFS - Quadra 06 - Lote 01 - Trecho III - CEP 70095-900 - Brasília - DF - www.stj.jus.br

Ofício-e STJ/GP n. 401/2021

Brasília, 30 de agosto de 2021.

A Sua Excelência o Senhor
Senador RODRIGO OTAVIO SOARES PACHECO
Presidente do Senado Federal
Brasília - DF

Assunto: Indicação de Magistrados para compor o CNJ

Senhor Presidente,

1 Encaminho à elevada consideração de Vossa Excelência os nomes dos candidatos escolhidos, nesta data, pelo Plenário desta Corte, para compor o Conselho Nacional de Justiça, no biênio 2021/2023, nos termos do art. 103-B, caput, VI e VII da Constituição Federal:

Desembargadora Federal Salise Monteiro Sanchotene, do
Tribunal Regional Federal da 4ª Região, e

Juiz Federal Marcio Luiz Coelho de Freitas, do Tribunal Regional
Federal da 1ª Região.

2 Informo, ainda, que a documentação de que trata a Resolução n. 7, 27 de abril de 2005, do Senado Federal será remetida a essa Casa diretamente pelos indicados.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Humberto Eustáquio Soares Martins**,
Presidente do Superior Tribunal de Justiça, em 30/08/2021, às 18:43, conforme art. 1º,
III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
[https://sei.stj.jus.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.stj.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.stj.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador
2603780 e o código CRC **BEF875D4**.

342

021226/2021

2603780v4



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 10ª REGIÃO

CERTIDÃO DE AÇÕES TRABALHISTAS EM TRAMITAÇÃO - TRT 10ª REGIÃO

Dados Pesquisados:

NOME: MARCIO LUIZ COELHO DE FREITAS

CPF/CNPJ: 446.173.212-68

Expedição: **02/09/2021 – 13:16:11**

Código de Autenticidade: 9XSC6DT7ZL1JAPGNI6

Válida até 02/10/2021

CERTIFICA-SE que em pesquisa nos registros eletrônicos armazenados nos Sistemas de Acompanhamento Processual – SAP do Tribunal Regional do Trabalho 10ª Região (Distrito Federal e Tocantins), e no Sistema de Processo Judicial Eletrônico – PJe, até a presente data, **NÃO CONSTA** ação trabalhista em tramitação em face da pessoa natural/jurídica identificada acima, de acordo com os dados fornecidos pelo solicitante.

OBSERVAÇÕES:

- 1) A pesquisa foi realizada pelo CPF/CNPJ indicado, que recupera exatamente a grafia do nome correspondente, conforme consta do banco de dados da Receita Federal, não alcançando eventuais registros nos cadastros processuais em formato abreviado, nomes similares e fantasia;
- 2) Esta certidão não gera os efeitos da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT (www.tst.jus.br/certidao), documento que prova a regularidade trabalhista em todo o país para participar em licitações, nos termos da Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011;
- 3) A busca realizada não contempla processos arquivados definitivamente e ações originárias da 2ª Instância, bem como as seguintes classes processuais da 1ª Instância: Ações de Consignação em Pagamento, Cartas Precatórias, Embargos de Terceiro, Inquérito para Apuração de Falta Grave, Mandados de Segurança e Mandados de Segurança Coletivo.
- 4) No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
- 5) Caso discorde do resultado, o interessado deverá se dirigir à unidade judiciária na qual tramita o processo.
- 6) Certidão emitida gratuitamente pela Internet, conforme previsão contida na Portaria PRE-SGJUD n.º 12, de 14/12/2017.
- 7) Ações recuperadas pela grafia contêm (*) ao lado de seu número.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:

https://www.trt10.jus.br/certidao_online/ServletCertidaoOnline?codigo=9XSC6DT7ZL1JAPGNI6



**CERTIDÃO NEGATIVA DE DISTRIBUIÇÃO (AÇÕES CRIMINAIS)
1ª e 2ª Instâncias**

CERTIFICAMOS que, após consulta aos registros eletrônicos de distribuição de ações criminais disponíveis até 02/09/2021, **NADA CONSTA** contra o nome por extenso e CPF/CNPJ de:

MARCIO LUIZ COELHO DE FREITAS

446.173.212-68

(MARIA LAURIETTE COELHO DE FREITAS / EDILSON AUGUSTO DE FREITAS)

OBSERVAÇÕES:

- a) Os dados de identificação são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e pelo destinatário.
- b) A certidão será emitida de acordo com as informações inseridas no banco de dados. Em caso de exibição de processos com dados desatualizados, o interessado deverá requerer a atualização junto ao juízo ou órgão julgador.
- c) A certidão será negativa quando não for possível a individualização dos processos por carência de dados do Poder Judiciário. (artigo 8º, § 2º da Resolução 121/CNJ).
- d) A certidão cível contempla ações cíveis, execuções fiscais, execuções e insolvências civis, falências, recuperações judiciais, recuperações extrajudiciais, inventários, interdições, tutelas e curatelas. A certidão criminal compreende os processos criminais, os processos criminais militares e as execuções penais. Demais informações sobre o conteúdo das certidões, consultar em www.tjdft.jus.br, no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Tipos de Certidão.
- e) A certidão cível atende ao disposto no inciso II do artigo 31 da Lei 8.666/1993.
- f) Medida prevista no artigo 26 do Código Penal, sentença não transitada em julgado.

A autenticidade deverá ser confirmada no site do TJDF (www.tjdft.jus.br), no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Validar Certidão - autenticar, informando-se o número do selo digital de segurança impresso.

Emitida gratuitamente pela internet em: 02/09/2021

Selo digital de segurança: **2021.CTD.JD79.PJXJ.GA8H.8CFR.XABA**

*** VÁLIDA POR 30 (TRINTA) DIAS ***



TJDFT

Poder Judiciário da União

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

CERTIDÃO NEGATIVA DE DISTRIBUIÇÃO (AÇÕES CÍVEIS)
1ª e 2ª Instâncias

CERTIFICAMOS que, após consulta aos registros eletrônicos de distribuição de ações cíveis disponíveis até 02/09/2021, **NADA CONSTA** contra o nome por extenso e CPF/CNPJ de:

MARCIO LUIZ COELHO DE FREITAS

446.173.212-68

(MARIA LAURIETTE COELHO DE FREITAS / EDILSON AUGUSTO DE FREITAS)

OBSERVAÇÕES:

- a) Os dados de identificação são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e pelo destinatário.
- b) A certidão será emitida de acordo com as informações inseridas no banco de dados. Em caso de exibição de processos com dados desatualizados, o interessado deverá requerer a atualização junto ao juízo ou órgão julgador.
- c) A certidão será negativa quando não for possível a individualização dos processos por carência de dados do Poder Judiciário. (artigo 8º, § 2º da Resolução 121/CNJ).
- d) A certidão cível contempla ações cíveis, execuções fiscais, execuções e insolvências civis, falências, recuperações judiciais, recuperações extrajudiciais, inventários, interdições, tutelas e curatelas. A certidão criminal compreende os processos criminais, os processos criminais militares e as execuções penais. Demais informações sobre o conteúdo das certidões, consultar em www.tjdft.jus.br, no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Tipos de Certidão.
- e) A certidão cível atende ao disposto no inciso II do artigo 31 da Lei 8.666/1993.
- f) Medida prevista no artigo 26 do Código Penal, sentença não transitada em julgado.

A autenticidade deverá ser confirmada no site do TJDFT (www.tjdft.jus.br), no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Validar Certidão - autenticar, informando-se o número do selo digital de segurança impresso.

Emitida gratuitamente pela internet em: 02/09/2021

Selo digital de segurança: **2021.CTD.PBCL.0130.34R0.3888.ZK81**

*** VÁLIDA POR 30 (TRINTA) DIAS ***



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO
CERTIDÃO JUDICIAL CÍVEL

14349903/2021

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, PROCESSOS de classes CÍVEIS em tramitação contra:

MARCIO LUIZ COELHO DE FREITAS

OU

CPF: 446.173.212-68

Certidão emitida em: 02/09/2021, às 13:24:48 (data e hora de Brasília)

Observações:

- A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço <https://sistemas.trf1.jus.br/certidao>, por meio do código de validação abaixo;
- A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
- Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;

Certidão: 14349903

Código de Validação: 4251 F166 0222 CF3C 5AAE FE88 3F67 50C6

Data da Atualização: 02/09/2021, às 01:41:21



Certidão válida para o(s) seguinte(s) órgão(s): SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO ACRE, SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO AMAZONAS, SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO AMAPÁ, SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DA BAHIA, SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL, SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE GOIÁS, SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO MARANHÃO, SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE MATO GROSSO, SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ, SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO PIAUÍ, SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE RONDÔNIA, SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE RORAIMA, SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO TOCANTINS, TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO
CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL NEGATIVA

14349968/2021

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, **PROCESSOS** de classes **CRIMINAIS** contra:

MARCIO LUIZ COELHO DE FREITAS

OU

CPF: 446.173.212-68

Certidão emitida em: 02/09/2021, às 13:26:55 (data e hora de Brasília)

Observações:

- A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço <https://sistemas.trf1.jus.br/certidao>, por meio do código de validação abaixo;
- A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
- Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;

Certidão: 14349968

Código de Validação: 84A0 6CA4 E431 CD3E 4591 DE8B 0ADA FC98

Data da Atualização: 02/09/2021, às 01:41:21



Certidão válida para o(s) seguinte(s) órgão(s): SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO ACRE, SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO AMAZONAS, SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO AMAPÁ, SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DA BAHIA, SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL, SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE GOIÁS, SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO MARANHÃO, SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE MATO GROSSO, SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ, SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO PIAUÍ, SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE RONDÔNIA, SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE RORAIMA, SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO TOCANTINS, TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO.



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

CERTIDÃO Nº: 256098911342021
NOME: MARCIO LUIZ COELHO DE FREITAS
ENDEREÇO: SQS 216 BLOCO D APT 502
CIDADE: ASA SUL
CPF: 446.173.212-68
FINALIDADE: JUNTO AO GDF

_____ CERTIFICAMOS QUE _____

Até esta data não constam débitos de tributos de competência do Distrito Federal, inclusive os relativos à Dívida Ativa, para o contribuinte acima. Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Distrito Federal cobrar, a qualquer tempo, débitos que venham a ser apurados.

**Certidão expedida conforme Decreto Distrital nº 23.873 de 04/07/2003, gratuitamente.
Válida até 01 de dezembro de 2021. ***

* Obs: As certidões expedidas durante o período declarado de situação de emergência no âmbito da saúde pública, em razão do risco de pandemia do novo coronavírus, de que trata o Decreto nº 40.475, de 28/02/2020, terão sua validade limitada ao prazo em que perdurar tal situação.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: MARCIO LUIZ COELHO DE FREITAS
CPF: 446.173.212-68

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão se refere à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 13:11:44 do dia 02/09/2021 <hora e data de Brasília>.

Válida até 01/03/2022.

Código de controle da certidão: **FED2.E205.AED0.BC9E**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

9



SENADO FEDERAL

OFÍCIO "S" Nº 17, DE 2021

(nº 401/2021, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso VI, da Constituição Federal, o nome da Desembargadora Federal SALISE MONTEIRO SANCHOTENE, para compor o Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no biênio 2021/2023, na vaga indicada pelo Superior Tribunal de Justiça.

AUTORIA: Superior Tribunal de Justiça

DOCUMENTOS:

[- Texto do ofício](#)

DESPACHO: À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania



[Página da matéria](#)

368

**SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**SAFS - Quadra 06 - Lote 01 - Trecho III - CEP 70095-900 - Brasília - DF - www.stj.jus.br

Ofício-e STJ/GP n. 401/2021

Brasília, 30 de agosto de 2021.

A Sua Excelência o Senhor
Senador RODRIGO OTAVIO SOARES PACHECO
Presidente do Senado Federal
Brasília - DF

Assunto: Indicação de Magistrados para compor o CNJ

Senhor Presidente,

1 Encaminho à elevada consideração de Vossa Excelência os nomes dos candidatos escolhidos, nesta data, pelo Plenário desta Corte, para compor o Conselho Nacional de Justiça, no biênio 2021/2023, nos termos do art. 103-B, caput, VI e VII da Constituição Federal:

Desembargadora Federal Salise Monteiro Sanchotene, do
Tribunal Regional Federal da 4ª Região, e

Juiz Federal Marcio Luiz Coelho de Freitas, do Tribunal Regional
Federal da 1ª Região.

2 Informo, ainda, que a documentação de que trata a Resolução n. 7, 27 de abril de 2005, do Senado Federal será remetida a essa Casa diretamente pelos indicados.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Humberto Eustáquio Soares Martins**,
Presidente do Superior Tribunal de Justiça, em 30/08/2021, às 18:43, conforme art. 1º,
III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
[https://sei.stj.jus.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.stj.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.stj.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador
2603780 e o código CRC **BEF875D4**.

CURRICULUM VITAE

Salise Monteiro Sanchotene

Desembargadora Federal

Tribunal Regional Federal da 4ª Região
Rua Otávio Francisco Caruso da Rocha, 300, 6º andar
Porto Alegre/RS, Brasil, CEP 90010-395
Celular +55 51 99155-1055
(51) 3213-3241 ou 3213-3242
salise.sanchotene@trf4.jus.br
Nacionalidade brasileira
Data de nascimento 05-04-1967

EXPERIÊNCIA

Vice-Corregedora da Justiça Federal da 4ª Região, Tribunal Regional Federal da 4ª Região, Porto Alegre/RS

DESDE 24-06-2021

Gestão do biênio 2021-2023

Desembargadora Federal do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, Porto Alegre/RS

DESDE 16-05-2016

Com alteração da competência para matéria criminal em junho de 2017

Juíza Auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça, Conselho Nacional de Justiça, Brasília/DF

08-09-2008 a 07-09-2010

Juíza Auxiliar convocada para integrar o Gabinete Extraordinário de Assuntos Institucionais da Presidência, Supremo Tribunal Federal, Brasília/DF

04-04-2007 a 03-07-2008

Juíza Federal Diretora do Foro da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS

30-06-2003 a 23-06-2005

Juíza Suplente da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais do Rio Grande do Sul, em convocação permanente a partir de 06-2002, Porto Alegre/RS

12-2001 a 01-2004

Juíza Federal da 2ª Vara Federal Criminal de Porto Alegre, Porto Alegre/RS

06-09-1993 a 15-05-2016



Atual 11ª Vara Federal de Porto Alegre

Servidora Pública da Justiça Estadual do Rio Grande do Sul - Porto Alegre/RS

1990-1993

FORMAÇÃO

Doutora em Direito Público e Filosofia Jurídica pela Universidad Autónoma de Madrid

Defesa da tese "O Delito de Uso de Informação Privilegiada: Contexto, Evolução e Bem Jurídico. Estudo Comparado dos Ordenamentos Jurídicos Espanhol e Brasileiro", aprovada com a obtenção de grau máximo na avaliação (Sobresaliente Cum Laude por Unanimidad).

2017

Especialista em Direito Penal lato sensu, Centro de Estudos Judiciários, Conselho da Justiça Federal, em convênio com a Universidade Nacional de Brasília - UNB.

10-06-1997 a 27-11-1998

Curso Incompleto de Graduação em Psicologia, Universidade Luterana do Brasil, Canoas/RS.

1990-1991

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS.

1984-1988

COMPETÊNCIAS PESSOAIS

Assertividade, construção coletiva de conhecimento e liderança de equipes.

Português (língua materna)

Espanhol fluente

Inglês avançado

Italiano básico

COMPETÊNCIAS SOCIAIS

Representante da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, para fins de matéria criminal e execução penal, no Estande do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, 58ª Feira do Livro de Porto Alegre, em 06 de novembro de 2012.



Membro do Conselho Fiscal da Associação dos Juízes Federais do Rio Grande do Sul – Ajufergs, no biênio 2008/2010.

Auxílio, em 2007, na estruturação do Centro de Degravação da Associação de Cegos do Rio Grande do Sul - Acergs, por meio da aplicação de recursos oriundos da pena de prestação pecuniária geridos pela 2ª Vara Federal Criminal de Porto Alegre/RS, promovendo a empregabilidade de deficientes visuais, iniciativa premiada no Prêmio Inovare do ano de 2011.

Implantação, em 2006, na 2ª Vara Federal Criminal de Porto Alegre/RS, do sistema de aplicação de recursos oriundos das penas de prestação pecuniária, com ênfase na área de segurança pública, tais como Polícia Federal Ambiental e Delegacia de Narcóticos da Polícia Civil, e na rede de educação pública estadual.

Auxílio, em 2005, na melhoria da estrutura física da Brigada Militar, por meio da destinação de mobiliário e equipamentos de informática descartados pela Justiça Federal do Rio Grande do Sul, como Diretora do Foro da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.

COMPETÊNCIAS DE ORGANIZAÇÃO

Coordenadora de grupos de trabalho criados pela Corregedoria Regional da Justiça Federal da 4ª Região, na gestão do biênio 2019-2021, para discussão sobre os procedimentos das varas criminais e de execução penal após as mudanças operadas pela edição da Lei nº 13.964/2019 e proposta de atualização da Consolidação Normativa da 4ª Região.

Presidente do Comitê Gestor Local de Gestão de Pessoas da Justiça Federal da 4ª Região, instituído pela Portaria nº 874, de 22 de agosto de 2018, do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, com designação da Presidência pelo próprio Comitê e mandato de dois anos até 08-2020, criado em função da Resolução nº 240/2016, do Conselho Nacional de Justiça.

Membro suplente da Comissão de Vitaliciamento do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, estabelecida pela Portaria nº 1163, de 04 de outubro de 2017, do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, com atuação durante todo o período de vitaliciamento.

Presidente, de 11-2007 a 11-2010, do Grupo Jurídico da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro - Enccla, responsável pela elaboração de anteprojetos de leis penais e processuais penais, bem como pelo acompanhamento da tramitação dos projetos, posteriormente, no Congresso Nacional.

Gestora nacional da Meta n. 2, implantada pelo Conselho Nacional de Justiça, em 2009, e que visava ao julgamento, em todo o Poder Judiciário Nacional, dos processos mais antigos da justiça brasileira.

Coordenadora da experiência piloto do Sistema Nacional de Bens Apreendidos – SNBA, na 2ª Vara Federal Criminal de Porto Alegre/RS, em 2009.

Diretora do Foro da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul quando da implantação do processo judicial virtual na Justiça Federal do Rio Grande do Sul, versão 1, no biênio 2003-2005.

Diretora do Foro da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul quando da criação, no biênio 2003-2005, do programa de desenvolvimento das competências gerenciais necessárias ao desempenho das funções de Diretor de Secretaria e de Diretor ou Supervisor da área administrativa, em caráter continuado e permanente.

Vice-Presidente da Escola da Magistratura Federal – Esmafe, de 06-2003 a 06-2005.

COMPETÊNCIAS TÉCNICAS

ATIVIDADES ATUAIS

Conselheira Titular do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária - CNPCP, conforme Portaria nº 661, de 11 de dezembro de 2020, do Ministério da Justiça e da Segurança Pública, publicada no DOU, Seção 2, nº 238, de 14 de dezembro de 2020, retificada no DOU, Seção 2, nº 240, de 16 de dezembro de 2020.

Supervisora do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário - GMF da Justiça Federal da 4ª Região, conforme Portaria nº 554/2020, do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, de 17/06/2020.

Membro da Comissão de Aprimoramento da Gestão de Bens Apreendidos em Processos Criminais na Justiça Federal, do Conselho da Justiça Federal, criado pela Portaria SEI n. 11/2019-CJF, de 08 de janeiro de 2019

ATIVIDADES PRETÉRITAS

Integrante de projeto sobre correlação entre a International Classification of Crimes for Statistical Purposes – ICCS e a tabela de assuntos prevista nas Tabelas Processuais do Conselho Nacional de Justiça, coordenado pela Conselheira Maria Tereza Uille Gomes, no mandato 2019-2021, sendo designada coordenadora de grupo de estudos sobre o tema, com participação de representantes de outros órgãos, e coordenadora de uma das equipes, que entregou proposta para o desdobramento da tabela especificamente quanto aos crimes ambientais, aprovada no mês de agosto de 2021 pelo Comitê Gestor das Tabelas Processuais do Conselho Nacional de Justiça.

Integrante da Comissão de Juristas responsável pela elaboração de anteprojeto de reforma da Lei nº 9.613/1996, que institui o delito de lavagem de capitais e dispõe sobre

mecanismos de repressão à criminalidade econômica, nos termos do Ato do Presidente de 25/09//2020, da Câmara dos Deputados, cujas atividades foram suspensas após alteração da Presidência em sessão legislativa do ano de 2021.

Integrante da Banca de Examinadores do Processo Seletivo para candidatos ao Programa de Pós-Graduação Profissional em Direito e Poder Judiciário - 2º semestre de 2020, da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados - Enfam.

Coordenadora de uma das equipes formadas pela Corregedoria-Geral da Justiça Federal, na gestão da Ministra Maria Thereza de Assis Moura, para as inspeções realizadas pelo Conselho da Justiça Federal no Tribunal Regional Federal da 2ª Região e no Tribunal Regional Federal da 3ª Região, no ano de 2020.

Integrante do Grupo de Trabalho destinado ao estudo e elaboração de propostas voltadas à gestão de bens e ativos apreendidos pelo Poder Judiciário e à revisão da Resolução CNJ nº 63, de 16 de dezembro de 2008, criado pelo Conselho Nacional de Justiça, conforme Portaria nº 187/2019, cujo resultado foi a edição da Resolução CNJ nº 356/2020.

Membro do Comitê Técnico de Aperfeiçoamento e de Pesquisa - CTAP, do Conselho da Justiça Federal, na qualidade de representante da Escola da Magistratura Federal do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, conforme processo administrativo Sei n. 0000515-54.2014.4.04.8000.

Membro do Comitê Técnico de Formação e Pesquisa da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira – Enfam, na qualidade de representante da Escola da Magistratura Federal do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, conforme Portaria Enfam n. 9, de 16 de junho de 2014.

Membro da Comissão constituída pela Corregedoria Regional da Justiça Federal da 4ª Região para estudo e regulamentação do uso de tornozeleiras para monitoramento eletrônico no âmbito da Justiça Federal da 4ª Região, conforme despacho no processo administrativo Sei n. 0011146-48.2014.4.04.8003, documento 2426617, datado de 12/03/2015, e Portaria n. 659, de 08 de junho de 2015, conforme processo administrativo Sei n. 0003879-97.2015.4.04.8000.

Presidente da Comissão criada pela Corregedoria Regional da Justiça Federal da 4ª Região, para apresentar um novo modelo de certidão de antecedentes a ser disponibilizado aos clientes internos e externos da Justiça Federal da 4ª Região, conforme Portaria n. 682, de 09 de julho de 2014, sendo o relatório final, com proposta de certidão integrada aos dados criminais existentes no eproc e ao rol de culpados, apresentado pela comissão nos processos administrativos n. 0006773-77.2014.4.04.8001 e 0005026-92.2014.4.04.8001



Integrante do Grupo de Trabalho de Juízes sobre Penas e Medidas Alternativas, instituído pelo Presidente do Conselho Nacional de Justiça, que teve por objetivo estabelecer diretrizes e ações para garantir a execução das penas restritivas de direitos e de outras penas alternativas à prisão, entre outras atribuições, conforme Portaria nº 46/2011, que resultou na edição da Resolução CNJ nº 154/2012.

Membro do Gabinete de Gestão Integrada – GGI da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro – Enccla, na qualidade de representante do Conselho da Justiça Federal – CJF, nos anos de 2008 a 2010 e 2014.

Membro da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro - Enccla de 2003 a 2014, colaborando para a sugestão de medidas concretas de aprimoramento ao combate à corrupção e a crimes financeiros, dentre elas os anteprojetos de lei de aperfeiçoamento da lei de lavagem de dinheiro, da instituição da ação civil de extinção de domínio e de criação das técnicas especiais de investigação criminal.

Membro da Comissão do XV Concurso Público para Provimento de Cargos de Juiz Federal Substituto da 4ª Região, inicialmente na qualidade de suplente e a seguir na qualidade de titular, de acordo com as Resoluções n. 84, de 13 de agosto de 2012, e n. 32, de 06 de março de 2013, ambas do Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

Membro do Grupo de Trabalho criado pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – Enfam, para desenvolver curso de aperfeiçoamento para magistrados, na modalidade de ensino à distância, em temas atinentes à improbidade administrativa, objetivando a concretização da meta prioritária de n. 18, do Conselho Nacional de Justiça, conforme Portaria n. 02, de 04 de fevereiro de 2013.

Assessora da Presidência da Comissão Juristas formada com a finalidade de elaborar anteprojeto de Código Penal, convocada pelo Senado Federal, de 04 de novembro de 2011 a 01 de maio de 2012 (180 dias), sob a presidência do Ministro Gilson Langaro Dipp.

Coautora do Manual de Bens Apreendidos, publicado pela Corregedoria do CNJ, em agosto de 2011, em conjunto com o Desembargador Federal Vladimir Passos de Freitas e o Juiz de Direito Júlio César Ferreira de Mello.

Membro da Comissão Permanente de Segurança da Justiça Federal da 4ª Região, de 08 de julho de 2011 a 28 de março de 2012, conforme Portaria n. 772, de 08 de julho de 2011, do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, e processo administrativo Sei n. 12.2.000068892-7.

Representante do Conselho Nacional de Justiça na Enccla, nos anos de 2010 e 2011.



Representante da Associação dos Juízes Federais - Ajufe no Conselho de Direitos das Pessoas Humanas, junto à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, no ano de 2011.

Representante da Associação dos Juízes Federais - Ajufe na Coordenação Nacional do Programa Federal de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos, no ano de 2011, órgão que tem por objetivo implementar e executar medidas para a proteção dos defensores dos direitos humanos em todo o país.

Representante do Poder Judiciário na Avaliação do Brasil pela OCDE, em 2007, quanto à implementação da Convenção sobre o combate à Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais.

Membro da Banca do Concurso de Procurador do Município de Porto Alegre –RS, no ano de 2003.

Docente de Processo Penal, integrando o Conselho de Ensino da Escola da Magistratura Federal do Rio Grande do Sul – Esmafe, nos anos de 1996 a 1999.

Coordenadora Pedagógica de Processo Penal, integrando o Conselho de Ensino da Escola da Magistratura Federal do Rio Grande do Sul – Esmafe, nos anos de 1996 a 1998.

PUBLICAÇÕES

Publicação de depoimento no livro “ENCCLA - Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro – 10 Anos de Organização do Estado Brasileiro contra o Crime Organizado”, julho de 2013.

Publicação do artigo “Aspectos comuns entre o Crime praticado por Milícias no Brasil e o tipo Mafioso na Itália”, in Revista Doutrina da 4ª Região, Porto Alegre, n. 53, Tribunal Regional Federal da 4ª Região, Abril 2013, disponível em http://www.revistadoutrina.trf4.jus.br/artigos/edicao053/Salise_Sanchotene.html.

Publicação do artigo “Limites, ponderações de direitos fundamentais. Liberdade de expressão e direito à honra/dignidade da pessoa humana.” in PAULSEN, Leandro (coord.); BRITTO, Ayres (apres.). Repercussão geral no recurso extraordinário: estudos em homenagem à Ministra Ellen Gracie. Porto Alegre : Livraria do Advogado, 2011, p. 217/234.

Publicação do artigo “Julgamento Antecipado da Ação Penal – Ilegitimidade das Partes”, in Revista CEJ/Conselho da Justiça Federal, Centro de Estudos Judiciários. Brasília : CJF, Ano IV, n. 10, p. 13/26, Abril 2000.

CONVOCAÇÕES

Convocação para auxílio ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região, no período de 16-06-2015 a 20-06-2017, junto à 4ª Turma, no Gabinete do Desembargador Federal Cândido Alfredo Silva Leal Júnior e no Gabinete do Desembargador Federal Luís Alberto D'Azevedo Aurvalle, bem como junto à 3ª Turma, no Gabinete do Desembargador Federal Fernando Quadros da Silva, conforme Atos n. 295, de 15 de junho de 2015, e n. 372, de 07 de julho de 2015.

Convocação para compor o Tribunal Regional Federal da 4ª Região, no Gabinete da Desembargadora Federal Marga Inge Barth Tessler, no período de 22-09-2014 a 28-05-2015, conforme os Atos n. 623, de 19 de setembro de 2014, e n. 211, de 28 de maio de 2015.

Convocação para compor o Tribunal Regional Federal da 4ª Região, no Gabinete da Desembargadora Federal Cláudia Cristina Cristofani, de 09-07-2013 a 31-07-2014, com o exercício da Presidência da 7ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região a partir de 24/05/2013, na qualidade de juíza convocada, de acordo com os Atos n. 503, de 12 de junho de 2013, e n. 400, de 26 de junho de 2014, e com o processo administrativo n. 0005773-79.2013.404.8000.

Convocação para compor o Tribunal Regional Federal da 4ª Região, no Gabinete do Desembargador Federal Élcio Pinheiro de Castro, de 05-11-2012 a 08-07-2013, com o exercício da Presidência da 7ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região a partir de 24/05/2013, na qualidade de juíza convocada, de acordo com o Ato n. 503, de 12 de junho de 2013, e com o processo administrativo n. 0005773-79.2013.404.8000.

Convocação para compor o Tribunal Regional Federal da 4ª Região, no Gabinete do Desembargador Federal Paulo Afonso Brum Vaz, no período de 03-10-2012 a 01-11-2012.

Convocação para compor o Tribunal Regional Federal da 4ª Região, no Gabinete do Desembargador Federal Néfi Cordeiro, no período de 02-07-2012 a 31-07-2012.

Convocação para compor o Tribunal Regional Federal da 4ª Região, no Gabinete do Desembargador Federal Néfi Cordeiro, no período de 30-09-2011 a 29-10-2011.

Convocação para compor o Tribunal Regional Federal da 4ª Região, no Gabinete do Desembargador Federal Paulo Afonso Brum Vaz, no período de 07-01-2011 a 05-02-2011.

Convocação para compor o Tribunal Regional Federal da 4ª Região, no Gabinete do Desembargador Federal Élcio Pinheiro de Castro, no período de 06-11-2006 a 05-12-2006.

Convocação para compor o Tribunal Regional Federal da 4ª Região, no Gabinete do Desembargador Federal Néfi Cordeiro, no período de 25-09-2006 a 24-10-2006.



Convocação para compor o Tribunal Regional Federal da 4ª Região, no Gabinete da Desembargadora Federal Maria de Fátima Freitas Labarrère, no período de 03-07-2006 a 01-08-2006.

Convocação para compor o Tribunal Regional Federal da 4ª Região, no Gabinete da Desembargadora Federal Maria de Fátima Freitas Labarrère, no período de 09-02-2006 a 10-03-2006.

Convocação para compor o Tribunal Regional Federal da 4ª Região, no Gabinete do Desembargador Federal Paulo Afonso Brum Vaz, no período de 09-01-2006 a 07-02-2006.

Convocação para compor o Tribunal Regional Federal da 4ª Região, no Gabinete do Desembargador Federal Fábio Bittencourt da Rosa, no período de 10-09-2002 a 08-10-2002.

COMPETÊNCIAS DE INFORMÁTICA

Auxílio, desde 2010, no desenvolvimento do sistema de controle das estatísticas nacionais sobre corrupção e lavagem de dinheiro do Conselho Nacional de Justiça, que subsidiará a defesa do Brasil nas avaliações internacionais promovidas pela ONU e pelo GAFI, respectivamente.

Auxílio, em 2008-2009, no desenvolvimento do Cadastro Nacional de Bens Apreendidos do Conselho Nacional de Justiça, bem como no desenvolvimento do Sistema Nacional de Controle de Interceptações Telefônicas da Corregedoria Nacional de Justiça.

Implantação, em 2006, do Sistema de Controle de Penas Restritivas de Direitos – Siscopen, na 2ª Vara Federal Criminal de Porto Alegre/RS, voltado para o controle da pena de prestação de serviço à comunidade.

Membro do Conselho de Informática do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, no biênio 2003-2005, como Diretora do Foro da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.

CURSOS E EVENTOS

CURSOS REALIZADOS

2021

Seminário de Cadeia de Custódia, APCF - Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais (19-20 de maio).

Webinário Filosofia e Inovação, ENFAM - Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (27 de abril).

2020



XI Workshop sobre o Sistema Penitenciário Federal, Centro de Estudos Judiciários, Conselho da Justiça Federal (12-13 de novembro).

Formação de Tutores no Contexto da Magistratura, Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento da Magistratura – Enfam, em meio virtual (6 de agosto a 20 de setembro).

I Jornada de Direito Administrativo Comissão 6 - Controle da administração, Centro de Estudos Judiciários, em meio virtual (6 e 7 de agosto).

I Jornada e Processo Penal Comissão 2 - Lavagem de dinheiro, Centro de Estudos Judiciários, em meio virtual (13 e 14 de agosto).

2019

Cleptocracia e Lavagem de Dinheiro no Sistema Norte-Americano, Escola da Magistratura do Tribunal Regional Federal da 4ª Região - Emagis, Foz do Iguaçu/PR (5 a 7 de agosto).

III Seminário de Mulheres no Sistema de Justiça: Trajetórias e Desafios - AJUFE – Associação dos Juizes Federais do Brasil, Brasília/DF (1 e 2 de abril).

2018

Formação de Formadores Emagis/CJUD - Nível I, Módulo III, Escola da Magistratura do Tribunal Regional Federal da 4ª Região - Emagis, Porto Alegre/RS (outubro).

Seminário de Macro Criminalidade: Desafios da Justiça Federal, AJUFE - Associação dos Juizes Federais do Brasil, palestrante, Belo Horizonte/MG (11 a 13 de abril).

Justiça Restaurativa e Articulação com o Sistema de Justiça Criminal – Prof Ivo Aertsen, Justiça Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS (6 de abril).

Justiça Restaurativa: Fundamentos, Princípios e Valores, Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento da Magistratura – Enfam, Brasília/DF (21 a 23 de março).

II Seminário de Mulheres no Sistema de Justiça - AJUFE – Associação dos Juizes Federais do Brasil, Brasília/DF (7 e 8 de março).

2016

Seminário Internacional sobre Programas de Proteção e Incentivo ao Whistleblower, Escola da Magistratura do Tribunal Regional Federal da 4ª Região - Emagis, Florianópolis/SC (19 e 20 de setembro).

Lotta Al Crimine Organizzato, Università degli Studi di Roma "Tor Vergata", Roma, Itália (2 a 12 de maio).

2015

Laboratório de Aprimoramento Docente - Escola da Magistratura do Tribunal Regional Federal da 4ª Região - Emagis e Enfam, Curitiba/PR (20 e 21 de agosto).

Capacitação para Aplicação das Diretrizes Pedagógicas da Enfam – Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento da Magistratura – Enfam, Brasília/DF (11 e 12 de maio).

Curso Métodos de Avaliação – Escola da Magistratura do Tribunal Regional Federal da 4ª Região - Emagis, Porto Alegre/RS (6 e 7 de abril).

Curso de Formação de Formadores – Avançado – Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento da Magistratura – Enfam, Belo Horizonte/MG (12 a 14 de março).

Curso de Metodologia Científica e Pesquisa Judicial - Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento da Magistratura – Enfam, Brasília/DF (03 de março).

2014

III Workshop Grotius Cooperação nas Fronteiras, Ministério da Justiça e Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento da Magistratura – Enfam, Brasília/DF (19 e 20 de novembro).

Curso de Execução Penal – Escola da Magistratura do Tribunal Regional Federal da 4ª Região - Emagis, Foz do Iguaçu/PR (26 e 27 de agosto).

Curso de Formação de Formadores – Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento da Magistratura – Enfam, Escola da Magistratura do Tribunal Regional Federal da 4ª Região - Emagis e Centro de Estudos Judiciários, Porto Alegre/RS (9 a 12 de junho).

I Encontro de Formadores para um Programa de Formação Contínua – Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento da Magistratura – Enfam, Brasília/DF (5 de junho).

II Seminário Luso-Brasileiro de Direito: Jurisdição Constitucional e Direitos Fundamentais (interface P / B) – Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal.

V Workshop sobre o Sistema Penitenciário Federal – Conselho da Justiça Federal, Foz do Iguaçu/PR.

2013

Seminário Jurisdição Brasileira e Cooperação Internacional, Conselho Nacional de Justiça e Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – Enfam, Brasília/DF (23 de outubro).

II Encontro Nacional do Encarceramento Feminino, Conselho Nacional de Justiça e Ministério da Justiça, Brasília/DF (21 e 22 de agosto).

Conferência Crítica à Teoria dos Princípios – Escola da Magistratura do Tribunal Regional Federal da 4ª Região - Emagis, Porto Alegre/RS (29 de julho).



Encontro dos Juízes das Varas Federais Especializadas no Julgamento de Crimes de Lavagem de Dinheiro e Contra o Sistema Financeiro Nacional, Conselho da Justiça Federal, Brasília/DF (24 e 25 de junho).

Currículo Permanente - Módulo VI – Planejamento e Gestão no Poder Judiciário, Escola da Magistratura do Tribunal Regional Federal da 4ª Região – Emagis, com trabalho de conclusão aprovado e cuja publicação foi recomendada pelo avaliador.

Fórum Permanente do Sistema Penitenciário Federal – 1ª Edição, Conselho da Justiça Federal, Porto Velho/RO (21 e 22 de fevereiro).

2012

Responsabilidade Penal da Pessoa Jurídica e o Dano Ambiental de um modelo Construtivista de Autorresponsabilidade à Lei Nº 9.605/98, Escola da Magistratura do Tribunal Regional Federal da 4ª Região – Emagis, Porto Alegre/RS (19 de novembro).

Workshop Perícias Criminais Federais, Conselho Nacional de Justiça e Departamento de Polícia Federal, Brasília/DF (27 e 28 de agosto).

Aspectos Controvertidos da Lei de Improbidade Administrativa, Escola da Magistratura do Tribunal Regional Federal da 4ª Região – Emagis, Porto Alegre/RS (17 de agosto).

Workshop Criminal: Propostas de Alteração do Código Penal e Processo Eletrônico, Escola da Magistratura do Tribunal Regional Federal da 4ª Região – Emagis (2 a 4 de maio).

Palestra Reforma do Código Penal Brasileiro, Aula Magna da Escola Superior da Magistratura Federal no Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS (12 de abril).

Currículo Permanente - Módulo IV – Direito Penal e Processual Penal, Escola da Magistratura do Tribunal Regional Federal da 4ª Região – Emagis, modalidade à distância, com entrega de artigo científico "Aspectos comuns entre o crime praticado por Milícias no Brasil e o tipo Mafioso na Itália", cuja publicado na Revista Doutrina (n. 53/2013), do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (30/10/2011 a 31/01/2012).

2011

I Corso di Alta Formazione per Giudici Federali Brasiliani "Il contrasto alle organizzazioni criminali mafiose: le esperienze dell'ordenamento italiand", Università Degli Studi Di Palermo, Palermo, Itália (26 a 30 de setembro).

Programa de Capacitação (Visita ao Sistema de Justiça Criminal Chileno) resultante do convênio realizado entre o Conselho Nacional de Justiça e o Centro de Estudios de Justicia de las Américas – CEJA, com objetivo de análise e observação prática

da gestão do novo sistema de justiça criminal chileno, Santiago, Chile (28 a 30 de junho).

Jornada de Estudos Aduaneiros, Organizações Criminosas e Processo Eletrônico na Jurisdição Criminal, Escola da Magistratura do Tribunal Regional Federal da 4ª Região - Emagis, Foz do Iguaçu/PR.

2010

Curso Gestão de Varas Criminais – EAD, Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento da Magistratura – Enfam, Brasília/DF.

Seminário "Combating Corruption Program Sponsored by the Controladoria Geral da União (CGU)", Institute of Brazilian Issues, George Washington University, Washington DC, Estados Unidos da América, organizado pela Controladoria Geral da União.

Seminário Internacional sobre Crime Organizado – Interceptação de Comunicações Telefônicas e Telemáticas, realizado pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime e pela Polícia Federal, em Brasília/DF.

2009

Estudos do Texto Jurídico – EAD, Escola da Magistratura do Tribunal Regional Federal da 4ª Região - Emagis, Porto Alegre/RS.

2008

I Seminário de Execução Penal, Escola da Magistratura Federal da 1ª Região, Brasília/DF.

2007

Seminário Internacional de Política Criminal – Escola da Magistratura do Tribunal Regional Federal da 4ª Região - Emagis, Porto Alegre/RS (4 de outubro).

2006

Seminário de Técnicas de Investigação Financeira, ministrado pelo Departamento de Tesouro dos Estados Unidos da América, promovido pela Coordenação Geral de Pesquisa e Investigação, Fortaleza/CE

2005

Seminário Internacional: Propostas para um novo modelo de persecução criminal - combate à impunidade, Centro de Estudos Judiciário do Conselho da Justiça Federal, Brasília/DF.

IV Fórum Mundial de Juízes, em Porto Alegre/RS

2004

Seminário sobre técnicas de mediação, Escola da Magistratura do Tribunal Regional Federal da 4ª Região - Emagis, Porto Alegre/RS



2003

Congresso Internacional de Direito Penal Prof. Dr. Günther Jakobs, Escola Superior do Ministério Público, Porto Alegre/RS.

1999

Curso de Especialização - O Direito no limiar do Terceiro Milênio, Universidade Lusíada - Porto, Portugal.

Ciclo de Conferências 50 Años de Derechos Humanos, Universidad Autónoma de Madrid, Espanha.

1998

Curso de Aperfeiçoamento em Direito Público Comparado, Escola Superior da Magistratura Federal RS – Esmafe, Escola Superior do Ministério Público – ESMP e Escola Superior da Magistratura da Associação dos Juízes do Rio Grande do Sul – Ajuris, Porto Alegre/RS.

II Jornadas Brasileiras de Direito Processual Penal, Instituto Brasileiro de Direito Processual, São Paulo/SP.

3º Congresso Brasileiro de Direito Ambiental, São Paulo/SP.

Seminário: Aspectos Administrativos do Novo Código de Trânsito, Escola Superior de Advocacia do Estado do Rio Grande do Sul – Esaers e Associação dos Procuradores do Estado do Rio Grande do Sul – Apergs, Porto Alegre/RS

1997

Seminário Inovações em Matéria Penal, Síntese Treinamentos, Canela/RS.

Simpósio sobre Direito dos Valores Mobiliários, Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal, Porto Alegre/RS.

1995

Seminário sobre a Descriminalização das Drogas, Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal, Florianópolis/SC.

Curso de Aperfeiçoamento para Magistrados, sobre Direito Penal e Processual Penal, Escola Superior da Magistratura da Associação dos Juízes do Rio Grande do Sul - Ajuris, Porto Alegre/RS.

Seminário de Direito Penal - Revisão do Decênio da Reforma Penal, Instituto dos Advogados do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS.

Curso de Aperfeiçoamento para Magistrados sobre Direito Constitucional: Reforma Constitucional, Escola Superior da Magistratura da Associação dos Juízes do Rio Grande do Sul - Ajuris, Porto Alegre/RS

1994



Simpósio: A Melhoria do Sistema Penal na Prevenção e Repressão dos Delitos de Drogas, Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal e Conselho Federal de Entorpecentes do Ministério da Justiça, Brasília/DF.

Oficina de Trabalho: A Melhoria do Sistema Penal na Prevenção e Repressão dos Delitos de Drogas, Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal e Conselho Federal de Entorpecentes do Ministério da Justiça, Brasília/DF

X Encontro de Juízes Federais: A Reforma do Código Civil, Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

3º Seminário Internacional de Direito Penal no Mercosul – Mercopen, promovido pela Association Internationale de Droit Penal, e organizado pela Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio Grande do Sul – OAB-RS, Porto Alegre/RS

CURSOS MINISTRADOS

2021

Ciclo de Debates sobre o Projeto de Lei do novo CPP, Escola da Magistratura Federal do Tribunal Regional Federal da 4ª Região – Emagis, ministrante (31-05 a 18-6-2021)

Valoração da Prova no Processo Penal, Escola da Magistratura Federal do Tribunal Regional Federal da 4ª Região – Emagis, tutora (26-04 a 26-05-2021)

Webnário Mesa redonda com os magistrados federais sobre os desafios do Plantão Judicial, Escola da Magistratura Federal do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, coordenadora (25 de fevereiro)

2020

Seminário Internacional on line sobre Cooperação (Penal) entre os países de língua portuguesa, Projeto de Apoio à Consolidação do Estado de Direito (PACED), palestrante (4 de dezembro)

Administração da Justiça no Novo Contexto – Trabalho em Equipe, Escola da Magistratura Federal do Tribunal Regional Federal da 4ª Região – Emagis, Ambiente Virtual de Aprendizagem, coordenadora (05 a 21 de outubro)

Uma Análise Crítica do Pacote Anticrime, abordando o tema execução penal, Seção Judiciária do Paraná, conferencista, meio virtual (23 de setembro)

1º Webnário Esmafe-RS - Lei Anticrime e Abuso de Autoridade, Escola da Magistratura Federal – Esmafe, mediadora, meio virtual (5 de agosto)

Webinário Enfam - Temas Complexos da Lei Anticrime, Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento da Magistratura – Enfam, meio virtual, palestrante (8 de maio).

2019

Crimes Eleitorais e Conexos, Escola Judiciária Eleitoral de Rondônia, Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, ministrante, Porto Velho/RO (29 de novembro)

Curso sobre Execução Penal, Escola da Magistratura Federal do Tribunal Regional Federal da 4ª Região – Emagis, coordenadora, Curitiba/PR (02 a 04 de outubro)

Colaboração Premiada e Acordo de Leniência, Tribunal Regional Federal da 4ª Região, ministrante (21 a 23 de outubro)

Cleptocracia e Lavagem de Dinheiro no Sistema Norte-Americano, Tribunal Regional Federal da 4ª Região, ministrante, Foz do Iguaçu/PR (7 de agosto)

2018

Mecanismos Anticorrupção e Reflexos Judiciais, Escola da Magistratura do Tribunal Regional Federal da 4ª Região - Emagis, Advocacia-Geral da União, Controladoria-Geral da União, presidente de mesa, Porto Alegre/RS (14 de dezembro)

V Simpósio Internacional de Derecho Consinter – El Derecho y la Empresa, Universidad Complutense de Madrid, moderadora, Madrid, Espanha (19 de outubro)

VI Fórum Nacional dos Juízes Criminais – Fonacrim, AJUFE – Associação dos Juízes Federais do Brasil, painelistas, Brasília/DF (27 de setembro)

Capacitação em Ações Investigativas, Controladoria-Geral da União, palestrante, Brasília (17 de agosto)

Seminário de Macro Criminalidade: Desafios da Justiça Federal, AJUFE - Associação dos Juízes Federais do Brasil, palestrante, Belo Horizonte/MG (13 de abril)

2017

Curso de Formação Inicial na Carreira da Magistratura da 4ª Região, Escola da Magistratura do Tribunal Regional Federal da 4ª Região - Emagis, coordenadora de estágio, Porto Alegre/RS (11 de setembro a 19 de dezembro)

Curso de Formação de Formadores/CJUD – Nível I – Módulo II, Escola da Magistratura do Tribunal Regional Federal da 4ª Região - Emagis, professora, Porto Alegre/RS (17 de outubro)

IV Simpósio Internacional de Derecho Consinter, Universitat de Barcelona, moderadora, Barcelona, Espanha, moderadora (6 de outubro)

Curso de Formação de Formadores – Nível I – Módulo I, Escola da Magistratura do Tribunal Regional Federal da 4ª Região - Emagis, ministrante, Porto Alegre/RS (3 de maio)

2016

Formação de Formadores Avançado, Escola da Magistratura do Tribunal Regional Federal da 4ª Região – Emagis, ministrante, Porto Alegre/RS (30 de novembro)

Formação de Formadores Nível 1, Escola da Magistratura do Tribunal Regional Federal da 4ª Região – Emagis, ministrante, Porto Alegre/RS (17 de agosto)

2015

Currículo Permanente – Módulo IV – Direito Penal, Escola da Magistratura do Tribunal Regional Federal da 4ª Região - Emagis, na qualidade de coordenadora científica, Porto Alegre/RS, Curitiba/PR e Florianópolis/SC (23 e 24 de abril, 25 e 26 de maio e 11 e 12 de junho).

Curso Práticas da Jurisdição, Escola da Magistratura do Tribunal Regional Federal da 4ª Região - Emagis e Corregedoria Regional da Justiça Federal da 4ª Região, Porto Alegre/RS, palestrante (7 de maio).

2014

Curso de Cooperação Jurídica de Fronteiras: desafios, perspectivas no âmbito do Direito Penal - Escola da Magistratura do Tribunal Regional Federal da 4ª Região - Emagis, coordenadora científica; Foz do Iguaçu/PR (23 a 24 de setembro).

Curso de Perícia Criminal – edição Santa Catarina – Escola da Magistratura do Tribunal Regional Federal da 4ª Região - Emagis, Florianópolis/SC, coordenadora (21 e 22 de maio)

Curso de Formação Inicial na Carreira da Magistratura da 4ª Região – Emagis, Porto Alegre/RS, palestrante (23, 25 e 28 de outubro e 29 de novembro de 2013 e 8 de janeiro de 2014)

2013

Palestra: Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro – Enfam, Brasília/DF, palestrante (8 de novembro).

Palestra Gestão Estratégica: Metas e Resultados - A ação do CNJ, Curso do Currículo Permanente VI – Planejamento e Gestão no Poder Judiciário, Escola da Magistratura do Tribunal Regional Federal da 4ª Região – Emagis, Florianópolis/SC.

I Curso de Improbidade Administrativa, da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira – Enfam, na qualidade de membro da equipe de formatação do curso e de professora tutora, em plataforma de ensino à distância.

Módulo 2 – Gestão de Varas, do Curso à distância sobre Práticas de Jurisdição – Programa de Vitaliciamento, da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 4ª

Região e Escola da Magistratura do Tribunal Regional Federal da 4ª Região - Emagis, na qualidade de tutora colaboradora.

2012

Programa de Vitaliciamento – Magistratura e Cidadania, Fatores Psicológicos na Prática Jurisdicional, Tribunal Regional Federal da 4ª Região, Presidente de Mesa, 07 e 09 de novembro, Porto Alegre/RS.

III Etapa do Programa de Vitaliciamento, da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 4ª Região, Tribunal Regional Federal da 4ª Região, na qualidade de orientadora de juízes vitaliciandos, Porto Alegre/RS

2011

Conferência *Técnicas especiais de investigação criminal: a experiência italiana e o Projeto de Lei n. 6.578/2009 da Câmara dos Deputados*, III Jornada de Direito Processual Penal, Escola da Magistratura Federal da 1ª Região – Esmaf, Palmas/TO
 Palestra *Crime Organizado e Direito Italiano – Lições de Palermo*, Currículo Permanente, Módulo IV – Direito Penal e Processual Penal, Escola da Magistratura do Tribunal Regional Federal da 4ª Região - Emagis, Florianópolis/SC.

Palestra no *Seminário Internacional de enfrentamento à Corrupção*, coordenado pelo Governo do Estado do RS, em 08-11-2011, Porto Alegre/RS.

Palestra no *Grupo de Trabalho Sistema Penitenciário Federal e Direitos Fundamentais – Parte 1*, Escola da Magistratura Regional Federal da 2ª Região – Emarf, Rio de Janeiro/RJ

2010

Palestra no *Fórum Independência do Magistrado e Interpretação das Normas no Campo Penal*, Escola da Magistratura Regional Federal da 2ª Região – Emarf, Rio de Janeiro/RJ.

Painel como debatedora, *Currículo Permanente – Módulo II – Direito Administrativo: Improbidade Administrativa*, Escola da Magistratura do Tribunal Regional Federal da 4ª Região - Emagis, Porto Alegre/RS

2009

Presidente de Mesa no *Encontro Brasileiro de Corregedorias Federais*, Brasília/DF
III Simpósio: Justiça Federal e Sociedade - O Judiciário em Evolução, Santa Maria/RS

2008

Curso *Alterações no Processo Penal*, Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS.

Curso *Aspectos da Jurisdição Criminal Federal*, Seção Judiciária de Santa Catarina, Florianópolis/SC.

Palestra *A Reforma do Processo Penal, no Currículo Permanente – Módulo IV – Direito Penal – Edições RS, SC, PR*, Escola da Magistratura do Tribunal Regional Federal da 4ª Região – Emagis, Porto Alegre/RS.

Painel no *Curso de Formação Inicial da Carreira da Magistratura da 4ª Região*, Escola da Magistratura do Tribunal Regional Federal da 4ª Região - Emagis, Porto Alegre/RS

2006

Curso de Capacitação e Treinamento sobre Lavagem de Dinheiro para Juízes Estaduais e Promotores de Justiça, Porto Alegre/RS.

Painel *Evasão de Divisas*, no *Seminário 20 anos da Lei dos Crimes de Colarinho Branco*, Escola Superior do Ministério Público da União, Procuradoria Regional da República da 4ª Região e Associação Nacional dos Procuradores da República, Porto Alegre/RS.

Palestra no *Curso Direito Penal Empresarial*, Universidade Federal do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos, São Leopoldo/RS.

Painel no *Curso de Formação Inicial da Carreira da Magistratura da 4ª Região*, Escola da Magistratura do Tribunal Regional Federal da 4ª Região - Emagis, Porto Alegre/RS.

2005

Painel *La problemática del Delito Transnacional*, nas *Jornadas de Magistrados y Funcionarios Judiciales del Mercosur*, Cámara Federal de Apelaciones de Posadas-Misiones, em Posadas, Argentina.

1998

Palestra sobre Crime de Omissão de Recolhimento das Contribuições Previdenciárias, na *IV Jornada da Justiça Federal* em Uruguaiana/RS.

Curso de Sentença Penal, Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS.

Curso de Preparação para a Magistratura Federal - Direito Processual Penal e Prática de Sentença, Associação dos Juízes Federais, Porto Alegre/RS.

1997

Curso de Preparação para a Magistratura Federal - Direito Penal, Prática de Sentença, Associação dos Juízes Federais, Porto Alegre/RS.

1996

Curso de Preparação para o Ministério Público Federal - Direito Penal, Parte Especial, Escola Superior do Ministério Público, Porto Alegre/RS.

1995



Curso de Noções Básicas de Processo Penal, Tribunal Regional Federal da 4ª Região, Porto Alegre/RS.

Curso de Aperfeiçoamento em Processo Penal, Tribunal Regional Federal da 4ª Região, Porto Alegre/RS.

DISTINÇÕES

Elogio em reconhecimento aos relevantes serviços prestados durante a substituição no Gabinete da Desembargadora Marga Inge Barth Tessler, no período em que a referida Desembargadora estava convocada para atuação junto ao Superior Tribunal de Justiça, nos termos do processo administrativo Sei n. 0006460-85.2015.4.04.8000.

Elogio pelo trabalho realizado na capacitação de Juízes Formadores do biênio 2013-2015, na Etapa II do Programa de Vitaliciamento, de acordo com processo administrativo Sei n. 0011785-75.2014.4.04.8000.

Elogio pela atuação como líder do Projeto Estratégico – Melhoria da Comunicação Interna, realizado na Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, conforme processo administrativo Sei n. 0007584-37.2014.4.04.8001.

Agraciada com Diploma de Mérito Coaf, concedido pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) em reconhecimento ao trabalho realizado na área de combate à lavagem de dinheiro ao longo dos dez anos que antecederam o diploma, entregue em 09/04/2014, Brasília-DF.

Agraciada com placa comemorativa de lançamento do livro “ENCCLA – Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro - 10 anos de organização do Estado Brasileiro contra o crime organizado”, em homenagem pela colaboração e empenho no desenvolvimento dos trabalhos no combate à corrupção e à lavagem de dinheiro, em julho de 2013, Brasília-DF.

Vencedora do Prêmio Inovare, VIII edição, ano 2011, na categoria juiz individual, eixo Justiça e Inclusão Social, com o projeto Empregabilidade de Deficientes Visuais, em parceria com a Associação de Cegos do Rio Grande do Sul – Acergs, consistente na contratação do serviço de cegos, capacitados pela Acergs, para degravação dos áudios das audiências realizadas pelas diversas varas federais do Estado do Rio Grande do Sul.

Elogio pela atuação como Juíza Auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça, Ministro Gilson Dipp, 2010.



Agraciada com placa da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro - Enccla, congratulando pela significativa contribuição para o combate à corrupção e à lavagem de dinheiro, em novembro de 2009, Salvador/BA.

Mérito pela valorização da vida 2009, entregue pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (Senad), em reconhecimento à significativa contribuição nas ações de implementação e fortalecimento da Política Nacional sobre Drogas.

Elogio pela atuação como Juíza Auxiliar da Presidência do Supremo Tribunal Federal, Ministra Ellen Gracie, 2008.

Agraciada com a Medalha de Serviços Relevantes à Ordem Pública - Academia de Polícia da Brigada Militar, em 20/04/2005, Porto Alegre/RS



DECLARAÇÃO

Salise Monteiro Sanchotene, brasileira, casada, Desembargadora Federal do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, indicada para o cargo de **Conselheira**, em vaga destinada a juiz de Tribunal Regional Federal (art. 103-B, VI, CF), **do Conselho Nacional de Justiça**, declara, perante o Senado Federal, para os fins determinados pelo art. 383, I, b, 1 do Regimento Interno e pelo art. 5º, I, da RSF 7/05, que:

- Não possui parentes que exerçam atividades públicas ou privadas vinculadas à sua atividade profissional.

Brasília, 02 de setembro de 2021.



SALISE MONTEIRO SANCHOTENE

**DESEMBARGADORA FEDERAL INDICADA PELO STJ PARA INTEGRAR O
CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA**

DECLARAÇÃO

Salise Monteiro Sanchotene, brasileira, casada, Desembargadora Federal do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, indicada para o cargo de **Conselheira**, em vaga destinada a juiz de Tribunal Regional Federal (art. 103-B, VI, CF), **do Conselho Nacional de Justiça**, declara, perante o Senado Federal, para os fins determinados pelo art. 383, I, b, 2 do Regimento Interno, que:

- Não participou, em qualquer tempo, como sócio, proprietário ou gerente de empresas ou entidades não governamentais.

Brasília, 02 de setembro de 2021.



SALISE MONTEIRO SANCHOTENE

**DESEMBARGADORA FEDERAL INDICADA PELO STJ PARA INTEGRAR O
CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA**

DECLARAÇÃO

Salise Monteiro Sanchotene, brasileira, casada, Desembargadora Federal do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, indicada para o cargo de **Conselheira**, em vaga destinada a juiz de Tribunal Regional Federal (art. 103-B, VI, CF), **do Conselho Nacional de Justiça**, declara, perante o Senado Federal, para os fins determinados pelo art. 383, I, b, 3 do Regimento Interno, a regularidade fiscal, no âmbito federal, estadual e municipal, conforme documentação anexa.

Brasília, 02 de setembro de 2021.



SALISE MONTEIRO SANCHOTENE

**DESEMBARGADORA FEDERAL INDICADA PELO STJ PARA INTEGRAR O
CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA**



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: SALISE MONTEIRO SANCHOTENE
CPF: 514.290.120-72

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão se refere à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 11:53:28 do dia 02/09/2021 <hora e data de Brasília>.

Válida até 01/03/2022.

Código de controle da certidão: **08F2.ED74.0821.8E8F**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Certidão de Situação Fiscal nº 0017557412

Identificação do titular da certidão:

Nome: **SALISE MONTEIRO SANCHOTENE**
Endereço: **RUA PASSO DA PATRIA, 382, 501**
PORTO ALEGRE - RS
CPF: **514.290.120-72**

Certificamos que, aos **02** dias do mês de **SETEMBRO** do ano de **2021**, revendo os bancos de dados da Secretaria da Fazenda, o titular acima enquadra-se na seguinte situação:
CERTIDAO NEGATIVA

Descrição dos Débitos/Pendências:

Esta certidão **NÃO É VÁLIDA** para comprovar;

- a) a quitação de tributos devidos mensalmente e declarados na Declaração Anual de Simples Nacional (DASN) e no Programa Gerador do Documento de Arrecadação do Simples Nacional (PGDAS-D) pelos contribuintes optantes pelo Simples Nacional;
- b) em procedimento judicial e extrajudicial de inventário, de arrolamento, de separação, de divórcio e de dissolução de união estável, a quitação de ITCD, Taxa Judiciária e ITBI, nas hipóteses em que este imposto seja de competência estadual (Lei nº 7.608/81).

No caso de doação, a Certidão de Quitação do ITCD deve acompanhar a Certidão de Situação Fiscal.

Esta certidão constitui-se em meio de prova de existência ou não, em nome do interessado, de débitos ou pendências relacionados na Instrução Normativa nº 45/98, Título IV, Capítulo V, 1.1.

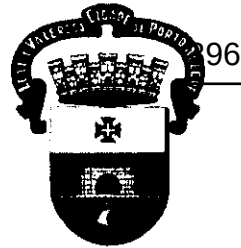
A presente certidão não elide o direito de a Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul proceder a posteriores verificações e vir a cobrar, a qualquer tempo, crédito que seja assim apurado.

Esta certidão é válida até 31/10/2021.

Certidão expedida gratuitamente e com base na IN/DRP nº 45/98, Título IV, Capítulo V.

Autenticação: **0027473942**

A autenticidade deste documento deverá ser confirmada em <https://www.sefaz.rs.gov.br>.



CERTIDÃO GERAL NEGATIVA DE DÉBITOS

Esta certidão é válida até: **02/10/2021**

Nome: SALISE MONTEIRO SANCHOTENE

CPF: 514.290.120-72

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Municipal cobrar quaisquer créditos que vierem a ser apurados, é certificado que, para o contribuinte acima especificado não constam débitos vencidos, lançados até 27 de agosto de 2021.

Certidão emitida em 02/09/2021 às 12:03:37, conforme Decreto 14.560 e Instrução Normativa SMF 04/2003.

A autenticidade desta certidão deverá ser verificada no sítio da Secretaria Municipal da Fazenda (<http://www.portoalegre.rs.gov.br/smf>), informando **CPF: 514.290.120-72** e o código de autenticidade **E92804F5BD95**

DECLARAÇÃO

Salise Monteiro Sanchotene, brasileira, casada, Desembargadora Federal do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, indicada para o cargo de **Conselheira**, em vaga destinada a juiz de Tribunal Regional Federal (art. 103-B, VI, CF), **do Conselho Nacional de Justiça**, declara, perante o Senado Federal, para os fins determinados pelo art. 383, I, b, 4 do Regimento Interno e art. 5º, III, da Resolução n. 7/05, que:

- Não existem ações judiciais, seja como autor ou réu, em todo e qualquer grau de jurisdição, bem como procedimento administrativo-disciplinar.

Brasília, 02 de setembro de 2021.



SALISE MONTEIRO SANCHOTENE

**DESEMBARGADORA FEDERAL INDICADA PELO STJ PARA INTEGRAR O
CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA**



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO

CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL NEGATIVA

À vista dos registros constantes nos sistemas de Informática do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul, observada a disposição do inciso LVII do art. 5º da Constituição Federal, é expedida a presente certidão por não constar condenação criminal com trânsito em julgado contra a seguinte parte interessada:

SALISE MONTEIRO SANCHOTENE, Brasileira, Casada, RG 8030351723 / SJS - RS, CPF 51429012072, filha de CARLOS HUGO CANDELOT SANCHOTENE e MARIA LUISA MONTEIRO SANCHOTENE, nascida em 05/04/1967, Endereço - PORTO ALEGRE.

2 de Setembro de 2021, às 13:23:46

OBSERVAÇÕES:

A aceitação desta certidão está condicionada à conferência dos dados da parte interessada contra aqueles constantes no seu documento de identificação, bem como à verificação de sua validade no site do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul na Internet, endereço <http://www.tjrs.jus.br>, menu Serviços > Alvará de Folha Corrida / Certidões Judiciais, informando o seguinte código de controle: **1493fb3a788313761e15bdc0f182eca4**



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO

CERTIDÃO JUDICIAL CÍVEL NEGATIVA

À vista dos registros constantes nos sistemas de Informática do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul é expedida a presente certidão por não constar distribuição de ação cível em tramitação contra a seguinte parte interessada:

SALISE MONTEIRO SANCHOTENE, Brasileira, Casada, RG 8030351723 / SJS - RS, CPF 51429012072, filha de **CARLOS HUGO CANDELOT SANCHOTENE** e **MARIA LUISA MONTEIRO SANCHOTENE**, nascida em 05/04/1967, Endereço - PORTO ALEGRE.

2 de Setembro de 2021, às 13:24:51

OBSERVAÇÕES:

A aceitação desta certidão está condicionada à conferência dos dados da parte interessada contra aqueles constantes no seu documento de identificação, bem como à verificação de sua validade no site do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul na Internet, endereço <http://www.tjrs.jus.br>, menu Serviços > Alvará de Folha Corrida / Certidões Judiciais, informando o seguinte código de controle: **8e666f710102c6d44853e1428702a8de**

b3cb9b6db99c9d9685914ceeab8a6ccc



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DA 4ª REGIÃO

CERTIDÃO REGIONAL PARA FINS GERAIS
CÍVEL E CRIMINAL

A presente certidão é confeccionada apenas com base nos registros internos dos sistemas processuais da Justiça Federal da 4ª Região, justiça comum e juizados especiais federais, a partir dos dados fornecidos pelo solicitante. As pesquisas são efetivadas em dois momentos distintos e desvinculados: a) pelo NOME/RAZÃO SOCIAL fornecido; b) pelo CPF/CNPJ fornecido.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pela parte interessada é de responsabilidade exclusiva do destinatário.

Nestes termos, o art. 403, I e II da Consolidação Normativa da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 4ª Região certificamos que,

contra o NOME/RAZÃO SOCIAL
SALISE MONTEIRO SANCHOTENE

OU

contra o CPF:
514.290.120/72

NADA CONSTA

nos registros de distribuição mantidos a partir de 25 de abril de 1967, de AÇÕES E EXECUÇÕES CÍVEIS E FISCAIS em andamento, AÇÕES CRIMINAIS em andamento com condenação transitada em julgado, de EXECUÇÕES PENAS definitivas em andamento e de MEDIDAS DE SEQUESTRO e ARRESTO CRIMINAL nas Seções Judiciárias Federais

- Paraná (Processo Eletrônico) até 02/09/2021 às 03:00
- Rio Grande do Sul (Processo Eletrônico) até 02/09/2021 às 01:00
- Santa Catarina (Processo Eletrônico) até 02/09/2021 às 02:00
- Paraná (Processo Papel) até 02/09/2021 às 00:35
- Rio Grande do Sul (Processo Papel) até 02/09/2021 às 01:30
- Santa Catarina (Processo Papel) até 02/09/2021 às 02:30

Certidão emitida em: 02/09/2021 às 12:10 (hora e data de Brasília)

A confirmação de sua **autenticidade** na Internet poderá ser verificada pelo destinatário, através do endereço <https://www.trf4.jus.br> (Menu "Serviços Judiciais/Autenticidade de Certidão") informando o Número de Controle **b3cb9b6db99c9d9685914ceeab8a6ccc**



9278866616b376c2f35205db4fcbacaa



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO

CERTIDÃO REGIONAL PARA FINS GERAIS TRF
CÍVEL E CRIMINAL

A presente certidão é confeccionada apenas com base nos registros internos dos sistemas processuais do TRF da 4ª Região a partir dos dados fornecidos pelo solicitante. As pesquisas são efetivadas em dois momentos distintos e desvinculados: a) pelo NOME/RAZÃO SOCIAL fornecido; b) pelo CPF/CNPJ fornecido.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pela parte interessada é de responsabilidade exclusiva do destinatário.

Nestes termos, certificamos que,

contra o NOME/RAZÃO SOCIAL
SALISE MONTEIRO SANCHOTENE

OU

contra o CPF:
514.290.120/72

NADA CONSTA

nos registros de distribuição de processos originários mantidos a partir de 30 de março de 1989, de AÇÕES E EXECUÇÕES CÍVEIS em andamento E CRIMINAIS em andamento e baixados, excetuados processos físicos com anotação de silêncio concedido à parte e processos eletrônicos com nível de sigilo maior que 2.

- Tribunal Regional Federal da 4ª Região (Processo Papel) até 02/09/2021 às 00:30
- Tribunal Regional Federal da 4ª Região (Processo Eletrônico) até 02/09/2021 às 00:01

Certidão emitida em: 02/09/2021 às 12:11 (hora e data de Brasília)

A confirmação de sua **autenticidade** na Internet poderá ser verificada pelo destinatário, através do endereço <https://www.trf4.jus.br> (Menu "Serviços Judiciais/Autenticidade de Certidão") informando o Número de Controle **9278866616b376c2f35205db4fcbacaa**





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: SALISE MONTEIRO SANCHOTENE

CPF: 514.290.120-72

Certidão nº: 27103916/2021

Expedição: 02/09/2021, às 13:28:10

Validade: 28/02/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **SALISE MONTEIRO SANCHOTENE**, inscrito(a) no CPF sob o nº **514.290.120-72**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

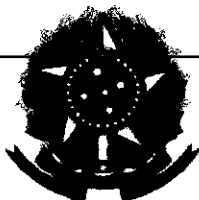
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
CERTIDÃO

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o(a) eleitor(a) abaixo qualificado(a) está QUITO com a Justiça Eleitoral na presente data .

Eleitor(a): **SALISE MONTEIRO SANCHOTENE**

Inscrição: **0230 9014 0469**

Zona: 002 Seção: 0071

Município: 88013 - PORTO ALEGRE

UF: RS

Data de nascimento: 05/04/1967

Domicílio desde: 18/09/1986

Filiação: - MARIA LUISA MONTEIRO SANCHOTENE
- CARLOS HUGO CANDELOT SANCHOTENE

Ocupação declarada pelo(a) eleitor(a): ESTUDANTE, BOLSISTA, ESTAGIÁRIO E ASSEMBLEADOS

Certidão emitida às 13:32 em 02/09/2021

Res.-TSE nº 21.823/2004:

O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remetidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos.

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.



Esta certidão de quitação eleitoral é expedida gratuitamente.
Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br> ou pelo aplicativo e-Título, por meio do código:

FBFE.JWPB.OVKR.XA9M



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
CERTIDÃO

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se **NÃO CONSTAR** registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para o(a) eleitor(a) abaixo qualificado.

Eleitor(a): **SALISE MONTEIRO SANCHOTENE**

Inscrição: **0230 9014 0469**

Zona: 002 Seção: 0071

Município: 88013 - PORTO ALEGRE

UF: RS

Data de nascimento: 05/04/1967

Domicílio desde: 18/09/1986

Filiação: - MARIA LUISA MONTEIRO SANCHOTENE
- CARLOS HUGO CANDELOT SANCHOTENE

Certidão emitida às 19:25 em 02/09/2021



Esta **certidão de crimes eleitorais** é expedida gratuitamente.
Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br> ou pelo aplicativo e-Título, por meio do código:

OCDI.UKXN.IHUT.1XIS



CERTIDÃO ELETRÔNICA DE AÇÕES TRABALHISTAS

Certifica-se, conforme pesquisa no Sistema de Processo Eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe) no Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, que até a presente data **NÃO CONSTAM** ações trabalhistas neste Tribunal Regional, em tramitação ou arquivadas provisoriamente, ajuizadas em face da pessoa física identificada pelos dados fornecidos pelo solicitante e de sua inteira responsabilidade.

CPF pesquisado: 514.290.120-72

Certifica-se, conforme pesquisa no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT), que foi emitida no Tribunal Superior do Trabalho (TST) uma certidão de débitos trabalhistas **NEGATIVA**, identificada pelo nº 27104114/2021 e pelo CPF 514.290.120-72, cuja a íntegra está disponível em: <http://www.tst.jus.br/certidao>

Observações:

1. Esta certidão não contempla processos arquivados definitivamente, nem processos de classes que não estejam discriminadas a seguir.
2. Esta certidão contempla o polo passivo somente nas seguintes ações no 1º grau: alvará judicial (Alvará), alvará judicial - lei 6858/80 (AlvJud), arresto (Arrest), atentado (Atent), ação civil coletiva (ACC), ação civil pública cível (ACPCiv), ação de cumprimento (ACum), ação de exigir contas (AEC), ação trabalhista - rito ordinário (ATOrd), ação trabalhista - rito sumariíssimo (ATSum), ação trabalhista - rito sumário (alçada) (ATAlc), busca e apreensão (BusApr), cautelar nominada (Caulnom), caução (Caução), contraprotesto judicial (CProt), cumprimento de sentença (CumSen), exceção de impedimento (Exclmp), exceção de incompetência (Exclnc), exceção de suspeição (ExcSusp), execução de certidão de crédito judicial (ExCCJ), execução de termo de ajuste de conduta (ExTAC), execução de termo de conciliação de ccp (ExCCP), execução de título extrajudicial (ExTiEx), execução de título judicial (EXTiju), execução fiscal (ExFis), execução provisória em autos suplementares (ExProvAS), exibição (Exibic), habeas corpus cível (HCCiv), habeas data (HD), homologação de transação extrajudicial (HoTrEx), impugnação ao valor da causa cível (IVCCiv), incidente de desconsideração de personalidade jurídica (IDPJ), incidente de falsidade (IncFal), interdito proibitório (Interdito), interpelação (Inter), justificação (Justif), mandado de segurança coletivo (MSCol), mandado de segurança cível (MSCiv), monitoria (Monito), notificação (Notif), oposição (Oposic), petição cível (PetCiv), produção antecipada da prova (PAP), protesto (Protes), reintegração / manutenção de posse (RtMtPosse), restauração de autos (ResAutCiv), tutela antecipada antecedente (TutAntAnt), tutela cautelar antecedente (TutCautAnt)
3. Esta certidão contempla o polo passivo somente nas seguintes ações no 2º grau: ação anulatória de cláusulas convencionais (AACC), dissídio coletivo (DC), dissídio coletivo de greve (DCG), oposição (Oposic), pedido de mediação pré-processual (PMPP), protesto (Protes), suspensão de liminar ou antecipação de tutela (SLAT)
4. Esta certidão contempla o polo ativo somente nas seguintes ações no 2º grau: ação anulatória de cláusulas convencionais (AACC), ação rescisória (AR), dissídio coletivo (DC), dissídio coletivo de greve (DCG), oposição (Oposic), pedido de mediação pré-processual (PMPP), protesto (Protes), suspensão de liminar ou antecipação de tutela (SLAT), tutela antecipada antecedente (TutAntAnt), tutela cautelar antecedente (TutCautAnt)
5. Esta pesquisa foi realizada a partir do CPF informado pelo solicitante.
6. Para verificar a autenticidade desta certidão, acesse: <https://pje.trt4.jus.br/certidoes/>

DECLARAÇÃO

Salise Monteiro Sanchotene, brasileira, Desembargadora Federal do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, indicada para o cargo de **Conselheira**, em vaga destinada a juiz de Tribunal Regional Federal (art. 103-B, VI, CF), **do Conselho Nacional de Justiça**, declara, perante o Senado Federal, para os fins determinados pelo art. 383, I, b, 5 do Regimento Interno, que:

- Não atuou, nos últimos 5 (cinco) anos, em conselhos de administração de empresas estatais ou cargos de direção de agências reguladoras.

- Atua/atuou, nos últimos 5 (cinco) anos, nos seguintes juízos ou tribunais:

1. 16-05-2016 – atual, Tribunal Regional Federal da 4ª Região, Desembargadora Federal.
2. 06-09-1993 a 15-05-2016, Justiça Federal – Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, Juíza Federal da 2ª Vara Federal Criminal de Porto Alegre/RS, atual 11ª Vara Federal de Porto Alegre/RS.

Brasília, 02 de setembro de 2021.



SALISE MONTEIRO SANCHOTENE

**DESEMBARGADORA FEDERAL INDICADA PELO STJ PARA INTEGRAR O
CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA**

DECLARAÇÃO

Salise Monteiro Sanchotene, brasileira, casada, Desembargadora Federal do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, indicada para o cargo de **Conselheira**, em vaga destinada a juiz de Tribunal Regional Federal (art. 103-B, VI, CF), **do Conselho Nacional de Justiça**, declara, perante o Senado Federal, para os fins determinados pelo Art. 5º, IV, da Resolução n. 7/05, que:

- Não é membro do Congresso Nacional, do Poder Legislativo dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, ou cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, de membro desses Poderes.

Brasília, 02 de setembro de 2021.



SALISE MONTEIRO SANCHOTENE

**DESEMBARGADORA FEDERAL INDICADA PELO STJ PARA INTEGRAR O
CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA**

ARGUMENTAÇÃO ESCRITA

(Artigo 383, I, c, do RI do Senado Federal)

Inicie minha trajetória profissional como servidora da justiça estadual do Rio Grande do Sul em 1990, após lograr aprovação no concurso de oficial escrevente. Trabalhei nos primeiros anos em vara criminal e no último período, em 1993, como secretária de um juiz de vara cível. Concomitantemente ao trabalho na justiça estadual, cursei a Escola do Ministério Público e, na sequência, a Escola da Magistratura, Ajuris.

Em 1993, obtive aprovação no concurso da magistratura federal da 4ª Região. Minha classificação permitiu-me tomar posse em Porto Alegre como juíza substituta de uma vara criminal. Fui promovida, em 1994, a titular dessa mesma vara, onde permaneci até maio de 2016, quando fui promovida a Desembargadora Federal do TRF da 4ª Região.

Para o exercício da jurisdição e o desenvolvimento profissional, busquei formação ao longo da carreira profissional. Sou graduada em Ciências Jurídicas e Sociais, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS (1988), possuo especialização em Direito Penal *lato sensu*, pelo Centro de Estudos Judiciários, Conselho da Justiça Federal, em convênio com a Universidade Nacional de Brasília – UNB (1998) e sou Doutora em Direito Público e Filosofia Jurídica pela Universidad Autónoma de Madrid (2017).

Como juíza federal, tive a possibilidade de exercer outras funções dentro do sistema de justiça. Assim, integrei a Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais do Rio Grande do Sul quando de sua instalação, em 2001, até o ano de 2004. Fui designada Diretora do Foro da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul de junho/2003 a junho/2005, quando da implantação do processo judicial virtual na Justiça Federal dessa seção judiciária, período de gestão no qual introduzi o programa de desenvolvimento das competências gerenciais necessárias ao desempenho das funções de Diretor de Secretaria e de Diretor ou Supervisor da área administrativa, em caráter continuado e permanente.

Posteriormente, fui convocada como juíza auxiliar no Gabinete Extraordinário de Assuntos Institucionais da Presidência do Supremo Tribunal Federal, na gestão da Min. Ellen Gracie Northfleet, de abril/2007 a julho/2008, com a missão de auxiliar na modernização do funcionamento da secretaria processual daquela Corte, simplificando os fluxos, a fim de lograr agilidade nas publicações e intimações, o que se efetivou. Ademais, como juíza auxiliar, coordenei, a pedido da presidência daquele Tribunal,

grupos de trabalho para oferecimento de propostas de aperfeiçoamento da legislação processual penal ao Congresso Nacional.

De setembro/2008 a setembro/2010 fui convocada como juíza auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça, do Conselho Nacional de Justiça. No exercício dessa função tive oportunidade de conhecer o poder judiciário de norte a sul do país, tanto no âmbito estadual, como no federal, realizando inspeções. Nesse mesmo período, teve início no CNJ a implantação de metas nacionais ao poder judiciário, e fui indicada como gestora da meta que visava ao julgamento dos processos mais antigos da justiça brasileira, o que me proporcionou um grande aprendizado a partir do conhecimento das diversas realidades existentes em cada unidade federativa.

Sempre pautei minha atuação ao longo desses 28 anos como juíza, na dedicação ao aprimoramento do sistema de justiça, em especial da justiça criminal e de todos os temas relativos à gestão no poder judiciário.

Por conseguinte, paralelamente a essas atividades funcionais como juíza federal, fui Vice-Presidente da Escola da Magistratura Federal – Esmafe, em Porto Alegre, de 06-2003 a 06-2005; como representante do Conselho da Justiça Federal e depois do Conselho Nacional de Justiça, fui membro da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro - Enccla de 2003 a 2014, tendo exercido a presidência, de 11-2007 a 11-2010, do Grupo Jurídico da Enccla, responsável pela elaboração de anteprojetos de leis penais e processuais penais, bem como pelo acompanhamento da tramitação dos projetos, posteriormente, no Congresso Nacional; fui membro do Grupo de Trabalho criado pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – Enfam, para desenvolver curso de aperfeiçoamento para magistrados, na modalidade de ensino à distância, em temas atinentes à improbidade administrativa, objetivando a concretização da meta prioritária de n. 18, do Conselho Nacional de Justiça, conforme Portaria n. 02, de 04 de fevereiro de 2013; fui convocada como Assessora da Presidência da Comissão Juristas, formada com a finalidade de elaborar anteprojeto de Código Penal, convocada pelo Senado Federal, de 04 de novembro de 2011 a 01 de maio de 2012 (180 dias), sob a presidência do Ministro Gilson Langaro Dipp; sou coautora do Manual de Bens Apreendidos, publicado pela Corregedoria do CNJ, em agosto de 2011, em conjunto com o Desembargador Federal Vladimir Passos de Freitas e o Juiz de Direito Júlio César Ferreira de Mello; fui designada representante do Poder Judiciário na Avaliação do Brasil pela OCDE, em 2007, quanto à implementação da Convenção sobre o combate à Corrupção de

Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais; presto auxílio, desde 2010, no desenvolvimento do sistema de controle das estatísticas nacionais sobre corrupção e lavagem de dinheiro do Conselho Nacional de Justiça, que subsidia a defesa do Brasil nas avaliações internacionais promovidas pela ONU e pelo GAFI, respectivamente; prestei auxílio, em 2008-2009, no desenvolvimento do Cadastro Nacional de Bens Apreendidos do Conselho Nacional de Justiça, bem como no desenvolvimento do Sistema Nacional de Controle de Interceptações Telefônicas da Corregedoria Nacional de Justiça; implantei, em 2006, o Sistema de Controle de Penas Restritivas de Direitos – Siscopen, na 2ª Vara Federal Criminal de Porto Alegre/RS, voltado para o controle da pena de prestação de serviço à comunidade, que foi posteriormente incorporado e adotado pelo TRF como padrão para todas as varas de execução penal da região.

Integrei o Grupo de Trabalho de Juízes sobre Penas e Medidas Alternativas, instituído pelo Presidente do Conselho Nacional de Justiça, que teve por objetivo estabelecer diretrizes e ações para garantir a execução das penas restritivas de direitos e de outras penas alternativas à prisão, entre outras atribuições, conforme Portaria nº 46/2011, nos anos de 2011 a 2014, resultando na edição da Resolução CNJ nº 154/2012, que define a política institucional do Poder Judiciário na utilização dos recursos oriundos da aplicação da pena de prestação pecuniária.

Como Desembargadora, tive a possibilidade de desenvolver, paralelamente à função judicante, as seguintes atividades: Coordenadora de grupos de trabalho criados pela Corregedoria Regional da Justiça Federal da 4ª Região, na gestão do biênio 2019-2021, para discussão sobre os procedimentos das varas criminais e de execução penal após as mudanças operadas pela edição da Lei nº 13.964/2019 e para oferecer proposta de atualização da Consolidação Normativa da 4ª Região; Presidente do Comitê Gestor Local de Gestão de Pessoas da Justiça Federal da 4ª Região, instituído pela Portaria nº 874, de 22 de agosto de 2018, do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, com designação da Presidência pelo próprio Comitê e mandato de dois anos até 08-2020, criado em função da Resolução nº 240/2016, do Conselho Nacional de Justiça; membro suplente da Comissão de Vitaliciamento do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, estabelecida pela Portaria nº 1163, de 04 de outubro de 2017, do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, com atuação efetiva durante todo o período de vitaliciamento; membro da Comissão do XV Concurso Público para Provimento de Cargos de Juiz Federal Substituto da 4ª Região, inicialmente na qualidade de suplente e a seguir na

qualidade de titular, de acordo com as Resoluções n. 84, de 13 de agosto de 2012, e n. 32, de 06 de março de 2013, ambas do Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

Atualmente sou Conselheira Titular do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária - CNPCP, conforme Portaria nº 661, de 11 de dezembro de 2020, do Ministério da Justiça e da Segurança Pública, publicada no DOU, Seção 2, nº 238, de 14 de dezembro de 2020, retificada no DOU, Seção 2, nº 240, de 16 de dezembro de 2020. Também exerço a Supervisão do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário - GMF da Justiça Federal da 4ª Região, conforme Portaria nº 554/2020, do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, de 17/06/2020, bem como integro a Comissão de Aprimoramento da Gestão de Bens Apreendidos em Processos Criminais na Justiça Federal, do Conselho da Justiça Federal, criado pela Portaria SEI n. 11/2019-CJF, de 08 de janeiro de 2019.

Ao longo de minha trajetória profissional, como pude expor, exerci funções em diversas instituições que integram o poder judiciário, conheci o poder judiciário brasileiro a fundo quando realizei inspeções pela Corregedoria Nacional de Justiça e sempre dediquei tempo e esforço para o aprimoramento da prestação jurisdicional como um todo, tanto no aspecto interno da jurisdição quanto no âmbito da relação com outras instituições ligadas ao sistema de justiça. Assim, entendo possuir conhecimento técnico e vivência prática quanto à gestão do poder judiciário, que me habilitam ao exercício do mandato de Conselheira do Conselho Nacional de Justiça, no biênio 2021-2023, para o qual fui eleita no dia 30-08-2021 pelo Superior Tribunal de Justiça, conforme o Edital nº 1 da Presidência, publicado no Diário Eletrônico de 12-08-2021, Edição nº 3209.

Porto Alegre, 03 de setembro de 2021.



SALISE MONTEIRO SANCHOTENE



SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora Soraya Thronicke

PARECER Nº , DE 2021

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Ofício “S” nº 17, de 2021, do Superior Tribunal de Justiça, que *submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso VI, da Constituição Federal, o nome da Desembargadora Federal SALISE MONTEIRO SANCHOTENE, para compor o Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no biênio 2021/2023, na vaga indicada pelo Superior Tribunal de Justiça.*

Relatora: Senadora **SORAYA THRONICKE**

Trata-se de apreciar a indicação da Sra. Salise Monteiro Sanchotene, desembargadora federal, para compor o Conselho Nacional de Justiça, CNJ, como conselheira, no biênio de 2021 até 2023.

A indicação é realizada, nos termos legais e constitucionais, mediante o Ofício “S” nº 17, de 2021, do Superior Tribunal de Justiça, STJ, (Ofício STJ/GP nº 401/2021, na origem).

Nessa mesma oportunidade, a indicada encaminha ao Senado Federal o seu currículo, assim como os demais documentos exigidos pela Resolução nº 7, de 27 de abril de 2015, que trata do processo de apreciação das indicações de membros do Conselho Nacional de Justiça por esta Casa.

Os membros do Conselho Nacional de Justiça, nos termos da Constituição, serão nomeados pelo Presidente da República após sua indicação ser aprovada pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal. O mandato de Conselheiro do CNJ é de dois anos, e é admitida uma recondução.



SF/21699.77885-36

Nos termos da citada Resolução nº 7, de 2015, cabe a esta Comissão examinar a indicação, e, nesse processo, proceder à sabatina do indicado. Cabe ao indicado, por seu turno, fornecer a esta Casa todos os documentos que a Resolução especifica, o primeiro deles o *curriculum vitae*.

Passamos a sumariar o currículo da Sra. Salise Monteiro Sanchotene, cuja indicação ao CNJ ora se aprecia:

Salise Monteiro Sanchotene, desembargadora federal, é Vice Corregedora da Justiça Federal na 4ª Região, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

Foi Juíza Auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça, junto ao Conselho Nacional de Justiça, em Brasília, Distrito Federal, até 2010; Juíza Auxiliar convocada para integrar o Gabinete Institucional da Presidência do Supremo Tribunal Federal, em 2007/2008; Juíza Diretora do Foro da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, entre 2003 e 2005; Juíza Federal da 2ª Vara Criminal da Justiça Federal de Porto Alegre. Antes, fora servidora pública da Justiça Estadual do Rio Grande do Sul entre 1990 e 1993.

A indicada é doutora em Direito Público e Filosofia Jurídica pela Universidade Autônoma de Madrid, com tese aprovada com grau máximo de avaliação (*Sobresaliente Cum Laude por Unanimidad*), no ano de 2017 sobre o “O direito de uso de informação privilegiada, um estudo comparado entre a Espanha e o Brasil”.

É especialista, *latu sensu*, em direito penal, pelo Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal em convênio com a Universidade de Brasília, no ano de 1998. Foi estudante do curso de psicologia na Universidade Luterana do Brasil, sita em Canoas, no Rio Grande do Sul.

Salise Monteiro Sanchotene é Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de Porto Alegre, curso realizado de 1984 a 1988.

Desempenhou diversas tarefas de natureza administrativa no âmbito da Justiça Federal como chefe do Comitê Gestor Local de Gestão de Pessoas da Justiça Federal da 4ª Região e membro suplente da Comissão de Vitaliciamento do Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

Também participou, como Presidente, do Grupo Jurídico do Encontro Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro – ENCCLA entre os anos de 2007 e 2010, além de Vice-Presidente da Escola de Magistratura Federal, ESMAFE, entre 2003 e 2005.

Hoje é conselheira titular do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP) e Supervisora do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Penitenciário.

Demais disso, é membro da Comissão de Aprimoramento da Gestão de Bens Apreendidos em processos criminais da Justiça Federal, do Conselho da Justiça Federal, neste caso, desde 2019. Nesse campo, é coautora, junto com o desembargador federal Wladimir Passos de Freitas e o juiz de direito Júlio César Ferreira de Melo, do Manual dos Bens Apreendidos, publicado pelo Conselho Nacional de Justiça, em 2011.

É professora de processo penal e Coordenadora Pedagógica da mesma disciplina na Escola da Magistratura da Justiça Federal. É autora de diversos artigos jurídicos publicados na imprensa especializada, e participou de inúmeros cursos e seminários, na condição de palestrante.

O currículo da indicada é acompanhado das declarações exigidas na Resolução nº 7, de 2005, como a de que não é cônjuge, companheira ou parente, em linha direta ou colateral, até o terceiro grau, de membro ou servidor do Senado Federal.

Nesse mesmo contexto, encaminha as certidões negativas a que se refere a legislação de regência do processo de indicação de conselheiro do Conselho Nacional de Justiça.

Para tanto, informa a sua situação de regularidade quanto ao Fisco, nos planos federal, estadual e municipal, conforme as certidões que anexa. E indica as ações judiciais de que participa na condição de autora. Informa ainda não participar ou ter participado, como sócia, proprietária ou gerente, de empresas ou entidades não governamentais.

A indicada fez juntar também aos autos as certidões negativas exigidas regimentalmente, tais como a de débitos relativos a tributos federais e à dívida ativa da União; de débitos estaduais, e de débitos de tributos municipais.



Finalmente, nos termos do art. 383, inciso I, alínea “c” do Regimento Interno do Senado Federal, encaminha a esta Casa a Argumentação Escrita, em que descreve sua trajetória e reafirma sua candidatura ao cargo de que aqui se trata.

Em face de todo o exposto, entendo que esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania dispõe de informações suficientes e se encontra em condições de votar a indicação da Senhora Salise Monteiro Sanchotene para compor o Conselho Nacional de Justiça.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora



SF/21699.77885-36